

SER PROTAGONISTA

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

SOCIOLOGIA

MANUAL DO PROFESSOR

Área do conhecimento:
Ciências Humanas e
Sociais Aplicadas
Componente curricular:
Sociologia

ENSINO MÉDIO

VOLUME ÚNICO

Editora responsável: Valéria Vaz
Organizadora: SM Educação

Obra coletiva concebida,
desenvolvida e produzida
por SM Educação.




sm



SER PROTAGONISTA

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

SOCIOLOGIA

Área do conhecimento:
Ciências Humanas e
Sociais Aplicadas
Componente curricular:
Sociologia

ENSINO MÉDIO

VOLUME ÚNICO

Editora responsável:

VALÉRIA VAZ

Licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).
Especialista em Linguagens Visuais e mestra em Artes Visuais pela Faculdade Santa
Marcelina (FASM).

Bacharela em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da
Universidade de São Paulo (USP).

Editora de livros didáticos.

Organizadora: **SM Educação**

Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por SM Educação.

São Paulo, 1ª edição, 2024



**Ser Protagonista Ciências Humanas e Sociais Aplicadas -
Sociologia**

@ SM Educação
Todos os direitos reservados

Direção editorial	André Monteiro
Gerência editorial	Lia Monguilhott Bezerra
Coordenação editorial	André Zamboni
Edição executiva	Valéria Vaz
Edição	Kenya Jeniffer Marcon, Vanderlei Aparecido Orso, Zenaide Gomes de Castro
Colaboração técnico-pedagógica	Ana Paula Santos, Elen Doppenschmitt
Suporte editorial	Camila Alves Batista, Fernanda de Araújo Fortunato
Coordenação de preparação e revisão	Cláudia Rodrigues do Espírito Santo
	Preparação: Andréa Vidal, Beatriz Nascimento, Fernanda Oliveira Souza
	Revisão: Daniela Uemura, Érica Lamas, Mariana Masotti, Waldeli Azevedo
	Apoio de equipe: Amanda Taioque Moreira, Camila Lamin Lessa, Livia Taioque
Coordenação de design	Gilciane Munhoz
	Design: Paula Maestro
Coordenação de arte	Vitor Trevelin
	Edição de arte: Alexandre Francisco da Silva Pereira, Bruno Cesar Guimarães e Silva
	Assistência de produção: Júlia Stacciarini Teixeira
Coordenação de iconografia	Josiane Laurentino
	Pesquisa iconográfica: Camila Losimfeldt, Mariana Sampaio
	Tratamento de imagem: Marcelo Casaro, Robson Mereu
Capa	APIS Design
	Ilustração de capa: Davi Augusto
Projeto gráfico	APIS Design
Editoração eletrônica	Estúdio Anexo
Pré-impressão	Américo Jesus, Mauro Moreira
Fabricação	Alexander Maeda
Impressão	

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ser protagonista ciências humanas e sociais
aplicadas : sociologia / organizadora SM
Educação ; obra coletiva concebida, desenvolvida e
produzida por SM Educação ; editora responsável
Valéria Vaz. -- 1. ed. -- São Paulo : Edições SM,
2024.

Componente curricular: Sociologia.
Área do conhecimento: Ciências humanas e sociais
aplicadas.
ISBN 978-85-418-3572-5 (aluno)
ISBN 978-85-418-3564-0 (professor)

1. Sociologia (Ensino médio) I. Vaz, Valéria.

24-229406

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia: Ensino médio 301

Cibebe Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

1ª edição, 2024

Elaboração de originais

Andrea Bárbara Azevedo

Bacharela e licenciada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Pesquisadora na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil).

David Vieira Carneiro

Licenciado em História pela Universidade de Taubaté (Unitau). Especialista e mestre em Educação pela Unitau. Professor na Educação Básica.

Kelly Keiko Koti Dias

Bacharela e licenciada em História pela Unicamp. Professora na Educação Básica. Autora de materiais didáticos.

Kenya Jeniffer Marcon

Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela Unicamp. Mestra em Ciências Sociais pela Unifesp. Professora na Educação Básica e no Ensino Superior. Autora e editora de materiais didáticos.

Rafael de Freitas

Mestre em Ciências Sociais pela Unifesp. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Bacharela e licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Mestra e doutora em História Social pela FFLCH-USP. Professora no Ensino Superior.

Zenaide Gomes de Castro

Mestra em Educação pela Unicamp. Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora na Educação Básica. Autora de materiais didáticos.



SM Educação

Avenida Paulista, 1842 - 18º andar, cj. 185, 186 e 187 - Condomínio Cetenco Plaza
Bela Vista 01310-945 São Paulo SP Brasil
Tel. 11 2111-7400
atendimento@grupo-sm.com
www.grupo-sm.com/br

APRESENTAÇÃO

OLÁ, ESTUDANTE!

O Ensino Médio é o momento de ressignificação e de aplicação dos conhecimentos que você adquiriu em seu percurso escolar durante a Educação Básica. Agora será estabelecida uma conexão profunda entre os conhecimentos teóricos e suas vivências, trazendo mais sentido aos conteúdos apreendidos no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

Trata-se, portanto, de uma oportunidade de pensar em como as teorias se aplicam no dia a dia, agora de uma perspectiva mais complexa, e de compreender como os diversos processos e mudanças ocorridos ao longo do tempo se manifestam no presente. É também uma ocasião importante para refletir sobre seu papel e sua forma de atuação na sociedade.

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens que favorecem o diálogo e o protagonismo juvenil. Por isso, esta coleção foi elaborada com o objetivo de contribuir para que, compreendendo melhor os diferentes aspectos da realidade, você possa agir de modo crítico, consciente, ético e responsável, reconhecendo e respeitando as diferenças, preservando os direitos humanos e cuidando de si mesmo e dos demais. No decorrer do trabalho com a coleção, você vai se engajar em práticas cooperativas e conhecer diversas formas de registro em diferentes linguagens: textual, imagética, artística, tecnológica, cartográfica, entre outras.

Acreditamos em seu protagonismo e em sua capacidade de buscar respostas e soluções para os desafios presentes e para os que estão por vir. Temos confiança de que, por meio de sua atuação e de sua interação com o mundo, você desenvolverá as competências e as habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania no século XXI, seguindo caminhos coerentes com seus projetos de vida.

Equipe editorial

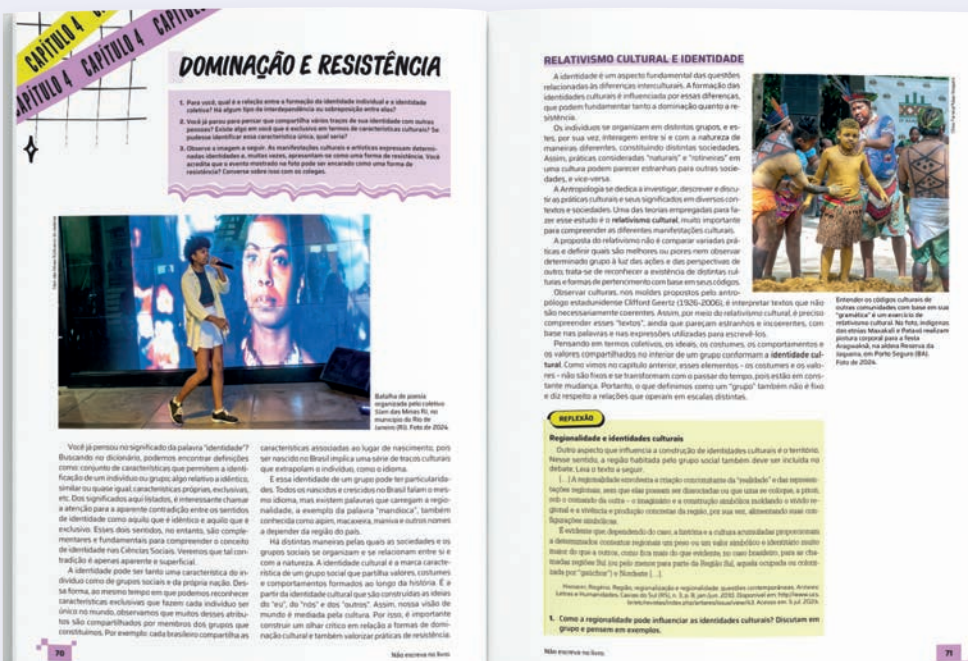
CONHEÇA SEU LIVRO

ABERTURA DE UNIDADE



Elaborada em página dupla, apresenta um pequeno texto, uma imagem e questões para que você comece a refletir sobre o assunto da unidade e o que já sabe a respeito dele.

ABERTURA DE CAPÍTULO



Composta de textos, imagens e questões que se relacionam e introduzem o assunto do capítulo.

Glossário

Apresenta a explicação de palavras e conceitos que você talvez não conheça.

instituição: no sentido sociológico, refere-se a estruturas e mecanismos responsáveis por promover a integração dos indivíduos na sociedade. Exemplos: Estado, família, Igreja, trabalho e escola.

Ação e cidadania

Apresenta informações e questões relacionadas à ação cidadã com o objetivo de promover melhorias nos âmbitos social, econômico, ambiental e cultural.

AÇÃO E CIDADANIA

Dominação cultural e violência

Ficamos aterrorizados, certo... O que aconteceu ontem à noite eu não quero que aquilo aconteça a ninguém. Ninguém merece aquilo, sabe, não um ser humano! Onde fica aquele lugar onde o que não deveria "acontecer a ninguém" acontece todo dia? Por que é que, em tantos lugares encontrados em todo canto do espaço global, tantos seres humanos se deparam com aquilo que "ninguém merece"? O que possibilita um modo de existência que se dissemina para além das fronteiras jurídicas de um Estado e das fronteiras éticas de todas as nações? [...]

Sua, Denise Ferreira da. Ninguém: direito, racialidade e violência. Meritum, Belo Horizonte (MG), v. 9, n. 1, p. 67-117, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://revista.meritum.br/index.php/meritum/article/view/2432>. Acesso em: 5 set. 2024.

1 Este depoimento foi feito pelo primo de um aborígene de 24 anos, Greg Harrison, morto em Melbourne em maio de 2005 por "um grupo de albaneses" que "urravam insultos raciais" e os atacaram com bastões de beisebol, segundo relatos de amigos e parentes que sobreviveram ao ataque. 'FATHER of two killed in "race attack"'. [País de dois morto em "ataque de racismo"]. Sunday Ag, Melbourne, 15 maio 2005.)

- 1. Reflita sobre o evento citado no texto. Esse tipo de situação também acontece no Brasil?
- 2. Reúna-se em grupo para discutir medidas de conscientização que evitem situações como a descrita no texto.

INTERAÇÃO

- 1. Você já ouviu alguma piada que fosse baseada na diferença cultural? Por que você acha que muitas pessoas riem desse tipo de conteúdo?
- 2. Partindo de seus conhecimentos sobre o tema, por que, em sua opinião, os europeus julgaram os povos originários como não civilizados?
- 3. Você consegue identificar em seu cotidiano falas, expressões ou ideias que

Interação

Contém atividades que vão ajudá-lo a desenvolver habilidades e a adquirir uma visão ampla e integrada dos assuntos estudados.

REFLEXÃO

Comunicação e troca de saberes

A linguagem é um importante mecanismo de afirmação cultural, já que transmite uma visão de mundo – os inuites, por exemplo, povo tradicional que vive no Ártico, têm mais de vinte palavras para designar a cor branca. Além disso, ao desenvolver línguas e transmitir aprendizados aos seus descendentes, os indivíduos potencializam esse aprendizado, valendo-se do que outros já fizeram no passado. Desse modo, evita-se depender apenas da observação imediata

Reflexão

Composto de texto e de questões que envolvem análise, pesquisa e reflexão sobre o conteúdo apresentado, considerando a realidade e buscando ampliar e/ou aprofundar o assunto ou o conceito trabalhado.

ATIVIDADES

1. Leia o texto a seguir.

1.1 O desenvolvimento da linguagem é o resultado de processos de aquisição, no entanto, é possível perceber que há diferenças entre as línguas – como o grego, o latim, o sânscrito, o japonês e o russo – o que indica que a linguagem não é apenas um sistema de comunicação, mas também um sistema de organização social. Isso significa que a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação, mas também um sistema de organização social. Isso significa que a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação, mas também um sistema de organização social.

2. Analise o texto a seguir.

2.1 Leia o texto a seguir.

2.2 Leia o texto a seguir.

2.3 Leia o texto a seguir.

PRÁTICAS DE TEXTO

BIÓGRAFIA

Objetivo: Ler e interpretar o texto biográfico, compreendendo o contexto e a intenção do autor.

Procedimentos: Ler o texto biográfico e identificar os elementos principais.

Questões: Quem é o biografado? Qual o contexto histórico e social? Qual a intenção do autor?

Atividade: Ler o texto biográfico e responder às questões.

Atividades

Ao final de cada capítulo, um conjunto de atividades possibilita a consolidação, a retomada, a análise, a síntese e a pesquisa dos assuntos abordados. A seção traz também questões de importantes exames nacionais.

Práticas de texto

Com base na produção textual de diferentes gêneros, a seção contribui para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.


AMPLIANDO

CAP. 10 - INDÍGENAS

As manifestações culturais de diferentes sociedades indígenas integram e integram o patrimônio cultural brasileiro em um conjunto único.

Na terra dos índios

Este espaço apresenta um texto sobre a cultura indígena, abordando aspectos como a diversidade linguística, a organização social e a relação com a natureza. O texto discute a importância da preservação das línguas indígenas e a influência das tradições orais na transmissão de conhecimentos.



Como o indígena brasileiro se relaciona com a natureza?

Os indígenas brasileiros possuem uma visão holística da natureza, onde o ser humano é parte integrante do meio ambiente. Eles utilizam o conhecimento tradicional para lidar com os recursos naturais de forma sustentável, respeitando os ciclos da vida e os ritmos da natureza.

Quais são as principais manifestações culturais indígenas no Brasil?

As manifestações culturais indígenas são diversas e variadas, refletindo a riqueza das diferentes etnias. Algumas das principais são as danças tradicionais, as festas religiosas, as artesanatos, as línguas e as histórias orais. Cada povo indígena possui suas próprias tradições e práticas culturais.

Como o indígena brasileiro se relaciona com a sociedade contemporânea?


Os indígenas brasileiros estão cada vez mais presentes na sociedade contemporânea, seja através de suas manifestações culturais, seja através de suas demandas por direitos e reconhecimento. Eles têm buscado a valorização de suas culturas e a participação ativa na sociedade brasileira.

Ampliando
Apresenta textos diversos sobre questões contemporâneas associadas aos assuntos da unidade, com o intuito de desenvolver a reflexão e a análise crítica.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

ROBERTO DAMATTA

Este espaço apresenta um texto sobre o pensamento social de Roberto DaMatta, abordando temas como a cultura, a sociedade e a identidade. O texto discute a importância da cultura na formação da identidade individual e coletiva, e a influência das tradições na construção da sociedade.



Quem é Roberto DaMatta?

Roberto DaMatta é um dos principais antropólogos brasileiros. Ele se dedicou ao estudo da cultura e da sociedade brasileira, destacando a importância das tradições e das relações sociais na formação da identidade. Seus trabalhos abordam temas como a masculinidade, a sexualidade e a religião no contexto brasileiro.

Quais são as principais ideias de Roberto DaMatta?

Roberto DaMatta defende que a cultura é fundamental para a compreensão da sociedade. Ele argumenta que as tradições e os rituais desempenham um papel crucial na construção da identidade e na regulação das relações sociais. Ele também discute a importância da masculinidade e da sexualidade na cultura brasileira.

Como o pensamento social de Roberto DaMatta se relaciona com a sociedade contemporânea?

O pensamento social de Roberto DaMatta continua a influenciar a compreensão da sociedade brasileira. Suas ideias sobre a cultura e a identidade são relevantes para discutir os desafios da sociedade contemporânea, especialmente em relação à diversidade e ao reconhecimento das diferentes culturas.

Estúdio do pensamento social
Esta seção apresenta minibiografias, textos e atividades para você conhecer diferentes pensadores e pensadoras do campo das Ciências Sociais no Brasil.

PRÁTICAS DE PESQUISA

CULTURA E FORMAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA NAS REDES SOCIAIS

Este espaço apresenta atividades práticas para o estudo da cultura indígena e das formas de resistência nas redes sociais. As atividades incluem a análise de perfis, a organização de grupos e a produção de conteúdos, visando a valorização das culturas indígenas e a promoção da diversidade.

Objetivos


- Conhecer o perfil de um indígena nas redes sociais.
- Organizar um grupo para promover causas indígenas.
- Produzir conteúdos que valorizem a cultura indígena.

Procedimentos

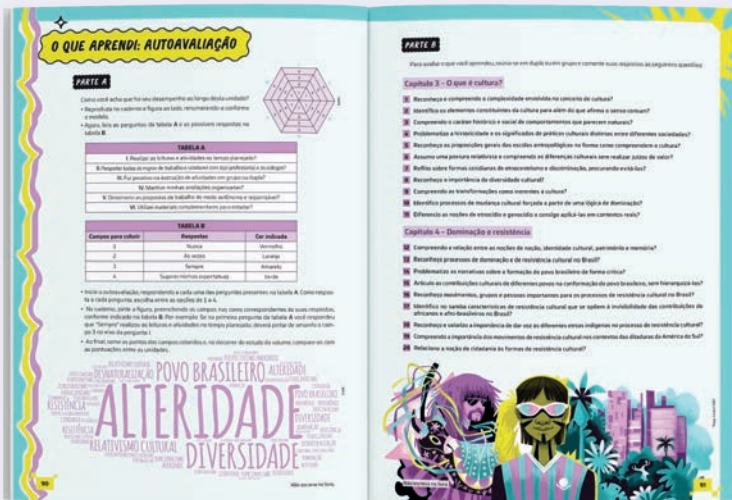
1. Planejamento e pesquisa
2. Organização do grupo
3. Análise dos perfis
4. Produção de conteúdos
5. Avaliação dos resultados

Questões para discussão

- Como o uso das redes sociais pode ser uma forma de resistência indígena?
- Quais são os desafios para a valorização das culturas indígenas nas redes sociais?
- Como podemos promover a diversidade e o reconhecimento das diferentes culturas?



Práticas de pesquisa
Propõe diferentes metodologias e procedimentos de pesquisa, com o objetivo de aprimorar a investigação e o raciocínio científico.



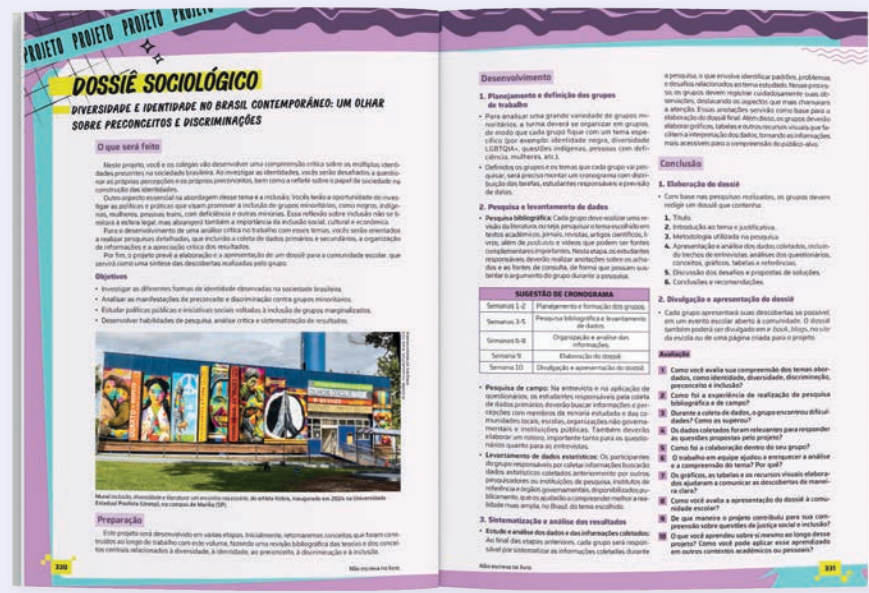
O que aprendi: autoavaliação
 Nesta seção, você será orientado a realizar uma autoavaliação a partir de perguntas que o ajudarão a estabelecer relações entre os temas estudados no livro.

SEÇÕES DE FECHAMENTO DE UNIDADE

Para ir além
 Traz indicações de produções audiovisuais, sites, livros, entre outros materiais que auxiliam na ampliação e no aprofundamento dos conteúdos estudados.



SEÇÃO DE PROJETO



Projeto
 Nesta seção, você e seus colegas realizarão um projeto sobre questões importantes vivenciadas na comunidade onde vivem.

SUMÁRIO

UNIDADE 1

12

O ESTUDO DA SOCIEDADE

Capítulo 1 A produção do conhecimento sobre a sociedade	14
O ser humano como ser social	15
A construção do conhecimento	16
Objeto digital – Infográfico clicável: Tipos de conhecimento	16
Concepções sobre o conhecimento científico	17
Ciência e razão	18
O conhecimento sobre a sociedade	19
O conhecimento está inserido em um contexto	20
A sociedade como objeto de estudo	21
As Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia	22
Conhecimento e a possibilidade de transformação social	23
Atividades	24
Estúdio do pensamento social: Roberto DaMatta	26
Práticas de texto: Crônica	28
Capítulo 2 A relação entre indivíduo e sociedade	30
A relação entre indivíduo e sociedade: abordagens clássicas	31
Positivismo: estática e dinâmica social	31
A sociedade determina os indivíduos: Émile Durkheim	32
Relação recíproca entre indivíduo e sociedade: Karl Marx e Friedrich Engels	33
Os indivíduos determinam a sociedade: Max Weber	34
Teorias sociológicas contemporâneas: sociedade e indivíduos não antagônicos	35
Norbert Elias e Richard Sennet	35
Erving Goffman e Pierre Bourdieu	36
O processo de socialização	37
Papéis sociais e identidades na juventude	38
Objeto digital – Podcast: Juventude e ativismo político	38
O papel da ética	39
Atividades	40
Ampliando: Construindo a imaginação sociológica	42
Estúdio do pensamento social: Marialice Foracchi	44
Práticas de pesquisa: Pesquisa-ação – Mídias sociais como ferramenta para o empoderamento juvenil	46
O que aprendi: autoavaliação	48
Para ir além	50

UNIDADE 2

52

CULTURA, DIVERSIDADE E RESISTÊNCIA

Capítulo 3 O que é cultura?	54
Cultura e sociedade	55
O natural é social	56
Cultura e alteridade	57
As escolas de pensamento da Antropologia	58
O evolucionismo	58
O culturalismo americano	58
O funcionalismo	58
O estruturalismo	59
O estrutural-funcionalismo	59
Etnocentrismo e dominação	60
Dominação cultural e violência	61
Trocas e transformações culturais	62
Novas perspectivas sobre cultura	63
Perspectivismo ameríndio	63
Objeto digital – Mapa clicável: Diversidade ameríndia	63
Atividades	64
Ampliando: Rap Indígena	66
Estúdio do pensamento social: Carlos Rodrigues Brandão	68
Capítulo 4 Dominação e resistência	70
Relativismo cultural e identidade	71
Identidades em transformação, identidades em relação	72
Identidade e nação	73
Brasil: narrativas, dominação e resistência cultural	74
Patrimônio, memória e resistência	75
Objeto digital – Carrossel de imagens: Diversidade cultural no Brasil	75
Práticas de resistência cultural	76
O samba: resistência e reafirmação	77
A resistência cultural indígena no Brasil	78
A resistência cultural e política na América do Sul	79
A resistência cultural e política no Brasil	80
A cidadania no Brasil	81
Atividades	82
Estúdio do pensamento social: Manuela Carneiro da Cunha	84
Práticas de texto: Artigo de opinião	86
Práticas de pesquisa: Etnografia virtual – Cultura e formas de resistência indígena nas redes sociais	88
O que aprendi: autoavaliação	90
Para ir além	92

UNIDADE 3

94

ARTE E BENS CULTURAIS:
IDEOLOGIA E MASSIFICAÇÃO

Capítulo 5 Ideologia e indústria cultural	96
Ideologia e interesse de classe	97
Hegemonia cultural	98
Consumo e distinção social	99
A indústria cultural	100
Arte e a reprodução em massa	101
Globalização e consumo	102
Produção deslocalizada: mecanismos e impactos	103
Propaganda, consumo e sociabilidade	104
A indústria cultural na era da produção digital	105
Atividades	106
Ampliando: Os produtos culturais na era digital: modelos, algoritmos e consumo	108
Estúdio do pensamento social: Gabriel Cohn	110
Capítulo 6 Arte, cultura e estética	112
A arte e o belo como construções culturais e históricas	113
Beleza, objetividade e subjetividade	114
A arte, o artista e a técnica	115
É ou não é arte?	116
Representatividade e empoderamento	117
Signos culturais, estereótipos e dominação	118
Decolonização, arte e linguagem	119
Atividades	120
Estúdio do pensamento social: Conceição Evaristo	122
Práticas de texto: Biografia	124
Práticas de pesquisa: Estudo de recepção sobre o consumo de arte e cultura na era digital	126
O que aprendi: autoavaliação	128
Para ir além	130

UNIDADE 4

132

RELAÇÕES DE PODER E RESISTÊNCIA

Capítulo 7 Estado, poder e controle social	134
Mecanismos de poder e controle	135
Durkheim e o controle social	136
O poder segundo a perspectiva marxista	137
Weber e o conceito de dominação	138

O Estado Moderno	139
Tipos de poder para Bobbio	140
A organização e a atuação do Estado brasileiro	141
O controle social e as teorias contemporâneas	142
Os dispositivos de poder de Foucault	143
A mídia como quarto poder	144
A sociedade do espetáculo	145
Atividades	146
Estúdio do pensamento social: Emir Sader	148
Práticas de texto: História em quadrinhos	150
Capítulo 8 Mecanismos de ação coletiva e movimentos sociais	152
A Constituição de 1988 e a construção da cidadania	153
Demarcação de Terra Indígena e Quilombola	154
Estatutos e atuação dos conselhos: controle e regulação do Estado	155
Movimentos sociais: conceitos e tipos	156
Os novos movimentos sociais e as reivindicações identitárias	157
Objeto digital - Infográfico clicável: Novos movimentos sociais	157
Direitos e proteção no ambiente virtual	158
Objeto digital - Podcast: Proteção à privacidade: redes sociais e crianças	158
<i>Big Techs</i> , controle das narrativas e necessidade de regulação	159
A disputa pelo espaço como dimensão política	160
O direito à cidade como dimensão cidadã	161
Atividades	162
Ampliando: A disputa por espaço e os movimentos sociais: MST e MTST	164
Estúdio do pensamento social: Heleieth Saffioti	166
Práticas de pesquisa: Estudo de caso - Gordofobia: Preconceito contra corpos gordos	168
O que aprendi: autoavaliação	170
Para ir além	172

UNIDADE 5

174

ESTRATIFICAÇÃO, DESIGUALDADES E VIOLÊNCIAS

Capítulo 9 Estratificação e desigualdade social	176
O que é estratificação social?	177
Estratificação e classe social	178
Outras formas de estratificação	179
Desigualdades no Brasil	180

O que é “classe média”?	181	Reforço à noção de democracia racial	222
Quais são as características da classe média no Brasil?	181	Afinal, existe democracia racial no Brasil?	223
Segregação socioespacial	182	Racismo estrutural	224
Desigualdades no espaço geográfico	183	Racismo e violência policial	225
Outras faces da segregação socioespacial	184	A resistência do movimento negro	226
Favelização e gentrificação	185	Objeto digital - Vídeo: Lugar de fala e representatividade	226
Vulnerabilidade social	186	As conquistas do movimento negro	227
Juventude desprotegida	187	Atividades	228
Intesercionalizando vulnerabilidades	187	Ampliando: Nós existimos: luta das mulheres na América Latino-Caribenha	230
Atividades	188	Estúdio do pensamento social: Florestan Fernandes	232
Ampliando: Desigualdade, segurança e armamento	190	Capítulo 10 Desigualdade e violência	194
Estúdio do pensamento social: Jessé Souza	192	Violência e perpetuação das desigualdades	195
Capítulo 10 Desigualdade e violência	194	Tipos de violência	196
Violência e perpetuação das desigualdades	195	Discriminação e desigualdade	197
Tipos de violência	196	Capacitismo	197
Discriminação e desigualdade	197	LGBTfobia	198
Capacitismo	197	Transfobia	199
LGBTfobia	198	Desigualdade de gênero	200
Transfobia	199	Objeto digital - Infográfico clicável: Desigualdade de gênero	200
Desigualdade de gênero	200	Feminicídio e violência política de gênero	201
Objeto digital - Infográfico clicável: Desigualdade de gênero	200	Xenofobia	202
Feminicídio e violência política de gênero	201	Necropolítica	203
Xenofobia	202	Necropolítica em ação no Brasil	203
Necropolítica	203	Atividades	204
Necropolítica em ação no Brasil	203	Estúdio do pensamento social: Lélia Gonzalez	206
Atividades	204	Práticas de texto: Relato de experiência	208
Estúdio do pensamento social: Lélia Gonzalez	206	Práticas de pesquisa: Questionário - Percepção sobre políticas de segurança pública	210
Práticas de texto: Relato de experiência	208	O que aprendi: autoavaliação	212
Práticas de pesquisa: Questionário - Percepção sobre políticas de segurança pública	210	Para ir além	214
O que aprendi: autoavaliação	212		
Para ir além	214		

UNIDADE 6

216

DESIGUALDADE RACIAL E JUSTIÇA SOCIAL

Capítulo 11 Desigualdade racial	218
Ciência e segregação racial: teorias raciais do século XIX	219
A democracia racial: a positividade da mestiçagem	220
Retratos dos Brasis: formação do imaginário da identidade nacional	221

UNIDADE 7

254

SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E MUNDO DO TRABALHO

Capítulo 13 Sociedade contemporânea: teorias sobre modernidade	256
Afinal, o que foi, ou ainda é, a modernidade?	257
A transição da modernidade: ambiguidades e debates	258

O ESTUDO DA SOCIEDADE

ORGANIZAR IDEIAS

Os fenômenos sociais são complexos e, por isso, podem ser compreendidos de diferentes maneiras. Nesse sentido, os comportamentos humanos, considerados fenômenos sociais, estão articulados aos contextos histórico e cultural em que estão inseridos, fundamentais para a compreensão dos modos de vida e da formação das identidades nas sociedades.

Nesta unidade, serão debatidas algumas questões centrais que envolvem a sociedade, contextualizando-a como objeto de estudo das Ciências Humanas.

1. Você conhece o festival representado na imagem? Em sua opinião, qual é a importância dele para a cultura em que está inserido?
2. Por que você acha que as pessoas da imagem estão acendendo lanternas? Quais podem ser os sentidos simbólicos atribuídos a essa ação?
3. Você conhece alguma festa popular em sua região? O que ela celebra? Como as pessoas se preparam para ela?



Festival das Lanternas que ocorre anualmente em Chiang Mai, na Tailândia. Foto de 2022. ▶



1 A produção do conhecimento sobre a sociedade

2 A relação entre indivíduo e sociedade



Jackamony/Shutterstock.com/IDBR

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A SOCIEDADE

1. Você já foi entrevistado para alguma pesquisa profissional? Converse com os colegas e verifique se eles já participaram desse tipo de entrevista. Em seguida, descubram juntos as diferenças em relação ao tema da pesquisa e ao modo como foi realizada.
2. Observe a imagem. O Censo 2022 trouxe, entre outras inovações, um questionário aplicado às lideranças indígenas com o auxílio de guias comunitários e de intérpretes. Em sua opinião, qual é a importância dessas inovações para os povos e as comunidades tradicionais? E para a sociedade brasileira como um todo?
3. Se você pudesse realizar uma pesquisa para investigar algum aspecto da sociedade, qual seria? Como você escolheria quem entrevistar? Qual abordagem você imagina que seria mais eficaz para obter resultados?



Recenseador do IBGE realizando pesquisa para o Censo 2022, com indígena da etnia Terena, na aldeia Lagoinha, em Sidrolândia (MS). Foto de 2022.

O conhecimento consiste em uma produção social e cultural, ou seja, envolve a participação de diferentes indivíduos em determinado contexto. Uma de suas variantes, o conhecimento científico, é a base do conhecimento produzido nas universidades e ensinado nas escolas. Embora se desenvolva de forma sistematizada nas instituições de ensino e pesquisa, o conhecimento científico se utiliza de dados coletados na sociedade, a qual se torna objeto de estudo.

Na fotografia desta página, é possível observar uma das maneiras adotadas para se coletarem dados na sociedade brasileira, o censo (ou recenseamento) demográfico. Previsto para ser realizado a cada dez anos, o censo é, atualmente, a principal fonte de referência para conhecer o perfil e as condições de vida da população residente no Brasil.

Realizado desde 1940 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e viabilizado por parcerias com outros órgãos públicos e comunidades locais, o censo foi sendo aprimorado ao longo de suas edições. As inovações técnicas, tecnológicas e operacionais incorporadas na coleta e na análise das informações têm como intuito traçar um panorama cada vez mais fidedigno das pessoas residentes no Brasil, sejam elas brasileiras, refugiadas ou imigrantes.

O Censo 2022, inicialmente previsto para ser realizado em 2020, mas adiado em razão das medidas

de contenção da pandemia de covid-19, apresentou estratégias diferenciadas para coletar informações junto aos povos e às comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), dialogando mais de perto com as diferentes realidades encontradas no território brasileiro.

A partir das informações coletadas junto à sociedade brasileira, como nos censos demográficos, pesquisadores e estudantes das Ciências Sociais compreendem as características da sociedade e podem oferecer subsídios para a revisão ou a criação de políticas públicas que melhorem a vida dos cidadãos.

O SER HUMANO COMO SER SOCIAL

Os seres humanos possuem uma série de necessidades biológicas relativas à conservação da vida. Entre elas, é possível mencionar as necessidades de ingerir alimentos, dormir e se proteger das adversidades. No entanto, a forma como essas atividades são realizadas se articula com a cultura na qual as pessoas estão inseridas. A ação humana, portanto, agrega conhecimentos e experiências que são compartilhados entre os indivíduos de uma sociedade.

Assim, cada cultura cria formas diversas de se organizar. Se já é possível notarmos grande variedade de formas de vida em nossa comunidade, imagine, então, se considerarmos as sociedades que viveram ao longo dos séculos, desde o surgimento da humanidade?

A vida em sociedade é resultado do processo de elaboração e transmissão de conhecimentos, que só podem ser compreendidos considerando seus contextos culturais e históricos. As expressões artísticas, as festas, as maneiras de demonstrar afeto, as formas de comunicação, a produção de ferramentas, os conflitos e as formas de solucioná-los são construídos coletivamente, por meio de padrões socialmente estabelecidos.

Além disso, em cada sociedade, são atribuídos diferentes significados a objetos, comportamentos e partes do corpo, por exemplo, que também variam de acordo com o contexto em que estão inseridos. Esses significados também são constantemente reelaborados nas interações sociais.

Muitas vezes, algo que é considerado estranho para um grupo pode ser comum para outro. Por isso, é importante desenvolver um olhar crítico em relação à própria cultura, assim como exercitar a empatia para entender e aceitar o que é diferente, pertencente a outro grupo ou outra cultura.

Muitos pensadores se dedicaram a compreender as sociedades e suas formas de conhecimento em distintos

contextos culturais e históricos. Ao longo desta unidade, você vai estudar como eles criaram metodologias para compreender a vida social e suas formas de organização.

Na Antiguidade, em suas teorizações sobre política, o filósofo grego Aristóteles (384 a.C.–322 a.C.) classificava os seres humanos como gregários, ou seja, para ele a vida em sociedade não era uma opção, e sim uma necessidade dos seres humanos. Segundo o filósofo, para compensar a fragilidade do corpo humano em comparação a outras espécies animais mais autônomas, a vida em sociedade operaria como um mecanismo essencial para a proteção e o desenvolvimento humano.

No entanto, mesmo em comparação a animais gregários, como as abelhas, que dividem as tarefas de acordo com sua posição no coletivo (abelha-rainha, zangões ou operárias), o ser humano apresenta uma diferença substancial, identificada pelo filósofo alemão Karl Marx (1818–1883).

De acordo com o filósofo, que também se ocupou do caráter social dos seres humanos, a organização em sociedades serve para suprir tanto as “necessidades do estômago” quanto as “necessidades da imaginação”. Isso significa que, ainda que algumas necessidades vitais tornem fundamental a vida em sociedade, o ser humano vive desse modo também por **necessidades criadas pelas culturas**.



Amarildo Souza/Tucupi Imagens



Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

As sociedades apresentam diferentes culturas, que se manifestam, por exemplo, em suas festas e expressões artísticas tradicionais. Acima, grupo de carimbó, ritmo de origem afro-indígena, em Manaus (AM), em 2022. À esquerda, grupo folclórico de dança ucraniana, em Restinga Seca (RS), em 2022.

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Na vida em sociedade, os seres humanos buscam compreender e modificar a realidade. É a partir da experiência e das interações sociais que os indivíduos adquirem e transmitem conhecimento. Por meio das vivências cotidianas, por exemplo, nós sabemos que uma chave deve encaixar na fechadura para abrir uma porta, ou que, para atravessar a rua, é necessário respeitar os sinais de trânsito.

Desse modo, todas as pessoas produzem conhecimento, de acordo com os contextos histórico e cultural em que estão inseridas. Em geral, os conhecimentos exercem o papel de solucionar os problemas que surgem na vida em sociedade, os quais podem estar relacionados à alimentação, ao transporte, à interação com a natureza, às maneiras de organizar as relações sociais, etc. As soluções para essas questões também podem ser fundamentadas de acordo com distintas formas de conhecimento, que se baseiam em diferentes perspectivas de análise.

O **conhecimento religioso** oferece explicações para o sentido da vida com base em princípios morais e na crença em uma ou mais divindades. Cada religião possui símbolos e rituais específicos. Desde o primeiro censo demográfico, o perfil religioso da população brasileira vem se transformando. Mesmo que a religião cristã seja prevalente, diferentes religiosidades têm sido declaradas na pesquisa. Além disso, é crescente o número de pessoas que se declaram sem religião.

O **conhecimento filosófico** é pautado no pensamento racional e na lógica para compreender a essência das coisas e investiga a realidade com base no questionamento dos fenômenos. Por isso, a Filosofia adota uma postura de estranhamento em relação às coisas, para que, desse modo, possa compreender melhor sua essência.

O **senso comum** abarca os saberes produzidos e transmitidos ao longo das gerações de acordo com a experiência e com as ideias que orientam a vida em sociedade. São saberes que não são verificados cientificamente, mas que carregam importância social e cultural. Ao aprender um novo esporte, por exemplo, um jovem utiliza os conhecimentos adquiridos por meio da experiência e dos

conselhos dos amigos que já praticam aquele esporte. Dessa maneira, esse jovem se baseia no senso comum.

O **conhecimento científico** contempla uma metodologia de investigação e verificação aceita por pesquisadores de determinada área do conhecimento. É resultado da busca de explicações para fenômenos naturais e sociais com base na aplicação sistemática dessa metodologia.

A compreensão do mundo com base nesses variados tipos de conhecimento apresentou diferentes características, de acordo com o contexto histórico. Na Idade Média, por exemplo, predominava o conhecimento religioso como explicação dos fenômenos. Desse modo, as mazelas sociais e os desastres naturais eram atribuídos à vontade divina, cabendo aos seres humanos aceitá-los. Com o declínio do feudalismo e as crescentes críticas às hierarquias e à servidão características desse regime, as explicações racionais para os fenômenos ganharam destaque, e o conhecimento passou a ser associado à investigação e ao questionamento.

Nesse contexto, estavam em curso grandes mudanças relacionadas, por exemplo, ao crescimento das cidades, ao surgimento de novas tecnologias, ao desenvolvimento dos Estados-nação e à ideia de representatividade política. Essas transformações impactaram profundamente os modos de vida e as dinâmicas de sociabilidade das pessoas.

Nos séculos XVIII e XIX, as transformações políticas, econômicas e sociais engendradas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial propiciaram a valorização do exercício da razão. A centralidade da razão foi o que definiu, a partir de então, a noção de modernidade. Assim, o conhecimento científico foi associado à ideia de verdade, que, como todo conceito, variou historicamente, como veremos a seguir.

Na modernidade, a noção de indivíduo se tornou mais complexa em razão das transformações ocorridas no âmbito das relações sociais marcadas por novos códigos culturais, concepções de individualidade e formas de organização política no mundo ocidental. Em meio às mudanças, foram criadas condições para o debate a respeito da natureza dos seres humanos, seu papel em diferentes culturas, suas instituições e sua capacidade para a auto-determinação.



A umbanda é uma religião brasileira que sincretiza elementos do catolicismo, de religiões africanas e do espiritismo. Na foto, umbandistas fazem oferenda a lemanjá, em Tramandaí (RS). Foto de 2023.

CONCEPÇÕES SOBRE O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Como estudado anteriormente, a ciência corresponde a um tipo de conhecimento caracterizado por uma metodologia de investigação. Outras características do conhecimento científico são a apresentação de dados e informações necessários à construção do conhecimento, a elaboração de hipóteses explicativas e a demonstração com base em princípios lógicos. Diferentemente, portanto, do senso comum, que extrai suas conclusões das impressões pessoais, sem uma metodologia específica, o conhecimento científico opera com procedimentos e observações para a obtenção de conhecimentos que possam ser compreensíveis pela razão.

Ainda que a ciência, da Antiguidade até o presente, tenha compromisso com a razão, com o conhecimento e com a verdade, existem diferenças importantes em relação às variadas concepções que se tem da própria ciência. Segundo a filósofa Marilena Chaui (1941-), a produção científica pode ser classificada de acordo com ao menos três concepções:

- **Concepção racionalista:** associada ao mundo grego, essa concepção constrói a ciência basicamente nos moldes matemáticos, por dedução e demonstração. É uma concepção baseada na ideia de que existe uma realidade dada e de que a ciência é a representação perfeita dela. Essa visão se estendeu até o século XVII.
- **Concepção empirista:** utiliza os conhecimentos gregos relacionados à Medicina e se fortaleceu com as pesquisas em história natural do século XVII. Tem a indução como motor principal, ou seja, parte de experiências para chegar à definição do objeto de estudo, bem como de suas leis de funcionamento.
- **Concepção construtivista:** elaborada no século XX, fundamenta-se na ideia de que o ser humano apenas se aproxima da razão e da verdade por meio da construção de modelos explicativos para a realidade. De acordo com ela, a verdade aproximada é sempre passível de complementações, correções e atualizações.

REFLEXÃO

A Escola de Atenas

A obra *A Escola de Atenas*, afresco elaborado pelo pintor italiano Rafael Sanzio (1483-1520) entre 1508 e 1511, representa a valorização da razão a partir da retomada de elementos da Antiguidade clássica, o que configura uma das principais características do Renascimento. A obra também apresenta inovações técnicas desse contexto, como a perspectiva, a composição geométrica e a técnica de sombra e luz.

A pintura ilustra a Academia de Platão, onde são representados filósofos, astrônomos, matemáticos e artistas. No centro da obra, é possível observar Platão (c. 428 a.C.-348 a.C.), com a mão apontada para cima, e seu discípulo Aristóteles, com a mão apontada para baixo. Essa cena representa um grande conflito presente nas discussões sobre ciência, que diz respeito à oposição entre conhecimento inteligível, obtido eminentemente pelo intelecto, e conhecimento sensível, obtido considerando as experiências.



O afresco *A Escola de Atenas*, pintado entre 1508 e 1511 por Rafael Sanzio, está no Palácio Apostólico do Vaticano. Essa obra retrata Platão, Aristóteles, Sócrates, Pitágoras, entre outros filósofos gregos, e evidencia diferentes concepções sobre o conhecimento.

1. Em sua opinião, o conflito entre conhecimento inteligível e conhecimento sensível representado no quadro de Rafael Sanzio ainda está presente na produção científica atual? Justifique sua resposta.

Ciência e razão

Ao longo da história, em contextos distintos e de maneiras diversas, os seres humanos desenvolveram diferentes formas de conhecimento. O senso comum é uma delas. De acordo com Aristóteles, o senso comum abrange o que é percebido pelos sentidos. Outros escritores latinos clássicos definem o senso comum como um hábito ou um costume comum.

Embora as definições variem, elas sempre estabelecem a distinção entre senso comum e ciência. O conhecimento científico é produzido com base na razão e almeja alcançar a verdade, pressupondo uma metodologia específica que não é aplicável ao senso comum.

Apesar de manter essa definição geral, o conhecimento científico sofreu uma importante transformação na passagem do final do século XIX para o início do século XX. O surgimento do construtivismo redimensionou as pretensões da ciência em relação à busca da verdade, que passou a ser entendida como um consenso provisório, e não mais uma essência infalível. Esse movimento ficou muito conhecido por um traço específico: a desconfiança em relação à razão.

Alguns acontecimentos históricos do século XX alimentaram essa desconfiança. Ao presenciar as graves consequências da utilização dos conhecimentos científicos nas duas Guerras Mundiais, no surgimento de regimes fascistas e no crescimento das desigualdades sociais e dos impactos ambientais, parte significativa da intelectualidade do século XX passou a se dedicar ao estudo dos limites da racionalidade. Para Karl Marx, a modernidade corresponde ao período em que “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, como reflexão das grandes mudanças políticas e sociais desse contexto.

Não foram somente os acontecimentos históricos, contudo, que motivaram esse questionamento. O filósofo Friedrich Nietzsche (1844-1900), nas últimas décadas do século XIX, já suspeitava da confiança excessiva na racionalidade, caracterizando a história da Filosofia como a história do triunfo da razão em detrimento do que ele chamava de “afirmação da vida”. A crítica à sobrevalorização dos aspectos “apolíneos” (relacionados à razão) em contraposição aos aspectos “dionisíacos” (relacionados aos sentimentos) e ao desprezo às paixões é um aspecto recorrente da sua filosofia. No livro *Crepúsculo dos ídolos* (1888), o autor critica a própria noção de verdade, considerada um dos falsos deuses que criamos. Depois dele, outros pensadores deram continuidade ao redimensionamento da racionalidade para a contemporaneidade.

O expressionismo foi um dos diversos movimentos artísticos de vanguarda, do início do século XX, que questionava o racionalismo. Os artistas expressionistas estavam interessados em expressar as emoções, e não a observação e a representação objetiva da realidade. *O grito*, de 1893 (óleo, têmpera e pastel sobre papelão), do expressionista Edvard Munch, é uma das principais obras que representam esse movimento. No quadro, vê-se uma figura humana em estado de desespero e angústia.



Museu de Arte Munch, Oslo, Noruega. De Agostini Picture Library/Getty Images

O CONHECIMENTO SOBRE A SOCIEDADE

Em diferentes contextos históricos, os seres humanos refletiram sobre suas possibilidades e suas vontades e se questionaram sobre a influência do contexto em suas ações. Muitas sociedades desenvolveram técnicas matemáticas para calcular os dias, as porções de alimentos e as distâncias, assim como desenvolveram formas de pensamento social. As relações de poder e dominação, as regras sociais, a propriedade, a comunicação, a família e mesmo a amizade foram alguns temas que inquietaram e ainda inquietam diversos teóricos do comportamento social.

O conhecimento não surge ou se desenvolve isoladamente. Por exemplo, foram as ideias inovadoras de Nicolau Copérnico (1473-1543) sobre o movimento da Terra e de outros planetas ao redor do Sol que geraram mudanças importantes no pensamento científico de Galileu Galilei (1564-1642) e contribuíram para que ele, posteriormente, pudesse provar que o Sol é o centro do Sistema Solar.



Mary Evans/Easy Mediabank

O *Domesday book* apresenta um levantamento realizado em 1086 a mando do rei Guilherme I, para obter dados minuciosos sobre as posses de terra na Inglaterra. Esses documentos tornaram-se referência legal e são importantes fontes históricas. A fotografia mostra um dos dois volumes que ficaram escondidos durante a Segunda Guerra Mundial.



Museu Nacional de Arte, Cidade do México. Fotografia: Bridgeman Images/Easypix

A pintura de Félix Parra, de 1873, exhibe Galileu Galilei demonstrando suas teorias astronômicas na Universidade de Pádua, na Itália. Óleo sobre tela.

No mundo ocidental, um antigo lema latino ficou conhecido por meio de uma adaptação realizada pelo cientista Isaac Newton (1642-1727): “Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes”.

Esse lema traz a ideia de que todo tipo de conhecimento é **socialmente construído** e de que as contribuições individuais relacionam-se ao que foi construído antes. Portanto, mesmo que as pesquisas científicas, as obras intelectuais ou as produções artísticas sejam assinadas por uma única pessoa, todas elas são resultado do trabalho de muitas pessoas, estejam elas vivas ou não.

Não escreva no livro.

O conhecimento está inserido em um contexto

Como já estudado, os seres humanos são **seres sociais** que **produzem conhecimento**, e os conhecimentos são fruto dos **contextos histórico e social**. Assim, o conhecimento sobre a sociedade é elaborado de acordo com as possibilidades e as características do contexto e do grupo social que o produz. Leia, a seguir, uma reflexão de Karl Marx, considerado um dos fundadores da Sociologia.

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar nessa linguagem emprestada.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 25-26.

Nesse texto, Marx se contrapunha a duas visões da história: uma visão religiosa e uma visão individualista. A **visão religiosa** acredita que as ações humanas são impotentes diante das transformações sociais, pois a história já estava escrita por forças divinas. Já a **visão individualista** supõe que toda ação humana é capaz de atingir plenamente seu objetivo. Articulando a crítica a essas duas posições e apresentando uma terceira, Marx reconhece a potência da ação humana, mas circunscreve seus limites e suas características ao contexto histórico.

Considerando a visão marxista sobre a história, é possível afirmar que qualquer teoria deve ser compreendida como um produto da sociedade. Para compreendê-las, é preciso transportar-se para seu contexto, considerando o momento e a cultura em que foram produzidas.

O físico Galileu Galilei foi um dos primeiros estudiosos a examinar o céu com um telescópio e provou, com base em seus estudos e em conhecimentos anteriores, como os de Copérnico, que o Sol se posiciona no centro do Sistema Solar. A Igreja católica, instituição mais influente à época, defendia o modelo geocêntrico e passou a perseguir Galileu. Em 1633, ele foi chamado pelo Tribunal da Inquisição, uma instituição criada pela Igreja católica para combater as ideias contrárias aos seus ensinamentos. Galileu foi obrigado a negar o que havia afirmado e foi preso. Esse é um exemplo, portanto, de como o contexto cultural pode influenciar a produção do conhecimento.

Além disso, ao abordar as Ciências Humanas, é preciso considerar uma característica bastante específica desse tipo de conhecimento, já que o objeto de estudo das humanidades é o próprio ser humano em interação. Como sujeito do conhecimento, o pesquisador possui as próprias crenças, que influenciam o tema estudado e a metodologia empregada. Assim, nas Ciências Humanas, há uma reciprocidade entre o sujeito do conhecimento (pesquisador) e o objeto a ser estudado (grupos sociais, sistemas políticos, cultura, etc.). Ao analisar a sociedade e as interações sociais, surge a seguinte questão: Essa especificidade é um entrave para as investigações ou colabora para o desenvolvimento das Ciências Humanas?

Como visto anteriormente, ao longo da história, é possível identificar ao menos três concepções de ciência: a racionalista, a empirista e a construtivista. Por ser mais afinada com as demandas específicas do pensamento social, as concepções construtivistas têm predominado nas Ciências Humanas, embora as outras tenham exercido e ainda exerçam influência. Essa concepção considera a interação entre o pesquisador e o objeto do conhecimento e estabelece como princípio dessa relação a impossibilidade de imparcialidade e de neutralidade, mas não de objetividade. Fica, portanto, a questão: Como definir ferramentas que garantam rigor científico mesmo nessas situações?

A sociedade como objeto de estudo

Uma possível resposta à pergunta da página anterior é a capacidade das Ciências Humanas de questionar os fenômenos sociais, buscando explicações para eles. Para que esse estudo seja possível, é necessária uma postura de estranhamento do pesquisador, de modo a buscar a compreensão das questões sociais em sua complexidade, valorizando diferentes pontos de vista.

Em 1917, o cenógrafo e crítico literário russo Viktor Chklóvski (1893-1984) empregou o conceito de estranhamento para nomear o distanciamento – possibilitado pela arte – do modo usual de apreensão do mundo. Segundo o autor, a arte permite às pessoas entrar em uma nova dimensão e ver a realidade de outra perspectiva.

As Ciências Humanas também se aproximaram dessa ideia, já que seu procedimento de investigação evita tomar a realidade social como algo evidente. Assim, é possível questionar como ela se constitui e quais elementos permitem sua reprodução, buscando explicações para os fenômenos. Dessa forma, o processo de estranhar guarda afinidade com o desnaturalizar, ou seja, evidenciar o caráter social, histórico e cultural dos fenômenos, ainda que eles nos pareçam naturais.

Nesse sentido, a capacidade de exercitar o olhar respeitoso sobre o outro e de se colocar no lugar dele é fundamental. Na Antropologia, por exemplo, o conceito de **alteridade** é central, já que possibilita reconhecer o outro e sua maneira de ver o mundo, e a partir disso refletir sobre a própria cultura.

A compreensão e o questionamento sobre as formas como o estranhamento influencia os diferentes pontos de vista e as impressões sobre o mundo são importantes para o exercício da empatia e do diálogo. Assim, exercitar o olhar sobre os eventos ao redor é um desafio fundamental que possibilita enxergar a pluralidade de interpretações de um fenômeno, de acordo com a perspectiva empregada.



Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, Madrid, Espanha. Fotografia: Bridgeman Images/Easy Mediabank © Succession Pablo Picasso / AUVIS, Brasil, 2024

O bombardeio à cidade de Guernica, promovido pelas forças alemãs aliadas do ditador Franco, no País Basco, Espanha, foi retratado pelo pintor cubista Pablo Picasso (1881-1973) na obra *Guernica*, de 1937, óleo sobre tela. A distorção da perspectiva transforma o modo como cotidianamente vemos o mundo, aproximando-se do essencial por meio do estranhamento.

INTERAÇÃO

1. Ao ouvir uma música, ver um quadro ou assistir a um filme, você já “estranhou” algo que considerava natural, sobre o qual nunca tinha parado para pensar? Converse com os colegas sobre obras de arte que os impactaram e troquem experiências.
2. Escolha um país que você conhece ou de cujas características já tenha ouvido falar, como tamanho do território, tipos climáticos, aspectos culturais, etc., e outro país que você desconhece ou que conhece pouco. Em seguida, elabore uma hipótese para explicar por que isso acontece. Que fatores determinaram que você conhecesse mais um país do que outro?

AS CIÊNCIAS SOCIAIS: ANTROPOLOGIA, CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA

Como estudamos, as Ciências Humanas nos ajudam a compreender os fenômenos sociais, e existem áreas de conhecimento específicas que nos fornecem ferramentas teóricas e conceituais mais delimitadas. Dessa forma, dentro da área de Ciências Humanas, temos as chamadas Ciências Sociais, além da História, da Filosofia, da Geografia (que você, provavelmente, já conhece), da Pedagogia, do Direito e muitas outras. Inseridas no que chamamos de Ciências Sociais, temos outra subdivisão: Antropologia, Ciência Política e Sociologia, como se pode observar na figura a seguir.



Todas essas divisões, no entanto, não transformam o conhecimento em algo fragmentado. Pelo contrário! Tanto a formação quanto a atuação do cientista social acontecem a partir de uma perspectiva que integra não somente as Ciências Sociais, mas outras áreas das Ciências Humanas.

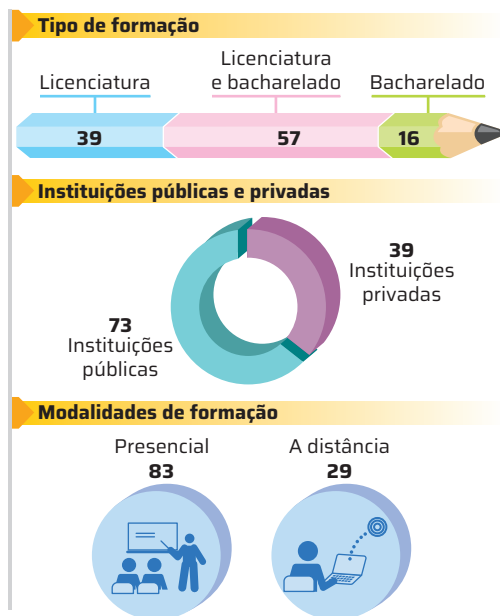
Imagine, por exemplo, que você seja um antropólogo que esteja pesquisando determinado ritual sagrado.

Para compreendê-lo, você poderá recorrer à: Sociologia, que lhe auxiliará a compreender a forma como as religiões contribuem para organizar a vida social; Ciência Política, que lhe fornecerá ferramentas conceituais para explicitar as relações de poder evidenciadas no ritual; História, que lhe possibilitará recompor as permanências e as transformações desse ritual ao longo do tempo; e Geografia, que despertará seu olhar para questões relativas à localização espaço-temporal do fenômeno estudado.

No Ensino Médio e nesta obra, por exemplo, embora o componente curricular seja conhecido como Sociologia, você terá contato com ferramentas teóricas e conceituais da Sociologia e também da Antropologia e da Ciência Política.

No Brasil, somente a partir de 1980, a profissão de sociólogo foi reconhecida formalmente; no entanto, os primeiros cursos de **graduação** na área foram criados ainda na década de 1930. Atualmente, existem dois tipos de formação em Ciências Sociais em nosso país: bacharelado, que se trata de uma formação mais ampla; e licenciatura, que forma o cientista social para atuar como professor. Conheça um pouco mais sobre o tema no infográfico a seguir.

graduação: formação obtida após o término do Ensino Superior.



Ilustrações: Reinaldo Vignati/D/BR

INTERAÇÃO

1. Observe o infográfico. Qual região apresenta o maior número de cursos de Ciências Sociais no Brasil? Em sua opinião, o que explica essa concentração?
2. Entre os cursos existentes, quantos oferecem a formação em licenciatura? Crie hipóteses que expliquem esse dado. Em seguida, comente-as com os colegas.

Conhecimento e a possibilidade de transformação social

As Ciências Humanas trabalham com questionamentos para entender a sociedade. É possível investigar, por exemplo, questões como: Por que as pessoas agem e pensam de uma forma, e não de outra? Por que existem desigualdades nas sociedades humanas? Por que existem relações de poder na sociedade? O que é cultura? O que é beleza? Ao longo deste volume, será estudado como diferentes pesquisadores responderam a essas questões.



Yann Latronche/Gamma-Rapho/Getty Images

Pierre Bourdieu. Foto de 1998.

Assim, é necessário problematizar o conhecimento produzido como um recorte da realidade. O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), por exemplo, dedicou-se a essas reflexões. Por meio de sua produção teórica, Bourdieu desnaturalizou o mundo social, buscando as causas que influenciam a forma como as pessoas são e agem. Assim, ele propunha uma ciência social reflexiva,

que, em linhas gerais, pode ser entendida como uma ciência social que, ao mesmo tempo que produz conhecimento sobre um fenômeno humano, também produz conhecimento sobre si mesma, comprometendo-se com a transformação social.

Ele se destacou na academia realizando pesquisas sobre as desigualdades sociais analisando o fato de os indivíduos, muitas vezes, reproduzirem o destino reservado à sua classe ou à sua posição social. Também teorizou sobre o papel das instituições e o peso da história nas trajetórias de vida das pessoas.

Além de sua produção teórica, ele se envolveu em lutas pelos direitos dos desempregados, dos imigrantes e dos desabrigados. Dessa forma, é possível ponderar como a pesquisa científica pode ser um importante instrumento de transformação social, já que, ao analisar criticamente os fenômenos sociais, ela possibilita a busca de soluções para os problemas. As propostas teóricas de Bourdieu também proporcionaram ferramentas para incluir contextos mais amplos, como a História e a Economia, na análise das interações sociais.

Atualmente, a investigação sobre a desigualdade social, as questões de gênero, a saúde, a educação, a participação política, entre outros aspectos, fornece subsídios para as políticas públicas e para a luta pela superação de problemas sociais. Assim, em pesquisas acadêmicas, a constatação de que há desigualdade de acesso às universidades públicas permitiu, por exemplo, a implementação de cotas raciais como medida de inclusão no Ensino Superior.

AÇÃO E CIDADANIA

Teatro e reflexão social

No Brasil, o Teatro do Oprimido, do dramaturgo Augusto Boal (1931-2009), é uma técnica de produção teatral que visa democratizar o acesso ao teatro e à sua produção, priorizando as camadas menos favorecidas e valorizando os debates sociais. O Teatro do Oprimido teve início nos anos 1960 e, mesmo em meio à repressão do período ditatorial no Brasil, chegou a diversos movimentos sociais e diferentes comunidades desassistidas pelo governo, que utilizaram a produção teatral proposta por Boal para expressar seus ideais e suas demandas.

Em 2009, no Dia Mundial do Teatro, Boal publicou um manifesto que continha o seguinte trecho:

[...] Somos todos artistas: fazendo teatro, aprendemos a ver aquilo que nos salta aos olhos, mas que somos incapazes de ver tão habituados estamos apenas a olhar. O que nos é familiar torna-se invisível: fazer teatro, ao contrário, ilumina o palco da nossa vida cotidiana.

BOAL, Augusto. Dia Mundial do Teatro. Instituto Augusto Boal, Rio de Janeiro, 27 mar. 2009. Disponível em: <https://acervoaugustoboal.com.br/dia-mundial-do-teatro/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Entre as técnicas do Teatro do Oprimido, destaca-se o “teatro invisível”. Nele, a encenação é realizada no local onde ela aconteceria de verdade, sem que os espectadores fossem avisados de que se trata de uma peça. Por consequência, as interações dos espectadores seriam reais, e eles também se tornariam protagonistas das intervenções. Os debates gerados partiriam, portanto, de eventos que mesclam encenação e realidade.

1. Com base no conteúdo apresentado, que conexões você observa entre o Teatro do Oprimido e os questionamentos feitos pelas Ciências Humanas?



Instituto Augusto Boal/Acevo do cedente

Augusto Boal em viagem para Calcutá, Índia, para a inauguração da Federação Indiana de Teatro do Oprimido, 2006. A técnica teatral proposta por Boal foi disseminada por muitos países.

- 1** Leia, a seguir, o trecho da uma fala da cena inicial da peça *A vida de Galileu*, escrita pelo dramaturgo alemão Bertolt Brecht (1898-1956).

GALILEU (*se enxugando*)

[...]

Mas as águas da terra fazem girar as novas rocas, e nos estaleiros, nas casas de cordame e de velame, quinhentas mãos se movem em conjunto, organizadas de maneira nova.

Predigo que a astronomia será comentada nos mercados, ainda em tempos de nossa vida. Mesmo os filhos das peixeiras quererão ir à escola. Pois os habitantes de nossas cidades, sequiosos de tudo que é novo, gostarão de uma astronomia nova, em que também a terra se mova. O que constava é que as estrelas estão presas a uma esfera de cristal para que não caiam. Agora juntamos coragem e deixamos que flutuem livremente, desancoradas e elas estão em grande viagem, como as nossas caravelas, desancoradas e em grande viagem.

E a Terra rola alegremente em volta do Sol, e as mercados de peixe, os comerciantes, os príncipes e os cardeais, e mesmo o papa, rolam com ela.

Uma noite bastou para que o universo perdesse o seu ponto central; na manhã seguinte, tinha uma infinidade deles. De modo que agora qualquer um pode ser visto como centro, ou nenhum. Subitamente há muito lugar. Nossos navios viajam longe. As nossas estrelas giram no espaço longínquo, e mesmo no jogo de xadrez, agora a torre atravessa o tabuleiro de lado a lado. Como diz o poeta: “Ó manhã dos inícios!...”.

BRECHT, Bertolt. *A vida de Galileu*. Alemanha, 1937-38. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/brecht/1938/mes/galileu.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

- Que descoberta científica deixa Galileu bastante entusiasmado?
- Considerando o contexto social vivido por Galileu Galilei, quais forças principais eram contrárias às pesquisas científicas? E quais eram favoráveis?
- Hoje em dia, que descobertas científicas causam polêmica na sociedade? Como essa tensão pode ser explicada?

- 2** Analise a tira a seguir e, depois, responda às questões.



Tira Níquel Náusea, de Fernando Gonsales. *Folha de S.Paulo*, 1987.

- Qual é o recurso utilizado pelo quadrinista para provocar o efeito de humor nessa tira?
- Utilize a tira para comentar a concepção sobre o indivíduo na modernidade. Qual paradigma é problematizado pelo rato?

- 3** (Enem)

O século XVIII é, por diversas razões, um século diferenciado. Razão e experimentação se aliavam no que se acreditava ser o verdadeiro caminho para o estabelecimento do conhecimento científico, por tanto tempo almejado. O fato, a análise e a indução passavam a ser parceiros fundamentais da razão. É ainda no século XVIII que o homem começa a tomar consciência de sua situação na história.

ODALIA, N. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

No ambiente cultural do Antigo Regime, a discussão filosófica mencionada no texto tinha como uma de suas características a:

- aproximação entre inovação e saberes antigos.
- conciliação entre revelação e metafísica platônica.
- vinculação entre escolástica e práticas de pesquisa.
- separação entre teologia e fundamentalismo religioso.
- contraposição entre clericalismo e liberdade de pensamento.

- 4** (UFPR)

Max Weber (1864-1920) endossa o ponto de vista segundo o qual as ciências sociais visam a compreensão de eventos culturais enquanto singularidades. O alvo é, portanto, captar a especificidade dos fenômenos estudados e seus significados. Mas sendo a realidade cultural infinita, uma investigação exaustiva, que considerasse todas as circunstâncias ou variáveis envolvidas num determinado acontecimento, torna-se uma pretensão inatingível. Por isso, o cientista social precisa isolar, da ‘imensidade absoluta, um fragmento ínfimo’ que considera relevante. [...] Pode-se dizer, então, que o particular ou o específico não é aquilo que vem dado pela experiência, nem muito menos o ponto de partida do conhecimento, mas o resultado de um esforço cognitivo que discrimina, organiza e, enfim, abstrai certos aspectos da realidade na tentativa de explicar as causas associadas à produção de determinados fenômenos.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Marcia Gardênia Monteiro de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 100.

Considerando o trecho acima, assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de objetividade da pesquisa científica, segundo Weber.

- a) Todo contexto histórico implica a existência de certas visões de mundo que, por sua vez, correspondem à adoção de categorias próprias de uma dada sociedade que, ao produzir conhecimento, assume para si a ideia de neutralidade axiológica e constitui a objetividade sem a necessidade de qualquer recorte particular da realidade.
- b) A compreensão dos fenômenos sociais implica a construção de uma ciência que seja absolutamente neutra, pois somente nessas condições é que se pode anular os interesses subjetivos do pesquisador e alcançar a objetividade científica absoluta nas ciências sociais.
- c) Os aspectos particulares e específicos de uma dada ciência, por si só, já exprimem a objetividade científica, pois são resultado da criação de categorias teóricas formuladas a partir de metodologia verificada e chancelada pela comunidade científica na área das ciências sociais.
- d) O critério de seleção operante nesse processo é dado pelo significado que certos fenômenos possuem, tanto para o pesquisador como para a cultura e a época em que estão inseridos, pois é na consideração de ambos os registros que será possível o ideal de objetividade e inteligibilidade nas ciências sociais.
- e) O princípio da objetividade é algo impraticável nas ciências sociais, pois ao considerarem as ações e relações sociais entre indivíduos ou mesmo grupos de indivíduos, os cientistas sociais apenas operam com as subjetividades das sociedades, sem que haja uma compreensão satisfatória dos fenômenos sociais.

5 (Enem)

O conhecimento é sempre aproximado, falível e, por isso mesmo, suscetível de contínuas correções. Uma justificação pode parecer boa, num certo momento, até aparecer um conhecimento melhor. O que define a ciência não será então a ilusória obtenção de verdades definitivas. Ela será antes definível pela prevalência da utilização, por parte dos seus praticantes, de instrumentalidades que o campo científico forjou e tornou disponíveis. Ou seja, cada progressão no conhecimento que mostre o caráter errôneo ou insuficiente de conhecimentos anteriores não remete estes últimos para as trevas exteriores da não ciência, mas apenas para o estágio de conhecimentos científicos historicamente ultrapassados.

ALMEIDA, J. F. Velhos e novos aspectos da epistemologia das ciências sociais. *Sociologia*: problemas e práticas, n. 55, 2007 (adaptado).

O texto desmistifica uma visão do senso comum segundo a qual a ciência consiste no/a:

- a) conjunto de teorias imutáveis.
- b) consenso de áreas diferentes.

- c) coexistência de teses antagônicas.
- d) avanço das pesquisas interdisciplinares.
- e) preeminência dos saberes empíricos.

6 (Enem)

No semiárido brasileiro, o sertanejo desenvolveu uma acuidade detalhada para a observação dos fenômenos, ao longo dos tempos, presenciados na natureza, em especial para a previsão do tempo e do clima, utilizando como referência a posição dos astros, constelação e nuvens. Conforme os sertanejos, a estação vai ser chuvosa quando a primeira lua cheia de janeiro “sair vermelha, por detrás de uma barra de nuvens”, mas “se surgir prateada, é sinal de seca”.

MAIA, D.; MAIA, A. C. A utilização dos ditos populares e da observação do tempo para a climatologia escolar no ensino fundamental II. *GeoTextos*, n. 1, jul. 2010 (adaptado).

O texto expõe a produção de um conhecimento que se constitui pela

- a) técnica científica.
- b) experiência perceptiva.
- c) negação das tradições.
- d) padronização das culturas.
- e) uniformização das informações.

7 (Uece)

A ciência sociológica, apesar de visar à explicação e compreensão dos fenômenos sociais, de modo geral, não tem como exclusividade ou propósito final a análise única de “problemas sociais”. Isto significa dizer que a Sociologia não se reduz a estudar unicamente fenômenos sociais como a desigualdade social ou a corrupção política. O problema sociológico, diferente de um problema social, é algo construído como objeto de estudo da pesquisa na Sociologia. Assim, é lógico afirmar que todo problema social é ou pode ser objeto de um problema sociológico, mas nem todo problema sociológico tem como estudo um problema social.

Partindo do raciocínio e da afirmação acima, é correto dizer que

- a) um “problema sociológico”, da mesma forma que os “problemas sociais”, afeta todos os membros de uma sociedade.
- b) o problema da violência contra a mulher é questão para o Estado, para a sociedade e para a compreensão sociológica.
- c) um “problema social” é algo formulado pelos sociólogos, os quais têm obrigação de resolvê-los para a sociedade.
- d) a Sociologia iniciou-se com o advento do Estado e é, desde então, instrumento tecnológico para as causas sociais.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

ROBERTO DAMATTA

Des: Augusto Studio/D&B



Neste primeiro capítulo, conhecemos um pouco dos elementos que caracterizam o conhecimento produzido sobre a sociedade. Compreendemos que esse conhecimento é muito diverso, assim como são diversas e complexas as sociedades do presente e do passado.

Abordando questões relativas à sociedade brasileira e às metodologias de pesquisa em Ciências Sociais com enfoque na Antropologia, conheceremos algumas ideias de Roberto DaMatta.

PERFIL

Nascido em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, em 1936, Roberto DaMatta possui formação em História e Antropologia, sendo reconhecido tanto como sociólogo quanto como antropólogo. Atua como professor e colunista em jornais, refletindo sobre temas diversos: rituais, cidadania, hierarquia social e sistemas culturais, como Carnaval e futebol, cidadania e jogo do bicho.

OBRAS-CHAVE

- *Você sabe com quem está falando? Estudos sobre o autoritarismo brasileiro* (2020)
- *Brasileirismos: além do jornalismo, aquém da antropologia e quase ficção* (2015)
- *Fé em Deus e pé na tábua: ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil* (2010)
- *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira* (1993)
- *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* (1985)
- *O que faz o Brasil, Brasil?* (1984)
- *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (1979)

EM LEITURA

Em um de seus textos, *O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues*, publicado em 1978, Roberto DaMatta reflete sobre a necessidade de analisar os temas que envolvem as sociedades com certa objetividade, transformando o exótico em familiar e o familiar em exótico. Mas o que isso quer dizer?

Quando estudamos questões pertinentes à nossa sociedade, deve haver distanciamento, que consiste em transformar o familiar em exótico, por meio da desnaturalização. Isso significa que devemos reinterpretar questões cotidianas como se nós não as conhecêssemos, tentando captar os significados mais escondidos e, ao mesmo tempo, reveladores sobre determinada sociedade.

De modo complementar, Roberto DaMatta sugere que, ao estudarmos povos, culturas e tradições distantes de nós e de nossa matriz simbólica, devemos adotar a relativização, ou seja, transformar o exótico em familiar, tentando compreender o ponto de vista do outro a partir do lugar dele, e não do nosso.

Em seu livro *Relativizando: uma introdução à antropologia social*, publicado pela primeira vez em 1981, o autor discute ideias como essas. Leia, a seguir, um trecho da obra.

Os fatos que formam a matéria-prima das ciências sociais são, pois, fenômenos complexos, geralmente impossíveis de serem reproduzidos, embora possam ser observados. Podemos observar funerais, aniversários, rituais de iniciação, trocas comerciais, proclamações de leis [...]; mas, além de não poder reproduzir tais eventos, temos de enfrentar a nossa própria posição, história biográfica, educação, interesses e preconceitos. Todos os fenômenos que são hoje parte e parcela das chamadas ciências sociais são fatos conhecidos desde que a primeira sociedade foi fundada, mas nem sempre existiu uma ciência social. Assim, classes de homens diversos observaram fatos e os registraram de modo diverso, segundo os seus interesses e motivações; de acordo com aquilo que julgavam importante. [...]

DaMatta, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 22.



Roberto Casimiro/Fotoarena

Roberto DaMatta reflete sobre a particularidade que envolve os estudos sobre as sociedades e problematiza a especificidade do conhecimento produzido nas Ciências Sociais.

PARA CONCLUIR

- 1** Agora, imagine-se como um cientista social, nascido no Brasil e que tenha vivido aqui desde então. Você estudará os rituais de casamento em dois contextos sociais: no Brasil e na Índia. Partindo dos conhecimentos do capítulo e das proposições de DaMatta, reflita sobre as seguintes perguntas:
 - a) Sendo um cientista social brasileiro, quais são os cuidados que você deveria ter ao analisar os rituais de casamento no Brasil?
 - b) Sendo um cientista social brasileiro, quais são os cuidados que você deveria ter ao analisar os rituais de casamento na Índia?
 - c) No caderno, faça uma lista dos cuidados identificados nos itens a e b e os compare. No que eles se assemelham? No que eles diferem? Compartilhe suas considerações com os colegas, em sala de aula.

DaMatta investiga o significado social de rituais, como Carnaval, procissões e paradas militares, para compreender os dilemas da sociedade brasileira. Na foto, casal de mestre-sala e porta-bandeira, Jeff Antony e Graci Araújo, durante desfile da escola de samba Independente Tricolor, no município de São Paulo (SP). Foto de 2024.

PRÁTICAS DE TEXTO

CRÔNICA

Proposta

Neste capítulo, você aprendeu que a compreensão dos fenômenos sociais necessita de que o pesquisador assumira uma postura de estranhamento. Para exercitar esse estranhamento, você e os colegas deverão escrever uma crônica, que será afixada em lugares adequados na escola e compartilhada nas redes sociais.

A crônica é um tipo de texto narrativo, curto e leve, que pode fazer uso de linguagem coloquial e descreve cenas e situações do cotidiano a partir de um olhar observador e distanciado. Assumindo diferentes tons (humorístico, jornalístico, crítico), ela pode conter descrições, personagens, diálogos e pontos de vista sobre determinado tema.

Público-alvo	Comunidade escolar e leitores interessados na proposta.
Objetivo	Chamar a atenção sobre diferentes aspectos e pontos de vista a respeito de cenas cotidianas dos estudantes, exercitando o estranhamento próprio das Ciências Sociais.
Circulação	Exposição em murais espalhados pela escola e redes sociais.

Possivelmente, você já teve contato com uma crônica, porque é um tipo de texto bastante comum. De qualquer forma, selecionamos trechos de uma crônica crítica de autoria da brasileira Lya Luft (1938-2021). Leia-os a seguir.

Prioridades

Bem que a gente podia fazer uma reforma para valer, não essas dos políticos e dos papéis, mas alguma coisa pessoal. Vital.

A reforma das nossas prioridades. Cansei de ouvir todo mundo reclamando que não tem tempo nem pra respirar, nada mais de conversas à mesa, nada mais de passeio tranquilo, muito menos de sossego em família.

[...]

Fico imaginando que se a gente fizesse uma faxina em nossos compromissos e deveres, boa parte desapareceria ligeiro no ralo do bom senso, e desapareceria para todo o sempre no nebuloso das nossas iniquidades mais banais.

[...]

Comprar não é um dever, quando não se trata do indispensável ou do que faz bem. Comprar pode ser, e tem sido, em

grande parte moda, mania, quase neurose. Andar com a roupa do momento pode ser burro e pobre: por que todas as meninas parecendo fantasiadas para desfilerem no mesmo bloco? Por que todas com a mesma sandália só porque alguém na televisão...? Por que pais e mães se sacrificam para poderem dar aos meninos alguns absurdos caros, talvez ridículos?

[...]

Uma hora menos de trabalho extra por dia – não vou poder comprar aquele tênis importado caríssimo, o menino vai emburrar – pode significar uma hora de carinho, de convívio a mais.

Um fim de semana menos de trabalho extra – mas como vou dar aquela roupa caríssima, a menina vai se frustrar, e tem o cursinho de inglês, e o de nem lembro o quê [...] – pode representar um encontro onde a gente vai enxergar de verdade o filho, o irmão, a amante, o marido, o amigo.

Ou a si mesmo, ficando quieto na rede, na praça, até na cama, pensando. De bobeira. [...] Sentindo que somos gente, dentro de algo misterioso chamado vida. Reformulando nossos planos, tentando saber o que queremos para nós.

Muito do que gastamos (e nos desgastamos) nesse consumismo feroz podia ser negociado com a gente mesmo: uma hora de alegria em troca daquele sapato. Uma tarde de amor em troca da prestação do carro do ano; um fim de semana em família em lugar daquele trabalho extra que está me matando e ainda por cima detesto.

Não sei se sou otimista demais, ou fora da realidade. Mas, à medida que fui gostando mais de meus *jeans*, camisetas e mocassins, me agitando menos, querendo ter menos, fui ficando mais tranquila e mais divertida. Sapato e roupa simbolizam bem mais do que isso que são: representam uma escolha de vida, uma postura interior.

Nunca fui modelo de nada, graças a Deus. Mas amadurecer me obrigou a fazer muita faxina nos armários da alma e na bolsa também. Resistir a certas tentações é burrice; mas fugir de outras pode ser crescimento, e muito mais alegria.

Cada um que examine o baú de suas prioridades, e faça a arrumação que quiser ou puder.

Que seja para aliviar a vida, o coração e o pensamento – não para inventar de acumular ali mais alguns compromissos estéreis e mortais.

LUFT, Lya. Prioridades. In: LUFT, Lya. *Pensar é transgredir*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
© By herdeiros de Lya Luft

Essa crônica pode ser classificada como crítica, pois a escritora, ainda que de forma sutil e leve, questiona os padrões de consumo que levam as pessoas a priorizar compras em detrimento de momentos de afeto e alegria. Agora é o momento de pôr a mão na massa.

Planejamento e elaboração

- 1** Pense nas situações de seu cotidiano: pode ser na escola, em casa, no trajeto entre a casa e a escola, quando você está entre amigos, na igreja (se você frequentar alguma), etc. Independentemente do contexto selecionado, escolha uma situação que lhe apresente algum ponto de seu interesse, pois essa será a motivação de sua crônica.
- 2** Após a escolha, organize-se para observar o desenrolar da mesma situação por mais de uma vez. Se possível, observe essa mesma situação ao menos três vezes, em datas diferentes, com as mesmas pessoas ou com pessoas distintas. A ideia é que você se coloque no lugar de um observador distante da cena, mesmo que seja personagem nela.
- 3** Durante os momentos de observação, registre os elementos que chamaram a sua atenção. Essas anotações auxiliarão a escrita do texto.
- 4** Reserve um tempo, de preferência quando estiver só, para analisar suas anotações e definir o tom da sua crônica: humorística, crítica, poética? Esse tom vai depender de quais elementos você quer evidenciar durante a narrativa.
- 5** Organize suas anotações, comparando os diferentes momentos nos quais você observou a mesma situação ou cena. Em seguida, dedique-se à redação da crônica.
- 6** A crônica pode conter os seguintes elementos:
 - título;
 - número reduzido de personagens;
 - narrador-personagem ou apenas observador, característica que determina a pessoa (primeira ou terceira pessoa) a ser utilizada;
 - relato de alguma situação ou cena cotidiana;
 - descrição coesa (com começo, meio e fim) da situação ou cena.

Revisão e reescrita

- 1** Releia e avalie o texto, observando os seguintes elementos:

O texto apresenta título e personagens e relata uma situação ou cena cotidiana?

O texto tem uma perspectiva distanciada e reflexiva sobre a situação ou cena narrada?

As fontes pesquisadas são confiáveis e estão devidamente identificadas?

O tom (humorístico, crítico, poético) da crônica é a melhor opção para evidenciar os elementos da situação ou cena retratada?

Ao longo de todo o texto, o tom escolhido para a narrativa se mantém?

A linguagem e o registro do texto estão adequados à situação de comunicação e sem desvios ortográficos ou erros de digitação?

- 2** Faça os ajustes e as melhorias que considerar necessários e redija uma nova versão do texto.
- 3** Em dupla com um colega, troque sua crônica com a dele. Solicite ao colega leitor que dê sua sincera e respeitosa opinião acerca da crônica que você produziu, considerando os pontos da revisão. Faça o mesmo com a crônica dele. Se necessário, realize os ajustes em uma nova versão da crônica.
- 4** Em data previamente acordada com o professor, entregue a versão do texto elaborada após a avaliação de sua dupla de trabalho.
- 5** Depois da devolutiva do professor, caso seja necessário, redija uma versão final, optando pela forma manuscrita ou digitada, considerando a necessidade de que o conteúdo seja legível quando a crônica estiver em exposição. Não se esqueça de pensar no tamanho da letra a ser utilizada.
- 6** Em data previamente combinada com o professor, realize a entrega do texto que irá para a exposição e será publicado nas redes sociais.

Circulação

- 1** Definam, sob a supervisão do professor, os locais da escola que receberão os murais com as crônicas da turma.
- 2** Compartilhem os textos em redes sociais para que outras pessoas também tenham acesso às crônicas produzidas pela turma.
- 3** Leia os textos dos colegas e deixe comentários sobre eles, sempre prezando o respeito e a troca cooperativa de informações.



Pessoas passeiam e olham vitrines em shopping center em Londrina (PR). Foto de 2022.

Ernesto Reghran/Pulsar Imagens

A RELAÇÃO ENTRE INDIVÍDUO E SOCIEDADE

1. Observe a imagem de abertura do capítulo. Em sua opinião, o que motiva as ações dos indivíduos que aparecem nela?
2. Você já se perguntou de onde vêm seus gostos e suas preferências? Quais sensações são despertadas em você ao observar um ambiente como o da imagem?
3. Você tem o hábito de praticar esportes? Reflita sobre a influência da escola, da família e de seus gostos pessoais para justificar seu envolvimento em atividades esportivas.

Pessoas praticam ioga na praia do Arpoador, no município do Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2024.



Rogério Reis/Pulsar Imagens

A forma como nos percebemos e nos descrevemos, como o outro nos percebe e se relaciona conosco, aquilo que pensamos, como nos comportamos em diferentes lugares e expressamos nossas emoções ganham sentido quando analisamos o contexto social. Se alguém lhe perguntasse “quem é você?”, como responderia? Quais elementos usaria para se descrever? E se lhe perguntassem “o que gosta de fazer?”, como responderia? Você já observou que compartilha muitos de seus gostos com amigos e familiares? Você consegue identificar o que influencia a forma como

você se apresenta e as atividades de que gosta? Esses questionamentos parecem triviais, mas, na verdade, são muito complexos, pois envolvem a compreensão da relação entre indivíduo e sociedade, tema fundador das Ciências Sociais. Ao longo do tempo, essa reflexão possibilitou a construção de conceitos sobre o eu, os outros e as formas de interação entre eles.

Neste capítulo, você vai refletir sobre os limites entre o que é social e o que é individual e conhecer algumas metodologias desenvolvidas para estudar esse assunto.

A RELAÇÃO ENTRE INDIVÍDUO E SOCIEDADE: ABORDAGENS CLÁSSICAS

O que são questões individuais? E questões sociais? O que leva algumas pessoas e alguns grupos sociais a apresentar semelhanças? E diferenças? Essas reflexões, cujas respostas podem ser muitas, contribuíram para a consolidação da Sociologia como ciência, pois possibilitaram a definição do objeto de estudo e o desenvolvimento de ferramentas próprias. Você vai estudar agora a perspectiva das principais teorias sociológicas clássicas sobre a relação entre indivíduo e sociedade, com o objetivo de compreender e comparar diferentes percepções sobre o tema.

Positivismo: estática e dinâmica social

O que conhecemos hoje como Sociologia é fruto de inúmeros esforços e iniciativas para criar e consolidar uma área de conhecimento voltada especificamente para a compreensão da sociedade.

A consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento industrial no século XIX intensificaram transformações sociais, econômicas, políticas, ideológicas, tecnológicas e científicas, impulsionando a criação de teorias capazes de explicar esse novo modelo de sociedade.

O primeiro esforço para investigar os fatos relativos à sociedade é atribuído ao pensador francês Auguste Comte (1798-1857), fundador do **Positivismo**.

Comte propôs, então, a criação da Física Social, depois denominada Sociologia, uma ciência que estava pautada nos métodos das Ciências da Natureza, pois o pensador postulava que a sociedade, assim como a natureza, se organizava por meio de leis gerais, que deveriam ser objeto de estudo da Sociologia. Essa ciência era fundamentalmente descritiva e sugeria a observação e a análise dos fatos sociais de modo a identificar as regularidades e evidenciar as leis gerais que organizavam a sociedade. A isso, podemos chamar de **estática social**, elemento importante para compreender

a **ordem** que mantém uma sociedade **coesa** e em estado de equilíbrio.

Visando compreender as intensas transformações na sociedade e identificar o caminho para que elas fossem benéficas, Comte introduziu também o conceito de **dinâmica social**, que buscava explicar quais eram as etapas que as sociedades deveriam percorrer em direção ao **progresso social**. Dessa forma, Comte classificou as sociedades segundo a **Lei dos três estados**, na qual afirmava que o pensamento e o espírito humano passariam por três estados de pensamento, de acordo com a forma predominante de explicação dos fenômenos sociais:

- **Estado teológico:** explicações mais simples, baseadas em compreensões fictícias, sobrenaturais ou religiosas.
- **Estado metafísico:** forma intermediária de explicação, já envolvendo abstração, mas baseada em argumentos não evidenciáveis.
- **Estado positivo:** forma mais desenvolvida de explicação, pautada na ciência como conhecimento objetivo e neutro.

Havia uma compreensão do progresso social como algo linear e evolutivo e, segundo Comte, todas as sociedades deveriam buscar o estado positivo. Nesse sentido, a Sociologia seria uma ciência que contribuiria para compreender a sociedade e se antecipar a eventuais problemas e desequilíbrios.

As ideias de Comte e do Positivismo ressoaram em diversos países da Europa e fora dela, incluindo o Brasil. Na segunda metade do século XIX, o movimento republicano difundia amplamente os ideais de ordem e progresso como norteadores fundamentais para a construção de uma nova sociedade brasileira.

coeso: unido, em harmonia.

Positivismo: corrente filosófica que defende a ciência como única fonte segura de conhecimento.

REFLEXÃO

Positivismo e a Religião da Humanidade

Baseada na ideia de uma unidade moral humana, a Religião da Humanidade, criada por Comte, propunha a busca científica como meio para o aperfeiçoamento humano, impondo a ciência como solução definitiva para a desordem social.

No Brasil, as ideias positivistas impactaram o movimento republicano e até hoje ressoam entre alguns de seus defensores. A capela mostrada na imagem continua em funcionamento, o que demonstra certa relevância dos ideais positivistas no país até hoje.

1. Observe a imagem da capela. Em sua opinião, o que significa o lema estampado na fachada do prédio?
2. Como podemos perceber a influência dos ideais positivistas no movimento republicano no Brasil? Compartilhe sua hipótese com os colegas.



Fachada da Capela Positivista de Porto Alegre, inaugurada em 1928 e tombada como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (Iphae) em 2012. Foto de 2024.



Retrato de Émile Durkheim, sem data.

instituição: no sentido sociológico, refere-se a estruturas e mecanismos responsáveis por promover a integração dos indivíduos na sociedade. Exemplos: Estado, família, Igreja, trabalho e escola.

A sociedade determina os indivíduos: Émile Durkheim

Sob os ecos do Positivismo de Auguste Comte, o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) tentou compreender as relações entre indivíduo e sociedade pelo caminho do **funcionalismo**. Essa corrente teórica estuda as funções que os indivíduos desempenham em seu contexto social.

A relação entre indivíduo e sociedade pode ser compreendida, segundo Durkheim, de acordo com as funções de cada indivíduo no sistema social, de modo que o todo (a sociedade) seria mais complexo do que a soma das partes (indivíduos). Assim, para o sociólogo, a sociedade determina o comportamento dos indivíduos, ainda que dependa deles para funcionar.

Para ilustrar essa questão, Durkheim estabeleceu uma analogia entre a sociedade e o corpo humano. Nele, cada órgão desempenha uma função necessária para a manutenção do organismo, assim como os indivíduos exercem papéis fundamentais para o funcionamento da sociedade. Desse modo, um trabalhador é compreendido por meio de sua função na divisão do trabalho; um pai, por meio de sua função na **instituição** familiar; e assim por diante.

O conceito de **fato social** também foi fundamental para a teoria durkheimiana, pois, por meio desse conceito, o autor definiu o objeto de estudo da Sociologia. Para ser considerado um fato social, o fato deve ser, ao mesmo tempo:

- **exterior** ao indivíduo, ou seja, não depender de sua vontade;
- **geral**, ou seja, coletivo, apresentando-se para todos os indivíduos;
- **coercitivo**, ou seja, exercer uma força sobre os indivíduos, mediante à qual são criados os padrões culturais.

A escola pode ser considerada um exemplo de fato social. As disciplinas estudadas, as regras de comportamento, as formas de avaliação e a estrutura arquitetônica das salas de aula foram estabelecidas antes de você frequentá-la e aplicam-se de forma coercitiva a todos os estudantes, condicionando seu comportamento. Outras instituições, como a família, também podem ser consideradas fatos sociais por apresentarem elementos exteriores, gerais e coercitivos em relação ao indivíduo.

Assim, Durkheim compreende a sociedade como anterior aos indivíduos, tendo em vista que as regras de comportamento e os padrões sociais estabelecem os limites das ações individuais. Para ele, as normas, os costumes e as leis são formas utilizadas pela sociedade para se impor ao indivíduo, formando uma consciência coletiva que estabelece o que é o **normal** (aquilo que é padrão) e o que é o **patológico** (aquilo que é desviante) de cada sociedade. As pressões pela perpetuação do padrão ocorrem muito intensamente, enquanto os comportamentos desviantes seriam marginalizados, constantemente convocados a voltar para a condição padrão.

REFLEXÃO

Durkheim e o normal

O caráter normal de uma coisa e os sentimentos de aversão que ela inspira podem inclusive ser solidários. A dor é um fato normal, contanto que não seja apreciada; o crime é normal, contanto que seja odiado. Nosso método, portanto, nada tem de revolucionário. Num certo sentido, é até essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, ainda que dócil e maleável, não é modificável à vontade. Bem mais perigosa é a doutrina que vê neles apenas o produto de combinações mentais, que um simples artifício dialético pode, num instante, subverter de cima a baixo!

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. XIII.

1. Você utiliza a palavra "normal" com o mesmo sentido que Durkheim? Qual é o sentido mais comum para você?
2. Em sua opinião, por que o autor caracterizou seu método como conservador?

Relação recíproca entre indivíduo e sociedade: Karl Marx e Friedrich Engels

Os alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) elaboraram seus pensamentos sobre a relação entre indivíduo e sociedade com base em pesquisas históricas, econômicas e políticas. Para isso, utilizaram o conceito de **classes sociais**, definidas de acordo com a posição que um grupo de indivíduos ocupa no processo de produção. Segundo esses autores, a classe social é uma variável fundamental, já que determina a maneira como o indivíduo vive em sociedade. Para eles, o modo de produção das condições materiais de existência tem grande influência em todos os aspectos da vida social, como a organização política, a produção do conhecimento, as manifestações culturais, o sistema jurídico, entre outros.

A classe social de cada indivíduo define, portanto, se ele ocupa posições privilegiadas na organização social, já que na relação de produção determinados grupos exercem dominação sobre outros. As condições materiais de existência da classe burguesa, proprietária dos meios de produção, são diferentes das da classe proletária, que dispõe apenas de sua força de trabalho. Segundo Marx e Engels, isso ocorre na sociedade capitalista porque a propriedade privada dos meios de produção é a causa da desigualdade de classes e da exploração do trabalhador.

A descrição feita por Marx e Engels pode ser mais bem compreendida pelo contexto em que ambos viviam. No século XIX, as principais cidades europeias experimentavam uma intensificação da rotina de trabalho, aliada ao aumento da miséria. As crianças eram obrigadas a trabalhar, não havia aposentadoria e as jornadas de trabalho não eram regulamentadas, pois não havia direitos trabalhistas. Assim, as pessoas que dependiam do trabalho para viver praticamente viviam para trabalhar, e viviam mal.

Dessa maneira, para os autores, as ações individuais são limitadas pelas condições históricas e materiais em que estão inseridas, como resultado das necessidades do modo de produção. Na sociedade capitalista, a relação entre indivíduo e sociedade é mediada pela classe social, já que não é possível pensar no indivíduo sem levar em conta as diferenças de poder e de dominação definidas a partir de sua inserção em uma classe social. É possível considerar, por exemplo, que os indivíduos pertencentes às classes mais favorecidas têm mais oportunidades de estudo e de profissionalização e, por isso, mais chances de seguir carreiras mais valorizadas socialmente. No século XIX, burguesia e proletariado apresentavam condições materiais de existência desiguais e interesses antagônicos. No entanto, para Marx e Engels, a sociedade também pode ser transformada por meio da mobilização e da união dos trabalhadores para interferir no curso dos acontecimentos em favor de seus interesses e de sua **emancipação**.

emancipação: tornar(-se) ou ficar independente, conquistar autonomia; no caso, libertar-se da dominação.

Não escreva no livro.



Museu de Londres, Inglaterra/Heritage Images/Getty Images

A gravura de 1872, de Gustave Doré e Blanchard Jerrold, retrata as condições de moradia em Londres, na Inglaterra, durante a Revolução Industrial.



Nast Egle/Shutterstock.com/D/BR

Selos com retratos de Karl Marx, de 1968, e de Friedrich Engels, de 1970.



Retrato de Max Weber. Foto de 1918.

Os indivíduos determinam a sociedade: Max Weber

O sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), em sua obra *Economia e sociedade*, desenvolve o conceito de **ação social** com o intuito de compreender os sentidos que os indivíduos atribuem às ações e os elementos sociais que os influenciam. Para ele, a ação social teria como principal característica o fato de ser orientada para a ação dos outros. Para ilustrar esse conceito, Weber recorreu a um exemplo envolvendo o choque entre dois ciclistas. Embora configure um acidente fora do controle dos indivíduos, essa situação abrange a ação social porque os ciclistas podem tentar se desviar para evitar o choque, podem iniciar uma briga em razão do ocorrido ou mesmo estabelecer interações amistosas para aliviar a tensão. Portanto, o que diferencia uma ação qualquer de uma ação social é o fato de que na ação social o indivíduo age em função de algo ou alguém exterior a ele.

Tendo isso em vista, por causa do caráter social das ações individuais, os indivíduos é que determinam a sociedade, segundo Weber. Ele enfatizou que, embora existam padrões sociais de comportamento, os indivíduos constituem o único elemento da sociedade que pode ser observado com base em suas ações e nos sentidos atribuídos a elas. Desse modo, a sociedade é determinada pelo conjunto das ações dos indivíduos, as quais influenciam e são influenciadas pelas ações de outras pessoas por meio das relações sociais, segundo as quais os indivíduos reconhecem os padrões sociais, mas atribuem a eles sentidos próprios. Ao observar a realidade, Weber mapeou quatro tipos de ação social:

- **ação tradicional**, determinada por costumes;
- **ação afetiva**, motivada por emoções;
- **ação racional orientada a valores**, estabelecida por uma convicção individual em relação a um valor, que pode ser ético, religioso, estético ou político;
- **ação racional orientada a fins**, relacionada a um planejamento para atingir um objetivo.

No entanto, segundo Weber, dificilmente a ação social está exclusivamente orientada por um tipo ou por outro. A tarefa do pesquisador, nessa metodologia, seria partir da observação de padrões em determinada realidade para construir tipos ideais que representam generalizações desses padrões. O exercício de classificar os vários elementos observados de acordo com determinadas características colabora, assim, para a organização e o desenvolvimento do pensamento e para a compreensão dos fenômenos sociais.

Ao estudar para um exame, por exemplo, a ação do(a) estudante pode ser classificada como racional orientada a fins, já que ele(a) planeja sua rotina de estudos com o objetivo de ter um bom desempenho. No entanto, outros elementos podem interferir na motivação do(a) jovem em estudar, relacionados a aspectos tradicionais, afetivos e de valores. Portanto, para Weber, a sociedade não existe como um fim em si mesma, mas depende das consciências e das ações individuais.

INTERAÇÃO

1. É curioso notar que um simples questionamento sobre o que é individual e o que é social pode gerar muitas respostas. Você já havia refletido sobre essa questão? Discuta com os colegas para chegar à resposta que dialogue mais com o contexto em que vocês vivem.
2. Cada autor criou ferramentas e métodos próprios para formular suas proposições. Tal como nas artes, quando você desenha um cachorro com guache e precisa desenvolver habilidades e adquirir materiais diferentes para desenhá-lo com carvão, os resultados

são significativamente distintos de acordo com a metodologia. No entanto, isso não implica uma linha evolutiva. Você pode ficar mais satisfeito com o resultado de uma técnica mais antiga do que com o de uma mais moderna. Por esse motivo, estudar os clássicos pode nos ajudar a responder às perguntas contemporâneas. Qual dos conceitos apresentados você escolheria para investigar sua vivência em sociedade? Esse conceito poderia ajudá-lo a pensar em qual questão?

TEORIAS SOCIOLOGICAS CONTEMPORANEAS: SOCIEDADE E INDIVDUOS NAO ANTAGONICOS

Norbert Elias (1897-1990), Pierre Bourdieu (1930-2002), Richard Sennett (1943-) e Erving Goffman (1922-1982) são alguns sociólogos que refletiram sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade no século XX. Esses autores redefiniram essa discussão ao defender que, ao mesmo tempo que o indivíduo constrói a sociedade, é também construído por ela, em uma influência mútua. Assim, não haveria uma oposição entre sociedade e indivíduo.

As experiências individuais devem ser interpretadas como componentes da estrutura social. As pessoas formulam estratégias individuais para alcançar seus objetivos, mas esses objetivos estão inseridos no sistema social. Ao seguir as regras e os padrões de comportamento historicamente estabelecidos, os indivíduos adaptam as normas às suas necessidades particulares e, assim, também contribuem para recriar as estruturas da sociedade.

Norbert Elias e Richard Sennett

O alemão Norbert Elias buscou compreender a relação entre os comportamentos e as mudanças sociais. Ele investigou como o desenvolvimento da **sociedade de corte**, termo que designa o estilo de vida da nobreza europeia nos séculos XVII e XVIII, relaciona-se ao surgimento de determinados hábitos, costumes e comportamentos individuais referentes à higiene e à etiqueta.

Do século XVI em diante, pelo menos nas classes altas, o garfo passou a ser usado como utensílio para comer, chegando através da Itália primeiramente à França e, em seguida à Inglaterra e Alemanha, depois de ter servido durante algum tempo apenas para retirar alimentos sólidos da travessa. [...] O que achamos inteiramente natural, porque fomos adaptados e condicionados a esse padrão social desde a mais tenra infância, teve, no início, que ser lenta e laboriosamente adquirido e desenvolvido pela sociedade como um todo. Isto não se aplica menos a uma coisa pequena e aparentemente insignificante como um garfo do que as formas de comportamento que nos parecem mais importantes.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1. p. 78.

Norbert Elias, ao analisar o que define como **processo civilizador**, apresenta inúmeros exemplos de como as sociedades foram incorporando historicamente hábitos e comportamentos associados a determinados valores de certo e errado impostos como modelos do que seria civilizado. Dessa forma, os comportamentos individuais, como o uso do garfo nas refeições, são orientados por padrões coletivos. Ao mesmo tempo, no entanto, os comportamentos individuais também reverberam na estrutura da sociedade, que se altera em razão disso. Ou seja, comportamentos individuais e padrões sociais devem ser compreendidos como elementos mutuamente combinados, e não como objetos separados.

A análise sobre a influência das atitudes individuais também pode ser utilizada para compreender a sociedade atual. Reflita, por exemplo, sobre os hábitos de consumo. Com o desenvolvimento do capitalismo, os hábitos de consumo individuais se modificaram, ao passo que o consumismo também influenciou a existência de uma estrutura social baseada no lucro e na competitividade.

Para o estadunidense Richard Sennett, uma das consequências da sociedade de consumo é a valorização do individualismo em detrimento do coletivo. De acordo com ele, essa transformação teria contribuído para o distanciamento dos indivíduos em relação à coletividade e ao espaço público. Assim, é possível refletir como o individualismo impacta a sociabilidade contemporânea, tendo em vista que os indivíduos tenderiam a priorizar as necessidades particulares às coletivas. Isso ocorre, por exemplo, em relação às regras de trânsito. Quando estão com pressa, as pessoas, muitas vezes, desrespeitam a sinalização e a velocidade permitida, colocando suas necessidades particulares acima do bem coletivo.



Cesar Dimiz/Pulsar Imagens

O uso de talheres, hábito enraizado nas sociedades, resulta de aprendizagem. Na foto, criança é ensinada a segurar o talher em centro de educação infantil no município de São Paulo (SP). Foto de 2021.

Erving Goffman e Pierre Bourdieu

Outros autores refletiram sobre a questão da individualidade na sociedade contemporânea, com foco nos **papéis sociais** desempenhados por diferentes grupos e nos símbolos atribuídos a eles. O canadense Erving Goffman elaborou a ideia de que os indivíduos constroem uma **fachada social** como recurso para sua expressão em seu meio social. Comumente associado à perspectiva sociológica do interacionismo simbólico, Goffman estudou o comportamento dos indivíduos em situações sociais determinadas e o papel que eles assumem quando se relacionam com outros indivíduos e concluiu que o indivíduo busca controlar e dominar as impressões que os outros podem ter dele. Assim, segundo o autor, os seres humanos utilizam formas de representação em suas interações sociais como maneira de construir uma imagem de si mesmos para os outros.

No entanto, esses papéis sociais são dinâmicos, variando conforme o contexto em que os indivíduos se encontram, ou, nas palavras do autor, variando segundo o “quadro de interações”. O comportamento de um jovem pode ser diferente com a família, o grupo da igreja, os colegas de escola e os companheiros do time de basquete, por exemplo. Assim, a posição que um indivíduo ocupa na sociedade não é fixa na estrutura social, já que envolve uma representação simbólica do papel social atribuído a ele nos diferentes contextos de interação social.

Para elucidar sua teoria, Goffman utiliza a metáfora teatral, segundo a qual o indivíduo assume o papel do ator que, diante de um público específico, constituído dos outros indivíduos da cena, representa o papel proposto para essa interação determinada. Para conquistar o reconhecimento desse papel e convencer o público, o ator/indivíduo utiliza mecanismos variados que atuam como fatores sociais simbólicos: linguagem, gestos, postura, vestimenta e apropriação do cenário.

De acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu, esses fatores sociais simbólicos incidem sobre os indivíduos de maneira complexa. Os sentidos atribuídos às posições sociais e ao modo de agir são **historicamente situados** e devem ser considerados em qualquer análise sobre a produção e a reprodução social. Alguns papéis sociais são considerados superiores pela sociedade, enquanto outros são considerados inferiores. Além disso, cada papel social pressupõe um código ou um conjunto de comportamentos socialmente esperados. Para ele, esses códigos são reproduzidos em determinados meios sociais e podem contribuir para perpetuar os privilégios dos grupos que os frequentam.

REFLEXÃO

Capital cultural

Ao apresentar as hierarquias sociais e a reprodução dessas hierarquias como se estivessem baseadas na hierarquia de “dons”, méritos ou competências que suas sanções estabelecem e consagram, ou melhor, ao converter hierarquias sociais em hierarquias escolares, o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. Todavia, na maioria das sociedades altamente industrializadas, a expansão contínua da proporção de membros das classes dirigentes diplomados pelas melhores universidades seria suficiente para levar-nos à conclusão de que a transmissão do capital cultural tende a substituir-se pura e simplesmente à transmissão do capital econômico e da propriedade dos meios de produção no sistema dos mecanismos de reprodução da estrutura das relações de classe?

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 311.

1. Reflita sobre o conceito de capital cultural, descrito no texto de Bourdieu. Como o autor diferencia o capital cultural dos outros tipos de capital? De que forma o capital cultural contribui para a manutenção de hierarquias sociais?

O processo de socialização

É por meio do processo de socialização que os padrões sociais moldam as condutas individuais e os indivíduos aprendem a se integrar na sociedade. O sociólogo austríaco Peter Berger (1929-2017) e a socióloga alemã Brigitte Berger (1928-2015) afirmam que a socialização pode ser compreendida em duas etapas, abordando, dessa maneira, os conceitos de socialização primária e socialização secundária, bem como os papéis e as identidades sociais. A seguir, esses conceitos serão definidos e articulados na construção sobre a teoria da socialização desses autores.

Por meio da **socialização primária**, a criança se transforma em um membro participante da sociedade. Os atos de comer e ir ao banheiro são exemplos de aprendizagens relacionados à socialização primária e são responsáveis pela autonomia e pela aceitabilidade da criança no entorno social. Nesta etapa, a criança tende a reproduzir os comportamentos das pessoas com as quais convive diariamente, pois a repetição de comportamentos socialmente aprovados gera expressões de aceitação e de reconhecimento.

Os processos posteriores, por meio dos quais o indivíduo é introduzido em um mundo social específico, configuram a **socialização secundária**. Nela, os indivíduos aprendem a desempenhar **papéis sociais** e consolidam suas identidades na interação e na identificação com os outros. Os papéis sociais são apreendidos quando os seres humanos passam a reconhecer as atitudes alheias e a entender seu sentido, assim como as utilizam como referência para suas atitudes.

Para além da influência familiar, é importante destacar o impacto do contexto cultural na construção dos papéis sociais. A maneira pela qual uma criança desempenha o papel de policial nas brincadeiras típicas de polícia e ladrão, por exemplo, depende, em larga escala, do significado que

esse papel assume em seu ambiente social imediato. Se sua experiência no ambiente em que vive faz com que ela associe o policial à ideia de segurança, haverá um modo específico de desempenhar esse papel em uma brincadeira; se ela vive em um ambiente no qual os policiais são associados à perseguição, à arbitrariedade e à violência, esse papel será desempenhado pela criança de outro modo.

Ao desmembrar o processo de socialização em etapas, os autores identificam a existência de três processos: **interiorização**, **consciência** e **autodescoberta**. A interiorização é o movimento de trazer o elemento externo para dentro, apropriando-se dele. A consciência, nesse sentido, seria a presença interiorizada das proibições morais provenientes do exterior, resultando na autodescoberta, ou seja, na forma pela qual os indivíduos reconhecem as atitudes e os valores de seu contexto que eles querem reproduzir, quais eles recusam e como farão isso.

A identidade, por sua vez, é considerada um aspecto ou uma parte socializada da individualidade. Algumas características identitárias são atribuídas ao indivíduo no momento de seu nascimento, como a nacionalidade. Outras vezes, a identidade é atribuída ao indivíduo ou reivindicada por ele em uma fase posterior da vida. De uma forma ou de outra, a construção da identidade é processual e depende da interação com outros, que, de certa maneira, validam a identidade do indivíduo e o reconhecem a partir desses atributos identitários.

O processo de construção das identidades assume variadas formas em diferentes contextos históricos e sociais, o que contribui para imprimir diferentes traços de comportamento em indivíduos de sociedades distintas. Assim, a socialização atua na produção da diversidade social.

A construção de papéis de gênero, assim como os ritos de passagem para a vida adulta, por exemplo, variam conforme a sociedade em que a socialização opera.

Cesar Diniz/Pulsar Imagens



Os rituais de passagem entre a infância e a vida adulta apresentam muitas variações. Na foto à esquerda, de 2022, jovens indígenas Xavante durante ritual *Wapté Mnhõnõ*, em Campinápolis (MT). Na foto à direita, de 2023, jovem judeu durante cerimônia de *Bar Mitzvah*, em Jerusalém, Israel.

Hernandez Jose Maria/AlamyFotoarena



Papéis sociais e identidades na juventude



Juventude e ativismo político

Os papéis sociais envolvem hierarquias e relações de poder. Quando consideramos os jovens e seus familiares, por exemplo, é possível notar que os papéis sociais são criados com base na autoridade familiar dos pais em relação aos filhos e na responsabilidade constituída socialmente dos mais velhos em relação aos mais novos. No entanto, essa hierarquia pode ganhar significados negativos quando se baseia no autoritarismo ou no abuso de poder.

Algo parecido se passa com os estereótipos. O desempenho dos papéis sociais envolve a imitação e a reprodução de modelos. Além disso, quando nos deparamos com algo desconhecido ou diferente, nosso imaginário, muitas vezes, opera por meio de simplificações do mundo e das pessoas. No entanto, quando essas generalizações e simplificações são sistematicamente realizadas e reproduzidas como se fossem a verdade, muitas injustiças são cometidas.

Para que a construção dos papéis sociais e das identidades se dê de forma saudável, é preciso combater estereótipos e estigmas sociais e reconhecer o papel dos jovens nesse processo. Como definir a juventude? Atualmente, os sentidos atribuídos socialmente à juventude são bastante diversos dos significados elaborados no passado. Essa diferença também pode ser notada na variabilidade de territórios e contextos sociais. Assim, dois jovens contemporâneos podem ter experiências absolutamente distintas.

Apesar das particularidades das diferentes juventudes em grande parte das sociedades atuais, a juventude é uma etapa crucial de desenvolvimento da identidade individual e de abertura para o mundo exterior. Muito associada aos estudos, à preparação para o mercado de trabalho e à consolidação da “educação sentimental”, a juventude é uma fase em que a busca pelo autoconhecimento e a contestação de padrões preestabelecidos são constantes.

Para que os caminhos desse autoconhecimento sejam saudáveis e para que os jovens se envolvam progressivamente nas decisões coletivas com satisfação, responsabilidade e interesse, são necessárias políticas públicas voltadas para essa faixa etária. Oferecer assistência social, oportunidades de lazer, socialização e formação ampla, educação para o trabalho e participação política, educação emocional e sexual é fundamental para promover uma postura de abertura, pautada em trocas intergeracionais, que favorecem o convívio e o aprendizado mútuo.

AÇÃO E CIDADANIA

Relações intergeracionais e socialização

Os dados do Censo 2022 indicaram que o tamanho da população idosa continua em crescimento no Brasil, tendo atingido a marca de 15,6% da população total. Ou seja, a cada 100 brasileiros, pelo menos 15 têm 60 anos ou mais. Seja no contexto familiar, profissional ou comunitário, as pessoas idosas participam ativamente do processo de socialização das juventudes. Apesar disso, tem se tornado cada vez mais comum a prática do etarismo, uma forma de discriminação com base na idade e direcionada a pessoas mais velhas, principalmente idosos. Analise a tira a seguir:



Tira da Mafalda, de Quino. Publicada originalmente, em espanhol, em *Siete Días Ilustrados*, em 1972.

1. A personagem Mafalda é uma criança de 6 anos de idade. Sabendo disso, como você interpreta o contexto da cena registrada na tira? Você classificaria a fala dela como etarista?
2. Em grupo, identifiquem comportamentos e falas que possam demonstrar etarismo. Em seguida, planejem uma campanha de conscientização na escola sobre o tema.

O PAPEL DA ÉTICA

A ética é uma área da filosofia que traz importantes reflexões sobre o tema da socialização. Trata-se de uma reflexão sobre a moral, com atenção especial aos valores nos diferentes contextos sociais. Uma vez que qualquer processo de socialização envolve a interação entre seres humanos, que ferramentas podemos utilizar para que esse encontro seja realizado com respeito e justiça? De que forma as liberdades e as restrições podem coexistir com a maior harmonia possível?

Como desenvolver a empatia, que é a capacidade de se colocar no lugar do outro para compreender melhor suas reações e seus sentimentos em determinada situação, em contextos nos quais os medos, a violência e os preconceitos ganham maior espaço do que a solidariedade e a fraternidade?

Ao longo da história, diversos filósofos pensaram sobre o papel da ética e dos direitos e deveres para a sociedade. Ao debater sobre a moral e a política na Antiguidade, por exemplo, Platão (c. 428 a.C.-348 a.C.) e Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) trataram do embate entre os desejos e as paixões e a razão, questões importantes para refletir como os interesses individuais podem interferir e prejudicar os interesses coletivos.

Essas reflexões contribuíram para o debate, em diferentes contextos culturais e históricos, em torno da formulação das leis internacionais e nacionais que estabelecem os direitos e os deveres dos indivíduos em cada Estado. Esses direitos e deveres não são imutáveis e estão em permanente negociação e atualização.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, como reação às violências que foram perpetradas, a Organização das Nações Unidas (ONU) ratificou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento tem o objetivo de promover a convivência respeitosa e plural entre os indivíduos e as sociedades, já que apresenta princípios éticos com base nos quais os países devem elaborar suas políticas públicas. O descumprimento desses direitos pode ser denunciado internacionalmente, e essas denúncias podem interferir no estabelecimento de acordos comerciais, por exemplo.

Nas últimas décadas, com o desenvolvimento de valores democráticos e a construção da cidadania, ganhou mais destaque o debate sobre a representatividade de diferentes grupos e a equidade a partir de mecanismos de promoção e proteção de direitos. Isso implica a valorização das diferenças e individualidades e, conseqüentemente, dos princípios éticos.

As políticas públicas que se orientam com base nesses princípios, como aquelas que visam superar a segregação socioespacial, a desigualdade racial e de gênero, a intolerância religiosa, etc., também contribuem para o combate às desigualdades e a superação dos preconceitos. Assim, pode-se estabelecer uma relação entre os valores éticos e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Na foto, de 1949, Eleanor Roosevelt segura a Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada e ratificada em 1948.



Granger, NYC / Alamy/ Fotorena

ATIVIDADES

1 Analise a tira e responda às questões a seguir.



Tira Armandinho, de Alexandre Beck, 2020.

- As falas das personagens estão relacionadas a um evento histórico recente. Qual?
- Os conselhos dizem respeito à dimensão individual ou social dos envolvidos? Justifique.
- Categorize as ações mencionadas na tira de acordo com os tipos de ação elaborados por Max Weber (ação social racional orientada a fins, ação social racional orientada a valores, ação social afetiva e ação social tradicional) e justifique sua resposta.

2 (Enem)

A sociologia ainda não ultrapassou a era das construções e das sínteses filosóficas. Em vez de assumir a tarefa de lançar luz sobre uma parcela restrita do campo social, ela prefere buscar as brilhantes generalidades em que todas as questões são levantadas sem que nenhuma seja expressamente tratada. Não é com exames sumários e por meio de intuições rápidas que se pode chegar a descobrir as leis de uma realidade tão complexa. Sobretudo, generalizações às vezes tão amplas e tão apressadas não são suscetíveis de nenhum tipo de prova.

DURKHEIM, E. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

O texto expressa o esforço de Émile Durkheim em construir uma sociologia com base na:

- vinculação com a filosofia como saber unificado.

- reunião de percepções intuitivas para demonstração.
- formulação de hipóteses subjetivas sobre a vida social.
- adesão aos padrões de investigação típicos das ciências naturais.
- incorporação de um conhecimento alimentado pelo engajamento político.

3 Leia o trecho abaixo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, depois, faça o que se pede.

Artigo XXIII

- Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. [...]

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).
Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:
<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 11 jul. 2024.

Faça uma pesquisa sobre as condições de trabalho nas fábricas, no comércio e no setor de trabalho informal e autônomo do município em que você mora. Em seguida, escreva um texto analisando a presença dos direitos humanos nessas práticas. Caso existam situações em que eles estejam sendo violados, apresente propostas para que esses direitos sejam respeitados.

4 O trecho a seguir, de uma obra de Durkheim, de 1895, apresenta a concepção do autor sobre a articulação entre a consciência individual e a consciência coletiva. Explique como se dá essa articulação.

[...] esses fatos específicos residem na sociedade mesma que os produz, e não em suas partes, isto é, em seus membros. Neste sentido, portanto, eles são exteriores às consciências individuais, consideradas como tais [...]. Assim se acha justificada, por uma razão nova, a separação que estabelecemos mais adiante entre a psicologia propriamente dita, ou ciência do indivíduo mental, e a sociologia. Os fatos sociais não diferem apenas em qualidade dos fatos psíquicos; eles têm outro substrato, não evoluem no mesmo meio, não dependem das mesmas condições. O que não quer dizer que não sejam, também eles, psíquicos de certa maneira, já que todos consistem em modos de pensar ou de agir. Mas os estados da consciência coletiva são de natureza diferente dos estados da consciência individual; são representações de outra espécie. A mentalidade dos grupos não é a dos particulares; tem suas próprias leis.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. XXII-XXIII.

5 (Enem)

Felizes tempos eram esses! As moças iam à missa de madrugada. De dia ninguém as via e se alguma, em dia de festa, queria passear com a avó ou a tia, havia de ir de cadeirinhas. Bem razão têm os nossos velhos de chorar por esses tempos, em que as filhas não sabiam escrever, e por isso não mandavam nem recebiam bilhetinhos.

Novo correio de Modas, 1853, *apud* DOnEGÁ, A. L. *Publicar ficção em meado do século XIX: um estudo de revistas femininas editadas pelos irmãos Laemmert*. Campinas, Unicamp, 2013 (adaptado).

Na perspectiva do autor, as tradições e os costumes sociofamiliares sofreram alterações no século XIX, decorrentes de quais fatores?

- a) Hábitos de leitura e mobilidade regional.
- b) Circulação de impressos e trânsito religioso.
- c) Valorização da língua e imigração estrangeira.
- d) Práticas de letramento e transformação cultural.
- e) Flexibilização do ensino e reformismo pedagógico.

6 (Enem)

Do século XVI em diante, pelo menos nas classes mais altas, o garfo passou a ser usado como utensílio para comer, chegando através da Itália primeiramente à França e, em seguida, à Inglaterra e à Alemanha, depois de ter servido, durante algum tempo, apenas para retirar alimentos sólidos da travessa. Henrique III introduziu-o na França, trazendo-o provavelmente de Veneza. Seus cortesãos não foram pouco ridicularizados por essa maneira “afetada” de comer e, no princípio, não eram muito hábeis no uso do utensílio: pelo menos se dizia que metade da comida caía do garfo no caminho do prato à boca. Em data tão recente como o século XVII, o garfo era ainda basicamente artigo de luxo, geralmente feito de prata ou ouro.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

O processo social relatado indica a formação de uma etiqueta que tem como princípio a

- a) distinção das classes sociais.
- b) valorização de hábitos de higiene.
- c) exaltação da cultura mediterrânea.
- d) consagração de tradições medievais.
- e) disseminação de produtos manufaturados.

7 (Unicamp)

Quando desempenho minha tarefa de irmão, de marido ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, eu cumpro deveres que estão definidos fora de mim e de

meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com os meus sentimentos próprios e que eu sinta interiormente a realidade deles, tal realidade não deixa de ser objetiva, pois não fui eu que os fiz, mas os recebi pela educação. Eis aí, portanto, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais.

Adaptado de: DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Émile Durkheim é um dos fundadores da Sociologia e analisa a relação entre indivíduo e sociedade. A partir do texto, podemos afirmar que os modos de agir, de pensar e de sentir, em uma sociedade, são definidos

- a) pelo livre-arbítrio dos indivíduos.
- b) pelos sentimentos próprios dos indivíduos e independem do meio social.
- c) pelo direito e pelos costumes, que são, por sua vez, definidos livremente pelos indivíduos.
- d) pela própria sociedade, que constitui uma realidade objetiva que exerce coerção sobre o indivíduo.

8 (Uece)

Para Pierre Bourdieu, sociólogo francês, ao ignorar que as aptidões dos alunos não se devem somente aos “dons naturais” e méritos pessoais – os quais são, por vezes, hipotéticos – a escola transmite, por meio dos dispositivos pedagógicos que emprega, a cultura das classes dominantes. Todo ensino, e mais particularmente os ensinamentos de cultura e de ciências, pressupõem implicitamente um corpo de saberes, de saber-fazer e sobretudo de saber-dizer que constitui o patrimônio cultural das elites e que somente os estudantes mais adaptados a todo esse patrimônio é que conseguem mais chances de sucesso escolar – tirar notas boas, passar de série, ter êxito em vestibulares e concursos. E, de modo geral, os filhos das classes baixas e trabalhadoras não cultivam no âmbito familiar todo esse patrimônio cultural. Esta perspectiva de Bourdieu aponta como a escola, na verdade, não é de fato um instrumento democrático de mobilidade social, mas, ao contrário, pode exercer um papel crucial na legitimação do poder das classes dominantes sobre toda a sociedade.

De acordo com o enunciado acima, é correto concluir que

- a) a força da herança cultural do ambiente familiar concede vantagens aos estudantes mais pobres.
- b) o sucesso em vestibulares está ligado à capacidade dos estudantes de romper com o mérito escolar.
- c) a escola como agente reprodutora da cultura das elites perpetua desigualdades sociais.
- d) os privilégios sociais das classes dominantes são questionados nas escolas pelo ensino elitizado de ciências.

CONSTRUINDO A IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA

Como estudamos nesta unidade, a maneira como pensamos, sentimos, nos comportamos e nos expressamos individualmente está ancorada no contexto social. Mas essa percepção exige um esforço reflexivo, porque, em geral, nós apenas fazemos tudo isso como se estivéssemos agindo “naturalmente”, sem identificar o nexos de sentido com a sociedade na qual estamos inseridos.

Com as Ciências Sociais, estamos aprendendo que é possível identificar os significados sociais que orientam o cotidiano de cada um e de todos os indivíduos ao mesmo tempo.

O sociólogo estadunidense Charles Wright Mills (1916–1962) escreveu um livro intitulado *A imaginação sociológica*, cujo objetivo principal é colaborar para o cultivo e o desenvolvimento desse tipo específico de “imaginação”, que nos auxilia a tomar consciência sobre as relações entre a esfera da vida individual e o mundo social que nos rodeia. Sobre isso, leia o trecho a seguir.

[...] Quaisquer que sejam os problemas específicos dos analistas sociais clássicos, por mais limitadas ou amplas as características da realidade social que examinaram, os que tiveram consciência imaginativa das possibilidades de seu trabalho formularam repetida e coerentemente três séries de perguntas:

Qual a estrutura dessa sociedade como um todo? Quais seus componentes essenciais, e como se correlacionam? Como difere de outras variedades de ordem social? Dentro dela, qual o sentido de qualquer característica particular para a sua continuação e para a sua transformação?

Qual a posição dessa sociedade na história humana? Qual a mecânica que a faz modificar-se? Qual é seu lugar no desenvolvimento da humanidade como um todo, e que sentido tem para esse desenvolvimento? Como qualquer característica particular que examinamos afeta o período histórico em que existe, e como é por ele afetada? E esse período – quais as suas características essenciais? Como difere de outros períodos? Quais seus processos característicos de fazer a história?

Que variedades de homens predominam nessa sociedade e nesse período? E quais variedades irão predominar? De que forma são selecionadas, formadas, liberadas e reprimidas, tornadas sensíveis ou impermeáveis? Que tipos de “natureza humana” se revelam na conduta e caráter que observamos nessa sociedade, nesse período? E qual é o sentido que para a “natureza humana” tem cada uma das características da sociedade que examinamos?

Seja o objeto do exame uma grande potência, ou uma passageira moda literária, uma família, uma prisão, um credo – são essas as perguntas que os melhores analistas sociais formularam. São os centros intelectuais dos estudos clássicos do homem na sociedade – e são perguntas formuladas inevitavelmente por qualquer espírito que possua uma imaginação sociológica. Pois essa imaginação é a capacidade de passar de uma perspectiva a outra – da política para a psicológica; do exame de uma única família para a análise comparativa dos orçamentos nacionais do mundo [...].

É a capacidade de ir das mais impessoais e remotas transformações para as características mais íntimas do ser humano – e ver as relações entre as duas. Sua utilização se fundamenta sempre na necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período no qual sua qualidade e seu ser se manifestam.



O sociólogo Charles Wright Mills.
Foto de 1960.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 12-13.

Ao comentar sobre o conceito de imaginação sociológica, outro importante sociólogo, o britânico Anthony Giddens (1938-), analisa como o simples ato de tomar café, prática comum a muitas pessoas, envolve uma série de elementos explicados pelo contexto social. O autor analisa desde aspectos associados ao ritual de tomar a bebida (início de um novo dia, socialização com colegas, reunião de negócios, etc.), recompõe o processo histórico da produção, do comércio e do consumo desse grão, até chegar às características que explicam o desenvolvimento das relações sociais e econômicas entre produtores e consumidores até os dias atuais. Ou seja, se você é uma pessoa que consome café, mesmo que não pense em nada disso enquanto ingere a bebida, seu comportamento continua sendo influenciado e explicado pelo contexto social mais amplo.

Ainda debruçado sobre a imaginação sociológica, Giddens oferece outros exemplos que nos ajudam a compreender a proposição de Wright Mills. Leia o trecho a seguir.

A imaginação sociológica nos permite ver que muitos eventos que parecem dizer respeito somente ao indivíduo, na verdade refletem questões muito mais amplas. O divórcio, por exemplo pode ser um processo muito difícil para alguém que passa por ele – o que Mills chama de “problema pessoal” – mas o divórcio, assinala Mills, é também um problema público, numa sociedade como a atual Grã-Bretanha, onde mais de um terço de todos os casamentos termina dentro de dez anos. O desemprego, para usar outro exemplo, pode ser uma tragédia pessoal, para alguém despedido de um emprego e inapto para encontrar outro. Mesmo assim, isso vai bem além de uma questão geradora de uma aflição pessoal, se considerarmos que milhões de pessoas numa sociedade estão na mesma situação: é um assunto público expressando amplas tendências sociais.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 25.

A entrevista é um importante instrumento para pesquisas sociológicas. Na foto, de 2024, entrevista realizada em Manaus (AM).



Amarildo Souza/TUCUPI Imagens

1 Considerando os trechos citados, explique o que você entende como imaginação sociológica.

2 Em duplas, realizem o seguinte passo a passo:

- Façam uma lista de hábitos que sejam comuns às rotinas da dupla.
- Escolham um dos hábitos registrados na lista para analisar.
- Usando como base a imaginação sociológica, esmiúcem todos os elementos possíveis associados ao hábito. Por exemplo: objetos/ingredientes que utilizam; rituais envolvidos; periodicidade com que acontece; aspectos históricos; relações de produtor e consumidor; laços afetivos, pessoais, profissionais; obrigações legais.
- Registrem todos os elementos identificados. Se necessário, realizem pesquisas complementares com conhecidos ou na internet.
- Ao final, produzam um texto que evidencie os aspectos sociais relacionados ao hábito que vocês escolheram, mostrando como usar a imaginação sociológica auxiliou na realização da análise.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

MARIALICE FORACCHI

Neste segundo capítulo, exploramos a relação entre o indivíduo e a sociedade, bem como os papéis sociais que moldam os indivíduos em seus contextos, inclusive na juventude. Para aprofundar essa questão, apresentamos o trabalho de Marialice Foracchi, pesquisadora que se dedicou à compreensão da juventude na interface com a educação e a ação política.

PERFIL

Marialice Mencarini Foracchi (1929-1972) nasceu na cidade de São Paulo e deixou um legado importante para os estudos sociológicos sobre educação e juventude. Atuando como pesquisadora e professora da Universidade de São Paulo (USP), ficou reconhecida pela forma como se dedicava à condução das pesquisas, à preparação de suas aulas e à divulgação dos estudos.

OBRAS-CHAVE

- *A participação social dos excluídos* (1982 - obra póstuma)
- *A juventude na sociedade moderna* (1972)
- *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* (1965)
- *Educação e planejamento: aspectos da contribuição de Karl Mannheim para a análise sociológica da educação* (1960)

EM LEITURA

Em suas obras, Marialice Foracchi analisa a condição juvenil interlaçando diferentes categorias de análise, como ideologia, classe, geração e conflito. Ao se debruçar sobre a compreensão do movimento estudantil e suas potencialidades de transformação social, a pensadora identifica que os estudantes da classe média valorizam a formação como meio de ascensão social. Nesse sentido, a atuação no movimento estudantil se configura como importante meio de expressão para reivindicar a melhoria da própria formação e da condição juvenil como um todo, seja no presente, seja no futuro.

Sobre esse tema, no entanto, a autora apresenta uma ressalva fundamental. Para ela, a formação universitária confirmava uma trajetória pessoal já percorrida e possibilitada por meio de características de classe, pois o ingresso na universidade exigia, à época da pesquisadora, certas condições socioeconômicas estáveis e consolidadas. Ou seja, mais do que uma forma de ascensão social, a formação universitária representava uma chancela sobre uma ascensão que já estava em curso por membros da classe média.

Em seus estudos, a autora enfatiza também a importância das relações interpessoais e intergeracionais como aspectos que orientam a conformação das juventudes, ao lado de outros mecanismos e processos que antecedem a própria emergência do estudante como categoria social.



Giuliano Gomes/PR Press/Folhapress

Os jovens têm o papel essencial nas reivindicações por políticas públicas que garantam melhores condições de vida aos cidadãos, que promovam a proteção ao ambiente e o acesso à educação de qualidade e que combatam o preconceito e a discriminação. Na foto, de 2024, estudantes participam de manifestação contra a privatização em serviços na educação, em Curitiba (PR).

O jovem é um ser em formação, cujo destino depende de um jogo incerto de fatores. Tanto quanto possível, a família coordena esse jogo, incubando, no presente, condições que só se configurarão no futuro. Por isso, suas expectativas, no que concerne ao jovem, se intercalam entre esses dois amplos momentos de realização pessoal, sem deixar de inculcar no imaturo uma filosofia prática de vida, cujo imperativo fundamental é: ser alguém. Percebe-se, assim, que as expectativas de retribuição, mesmo quando colocadas nesses termos, não são simplesmente deslocadas para o futuro. Apresentam, pelo contrário, a singularidade de redefinir-se nesses dois planos temporais, fazendo com que, progressivamente, um se resolva no outro.

FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p. 38.

A autora analisa a condição juvenil como resultado de duas dimensões temporais: no presente, é preciso que os jovens examinem os elementos que dão forma e sentido aos seus comportamentos e que lhes permitam, no futuro, a ampliação dos horizontes de ação.

PARA CONCLUIR

- 1 Como você entende, no texto da autora, o uso da expressão “ser alguém”? Na sociedade contemporânea, você acredita que ainda se impõe esse pensamento à juventude? Converse com os colegas.
- 2 Pesquise dados sobre o perfil de classe social do universitário brasileiro na atualidade e registre esses dados no caderno. Em seguida, responda: Atualmente, a formação no Ensino Superior é uma forma de ascensão social ou a confirmação de uma trajetória pessoal possibilitada pelo pertencimento a uma classe social mais abastada?

PRÁTICAS DE PESQUISA

MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTA PARA O EMPODERAMENTO JUVENIL

Para começar

Conhecer e aceitar as diferenças culturais, sociais, políticas e econômicas entre os jovens é estabelecer um ambiente em que eles sintam que seus saberes, suas experiências, seus sonhos, seus desejos e suas preocupações são acolhidos. No entanto, o reconhecimento da diversidade de identidades juvenis também inclui a construção da autonomia dos jovens. Por isso é tão importante sua participação nos assuntos que envolvam a sociedade e o empoderamento juvenil, processo em que os jovens se responsabilizam por suas escolhas, por meio da interação com outros indivíduos e do pensamento crítico em relação a si mesmos e à realidade como instrumento para a transformação de relações sociais de poder. No entanto, o empoderamento é muito mais que um conceito: envolve o agir e a reflexão sobre as ações que empreendem.

O problema

Como a população juvenil percebe as questões sociais que interessam à juventude e se posiciona em relação a elas? De que maneira promove sua participação na política? Existem formas alternativas de participação? Como as mídias sociais poderiam incentivar padrões de comportamentos social e político para fortalecer a democracia? É possível promover a socialização e a problematização por meio da expressão, nas mídias sociais, de nossa opinião? Por fim, como as mídias sociais podem promover a cidadania dos jovens?

A investigação

- Prática de pesquisa: pesquisa-ação

Material

- Computador com acesso à internet
- Câmera de vídeo ou celular para gravar (opcional)

Procedimentos

Parte I - Planejamento e pesquisa

- 1** Iniciem formando grupos com até quatro integrantes. Para realizar a pesquisa sobre as mídias sociais como ferramenta para o empoderamento juvenil, vocês vão utilizar a pesquisa-ação. Essa forma de pesquisar prioriza a prática (ação) transformadora de uma dada realidade, promovida por uma pesquisa que se inicia com o diagnóstico de um “problema” concreto da realidade, vivenciado e detectado pelos próprios sujeitos envolvidos nele. Toda pesquisa-ação segue um ciclo em que a ação é melhorada, alternando-se o agir (intervenção) e o investigar (refletir sobre a intervenção). Por isso, é importante documentar o progresso dos acontecimentos com os dados obtidos na coleta de informações ou nas descrições de práticas rotineiras realizadas por meio da observação. Dessa maneira, é possível compreender as variações que geram problemas no cotidiano e projetar as mudanças necessárias. Iniciem formando grupos. A proposta é que o grupo intervenha na realidade por meio da criação de um canal de comunicação com outros jovens, nas mídias sociais.
- 2** Pesquisem na internet conteúdos direcionados ao público jovem e/ou produzidos por eles. Listem os principais temas e assuntos abordados. Diferenciem os canais que dizem respeito apenas a questões pessoais daqueles que tratam de problemáticas que abrangem a sociedade de forma mais ampla.
- 3** Escolham, entre as mídias sociais mais comuns, aquela com as quais vocês tenham mais familiaridade e que consideram ser um canal adequado para os objetivos da pesquisa. A escolha deve ser pautada no tipo de interação que a mídia oferece e no tipo de material que vocês vão postar: textos escritos ou orais, textos audiovisuais, etc.

4 Definam os principais tópicos da pesquisa. O levantamento de informações deve abordar os tópicos a seguir, além de outros que o grupo considerar importantes.

- Além do uso pessoal, de que outras formas os jovens utilizam as mídias sociais? O que querem mostrar, comunicar?
- As mídias sociais são usadas para comunicar as demandas da juventude perante o Estado: Quais são as principais demandas? O que os jovens reivindicam nesses espaços?
- Influência das mídias sociais nas culturas políticas juvenis: As mídias sociais foram utilizadas como meio para ações de mobilizações políticas na forma de protesto?
- Interações digitais como indicador do grau de participação e engajamento político: Como medir a interação?
- As redes sociais configuram-se como uma cultura política juvenil, diferente da cultura política de gerações anteriores, que tinham outros agentes tradicionais de socialização política (igreja, família, escola, partidos, sindicatos, etc.): Atualmente, os jovens se manifestam politicamente apenas nas mídias sociais?
- Conteúdos exibidos nas redes sociais que atuam na educação política de jovens.

5 Definam uma metodologia de pesquisa que contribua para o desenvolvimento da pesquisa-ação que vocês estão empreendendo. As metodologias empregadas nesse tipo de pesquisa são variadas e dependerão do tipo de ação (prática) que está sendo planejada. É possível elaborar um relatório para registrar as estratégias discutidas pelo grupo, a avaliação das interações digitais e os possíveis resultados obtidos em termos de empoderamento juvenil. Lembrem-se de que a pesquisa-ação gera resultados em longo prazo. Mas, mesmo que vocês tenham limitações de tempo, podem aprender com essa forma de pesquisar e seguir pesquisando fora do contexto escolar.

Parte II - Análise das informações pesquisadas

1 A análise dos dados de uma pesquisa-ação é feita ao longo de toda a trajetória, afinal vocês estão pesquisando o processo de envolvimento do grupo nessa ação. Por isso, reuniões periódicas para avaliar as estratégias são essenciais. Nessas reuniões, vocês poderão discutir:

- a qualidade da abordagem dos temas escolhidos pelo canal;
- a qualidade e a quantidade de interações promovidas com o público do canal, definindo formas de medir tais interações;
- formas de verificação do impacto das discussões promovidas no canal que geraram aprendizados e/ou intervenções concretas na realidade, procurando avaliar se os jovens que se envolveram nas

temáticas propostas pelo seu canal se engajaram em alguma manifestação pública, etc. Vocês podem, por exemplo, elaborar um questionário *on-line*, fazer uma visita a algum canal ou a um evento que tenha sido divulgado pelo público no canal que vocês criaram e realizar uma observação participante, entre outras possibilidades.

Questões para discussão

- 1** Quais foram as dificuldades que o grupo teve ao trabalhar esse tema?
- 2** A atividade ajudou o grupo a compreender a diversidade dos interesses da juventude?
- 3** A atividade ajudou o grupo a compreender as necessidades, as demandas e as reivindicações dos jovens?
- 4** A atividade ajudou o grupo a compreender como se comunicar com outros jovens e a encontrar modos de socializar interesses e problemas comuns?
- 5** A atividade forneceu ferramentas para escolher coletivamente as estratégias de ação?

Comunicação dos resultados

Prepare uma palestra para apresentar o canal à comunidade escolar. Mostre o passo a passo realizado para a criação do canal, os dados de análise dos comportamentos de interação dos usuários e os resultados do projeto.



Natália Tupi/Acervo da fotógrafa

Registros das gravações do documentário *Minha câmera é minha flecha!*, do indígena e *influencer* digital Richard Wera, em 2023.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

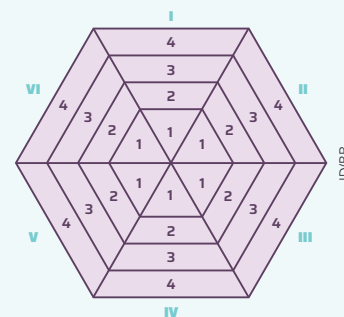


TABELA A

I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B

Campos para colorir	Respostas	Cor indicada
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que “Sempre” realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta I.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente suas respostas para as seguintes questões:

Capítulo 1 - A produção do conhecimento sobre a sociedade

- 1 Consigo compreender que o conhecimento é produzido social e culturalmente?
- 2 Identifico os elementos que caracterizam o homem como um ser social?
- 3 Reconheço e identifico diferentes formas de conhecimento?
- 4 Compreendo que as diferentes formas de conhecimento se originam em distintas fontes e cumprem propósitos também distintos?
- 5 Identifico e sei distinguir as principais concepções que organizam os conhecimentos científicos?
- 6 Compreendo as especificidades do conhecimento científico produzido pelas Ciências Sociais?
- 7 Conheço o panorama geral da formação em Ciências Sociais no Brasil contemporâneo?

Capítulo 2 - A relação entre indivíduo e sociedade

- 8 Compreendo a inter-relação entre indivíduo e sociedade?
- 9 Reconheço as abordagens clássicas sobre a relação entre indivíduo e sociedade?
- 10 Reconheço as abordagens contemporâneas sobre a relação entre indivíduo e sociedade?
- 11 Compreendo as características gerais do processo de socialização?
- 12 Diferencio a socialização primária da secundária e reconheço a importância de cada uma delas para a conformação dos indivíduos no contexto social?
- 13 Relaciono o processo de socialização à conformação das identidades, inclusive das juventudes?
- 14 Problematizo a condição juvenil e valorizo as experiências e os conhecimentos das pessoas idosas como meio de integração à sociedade?
- 15 Compreendo o que é ética e reconheço sua importância no processo de socialização?



PARA IR ALÉM

Capítulo 1 - A produção do conhecimento sobre a sociedade

Cidades@

Cidades@ é um portal criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para organizar e disponibilizar diversos dados sobre temas relativos aos estados e municípios brasileiros. É uma boa fonte de consulta para atividades escolares.

IBGE. *Cidades@*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 ago. 2024.



Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

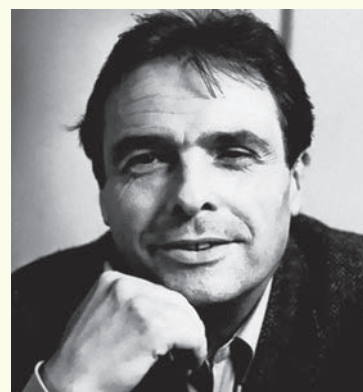
Editora WMF Martins Fontes/Arquivo da editora



Logicomix: uma jornada épica em busca da verdade

A história em quadrinhos conta a trajetória do filósofo Bertrand Russell na busca pelos fundamentos lógicos que estruturam o conhecimento.

DOXIADIS, Apostolos; PAPADIMITRIOU, Christos H. *Logicomix: uma jornada épica em busca da verdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.



Louis Monier/Gamma-Rapho/Getty Images

A sociologia é um esporte de combate

O diretor desse documentário acompanha o sociólogo Pierre Bourdieu em suas atividades acadêmicas e registra como a Sociologia pode ser um excelente meio de reflexão e ação sobre a ordem dominante.

A sociologia é um esporte de combate. Direção: Pierre Carles. França, 2001 (146 min).

Universal Pictures/ID/BR



Capitão Fantástico

O enredo do filme narra a história de um casal que opta por formar uma família e viver afastado geograficamente e socialmente, inclusive para oferecer aos filhos referências culturais dissonantes dos valores dos quais eles discordavam (consumismo, alienação, produtos culturais). Referência importante para compreender o impacto da socialização na infância e na adolescência, esse filme pode orientar intenso debate.

Capitão Fantástico. Direção: Matt Ross. Estados Unidos, 2016 (118 min).

Capítulo 2 - A relação entre indivíduo e sociedade

Templo Positivista do Rio Grande do Sul

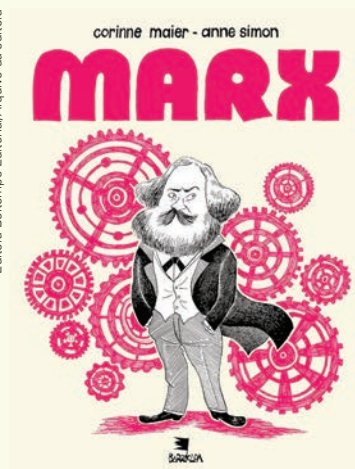
O templo positivista ainda em atividade no Brasil fica em Porto Alegre (RS). No *site* referente ao templo, é possível conhecer um pouco mais da doutrina positivista ou Religião da Humanidade.

Templo Positivista do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://templopositivista.org.br/>. Acesso em: 26 ago. 2024.



Disponível em: <https://templopositivista.org.br/>. Acesso em: 19 Jun. 2024

Editora Boitempo Editorial/Arquivo da editora



Marx: uma biografia em quadrinhos

A história em quadrinhos apresenta conceitos e dados biográficos e foi lançada em comemoração ao bicentenário do nascimento de Marx.

MAIER, Corinne; SIMON, Anne. *Marx: uma biografia em quadrinhos*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Kapital!: quem ganhará a luta de classes?

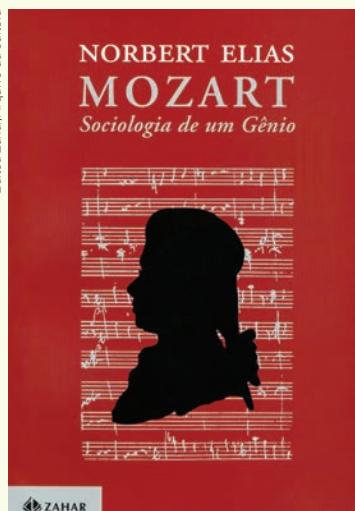
Esse jogo de tabuleiro opõe dominantes e dominados e oferece aos jogadores uma experiência lúdica, divertida e voltada à aprendizagem, pois mostra como as desigualdades sociais não são naturais.

PINÇON-CHARLOT, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. *Kapital!: quem ganhará a luta de classes?* São Paulo: Boitempo: Autonomia Literária, 2021.



Autonomia Literária e Boitempo/Arquivo da editora

Editora Zahar/Arquivo da editora



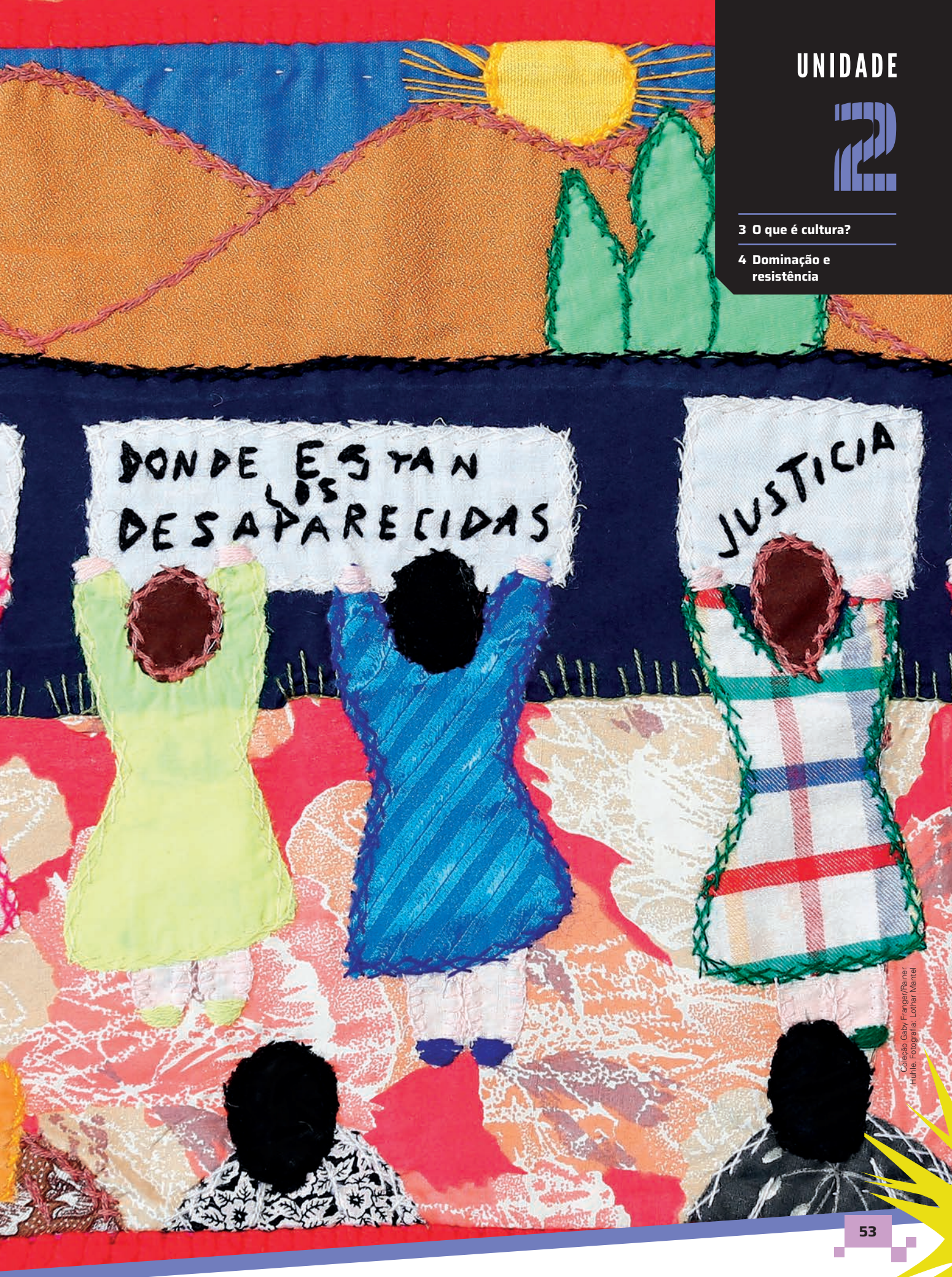
Mozart: sociologia de um gênio

Nesse livro, Norbert Elias apresenta uma biografia do músico e compositor alemão Wolfgang Amadeus Mozart, intercalando elementos da narrativa sobre a vida do compositor com aspectos do contexto histórico e social, em um esforço de dar visibilidade a elementos do social que interferiram diretamente na conformação desse compositor como artista e indivíduo.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

3 O que é cultura?

4 Dominação e resistência



O QUE É CULTURA?

1. Observe a imagem a seguir. Você já participou de algum evento como o retratado nela? Discuta com os colegas e troquem informações sobre as características de eventos desse tipo.
2. Considerando o evento de que você participou e o evento retratado na imagem, é possível extrair uma definição sobre o que é cultura? Qual?
3. Há quem diga que determinada pessoa é culta por ter uma trajetória de estudos formais maior que a média. Você já ouviu essa afirmação? Como essa valorização do saber formal se relaciona à feira de ciências retratada na imagem?



Estudantes participam de feira de ciências em Boksburg, na África do Sul. Foto de 2022.

Como você viu na unidade anterior, as necessidades humanas são criadas pela cultura. Os indivíduos aprendem os valores e os padrões de comportamento por meio da socialização e formam suas identidades ao se relacionar com os outros. Nesta unidade, a noção de cultura será aprofundada.

No senso comum, utilizamos a palavra “cultura” como sinônimo para conteúdos diversos entre si. O pensador Roberto DaMatta destaca que, no cotidiano, cultura é utilizada como referência para noções de sofisticação, sabedoria, volume de leitura, tempo de escolarização, conhecimento de idiomas e de arte, bem como para caracterizar pessoas inteligentes. Entretanto, a noção de cultura é muito mais complexa do que sugerem esses usos. Por isso, a Antropologia, a Sociologia, as Artes e a Filosofia contribuem para a compreensão dos diversos significados da cultura e de sua influência na socialização dos indivíduos.

Nesse sentido, muitas escolas costumam organizar festivais culturais ou feiras de ciências, nos quais, geralmente, há comidas típicas, produções artísticas e até mesmo exposições com inventos científicos desenvolvidos na instituição. Tais eventos colaboram para evidenciar aspectos culturais importantes para a comunidade escolar.

CULTURA E SOCIEDADE

Quando você ouve falar em cultura, quais ideias vêm à sua mente? Geralmente, a cultura é associada a elementos tradicionais de um povo (lendas, festas e costumes), a expressões artísticas (artes visuais, dança, teatro e música) ou, ainda, a meios de comunicação (internet, televisão e rádio).

O termo “cultura” também é empregado cotidianamente como sinônimo de erudição. Essa percepção é constantemente criticada pelas Ciências Sociais, já que induz a uma hierarquização das expressões culturais e desvaloriza as culturas populares. Para as Ciências Sociais, a cultura é intrínseca à existência humana, visto que as crenças e os costumes de cada sociedade são constantemente vivenciados e reelaborados pelas pessoas.

Leia, a seguir, algumas considerações do antropólogo Roque de Barros Laraia (1932-) sobre o conceito de cultura.

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 28.

O conceito de cultura foi criado como subsídio teórico para as Ciências Humanas no contexto de sua consolidação como saber científico. Na esteira da Revolução Industrial, no século XIX, a maior parte das reflexões sobre a cultura enfatizou o sentido de *civilization* em detrimento do sentido de *Kultur*, levando a produção material ao centro das discussões e fazendo com que a cultura fosse colocada como **par oposto da natureza**.

Com base nessa perspectiva, o modelo cultural europeu foi construído como um ideal de civilização e se tornou parâmetro de análise de outras culturas, consideradas inferiores segundo esse padrão. Posteriormente, essa visão foi desconstruída a partir de outras interpretações sobre cultura, trabalhadas neste capítulo.

REFLEXÃO

Quem são os bárbaros?

O filósofo e escritor francês Michel de Montaigne (1533-1592), publicou, em 1580, um ensaio abordando a noção de barbaridade em oposição à civilização. Naquela época, o texto não foi bem recebido porque questionava o fato de se tomar como referência de modelo civilizacional a cultura europeia e, conseqüentemente, rotular como bárbara toda cultura que se diferenciava desse modelo.

Segundo o pensador, era necessário problematizar o que se considerava bárbaro, visto que esse rótulo era atribuído pelos europeus aos povos nativos justamente em um momento marcado pela invasão de territórios e pela disseminação de violências contra esses mesmos povos. Assim, o pensador nos leva a refletir: Quem, na verdade, seriam os bárbaros?

1. Como você responderia a essa pergunta?



Alameda Editorial/Arquivo da editora

Reprodução de gravura presente na capa da obra *Dos canibais*, de Michel de Montaigne, na edição brasileira da Alameda Editorial, 2009.

O natural é social

O conceito de cultura também contribuiu para delimitar os fenômenos antes atribuídos ao campo das Ciências Naturais. Assim, passaram a ser consideradas as dualidades entre os fenômenos construídos socialmente e os biológicos. Por meio dos estudos e das teorias elaboradas pelas Ciências Humanas, foi possível notar que até atividades fisiológicas como comer, dormir e andar são resultados de convenções e hábitos produzidos culturalmente. Embora os fatores biológicos incidam sobre essas convenções e esses hábitos e possam fundamentar a lógica de composição das regras de um grupo, tais normas são uma produção cultural. Ao analisarmos, por exemplo, os hábitos alimentares ao longo do tempo e em diferentes sociedades, poderemos constatar que alguns alimentos comuns na culinária de determinadas comunidades podem estar ausentes ou mesmo serem considerados proibidos por questões ideológicas ou religiosas entre membros de outra comunidade. Portanto, a escolha alimentar é, eminentemente, cultural.

O antropólogo francês Marcel Mauss (1872-1950), ao estudar os modos pelos quais os indivíduos utilizam seus corpos, em seu livro *As técnicas do corpo*, de 1934, constatou que essas técnicas são transmitidas pela tradição e variam não apenas de uma sociedade para a outra, mas também de acordo com o gênero e a idade.

Chamo técnica um ato *tradicional eficaz* (e vejam que nisso não difere do ato mágico, religioso, simbólico). Ele precisa ser *tradicional e eficaz*. Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição. Eis em que o homem se distingue antes de tudo dos animais: pela transmissão de suas técnicas e muito provavelmente por sua transmissão oral.

MAUSS, Marcel. *As técnicas do corpo*. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 407.

Mauss observou uma série de aspectos ligados ao uso do corpo em diferentes contextos, como as técnicas de parto e as maneiras de carregar os bebês, os rituais de iniciação dos jovens e de passagem para a vida adulta, os jeitos de dormir, comer e beber, as técnicas ligadas ao movimento (dança, corrida, salto, escalada, descida, nado, etc.), entre outros. Ele concluiu que as sociedades criam uma espécie de educação sobre os corpos dos seus indivíduos, que traduz elementos do seu sistema simbólico, ou seja, da cultura.

REFLEXÃO

Margaret Mead

A antropóloga estadunidense Margaret Mead (1901-1978) se destacou por suas pesquisas inovadoras em relação às diferentes e variadas conexões entre sexo e temperamento. Ela estudou sociedades nas quais a divisão de tarefas entre homens e mulheres era bastante diversa do que se convencionou em sociedades industriais ocidentais. Com base em seus estudos, foi possível refletir como os papéis de gênero são socialmente construídos e variam de cultura para cultura.

1. Segundo a autora, que relação podemos estabelecer entre papéis de gênero e cultura?
2. Como a cultura pode influenciar o comportamento das pessoas?



World History Archive/Alamy/Fotocorena

Margaret Mead realizando seus estudos. Foto de 1935.

Cultura e alteridade

De acordo com a antropóloga estadunidense Ruth Benedict (1887-1948), em seu livro *O crisântemo e a espada*, de 1946, a cultura é uma lente por meio da qual o ser humano enxerga o mundo. De acordo com essa perspectiva, a cultura é uma **representação da realidade**, e os símbolos e a significação têm papel estruturante tanto na formação quanto na compreensão dessa realidade.

Ao criar regras, técnicas e saberes para organizar a vida em sociedade, os seres humanos produzem cultura. Esse patrimônio cultural acumulado exerce influência nos hábitos e nos comportamentos dos indivíduos e condiciona a forma como eles **interpretam o mundo**.

A linguagem, por exemplo, utiliza símbolos cujos significados são compartilhados socialmente e por meio dos quais são criadas representações de mundo. Você já refletiu sobre os motivos de algumas palavras serem femininas e outras masculinas? Ou por que algumas palavras só existem na língua portuguesa? Ou, ainda, por que algumas palavras comuns no passado não são mais utilizadas atualmente? É por meio da língua que os elementos do mundo são nomeados, refletindo uma visão cultural sobre eles.

Assim, a cultura está diretamente relacionada às múltiplas interações sociais, às práticas e aos saberes produzidos em diferentes contextos sociais e históricos. Ou seja, nós somos seres de interação e interdependência e nos reconhecemos pelas relações que desenvolvemos com o “outro”, como se fosse um espelho: ao observar e compreender o outro, reconhecemos a nós mesmos. Com base nisso, desenvolve-se, nas Ciências Sociais, o conceito de **alteridade**. O exercício da alteridade fortalece o reconhecimento da diferença entre os seres humanos, abrindo caminho para a valorização do desconhecido e do outro, em suma, da diversidade. Para a Antropologia, o conceito de alteridade se tornou uma prática metodológica central, transformando-se em um mecanismo para acolher as diferenças e analisar aspectos tanto de outras culturas quanto da nossa própria cultura.

Desse modo, a cultura deve ser compreendida de acordo com os significados atribuídos pelos próprios membros em relação aos comportamentos, às crenças, aos conhecimentos e aos costumes. Também é importante levar em consideração que esses elementos estão em **constante criação e ressignificação**. É possível, por exemplo, que determinada cultura entre em contato com novos elementos e se aproprie deles, gerando mudanças sociais; contudo, isso não significa que aquela cultura deixou de existir: a mudança faz parte dessa dinâmica, seja impulsionada internamente pelos seus membros, seja impulsionada externamente pelo contato com outras referências culturais.

Pense nos hábitos e costumes de nossa sociedade. Quais aspectos se mantiveram e quais se modificaram ao longo dos anos? Que impactos grandes eventos podem causar nesses costumes? A pandemia de covid-19 (causada pelo vírus SARS-CoV-2), por exemplo, conduziu mudanças nos hábitos relacionados à higiene e ao cuidado com a saúde.

O modo como os indivíduos interpretam o mundo, portanto, depende dos contextos cultural e histórico nos quais estão inseridos, cujos valores, códigos e costumes orientam os sentidos que eles atribuem às próprias experiências.

Urnas funerárias marajoara expostas no Museu do Forte do Presépio, em Belém (PA). As cerâmicas representam a visão cultural dos Marajoara sobre a morte. Foto de 2022.



Rubens Chaves/Pulsar Imagens

REFLEXÃO

Comunicação e troca de saberes

A linguagem é um importante mecanismo de afirmação cultural, já que transmite uma visão de mundo – os inuítes, por exemplo, povo tradicional que vive no Ártico, têm mais de vinte palavras para designar a cor branca.

Além disso, ao desenvolver línguas e transmitir aprendizados aos seus descendentes, os indivíduos potencializam esse aprendizado, valendo-se do que outros já fizeram no passado. Desse modo, evita-se depender apenas da observação imediata e dos próprios experimentos, acumulando saberes e desenvolvendo-os.

1. Em sua opinião, como a língua representa a visão de mundo dos inuítes?
2. Como a linguagem contribui para o exercício da alteridade?
3. Qual é a importância da preservação da língua para a afirmação cultural de um povo?

AS ESCOLAS DE PENSAMENTO DA ANTROPOLOGIA

Como visto anteriormente, cultura é um conceito que assume múltiplos significados. Nas Ciências Humanas, esse conceito abarca diversas possibilidades de definição, que deram origem a escolas antropológicas também distintas. As ideias sobre cultura estão inseridas em contextos históricos e adquiriram múltiplos significados de acordo com o desenvolvimento das teorias antropológicas e sociológicas. Observe, a seguir, algumas características das principais escolas de pensamento da Antropologia e suas definições para o conceito de cultura.

O evolucionismo

Essa escola de pensamento antropológico foi criada por estudiosos considerados fundadores da Antropologia, como o estadunidense Lewis Henry Morgan (1818-1881), o inglês Edward Burnett Tylor (1832-1917) e o escocês James Frazer (1854-1941).

Para o evolucionismo social ou cultural, existe apenas um caminho de desenvolvimento para todas as sociedades humanas; porém, esse desenvolvimento ocorre de forma desigual. De acordo com essa perspectiva, a cultura europeia representa o auge da evolução cultural, que seria a civilização, ao passo que os outros povos são considerados “primitivos” e inferiores e, conforme evoluem, atingem o mesmo patamar de desenvolvimento europeu. A ideia de desenvolvimento linear das culturas foi utilizada como uma das justificativas para o colonialismo no século XIX.

O inglês Herbert Spencer (1820-1903) buscou adaptar as teses evolucionistas de Charles Darwin (1809-1882) para a análise das sociedades. Essa adaptação gerou uma classificação das sociedades baseada na noção de **progresso**. Dessa forma, as sociedades foram classificadas como: selvagens, bárbaras e civilizadas. O parâmetro para medir o progresso eram as sociedades imperialistas europeias, das quais eram provenientes os pensadores do evolucionismo.

O culturalismo americano

Em oposição às visões hierárquicas e classificatórias dos estudos evolucionistas, a escola de antropologia cultural americana postulou a necessidade de reconhecer a existência de diferentes culturas, que devem ser estudadas e compreendidas como sistemas em si mesmos. Franz Boas (1858-1942), alemão e naturalizado estadunidense, foi o pioneiro dessas proposições, tendo influenciado importantes nomes das Ciências Sociais como Margaret Mead, Ruth Benedict e, inclusive, o brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987).

O funcionalismo

De acordo com essa corrente de pensamento, a sociedade torna-se estável e próspera quando as instituições sociais são responsáveis por determinadas funções. O funcionalismo ficou bastante conhecido por meio dos trabalhos do polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942). Esse autor revolucionou a forma de coleta de dados, propondo o **trabalho de campo**, metodologia que envolve a coleta direta de dados em meio à população estudada.

A maioria dos pesquisadores anteriores a Malinowski tomava como base para suas análises relatos de viajantes e de terceiros sobre determinada cultura, o que era conhecido como “antropologia de gabinete”. Malinowski evidenciou o salto de qualidade nos estudos ao experimentar um contato prolongado e direto com os povos que pesquisava: tratava-se de observar “de dentro” uma cultura para compreender o ponto de vista da população local, exercitando, assim, a alteridade. O estudioso também se destacou por priorizar o entendimento das culturas como uma totalidade, em vez de estudar as diferentes culturas de modo fragmentado e segmentado.



Bronislaw Malinowski é fotografado junto a nativos das Ilhas Trobriand, durante trabalho de campo na Nova Guiné. Foto de 1918. Desse trabalho de campo, resultou a obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicada originalmente em 1922, na Inglaterra.

Acervo da Biblioteca Britânica de Ciência Política e Econômica, Londres, Inglaterra.

O estruturalismo

Na Antropologia, o estruturalismo tem o objetivo de compreender as estruturas de um sistema cultural. Nessa perspectiva, a cultura é analisada como um conjunto de elementos que estabelecem interações entre si. Essas interações não são arbitrárias: se um elemento cultural se modifica, os elementos restantes também se modificam. Para essa escola, os elementos fundamentais que compõem uma estrutura são os mesmos para todas as sociedades e, por isso, não há razões para classificar as diferentes culturas entre superiores e inferiores.

O francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009) aplicou o pensamento estruturalista para o estudo de grupos indígenas do Brasil, visando identificar estruturas de formação de pensamento únicas para todo espírito humano. Lévi-Strauss ficou conhecido por seus escritos sobre o pensamento mítico e o parentesco. Ele mostrou que os mitos não existem sozinhos, pois estão envolvidos em uma rede de significados. Com essas reflexões, o autor evidenciou sua noção de cultura como algo dependente do sistema simbólico, partilhado e estruturado por determinadas lógicas, que ajudam a compreender o funcionamento social e sua representação cultural.

Para Lévi-Strauss, a noção de estrutura social refere-se a um modelo teórico construído pelo cientista social para elucidar e compreender a realidade empírica que observa. Assim, os sistemas de parentesco, filiação, trocas comerciais, comunicação, mitos e rituais fazem emergir a estrutura social de determinado povo, evidenciando a relação entre modelos conscientes e inconscientes de ação. Como resultado, é possível identificar elementos universais e particulares na análise das culturas.



Apic/Getty Images

O antropólogo estruturalista Lévi-Strauss se valeu de seu trabalho de campo com povos indígenas brasileiros para elaborar sua teoria. Na foto, ele realiza estudos na Amazônia, em 1936.

O estrutural-funcionalismo

O inglês Alfred Radcliffe-Brown (1881-1955) foi o principal expoente da escola estrutural-funcionalista, caracterizada pela combinação, como seu nome indica, de aspectos da antropologia estrutural e da antropologia funcionalista. Uma de suas principais características é o foco na análise das sociedades em um dado momento, além do estudo da lógica interna do sistema que caracteriza cada sociedade.

A escola estrutural-funcionalista busca compreender como as sociedades funcionam por meio da integração das estruturas que colaboram para a continuidade do sistema social; nesse sentido, a cultura se revela como um elemento que possibilita essa continuidade. Em outras palavras, para essa escola, é importante analisar os fenômenos sociais a partir de suas funções, de seus propósitos e das relações que estruturam as instituições humanas como família e Estado.

Em 1952, Radcliffe-Brown publicou, nos Estados Unidos, a primeira edição de *Estrutura e função nas sociedades primitivas*, obra em que o pensador analisa o sistema de parentesco e mostra como as relações sociais são reguladas por isso. Na imagem, reprodução da capa da edição brasileira de 1979, publicada pela Edições 70.



Editora Edições 70/Arquivo da editora

INTERAÇÃO

1. Você já ouviu alguma piada que fosse baseada na diferença cultural? Por que você acha que muitas pessoas riem desse tipo de conteúdo?
2. Partindo de seus conhecimentos sobre o tema, por que, em sua opinião, os europeus julgaram os povos originários como não civilizados?
3. Você consegue identificar em seu cotidiano falas, expressões ou ideias que sejam etnocêntricas? Como podemos evitar que sejam disseminadas?

ETNOCENTRISMO E DOMINAÇÃO

Etnia é uma palavra de raiz grega, *ethnos*, utilizada para denominar grupos que compartilham a cultura, os costumes e/ou a origem. O conceito de **etnocentrismo** deriva dessa palavra e foi criado para designar uma visão de mundo em que uma cultura ou um grupo étnico se considera superior aos demais e toma seus valores como medida para compreender as demais culturas.

Historicamente, foram construídas ideias etnocêntricas, como a existência de culturas “inferiores” e “superiores”. Mas como essas ideias se constituíram ao longo do tempo? A que interesses e processos elas serviram? Para responder a essas questões, alguns aspectos da relação entre etnocentrismo e dominação, sobretudo no período colonial, devem ser considerados.

Visões etnocêntricas do mundo já estavam presentes em antigas sociedades, como a grega, a romana, a chinesa e a judaica, que escravizaram outros povos, considerados “bárbaros” ou “inferiores”. Essa perspectiva explica, por exemplo, o domínio de chineses sobre coreanos, turcos e persas; ou, ainda, o fato de os estrangeiros não serem considerados cidadãos na democracia grega.

Entre os séculos XV e XIX, a empreitada colonial europeia na América e, depois, na África e na Ásia baseou-se em uma postura etnocêntrica. A progressiva constituição de Estados nacionais centralizados, aliada à necessidade de expansão econômica e à busca por riquezas, fez com que os europeus estabelecessem o domínio sobre povos daqueles três continentes.

Os pioneiros na expansão marítima europeia foram os portugueses e os espanhóis. No final do século XV, em outubro de 1492, Cristóvão Colombo chegou à América Central, em uma expedição financiada pela Coroa espanhola. Alguns anos depois, em abril de 1500, uma esquadra lusitana comandada por Pedro Álvares Cabral aportou no litoral do território que, mais tarde, foi chamado Brasil. Inaugurou-se uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT), em que as colônias geravam riquezas para as metrópoles europeias. Os primeiros contatos entre nativos e invasores foram marcados pelo exotismo e pela curiosidade. Aos poucos, os europeus foram construindo uma imagem negativa das populações autóctones, caracterizando os povos originários como selvagens ou não humanos.

Para os colonizadores do continente americano, os nativos não eram afeitos aos valores da “civilização” cristã ocidental – um dos motivos pelos quais foram escravizados, tendo de trabalhar na extração de elementos naturais, na mineração e na agricultura, ou se tornaram objeto de doutrinação religiosa, principalmente dos jesuítas. Na América portuguesa, contudo, a maior carga do trabalho compulsório foi realizada por africanos escravizados, trazidos à América ainda no século XVI.



Imagem do *Novo Mundo*, xilogravura aquarelada de Johann Froschauer, c. 1505, publicada em *Mundus Novus*, de Américo Vespúcio. Ainda que a América fosse habitada por uma enorme diversidade de povos, com diferentes culturas, troncos linguísticos e saberes, os europeus retrataram esses povos indistintamente, qualificando-os como “bárbaros”, “selvagens” ou “canibais”.

Coletação particular/The Picture Art Collector/Alamy/fotorena

Dominação cultural e violência

Os colonizadores europeus utilizaram o pressuposto de que eram superiores para impor seu modo de vida aos povos classificados por eles como primitivos. Esse olhar eurocêntrico foi utilizado para justificar a exploração colonial, a expropriação das terras, a escravização e a retirada da autonomia na organização social dos povos colonizados. A desqualificação dos povos originários promovida pelo etnocentrismo europeu estava a serviço da geração de riquezas. Com isso, espanhóis, portugueses e, mais tarde, ingleses, holandeses e franceses dizimaram muitos povos indígenas na América, provocando o desaparecimento de inúmeros grupos e culturas.

Durante as conquistas europeias e a exploração colonial, o etnocentrismo esteve associado ao eurocentrismo, ou seja, à prevalência dos propósitos e das visões de mundo dos europeus em detrimento das perspectivas elaboradas por outras culturas. O eurocentrismo também esteve presente no século XIX, com o empreendimento do neocolonialismo na África e na Ásia, e se perpetuou no século XX, por meio do desenvolvimento de novas formas de subjugação econômica empreendidas pelas ex-metrópoles, que mantiveram a dominação sobre suas antigas colônias.

Expropriadas por séculos de seus recursos naturais e marcadas pelos ataques a suas culturas, as ex-colônias entraram no jogo do livre mercado em condições bastante adversas; até hoje, reproduzem o papel de exportadoras de bens primários às custas de uma profunda precarização do trabalho e da vida.

A partir do final do século XIX, houve a intensificação do nacionalismo, da xenofobia e da discriminação na Europa. Um exemplo desse processo foi a morte em massa de judeus, eslavos, ciganos e afrodescendentes provocada pelos governos nazifascistas na Segunda Guerra Mundial. Ao longo da história, houve genocídios relacionados a outros povos, como o de armênios pelos turcos, em 1905, e o massacre em Ruanda, com a morte de milhares de integrantes das etnias Tutsi e Batwa pelos Hutus, na década de 1990.

Ainda hoje, há práticas de etnocentrismo e dominação cultural baseadas na ideia de que as sociedades não ocidentais são “inferiores” ou “atrasadas” por alguns setores sociais. Um exemplo de choque cultural com bases etnocêntricas foi a proibição do uso de um tipo de véu islâmico na França, em 2018. Símbolo de fé para a maioria das mulheres que seguem a religião islâmica, o uso do *niqab* foi proibido em locais públicos, e as mulheres que o vestiam passaram a ser sujeitas a multa. Alguns estudiosos acham que, por meio dessa proibição, o Estado francês exerce um controle coercitivo sobre as mulheres islâmicas semelhante aos mecanismos de dominação cultural empreendidos em outros períodos históricos. Embora o etnocentrismo ainda tenha um lugar no contexto mundial atual, ele foi refutado cientificamente no século XX. O historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012), por exemplo, criticava veementemente a premissa de uma sucessão hierárquica e imutável de estágios da história da civilização, como se ela fosse um processo linear de acumulação de conquistas em direção ao progresso.

AÇÃO E CIDADANIA

Idiomas e resgate cultural

A valorização cultural das populações marginalizadas envolve o resgate das línguas perdidas ou reprimidas. Na Nova Zelândia, uma política pública implementou o ensino de línguas aborígenes nas escolas. Leia a seguir.

Antes proibida, língua maori tem renascimento na Nova Zelândia

O maori está tendo um renascimento em toda a Nova Zelândia. As pessoas indígenas cada vez mais adotam sua língua, rejeitando gerações de estigma e vergonha associados a seu uso. E os neozelandeses brancos buscam ajuda na língua e na cultura maori para compreender sua própria identidade cultural.

“Esta é a nova Nova Zelândia”, disse Ella Henry, uma professora de estudos maori na Universidade de Tecnologia de Auckland. “Não é uma bolha na paisagem cultural. É o que a Nova Zelândia está se tornando: um lugar realmente integrado”.

Até 2013, apenas 3,7% dos neozelandeses falavam a língua fluentemente, e muitos previam que ela se extinguiria

em breve. Mas analistas dizem que o *status* do maori está mudando, e um conhecimento básico da língua passou a significar modernidade cultural em um país que continua lutando com suas raízes coloniais e indígenas.

Hoje o governo da Nova Zelândia, que diz desejar que mais de 20% da população fale maori básico até 2014, prometeu oferecer aulas do idioma em todas as escolas do país até 2025, apesar da falta de professores que falam a língua.

A revitalização do maori também faz parte de um renascimento mais amplo das culturas indígenas no plano global. [...]

ANTES proibida, língua maori tem renascimento na Nova Zelândia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/antes-proibida-lingua-maori-tem-renascimento-na-nova-zelandia.shtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

1. Como a solução encontrada pelo governo neozelandês promove a valorização da cultura maori? Você conhece iniciativas semelhantes?
2. Por que o resgate das culturas nativas é importante? Discuta com os colegas.

TROCAS E TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS

Embora os aspectos culturais sejam transmitidos de geração para geração, o que é recebido da geração anterior pode ou não fazer sentido para as novas gerações. Embora toda cultura sofra mudanças, a intensidade do contato com culturas diferentes, muitas vezes, potencializa essas mudanças.

Há diferentes tipos de transformação cultural. Ela pode surgir de tensões no interior das próprias culturas – geralmente mais lenta – ou do exterior, como a chegada dos europeus à América, que tende a ser mais abrupta. De todo modo, as culturas não estão isoladas e, por isso, estão em contínua transformação.

Muitas vezes, as transformações culturais são malvistas, como se a cultura perdesse sua essência. No entanto, embora passem por modificações, as diferentes culturas não desaparecem enquanto estiverem vivos seus produtores, já que a cultura é um processo social refeito e renovado continuamente. Leia abaixo o texto do antropólogo Roque de Barros Laraia sobre essa questão.

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender [...] [essa] dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 105.

Nas últimas décadas, esse processo de transformação cultural se intensificou devido à globalização, o que gerou efeitos negativos e positivos. Por um lado, a globalização

agravou as desigualdades sociais e a dominação cultural em relação às populações menos favorecidas por esse fenômeno. Por outro, o desenvolvimento de tecnologias de comunicação possibilitou o empoderamento de muitos povos tradicionais. Nesse sentido, a valorização da diversidade cultural é fundamental para compreender a relação entre as lutas pela afirmação do direito à diferença e os processos de globalização.

Muitos povos tradicionais se apropriam das tecnologias para a manutenção de seu modo de vida e a afirmação de sua identidade cultural. Também utilizam essas ferramentas para mobilizações por seus direitos. São exemplares as ações que antecederam a III Marcha das Mulheres Indígenas, que ocorreu em Brasília.



ANIMIGA/Acervo da instituição

Cartaz de divulgação da III Marcha das Mulheres Indígenas, que aconteceu em setembro de 2023, em Brasília (DF). A articulação *on-line* possibilitou a arrecadação de fundos, o cadastro de voluntárias, a divulgação da programação e o registro do evento.

REFLEXÃO

Dominação, etnocídio e genocídio

No debate sobre as transformações culturais, é preciso reconhecer a existência de práticas deliberadas de apagamento de algumas culturas. Embora os conceitos de genocídio e etnocídio sejam usados como sinônimos, o etnólogo francês Pierre Clastres (1934-1977) nos fornece alguns critérios de diferenciação. Segundo o pensador, etnocídio se refere à destruição dos modos de vida e de pensamento de um povo. Esse processo é uma forma de opressão simbólica sobre o povo a quem se pretende aniquilar culturalmente. Já o genocídio descreve o assassinato sistemático dos membros de um povo, que, a longo prazo, levaria ao desaparecimento de determinada cultura, tendo em vista que a sua manutenção depende da sobrevivência de seus produtores. Tanto no etnocídio quanto no genocídio, a premissa para a dominação é uma hierarquia que contesta a diversidade cultural.

1. Considerando a distinção apresentada por Pierre Clastres, é possível afirmar que alguns povos originários da América sofreram etnocídio? Explique.
2. Em 1993, ocorreu o Massacre de Haximu, ação violenta de garimpeiros contra indígenas Yanomami que resultou no assassinato de 16 indígenas. A partir de 2022, houve um aumento das denúncias contra a negligência do Estado brasileiro em relação à proteção dos Yanomami. Nesse mesmo ano, morreram centenas deles por causa de fome, desnutrição e proliferação de doenças. Explique por que ambos os eventos podem ser definidos como genocídio.



Faixa de protesto contra o genocídio Yanomami no prédio da Assembleia Legislativa do estado de Roraima, na capital Boa Vista. Foto de 2022.

Caíque Souza/CIR

NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE CULTURA

Considerando o debate sobre trocas e transformações culturais, os instrumentos teóricos das Ciências Humanas sobre o social também precisaram se adaptar. Os estudos antropológicos mais recentes sobre a cultura tendem a problematizar o ponto de vista privilegiado dos colonizadores na produção do conhecimento e, por isso, procuram deslocar o foco das pesquisas para os saberes locais. Assim, as assimetrias de poder relacionadas à produção do conhecimento vêm sendo reelaboradas.

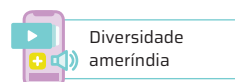
A antropologia interpretativa, por exemplo, tem como principal representante o estadunidense Clifford Geertz (1926-2006). Essa vertente atribui grande importância à leitura que os próprios povos estudados realizam sobre sua cultura. Geertz procura analisar a cultura como um sistema simbólico, como resultado dos significados atribuídos às práticas sociais e à maneira como os grupos se relacionam na sociedade.

Perspectivismo ameríndio

Elaborada pelos antropólogos brasileiros Eduardo Viveiros de Castro (1951-) e Tânia Stolze Lima, com base nos extensos estudos sobre a filosofia dos povos indígenas amazônicos, essa proposição teórica – o perspectivismo ameríndio – tem como eixo principal a questão do ponto de vista. De acordo com essa teoria, não há realidade independente do sujeito, e o mundo só é mundo para alguém. De acordo os autores, os ameríndios não estabelecem a distinção entre natureza e cultura, um dos princípios das culturas ocidentais.

Para os ameríndios, todos os seres são humanos, mas alguns deles são percebidos em formas de animais, de espíritos ou de não humanos. A humanidade desses seres é visível apenas para os **xamãs** ou para outros que têm o mesmo tipo de corpo. Sob essa lógica, a cultura seria composta dessas múltiplas naturezas, que provêm dos corpos, humanos ou não.

Com essa teoria, os autores não buscam descrever os mundos ameríndios, e sim pensar com os indígenas, aprendendo as categorias que eles utilizam e se valendo delas para repensar o mundo não ameríndio com outro ponto de vista.



xamã: pessoa com funções religiosas no contexto da cosmologia ameríndia.



Luciano Queiroz/Pulsar Imagens

A tradicional oposição entre natureza e cultura é problematizada com o perspectivismo ameríndio. Na foto, pinturas rupestres no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (PI). Foto de 2024.

1 O parentesco é um tema bastante recorrente na Antropologia. Para compreender a função desse campo de estudo para a disciplina, pode-se realizar a seguinte atividade: desenhe a árvore genealógica de sua família com a indicação de seus parentes de forma genérica (tio, primo, mãe, e não com nomes próprios). Circule na árvore os três parentes que mais influenciam sua formação (escolar, cidadã, etc.). Forme grupo com alguns colegas e compartilhe sua árvore genealógica com eles. Juntos, organizem as árvores de vocês em função do que encontraram em comum e reflitam sobre as diferenças. Depois, respondam às questões.

- Qual parente influencia mais a vida da maior parte do grupo? Qual parente exerce menos influência?
- Que funções práticas cada parente circulado desempenha no processo de sua formação? Que responsabilidades recaem sobre cada um deles e como eles agem em relação a essas responsabilidades socialmente atribuídas?
- Com base nas respostas, é possível perceber algum padrão cultural nas relações particulares, ou seja, é possível identificar uma forma predominante de ser avó ou pai, por exemplo? Justifique.

2 Leia o texto a seguir e, depois, responda às questões.

O lugar da civilização ocidental

[Uma] adesão ao gênero de vida ocidental, ou a alguns de seus aspectos, está longe de ser tão espontânea quanto os ocidentais gostariam que ela fosse. Resulta menos de uma decisão livre do que uma ausência de escolha. A civilização ocidental estabeleceu os seus soldados, as suas feitorias, as suas plantações e os seus missionários em todo o mundo; interveio, direta ou indiretamente, na vida das populações [...], revolucionou de alto a baixo o modo tradicional de existências destas [...]. Aos povos subjugados ou desorganizados não restava senão aceitar as soluções de substituição que lhes eram oferecidas [...]. Na ausência [de uma] desigualdade na relação de forças, as sociedades não se entregam com facilidade.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 72 (Coleção Os Pensadores).

- Segundo o autor, como a civilização ocidental impôs seus valores e seus modos de vida a outras culturas?
- Houve resistência aos processos de dominação estabelecidos pelos povos do Ocidente? Cite um exemplo.

3 Leia o texto a seguir e, depois, faça o que se pede.

De fato, o que tais “evolucionismos” foram incapazes de enxergar é que a grande revolução do século XX não é tecnológica, mas intelectual, decorrente precisamente das áreas mais criativas do universo tecnológico – aquelas áreas que armazenam, distribuem e inventam informação. Pois é o conhecimento do homem pelo homem e da sociedade humana em suas várias formas de relacionamento interno e externo que constitui a “grande transformação” e a “grande esperança” deste final de milênio. Transformação que através do conhecimento profundo dos “outros” e com a modesta ajuda da Antropologia Social redescobrirá a tolerância, a humildade, a esperança e a generosidade de um viver em escala planetária, mantendo o delicado e essencial equilíbrio entre o universal e o específico, o cósmico e o local, o sentido do planeta e a identidade comunitária. Dialética sem a qual a sociedade não pode escavar sua mensagem e sua contribuição singular à totalidade da espécie humana. Porque se a Antropologia Social tem algo a ensinar, esse algo é precisamente [...] [isto]: que o homem, afinal, pode aprender e mais, que o intelecto e a ordenação do mundo são a grande arma de todos os homens em todos os tempos.

DA MATT A, Roberto. Prefácio. In: DA MATT A, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2011. p. 9-10.

Redija um texto argumentativo sobre a posição adotada pelo autor. Para isso, retome o conceito de alteridade e pondere os limites e as possibilidades da utilização dos conhecimentos antropológicos e filosóficos para a mediação de conflitos no cotidiano.

4 (UEM) Acerca do tema “etnocentrismo”, assinale o que for correto.

- O avanço da globalização diminuiu a manifestação do etnocentrismo no mundo.
- A xenofobia se configura como uma das consequências práticas do etnocentrismo no dia a dia.
- O etnocentrismo é uma expressão característica de culturas orientais, que tendem a desprezar as influências vindas do Ocidente.
- A posição etnocêntrica toma a cultura a que se pertence como medida de julgamento e de análise do mundo.
- Muitos processos de genocídio e de extermínio de populações étnicas foram justificados, ao longo da história, como imposição e conquista de uma cultura supostamente mais forte sobre outra, mais débil e fraca.

SOMA

5 (Enem)

TEXTO I

Oriunda da Romênia, Genny Gleizer aportou no Brasil em 1932. Assim como milhares de judeus do Leste Europeu, sua vinda para o Brasil ocorreu em um momento de ascensão do antissemitismo na Europa que tornava precárias suas vidas. O Brasil se colocava como uma possibilidade na busca por condições de sobrevivência e desenvolvimento.

ANTÃO, A. C. C. B. *Gênero, imigração e política: o caso da judia comunista Genny Gleizer no Governo Vargas (1932-1935)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2017 (adaptado).

TEXTO II

A presença judaica no Brasil foi criando aos poucos certas desconfianças que se refletiram em órgãos da imprensa e em círculos intelectuais e políticos. Em parte, essa imagem negativa adviria da onda nacionalista surgida no final dos anos 1910, que concebia imigrantes como concorrentes dos trabalhadores brasileiros, ou como seres improdutivos, exploradores da mão de obra e da riqueza autóctone. Além disso, as elites políticas da época acreditavam que os estrangeiros eram portadores das doutrinas anarquista e comunista, estranhas à “índole do povo brasileiro”. Esses “indesejáveis” seriam um mal externo que corromperia a nação.

MAIO, M. C.; CALAÇA, C. E. Um balanço da bibliografia sobre o antissemitismo no Brasil. In: GRINBERG, K. (org.). *Os judeus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (adaptado).

Conforme descrito nos textos, o tratamento dispensado aos grupos mencionados se fundamentava em

- a) preceitos teológicos e religiosos.
- b) aspectos socioeconômicos e ideológicos.
- c) regulamentações territoriais e alfandegárias.
- d) orientações constitucionais e estatutárias.
- e) decretos legislativos e internacionais.

6 (Enem)

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.”

São exemplos de bens registrados como Patrimônio Imaterial no Brasil: o Círio de Nazaré no Pará, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, o Ofício das Baianas de Acarajé, o Jongo no Sudeste, entre outros.

Disponível em: <http://www.portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2010 (adaptado).

É bastante recente no Brasil o registro de determinadas manifestações culturais como integrantes de seu Patrimônio Cultural Imaterial. O objetivo de se realizar e divulgar este tipo de registro é

- a) reconhecer o valor da cultura popular para torná-la equivalente à cultura erudita.
- b) recuperar as características originais das manifestações culturais dos povos nativos do Brasil.
- c) promover o respeito à diversidade cultural por meio da valorização das manifestações populares.
- d) possibilitar a absorção das manifestações culturais populares pela cultura nacional brasileira.
- e) inserir as manifestações populares no mercado, proporcionando retorno financeiro a seus produtores.

7 (UFU)

Tenho 260 escolas em comunidades. Eles querem ser advogados, professores, médicos. Eu acho correto. Eles [indígenas] têm que se aculturar, não podem mais ficar no meio da mata, parecendo bicho. Eles têm que estar lá com

condição, com estrada, escola, posto de saúde, fazendo agricultura deles, produzindo macaxeira, farinha.

ANDRADE, Mariana. Denarium entra na mira do MPF após declaração sobre povo Yanomami. Disponível em: <https://www.metropoles.com/>. Acesso em: 20 abr. 2023. (Fragmento).

Adotando o ponto de vista da Antropologia, a afirmação acima, dada pelo governador de Roraima, Antonio Denarium, revela a

- a) necessidade de garantir aos indígenas o acesso à tecnologia, mesmo que este processo leve ao abandono da sua identidade.
- b) persistência de obstáculos que impedem a integração nacional, considerando a existência de tribos que buscam o isolamento.
- c) dificuldade de conceber outros modos de vida em que a relação entre natureza e cultura não ocorra em termos de exploração.
- d) perspectiva preconceituosa em relação às comunidades indígenas que lhes nega a possibilidade de aculturação.

RAP INDÍGENA

As manifestações culturais de diferentes sociedades se integram e interagem mutuamente. Observe um exemplo a seguir.

Na terra dos Brôs

Três rapazes estavam curvados sobre seus celulares, com os olhos colados na tela e os polegares digitando freneticamente. Um deles, sem levantar a cabeça, deu as boas-vindas: “Vamos chegando”. Era uma tarde quente no fim de março, e os indígenas da etnia Guarani-Kaiowá jogavam uma partida do game *Free Fire*, cujo objetivo é sobreviver numa ilha e destruir o inimigo. Eles fazem parte do Brô MC's, o primeiro grupo de *rap* indígena do Brasil.

O nome Brô vem de *brothers*, que neste caso tem sentido literal: os quatro MC's, ou mestres de cerimônia, são duas duplas de irmãos. CH e Kelvin Mbarete – seus nomes artísticos – vivem na aldeia Bororó. Bruno Veron e Clemerson Batista moram na aldeia vizinha, Jaguapiru. As duas comunidades reúnem cerca de 16 mil pessoas na Reserva Indígena de Dourados, criada em 1917, a 8 km do Centro da cidade que é um pilar do agronegócio em Mato Grosso do Sul.

O gosto pelo *rap* começou na infância. Aos 7 anos, Veron tinha um trabalho de escola para fazer, sobre meio ambiente e manejo do lixo, e o professor propôs que criasse versos sobre o tema. [...] Veron misturou trechos em português e guarani – as duas línguas em que foi alfabetizado –, e o *rap* foi um sucesso. Ele passou a compor com Batista. Depois, encontrou CH e Mbarete. Em 2009, o Brô MC's gravou o primeiro álbum.

Os quatro *rappers*, todos com ensino médio completo, não vivem somente da música. Nos treze anos de existência do grupo, já trabalharam como servente de pedreiro, jardineiro, montador de palco e encanador. Na aldeia Jaguapiru, Batista mora numa casa de alvenaria de seis cômodos, com um pequeno estúdio de gravação em um dos quartos. Ele dispõe de energia elétrica, mas sofre com a falta de água, porque o poço comunitário está secando. É vizinho de seu irmão Veron, que nunca pensou em ir tão longe como artista. “Quem iria se interessar pela nossa verdade?”, diz.

Dois artistas se interessaram: o DJ Alok e o *rapper* Xamã. Em parceria com o DJ, o quarteto compôs uma música incluída na trilha da novela *Pantanal*, que estreou no fim de março. Por meio de seu instituto, Alok também está financiando um estúdio para os Brô MC's dentro da aldeia Jaguapiru.

O *rapper* Xamã – autor do *hit* *Malvadão 3*, [...] convidou o grupo para dividir o palco no Rock in Rio, em setembro. [...] Xamã elogia os colegas: “Me sinto representado pelos Brôs porque eles representam muitos brasileiros. Assim como outros me deram oportunidade de ter um microfone e subir num palco grande, eu acho justo, como prega o *rap*, levar eles pra cantar comigo no Rock in Rio, pras pessoas verem como é bacana ter outras línguas aqui no Brasil.”

Bruno Veron e Clemerson Batista são netos de Marcos Veron, líder indígena assassinado em 2003 em uma disputa de terra. [...] Para o grupo, a música *Terra Vermelha* é a que melhor retrata sua luta: *Terra vermelha do sangue derramado/Pelos guerreiros do passado, massacrados/Fazendeiros, mercenários, latifundiários/Vários morreram defendendo sua terra/Onde vivo, aldeia, já existiu guerra.*



Integrantes indígenas Guarani-Kaiowá do Brô MC's. Oficina de fotografia em Dourados (MS), em 2022.

Alexandre Carneiro e Taise Dias/Acervo do grupo



A Reserva Indígena de Dourados se parece com qualquer periferia rural brasileira: ruas de terra, comércio precário, casas modestas sem acabamento e quase nenhuma presença do Estado. [...] Dentro das casas, o que marca a identidade indígena é a língua guarani, falada sobretudo pelos mais velhos.

Por essa razão, a música dos Brô MC's vem em boa hora. Eles trazem uma nova forma de contar ao mundo os velhos problemas e alertam os mais jovens sobre a importância de manter vivo o guarani. *Ndendokatüieremanha/Eremanharõxere-hemba'evenderehexái* (Você não consegue me olhar/E se me olha não consegue me ver) diz a letra de *Eju Orendive* (Venha com a gente). O tema do desprezo também aparece em *A Vida que Eu Levo: O homem branco traz doença, dizimou o nosso povo/ causou a nossa miséria, agora me olha com nojo*.

Naquele domingo, por volta de meio-dia, a produtora Fabiana Fernandes chegou à casa de Batista, levando o almoço da turma: frango assado, maionese e pirão. Ela já havia preparado o cenário da *live* que o Brô MC's gravaria à noite, em um galpão de Dourados. “Eles não têm luxo, e como artistas só conseguem tirar o mesmo salário que teriam como servente de pedreiro”, conta Fernandes, de 33 anos, uma moça de pele e olhos muito claros. O Brô MC's já fez *shows* em várias comunidades do país e até na Alemanha, mas nunca se apresentou em suas aldeias.

ZANGRANDI, Raquel Freire. Na terra dos Brôs. *Piauí*, Rio de Janeiro, abr. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/na-terra-dos-bros/>. Acesso em: 15 maio 2024.

O Brô MC's se apresentou na edição de 2022 do Rock in Rio, ao lado do cantor Xamã, nascido no Rio de Janeiro e de ascendência indígena.

- 1 Como relatado no texto, as letras das músicas do grupo misturam o português e o guarani. Em sua opinião, qual é a importância dessa iniciativa?
- 2 O *rapper* Bruno Veron disse: “Quem iria se interessar pela nossa verdade?”. À luz dos debates apresentados neste capítulo sobre etnocentrismo e dominação cultural, comente essa frase e os trechos das músicas citados no penúltimo parágrafo do texto.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

Neste primeiro capítulo, estudamos alguns elementos que caracterizam o conhecimento produzido sobre a sociedade. Compreendemos que esse conhecimento é muito diverso, assim como são diversas e complexas também as sociedades do presente e do passado.

Abordando questões relativas à sociedade brasileira e às metodologias de pesquisa em Ciências Sociais com enfoque na Antropologia, conheceremos algumas ideias de Carlos Rodrigues Brandão (1940-).

PERFIL

Nascido no Rio de Janeiro (RJ), Brandão atuou como professor e pesquisador em universidades no Brasil e no exterior. No Brasil, sua atuação foi marcante em Campinas (SP), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); em Goiânia (GO), na Universidade Federal (UFG) e na Universidade Católica; e em instituições alocadas no estado de Minas Gerais, onde optou por fixar moradia em um sítio que considerava um refúgio. Sua obra é reconhecida pela qualidade e sensibilidade, características que marcaram sua trajetória acadêmica, pessoal e de militância política, principalmente em movimentos de educação popular, nos quais estabeleceu contato pessoal com Paulo Freire e propagou seu método voltado à conformação de uma escola mais justa, igualitária e inclusiva.

OBRAS-CHAVE

- *Nós, os humanos do mundo à vida, da vida à cultura* (2015)
- *Paulo Freire: o menino que lia o mundo* (2013)
- *Prece e folia, festa e romaria* (2010)
- *No Rancho Fundo: espaços e tempos no mundo rural* (2009)
- *A educação como cultura* (2002)
- *Diário de campo: a antropologia como alegoria* (1982)
- *Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás* (1972)

EM LEITURA

Ao longo de sua vida profissional, Brandão se orientou por um propósito que compreendia ensinar e aprender como processos coletivos e indissociáveis. Isso se reflete na forma como o pensador lidou com a própria produção intelectual, pois ele criou um *site* para disponibilizar, gratuitamente, o acesso e o *download* de suas obras: textos literários e acadêmicos, além dos registros fotográficos que realizou durante suas pesquisas. À exceção dos livros com direitos autorais de editoras, toda sua obra está disponibilizada no *site*, cujo nome é bem significativo: *A partilha da vida*.

Em seus percursos sobre rituais da cultura, Brandão inventariou diversas manifestações de cunho religioso e performático, ajudando-nos a compreender símbolos e ritos que orientam a vida social e comunitária, especialmente no interior do Brasil.



Na obra *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*, publicada pela primeira vez em 1986, o pensador nos ajuda a compreender um conceito muito importante para as Ciências Sociais e, principalmente, para a Antropologia: a alteridade.

O diferente é o outro, e o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou. Homem e mulher, branco e negro, senhor e servo, civilizado e índio... O outro é um diferente e por isso atrai e atemoriza. É preciso domá-lo, depois, é preciso domar no espírito do dominador o seu fantasma: traduzi-lo, explicá-lo, ou seja, reduzi-lo, enquanto realidade viva, ao poder da realidade eficaz dos símbolos e valores de quem pode dizer quem são as pessoas e o que valem, umas diante das outras, umas através das outras. Por isso o outro deve ser compreendido de algum modo, e os ansiosos, filósofos e cientistas dos assuntos do homem, sua vida e sua cultura, que cuidem disso. O outro sugere ser decifrado, para que os lados mais difíceis de meu eu, do meu mundo, de minha cultura sejam traduzidos também através dele, de seu mundo e de sua cultura. Através do que há de meu nele, quando, então, o outro reflete a minha imagem espelhada e é às vezes ali onde eu melhor me vejo. Através do que ele afirma e torna claro em mim, na diferença que há entre ele e eu.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 2. Disponível em: <https://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2019/02/IDENTIDADE-E-ETNIA-rosa-dos-ventos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Marco Antonio Sá/Pulsar Imagens



Na foto, de 2024, cortejo durante Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Ouidor (GO). Ao analisar as características dessa festa em municípios de Minas Gerais e Goiás, Brandão descreve o cortejo e a visitação às casas como a alma do rito.

Brandão cria um paralelo entre o “eu” e o “outro” com base na referência da imagem espelhada, educando-nos sobre o respeito à diversidade cultural. O autor ressalta que a diferença atrai e atemoriza, instiga curiosidade e fomenta os processos de tradução.

PARA CONCLUIR

- 1 Considerando o trecho citado, como você explicaria a visão do autor a respeito da alteridade e de sua importância no reconhecimento da diversidade cultural?
- 2 De acordo com o tipo de educação defendida por Brandão, que hipótese poderia explicar a relação entre o trecho citado e a educação justa, igualitária e inclusiva?

Não escreva no livro.

DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA

1. Para você, qual é a relação entre a formação da identidade individual e a identidade coletiva? Há algum tipo de interdependência ou sobreposição entre elas?
2. Você já parou para pensar que compartilha vários traços de sua identidade com outras pessoas? Existe algo em você que é exclusivo em termos de características culturais? Se pudesse identificar essa característica única, qual seria?
3. Observe a imagem a seguir. As manifestações culturais e artísticas expressam determinadas identidades e, muitas vezes, apresentam-se como uma forma de resistência. Você acredita que o evento mostrado na foto pode ser encarado como uma forma de resistência? Converse sobre isso com os colegas.

Slam das Minas RJ/Acervo do cedente



Batalha de poesia organizada pelo coletivo *Slam das Minas RJ*, no município do Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2024.

Você já pensou no significado da palavra “identidade”? Buscando no dicionário, podemos encontrar definições como: conjunto de características que permitem a identificação de um indivíduo ou grupo; algo relativo a idêntico, similar ou quase igual; características próprias, exclusivas, etc. Dos significados aqui listados, é interessante chamar a atenção para a aparente contradição entre os sentidos de identidade como aquilo que é idêntico e aquilo que é exclusivo. Esses dois sentidos, no entanto, são complementares e fundamentais para compreender o conceito de identidade nas Ciências Sociais. Veremos que tal contradição é apenas aparente e superficial.

A identidade pode ser tanto uma característica do indivíduo como de grupos sociais e da própria nação. Dessa forma, ao mesmo tempo em que podemos reconhecer características exclusivas que fazem cada indivíduo ser único no mundo, observamos que muitos desses atributos são compartilhados por membros dos grupos que constituímos. Por exemplo: cada brasileiro compartilha as

características associadas ao lugar de nascimento, pois ser nascido no Brasil implica uma série de traços culturais que extrapolam o indivíduo, como o idioma.

E essa identidade de um grupo pode ter particularidades. Todos os nascidos e crescidos no Brasil falam o mesmo idioma, mas existem palavras que carregam a regionalidade, a exemplo da palavra “mandioca”, também conhecida como aipim, macaxeira, maniva e outros nomes a depender da região do país.

Há distintas maneiras pelas quais as sociedades e os grupos sociais se organizam e se relacionam entre si e com a natureza. A identidade cultural é a marca característica de um grupo social que partilha valores, costumes e comportamentos formados ao longo da história. É a partir da identidade cultural que são construídas as ideias do “eu”, do “nós” e dos “outros”. Assim, nossa visão de mundo é mediada pela cultura. Por isso, é importante construir um olhar crítico em relação a formas de dominação cultural e também valorizar práticas de resistência.

RELATIVISMO CULTURAL E IDENTIDADE

A identidade é um aspecto fundamental das questões relacionadas às diferenças interculturais. A formação das identidades culturais é influenciada por essas diferenças, que podem fundamentar tanto a dominação quanto a resistência.

Os indivíduos se organizam em distintos grupos, e estes, por sua vez, interagem entre si e com a natureza de maneiras diferentes, constituindo distintas sociedades. Assim, práticas consideradas “naturais” e “rotineiras” em uma cultura podem parecer estranhas para outras sociedades, e vice-versa.

A Antropologia se dedica a investigar, descrever e discutir as práticas culturais e seus significados em diversos contextos e sociedades. Uma das teorias empregadas para fazer esse estudo é o **relativismo cultural**, muito importante para compreender as diferentes manifestações culturais.

A proposta do relativismo não é comparar variadas práticas e definir quais são melhores ou piores nem observar determinado grupo à luz das ações e das perspectivas de outro; trata-se de reconhecer a existência de distintas culturas e formas de pertencimento com base em seus códigos.

Observar culturas, nos moldes propostos pelo antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006), é interpretar textos que não são necessariamente coerentes. Assim, por meio do relativismo cultural, é preciso compreender esses “textos”, ainda que pareçam estranhos e incoerentes, com base nas palavras e nas expressões utilizadas para escrevê-los.

Pensando em termos coletivos, os ideais, os costumes, os comportamentos e os valores compartilhados no interior de um grupo conformam a **identidade cultural**. Como vimos no capítulo anterior, esses elementos – os costumes e os valores – não são fixos e se transformam com o passar do tempo, pois estão em constante mudança. Portanto, o que definimos como um “grupo” também não é fixo e diz respeito a relações que operam em escalas distintas.



Chico Ferreira/Pulsar Imagens

Entender os códigos culturais de outras comunidades com base em sua “gramática” é um exercício de relativismo cultural. Na foto, indígenas das etnias Maxakali e Pataxó realizam pintura corporal para a festa Aragwaksã, na aldeia Reserva da Jaqueira, em Porto Seguro (BA). Foto de 2024.

REFLEXÃO

Regionalidade e identidades culturais

Outro aspecto que influencia a construção de identidades culturais é o território. Nesse sentido, a região habitada pelo grupo social também deve ser incluída no debate. Leia o texto a seguir.

[...]A regionalidade envolveria a criação concomitante da “realidade” e das representações regionais, sem que elas possam ser dissociadas ou que uma se coloque, a priori, sob o comando da outra – o imaginário e a construção simbólica moldando o vivido regional e a vivência e produção concretas da região, por sua vez, alimentando suas configurações simbólicas.

É evidente que, dependendo do caso, a história e a cultura acumuladas proporcionam a determinados contextos regionais um peso ou um valor simbólico e identitário muito maior do que a outros, como fica mais do que evidente, no caso brasileiro, para as chamadas regiões Sul (ou pelo menos para parte da Região Sul, aquela ocupada ou colonizada por “gaúchos”) e Nordeste [...].

HAESBERT, Rogério. Regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares: Letras e Humanidades*, Caxias do Sul (RS), n. 3, p. 8, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/issue/view/43>. Acesso em: 5 jul. 2024.

1. Como a regionalidade pode influenciar as identidades culturais? Discutam em grupo e pensem em exemplos.

IDENTIDADES EM TRANSFORMAÇÃO, IDENTIDADES EM RELAÇÃO

REFLEXÃO

Diferentes juventudes

Há diferenças significativas entre ser jovem em uma cidade ou no campo. A vida dos jovens, bem como seus projetos e suas expectativas, também variam significativamente de acordo com o gênero, a cor e o local de moradia.

1. Considerando as diferenças que atravessam a vida das juventudes brasileiras nos dias de hoje, é possível afirmar que os jovens contemporâneos compartilham elementos que os distinguem dos jovens do passado?
2. Pense nas diferenças históricas. Nossos avôs e nossas avós compartilhavam os mesmos valores que temos atualmente a respeito da juventude? Esses valores atuais fariam sentido nos contextos em que eles viviam?

Vivemos experiências por meio das relações sociais. Ora nos identificamos às pessoas, construindo uma perspectiva de “nós”, ora nos diferenciamos delas, marcando limites entre “nós” e “outros”. Entender-se como parte de um grupo social relaciona-se ao compartilhamento de certas marcas comuns entre os membros. Cada grupo elabora critérios para definir quem está “dentro” e quem está “fora”. E essa operação mobiliza critérios compartilhados e se produz sempre em relação, uma vez que não há “dentro” sem estabelecermos um “fora”; não há “nós” se não definirmos uma contraposição que toma a forma de “outros”.

Os critérios utilizados para definir determinada **identidade cultural** não são fixos. Costumes, ideais, valores e comportamentos partilhados por um grupo de pessoas em torno de uma identidade são efeitos de processos históricos, sociais e políticos.

As identidades culturais são mobilizadas de acordo com o contexto, transformam-se ao longo do tempo e são constituídas em meio a diferenças - de classe social, idade, sexo, local de moradia, cor/raça, entre outros aspectos. Há também diversos efeitos na conformação dessas identidades que dependem de quem fala, onde fala e para quem fala. Assim, um habitante de certo local, quando está na sua cidade de origem, não precisa mencionar essa informação para conversar com os demais habitantes. Mas quando viaja para a cidade ao lado, dizer que ele é de outra cidade talvez passe a ser relevante.

No entanto, somos muito mais do que habitantes de uma cidade. Nossos corpos carregam pertencimentos múltiplos, em constante transformação e nem sempre coerentes. Mobilizamos, portanto, diversos aspectos identitários nas relações que construímos. E são esses elementos que promovem aproximações (“nós”) e diferenciações (“outros”). Porém, tais aspectos nem sempre são mobilizados conforme nosso desejo, pois são enunciados de acordo com os contextos e as relações que possibilitam - que podem ser de pertencimento, de apoio e de conflito.



Marcus Brandt/Picture Alliance/Getty Images

Os refugiados lutam por aceitação nos lugares onde se fixam e constroem uma identidade coletiva pelo fato de passarem por experiências semelhantes. Refugiadas ucranianas em Hamburgo, na Alemanha. Foto de 2023.

IDENTIDADE E NAÇÃO

É possível transpor o processo de construção de identidades para uma perspectiva que considera a ideia de **nação**. Vivemos em um mundo em que a organização política se dá por meio de Estados nacionais, que, a princípio, representam pessoas que compartilham valores, crenças e costumes comuns em seus territórios.

O sociólogo jamaicano Stuart Hall (1932-2014) sugeriu que as culturas nacionais são “comunidades imaginadas”, constituídas em torno das memórias do passado, do desejo de viver em conjunto e da perpetuação da sua herança. Segundo o autor, a constituição das identidades dessas “comunidades imaginadas”, que são as nações modernas, é fundamentada pela conquista e pela supressão violenta de diferenças culturais para conformar uma ideia de unidade coerente e definida. Assim, uma identidade cultural unificada oculta, em sua configuração, diferenças, relações de poder, divisões e contradições. A identidade nacional, quando evocada, pressupõe que disputas e apagamentos ocorreram no processo.

A definição da identidade de uma nação em relação a outras e as elaborações internas utilizadas para a composição da identidade nacional são, portanto, efeitos de conflito e dominação – ainda que atravessados por resistência. A língua oficial de um país é um exemplo desse processo. Para ilustrar essa questão, Hall menciona a perseguição a determinadas línguas nos diferentes contextos de constituição dos Estados nacionais. Isso aconteceu, por exemplo, na conformação do Reino Unido, processo durante o qual foi proibido o uso do gaélico, língua nativa da Irlanda; e, na Espanha, com a proibição do catalão, uma das línguas oficiais da Catalunha, região autônoma da Espanha, e o estabelecimento do espanhol como língua única.

Ao mesmo tempo que a perseguição a essas línguas fez parte de processos de colonização e de unificação de territórios, a continuidade delas representa um ato de resistência e de reafirmação de identidades contrárias à identidade nacional.

Pau Barrena/AFP/Getty Images



Milhares de pessoas se reúnem em Barcelona, por ocasião do Dia Nacional da Catalunha. Parte da população da região autônoma reivindica a independência, vetada pela Espanha, muitas vezes com o uso da força. Foto de 2023.

INTERAÇÃO

1. A identidade cultural se transforma no decorrer do tempo e configura a percepção de identificações e diferenças (“nós” e “outros”). Você compartilha com os colegas uma identidade cultural? Como ela pode ser definida? Quais marcas de identificação os constituem como um grupo?
2. Para a constituição dessa identidade compartilhada entre os colegas, foi necessário diferenciar elementos que não pertencem a ela? Quais?
3. Como a identidade cultural se transforma ao longo do tempo e do espaço? Como ela é compartilhada por seus pais e mães, seus avôs e avós? Você acha que ela é compartilhada por pessoas que vivem em outros contextos?

Brasil: narrativas, dominação e resistência cultural

É importante também refletir sobre o lugar do Brasil em meio às discussões acerca de identidade cultural, dominação e resistência. Afinal, como as perspectivas sobre a “brasilidade” se constituíram? Quais contextos permitiram que certas manifestações culturais fossem consideradas patrimônio nacional? O que as narrativas sobre o Brasil dizem a respeito dos conflitos e das resistências que ocorreram durante a formação do Estado brasileiro?

Embora haja diversas narrativas sobre a formação do Brasil, a ideia de que o país se constituiu durante o processo de colonização, marcado pela presença de brancos, negros e indígenas, é hegemônica. Essa perspectiva foi explorada por diversos intelectuais, que se propuseram a pensar em quais aspectos da cultura e da sociedade brasileira essas contribuições múltiplas se revelam.

Acervo UH/Folhapress



Grande Otelo (à direita) era uma personagem frequente do gênero cinematográfico humorístico e símbolo do que nas décadas de 1940 e 1950 se entendia por brasilidade. Otelo reiterava estereótipos associados à negritude no Brasil, desempenhando papéis, em geral, secundários e associados ao humor. Na foto, de 1957, Grande Otelo em evento no Rio de Janeiro (RJ) com o então presidente do Brasil Juscelino Kubitschek (ao centro) e o músico estadunidense Louis Armstrong (à esquerda).

Na unidade 4, vamos estudar mais profundamente o debate em torno da questão da mestiçagem. Neste momento, apenas situaremos o tema. O livro *Casa-grande & senzala*, publicado em 1933 pelo sociólogo Gilberto Freyre, discute a formação do Brasil com base no conceito de **miscigenação**. Naquele momento, a perspectiva de um Brasil mestiço proposta pelo autor confrontava noções então vigentes de que a mestiçagem da população era uma falha a ser combatida.

Já o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) discorre, em *Raízes do Brasil*, ensaio publicado em 1936, sobre a conformação do país sobretudo com base em suas raízes ibéricas, pontuando as proximidades e as distinções dos brasileiros em relação aos colonizadores portugueses. O autor discute, nessa obra, as características que identificariam o brasileiro a partir da ótica da gentileza e da hospitalidade, bem como o patrimonialismo presente nas relações com o Estado, ou seja, a perspectiva de que as ações políticas são atravessadas por interesses particulares.

O antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) empreendeu o resgate da história do Brasil por meio de estudos

dedicados à análise das comunidades indígenas. Partindo dessa análise, o autor aprofundou e difundiu o conceito de identidade cultural. Em sua obra *O povo brasileiro*, de 1995, ele faz um ensaio sobre a cultura brasileira com base nas etnias que considerou as mais influentes no processo de formação do país.

Se, por um lado, as obras desses autores nos ajudam a pensar na formação do Brasil e nas ideias de “brasilidade”, por outro, as leituras e as críticas a suas contribuições levantam pistas sobre os processos políticos de dominação e de domesticação que ocorreram durante a formação da identidade nacional.

Na década de 1930, houve também esforços do Estado para a construção de uma identidade nacional. A ideia de mestiçagem e o campo da cultura e das manifestações culturais foram ferramentas mobilizadas nesse processo. O samba é um exemplo emblemático.

É possível notar, portanto, que a construção de uma ideia de identidade brasileira (ou a construção do Brasil como uma “comunidade imaginada”) também é efeito de processos históricos e sociais que desvelam conflitos, violências e ressignificações de símbolos e práticas culturais.

AÇÃO E CIDADANIA

Dominação cultural e violência

Ficamos aterrorizados, certo...

O que aconteceu ontem à noite eu não quero que aqui aconteça a ninguém.

Ninguém merece aquilo, sabe, não um ser humano¹.

Onde fica aquele lugar onde o que não deveria “acontecer a ninguém” acontece todo dia? Por que é que, em tantos lugares encontrados em todo canto do espaço global, tantos seres humanos se deparam com aquilo que “ninguém merece”? O que possibilita um modo de existência que se dissemina para além das fronteiras jurídicas de um Estado e das fronteiras éticas de todas as nações? [...]

SILVA, Denise Ferreira da. Ninguém: direito, racialidade e violência. *Meritum*, Belo Horizonte (MG), v. 9, n. 1, p. 67-117, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/2492>. Acesso em: 5 set. 2024.

¹ Este depoimento foi feito pelo primo de um aborígene de 24 anos, Greg Harrison, morto em Melbourne em maio de 2005 por “um grupo de albaneses” que “urravam insultos raciais” e os atacaram com bastões de beisebol, segundo relatos de amigos e parentes que sobreviveram ao ataque. (FATHER of two killed in “race attack” [Pai de dois morto em “ataque de racismo”]. Sunday Ag, Melbourne, 15 maio 2005.)

1. Reflita sobre o evento citado no texto. Esse tipo de situação também acontece no Brasil?
2. Reúna-se em grupo para discutir medidas de conscientização que evitem situações como a descrita no texto.

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Costumes, ideais e comportamentos de determinado grupo são construídos ao longo do tempo e podem se revelar por meio do **patrimônio cultural**. A definição dos elementos culturais que são considerados patrimônio é, em si, uma construção social, efeito de complexas concepções, negociações e disputas no estabelecimento do estatuto do que deve ser preservado, e esse debate se torna bastante intenso em um contexto cultural tão diverso e múltiplo como o brasileiro. A decisão sobre o que se configura como patrimônio em cada contexto, e mesmo as transformações a respeito dessa ideia, revela os processos de dominação e de resistência do passado e do presente que forjaram a construção de determinada sociedade. Leia, a seguir, a definição de “patrimônio cultural” dada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Patrimônio cultural remete à riqueza simbólica, cosmológica e tecnológica desenvolvida pelas sociedades, e que é transmitida como herança ou legado. Diz respeito aos conjuntos de conhecimentos e realizações de uma sociedade ou comunidade que são acumulados ao longo de sua história e lhe conferem os traços de sua identidade em relação às outras sociedades ou comunidades. A proteção deste patrimônio comum a toda a humanidade – a diversidade cultural – é desenvolvida por políticas públicas e instituições específicas em cada Estado-nação, e por meio de organismos internacionais que promovem convenções, acordos e programas de cooperação internacional para este fim.

VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial. *Dicionário do Patrimônio Cultural*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85/patrimonio-imaterial>. Acesso em: 30 jul. 2024.

O patrimônio cultural pode ser **material**, como edifícios, construções, cidades, documentos, livros, mapas e monumentos, entre outros elementos que revelam formas de organização social importantes para a identidade cultural de um grupo. E também pode ser **imaterial**, como hábitos, rituais, danças, cantos, técnicas, conhecimentos e comidas, entre outros elementos que remetem às tradições de um povo.

A Constituição de 1988 reconheceu o Brasil como uma nação diversa e estabeleceu as diferenças entre os patrimônios material e imaterial, regulamentando a salvaguarda deste último por meio de **tombamento**. Isso quer dizer que tanto edifícios e lugares quanto rituais e hábitos podem, nos dias de hoje, ser reconhecidos como patrimônio e protegidos pelos seus valores simbólico e cultural.

Mas por que determinados lugares e práticas, e não outros, são considerados patrimônio cultural? Para responder a essa pergunta, é preciso considerar que o reconhecimento do valor cultural de um elemento depende

dos contextos políticos, que expressam relações de poder, conflito e negociação.

O patrimônio relaciona-se diretamente com a memória. De acordo com o antropólogo Gilberto Velho (1945-2012), seu estabelecimento é uma produção contextual sujeita a transformações. Ao refletir sobre esse tema, Velho estudou o tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador (BA). Em sua análise sobre o evento, realizado em 1984, o autor ressalta um forte contraste em relação ao paradigma anterior do reconhecimento de patrimônio. Antes, privilegiava-se o tombamento de construções coloniais portuguesas, católicas e brancas, que são representações da metrópole em terras brasileiras. A proposta de tombamento do terreiro, por sua vez, demandava uma tomada de posição em relação ao reconhecimento e à preservação de práticas culturais afro-brasileiras. Tais práticas se revestem de importância simbólica central para os grupos ligados ao candomblé ou à cultura negra no Brasil.

O tombamento do terreiro representa, portanto, uma mudança no paradigma que estabelecia o bem cultural que seria reconhecido como patrimônio e evidencia a existência de lugares de resistência, que, uma vez reconhecidos, reconfiguram a perspectiva de identidade cultural. Reconhecer determinadas práticas como patrimônio e atuar para que elas constituam a memória coletiva de determinados grupos e sociedades são maneiras de resistir a esquecimentos e apagamentos. Assim, a educação patrimonial pode ser considerada uma forma de resistência. Atualmente, muitas comunidades tradicionais realizam práticas de educação patrimonial em suas terras, o que contribui para a manutenção de seu modo de vida.



tombamento: instrumento de preservação do patrimônio cultural previsto na Constituição de 1988.



O Tambor de Crioula, dança originária das populações africanas preservada no estado do Maranhão, é um dos patrimônios imateriais brasileiros. Na foto, de 2023, apresentação do grupo Tambor de Crioula Pai Velho, em São Luís (MA).

Rubens Chaves/Pulsar Imagens

Práticas de resistência cultural

Se apagar práticas e narrativas é uma forma de dominação, narrar a própria existência e ressignificar práticas identitárias a princípio malvistas são modos de resistir. Exemplos dessa resistência são as manifestações culturais produzidas nas periferias. Em contraposição à perspectiva hegemônica – segundo a qual as pessoas que moram nas regiões periféricas das grandes cidades não são capazes de produzir arte –, os saraus, as batalhas de rimas e *slams* (batalhas de poesia) revelam poetas e escritores que narram suas existências em suas próprias palavras. Assim, a produção cultural das periferias em forma escrita, cantada ou desenhada permite a emergência de vozes e de narrativas de grupos sociais que, ao longo da história, foram excluídos do que se convencionou classificar como arte ou cultura.

Esse movimento também ocorre na literatura. As obras das mulheres negras apresentam uma perspectiva de seus mundos e de suas potências. A escritora brasileira Carolina Maria de Jesus (1914-1977) narra, em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de 1960, seu cotidiano na favela do Canindé, em São Paulo, e sua lida como catadora de materiais recicláveis na cidade. O livro marca a prática literária como um modo de resistência, trazendo à luz narrativas, a princípio, invisíveis. Já a poeta, escritora e ativista estadunidense Maya Angelou (1928-2014) narra aspectos de sua trajetória de luta por direitos civis de negras e negros nos Estados Unidos em uma vasta produção de livros autobiográficos.

Assim como há manifestações culturais que deslocam narrativas e têm o potencial de transformar o que consideramos arte e patrimônio, outros modos de resistência ressignificam elementos culturais e, assim, passam a valorizar e avaliar positivamente aspectos que antes eram ignorados ou desconsiderados em decorrência do processo de dominação cultural.

Carolina Maria de Jesus, escritora brasileira. Parte da potência de sua obra não foi reconhecida em vida por causa dos referenciais sobre boa ou má literatura de sua época, muito atrelados à cultura escolarizada e acadêmica. Seus escritos fugiam à norma-padrão da língua portuguesa, em um diálogo constante com sua trajetória de vida, marcada pela vulnerabilidade social. São Paulo (SP), foto de 1960.



Acervo UH/Folhapress

REFLEXÃO

Abayomi

As Abayomi são bonecas negras de pano feitas de retalhos. O compartilhamento do modo de fazê-las é uma ferramenta para o empoderamento e a prática de resistência por meio do exercício criativo e identitário.

1. Pesquise mais detalhes da origem das bonecas Abayomi e elabore um texto argumentativo a respeito de sua importância na valorização de aspectos culturais que foram reprimidos ao longo da história.

Bonecas Abayomi. Foto de 2022.



Thamiris Souza/Fotoarena

Não escreva no livro.

O samba: resistência e reafirmação

Quando falamos em samba, não é possível reduzir sua compreensão a um só aspecto. Ele envolve música, ritmo, dança, instrumentos e formas de expressão e resistência cultural. No contexto da produção de uma identidade brasileira, o samba foi apropriado, reestruturado e transformado em símbolo nacional.

Atualmente, em suas diferentes formas e configurações, o samba é tido como patrimônio imaterial brasileiro. Na forma de samba de roda, com origem atrelada ao Recôncavo Baiano, ele foi tombado como patrimônio imaterial pelo Iphan em 2004. Em 2007, as matrizes do samba no Rio de Janeiro foram consideradas patrimônios imateriais e se caracterizam pelas formas de samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo.

O samba de terreiro sugere às pessoas que se deixem levar por expressões de sua ancestralidade e valorizem sua espontaneidade. Já o samba de partido-alto é marcado pela espontaneidade, com versos que são produzidos em improviso com base no refrão, que define o tema. Por último, o samba-enredo apresenta uma estética criada a partir do surgimento das escolas de samba, com o intuito de narrar uma história, valendo-se de melodia, poesia e harmonia. Entretanto, apesar do atual reconhecimento dessas matrizes, nem sempre foi assim.

Até 1940, com a promulgação do Código Penal, no governo Getúlio Vargas, algumas manifestações eram caracterizadas como vadiagem e criminalizadas; esse era o caso da capoeira, por exemplo. Ainda que o samba não estivesse claramente nomeado na lei, os músicos e os adeptos do samba sofriam perseguição.

Uma justificativa para tal perseguição estaria relacionada ao fato de o samba ser encarado como manifestação estética menos desenvolvida, enraizada em espaços urbanos construídos como marginais. No bojo dessa perseguição, manifestavam-se articulações entre raça, pobreza e territorialidade para a construção de um “outro”, inferiorizando os negros associados à música.

Como manifestação de resistência cultural, o samba precisa, constantemente, se reafirmar. Muitas letras de samba, inclusive de sambas-enredo, enfatizam a importância dessa manifestação cultural e seu caráter de crítica social, questionando o lugar do negro na sociedade e na conformação da cultura brasileira.



Roda de samba com os músicos Ismael Silva, Mestre Codó e Carmen Costa, no município do Rio de Janeiro (RJ). Foto de 1973.

REFLEXÃO

Em 1979, o sociólogo brasileiro Muniz Sodré (1942-) publicou a primeira edição de um ensaio sobre o samba, analisando, com base em uma perspectiva histórica e social, os elementos que o constituem como símbolo de resistência negra. Leia o trecho a seguir e responda à questão.

Como em toda história do negro no Brasil, as reuniões e os batuques eram objeto de frequentes perseguições policiais ou antipatia por parte das autoridades brancas, mas a resistência era hábil e solidamente implantada em lugares estratégicos, pouco vulneráveis. [...]

A casa de Tia Ciata, *babalaô*-mirim respeitada, simboliza toda a estratégia de resistência musical à cortina de marginalização erguida contra o negro em seguida à Abolição. [...]

O samba já não era, portanto, mera expressão musical de um grupo social marginalizado, mas um instrumento efetivo de luta para a afirmação da etnia negra no quadro da vida urbana brasileira.

Na casa da Tia Ciata, surgiu Pelo Telefone, o samba que lançaria no mercado fonográfico um novo gênero musical. E os músicos do primeiro samba gravado foram recrutados entre os seus frequentadores: Donga, João da Baiana, Pixinguinha, Sinhô, Caninha, Heitor dos Prazeres e outros. A partir daquela casa – centro de continuidade da Bahia negra, logo de parte da diáspora africana, no Rio – e de outras do mesmo estilo, o samba ganhou as ruas, as avenidas. Até 1926, segundo Heitor dos Prazeres, a Praça Onze era uma “África em miniatura”.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 14-15.

1. Em sua interpretação, por que o autor afirma que a casa da Tia Ciata representou a continuidade da diáspora africana no Rio?

babalaô: sacerdote de culto iorubá à Ifá; no Brasil, popularmente conhecido como pai/mãe de santo.

A resistência cultural indígena no Brasil

Como estudamos no início desta unidade, o conceito de cultura é muito complexo e inclui a compreensão de valores, gestos, comportamentos, sentimentos, rituais e crenças que têm significado particular para cada povo. Esse significado não é fixo e varia ao longo do tempo, pois a cultura é dinâmica e isso faz da mudança uma parte constituinte dela. Assim, compreender a transformação cultural não é uma tarefa simples.

Durante muito tempo, as culturas dos povos indígenas foram entendidas como uma coisa só. O próprio uso do termo “índio” remete a essa homogeneidade. Dentro dessa perspectiva, a mudança cultural era vista como algo ruim, inclusive com certa tristeza, pois assumia-se que o contato com o europeu faria com que a cultura dos povos ameríndios desaparecesse. A isso, nas Ciências Sociais, deu-se o nome de **aculturação**.

A aculturação é um processo motivado pelo contato direto e constante entre grupos pertencentes a culturas diferentes. A partir desse contato, observa-se a interpenetração de uma cultura na outra, e vice-versa, resultando na transformação de todas as culturas envolvidas.

No caso dos indígenas e dos europeus, durante a colonização do Brasil, no entanto, esse contato foi marcado pela dominação e imposição das culturas europeias sobre as culturas indígenas. Em razão disso, alguns intelectuais brasileiros, principalmente no século XIX, começaram um movimento de defesa da cultura indígena.

Porém, tal defesa estava baseada em um indígena idealizado, estereotipado, ingênuo e passivo a tudo que lhe ocorria. Como consequência, criou-se uma espécie de rótulo para identificar quem era ou não indígena, determinando como um indígena “de verdade” deveria viver.



Foto de Ailton Krenak, ativista ambiental e escritor, durante discurso na Assembleia Constituinte, em 4 de setembro de 1987. A Constituição aprovada no ano seguinte, em vigor até hoje, reconhece formalmente os modos de vida dos povos indígenas.

Arquivo do Arquivo da Câmara dos Deputados – Fundo Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

Com base nessa perspectiva, que não correspondia à diversidade dos indígenas e de suas culturas, algumas pessoas se questionavam: Indígena usa roupa? Mora na cidade? Comunica-se pela internet? Candidata-se a cargos políticos? Pode tornar-se influenciador digital?

Essas e outras perguntas surgem na tentativa de explicar a distância que existe entre o indígena idealizado e os indígenas reais. Em 19 de abril de 2023, comemorou-se, pela primeira vez, o Dia dos Povos Indígenas. Entre 1943 e 2022, na mesma data, era celebrado o Dia do Índio.

A mudança não é uma simples questão de nomenclatura, como podemos ler em trecho do Projeto de Lei n. 5 466, apresentado pela deputada Joenia Wapichana, em 2019, o qual deu origem à mudança na data.

A nossa intenção ao renomear o dia do ano destinado a, de forma simbólica, ressaltar não o valor do indivíduo estigmatizado “índio”, mas sim o valor dos povos indígenas para a sociedade brasileira, é reconhecer o direito desses povos de, mantendo e fortalecendo suas identidades, línguas e religiões, assumir tanto o controle de suas próprias instituições e formas de vida quanto de seu desenvolvimento econômico.

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 5466, de 9 de outubro de 2019 institui o Dia dos Povos Indígenas*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1818944&fileme=Tramitacao-PL%205466/2019. Acesso em: 30 jul. 2024.

Dessa forma, para compreendermos as formas de resistência cultural dos indígenas no Brasil, é preciso começar pela maneira como esses povos são nomeados. Além disso, reconhecer os povos indígenas em suas particularidades culturais é passo fundamental para valorizar o protagonismo de suas culturas.



Time de futebol feminino nos Jogos Indígenas do Xingu, em Querência (MT). Foto de 2022.

Andre Ditz/Pulsar Imagens



Professor indígena da etnia Xerente lecionando para idosos indígenas na Universidade da Maturidade, curso de extensão da Universidade Federal do Tocantins, em Tocantínia (TO). Foto de 2022.

Cesar Diniz/Pulsar Imagens

A RESISTÊNCIA CULTURAL E POLÍTICA NA AMÉRICA DO SUL

A resistência cultural pode se apresentar em diferentes formas; em todas elas, no entanto, há um viés político, que questiona, tensiona e visa transformar as relações de poder nas sociedades. Conhecemos a resistência cultural que problematiza o apagamento de alguns grupos e coloca em evidência identidades culturais silenciadas pelas culturas dominantes. Conhecemos também a resistência cultural orientada pelo protagonismo de pessoas e grupos que questionam as narrativas sobre o que é ou não cultura. Agora, vamos refletir sobre as formas assumidas pela resistência cultural no contexto de governos ditatoriais, com enfoque no Brasil e em outros países da América do Sul.

Esse tipo de resistência cultural se apresenta como estratégia de ação para grupos organizados e movimentos que reivindicam direitos humanos, como o fim da censura e da tortura, como veremos na sequência.

Nas últimas décadas do século XX, alguns países da América do Sul ficaram sob regime de governos ditatoriais, em geral de caráter militar. Com a prerrogativa de segurança nacional, países como Brasil, Argentina e Chile viram seus Estados se tornarem militarizados, com forte repressão política, perseguição, censura, tortura, prisão e assassinato de opositores.

Na imagem de abertura desta unidade, conhecemos o trabalho de artesãs chilenas que usaram a técnica de *arpilleras* para denunciar os abusos da ditadura em seu país. Na imagem ao lado, vemos uma frase estampada no Estádio Nacional, usado como prisão e espaço de tortura para os capturados pela ditadura de Augusto Pinochet, que perdurou entre 1973 e 1990. Como forma de resistência e como espaço de homenagem às vítimas, hoje o estádio foi transformado em um memorial.

Na Argentina, também sob o contexto de ditadura militar, que durou entre 1976 e 1983, uma das formas mais marcantes de resistência foi a adotada por mulheres que se reuniam na Praça de Maio. As Mães da Praça de Maio, como ficaram conhecidas, encontravam-se às quintas-feiras, portando cartazes e lenços brancos com os nomes dos filhos desaparecidos para reivindicar informações sobre os paradeiros dos seus entes, capturados pelo governo. Além dos filhos, algumas mulheres buscavam por netos que nasceram nas prisões da ditadura e foram encaminhados para adoção.

A primeira manifestação do grupo aconteceu em 1977 e, desde então, a Praça de Maio recebe protesto todas as quintas-feiras, com exceção do período da pandemia de covid-19. Pela importância que têm, manifesta no reconhecimento internacional, na forma de expressão e nos símbolos que carregam, as Mães da Praça de Maio deram origem e incentivo ao surgimento de outros grupos que defendem os direitos humanos.



Estádio Nacional Memória Nacional, em Santiago, no Chile. Em português, a frase diz: “Um povo sem memória é um povo sem futuro”. Foto de 2019.

Fernando Lavoz/NurPhoto/Getty Images



Bettmann/Getty Images



Tomas Cuesta/Getty Images

Manifestações das Mães da Praça de Maio, em Buenos Aires, Argentina. À esquerda, foto de 1982, e, à direita, foto de 2024.

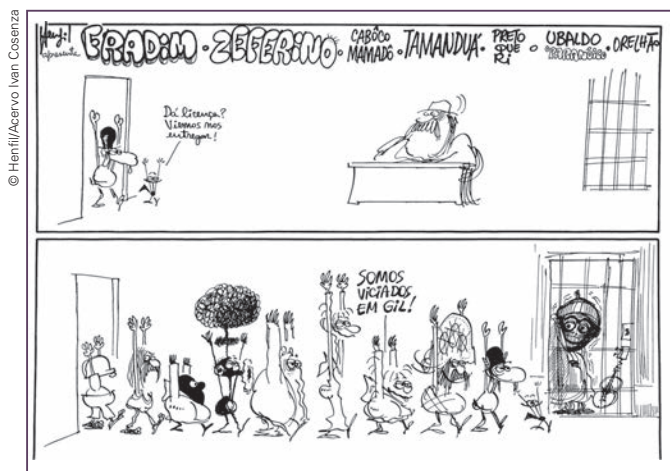
A resistência cultural e política no Brasil

Entre os anos de 1964 e 1985, período ao longo do qual perdurou a ditadura militar no Brasil, apesar da censura, das prisões e das perseguições à imprensa e aos artistas, a cultura brasileira resistiu à opressão, tornando-se um polo importante de contestação e também de apoio à resistência política contra o regime. Variando o grau de intensidade, a resistência cultural aconteceu em diferentes áreas da produção cultural brasileira, destacando-se os movimentos na música, no teatro, no cinema, na literatura, nas *charges* e nas artes plásticas.

Na música, vários movimentos e artistas se valeram das letras para manifestar sua resistência à censura, às ações dos militares e à dominação da cultura brasileira por uma narrativa oficial que não condizia com a realidade. As canções de protesto, os festivais, as reivindicações por direitos civis e liberdade que ecoavam dos Estados Unidos, as censuras impostas aos artistas e às músicas e todo o contexto de inse-

gurança, perseguição, prisão, tortura e exílio foram a combinação que motivou movimentos musicais como Tropicália e Clube da Esquina, referências na cultura brasileira.

Esse panorama se repetia no teatro, no cinema e nas artes plásticas, com particularidades inerentes a cada área de produção cultural. Era comum, inclusive, o diálogo entre diferentes recursos de produção artística. O jornalista, desenhista e escritor Henfil (1944-1988) foi um dos responsáveis por ironizar, satirizar e criticar as ações dos militares e de seus agentes censores. No jornal *O Pasquim*, Henfil publicou uma *charge*, em 1976, que fazia referência à segunda prisão do músico Gilberto Gil. A primeira prisão aconteceu em 1969, no Rio de Janeiro, e foi o principal motivo do seu exílio na Inglaterra; a segunda prisão aconteceu em Florianópolis no mesmo ano da *charge*.



Somos viciados em Gil. Charge de Henfil, publicada em 1976, na edição 368 de *O Pasquim*.

REFLEXÃO

Entre 1967 e 1972, o Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro condecorou, anualmente, personalidades da cultura brasileira com o prêmio Golfinho de Ouro. Em 1970, o escolhido foi Gilberto Gil, com a música “Aquele abraço”, composição do artista já exilado na Inglaterra. Na ocasião, Gil recusou o prêmio e enviou uma carta para ser publicada na edição 33 do jornal *O Pasquim*. Leia trecho dessa carta a seguir.

Recuso + Aceito = Receita

[...] Embora muita gente possa realmente respeitar o que fiz no Brasil (talvez até mesmo gente do Museu), acho muito difícil que esse museu venha premiar a quem, claramente, sempre esteve contra a paternalização cultural asfíxica, moralista, estúpida e reacionária [reacionária] que ele [ele] faz com relação à [à] música brasileira. [...] Claro que eu não acredito nesse prêmio. [...] E eu tenho dúvida de que o museu realmente pensa que *Aquêle [Aquele]* é samba de penitência pelos pecados cometidos contra “a sagrada música brasileira”. Os pronunciamentos de alguns dos seus membros e as cartas que recebi demonstram isso claramente. O museu continua sendo o mesmo de janeiro, fevereiro e março: tutor do folclore de verão carioca. Eu não tenho porque não recusar o prêmio dado para um samba que eles [eles] supõem ter sido feito zelando pela “pureza” da música popular brasileira. Eu não tenho nada com essa pureza. Tenho três

LPs gravados aí no Brasil que demonstram isso. E que fique claro para os que cortaram minha onda e minha barba que *Aquêle [Aquele] Abraço* não significa que eu tenha me “regenerado”, que eu tenha me tornado “bom crioulo puxador de samba” como eles [eles] querem que sejam todos os negros que realmente “sabem qual é o seu lugar”. Eu não sei qual é o meu e não estou em lugar nenhum; não estou mais servindo a mesa dos senhores brancos e nem estou mais triste na senzala em que eles [eles] estão transformando o Brasil. Por isso talvez Deus tenha me tirado de lá e me colocado numa rua fria e vazia onde pelo menos eu possa cantar como o passarinho. As aves daqui não gorgieiam [gorjeiam] como as de lá, mas ainda gorgieiam [gorjeiam].

GIL, Gilberto. Recuso + Aceito = Receita. *O Pasquim*, ed. 39, 1970. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124745&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=702>. Acesso em: 30 jul. 2024

1. Com base no texto, quais são as justificativas dadas pelo artista para recusar o prêmio? O que você pensa sobre elas?
2. O artista faz alguns questionamentos de cunho racial. Como você interpreta isso?
3. Na última frase, Gil faz uma referência ao poema “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias. Em sua opinião, qual foi a intenção do artista nesse trecho?

A CIDADANIA NO BRASIL

Além do debate sobre as identidades, é importante refletir sobre o exercício da cidadania no Brasil. O historiador José Murilo de Carvalho (1939-2023) trabalha com a ideia da **cidadania incompleta** em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, de 2001. Para ele, a cidadania pode ser abarcada em três dimensões: direitos civis, que são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade; direitos políticos, que se referem à participação política do cidadão; e direitos sociais, que incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria.

O autor sugere que, na história do Brasil, nunca houve acesso pleno a essas três dimensões da cidadania ao mesmo tempo, ou seja, o direito a uma dessas dimensões não garantiu o direito às outras dimensões. Além disso, a construção desses direitos no Brasil não seguiu uma lógica linear, já que foi pautada por avanços e retrocessos. Nos períodos ditatoriais, por exemplo, foram suprimidos muitos direitos políticos e civis, tendo em vista os mecanismos de censura e perseguição política.

Murilo de Carvalho também chama a atenção para o fato de as transformações políticas no Brasil terem sido historicamente mediadas pelos interesses das elites econômicas, o que contribuiu para que os brasileiros construíssem uma visão paternalista do Estado. A partir da década de 1930, por exemplo, houve melhorias nos direitos sociais dos trabalhadores em virtude da aprovação da legislação trabalhista. No entanto, nesse contexto, os sindicatos eram vinculados ao governo, o que inviabilizava sua autonomia política.

Mesmo após o restabelecimento da democracia e a implementação da Constituição de 1988, as desigualdades econômicas e sociais permanecem como um obstáculo

para a garantia da cidadania. Isso porque direitos civis e políticos como a liberdade de expressão e pensamento, a autonomia sindical, o direito ao voto e à manifestação política convivem com problemas sociais como a violência urbana, o desemprego, a desigualdade no acesso a serviços de educação, saúde e saneamento. Portanto, pode-se observar uma diferença entre a cidadania formal, garantida pela igualdade perante a lei, e a cidadania real, aquela vivenciada no cotidiano dos brasileiros.

Outro ponto a ser destacado é a falta de representatividade das mulheres, dos negros, dos indígenas e da população LGBTQIA+ na política, que ainda são minorias no Congresso Nacional. Isso também contribui para a falta de políticas públicas que contemplem as demandas desses grupos e que assegurem seus direitos.

Ao considerar tudo isso, muitos cientistas sociais refletem sobre as origens desses problemas, pensando em soluções para eles. Esses especialistas se dedicam a compreender as características do sistema político brasileiro e a mapear as formas como as desigualdades sociais se articulam a marcadores como cor/raça, sexo, local de moradia, entre outros.

Além disso, como estratégia de resistência, os movimentos sociais se organizam para reivindicar políticas públicas que promovam a cidadania e o acesso a direitos civis, políticos e sociais a toda a população. Algumas pautas defendidas por esses grupos são a distribuição de renda, a garantia à terra e a permanência nela, o acesso a serviços de saúde, lazer, transporte, educação e saneamento, maior participação nas decisões políticas, o respeito aos direitos humanos, etc.



Etore Chireguni/AGF/AFP

Manifestantes protestam contra o aumento da violência no município de São Paulo (SP). Ação orientada por direitos civis e políticos em defesa do direito social à segurança. Foto de 2022.

1 Leia o excerto a seguir e responda às questões.

Dois pontos emergem dessa discussão básica dos significados do uso do véu no mundo muçulmano contemporâneo. Primeiro, precisamos trabalhar contra a interpretação reducionista do véu como a quinta-essência dos sinais da falta de liberdade das mulheres, mesmo que nos oponhamos à imposição estatal dessa forma, como no Irã ou com o Talibã [...]. O que significa a liberdade se aceitarmos a premissa fundamental de que os humanos são seres sociais, sempre criados em certos contextos sociais e históricos e pertencentes a comunidades particulares que dão forma a seus desejos e entendimentos do mundo? Não é uma grande violação aos entendimentos próprios das mulheres do que elas estão fazendo simplesmente denunciar a burca como uma imposição medieval? Segundo, devemos tomar cuidado para não reduzir as diversas situações e atitudes de milhões de mulheres muçulmanas para uma única peça de roupa. Talvez seja hora de desistir da obsessão americana com o véu e focar em questões mais sérias com as quais as feministas e outras deveriam de fato estar preocupadas.

Por último, o significativo problema político-ético que a burca levanta é como lidar com os “outros” culturais. Como devemos lidar com a diferença sem aceitar a passividade assumida pelo relativismo cultural pelo qual os antropólogos são famosos – um relativismo que diz que é a cultura deles e que não é da minha conta julgar ou interferir, apenas tentar entender. O relativismo cultural é certamente uma melhora em relação ao etnocentrismo e ao racismo, ao imperialismo cultural e à imperiosidade intrínseca a ele [...].

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 459-460, maio/ago. 2012.

- Lila Abu-Lughod sugere que a simples denúncia da burca como uma “imposição medieval” significa uma “grande violação aos entendimentos próprios das mulheres do que elas estão fazendo”. Você concorda com essa afirmação? Justifique.
- A autora afirma que o uso da burca levanta o problema que é lidar com os “outros” culturais. Em sua opinião, por que a dificuldade em lidar com os “outros” se expressa no modo pelo qual olhamos a imagem de uma mulher de burca?
- A autora reconhece o valor do relativismo cultural em face do racismo e do etnocentrismo, mas faz uma crítica à visão relativista. Que crítica é essa?

2 (UEM)

Para interpretar como ocorrem as relações sociais na sociedade brasileira, o sociólogo Oracy Nogueira elaborou uma teoria segundo a qual “considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação

aos membros de uma população, aos quais se tem como estigmatizados, seja devido à aparência, seja por causa de toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, os sotaques, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.” (NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979, p. 79). De acordo com o fragmento, assinale o que for correto.

- Na sociedade brasileira as relações sociais não são influenciadas pelos preconceitos de marca ou de origem.
- O autor denomina como preconceitos de marca as ideias que elaboramos sobre um indivíduo com base em sua aparência.
- Para o autor a suposição de que um indivíduo faz parte ou é descendente de um grupo populacional considerado inferior é chamada de preconceito de origem.
- Os preconceitos raciais são construídos culturalmente como formas de pensamento que inferiorizam e humilham os membros de uma população.
- Os preconceitos de marca e de origem são categorias classificatórias inatas inerentes aos seres humanos.

SOMA 

3 (Enem)

O feminismo teve uma relação direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico. Ele questionou a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e o “público”. O slogan do feminismo era: “o pessoal é político”. Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas: a família, a sexualidade, a divisão doméstica do trabalho etc.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011 (adaptado).

O movimento descrito no texto contribui para o processo de transformação das relações humanas, na medida em que sua atuação:

- subverte os direitos de determinadas parcelas da sociedade.
- abala a relação da classe dominante com o Estado.
- constrói a segregação dos segmentos populares.
- limita os mecanismos de inclusão das minorias.
- redefine a dinâmica das instituições sociais.

4 (Enem)

Hoje sou um ser inanimado, mas já tive vida pulsante em seivas vegetais, fui um ser vivo; é bem verdade que do reino vegetal, mas isso não me tirou a percepção de vida vivida como tamborete. Guardo apreço pelos meus criadores, as mãos que me fizeram, me venderam, e pelas mulheres que me usaram para suas vendas e de tantas outras maneiras. Essas pessoas, sim, tiveram suas subjetividades, singularidades e pluralidades, que estão incorporadas a mim. É preciso considerar que a nossa história, de móveis de museus, está para além da mera vinculação aos estilos e à patrimonialização que recebemos como bem material vinculado ao patrimônio imaterial. A nossa história está ligada aos dons individuais das pessoas e suas práticas sociais. Alguns indivíduos consagravam-se por terem determinados requisitos, tais como o conhecimento de modelos clássicos ou des- treza nos desenhos.

FREITAS, J. M.; OLIVEIRA, L. R. Memórias de um tamborete de baiana: as muitas vozes em um objeto de museu. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, n. 14, maio-ago. 2020 (adaptado).

Ao descrever-se como patrimônio museológico, o objeto abordado no texto associa a sua história às

- habilidades artísticas e culturais dos sujeitos.
- vocações religiosas e pedagógicas dos mestres.
- naturezas antropológica e etnográfica dos expo- sitores.
- preservações arquitetônicas e visual dos conser- vatórios.
- competências econômica e financeira dos comerciantes.

5 (UEM)

A Globalização de fins do século XX e de início do século XXI anuncia a ideia de um mundo sem fron- teiras e de cidadania mundial. Tais perspectivas re- metem à diminuição do racismo, da xenofobia e da intolerância religiosa. Todavia, na segunda década do século XXI, é possível notar que alguns resultados esperados não foram alcançados. Por exemplo, as fronteiras se mantêm, existindo até mesmo a pro- posta de construção de muros entre países. Além disso, o racismo, a xenofobia e a intolerância religio- sa aumentam, sobretudo em áreas com a presença de imigrantes e de refugiados de guerra. Essas si- tuações podem ser estudadas a partir do conceito de etnocentrismo, sobre o qual é correto afirmar que

- 01) faz parte do comportamento etnocêntrico a compreensão de que a cultura a que a pessoa pertence é superior às demais.
- 02) xenofobia é a aversão e a intolerância a pessoas estrangeiras ou consideradas estrangeiras.

- 04) a perseguição e os ataques a imigrantes, por serem imigrantes, são ações desvinculadas da visão de mundo etnocêntrica.
- 08) o relativismo cultural pode ser interpretado como uma crítica ao etnocentrismo. Ele sustenta que cada cultura tem o seu valor e a sua legitimidade.
- 16) as posições etnocêntricas interferem pouco na vida cotidiana, pois elas estão desvinculadas da intolerância religiosa, por exemplo.

SOMA 

6 (Enem)

Em Vitória (ES), no bairro Goiabeiras, encontramos as panelleiras, mulheres que são conhecidas pelos saberes/ fazeres das tradicionais panelas de barro, ícones da culi- nária capixaba. A tradição passada de mãe para filha é de origem indígena e sofreu influência de outras etnias, como a afro e a luso. Dessa mistura, acredita-se que a fabricação das panelas de barro já tenha 400 anos. A fabricação das panelas de barro se dá em várias etapas, desde a obtenção de matéria-prima à confecção das panelas. As matérias- primas tradicionalmente utilizadas são provenientes do meio natural, como: argila, retirada do barreiro no Vale do Mulembá; madeira, atualmente proveniente das sobras da construção civil; e tinta, extraída da casca do manguezal, o popular mangue-vermelho.

TRISTÃO, M. A educação ambiental e o pós-colonialismo. *Revista de Educação*, n. 53, ago. 2014.

Uma característica de práticas tradicionais como a exemplificada no texto é a vinculação entre os recur- sos do mundo natural e a

- manutenção dos modos de vida.
- conservação dos plantios da roça.
- atualização do modelo de gestão.
- participação na sociedade de consumo.
- especialização nas etapas de produção.

7 Escolha uma manifestação cultural que, em sua opinião, seja um exemplo ilustrativo de resistência cultural, em seguida, responda às atividades no caderno.

- Qual é o nome pelo qual essa manifestação é conhecida?
- Descreva a manifestação e o grupo ao qual ela está associada.
- Por que, em sua opinião, essa manifestação ex- pressa resistência cultural? Explique e comparti- lhe suas impressões com os colegas.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA

Discutir sobre o conceito de cultura e as formas de resistência no Brasil implica retomar os estudos de Manuela Carneiro da Cunha (1943-). A antropóloga é referência para os estudos sobre os povos indígenas e fez parte de grupos de pesquisa e atuação política voltados à caracterização desses povos e à reivindicação de direitos, inclusive durante a Assembleia Constituinte de 1987. Além da questão indígena, a pensadora dedica-se também a compreender aspectos relativos a escravidão de negros, etnicidade, conhecimentos tradicionais e agrobiodiversidade.

PERFIL

Nascida em Portugal, Manuela Carneiro da Cunha veio para o Brasil aos 11 anos de idade. Ao longo de sua carreira, formou-se em universidades e centros de pesquisa ao redor do mundo. Graduada em Matemática pela Faculdade de Ciências de Paris, especializou-se em Antropologia sob orientação de Claude Lévi-Strauss. Atuou como professora na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. Sua formação e atuação ao redor do mundo, além do pioneirismo nos temas que discute, fizeram com que seu trabalho acadêmico extrapolasse os estudos brasileiros, tornando-se referência mundial.



De: Augusto Studio/DBR

OBRAS-CHAVE

- *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania* (2013)
- *Cultura com aspas e outros ensaios* (2009)
- *Legislação indigenista do século XIX* (1993)
- *História dos índios no Brasil* (1992)
- *Antropologia do Brasil* (1986)
- *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África* (1985)
- *Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó* (1978)

EM LEITURA

Ao longo de sua atuação acadêmica e militante, a antropóloga acompanhou alguns processos históricos que repercutiram nas diferentes maneiras de se compreender os indígenas no Brasil, principalmente pela ótica da assimilação e da aculturação, conceitos estudados neste capítulo.

Vamos ser objetivos, o que significou nesses séculos todos o que mais recentemente no século 20 se chamou de aculturação? Significou que os indígenas entraram como cidadãos de terceira ou quarta classe em uma sociedade já extremamente desigual. E por que era tão importante essa tal de integração? Isso foi feito sistematicamente a partir de 1850, com a Lei das Terras, e era uma maneira de tirar indígenas de suas terras, dar-lhes supostamente glebas e dizer que eles estavam já assimilados e que, portanto, aqueles territórios que tinham sido separados para eles não precisavam ser só para eles. Isso significou a perda de vários territórios originais. [...] Então, essa história

de assimilação não era simplesmente considerar que os indígenas tinham que participar do nosso tipo de sociedade, era um artifício: descaracterizando-os como indígenas, individualizando-os, destruindo-os enquanto sociedades autônomas, suas terras passavam a ser comerciáveis. [...] Como é que se conseguiu isso? Exatamente dizendo que os indígenas deveriam ser aculturados e, uma vez aculturados, deveriam perder qualquer diferença em relação aos outros brasileiros.

[...] Essa tutela foi usada de várias maneiras que absolutamente não tinham nada a ver com a intenção inicial. Em vez de proteger negocialmente os indígenas, era usada para cercear sua liberdade, impedi-los de exercer seus direitos. Até 1988, muitos juízes consideravam que os indígenas não podiam entrar em juízo sozinhos e que só a Funai poderia representá-los. Como muitas das dificuldades dos indígenas eram justamente com a própria Funai, isso tornava os indígenas praticamente sem acesso à justiça. Isso acabou na Constituição de 1988, onde o artigo 232 diz que os indígenas, “suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses”. Isso acabou com a história da tutela indígena.

CUNHA, Manuela Carneiro da. [Entrevista cedida a] Heitor Shimizu. Fundação Conrado Wessel, 20 abr. 2023. Disponível em: <https://www.fcw.org.br/culturacientifica-saudeamazonia-manuela-cunha>. Acesso em: 31 jul. 2024.



Cassandra Cury/Pulsar Imagens

Atualmente, além de estarem à frente das lutas por seus direitos, os indígenas passaram a ocupar espaços que antes lhes eram negados, como na política e na universidade. Na foto, de 2023, destaque para a frase exposta em manifestação, em Brasília (DF).

A pensadora explica que até a implementação da Constituição de 1988, os indígenas eram tutelados pelo Estado, o que significava a limitação dos seus direitos, visto que eles não eram reconhecidos legalmente como capazes.

PARA CONCLUIR

- 1 Segundo a pensadora, como foi utilizada a ideia de aculturação? A que propósito ela servia?
- 2 Qual é a relação entre a noção de tutela, vigente até a Constituição de 1988, e a fotografia que mostra uma manifestação indígena? Explique.

PRÁTICAS DE TEXTO

ARTIGO DE OPINIÃO

Proposta

O Carnaval é uma festa popular que explicita questões latentes na sociedade. Com isso, é frequente ocorrer, durante essa festividade, manifestações que se apropriam da cultura de determinados grupos sociais ou etnias. Mas, afinal, o que é apropriação cultural? No Carnaval, todo tipo de fantasia é permitido? As fantasias costumam valorizar a diversidade cultural?

Nesta seção, você vai elaborar um artigo de opinião sobre apropriação cultural no Carnaval. Sua produção será compartilhada com a comunidade escolar e com os familiares e amigos no *blog* da turma.

A **apropriação cultural** acontece quando a cultura dominante utiliza elementos de outra cultura em benefício próprio, acentuando a hierarquia entre elas e reforçando estereótipos e preconceitos. Esse fenômeno é observado com frequência durante o Carnaval. Para evitar a apropriação cultural nesse contexto, é fundamental desconstruir a ideia de que no Carnaval tudo é permitido. Além disso, é importante que as fantasias e as marchinhas valorizem a diversidade cultural, sem se apropriar indevidamente das expressões culturais.

Público-alvo	Comunidade escolar, familiares e amigos.
Objetivo	Produzir artigo de opinião sobre a apropriação cultural no Carnaval.
Circulação	<i>Blog</i> da turma.

Planejamento e elaboração

- 1** Forme grupo com alguns colegas. Em seguida, pesquisem em jornais e revistas artigos de opinião sobre apropriação cultural, leiam juntos e escolham um para analisar. Durante a leitura, observem as características desse gênero textual, em que o articulista expõe seu ponto de vista. Depois, apresentem à turma o artigo que vocês analisaram e a forma como ele define o conceito de apropriação cultural.
- 2** Nos artigos de opinião, o autor defende seu ponto de vista sobre um tema, buscando persuadir o leitor a aderir à sua opinião. Para que isso ocorra, a opinião defendida deve ser embasada com argumentos válidos, confiáveis e lógicos. Quando a opinião é fundamentada apenas em impressões, ela se torna superficial e tem pouca credibilidade.

Mas o que é uma opinião embasada e fundamentada? Quais argumentos são considerados sólidos para a defesa de uma opinião? Como esses argumentos devem ser expostos? Para descobrir, leia os tópicos a seguir.

- As informações apresentadas devem ter coerência. Pode-se até sugerir uma situação fictícia, mas ela deve ser verossímil, ou seja, factível no mundo real.
 - Os argumentos devem ser baseados em estudos prévios, coletados em fontes confiáveis. Busque textos elaborados por especialistas sobre o tema, pois eles transmitem mais credibilidade.
 - É interessante antecipar possíveis questionamentos, dúvidas e pensamentos contrários que possam surgir durante a leitura do texto. Responda a essas questões com contra-argumentos. Isso mostra que o tema foi estudado e que o autor está por dentro do assunto.
 - Ter em vista um público-alvo contribui para a escolha dos fatos e dos dados que serão citados para fundamentar a opinião exposta.
 - O raciocínio sobre o tema deve ser construído em uma sequência lógica, que deve ficar clara para o leitor à medida que ele lê o texto.
 - Antes de escrever o artigo, é importante pesquisar números e dados que comprovem fatos que serão expostos no texto. Esses dados devem ser inseridos na progressão do texto de forma coerente, assim como os fatos e outros elementos apresentados.
- 3** Analise, com os colegas, o artigo de opinião que vocês escolheram, considerando os seguintes elementos:
 - Qual é a opinião defendida pelo autor?
 - Que elementos citados no item anterior são utilizados pelo autor para fundamentar sua opinião?
 - Por meio desse artigo, é possível perceber o que é apropriação cultural e quais são suas consequências?
 - O título do artigo é polêmico? Ele desperta reflexões no leitor ou informa o tema do artigo?
 - Quem assina o artigo? Onde o artigo foi divulgado?
 - 4** Após analisarem o artigo, cada grupo deverá compartilhar com a turma as informações obtidas sobre o tema apropriação cultural.
 - 5** Agora, individualmente, elabore o artigo de opinião. Para isso, siga as orientações a seguir.
 - Faça mais pesquisas, em fontes confiáveis, sobre o tema apropriação cultural. Para formar sua opinião, é importante consultar diversas fontes e verificar o maior número possível de opiniões a respeito do tema.

- Busque dados numéricos, leis, trechos de textos, falas de especialistas, entre outras informações que possam embasar sua opinião. Os fatos ocorridos na sociedade relacionados ao tema devem ser expostos e as análises devem ser fundamentadas nesses elementos.
- Utilize uma linguagem objetiva, isto é, que seja clara, direta e adequada ao público-alvo. O texto pode ser escrito na 1ª pessoa ou na 3ª pessoa do discurso.

6 Elabore um esboço do artigo, que deve apresentar a seguinte estrutura:

- Introdução: apresentação do seu ponto de vista sobre o tema.
- Desenvolvimento: exposição dos argumentos que fundamentam sua opinião. Dedique cada parágrafo do desenvolvimento para abordar um argumento. O artigo pode ter dois ou três parágrafos de desenvolvimento, nos quais a tarefa é persuadir o leitor.
- Conclusão: síntese do que foi exposto e proposição de uma reflexão.

7 Ao elaborar seu artigo, organize as informações de forma que possam ser compreendidas pelo leitor. É mais importante selecionar bons argumentos e apresentá-los de forma clara do que incluir uma grande quantidade de argumentos, tornando o texto cansativo e confuso.

8 O título dos artigos de opinião geralmente é provocativo. Crie um título que desperte a curiosidade para a leitura do tema.

Revisão e reescrita

1 Leia o artigo considerando as perguntas a seguir.

O artigo manteve-se dentro do tema proposto?

A opinião do autor está clara?

A opinião do autor está embasada com argumentos válidos, consistentes e lógicos, que dão credibilidade a ela? Ou é uma opinião embasada apenas em impressões sobre o tema?

Os argumentos são apresentados de forma objetiva, clara e organizada, facilitando a compreensão?

2 Releia o artigo quantas vezes forem necessárias para verificar se há possíveis inconsistências. Uma dica é escrever o texto e, em um momento posterior, voltar a lê-lo, pois, depois de um distanciamento, é possível perceber inadequações mais facilmente.

Circulação

1 Finalizada a versão final do texto, assine-a. Divulgue seu artigo no *blog* da turma e compartilhe o *link* com a comunidade escolar e com seus familiares.



MesquitaFMS/Getty Images

Pessoas em carnaval de rua em Olinda (PE). Foto de 2023.

PRÁTICAS DE PESQUISA

CULTURA E FORMAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA NAS REDES SOCIAIS

Vamos pesquisar sobre a diversidade da população brasileira?

Para começar

Nesta unidade, vimos que a identidade é instrumento de resistência cultural. A resistência cultural é o esforço de um grupo de pessoas ou de um povo para preservar sua cultura, mesmo diante de pressões ou influências que possam enfraquecê-la. Esse fenômeno geralmente ocorre quando a cultura de um povo é ameaçada ou suprimida, como quando uma cultura dominante tenta impor-se sobre uma cultura dominada, um acontecimento frequente ao longo da história. Como podemos perceber movimentos de resistência cultural? Nesta seção, realizaremos um estudo baseado na etnografia virtual para pesquisar como a resistência cultural persiste mediante a opressão exercida pela cultura dominante. Para isso, podemos analisar o caso ilustrativo da Mídia Índia.

A Mídia Índia é um projeto de comunicação descentralizada formado por jovens de diversas etnias. Eles produzem e divulgam informações sobre questões indígenas por meios alternativos, principalmente pelas redes sociais. A Mídia Índia começou seus trabalhos em abril de 2017, no Acampamento Terra Livre, e nasceu com o objetivo de mostrar a cultura indígena sem precisar recorrer às falas de não indígenas, como explica Erisvan, indígena da etnia Guajajara, fundador da Mídia Índia.

O problema

A atuação indígena nas redes sociais se destaca como uma potente forma de resistência cultural, permitindo que as comunidades indígenas compartilhem suas histórias, tradições e lutas de maneira autêntica e impactante. Utilizando as plataformas para denunciar injustiças, celebrar sua cultura e mobilizar apoio, os indígenas estão transformando o espaço digital em um campo de resistência e afirmação identitária. Como isso tem ocorrido? Quais são as formas de manifestação mais comuns? Quais os temas das postagens? Os indígenas conseguem engajamento? Como essa atuação tem repercutido na conquista de direitos e na desnaturalização de estereótipos sobre os indígenas no Brasil?

A investigação

- Prática de pesquisa: etnografia virtual

Antes de iniciar a pesquisa, primeiramente é preciso conhecer um pouco sobre a metodologia da etnografia virtual. Etnografia é um método da Antropologia que permite a descrição de um povo. Nesta prática, vamos utilizar uma variação chamada etnografia virtual, também conhecida como webnografia, ciberantropologia ou etnografia digital. Trata-se de um estudo das práticas sociais na internet e o que essas práticas significam para as pessoas que participam delas. Esse método permite uma análise detalhada das relações em ambientes virtuais, nos quais a internet se torna parte do dia a dia das pessoas e um local de encontro para formar comunidades, grupos estáveis e novas maneiras de se relacionar. A etnografia virtual examina as experiências pessoais que surgem na comunicação *on-line*, especialmente em jogos de interpretação de papéis, valendo-se de observações e entrevistas realizadas na internet.

Material

- Computador, *tablet* ou *smartphone* com acesso à internet
- Folhas para anotação, lápis e caneta
- Projetor ou outro dispositivo para apresentação dos grupos

Procedimentos

Parte I - Planejamento e pesquisa

- 1** Organizem-se em grupos de quatro ou cinco integrantes.
- 2** Pesquisem nas redes sociais e escolham perfis de ativistas ou coletivos indígenas que se utilizem dessa ferramenta para promover a resistência cultural indígena.
- 3** Em negociação com os demais grupos, definam o perfil que será analisado pelo seu grupo. Exemplos possíveis incluem: Povos Indígenas do Brasil, Mídia Indígena Oficial, Mídia Índia Oficial, Indigenistas Associados (INA), Sonia Guajajara, Mari Guajajara, Ministérios dos Povos Indígenas, Ailton Krenak, Alice Pataxó, Txai Suruí, Cristian Wariu, Alessandra Munduruku e Rodrigo Tremembé.

4 Cada grupo deve explorar o perfil definido com foco nos seguintes aspectos:

- **Conteúdo:** Que tipo de conteúdo o perfil compartilha (fotos, vídeos, textos, enquetes)?
- **Objetivos:** Quais são os objetivos principais do perfil (conscientização, mobilização, educação)?
- **Temáticas:** Quais são os principais temas abordados (direitos indígenas, preservação cultural, ambiente)?
- **Engajamento:** Como o público interage com o perfil (comentários, compartilhamentos, quantidade de seguidores)?

Parte II – Análise das informações pesquisadas

- 1 Os integrantes do grupo podem fazer pesquisas individuais; porém, após a coleta de dados e informações, devem se reunir para realizar o compartilhamento dos registros e a discussão dos dados e das informações.
- 2 Reflitam sobre as estratégias de uso das redes sociais para promover causas indígenas e como essas estratégias se relacionam com a cultura e identidade indígenas, avaliando a eficácia.

Parte III – Organização dos resultados

- 1 Após a reflexão do grupo, as descobertas devem ser apresentadas à turma. Para isso, façam um detalhamento das características do perfil que analisaram, destacando os pontos mais relevantes.
- 2 Na apresentação, compartilhem com os colegas a avaliação do grupo sobre o impacto do perfil analisado na promoção da resistência indígena.

Questões para discussão

- 1 Como as estratégias de comunicação e visibilidade adotadas por perfis indígenas nas redes sociais contribuem para a preservação e a valorização da cultura e identidade indígenas?
- 2 De que maneira o uso das redes sociais como plataforma de resistência indígena permite a amplificação de vozes, causas e demandas específicas das comunidades indígenas?
- 3 Diante dos atuais desafios enfrentados por indígenas no Brasil, como essas estratégias podem ser fortalecidas?
- 4 Quais iniciativas semelhantes poderiam ser desenvolvidas para contribuir com a resistência cultural indígena?

Comunicação dos resultados

Para que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento gerado pela pesquisa de vocês, divulguem seus resultados e suas conclusões por meio de um vídeo de, no máximo, 5 minutos. Nesse vídeo, apresentem as principais descobertas do grupo e depoimentos dos estudantes sobre o trabalho.

Para isso, preparem um roteiro para a produção do vídeo que envolva: organização dos dados coletados, destacando os principais achados; redação de tópicos que sintetizem as descobertas; e produção de gráficos, tabelas e imagens que ilustrem os resultados.

Erisvan Bone Guajajara, fundador da Mídia Índia, durante reunião *on-line* em Brasília (DF). Foto de 2024.



Ywara Guajajara/Arquivo pessoal

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

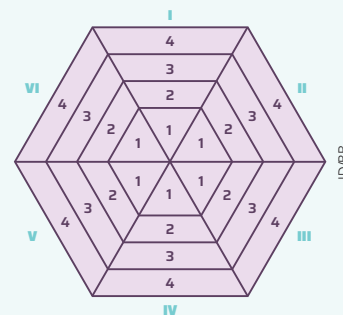


TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	Respostas	Cor indicada
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que “Sempre” realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta I.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente suas respostas às seguintes questões:

Capítulo 3 - O que é cultura?

- 1 Reconheço e compreendo a complexidade envolvida no conceito de cultura?
- 2 Identifico os elementos constituintes da cultura para além do que afirma o senso comum?
- 3 Compreendo o caráter histórico e social de comportamentos que parecem naturais?
- 4 Problematizo a historicidade e os significados de práticas culturais distintas entre diferentes sociedades?
- 5 Reconheço as proposições gerais das escolas antropológicas na forma como compreendem a cultura?
- 6 Assumo uma postura relativista e compreendo as diferenças culturais sem realizar juízos de valor?
- 7 Reflito sobre formas cotidianas de etnocentrismo e discriminação, procurando evitá-las?
- 8 Reconheço a importância da diversidade cultural?
- 9 Compreendo as transformações como inerentes à cultura?
- 10 Identifico processos de mudança cultural forçada a partir de uma lógica de dominação?
- 11 Diferencio as noções de etnocídio e genocídio e consigo aplicá-las em contextos reais?

Capítulo 4 - Dominação e resistência

- 12 Compreendo a relação entre as noções de nação, identidade cultural, patrimônio e memória?
- 13 Reconheço processos de dominação e de resistência cultural no Brasil?
- 14 Problematizo as narrativas sobre a formação do povo brasileiro de forma crítica?
- 15 Articulo as contribuições culturais de diferentes povos na conformação do povo brasileiro, sem hierarquizá-las?
- 16 Reconheço movimentos, grupos e pessoas importantes para os processos de resistência cultural no Brasil?
- 17 Identifico no samba características de resistência cultural que se opõem à invisibilidade das contribuições de africanos e afro-brasileiros no Brasil?
- 18 Reconheço e valorizo a importância de dar voz às diferentes etnias indígenas no processo de resistência cultural?
- 19 Compreendo a importância dos movimentos de resistência cultural nos contextos das ditaduras da América do Sul?
- 20 Relaciono a noção de cidadania às formas de resistência cultural?



PARA IR ALÉM

Capítulo 3 - O que é cultura?



A missão

O filme, ambientado no século XVIII, conta a história de um mercador de escravizados indígenas que se torna padre motivado pela culpa que sofre após assassinar o próprio irmão. Em seguida, ele se junta a outro padre das missões jesuíticas ao sul da América do Sul e, juntos, defendem os indígenas dos interesses coloniais. *A missão*. Direção: Roland Joffé. Estados Unidos/Reino Unido, 1986 (125 min).

Nanook, o esquimó

Considerada a primeira experiência de filme antropológico, *Nanook* é uma obra clássica para compreender as especificidades do olhar atento a práticas culturais cotidianas de uma família de esquimós.

Nanook, o esquimó. Direção: Robert J. Flaherty. Estados Unidos, 1922 (79 min).



Rádio Yandê

A Rádio Yandê é a primeira rádio indígena do Brasil disponibilizada em meio digital, com uma programação voltada para diferentes etnomídias, música, arte, entretenimento, notícias, cultura e línguas indígenas. Entre os programas da rádio, há um *podcast* produzido por indígenas com foco na divulgação da cultura dos povos tradicionais.

Rádio Yandê. Disponível em: <https://radioyande.com/>. Acesso em: 31 jul. 2024.



A partilha da vida

Para reforçar a proposta de educação popular e a Antropologia defendida por Carlos Rodrigues Brandão, esse *site*, idealizado pelo pensador, disponibiliza gratuitamente acesso à maioria de suas produções acadêmicas e literárias, no intuito de popularizar o conhecimento.

A partilha da vida. Disponível em: <https://apartilhadavida.com.br/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Capítulo 4 - Dominação e resistência

Babel Podcasts/Fac-símile: ID/BR



Babel Podcast

Cecilia Farias e Bruno Guide são dois linguistas que desenvolvem um projeto de divulgação científica com foco no contexto social das línguas, dando destaque especial para línguas historicamente minorizadas.

Babel Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4T7vgRMo4DPHoD8G5VGEHI?si=e4944d643e34209>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Filme *Mistura e Invenção*, direção de Isa Grinspum Ferraz, co-produção Superfilmes e TV Cultura & Arte/MINC



Mistura e invenção

O documentário *Mistura e invenção* propõe uma rápida imersão na cultura brasileira, com suas experiências singulares, apresentando uma sequência de imagens com cenas captadas para a produção e com materiais de arquivos históricos.

Mistura e invenção. Direção: Isa Grinspum Ferraz. Brasil, 2002 (74 min).

SuperFilmes/ID/BR

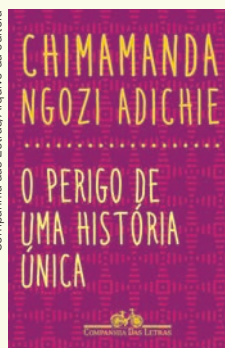


O povo brasileiro

Baseada no livro homônimo do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, essa série documental apresenta referências marcantes para a compreensão dos elementos constituintes do povo brasileiro, pensado como identidade nacional e como forma de inventar e dar significado à própria nação. Dividida em dez episódios, apresenta os seguintes temas: matriz tupi, matriz lusa, matriz afro, encontros e desencontros, Brasil crioulo, Brasil sertanejo, Brasil caipira, Brasil caboclo, brasis sulinos e invenção do Brasil.

O povo brasileiro. Direção: Isa Grinspum Ferraz. Brasil, 2000 (dez episódios com duração média de 30 minutos cada).

Companhia das Letras/Arquivo da editora



O perigo de uma história única

Nesse livro, a escritora nigeriana aborda os prejuízos da hegemonia cultural e a importância de se considerar narrativas diversas como fonte de conhecimento.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Editora Astral Cultural/Arquivo da editora



Eu sei por que o pássaro canta na gaiola

Nesse livro, a escritora estadunidense descreve sua história, marcada por racismo, violência, luta e libertação.

ANGELOU, Maya. *Eu sei por que o pássaro canta na gaiola*. Bauru: Astral Cultural, 2018.

Mórcula Editorial/Arquivo da editora



Samba, democracia e sociedade

Nesse livro, os autores analisam o potencial do samba como estratégia de resistência em contestação às desigualdades sociais e ao autoritarismo. O percurso histórico abordado começa na Bahia oitocentista e se prolonga até os anos de 1970.

LEITÃO, Luiz Ricardo; BRAZ, Marcelo (org.). *Samba, democracia e sociedade: grandes compositores e expressões de resistência cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórcula Editorial, 2022.



Ringo Chiu/Shutterstock.com/IDBR

UNIDADE

3

5 Ideologia e indústria cultural

6 Arte, cultura e estética

IDEOLOGIA E INDÚSTRIA CULTURAL

1. Pense em seus momentos de lazer e identifique três elementos (música, banda, grupo, filme, série, canal na internet, *podcast*, programa de TV, entre outros) que fazem parte de seu entretenimento atualmente. Em seguida, para cada um dos elementos, responda: Qual é a origem (nacionalidade) dele? Como você o conheceu? Você tem amigos, familiares ou conhecidos que compartilham desse gosto?
2. Observe a imagem e a legenda a seguir. Qual a relação entre o que está acontecendo e produção cultural sul-coreana. Quais elementos da cultura sul-coreana você conhece? Como você obteve essas informações?
3. Você tem mais referências da cultura sul-coreana, da europeia ou da estadunidense? Que fatores influenciam suas referências?



No último *show* da banda de *k-pop* BTS realizado no Brasil, em 2019, algumas pessoas montaram acampamento em São Paulo (SP) três meses antes para garantir os melhores lugares.

Edilson Dantas/Agência O Globo

Em 2020, o Brasil foi o quinto país que mais ouviu *pop* sul-coreano, gênero musical mundialmente conhecido como *k-pop*. Em 2023, segundo dados de uma plataforma global de *streaming* de música, a canção “Take two”, da banda de *k-pop* BTS, foi a mais ouvida no mundo todo. Em relatório, a plataforma afirma que o consumo de *playlists* desse gênero cresceu 326% desde 2018 no Brasil. Qual é a razão para esse fenômeno? Por que o Brasil se tornou um dos países que mais consome esse gênero musical? Será que há muitos sul-coreanos na população brasileira?

Estima-se que haja 50 mil sul-coreanos em todo o país, incluindo os descendentes. De acordo com os dados do Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira ultrapassou a marca de 200 milhões de pessoas; portanto, os imigrantes sul-coreanos somam pouco mais de 0,02% do total. Esses números mostram que o consumo de *k-pop* no Brasil não se explica pela afinidade linguística, tampouco pelo tamanho da população sul-coreana no país, mas sim por outra variável: a indústria cultural.

IDEOLOGIA E INTERESSES DE CLASSE

As **ideologias** são convicções filosóficas, sociais e políticas de um indivíduo ou grupo de indivíduos. Como você viu na unidade 1, para Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), as ideias e as condições materiais de existência de determinado contexto histórico influenciam o modo de agir dos indivíduos. Assim, é possível concluir que, em nossa sociedade, a ideologia dominante está articulada às condições materiais que possibilitaram a estruturação do capitalismo. Podemos dizer, com base nas reflexões dos autores, que as ideias predominantes de uma época nascem no interior das classes com poder econômico suficiente para influenciar e ditar as regras da sociedade.

Esses autores estudaram como o capitalismo se estrutura em um sistema desigual, que produziu uma série de implicações no mundo do trabalho e no modo de vida dos indivíduos, contribuindo para a **alienação** do trabalhador. Além disso, Marx e Engels também observaram que a divisão social do trabalho tende a separar trabalho intelectual de trabalho material, e o primeiro, muitas vezes, é considerado superior e costuma ser mais bem remunerado que o segundo.

Segundo os autores, a consolidação da divisão entre filósofos e operários e entre governantes e trabalhadores braçais produziu a separação entre a vida prática e sua representação no mundo das ideias. Surgiu, então, a possibilidade de interpretar o mundo de forma independente, desvinculada das condições materiais, como se as ideias não tivessem nenhuma relação com a manutenção das estruturas de poder e de privilégios.

Marx e Engels compreendiam, portanto, o conceito de ideologia como uma consciência sobre a aparência dos fenômenos, por isso uma consciência parcial, que expressa interesses de classe específicos. Além disso, como a realidade é sempre apreendida pelos seres humanos em seu tempo, ela nunca terá uma correspondência perfeita no mundo das ideias: os seres humanos podem interpretar essa realidade partindo do que é possível conhecer e de como organizar esse conhecimento, segundo as limitações impostas por sua classe social.

Uma vez que a ideologia dominante é uma representação de mundo elaborada pela classe com mais poder, ela em geral é imposta ao conjunto da sociedade. Assim, essas ideologias influenciam as expressões culturais e são transmitidas pelos meios de comunicação de massa. Por isso, a cultura hegemônica é uma manifestação ideológica dos grupos dominantes e serve à manutenção de seu poder. Pode-se observar, por exemplo, que quando uma narrativa é conveniente à classe dominante ela tem, muitas vezes, espaço nas notícias, nos documentos oficiais e nos discursos empresariais.

INTERAÇÃO

1. Você já se perguntou por que, na sociedade brasileira, a remuneração de serviços de limpeza é muito inferior à de profissionais liberais? Por que uma pessoa que trabalha como coletor de resíduos ganha muito menos do que um médico, por exemplo?

Pollyana Ventura/Getty Images



A ideologia dominante é difundida pelos meios de comunicação de massa. Na foto, membros de uma família dividem a atenção entre a programação da TV e o conteúdo digital. Foto de 2024.

HEGEMONIA CULTURAL

O filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937), que passou muitos anos de sua vida encarcerado por ordem dos órgãos do governo fascista de seu país em decorrência de suas atividades políticas, elaborou nova leitura e significação para o conceito de ideologia, atualizando-o em função das demandas de seu tempo.

Considerando o fato de algumas representações da realidade terem mais destaque do que outras, por serem feitas pelas classes dominantes, Gramsci adotou o conceito de **hegemonia** para refletir sobre ideologia. O termo “hegemonia” já havia sido utilizado para designar as dominações política e geográfica de um grupo sobre outro. Em sua obra, Gramsci associa esse termo à dominação cultural que ocorre entre as classes sociais, especialmente da classe burguesa sobre a classe proletária. Nesse contexto, os interesses da classe dominante são identificados como interesses de toda a sociedade, e a propaganda tem um papel fundamental nesse processo.

Gramsci observa, ainda, que um fator político determinante deveria ser levado em conta, mais do que nunca, a partir do século XX: a busca pelo **consentimento das massas**. De acordo com o pensador, a burguesia, na qualidade de classe dominante, desenvolve novas estratégias políticas para assegurar seu domínio, “acolhendo” as reivindicações dos grupos subalternos de forma superficial, com o objetivo de conquistar seu consentimento.

À época, os jornais e o rádio, aliados à industrialização de diversos produtos, transformaram intensamente as sociedades, que passaram a consumir produtos e notícias em **massa**, ou seja, produzidos em grande escala e direcionados a um público-alvo cada vez mais genérico. Nesse sentido, a legitimação do poder de determinado governante era efetivada pela aprovação do público, que se tornava cada vez mais consumidor e menos cidadão, no que se refere à participação nos espaços públicos por meio de debates políticos. Passavam a predominar, então, espaços públicos influenciados pelos interesses da circulação de mercadorias. Nesse contexto, as classes dominantes desenvolveram e dominaram mecanismos ideológicos para a conformação das massas em favor do próprio projeto social e político.

Gramsci, portanto, reitera a participação da sociedade na manutenção ou na transformação da realidade. Para o autor, o Estado e as diversas instituições sociais, como a família, a mídia, as igrejas e o sistema jurídico, tornaram-se agentes importantes na construção e na reiteração da hegemonia, e a transformação social efetiva se daria por meio do combate a ela, ao estabelecer uma **contra-hegemonia**, noção formulada pelo inglês Raymond Williams (1921-1988).



Benito Mussolini, ditador italiano entre 1922 e 1943, valeu-se dos grandes veículos de notícias para manter seu poder. Foto de 1934.

Ullstein Bild/Getty Images

CONSUMO E DISTINÇÃO SOCIAL

O legado marxista dos conhecimentos sobre a cultura e a ideologia foi desenvolvido por outro sociólogo fundamental para esse campo de estudos, o francês Pierre Bourdieu (1930-2002).

Bourdieu colaborou na frente de estudos que detalhava e ampliava a relação marxista entre estrutura e superestrutura. Como parte dos estudos sobre ideologia, Marx e Engels utilizaram a noção de **infraestrutura** para se referir à produção material de uma sociedade e a de **superestrutura** para se referir à camada constituída da política, das leis, da cultura, etc.

A maior parte da produção de Bourdieu pode ser resumida como um empenho em detalhar as relações entre essas esferas para mostrar como elas se interconectam de modo bastante complexo. Para realizar esse empenho, o sociólogo lançou mão dos conceitos de capital cultural e distinção social, cultura erudita e cultura popular, todos estes profundamente impactados pela cultura do consumo aprofundada pela globalização. Esses conceitos foram desenvolvidos com base em um conceito central do marxismo, o de **capital**, e podem ser entendidos da seguinte maneira:

- **capital econômico:** imóveis, salário e renda;
- **capital cultural:** saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas;
- **capital social:** relações sociais;
- **capital simbólico:** prestígio, honra.

Para Bourdieu, os privilégios (ou a falta deles) de um indivíduo ou grupo social são determinados pelos tipos de capital que esse grupo ou indivíduo detém ao longo de sua trajetória social.

A classificação evidencia que o *status* social dos indivíduos não está associado apenas ao capital econômico. A posse desse conjunto de capitais é que confere ao indivíduo a **distinção social**, o que lhe garante reconhecimento como membro da classe dominante.

Bourdieu tem diversos livros dedicados ao assunto, sendo o mais conhecido *A distinção social: crítica social do julgamento*, de 1979. Nele, o autor menciona diversos dados empíricos para evidenciar como a distinção entre

os grupos opera por meio de gostos compartilhados e reproduzidos, herdados da família e validados pelas principais instituições culturais, como escolas, museus e espaços formativos.

Por fim, é importante destacar que esse mecanismo de classificação e hierarquização dos indivíduos está fundamentado na distinção entre **cultura erudita**, mais associada à tradição escolar e que representa os saberes institucionalizados pelas elites, e **cultura popular**, que, muitas vezes, é colocada em oposição à cultura erudita e se conecta com os saberes das classes populares, não reconhecidos pelas instituições dominantes.

Essa separação é exemplificada pela existência de espaços majoritariamente frequentados pelas elites, como museus. Mesmo que muitas vezes a entrada seja gratuita, os museus configuram-se como um espaço excludente. As regras implícitas estabelecidas nesses ambientes não são dominadas por todos, tanto em relação a padrões de comportamento e vestimenta como em relação ao conhecimento necessário para apreciar uma obra de arte.

Uma das instituições mais importantes para a reprodução dessa lógica é a escola, que, em geral, valoriza apenas o conhecimento formal. Assim, os estudantes que já tinham familiaridade com esse tipo de conhecimento antes de chegar à escola (justamente por pertencerem às elites e terem acesso a livros, teatro, viagens, etc.) acabam favorecidos no processo de aprendizagem e têm mais chances de frequentar universidades e outros espaços de conhecimento que funcionam com base nessa lógica meritocrática.

INTERAÇÃO

1. Bourdieu relaciona os privilégios de uma pessoa aos capitais a que ela tem acesso. Como você compreende essa associação?
2. O sucesso pessoal e profissional não é determinado pelo esforço individual. Considerando as ideias de Bourdieu, você concorda com essa afirmação? Explique.



Apresentação da Orquestra Sinfônica Brasileira no Teatro Municipal do Rio de Janeiro (RJ). Eventos como esse são considerados pertencentes à cultura erudita. Foto de 2024.

A INDÚSTRIA CULTURAL

Você viu anteriormente como os diversos povos influenciam e são influenciados por aspectos culturais e como a produção industrial altera essa dinâmica e as relações nela envolvidas, em escala tanto local como global. No mundo industrializado, o objeto a ser produzido passa a ser qualquer um que atenda às necessidades humanas, que podem ser físicas ou psicológicas. Nesse sentido, camisetas e literatura, alimentos e peças teatrais, eletrodomésticos e cartilhas educacionais, por exemplo, passam a ser produzidos em grande escala com o desenvolvimento capitalista.

Para analisar com mais detalhes esse processo de industrialização e suas consequências para o campo da cultura, podemos recorrer a Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973) e Walter Benjamin (1892-1940), três pensadores alemães que trabalharam juntos no Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, que ficou conhecido como Escola de Frankfurt. Esse instituto, fundado em 1924 e de certo modo ativo até hoje, agregava também outros estudiosos, que tinham em comum a pesquisa sobre cultura com base nos conhecimentos organizados por Marx, Engels e seus continuadores.

Na obra *Dialética do esclarecimento*, escrita em 1947, Adorno e Horkheimer propõem o termo **indústria cultural** para se contrapor ao conceito de cultura de massa, que, segundo os autores, favoreceria os donos dos **meios de comunicação de massa** (rádio, televisão e grandes jornais). De acordo com os autores, a ideia de cultura de massa poderia levar a acreditar que uma nova cultura estava sendo produzida pelas massas, quando na verdade ela é produzida pela elite econômica.

Esse diagnóstico faz com que os autores problematizem a função da obra de arte no mundo industrializado. Em vez de libertar e despertar o senso crítico, a cultura produzida pela indústria cultural acaba dificultando e impedindo que os indivíduos se desenvolvam de forma independente e autônoma, prejudicando a capacidade crítica e de tomada de decisão consciente.

Seja em relação ao conteúdo produzido, seja em relação aos diversos anúncios comerciais que sustentavam essa produção, os autores consideram que a indústria cultural transformou, inclusive, a diversão e o lazer em um novo turno do trabalho, embora disfarçado, já que o espectador, mesmo em suas horas livres, deixa de ser senhor de seu tempo e é submetido ao que assiste.

Adorno e Horkheimer concluem que, quando a arte é produzida em série, tendo como objetivo a homogeneização da produção, por meio da repetição exaustiva das fórmulas que fizeram sucesso, como piadas ou frases de efeito, essas técnicas de reprodução apagam a diferença entre arte e sistema social e dificultam a **emancipação** do indivíduo. Assim, as técnicas de reprodução passam a exercer poder sobre a sociedade, já que elas são arquitetadas pelas elites econômicas. Esse raciocínio faz com que os autores considerem que não é possível atribuir o nome “arte” a essas produções industrializadas, que podem ser chamadas de bens ou produtos culturais.



A produção cultural em série dificulta o desenvolvimento do senso crítico e a capacidade dos indivíduos de julgar as informações. Tira de Alexandre Beck, publicada em *Armandinho Treze*, Florianópolis: Edição do autor, 2019, p. 11.

Arte e a reprodução em massa

Walter Benjamin pensava de um modo menos fatalista a questão da técnica. *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*, de 1936, é um de seus textos mais conhecidos sobre o assunto. De acordo com Benjamin, o problema não estaria necessariamente na característica de reprodutibilidade da obra, possibilitada pela industrialização. Segundo o autor, as técnicas de reprodutibilidade resignificaram o que se entende por arte, pois possibilitaram remover a “**aura**” da obra, sem que se perdesse a relação ativa entre produtor e consumidor. Desse modo, Benjamin reconhece uma potência na possibilidade de reprodução das obras de arte, pois a quebra da exclusividade de uma obra a torna acessível a grandes públicos, incluindo os trabalhadores.

O autor também investigou a transformação dos espaços públicos em função das novas necessidades dos comerciantes de mercadorias, analisando como esses novos espaços transformaram até mesmo o conceito de diversão das pessoas. Em Paris, França, no século XIX, a criação de galerias comerciais, com as mercadorias expostas em vitrines, convidava os burgueses a caminhar pelas lojas e seus arredores, e o ato de compra foi progressivamente transformado em passeio.

O cinema também foi estudado por Benjamin, já que contribuiu para produzir uma nova sociabilidade, que se desdobrava de modos diferentes em cada contexto: ao mesmo tempo em que as animações e os musicais focavam o entretenimento nos Estados Unidos, o expressionismo, o

surrealismo e as vanguardas contestavam a destruição provocada pela guerra na França e na Alemanha, e na União Soviética se experimentavam inovações técnicas para aprimorar um cinema feito pelo povo e para o povo.

No entanto, em um contexto marcado pela ascensão do nazismo na Alemanha, Benjamin chama a atenção para uma questão fundamental: o acesso à arte reprodutível sem que os meios de produção também sejam popularizados faz com que, na prática, a cultura entre na lógica dos demais produtos industrializados. Assim, o poder econômico centraliza a produção, e, aos trabalhadores, cabe apenas consumir. A apropriação popular do processo da industrialização cultural seria possível apenas por meio da socialização dos meios de produção desses bens, que possibilitaria a expressão dos interesses dos trabalhadores.

aura: no contexto utilizado por Benjamin, refere-se à unicidade e à autenticidade de uma obra de arte, à sua existência única.

INTERAÇÃO

1. Observe a imagem abaixo. Por que o artista utilizou os rótulos de um produto em sua obra? Você considera essa peça uma obra de arte?
2. Como essa obra pode ser associada ao debate sobre a indústria cultural?



Obra do artista Andy Warhol realizada em 1962, intitulada *Latas de sopa Campbell*. Tinta de polímero sintético. Cada um dos quadros representa uma das variedades que essa fábrica de sopas oferecia.

GLOBALIZAÇÃO E CONSUMO

Durante a segunda metade do século XX, ocorreu uma série de transformações nos campos da robótica, da informática, da genética e das telecomunicações. Em geral, essas transformações foram impulsionadas com o objetivo de otimizar a troca de informações, facilitar o deslocamento de pessoas e mercadorias e produzir com maior eficiência. Elas foram intensificadas após a década de 1980, o que viabilizou o aumento do número de empresas multinacionais e impactou profundamente as relações sociais em âmbito mundial.

Assim, o capitalismo entrou em uma nova fase, impulsionado pela desregulamentação financeira e pelas relações de trabalho do **neoliberalismo**. Esse período foi marcado pela desvalorização da mão de obra, pelo aprofundamento das desigualdades sociais e pela exploração ambiental sem precedentes.

Conforme você estudou neste capítulo, a ideologia molda os padrões culturais dominantes, que correspondem aos interesses dos grupos econômicos hegemônicos, enquanto a indústria cultural reproduz esses padrões nos meios de comunicação de massa e na produção em série de bens culturais. Esse processo foi intensificado pela globalização, devido ao desenvolvimento de novas tecnologias de transporte e comunicação.

Uma das possíveis consequências desse fenômeno é a **homogeneização cultural**, que é perceptível nas produções da indústria do entretenimento realizadas nos Estados Unidos, por exemplo. Elas contribuem para a difusão global da cultura estadunidense, ao passo que as culturas locais não têm o mesmo espaço para divulgar suas narrativas nos meios de comunicação de massa.

Além disso, muitas vezes a reprodução da narrativa hegemônica na mídia tem influência no **consumismo**, tendo em vista que é pautada nas demandas do neoliberalismo. A propaganda e a disseminação de um estilo de vida baseado no consumo contribuem para agravar as desigualdades sociais e os impactos ambientais.

Tendo isso em vista, o geógrafo Milton Santos (1926-2001) propõe uma análise crítica do processo de globalização, chamando a atenção para o embate entre o global e o local. Para ele, a noção de aldeia global, geralmente vinculada à globalização, é um mito, já que o encurtamento das distâncias se relaciona ao agravamento das desigualdades locais.

AÇÃO E CIDADANIA

Neoliberalismo

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação de capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008. p. 27.

1. Como ideologia e neoliberalismo se relacionam?
2. Pesquise com os colegas definições sobre o neoliberalismo de outros autores das Ciências Humanas. Comparem essas definições com os aspectos apresentados por David Harvey e listem os elementos que têm em comum.
3. Ainda em grupo, pesquisem algumas consequências práticas da adoção de políticas neoliberais no Brasil e os argumentos contrários apresentados por pesquisadores que se opõem ao neoliberalismo.

Produção deslocalizada: mecanismos e impactos

A globalização envolve intensas transformações culturais e sociais e, por isso, além de despertar o interesse da Sociologia e da Antropologia, é um objeto de estudo da Geografia, que busca elucidar a expansão geográfica do capital.

O geógrafo britânico David Harvey (1935-) enfatiza que esse processo é caracterizado pela construção de complexas infraestruturas físicas para facilitar a circulação e a produção, que se tornam **deslocalizadas**, ou seja, realizadas de maneira fragmentada. Assim, o *design* de uma blusa pode ser elaborado por trabalhadores de um país; a matéria-prima pode ser extraída de um segundo país e enviada para uma empresa localizada em um terceiro país que ofereça salários baixos para os funcionários processarem essa matéria-prima; a etapa da costura e das finalizações pode envolver um quarto país; e, ainda, o produto final pode ser comercializado no mundo inteiro. Muitas mercadorias têm seus preços reduzidos ao custo da desvalorização dos salários, e os produtos locais acabam perdendo terreno devido à concorrência desleal. Nesse contexto, empresas multinacionais se multiplicam e empresas menores entram em falência, favorecendo a concentração de capital nas mãos de poucas pessoas.

Além das consequências econômicas, é importante considerar as consequências culturais desse fenômeno. Um exemplo é a indústria têxtil, que, ao introduzir a produção de tecidos em grande escala, acaba por minar a produção tradicional, que tem grande importância para a identidade cultural de muitos povos.

A urbanização e a hiperurbanização também são consequências da globalização. No campo, as terras cultiváveis têm sido apropriadas pelo agronegócio, que é beneficiado pela diminuição dos custos de transporte e de mão de obra. Os trabalhadores são substituídos por máquinas devido ao emprego de alta tecnologia, o que gera a expulsão da população rural de seus territórios. Além disso, em busca de novos investimentos diretos, os Estados têm concedido incentivos fiscais a **empresas multinacionais** ou **transnacionais**, facilitando a circulação do capital financeiro.

Também é importante mencionar os impactos socioambientais dessa produção: muitos países têm flexibilizado as legislações trabalhistas e ambientais para estimular a instalação de multinacionais e transnacionais. Esses incentivos possibilitam às empresas reduzir o custo de produção ao máximo e vender seus produtos a preços baixos. A redução dos preços, aliada à má qualidade das mercadorias e ao estímulo ao consumo, faz com que as pessoas comprem em excesso, intensificando ainda mais os impactos socioambientais.



Imago/Alamy/Fotorena

Muitas multinacionais espalham unidades enxutas e automatizadas pelo mundo, assim como unidades de produção científico-tecnológica. Com isso, criam a própria rede global. Na foto, linha de montagem de carros em Changchun, China, em 2023.

multinacional: empresa que opera em vários países, mantendo, no entanto, uma gestão centralizada no país-sede.

transnacional: empresa que atua de forma descentralizada, distribuindo as operações em diversos países, de acordo com a infraestrutura, as características de mão de obra e os custos de operação.

REFLEXÃO

Padrões de consumo

A globalização mudou as lógicas do consumo em todo o planeta. Um exemplo disso são as redes de *fast-food*. Essas empresas oferecem refeições a preços relativamente baixos e participam de uma lógica que muitos acham perversa. Como consequência da inserção massiva dessas redes em diversos países, muitas vezes as pessoas deixam de consumir alimentos *in natura*, mais saudáveis e com importância cultural. Essas mudanças na alimentação são muito prejudiciais para a saúde das pessoas e para o ambiente.

Contudo, é importante lembrar que as mudanças culturais e os padrões de consumo originados pela globalização não são absolutos. Existem alternativas que questionam essa lógica e propõem práticas sustentáveis, como o *slow fashion*, que se opõe à produção massificada de roupas.

1. Quais são as consequências socioambientais do consumo exacerbado? Justifique.
2. Pesquise exemplos de práticas que subvertem a lógica atual do padrão de consumo. Em seguida, compartilhe os exemplos pesquisados com os colegas. Juntos, encontrem semelhanças e diferenças entre as práticas pesquisadas. Quais poderiam ser aplicadas em sua comunidade escolar?

REFLEXÃO

Consumo e espaço público

A construção de um novo modo de se divertir com base nas necessidades da venda de mercadorias distingue-se da noção anterior de diversão, relacionada, sobretudo, às festas populares de rua, que o poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867) definia como um “armistício firmado com as forças maléficas da vida”. Baudelaire considerava as festas populares um momento de esquecimento dos problemas cotidianos dos cidadãos relacionados à fome, à dor e ao trabalho.

1. Interprete a afirmação de Baudelaire à luz das mudanças dos usos dos espaços públicos.
2. Pense em aspectos positivos e negativos dessas mudanças. Como elas estão presentes nos dias atuais?
3. Em grupos, pensem em atividades realizadas em espaços públicos no lugar onde vocês vivem. Como os jovens utilizam esses espaços?

Propaganda, consumo e sociabilidade

As propagandas desempenham papel primordial no estímulo ao consumismo. Os anúncios publicitários vinculam as mercadorias a ideais de sucesso e felicidade, o que favorece o consumo de produtos de que as pessoas não necessariamente precisam.

Nos últimos anos, a publicidade pela internet tem ganhado cada vez mais espaço. Por meio dos algoritmos dos *sites* de compra e das redes sociais, muitas empresas têm acesso aos hábitos de consumo dos indivíduos e direcionam seus anúncios com base nesses dados. Além disso, influenciadores digitais frequentemente são patrocinados para criar conteúdos específicos, voltados para a divulgação de determinado produto e serviço. Uma questão que suscita debate atualmente é que nem sempre é evidente que um conteúdo é patrocinado ou configura propaganda, o que pode contribuir para que as pessoas consumam sem refletir sobre isso.

Além disso, há a **obsolescência programada**, que é um mecanismo para incentivar o consumo de produtos tecnológicos e consiste em fabricar produtos que, após um curto período de tempo, perdem sua utilidade. Pense nos objetos do dia a dia: É possível usar o mesmo celular ou o mesmo computador pelo resto de sua vida? Quais fatores impedem o uso vitalício? Esses fatores colaboram para que as pessoas sejam obrigadas a trocar seus bens e, assim, amplificam o consumo.

O consumo em excesso provoca sérias consequências socioambientais. A produção e o descarte de mercadorias geram a poluição do ar, das águas e dos solos, o que pode implicar esgotamento dos recursos naturais e redução da biodiversidade. Além disso, o consumismo contribui para agravar as desigualdades sociais, uma vez que as pessoas não têm o mesmo acesso às mercadorias.

Um exemplo de crítica a essa lógica são os “rolezinhos”, encontros marcados por meio das redes sociais e que chegam a reunir centenas de jovens em um mesmo ponto da cidade, principalmente em *shopping centers*. Esses eventos promovem a ocupação de jovens em espaços onde muitas vezes sofrem discriminação por não fazerem parte de grupos sociais privilegiados. Trata-se de uma espécie de insubordinação por parte dos jovens menos favorecidos à generalização do modo de vida capitalista.

Como já visto, a disseminação dos *shopping centers* e as mudanças nos usos dos espaços públicos contribuíram para a homogeneização e a padronização dos mais diversos campos da sociabilidade, incluindo até mesmo aqueles que, a princípio, não estão relacionados ao mundo da produção, como o lazer e o descanso.



Jovens em “rolezinho” no Shopping Metrô Itaquera, em São Paulo (SP). O primeiro evento desse tipo aconteceu no final de 2013, na cidade de São Paulo, e, desde então, essa forma de manifestação e ocupação do espaço tem se disseminado. Foto de 2014.

Fernando Nascimento/Fotoarena

A indústria cultural na era da produção digital

Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, a partir da década de 1990, a discussão sobre a indústria cultural ganhou novas camadas. A pesquisadora Bruna Della Torre, em entrevista, levanta algumas questões importantes sobre isso.

Até hoje pensamos que a Indústria cultural é um descanso do tempo de trabalho. Mas Adorno se opõe a essa visão. Ele mostra que, por um lado, trata-se de um descanso, por outro, a própria lógica de trabalho é estendida para a Indústria cultural. Ela é tão repetitiva e alienante quanto o trabalho fordista e o capitalismo.

Portanto, o trabalho e o lazer são dois lados de uma mesma sociedade. Atualmente, com o **capitalismo de plataforma**, eles se fundiram completamente. Nós viramos apêndices dos *smartphones*, assim como os trabalhadores do século XIX eram apêndices das máquinas. [...] Estamos com os *smartphones* o tempo todo e é difícil diferenciar o trabalho do lazer. Isso fica claro quando alguém utiliza seu perfil no Facebook ou Instagram para provar ser uma pessoa empregável. As redes tornaram todos especialistas em propaganda e *marketing* de si mesmos. [...]

[...]

A Indústria cultural digital (essa nova modalidade do fenômeno sob o capitalismo de plataforma e que compreende as redes sociais e a internet) abarca tanto o trabalho quanto o lazer. [...] A cultura passa a ser central na reprodução do capitalismo.

O capitalismo de plataforma cumpre muito bem essa vocação reprodutiva da Indústria cultural. Ele está na nossa vida da hora de acordar até a de dormir – se antes, a gente ligava a televisão, ouvia o rádio quando chegava em casa, hoje estamos o tempo todo expostas a ela, temos relógios que medem tudo. Esses aparelhos coletam todos os seus dados e abarcam até mesmo o sono [...]. Para além disso, o capitalismo de plataforma também realiza o caráter de monopólio da Indústria cultural: todas as principais plataformas de comunicação e interação social – como o Instagram, o TikTok, a Meta, o WhatsApp, etc. – são monopólios, oligopólios ou semimonopólios. [...] O modo como interagimos é ditado pela plataforma, ainda que sejamos nós mesmos [que] apareçamos como “produtores do conteúdo”. [...]

DELLA TORRE, Bruna. Indústria cultural por Bruna Della Torre. Instituto Roberto Bobbio, São Paulo, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://inb.org.br/industria-cultural-por-bruna-della-torre/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

A indústria cultural se organiza como um sistema que inclui uma série de elementos (cinema, revista, televisão, romance, moda, decoração) e está voltado à reprodução da sociedade. Portanto, se antes a sociedade era eminentemente industrial, hoje ela apresenta características distintas, e é preciso considerar essas transformações sociais na análise da indústria cultural digital.



Maurício Simonetti/Pulsar Imagens

Apresentações, *shows* e exposições são registrados e transmitidos *on-line* pelo público. Na foto, de 2023, pessoas registram apresentação artística no município de São Paulo.



Creative Touch Imaging Ltd./NurPhoto/Getty Images

Muitas atividades profissionais apoiam-se no uso do *smartphone*. Na foto, de 2024, profissional de entrega de alimentos verifica GPS no celular, em Ontário, Canadá.



Ricardo Teles/Pulsar Imagens

Os rituais religiosos também incorporaram o uso de *smartphones*. Na foto, de 2024, fiéis fazem oferenda a Iemanjá, na Praia de Itapena, em Santo Amaro (BA).

capitalismo de plataforma: caracteriza os processos liderados por plataformas tecnológicas e comunicacionais – de entrega, transporte e trabalho digital – que lucram pela mediação entre serviços e consumidores (indivíduos e instituições).

1 Leia o texto a seguir.

[...] Considerando a importância do efeito de sobrevivência do modo de aquisição, os mesmos diplomas podem garantir relações bastante diferentes com a cultura – cujo grau, todavia, será cada vez menor à medida que se sobe na hierarquia escolar e que aumenta o valor reconhecido pela escola às maneiras de usar o saber em relação ao valor atribuído ao saber. Se o mesmo volume de capital escolar, como capital cultural garantido, pode corresponder a volumes diferentes de capital cultural socialmente rentável é porque, em primeiro lugar, a instituição escolar, que, tendo o monopólio da certificação, administra a conversão do capital cultural herdado em capital escolar, não tem o monopólio da produção do capital cultural: ela atribui, quase completamente, sua sanção ao capital herdado (efeito de conversão desigual do capital cultural herdado) porque, segundo os momentos e, no mesmo momento, segundo os níveis e os setores, sua exigência reduz-se, quase completamente, ao que trazem os “herdeiros” e porque reconhece maior ou menor valor a outras espécies de capital incorporado e a outras disposições – tais como a docilidade em relação à própria instituição.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 78.

Explique, no caderno, qual é o fundamento da crítica de Pierre Bourdieu à instituição escolar. Para isso, mobilize os tipos de capital categorizados pelo autor e suas reflexões sobre desigualdade.

2 Analise a tira a seguir.



Tira de André Dahmer. *Quadrinhos dos Anos 10*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 8.

Analise, no caderno, a tira considerando o que você aprendeu sobre o conceito de ideologia e o processo de globalização.

3 (Uece)

Numere, corretamente, os conceitos apresentados a seguir, de acordo com a indicação:

1. ideologia; 2. modernidade; 3. movimento social; 4. globalização.

- () Expressão da organização da sociedade civil, formada por ações coletivas, onde os indivíduos têm como objetivo alcançar mudanças sociais mediante ações e debates políticos em um determinado contexto na sociedade.
- () Conjunto de proposições elaborado, na sociedade burguesa, com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o interesse coletivo, construindo uma hegemonia daquela classe.
- () Processo de integração social, econômica e cultural entre as diferentes regiões do planeta. Remete à atual conjuntura do sistema capitalista e sua consolidação no mundo.
- () Período influenciado pelo Iluminismo, em que o homem passa a se reconhecer como um ser autônomo, autossuficiente e universal, e a se mover pela crença de que, por meio da razão, se pode atuar sobre a natureza e a sociedade.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) 2, 3, 4, 1. b) 3, 1, 4, 2. c) 4, 2, 3, 1. d) 4, 2, 1, 3.

4 (Enem)

A dublagem é o novo campo a ser explorado pela inteligência artificial, e há empresas dedicadas a fazer com que as vozes originais de atores sejam transpostas para outros idiomas. A novidade reforça a tendência da automação de postos de trabalho nas mais diversas áreas. Tem potencial para facilitar a vida de estúdios e produtoras e, ao mesmo tempo, tornar mais escassas as oportunidades para dubladores e atores que trabalham com isso.

GAGLIONI, C. Disponível em: www.nexojournal.com.br. Acesso em: 25 out. 2021.

A consequência da mudança tecnológica apresentada no texto é a

- proteção da economia nacional.
- valorização da cultura tradicional.
- diminuição da formação acadêmica.
- estagnação da manifestação artística.
- ampliação do desemprego estrutural.

5 (Unesp)

Leia as manchetes.

Com o premiado filme “Parasita”, Coreia do Sul espalha seu “soft power” pelo mundo

(<https://tab.uol.com.br>, 07.11.2019. Adaptado.)

Da banda de música pop “BTS” ao filme “Parasita”, entenda como a Coreia do Sul aplica o “soft power”

(www.poder360.com.br, 05.04.2022. Adaptado.)

Da série “Round 6” ao estilo musical “K-pop”, cultura sul-coreana é novo vetor do “soft power” de Seul

(www.rfi.fr/br, 14.10.2021. Adaptado.)

O “soft power” citado nas manchetes corresponde

- à alienação de consumidores quanto à origem de seus produtos, ou seja, ao desconhecimento sobre a atual divisão internacional do trabalho.
- ao domínio do mercado pelo uso da coerção, ou seja, à construção de uma relação de dependência dos mercados em relação ao mundo oriental.
- à busca de uma hegemonia por consenso, ou seja, à utilização da indústria cultural para se fazer presente em diversos países.
- à estratégia de combate à xenofobia nos países ocidentais, ou seja, ao fortalecimento da democratização do consumo de produtos culturais em escala supranacional.
- ao redesenho da hierarquia político-econômica, ou seja, ao retorno à velha ordem mundial pausada pelo consumo cultural.

6 (Enem)

Hoje, a indústria cultural assumiu a herança civilizatória da democracia de pioneiros e empresários, que tampouco desenvolvera uma fineza de sentido para os desvios espirituais. Todos são livres para dançar e para se divertir, do mesmo modo que, desde a neutralização histórica da religião, são livres para entrar em qualquer uma das inúmeras seitas. Mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

A liberdade de escolha na civilização ocidental, de acordo com a análise do texto, é um(a)

- legado social.
- patrimônio político.
- produto da moralidade.
- conquista da humanidade.
- ilusão da contemporaneidade.

7 (UFU)

A fim de ampliarem sua influência, as associações cívicas e os movimentos sociais devem procurar atingir diferentes agendas: a dos meios de comunicação, a dos partidos políticos e a dos corpos parlamentares e administrativos. Através dos *media*, as questões e causas de atores cívicos podem alcançar uma audiência muito mais ampla do que seria possível por meio de ações diretas. Os *media* contribuem para inserir temas na agenda pública, para configurar a percepção que os cidadãos têm das questões-chave da política e, também, para construir o senso que as autoridades políticas formam sobre a reação dos cidadãos.

MAIA, Rousiley C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 87-118, 2009. (Fragmento).

Ao descrever a necessidade do uso das mídias de massa pelos atores que formam a sociedade civil, revela-se como, na democracia participativa, os diferentes atores da sociedade civil

- utilizam-se da mídia para enfraquecer a capacidade de representação dos partidos políticos e os poderes do Estado.
- procuram controlar a mídia para conquistar a opinião pública e obter o fim da interferência estatal no espaço público.
- visam se mobilizar, por meio do uso das mídias sociais, para definir a posição da burguesia na esfera pública.
- podem influenciar as pautas políticas pelos meios de comunicação, mesmo sem controlar o Estado.

OS PRODUTOS CULTURAIS NA ERA DIGITAL: MODELOS, ALGORITMOS E CONSUMO

Você conhece o uso de algoritmos na criação e na divulgação de produtos culturais? Em 2016, quando a série *Stranger Things* foi lançada, falou-se muito sobre isso. A série foi criada com base em um modelo matemático que estipulava, de acordo com a análise do comportamento de consumo do público, quais componentes deveriam estar presentes no enredo para aumentar a chance de sucesso. Desde a ambientação na década de 1980, passando pela trilha sonora, pelo gênero e pelos atores que viveram os protagonistas, tudo teria sido, segundo os especialistas, orientado pelo algoritmo.

O uso desse tipo de ferramenta afeta o desenvolvimento e a distribuição de produtos de entretenimento e amplia o debate sobre a indústria cultural digital tanto no que se refere às condições de trabalho dos produtores quanto ao impacto sobre a autonomia no processo de escolha dos consumidores. Sobre isso, leia o texto a seguir.



A indústria cultural é um sistema que orienta os comportamentos por diferentes meios. Na foto, de 2017, ano seguinte ao do lançamento da série, loja em Londres, Reino Unido, comercializa produtos com a marca *Stranger Things*.

Matthew Chatfield/Alamy/Fotorena

A algoritmização é um fenômeno da economia digital e traz consigo a reconfiguração das relações sociais em que se estrutura como pilar garantidor de lucros expressivos para empresas e de vigilância de usuários na internet. [...]

Não é raro encontrar um assinante de plataformas de *streaming* no Brasil. De acordo com a Hibou, 71% assinam ou já assinaram alguma plataforma, o que coloca o país como um dos maiores consumidores no mundo. Seja para assistir filmes ou ouvir música, o uso dessas plataformas está bem consolidado entre os brasileiros.

Em tese, as escolhas dos conteúdos são dos usuários que os irão consumir. Na realidade, há um conjunto de algoritmos que podem influenciar as escolhas ou, até mesmo, definir os conteúdos a serem assistidos ou ouvidos. [...]

[...]

É necessário compreender que as atuais tecnologias foram criadas para serem capazes de vigiar e controlar indivíduos, seja para trabalho ou para consumo, extraíndo, catalogando e processando dados de seus usuários. De acordo com Shoshana Zuboff, essa constante vigilância permite a criação de uma sociedade instrumentária em que tecnologias atuem como “olhos de Deus” capazes de renderizar, medir e computar comportamentos

sociais. Ou seja, os algoritmos, a partir do uso de Inteligência Artificial, têm o objetivo de controle de indivíduos visando um consumo constante de conteúdos nas plataformas em que atuam.

[...] As tecnologias são projetadas para transformar nossas experiências em dados para que sejam passíveis de serem armazenadas e catalogadas, servindo de contribuição contínua de suprimento de matéria-prima para esse capitalismo de vigilância.

A partir dessa vigilância, as plataformas podem entregar ofertas para serem consumidas. Aquilo que a Inteligência Artificial elaborou como “de interesse do usuário” pode ser, na verdade, um produto mais lucrativo para a empresa. Logo, as produções culturais podem ser orientadas para um consumo de acordo com a sua capacidade lucrativa, desprezando artistas independentes ou “pequenos”.

Esse cenário cria uma desigualdade nas plataformas, que remuneram artistas a partir dos *views* (número de vezes que um vídeo, filme ou série são exibidos). Se a remuneração é fixa, independente do artista, aqueles que estão vinculados aos grandes estúdios terão ganhos bem maiores que os independentes. [...]

[...]

Observa-se, então, que a algoritmização tem a capacidade de produzir, distribuir e gerenciar conteúdos culturais, impactando o ofício de diversos trabalhadores. Ainda, afeta a capacidade de escolha daqueles que consomem arte[,] pois há uma orientação ou indicação de alguma produção artística feita a partir de algoritmos.

É necessário compreender, ainda, que os algoritmos não trabalham de forma isolada em seus sistemas. Eles são criados para que possam se conectar com outros algoritmos e plataformas, criando redes integradas de comunicação. [...]

[...]

Assim, não basta talento para o artista, é preciso que ele esteja em um ambiente algoritmizado para que sua arte seja consumida. Sua arte precisará ser “rankeada” para que ele apareça para seus públicos de interesse. [...] Assim, os profissionais de comunicação “entregam” ao algoritmo os dados necessários para que sejam vistos nas ferramentas de busca. [...]

[...]

Os artistas independentes ou periféricos sempre serão os maiores perdedores. Com menos disponibilidade de financiamento, esses trabalhadores estarão sem prioridade nas plataformas. Além disso, os algoritmos podem refletir preconceitos como racismo, machismo e homofobia e dar preferência aos artistas que são homens brancos.

[...]

É um erro afirmar que as novas tecnologias são ruins e devem ser erradicadas de nosso convívio. O problema não está na sua estrutura e sim no seu uso. [...] [O] seu uso atual é apenas para maximização de lucros, precarização de trabalho, fim da privacidade e estruturação de relações de poder.

[...]

Portanto, é necessário e urgente a regulação e regulamentação dos algoritmos em todas as plataformas e em qualquer segmento econômico, social e cultural. O atual cenário é de recrudescimento da desigualdade, precarização do trabalho e reconfiguração da privacidade. A arte criada a partir de uma Inteligência Artificial é oca e sem vida, pois não há subjetividade no algoritmo. Assim, nenhuma IA pode ser vista como uma artista[,] pois a arte é uma atividade inerente ao ser humano.

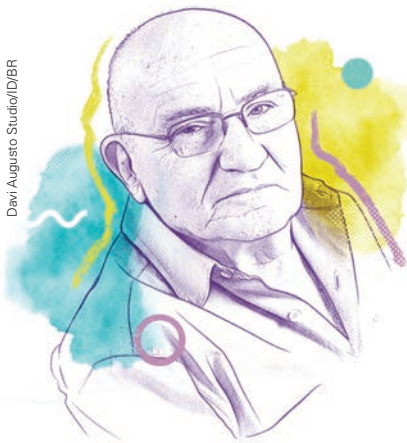
SALLES, Herbert. O uso da algoritmização em produções culturais. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 19 set. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/algoritmizacao-producoes-culturais/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

- 1** No texto, o autor utiliza um termo novo: **algoritmização**. Como você definiria e explicaria esse termo? Escreva sua definição no caderno.
- 2** Em seu cotidiano, você faz uso de redes sociais ou de plataformas digitais que sugerem a você conteúdos (músicas, filmes, séries, vídeos, canais)? Se sim, quais? Como você pôde constatar isso?
- 3** Considerando os impactos em longo prazo da algoritmização destacados pelo autor, qual é a sua opinião a respeito do tema?
- 4** Mesmo que tenha utilizado algoritmos em sua concepção, a série *Stranger Things* foi desenvolvida por roteiristas, não sendo produto direto da inteligência artificial. Em sua opinião, essa tendência se manterá no futuro? Compartilhe seu ponto de vista com os colegas.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

GABRIEL COHN

Davi Augusto Studios/DBR



Neste capítulo, avançamos pelas ideias de ideologia e indústria cultural para compreendermos de maneira crítica a produção e o consumo de bens culturais. Ao longo do tempo, nosso desenvolvimento passou pela criação de indústrias, pela conectividade em escala global e pela produção, consumo e comunicação de massa. Mas como fica a cultura e os diferentes interesses sociais nesse contexto? No Brasil, o estudioso Gabriel Cohn (1938-) se preocupa em tratar de tais questões e nos ajuda a pensar sobre cultura e comunicação em nossa organização social.

PERFIL

Gabriel Cohn nasceu em 1938 em uma família de imigrantes alemães judeus e passou sua infância no vale do Paraíba paulista. Graduado em Ciências Sociais e com mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), tornou-se livre docente na mesma universidade, onde também atuou como professor de 1964 a 2008, quando se aposentou. Com significativa contribuição teórica, principalmente a respeito da teoria do pensador Max Weber, atuou tanto na Sociologia quanto na Ciência Política.

OBRAS-CHAVE

- *Theodor W. Adorno* - Coleção Grandes Cientistas Sociais (1986)
- *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber* (1979)
- *Sociologia: para ler os clássicos* (1977)
- *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia* (1973)
- *Comunicação e indústria cultural* (1971)

EM LEITURA

Cohn consolida-se como importante sociólogo brasileiro pelo pioneirismo na Sociologia da Comunicação com base na leitura das obras de Theodor Adorno e de Max Weber, pensador que teve grande parte de sua obra traduzida no Brasil por Gabriel Cohn. Como sociólogo da comunicação, baseou-se principalmente nas teses desenvolvidas pela Escola de Frankfurt em meados do século XX, com especial centralidade para o conceito de indústria cultural, que ele define como algo muito mais denso do que a ideia de uma “cultura industrializada”. Então, como entender a indústria cultural?

Para Cohn, a definição mais ampla do conceito de indústria cultural repercute a compreensão inicial sobre a crítica ao conceito de cultura de massa, em meados do século XX. Para ele, enquanto cultura de massa dá a entender que as massas produzem cultura, a noção de indústria cultural coloca ênfase na organização produtiva, ou seja, focaliza a forma como o modo de produzir cultura se relaciona com os interesses de consumo das massas. Dessa forma, saímos da condição de produtores de itens culturais para a de consumidores. Nas palavras do autor:

[...] [O] conceito de indústria cultural é inseparável de uma teoria crítica da produção e do consumo de cultura, na qual o polo dominante é o da produção. A expressão mais direta disso consiste na concepção da indústria cultural como o conjunto dos diversos meios de produção e difusão de material simbólico na sociedade, articulados por grandes conglomerados empresariais, que ocupam o seu centro. [...] [Dessa] convergência de duas dimensões da vida social que o pensamento convencional sempre insistiu em manter separadas – cultura e indústria – resulta algo muito peculiar e desconcertante, que o conceito de indústria cultural tenta captar. É que essa junção constitui uma unidade tensa dessas duas dimensões [...] que nenhum desses dois polos se realiza plenamente no processo.

COHN, Gabriel. Indústria cultural como conceito multidimensional. In: BACCEGA, Maria Aparecida (org.). *Comunicação e culturas do consumo*. São Paulo: Atlas, 2008.



KGPA Ltd/Alamy/Fotostema

Na foto, fábrica de bicicletas em Coventry, Inglaterra, em 1909. Gabriel Cohn propôs uma abordagem crítica sobre a produção e a difusão de bens culturais, considerando o contexto industrial de parte do século XX até o XXI.

Gabriel Cohn analisa a força dominante do polo produtivo sobre as massas, concluindo que a cultura perde a autonomia para o modelo empresarial. Apesar disso, ao destacar que a produção também não se realiza plenamente, reconhece certa resistência cultural das massas, o que acaba influenciando o modo de produção, em um movimento de diálogo ou dialético.

PARA CONCLUIR

- 1** Com base na visão crítica apresentada por Gabriel Cohn do conceito de indústria cultural, faça o que se pede a seguir.
 - a) No caderno, liste três bens culturais que você consumiu no último mês. Pode considerar filmes, peças de teatro, *shows*, objetos, vídeos da internet, séries, novelas, etc.
 - b) Escolha um deles para descrever como foi a experiência. Para isso, leve em consideração como se sentiu, como absorveu o conteúdo do bem cultural ou como interagiu com ele. Pesquise quem foi o responsável por sua produção ou organização e descreva seus objetivos.
 - c) Agora, busque relacionar os objetivos de quem produziu esse bem cultural com a sua experiência, indicando um ponto em que são semelhantes e outro em que são diferentes.

ARTE, CULTURA E ESTÉTICA

1. Observe a foto desta página. Ela retrata uma obra de 1913 do artista francês Marcel Duchamp (1887-1968). Você já conhecia essa obra? A qual corrente artística ela pertence? Quais são as principais características dessa corrente?
2. Com base no conteúdo sobre cultura estudado ao longo desta unidade, o que você considera necessário para que uma produção cultural seja reconhecida socialmente como arte?
3. “Estética” é uma palavra bastante recorrente no campo da moda e das modificações corporais. Em quais momentos você já a utilizou? Ela está associada a quais atividades? De que maneira ela se relaciona com o campo das artes?

Ao longo desta unidade, você aprendeu os amplos significados que o termo “cultura” pode abranger. Estudou também que determinadas culturas se impõem sobre outras, configurando situações de dominação, que, no entanto, podem ser questionadas por práticas de resistência. Com o objetivo de compreender a potência das manifestações culturais, você conheceu alguns movimentos de resistência cultural engendrados no Brasil e na América do Sul.

Você aprendeu, ainda, que o comércio mundializado, regulado pelas grandes corporações, também interfere na produção cultural das sociedades, por meio da massificação dos produtos culturais, empreendida pela indústria cultural. Analisou os impactos socioambientais relacionados a essa produção cultural massificada, especialmente por meio do processo de globalização, que pode homogeneizar e intensificar alguns padrões de consumo.

Agora, este capítulo vai abordar alguns desdobramentos filosóficos e sociais dessas ideias para pensar a cultura, a arte e a estética. Você terá a oportunidade de compreender, por exemplo, que os conceitos de arte e de belo são construções históricas que variam conforme a sociedade e a época.

Roda de bicicleta, escultura de Marcel Duchamp, 1913. Primeira versão da obra, que está no Museu de Israel, em Jerusalém.



Museu de Israel, Jerusalém. Fotografia: Bridgeman Images/Easy Mediabank. © Association Marcel Duchamp/AUTVIS, Brasil, 2024

A ARTE E O BELO COMO CONSTRUÇÕES CULTURAIS E HISTÓRICAS

Os conceitos de **arte** e de **belo**, assim como as outras noções abordadas nesta unidade, não são dados *a priori*, pois são fenômenos culturais. Assim, para compreender esses conceitos, definindo seus múltiplos sentidos e suas variadas formas de expressão, é preciso situá-los historicamente.

Atualmente, a palavra **arte** é bastante utilizada em nosso cotidiano. Os dicionários costumam apresentar muitos sentidos para esse termo, que vem do latim *ars*, palavra que corresponde a *tékhnē*, do grego antigo. Essas palavras apresentam sentidos variados. Os significados atribuídos à palavra “arte” podem abranger tanto as técnicas e as habilidades necessárias na produção de algo como o conhecimento teórico necessário à execução de determinada área do saber, como a medicina e a política. Nos textos da Antiguidade, é recorrente o emprego de *tékhnē* como sinônimo de *epistēmē*, cujos significados em português são “conhecimento” e “ciência”, respectivamente.

O sentido contemporâneo da palavra “arte”, no entanto, é mais restrito, geralmente associado a uma das formas de expressão estabelecidas no século XVIII como **belas-artes** – arquitetura, música, poesia, pintura, escultura e dança. Nos séculos XIX e XX, com os adventos tecnológicos, foram incluídos o cinema e a fotografia.

A discussão sobre o que é belo, no entanto, remonta aos princípios da Filosofia. Para o filósofo Platão (c. 428 a.C.-348 a.C.), o belo está relacionado à perfeição e a uma verdade universal, por isso pertence ao **mundo das ideias**. Por outro lado, o filósofo Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), que foi discípulo de Platão, associava o belo ao mundo sensível, rompendo, dessa forma, com a associação do belo com a perfeição máxima.

Já a vinculação entre arte e beleza é uma concepção moderna e predominantemente europeia. O século XVIII representou o apogeu das teorias e das problematizações a esse respeito. O filósofo francês Charles Batteux (1713-1780) escreveu, em 1746, o tratado *As belas-artes reduzidas a um mesmo princípio*, em que procurava uma unidade entre as teorias da arte e do belo ao longo da história.

Também data desse período o emprego do termo **estética** para designar uma ciência do sensível. Essa palavra tem origem no termo grego *aisthēsis*, que significa “sentidos”, “percepção”. De acordo com o alemão Alexander Baumgarten (1714-1762), um dos teóricos desse tema, a estética é a ciência do sensorial, em contraposição à lógica, que é a ciência do racional. Apesar de ser uma definição bastante antiga para a estética, ela é muito útil para refletir sobre as dimensões da objetividade e da subjetividade que envolvem o debate sobre a arte.

Ao se referir ao belo, Baumgarten o define segundo as condições subjetivas da sensibilidade, ou seja, como uma representação mental das impressões geradas pelos sentidos. Em razão disso, ele o caracteriza como um fenômeno variável, subordinado às condições da experiência, que são relativas a cada sujeito, podendo se alterar conforme a educação do espírito para essa percepção. Baumgarten preconiza, portanto, a educação estética e o constante contato com obras de arte para um refinamento de suas representações sobre a beleza.

REFLEXÃO

Conceito central na discussão sobre as artes e a beleza no mundo antigo, a palavra **mimese** é mais do que simples “imitação”, termo pelo qual geralmente é traduzida. No mundo grego, ela também significou “representação” ou “reprodução”, já que as obras de arte representam e reproduzem a realidade.

1. Para você, a arte está mais conectada com a ideia de originalidade ou com a noção de reprodução? Compartilhe seu ponto de vista com os colegas, conheça o posicionamento deles e, juntos, debatam o assunto.

a priori: termo em latim para designar conhecimento já estabelecido e que, por isso, se tornou um pressuposto.

mundo das ideias: para Platão, é o mundo acessado por meio da razão, no qual há o conhecimento puro e verdadeiro, sem nenhuma interferência dos sentidos e das opiniões. Em oposição ao mundo das ideias, há o mundo sensível, que é uma cópia deformada ou imperfeita do mundo das ideias, em que se pode acessar apenas a aparência das coisas.

BELEZA, OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

O Renascimento, movimento cultural europeu ocorrido entre a metade do século XIV e o fim do século XVI, revolucionou tanto as artes como as ciências modernas. Fruto da retomada da cultura da Antiguidade clássica sob uma nova perspectiva, o Renascimento conforma o ambiente no qual **racionalistas** e **empiristas** deram novos impulsos às teorias sobre a arte e a beleza.

O racionalismo foi importante no surgimento de uma estética normativa no século XVII, materializada no **Academicismo**, método de ensino artístico profissionalizante desenvolvido pelas academias de arte, com suas grandes e imponentes escolas, espalhadas pelas principais cortes europeias e frequentadas geralmente pelas classes mais abastadas.

A produção artística, de acordo com essa concepção racionalista, deveria se pautar em processos racionais. Destacava-se a importância da Matemática, da geometria, da perspectiva, da prevalência do desenho sobre a cor, do estudo de anatomia, das técnicas de luz e sombreamento e da formação cultural dos pintores de acordo com a “maneira” antiga, ou seja, por meio do contato com uma gama de conhecimentos sobre os clássicos greco-romanos.

Nesse sentido, tanto a percepção do que é belo quanto as formas de expressá-lo nas obras passariam fundamentalmente pela dimensão da técnica e do acúmulo de conhecimento. Para expressar o belo, portanto, era preciso considerar questões **objetivas**.

Em oposição a essa interpretação, os empiristas e, posteriormente, outros pensadores por eles influenciados desenvolveram suas reflexões sobre a arte e a beleza com base na **subjetividade**. Nesse contexto, um de seus teóricos, o inglês John Locke (1632-1704), relativiza a beleza, que, segundo o autor, é subjetiva, acontece no interior do sujeito e se forma a partir da satisfação ou do prazer causados pela sensação de contemplar algum objeto do mundo.

Locke não tenta explicar o que faz uma obra de arte ser bela, porque seu foco é entender a beleza com base nas condições de sensibilidade do sujeito. Assim, ele caracteriza a beleza como uma realidade subjetiva produzida por uma percepção do mundo externo.

David Hume (1711-1776), filósofo empirista britânico, segue a lógica de Locke, mas introduz o conceito de gosto. O autor explica que este tem dois estágios: o perceptivo, quando, por meio dos sentidos, percebemos as qualidades dos objetos (cores, sabores, dimensões, material, etc.); e o afetivo, quando tais percepções produzem reações de prazer ou desprazer em nossa mente. Assim, afirmar que a beleza é subjetiva significa vinculá-la às condições de receptividade do sujeito, à sua sensibilidade e aos afetos produzidos pela percepção do mundo externo.



Os estudos de Leonardo da Vinci (1452-1519) evidenciam a importância da anatomia para a pintura a partir do Renascimento. Itália, 1510.

REFLEXÃO

Concepções sobre o belo

Segundo David Hume:

[...] beleza não é uma qualidade das próprias coisas, existe apenas no espírito que as contempla, e cada espírito percebe uma beleza diferente.

HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril, 1973. p. 336 (Coleção Os Pensadores).

1. Qual é a relação dessa afirmação com a escola empirista?
2. Em sua opinião, quais são as influências das visões empírica e racionalista na definição do belo nos dias de hoje?

A ARTE, O ARTISTA E A TÉCNICA

Se no mundo contemporâneo, marcado pela indústria cultural e pelo consumo massificado da cultura *pop*, há uma certa glamorização da arte e dos artistas, que se tornam ao mesmo tempo celebridades e mercadoria, isso se dá por profundas transformações em relação à posição do artista na sociedade.

Na Antiguidade, arte e técnica eram termos sinônimos, o que provia às artes, de forma geral, função e utilidade. Essas palavras eram relacionadas a *poiesis*, ou seja, à fabricação. Esta poderia ser utilizada para nomear tanto uma atividade manual (uma plantação, uma cerâmica, uma casa, etc.) como uma atividade intelectual (uma poesia, uma música, um discurso político, etc.).

Na Idade Média, a influência do catolicismo na Europa promoveu mudanças radicais nas artes: a ideia greco-romana de que as artes deveriam imitar a natureza, reproduzindo-a com verossimilhança, aos poucos vai sendo substituída pela estilização, isto é, uma simplificação geral dos traços, na qual as figuras são representadas genericamente, sem apreço aos detalhes e às particularidades. Figuras bidimensionais, chapadas, sem volume, tinham a função religiosa de reconectar o humano ao divino.

Em poucos séculos, a Igreja católica se consolidou como a instituição mais influente do mundo medieval. Assim, além de ditar as normas para o fazer artístico, monopolizava sua produção, bem como o acesso à instrução e ao saber. Como a maioria da população era analfabeta, a pintura exercia a finalidade didática de ensinar as virtudes cristãs e instruir os devotos a seguir o caminho da fé cristã.

Com o Renascimento, os artistas ganharam um *status* diferenciado e passaram a circular nas cortes e a receber patrocínios para realizar suas obras. Esses recursos também vinham da burguesia que então se desenvolvia, o que contribuiu para valorizar o mundo da produção e da recepção artística.

Como vimos anteriormente, o conceito de belas-artes foi forjado no século XVIII, para estabelecer a distinção entre a arte superior, acadêmica, e as demais artes, populares. Tratava-se de uma maneira de diferenciar, basicamente, proletários e burgueses, e a arte assumia cada vez mais a função de marcador social. Ter acesso à produção artística considerada superior, apresentada em salões nobres e grandes teatros ou escrita em linguagem erudita e com limitada circulação devido às restrições do mundo editorial da época, custava dinheiro e a diferenciava das demais.

No século XX, surgem importantes considerações sobre a arte, que criticam seu viés eurocêntrico, elitista e excludente. Assim, houve mudanças no conteúdo e na forma de fazer arte, questionando inclusive os limites do que socialmente se considera arte e o trabalho do artista.

Afresco de 1106 na igreja Panagia, na Grécia. Arte sacra que exemplifica a estilização medieval.



INTERAÇÃO

1. Para você, o que pode ser considerado arte? Por quê?
2. Socialmente, o que é considerado arte? Quem define o que é arte ou não?
3. Sua definição de arte corresponde à definição social de arte? Quais os pontos de divergência e de semelhança?

É OU NÃO É ARTE?

Diversas vertentes artísticas do início do século XX são consideradas modernistas e são fruto das transformações sociais vivenciadas pelas sociedades com o surgimento do capitalismo industrial. Às críticas de Friedrich Nietzsche (1844-1900) à ciência, à razão e à moral, somaram-se as considerações de Karl Marx sobre o capitalismo como forma de hegemonia econômica e cultural. Desse contexto, surge um ambiente artístico bastante contestador em relação às instituições morais, políticas e religiosas e muito inovador em sua forma de abordar o conteúdo artístico.

As correntes artísticas do Modernismo alteraram profundamente a produção cultural do século XX. Cubismo, Surrealismo, Futurismo e Dadaísmo compunham as **vanguardas artísticas**, a partir das quais surgiram novas formas de abordar a arte. Em termos gerais, esses movimentos contestavam os valores morais, sociais, políticos e, principalmente, artísticos estabelecidos. Embora apresentassem divergências em relação a suas formas de atuação, convergiam para a crítica da arte institucionalizada e pretendiam reformulá-la.

Um exemplo bastante ilustrativo é o Dadaísmo, cujo objetivo manifesto era escandalizar a sociedade por meio da arte e, assim, destruir os valores burgueses e tradicionais que impediam o florescimento artístico no mundo contemporâneo. Para os dadaístas, a arte devia se guiar pelo acaso, pela imaginação e pelo inconsciente. Ao contrário de associar a racionalidade a um ideal de progresso, o movimento dadaísta negava a razão por considerá-la superficial e hipócrita.

Entre os artistas dadaístas, é importante mencionar Marcel Duchamp e sua obra *Fonte*, que representa o paradigma do movimento: trata-se de um mictório invertido, assinado e exposto como obra de arte. Essa obra é caracterizada pela apropriação de objetos produzidos em grande escala e ressignificados nos espaços expositivos artísticos, como uma roda de bicicleta pregada a um banco de cozinha (veja a obra na página de abertura deste capítulo) ou um porta-garrafas. Ao adentrar o espaço dos museus e das galerias, esses objetos são elevados à categoria de obra de arte.

Assim, Duchamp dissociava a arte de seu valor social, criando um utensílio sem utilidade, um “inutensílio”, que, quando exposto, perde seu uso. Assim, fazia uma antiarte, pois não produzia “obras”, mas, antes, contestava o modo tradicional da produção artística, bem como suas técnicas e seus procedimentos, e principalmente o próprio conceito de obra de arte, objeto dotado de valor de mercado e que, ao ser institucionalizado, exposto em museus e galerias de arte, tornava-se objeto de culto e de fetiche.

A obra de arte transformada em mercadoria gera riqueza, e a riqueza garante autoridade e poder. Por meio de suas obras, os dadaístas se opunham a essa lógica com veemência. As demais vanguardas artísticas também procuraram, por meio do imprevisível, da colagem, da incorporação do “feio” e do **nonsense**, abalar e surpreender espectadores, mostrando-lhes que seus modos de vida são questionáveis e precisam ser transformados.

REFLEXÃO

Surrealismo

Outro movimento vanguardista da história da arte foi o Surrealismo, iniciado na década de 1920. Com imagens e obras aparentemente incoerentes, os pintores surrealistas adotavam a prevalência do inconsciente e dos desejos sobre a arte. Salvador Dalí (1904-1989), Pablo Picasso (1881-1973), Frida Kahlo (1907-1954) e René Magritte (1898-1967) foram pintores surrealistas. No Brasil, o movimento surrealista influenciou Tarsila do Amaral (1886-1973), em pinturas como *O ovo*, *O sono* e *A lua*, que apresentam características fantásticas e oníricas.

1. Observe o quadro ao lado. Quais sensações essa pintura desperta em você? Debata com os colegas.
2. Em sua opinião, qual era a intenção do pintor com essa obra?
3. Compare essa pintura com uma obra do Renascimento. Para isso, faça uma pesquisa e escolha uma obra renascentista. Depois, relacione as diferenças dos traços e do contexto histórico no qual essas escolas artísticas estão inseridas.

Museu de Arte da Cidade de Los Angeles, Califórnia, EUA. Fotografia: Bridgeman Images/Easy MediaBank © Magritte, René/AUTVIS, Brasil, 2024



nonsense:

comportamento, fala ou pensamento sem sentido e coerência.

Isto não é um cachimbo (em tradução livre), de René Magritte, 1929. Óleo sobre tela.

REPRESENTATIVIDADE E EMPODERAMENTO

Como estudamos, a arte vincula-se à resistência, à dominação e ao silenciamento. Além disso, apresenta de forma latente a questão da **representatividade**. Ao analisarmos os artistas e os autores mencionados no decorrer deste capítulo, é possível perceber que a maioria deles é composta de homens brancos, europeus e pertencentes à elite econômica de suas épocas. Isso significa que apenas essas pessoas produziam arte ou pensavam sobre ela? Pelo contrário, mostra que, por muito tempo, as relações dos poderes econômico e político determinaram a história oficial. Assim, muitos pintores foram excluídos dos registros oficiais da história da arte por motivos de gênero, cor da pele ou poder econômico.

As ruínas de Pompeia, na Itália, por exemplo, apresentam pichações em versos que só recentemente ganharam algum espaço na historiografia; a produção artística dos povos originários da América, os cantos e os escritos das populações escravizadas, as obras censuradas por regimes autoritários e a produção artística das periferias aos poucos vão sendo conhecidos. Muitas vezes, essas expressões artísticas são pesquisadas por pessoas que não se sentem representadas pelas obras que foram consagradas como referências artísticas.

O resgate da história desses artistas marginalizados pode ser associado ao conceito de **empoderamento**. Esse vocábulo vem de uma tradução do termo em inglês *empowerment* e é utilizado para nomear o processo de conquista do poder de ação e decisão por um grupo social ou determinado indivíduo, removendo-o de uma situação anterior de subordinação ou opressão.

São exemplos de empoderamento as mulheres que refletem criticamente sobre situações de opressão vivenciadas por elas e o emprego de símbolos culturais e estéticos pela população negra como afirmação e valorização de sua identidade. Assim, o empoderamento relaciona-se diretamente com a autoaceitação, o orgulho e, principalmente, com o reconhecimento da existência das diferenças e de suas reivindicações.

Copyright © Guerrilla Girls, courtesy
guerrillagirls.com/Museu de Arte de São Paulo Assis
Chateaubriand, São Paulo.



Em 2017, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) recebeu uma exposição de cartazes do Guerrilla Girls. Na ocasião, o grupo fez uma versão em português do cartaz de 1989, com dados sobre o acervo do MASP naquele ano.

Copyright © Guerrilla Girls, courtesy
guerrillagirls.com/Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand, São Paulo.



Cartaz-protesto realizado pelo grupo Guerrilla Girls, que desde a década de 1980 reivindica a representatividade das mulheres e dos grupos étnicos minorizados nas artes. No cartaz, de 1989, lê-se, em tradução livre: “As mulheres precisam estar nuas para entrar no Museu Metropolitano?” e “Menos de 5% dos artistas nas seções de Arte Moderna são mulheres, mas 85% dos nus são de mulheres”.

AÇÃO E CIDADANIA

Quem faz arte?

Como vimos anteriormente, algumas expressões artísticas foram invisibilizadas e desvalorizadas ao longo da história oficial da arte. São exemplos as produções artísticas de populações tradicionais, dos escravizados trazidos da África, bem como de seus descendentes, das pessoas LGBTQIA+ e das mulheres.

1. Em sua opinião, como é possível relacionar os papéis sociais de gênero à ausência e ao apagamento de mulheres no mundo das artes?
2. Comparando os dados apresentados nos dois cartazes desta página, o que é possível notar? Discuta suas impressões com os colegas.

SIGNOS CULTURAIS, ESTEREÓTIPOS E DOMINAÇÃO

A cultura, entre outras formas de expressão, torna-se visível por seus signos, compreendidos como sinais que nos permitem distinguir o pertencimento a uma comunidade, por meio da linguagem, do uso de adereços e de práticas rituais. No entanto, a visibilidade das diferenças por vezes se choca com movimentos que reforçam estereótipos e justificam, ao longo do tempo, formas de dominação e desigualdades sociais. Grupos historicamente marginalizados, ao se empoderarem e se tornarem conhecidos por seus signos, eventualmente observam a adoção desses signos por pessoas que representam grupos historicamente responsáveis pela opressão.

Atualmente essa discussão tem originado questionamentos relacionados, por exemplo, ao ato de se “fantasiar” no Carnaval como indígena, cigano ou de pintar o rosto de preto, prática conhecida como *blackface*.

[...] Já reparou que é só nesta época do ano que a maioria das pessoas se lembra de indígenas, ciganos, povos tradicionais de matriz africana? Que tal ao invés de levar fantasias estereotipadas [...] [para a] rua, começarmos a olhar para tais grupos como sujeitos que reiteradamente têm seus direitos violados e que precisam de apoio na luta antirracista? [...]

NOTA de orientação para práticas não racistas no Carnaval. *Diário Oficial do Município de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, 13 fev. 2020. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1225290>. Acesso em: 2 ago. 2024.

Também tem ocorrido a problematização do uso de turbantes por pessoas brancas e do fato de grandes marcas de roupa se apropriarem de símbolos de grupos minoritários para potencializar suas vendas. Estudiosos consideram que essas manifestações podem esvaziar os significados desses símbolos, e muitas vezes contribuem para reproduzir estereótipos relacionados aos grupos minoritários.

Por isso, é importante reconhecer a seriedade do assunto e implementar políticas de conscientização. Em 2024, por exemplo, a prefeitura de Salvador (BA) lançou uma cartilha de combate ao racismo para os foliões curtirem o Carnaval. Em 2019, o estado do Ceará já havia lançado uma campanha com objetivo semelhante. Observe, nesta página, a capa da cartilha e o cartaz de orientações.



Cartaz com orientações para o Carnaval de 2019 elaborado pelo governo do estado do Ceará.



Cartilha lançada pela prefeitura municipal de Salvador (BA) para o Carnaval de 2024.

Decolonização, arte e linguagem

O debate a respeito da visibilidade das diferenças não se esgota com a problematização sobre o uso e a tomada de signos culturais. Valorizar o protagonismo de escritores, artistas, músicos, criadores de conteúdo e intelectuais pertencentes a grupos historicamente **subalternizados** é fundamental. Mas quem são esses grupos historicamente subalternizados? São todos aqueles que não pertencem aos padrões impostos ao longo do tempo pelas diferentes formas de dominação política, cultural, territorial e mesmo científica.

Ao longo deste volume, você tem sido apresentado a diferentes estratégias de resistência cultural, pautadas na defesa da diversidade e no reconhecimento da diferença como parte daquilo que descreve nossa identidade. Neste capítulo, discutimos também a importância da representatividade e do empoderamento no que se refere à produção artística. Somando-se a essas perspectivas, as

REFLEXÃO

Arte e contestação

A artista multidisciplinar, de origem portuguesa e ascendência africana, Grada Kilomba é uma referência importante no debate e na produção intelectual e artística que se contrapõem à continuidade do colonialismo. Leia o texto sobre o trabalho da artista.

[...] A produção de conhecimento, assim como a linguagem, como o vocabulário, está ancorada em uma história colonial. E serve a uma história colonial, patriarcal, de homofobia, que exclui uma série de identidades e de corpos. [...]

[...]

Eu acho que a arte pode transformar. Que a arte e a literatura transformam sociedades. E acho que por uma razão muito simples: o que é mais fascinante na arte é que ela pode ser e deve ser política [...].

O que a arte consegue é tocar em questões que às vezes são muito complexas e trágicas, e não necessariamente dar respostas ao público, mas levantar perguntas, questões. Isso eu acho que é um dos trabalhos mais profundos que a arte tem. É que alguém pode visitar uma exposição no museu, uma instalação de vídeo e quando sai dessa sala, sai com questões que não estavam antes. E as questões são levantadas de uma forma metafórica e associativa que te leva a questionar o que tu sabes e o que tu não sabes, e por que não sabes. [...]

[...]

É quando, de repente, já não entendemos aquilo que nós pensávamos que entendíamos, é quando nós começamos a atravessar da periferia para o centro e é quando os nossos corpos estão em lugares que não são esperados, quando as nossas vozes são ouvidas onde não é esperado. E isso é o que faço.

[...]

Temos que entender o colonialismo como algo extremamente complexo que é a base de toda esta criação, todas estas fobias que nós conhecemos estão baseadas na história colonial.

discussões provenientes dos **estudos decoloniais** problematizam formas de dominação orientadas e reproduzidas pela lógica do colonialismo.

Atualmente, os trabalhos que se dedicam a essa temática nas Ciências Humanas propõem outros termos para aprofundar a reflexão: **descolonização**, **anticolonialismo**, **contracolonialismo**. Esses termos não são sinônimos e, portanto, não devem ser tratados como equivalentes. E isso não se trata apenas de uma questão **semântica**! O uso de um termo ou outro depende da perspectiva conceitual defendida pelo interlocutor.

interseccionalidade: cruzamento de vários assuntos ou ideias; em Ciências Sociais, refere-se à junção de marcadores que evidenciam processos de desigualdade como raça, classe e gênero.

semântica: estudo das relações entre signos, significados e significantes.

subalternizado: aquele que é colocado como inferior.

A história colonial é a formação do homem branco heterossexual e da exclusão de todos os outros corpos que não representam esta condição humana. Portanto tem a ver com toda essa **interseccionalidade**, tem a ver com todas estas questões e crises de que nós falamos e um dos grandes problemas é que nós, às vezes, não conseguimos ligar uma questão à outra, nós pensamos que são lutas individuais, que são lutas separadas, mas faz tudo parte de uma complexidade e é importante olhar para ela com esta transdisciplinaridade para podermos compreender.

LIMA, Juliana Domingos de. A dismantlar o poder: artista multidisciplinar Grada Kilomba fala sobre caminhos para subverter uma história colonial de 600 anos. *Ecoa*, São Paulo, 14 mar. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/grad-kilomba-todas-as-cries-que-temos-sao-baseadas-em-600-anos-de-historia-colonial/#cover>. Acesso em: 2 ago. 2024.



Vincent Bosson/Fotoarena

Grada Kilomba esteve muitas vezes no Brasil. Na foto, de 2023, a artista participa da abertura da 35ª Bienal de São Paulo, no município de São Paulo (SP).

1. Em sua opinião, por que Grada Kilomba defende que a arte deve ser política? Explique.
2. Ao propor uma perspectiva de enfrentamento ao colonialismo, Grada Kilomba afirma que essa não é uma luta individual. O que a artista quer dizer com isso? Você concorda com ela?

- 1** O teste de Bechdel foi elaborado pela cartunista Alison Bechdel (1960-) em uma de suas tiras e questiona a representatividade feminina em produções audiovisuais, principalmente em filmes. Sobre isso, leia o texto a seguir e responda, com os colegas, às questões.

Em 1985, a cartunista Alison Bechdel lançou uma tirinha ironizando os filmes hollywoodianos[,] que, em sua maioria, representam mulheres de forma estereotipada e clichê. Nessa tirinha, Bechdel introduziu a ideia que originou o teste que carrega seu nome, nela uma personagem diz que só assiste a filmes que atendam aos seguintes critérios:

1. Tenham ao menos duas personagens femininas;
2. Que conversem entre si em alguma cena;
3. Sobre algo que não seja homens.

A tirinha de Alison tinha a intenção de ser cômica, mas revela algo impactante sobre a nossa sociedade. Quantos filmes atendem a esses requisitos? Onde estão as histórias sobre mulheres que deixaram de ser contadas? Onde estão as mulheres que foram privadas de assistir [a] histórias com as quais se identificassem?

THEBAS, Isabella. O que é o teste de Bechdel? Instituto de Cinema, [20--]. Disponível em: <https://institutodecinema.com.br/mais/conteudo/o-que-e-o-teste-de-bechdel>. Acesso em: 2 ago. 2024.

- a) Reúnam-se em grupos e debatam as regras elaboradas pelo teste de Bechdel. Vocês conhecem algum filme que atenderia a essas regras? Qual?
- b) Que aspectos desse teste podem ser relacionados ao debate da representatividade nas artes? Expliquem.

- 2** Leia o texto a seguir e, depois, faça o que se pede.

Se pensarmos em alguns adornos, como turbantes, *dreads*, cocares, pinturas corporais, e na maneira como [eles] estão inseridos na realidade brasileira, vemos que não só colaboram para construir e manter um imaginário de mestiçagem ou miscigenação que alimenta, por exemplo, o mito da democracia racial, como se tornam símbolo de resistência para determinados grupos. Para além dos elementos de aculturação, como sincretismos e assimilações culturais, a interação nem sempre se dá de maneira tranquila e acaba gerando conflitos que remetem à questão do apagamento ou do esvaziamento de significados, abrindo a discussão sobre os limites de uso e gerando todas as controvérsias que desembocam na apropriação cultural.

Junte-se a tudo isso as especificidades do capitalismo e da sociedade de consumo e não será difícil concluir que a manutenção da dominação e do lucro como demandas prioritárias revela como as questões econômicas, num mercado cada vez mais desumano, direcionam o mundo moderno.

WILLIAM, Rodney. *Apropriação cultural*. São Paulo: Pólen, 2019. p. 23-24.

Redija uma dissertação argumentativa relacionando a postura do autor com os conceitos de trocas e transformações culturais e apropriação cultural. Utilize exemplos do cotidiano para ilustrar sua argumentação.

- 3** (Unesp)

Não somente os tipos das canções de sucesso, os astros, as novelas ressurgem ciclicamente como invariantes fixos, mas o conteúdo específico do espetáculo só varia na aparência. O fracasso temporário do herói, que ele sabe suportar como bom esportista que é; a boa palmada que a namorada recebe da mão forte do astro, são, como todos os detalhes, clichês prontos para serem empregados arbitrariamente aqui e ali e completamente definidos pela finalidade que lhes cabe no esquema. Desde o começo do filme já se sabe como ele termina, quem é recompensado, e, ao escutar a música ligeira, o ouvido treinado é perfeitamente capaz, desde os primeiros compassos, de adivinhar o desenvolvimento do tema e sente-se feliz quando ele tem lugar como previsto. O número médio de palavras é algo em que não se pode mexer. Sua produção é administrada por especialistas, e sua pequena diversidade permite reparti-las facilmente no escritório.

(Theodor W. Adorno e Max Horkheimer. A indústria cultural como mistificação das massas. In: *Dialética do esclarecimento*, 1947. Adaptado.)

O tema abordado pelo texto refere-se

- a) ao conteúdo intelectualmente complexo das produções culturais de massa.
- b) à hegemonia da cultura americana nos meios de comunicação de massa.
- c) ao monopólio da informação e da cultura por ministérios estatais.
- d) ao aspecto positivo da democratização da cultura na sociedade de consumo.
- e) aos procedimentos de transformação da cultura em meio de entretenimento.

- 4** (Enem)

As tendências da moda, literatura, música, cinema, esportes, política, vida familiar refletem a mentalidade de uma época. E os mercados de ações registram, da mesma forma, essa mentalidade prevalecente. Os preços das ações são o melhor indicador do grau de otimismo, da disposição, da psicologia das multidões," afirma Robert Prechter, em *Cultura Popular e o Mercado de Ações* (1985).

Época. Ed. 549, 24 nov. 2008.

O texto mostra como as práticas sociais estão relacionadas com os valores predominantes em uma determinada época, em que os fatores influenciadores são ações

- a) econômicas isoladas.
- b) sociais interativas.
- c) psicológicas individuais.
- d) intuitivas herdadas.
- e) culturais locais.

5 (Unicentro)

Observe a imagem e leia o texto a seguir.



OSGEMEIOS: Fotografia: Eduardo Macarios

Instagram: @macarios. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CasSYJGIaE/?igshid=MDJmNzVkMjY=>. Acesso em 6 set. 2022.

Nesta semana, a divulgação da intervenção dos grafiteiros Os Gêmeos na fachada do Museu Oscar Niemeyer (MON), em Curitiba, foi alvo de críticas do neto do arquiteto, Paulo Niemeyer. Em suas redes sociais, o também arquiteto chamou a arte de “pixação”.

“É com grande tristeza e revolta que vi o que esses dois fizeram na obra de meu avô Oscar Niemeyer [...]. O que esses dois fizeram, além de mau gosto e horrível, degenera e agride os olhos e a alma. Estou em prantos”, declarou.

(Adaptado de: UOL. Museu Oscar Niemeyer responde críticas do neto do arquiteto após grafite de “Os Gêmeos”. 27 ago. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3wKlKWx>>. Acesso em: 1º jul. 2024).

A fala do neto do arquiteto Oscar Niemeyer possibilita a reflexão acerca das diferentes classificações das expressões culturais. Sobre o conceito de cultura, considere as afirmativas a seguir.

- I. A cultura é uma construção coletiva. Compreende, em nossa sociedade, um conjunto vasto de expressões,

saberes, crenças, valores e produções, como a arquitetura de Niemeyer e o grafite de “Os Gêmeos”.

- II. Por meio do processo de socialização, o indivíduo é apresentado ao patrimônio de sua cultura, ou seja, tem contato com as formas de pensar, agir e sentir próprias da sociedade de que faz parte e com as expressões culturais por ela construídas.
- III. Etnocentrismo é a atitude que consiste em considerar a própria cultura, seus valores, comportamentos, ideias e sentimentos como superiores, mais racionais ou complexos, quando comparados aos produzidos por outras culturas.
- IV. Parte da cultura erudita, o Museu Oscar Niemeyer possui maior valor do que a intervenção dos grafiteiros “Os Gêmeos”, que integra o acervo da cultura popular.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

6 (Unicentro)

Sobre o conceito de cultura, relacione os conceitos e as expressões, na coluna da esquerda, com sua respectiva caracterização, na coluna da direita.

(I) Etnocentrismo	(A) Caracteriza-se pela tendência em considerar as formas de pensar, agir e sentir que identificam uma determinada cultura a partir de seu contexto sócio-histórico e sua lógica própria.
(II) Relativismo	(B) Expressão que identifica as produções culturais selecionadas, adaptadas e produzidas pela Indústria Cultural.
(III) Cultura de massa	(C) Caracteriza-se pela tendência em julgar formas de agir, pensar e sentir de culturas diferentes da sua própria cultura como inferiores, exóticas, primitivas ou selvagens.
(IV) Cultura erudita	(D) Identifica bens e expressões culturais tradicionais. É, geralmente, associada a expressões folclóricas.
(V) Cultura de massa	(E) Identifica costumes e saberes que são socialmente valorizados. É, geralmente, direcionada à elite.

Assinale a alternativa que contém a associação correta.

- a) I-A, II-C, III-E, IV-D, V-B.
- b) I-A, II-C, III-B, IV-E, V-D.
- c) I-C, II-A, III-B, IV-E, V-D.
- d) I-C, II-A, III-B, IV-D, V-E.
- e) I-C, II-A, III-E, IV-B, V-D.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

CONCEIÇÃO EVARISTO

Neste capítulo, refletimos a respeito do entrelaçamento entre arte, cultura e estética, aspecto que contribui para tornar mais complexas as interações sociais. Vimos ainda que essas interações refletem e moldam as normas, os valores e as identidades das sociedades. Desse modo, conseguimos compreender as mudanças históricas e culturais, bem como as diversidades humanas, e somos capazes de questionar as normas estabelecidas. Nesse sentido, é considerável destacar as obras da pensadora Conceição Evaristo (1946-). Seus trabalhos articulam arte, cultura, estética, representatividade e empoderamento, trazendo reflexões fundamentais sobre a luta de grupos historicamente marginalizados e excluídos.



Davi Augusto Studio/IDBR

PERFIL

Nascida em Belo Horizonte (MG), em 1946, Maria da Conceição Evaristo de Brito é escritora, ficcionista e ensaísta. Graduada em Letras, mestre em Literatura Brasileira e doutora em Literatura Comparada, foi professora na Educação Básica e no Ensino Superior. Publicou sete livros ficcionais, além de artigos científicos e capítulos de livros. Por sua produção e relevância, já recebeu diversas homenagens e prêmios, e, desde 2024, integra a Academia Mineira de Letras.

OBRAS-CHAVE

- *Macabéa: Flor de Mulungu* (2023)
- *A escrevivência e seus subtextos* (2020)
- *Becos da memória* (2017)
- *Ponciá Vicêncio* (2017)
- *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016)
- *Olhos d'água* (2014)
- *Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face* (2005)

EM LEITURA

O termo “escrevivência”, que aparece em algumas obras de Conceição Evaristo, constitui-se como um marco na literatura brasileira ao revelar a indissociabilidade entre texto literário e as experiências vividas pelos sujeitos. A literatura é proposta pela autora como meio de compreender a realidade social, denunciar as desigualdades e resistir às formas de opressão, pois traz como marca as experiências de marginalização da população afro-brasileira, em especial das mulheres negras.

Ao vincular a expressão literária às vivências pessoal e coletiva das populações afrodescendentes, Conceição Evaristo propõe não apenas o registro da vida das pessoas, mas também o impulsionamento das transformações sociais por meio de narrativas que resgatam memórias, experiências e lutas. Sobre esse tema, a autora afirma:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais.

EVARISTO, Maria da Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: Duarte, Constância; Nunes, Isabella (org.) *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 30.

O texto literário de Conceição Evaristo mescla denúncia e revelação e, ao destacar situações de marginalização e subalternidade impostas historicamente ao povo negro, especialmente às mulheres, ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos, fomentando a representatividade e o empoderamento desse povo. A obra de Conceição Evaristo busca consolidar identidade, pertencimento, resistência e afirmação cultural, subvertendo narrativas dominantes excludentes.

Trata-se de uma expressão artística engajada, que reforça a compreensão da arte e do belo como construções culturais e históricas, promovendo, por meio da literatura, a representatividade para as comunidades negras.



Leonardo Ramos/Fotografia

Para estimular o protagonismo de pessoas negras, anualmente acontece o evento Feira Preta, em São Paulo (SP). Na foto, mulheres negras expõem e comercializam seu trabalho em evento realizado em 2024.

PARA CONCLUIR

- 1 Com base no trecho lido, responda: Como podemos compreender a relação entre as noções de representatividade, empoderamento e escrevivência?
- 2 Em seu contexto social, você identifica outra manifestação artística e cultural que apresenta uma conexão entre representatividade e empoderamento? Compartilhe seus conhecimentos com os colegas.

PRÁTICAS DE TEXTO

BIOGRAFIA

Proposta

Vimos, neste capítulo, que a arte é um instrumento de resistência, dominação e comunicação. No entanto, para compreendermos como determinados artistas se relacionaram com essa dimensão política da arte, vamos escrever uma **biografia**.

Biografia é um relato detalhado da vida de uma pessoa, considerando aspectos pessoais e profissionais. Inclui características básicas do perfil, além de informações sobre educação, carreira, eventos pessoais importantes, desafios e legado. Pode ser escrita por outra pessoa ou pelo próprio indivíduo (autobiografia), e serve para preservar a memória e o impacto de indivíduos significativos para a comunidade local, nacional ou mesmo mundial.

Público-alvo	Comunidade escolar e leitores interessados na proposta.
Objetivo	Chamar a atenção sobre a dimensão política da arte como ferramenta de resistência, dominação e comunicação.
Circulação	Leitura e apresentação da biografia para os colegas de turma.

Leia a seguir um trecho da biografia de Maria Auxiliadora da Silva, artista brasileira que tem como elemento norteador a resistência cultural.

Obra e vida de Maria Auxiliadora da Silva

Maria Auxiliadora [da] Silva foi uma artista dos anos 1970 que se considerava primitivista e que pintou seu cotidiano por 7 anos, antes de ser acometida por um câncer que lhe ceifou a vida aos 36 anos de idade. Dentre seus temas, o que mais se destacava era a representação do sagrado nas religiões afro-brasileiras.

[...]

Porém, para melhor se aproximar da arte de Maria Auxiliadora[,] é necessário antes entender os papéis e a importância da cultura afro-brasileira na história da arte brasileira e na formação da cultura nacional. Buscando em artistas, críticos e no passado marcado pela violenta escravidão o caminho para compreender melhor a relação do sagrado na arte afro-brasileira, entenderemos que essas produções artísticas nasceram nesse cenário de violação dos corpos e cultura negra. Entendermos que o termo cultura afro-brasileira começou com a imposição de uma cultura externa, a cultura europeia, é ponto primordial para este trabalho. O meio social no Brasil se estabeleceu de uma forma brutal, com diferentes grupos culturais postos a conviver juntos e, muitas vezes por isso, a passar por processos de anulação de sua cultura e identidade. Porém, antes que se fale do processo cruel de colonização brasileira, de toda a violência usada contra negros e indígenas, da mistura de culturas promovidas de forma desumana por europeus, é necessário entender o que é essa cultura afro-brasileira e o que compõe esse enredo.

[...]

Minha mãe começou a me ensinar bordado quando eu tinha 9 (nove) anos. Ela não deixava eu assim sair, brincar com outras



Umbanda, de Maria Auxiliadora da Silva, 1968. Óleo sobre tela.

crianças. Ela sempre foi muito energética comigo, acho que por eu ser a filha mais velha. (SILVA, Maria Auxiliadora, 1978, p. 70)

[...]

No começo de 1968 não havia relevo, mas nos fins de 1968 eu comecei a fazer relevo com cabelo. Primeiro usando o próprio óleo para fixar, porque nessa época eu não conhecia ainda a massa [...]. Pegava a tinta a óleo bem grossa e imprimia o cabelo no meio da tinta. Eu já pegava o cabelo natural, muitas vezes o meu mesmo. (SILVA, Maria Auxiliadora, 1978, p. 77)

FERREIRA, Fernanda Gomes. *Ipá-Força: obra e vida de Maria Auxiliadora Silva*. 2019. 34 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Teoria, Crítica e História da Arte) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

Acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo. Fotografia: ID/BR

O trecho lido destaca como a artista Maria Auxiliadora usou a arte como ferramenta de resistência cultural. Agora, é sua vez de elaborar uma biografia.

Planejamento e elaboração

- 1 Escolha uma personalidade artística brasileira que seja de seu interesse. Pode ser da música, do cinema, da televisão, das artes plásticas ou do teatro.
- 2 Reúna o máximo de informações possível sobre a vida, as obras e a carreira da pessoa que você escolheu, além das percepções do público sobre ela. Para isso, pesquise em livros, revistas e na internet.
- 3 Registre as informações da pesquisa no caderno ou em um arquivo digital, pois elas serão importantes para os próximos passos. É necessário anotar as fontes de pesquisa para apresentar como anexo ao texto.
- 4 Para aprofundamento, você pode assistir a entrevistas e apresentações que estejam disponíveis *on-line*.
- 5 Organize um esboço para auxiliá-lo na redação da biografia, com tópicos do que deve ser abordado: informações básicas (nome completo, data e local de nascimento e morte, se for o caso); formação e início da carreira; contribuições artísticas e culturais; ativismo e impacto social (se for o caso); prêmios e outras formas de reconhecimento público; curiosidades e aspectos pessoais.
- 6 Com base no esboço elaborado no passo anterior, escreva a biografia. É importante que seu texto siga uma estrutura composta de introdução, desenvolvimento e conclusão.
- 7 Lembre-se: é importante manter a precisão e a clareza nas informações, produzindo um texto coeso e coerente.

Revisão e reescrita

- 1 Em trios, troquem as biografias produzidas individualmente para que sejam conhecidas e revisadas pelos colegas.
- 2 Cada estudante deve ler a biografia dos outros dois integrantes do trio e sugerir melhorias quanto à coerência, à gramática e à completude das informações, tomando como base os seguintes pontos:

O texto apresenta uma ordem cronológica adequada dos fatos?
O texto apresenta detalhes que enriquecem a narrativa biográfica, relacionados ao contexto social nos quais os eventos narrados estão inseridos?
As fontes pesquisadas são confiáveis e estão devidamente identificadas?
A linguagem e o registro do texto estão adequados à situação de comunicação e sem desvios ortográficos ou erros de digitação?

- 3 Faça os ajustes e as melhorias que considerar necessários e redija uma nova versão do texto.
- 4 Em data previamente combinada com o professor, entregue a segunda versão do texto, elaborada após as sugestões indicadas pelos colegas do trio.
- 5 Após a devolutiva do professor, caso seja necessário, redija uma versão final, optando por manuscrito ou digitado. Não se esqueça de pensar no tamanho da letra utilizada!
- 6 Em data previamente acordada com o professor, realize a entrega do texto.

Circulação

- 1 No momento da entrega da biografia, apresente brevemente aos colegas da sala quem foi a personalidade artística escolhida por você. Para isso, se preferir, pode ler sua biografia para os colegas.
- 2 Fale sobre o impacto do contexto social nas trajetórias pessoais e profissionais dos artistas biografados, evidenciando os traços históricos e culturais que influenciaram essas trajetórias.
- 3 Ao final, em uma roda de conversa, reflitam sobre o que aprenderam com a atividade e como ela pode impactar suas percepções acerca da diversidade cultural e artística no Brasil.

PRÁTICAS DE PESQUISA

ESTUDO DE RECEPÇÃO SOBRE O CONSUMO DE ARTE E CULTURA NA ERA DIGITAL

Para começar

Os avanços das tecnologias digitais, somados à popularização da internet, têm possibilitado aproximar os cidadãos de seu patrimônio cultural. Na atualidade, é comum observarmos diferentes formas de fazer, distribuir e visualizar arte; seja aquela já consagrada pela cultura erudita e que habita museus e galerias de arte, seja a que é produzida por pessoas comuns que agora passam a dominar as técnicas de produzir e divulgar seus conteúdos em rede.

Assim, a tecnologia digital passa a ter um importante papel: a democratização do acesso à arte. A experiência estética de contato com a arte à distância é diferente daquela presencial. No ambiente virtual, criam-se possibilidades de percursos próprios que podem transformar a passividade da contemplação em interação, reflexão e diálogo. Além disso, basta o interesse e a curiosidade para apreciar uma obra de arte. Por meio da internet, qualquer público pode - sem sair de casa e sem pertencer a círculos restritos de consumo cultural - ter contato com diversos tipos de arte, bem como visitar museus e acervos *on-line*.

O problema

Visitar um museu virtual é importante para a inclusão digital? Quem é o novo público de museu que a internet promove? O que deseja encontrar? Que realidades são reconstruídas a partir dessa experiência com os museus virtuais?

A investigação

- Prática de pesquisa: estudo de recepção (de obras de arte e de produtos da indústria cultural)

Material

- Dispositivo com acesso à internet
- Celulares, gravadores e/ou máquinas fotográficas
- Folhas para anotação e lápis ou caneta

Procedimentos

Parte I - Planejamento e pesquisa

- 1** A recepção é um campo de investigação que explora as formas de produção ou criação de significados por meio de análises sobre os valores e as práticas culturais. Portanto, a pesquisa de recepção não se restringe apenas a uma pesquisa sobre o público. Por isso, para compreender o consumo de arte nas mídias digitais, é necessário pensá-lo como um processo que se articula a partir de mediações, isto é, de práticas de interações sociais presentes no cotidiano das pessoas, as quais dão múltiplos significados a essa experiência concreta. A recepção é um processo, e não um momento, ou seja, ela antecede o ato de usufruir arte na internet e continua depois dele. O público-receptor deve ser pensado nos outros “cenários” em que costumeiramente atua (nos grupos dos quais participa: família, trabalho, escola, igreja, comunidades, etc.), e nos quais ressignifica muitas vezes a mensagem “transmitida” pelo museu virtual.
- 2** Formem grupos e pesquisem na internet a diversidade de museus virtuais disponíveis, fazendo uma lista e categorizando-os por assuntos ou temáticas e por região. Verifiquem também se o museu existe apenas na internet ou se ele é uma extensão de um museu físico. Observem atentamente alguns pontos relevantes acerca dos museus virtuais que posteriormente os ajudarão a compreender melhor a relação entre museu virtual e público, tais como: o que pode ser “visitado”; o que pode ser “visto” (reproduções de obras; informações sobre as obras, etc.); informações de serviço (horário de funcionamento, exposições em cartaz, compra de ingresso, cursos e atividades promovidas, etc.); como a interface do museu virtual é apresentada; e que tipo de interação permite, além dos recursos mais utilizados.

3 Em seguida, os grupos vão definir os principais tópicos da pesquisa. O levantamento de informações deve abordar os pontos a seguir, além de outros que o grupo considerar importantes.

- Relação entre inclusão digital e ampliação da experiência estética: O que caracteriza um público virtual de museus? Ele é igual ao público não virtual? O público virtual também realiza visitas a museus não virtuais?
- Práticas de significação (produção de sentido): De que forma os visitantes utilizam as exposições ou as outras propostas dos museus virtuais?
- Repertório e estilo de vida do público: Quais outros repertórios artístico-culturais o visitante de museus virtuais tem?
- Democratização e universalização da arte: A participação dos visitantes é homogênea ou determinada por afinidades segundo perfis específicos de público, como gênero, raça, classe social e classe profissional?

4 Definam a estratégia que será adotada para coletar informações sobre o consumo de arte pela internet em museus virtuais. Como saber quem é seu público e como chegar até ele? Vocês podem começar uma sondagem no contexto de sua escola ou de sua comunidade, averiguando entre professores, colegas e vizinhos aqueles que visitam ou conhecem museus virtuais. Para isso, algumas técnicas poderão ser adotadas, mas converse com o professor para a adoção de outros métodos que possam ser convenientes ao grupo: histórias de vida (coleta de dados de caráter biográfico), entrevistas, grupos de discussão (prática grupal de pesquisa qualitativa em que os participantes tecem opiniões sobre suas ações), entre outras possibilidades. A escolha por uma ou mais das técnicas de pesquisa depende da estratégia que será adotada. No entanto, independentemente da técnica de pesquisa, é importante planejar as perguntas que serão feitas e a forma como as respostas serão registradas. Quanto às perguntas, vocês podem se basear nas questões que foram sugeridas nos tópicos de pesquisa e incluir outras que julguem convenientes.

Parte II - Análise das informações pesquisadas

1 Uma das formas de analisar os dados de uma pesquisa de recepção é interpretar o que foi dito pelos entrevistados ou pelos participantes dos grupos de discussão com o objetivo de apurar:

- a subjetividade e a objetividade na realidade do entrevistado;
- o que é meramente individual e o que é parte do coletivo;
- as diferenças e os múltiplos significados e sentidos atribuídos por públicos específicos (gênero, idade, classe social, repertório cultural, etc.).
- Essas interpretações devem ser sustentadas por outras pesquisas similares já realizadas e que poderão servir de contraponto ou, ainda, de complemento para suas análises. Peçam ajuda ao professor para orientá-los nessa pesquisa documental.

Parte III - Organização dos resultados

1 Elaborem um relatório contendo os seguintes itens: informações sobre o museu virtual escolhido ou mencionado nas análises, todas as estratégias pensadas para a coleta de dados em uma pesquisa de recepção e os resultados obtidos de acordo com as análises realizadas.

Questões para discussão

- 1** Quais foram as dificuldades que o grupo teve ao trabalhar esse tema?
- 2** A atividade permitiu ao grupo a identificar o público dos museus virtuais?
- 3** Nessa atividade, o grupo conseguiu verificar se, por meio do contato com os museus virtuais, amplia-se a inclusão digital?
- 4** A atividade ajudou o grupo a construir uma opinião sobre a democratização da arte por meio dos museus digitais?
- 5** A atividade ajudou o grupo a fazer pesquisas de recepção utilizando diferentes técnicas?

Comunicação dos resultados

Compartilhem os resultados da pesquisa com os colegas e o restante da comunidade escolar. Os relatórios podem ser postados no *blog* da turma. Também seria interessante enviar uma cópia do relatório para o museu pesquisado, pois é importante que essas instituições conheçam a forma como as propostas de educação patrimonial elaboradas por suas equipes são apropriadas pelo público.



Acesso virtual a acervos de museus ao redor do mundo é uma possibilidade concreta. Na foto, de 2024, pessoa em visita, virtualmente, Museu Nacional no Rio de Janeiro (RJ).

Rodrigo Fernandes/Acervo do fotógrafo

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

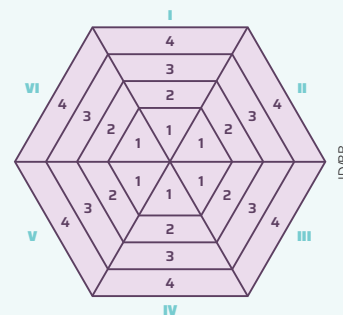


TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	Respostas	Cor indicada
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que “Sempre” realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta I.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente suas respostas para as seguintes questões:

Capítulo 5 - Ideologia e indústria cultural

- 1 Reconheço e compreendo o conceito de ideologia?
- 2 Elucido a relação entre ideologia, dominação e acesso desigual às condições materiais?
- 3 Identifico os mecanismos de reprodução das estruturas de poder e de dominação por meio da cultura?
- 4 Relaciono a hegemonia à atuação das instituições como forma de controle das massas?
- 5 Reconheço as ações de contra-hegemonia como possibilidade de transformação social?
- 6 Compreendo e sei explicar a relação entre gostos, consumo e reprodução social?
- 7 Problematizo o conceito de indústria cultural, reforçando de forma crítica seus problemas e potencialidades?

Capítulo 6 - Arte, cultura e estética

- 8 Compreendo as noções de arte e do belo como construções históricas e culturais?
- 9 Identifico algumas perspectivas estéticas que elucidam a arte e o belo?
- 10 Compreendo que a diferenciação entre o que é ou não arte é reflexo das estruturas de poder da sociedade?
- 11 Reconheço a importância da representatividade e do empoderamento como estratégias de visibilidade de grupos historicamente subalternizados?
- 12 Conheço a noção de apropriação cultural e identifico exemplos na realidade?
- 13 Problematizo formas de expressão na arte e na cultura que se apropriam de referências de povos subalternizados de forma estereotipada?
- 14 Identifico a relevância das abordagens decoloniais para a transformação das estruturas de dominação historicamente consolidadas?
- 15 Compreendo o potencial transformador da arte, da literatura e das produções culturais?

Thiago Limón/D/BR



PARA IR ALÉM

Capítulo 5 - Ideologia e indústria cultural

Documentário Encontro com Milton Santos, direção Silvio Tandler, produção Caliban Cinema e Conteúdo



Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá

Esse filme utiliza a teoria desenvolvida pelo geógrafo Milton Santos para mostrar a globalização do ponto de vista das periferias.

Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá. Direção: Silvio Tandler. Brasil, 2006 (89 min).



Virrine Filmes/DBR

Estou me guardando para quando o Carnaval chegar

O documentário acompanha a dinâmica de uma cidade que é um polo produtor de *jeans* no estado de Pernambuco.

Estou me guardando para quando o Carnaval chegar. Direção: Marcelo Gomes. Brasil, 2019 (86 min).

Netflix/ID/BR



O dilema das redes

Lançado em 2020, esse documentário problematiza o uso das redes sociais. A obra é dividida em duas frentes: a primeira traz depoimentos de especialistas e de profissionais que trabalharam no desenvolvimento das ferramentas e dos algoritmos utilizados nas redes sociais; a segunda, ficcional, pretende chocar o espectador e fazê-lo refletir sobre as repercussões atreladas ao uso das redes sociais no decorrer da vida.

O dilema das redes. Direção: Jeff Orlowski. Estados Unidos, 2020 (86 min).

Geração favela

Esse documentário compartilha detalhes dos bastidores da carreira artística de jovens *rappers* da periferia. Além de apresentar um olhar não estigmatizado sobre a favela, o curta-metragem discute a arte como ferramenta para construção de alternativas para jovens com poucas oportunidades e em situação de maior vulnerabilidade social.

Geração favela. Direção: Hare Brasil. Brasil, 2023 (23 min).



Hare Brasil - Rede de Afeto/Acervo do cedente

Capítulo 6 - Arte, cultura e estética

Martins Fontes/Arquivo da editora



A arte renascentista

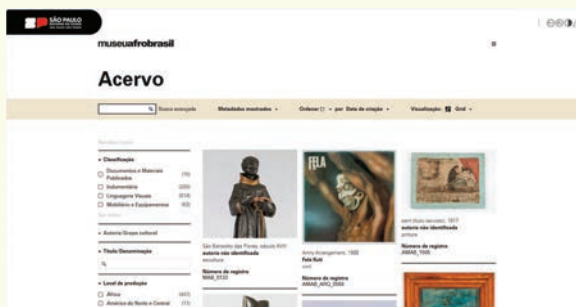
Esse livro aborda os principais aspectos da arte renascentista e sua influência na arte no mundo ocidental.

FAURE, Élie. *A arte renascentista*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

Acervo virtual do Museu Afro Brasil Emanoel Araújo

No Museu Afro Brasil Emanoel Araújo, é possível conhecer a produção artística e cultural brasileira a partir da perspectiva africana. O museu oferece a opção do *tour* virtual, além da possibilidade de os interessados poderem consultar, a distância, o acervo do museu, como se observa na imagem ao lado.

Museu Afro Brasil Emanoel Araújo. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/>. Acesso em: 2 ago. 2024.



Disponível em: <https://online.museuafrobrasil.org.br/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Casa de Cinema de Porto Alegre/ID/BR



Real beleza

Por meio de uma história de romance, esse filme reflete sobre as nuances implícitas na construção social sobre o belo.

Real beleza. Direção: Jorge Furtado. Brasil, 2014 (84 min).

Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano

Nesse livro, publicado originalmente em inglês, em 2008, Grada Kilomba nos conduz por um caminho ao mesmo tempo acadêmico, reflexivo e psicanalítico, pois sua escrita mistura revisões conceituais, problematização social e muita subjetividade.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.



Cobogó/Arquivo da editora

RELACIONES DE PODER E RESISTÊNCIA

ORGANIZAR IDEIAS

Nesta unidade, você é convidado a analisar como se estruturam as relações de poder e quais são as formas de controle social, compreendido como mecanismo para a convivência coletiva, como estratégia de ordenação do Estado, como meio de regulação de identidades e comportamentos ou, ainda, como tática política para desarticular movimentos e impedir a luta por direitos.

Nesse percurso, você também terá a oportunidade de estudar movimentos de resistência, que lutam pela manutenção ou pela criação de direitos coletivos e individuais. Para isso, retomará estudos sobre a Constituição brasileira, ampliando a reflexão sobre cidadania e lutas sociais, a exemplo dos movimentos de reivindicação de moradias.

1. Observe a imagem e descreva o que vê. O que você imagina que estava acontecendo no momento em que a foto foi registrada?
2. Durante o período da ditadura militar do Brasil, por abordar temas de interesse das classes oprimidas, alguns grupos de teatro foram perseguidos e seus membros presos. Em sua opinião, é possível afirmar que o poder do Estado afeta as produções artísticas?
3. Para você, o uso de produções artísticas para reivindicar direitos é legítimo? Quais outras formas de reivindicar direitos e defender pautas existem?
4. Considerando que a arte pode ser utilizada como um meio para divulgar mensagens de grupos marginalizados, você consideraria a possibilidade de integrar um grupo teatral que desenvolve peças em defesa dos direitos da população? Se pudesse produzir uma peça teatral com esse objetivo, qual seria o tema?



Ensaio da peça *Roda Viva*, musical escrito por Chico Buarque de Hollanda e dirigido por José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Galpão, no município de São Paulo (SP), em 1968. Depois da estreia, houve episódios de violência e censura. ▶

7 Estado, poder e controle social

8 Mecanismo de ação coletiva e movimentos sociais



ESTADO, PODER E CONTROLE SOCIAL

1. Que relações de poder podem existir na situação representada na foto desta página? Quais elementos você considerou para elaborar sua resposta?
2. Como a foto pode revelar a divisão do trabalho existente na sociedade? Em sua opinião, essa divisão reflete relações de poder?
3. Nem sempre identificamos as estruturas de poder que organizam as relações sociais, seja em casa, no trabalho, na escola ou em outros grupos dos quais fazemos parte. Por que você acredita que isso acontece? Compartilhe sua hipótese com os colegas.



Trabalhadores produzindo bancos em linha de montagem de automóveis, em Hefei, na China. Foto de 2024.

O poder e os mecanismos de controle estão presentes em diferentes aspectos da vida social: na política, nas empresas, nos sindicatos, nas escolas, na família, nas comunidades religiosas e nas relações amorosas e de amizade.

Classe social, gênero e raça são alguns dos elementos que regem as relações de poder. Em vista disso, torna-se necessário refletir sobre a maneira como essas relações afetam o cotidiano e o projeto de vida das pessoas.

As relações de poder, muitas vezes, são naturalizadas e passam despercebidas, perpetuando desigualdades e injustiças. É importante, portanto, questionar as estruturas de poder e entender como elas são mantidas e reproduzidas, seja por meio de normas sociais, de políticas públicas, seja por práticas culturais. A análise crítica dessas dinâmicas pode revelar tanto as formas sutis como as explícitas pelas quais o controle social é exercido, influenciando comportamentos e limitando a autonomia dos indivíduos. Compreender esses mecanismos é um passo fundamental para promover uma sociedade justa e equitativa, onde todos tenham a oportunidade de participar e de contribuir de maneira plena.

Neste capítulo, será aprofundada a discussão sobre as relações sociais, para identificar os mecanismos de controle social que agem sobre elas e problematizar as relações de poder existentes nas sociedades.

MECANISMOS DE PODER E CONTROLE

Considerando as diferenças individuais e os inúmeros interesses dos diversos grupos existentes na sociedade, os mecanismos de controle social e as relações de poder são estratégias implementadas para garantir a convivência social com base no estabelecimento de normas. Essas normas, que podem ser formais, como as leis, ou informais, como se observa nos costumes, procuram garantir a estabilidade das regras de comportamento, que são incorporadas pelos indivíduos e se manifestam de distintas maneiras nas interações sociais.

O processo de socialização, como estudamos anteriormente, possibilita a inserção dos indivíduos em uma estrutura social, regulando seus comportamentos por meio da imposição de padrões e normas. Portanto, as instituições sociais (escola, família, Estado, Igreja, mídia, etc.) e os padrões culturais (normas sociais coletivas) são amostras de mecanismos de poder e controle.

Há, por exemplo, padrões de vestimenta culturalmente estabelecidos para diferentes situações sociais. O tipo de roupa utilizado em cerimônias de casamento não condiz com as vestimentas adequadas a práticas esportivas. Algumas instituições, como a escola, adotam uniformes para a circulação em seu espaço ou para a realização de determinadas atividades.

Mesmo que essas regras de conduta nem sempre sejam formais e escritas, elas são reconhecidas e acionadas pelos indivíduos durante as interações sociais. Se alguém estiver vestido de maneira considerada inadequada para determinada situação, por exemplo, possivelmente será repreendido por outras pessoas, podendo ser motivo de deboche ou de marginalização.

Além disso, modelos de comportamento e adequação social são transmitidos cotidianamente pelas instituições. Nesse sentido, os meios de comunicação têm muita influência. Filmes e programas de televisão transmitem padrões de beleza e de atitude que são reproduzidos diariamente nas relações sociais e podem contribuir para a manutenção de estereótipos e consolidar relações de poder.



ThalesAntonia/Shutterstock.com/DJBR

A coerção social pode ser observada em pequenas manifestações do cotidiano e dentro de instituições, inclusive nas escolas. O uso de uniformes escolares, muito comum nas escolas brasileiras, é um exemplo desse tipo de coerção. Na foto, de 2023, estudantes uniformizados de escola cívico-militar em Salvador (BA).

Durkheim e o controle social

Em sua produção teórica, Émile Durkheim refletiu sobre o fenômeno do controle social. Para ele, os indivíduos agem considerando o olhar das outras pessoas ao redor e de acordo com regras explícitas e implícitas elaboradas, geralmente, muito tempo atrás. Cabe às instituições a função de reproduzir esse padrões ao longo das gerações e, conseqüentemente, zelar pela ordem.

Além das instituições, as pessoas exercem, em suas relações, uma força coercitiva para manter os padrões de comportamento esperados. Nesse sentido, o autor nos ajuda a compreender, no âmbito das interações sociais, a maneira pela qual nos adaptamos ao contexto no qual estamos inseridos. Não nos comportamos da mesma forma em casa e na escola, muitas vezes mudamos o vocabulário e o vestuário, e as regras que organizam a casa e a escola também podem ser muito distintas.

No entanto, o que acontece quando as pessoas contrariam as expectativas sociais? Para responder a essa questão, Durkheim desenvolveu o conceito de **anomia**. Em situações nas quais a coerção social não é suficiente para manter a ordem, as sociedades podem enfrentar crises de regulação. Durkheim acreditava que, nesses momentos, as normas sociais se tornam confusas ou conflitantes, levando ao estado de anomia. Isso pode resultar em comportamentos desviantes, por meio dos quais os indivíduos se afastam dos padrões estabelecidos, gerando tensões sociais. A anomia pode ser observada em momentos de mudanças sociais, como revoluções ou crises econômicas, em que as regras anteriores perdem sua eficácia e novas normas ainda não foram estabelecidas.

Para entender melhor a anomia social, vamos analisar o contexto durante a pandemia de covid-19. Talvez você se recorde da sensação de caos que muitos de nós tivemos nesse período. Além do alto índice de mortes, essa sensação era acentuada pelo desencontro de informações. Nos meios de comunicação de massa (TV, rádio, sites, redes sociais) e nos protocolos de saúde do governo federal e dos estados havia discordância sobre o rumo a se tomar, além da disseminação de muitas *fake news*. A medida indicada pela ciência, antes do desenvolvimento da vacina, foi o isolamento social. Mas, em virtude da desinformação e de crenças pessoais, muitos julgaram desnecessário ficar em casa.

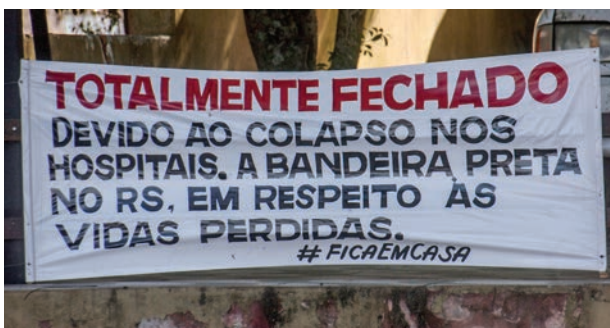
Isso ampliou o número de casos e de mortes e sobrecarregou o sistema de saúde, impactando também as relações pessoais. Se você era uma pessoa que pôde e escolheu ficar em casa, provavelmente se indignou com as pessoas que saíam para festas, viagens e eventos que não eram necessários. O isolamento social, portanto, é um exemplo de como a força coercitiva atua nos âmbitos coletivo e individual. Da mesma maneira que as forças policiais atuavam para encerrar festas, os indivíduos se incomodavam com as pessoas que escolhiam não ficar em isolamento social, porque essa era a regra indicada pela ciência para sair do estado de anomia no qual nos encontrávamos naquele momento.

Para Durkheim, a anomia não é uma condição permanente, mas uma fase transitória. Ele sugeria que a sociedade tem a capacidade de se reorganizar e de estabelecer novas normas e valores que restabeleçam a ordem. Esse processo de reestruturação é essencial para a continuidade e o desenvolvimento da sociedade e, nesse período, as instituições sociais como a família, a escola e o sistema legal atuam para a reintegração dos indivíduos e a reconstrução dos vínculos sociais. A educação, em particular, é vista como um mecanismo vital para transmitir os valores e as normas necessários para a coesão social.

De acordo com o pensador, a coerção social é fundamental para a coesão e a harmonia da sociedade. Isso porque, em tese, possibilita a eliminação de comportamentos indesejados. Por exemplo, quando uma pessoa comete um crime e recebe a punição prevista, toda a sociedade é lembrada da validade daquela regra, que fica reforçada e continua a controlar o comportamento dos indivíduos. Por essa razão, as leis mudam ao longo do tempo, pois uma regra que impactava os indivíduos no passado pode não ser suficiente para moldar o comportamento deles no presente, devendo ser revista e atualizada.

Em suma, o controle social, segundo Durkheim, é um fenômeno complexo que envolve tanto a coerção quanto a adaptação às normas sociais. O estudo dessas dinâmicas é fundamental para compreender como as sociedades se mantêm coesas e funcionais, mesmo diante de desafios e transformações.

Omar de Oliveira/Fotografia



Durante a pandemia de covid-19 em 2021, restaurante em Porto Alegre (RS) fecha e adere à campanha #ficaemcasa.

INTERAÇÃO

1. Você conhece alguma regra ou lei que existia no passado no Brasil e que não existe mais? Se sim, por que ela deixou de existir?
2. Você conhece alguma regra ou lei que exista atualmente no Brasil e que não existia no passado? Se sim, por que foi necessária sua criação?
3. Durkheim defende a importância do controle social para a manutenção da ordem social. Você concorda com o pensador? Por quê?

O poder segundo a perspectiva marxista

Para Karl Marx, o poder econômico é o poder predominante. Na obra *Manifesto do partido comunista*, de 1848, Friedrich Engels e Karl Marx afirmam que o Estado moderno é composto de um conjunto de pessoas interessadas em gerir os negócios comuns da classe burguesa. Segundo os autores, as elites políticas, embora apresentem características específicas de acordo com o contexto, agem baseadas em um princípio comum: os interesses do capital. Dessa maneira, é possível perceber uma complexa conexão entre poder, economia, indivíduos e sociedade.

Para Marx e Engels, o controle social está relacionado à manutenção dos interesses das classes dominantes, que se manifestam em diferentes instituições sociais. Segundo eles, a produção cultural, o aparato jurídico e as estruturas política e econômica reproduzem a visão de mundo desse grupo, que procura manter sua posição de domínio. Desse modo, os valores dos que detêm o poder são transformados em valores coletivos e passam a ser considerados normais, mesmo que não contemplem os interesses dos demais grupos.

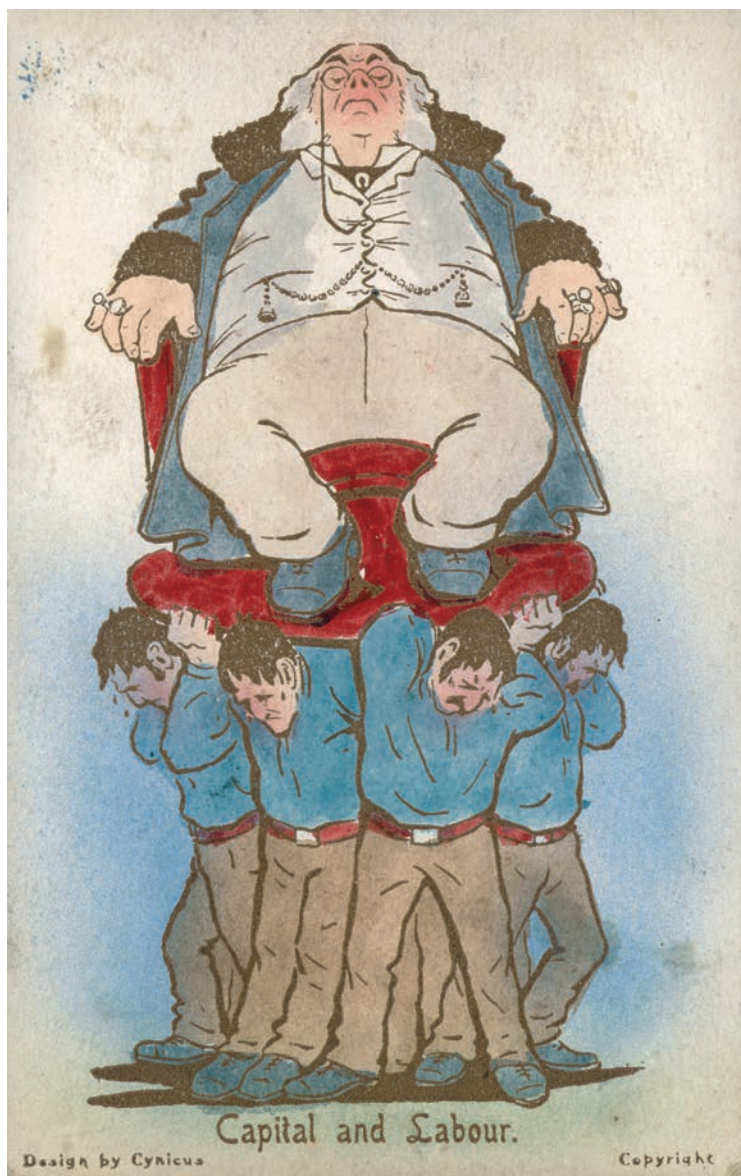
O aparato teórico da dupla de autores alemães, para pensar a questão do poder na relação entre indivíduo e sociedade, envolve uma análise histórica. Assim, Marx e Engels fizeram a escolha metodológica de extrair os conceitos da História.

Por isso, para ilustrar o conceito de alienação, os autores utilizaram o fenômeno da religião. Segundo eles, em primeiro lugar, os humanos inventaram Deus; em segundo lugar, eles esqueceram que o inventaram; em terceiro lugar, acreditaram que Deus inventou os humanos. Os teóricos afirmam que esse processo de inversão também pode ser notado em relação à política, à natureza e, fundamentalmente, ao trabalho. Alienação, portanto, é o alheamento do indivíduo em relação a ele mesmo ou aos outros, uma vez que o indivíduo passa a atribuir aos outros capacidades e potencialidades que estão em si próprio.

Segundo os autores, a alienação do trabalho faz com que os trabalhadores se esqueçam que são os responsáveis pela produção da riqueza. Em dado momento, eles naturalizam a relação assalariada e as assimetrias em relação aos proprietários dos meios de produção, que, embora apenas administrem a produção, são considerados os verdadeiros produtores de riqueza.

Para superar essa relação de poder, Marx e Engels propõem o fortalecimento da percepção do trabalhador sobre seu papel na dinâmica da produção. Assim, ele poderia reivindicar o que lhe cabe como produtor, questionando o lucro e a exploração dos capitalistas. Essa consciência deve ser elaborada politicamente, de maneira coletiva.

A litogravura de Martin “Cynicus” Anderson, *Capital e trabalho*, do século XX, mostra as relações de poder entre burguesia e proletariado.



Coleção particular. Fotografia: Bridgeman Images/Easy Mediabank

Weber e o conceito de dominação

O sociólogo alemão Max Weber, preocupado em entender como as relações sociais de poder se estabelecem, investigou as relações de dominação que não utilizam força (ou meios coercitivos). Para isso, ele estudou a forma como diversas sociedades se organizaram politicamente e por quais meios essas relações de poder se perpetuavam. Weber elaborou uma classificação dos **tipos de dominação**, chamando de **dominação legítima** o tipo de dominação que ocorre sem o uso de força.

De acordo com o autor, o poder é um movimento de mão dupla: a pessoa que apresenta alguma característica de autoridade (conhecimento, experiência, dinheiro, entre outras) se destaca no coletivo, mas só assume efetivamente algum grau de poder quando uma pessoa ou um coletivo reconhece essa autoridade e concorda com ela. Os dominados aceitam essa condição e, assim, legitimam a dominação.

A dominação legítima foi classificada em três tipos:

- **Dominação tradicional:** a força dessa dominação vem da tradição e de uma linhagem parental. Não existe um código de leis a que o dominante precise obedecer ou que regule sua ação, sendo esse o campo da justiça informal. A dominação tradicional remonta a estruturas de poder bastante conhecidas na Idade Média, mas que ainda existem em algumas sociedades.
- **Dominação carismática:** essa dominação é baseada no carisma e na persuasão. As decisões não são tomadas racionalmente, mas pela vontade explícita do dominador, que, muitas vezes, também expressa um caráter despótico. Quando as qualidades do líder diminuem ou acabam, ele perde seu poder. Esse tipo de dominação tem estado presente em toda a história da humanidade.
- **Dominação legal:** essa dominação estabelece que a legitimidade do poder se dê por meio de leis a que

todos estão submetidos e que determinam as regras para a escolha de um líder. A burocracia, entendida como um conjunto de procedimentos e leis que organizam uma atividade pública, estabelece as hierarquias de poder, com limites e competências claras para cada uma delas, e se fundamenta na ideia da obediência ao cargo e às leis, e não a uma pessoa. A dominação legal é a mais moderna entre os tipos de dominação.

Para Weber, o poder precisa ser analisado em seu contexto, em cada situação, pois as pessoas e as instituições podem assumir diferentes posições de poder, a depender do arranjo e das relações sociais que estabelecem. De modo geral, o Estado é compreendido como o conjunto de instituições jurídicas, econômicas e políticas que regem, normatizam e regulam a vida social.

Segundo o sociólogo, o Estado é o único ator social que tem legitimidade para impor a coerção física, e essa imposição faz parte de seus deveres legais. Portanto, a coerção física passa a ser considerada uma dominação legal somente porque é regulada por leis. Contudo, quando o uso da força extrapola o permitido pela legislação, ou existe uma omissão, e as políticas fomentam a violência contra uma população específica, como pobres, negros e jovens, o Estado deve ser responsabilizado pelo não cumprimento das leis que garantem o bem-estar social da população.

INTERAÇÃO

1. Refletindo sobre as relações de dominação que você conhece, encontre um exemplo que se aproxime de cada um dos tipos de dominação legítima elaborados por Weber. Discuta as características presentes nas relações que você associou a cada tipo de dominação legítima.

A Polícia é uma instituição do Estado que tem como objetivo assegurar a ordem e promover a segurança física e patrimonial de uma sociedade. Na foto, policiais durante atuação nas manifestações de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF).

Ton Molina/Fotorena

O ESTADO MODERNO

Ao longo do capítulo, fomos apresentados às ideias de mecanismos de poder e controle social, que têm como função garantir a estabilidade das regras comportamentais dos indivíduos na vida em sociedade. Instituições como família, escola e Igreja são exemplos desses mecanismos que operam as relações sociais. Destacamos agora outro importante mecanismo de poder e controle social: o Estado, mais especificamente a noção moderna de Estado.

Como ponto de partida, podemos entender Estado como uma entidade abstrata de caráter político que comanda a organização social. Na Antiguidade Clássica e na Idade Média, os termos *pólis*, *civitas* e *res publica* eram empregados para descrever o complexo político-administrativo que organizava a sociedade. **Estado** passa ser o nome empregado na Era Moderna, com a experiência ocidental europeia dos Estados nacionais.

Com a crise da Idade Média e da organização feudal, o conjunto de instrumentos administrativos e políticos para o controle social também se altera e a forma passa progressivamente do Estado feudal para o Estado absolutista – como as monarquias na França, na Inglaterra e na Espanha. Os elementos constitutivos dessa nova organização social estabelecem os marcos históricos, políticos, jurídicos e sociológicos do que denominamos Estado Moderno – um novo nome para uma nova realidade social.

Temos, portanto, alguns elementos para definição geral do Estado Moderno: centralização de poder político; território e população definidos; monopólio de serviços essenciais à manutenção da ordem interna e externa (produção de leis, recolhimento de impostos e uso legítimo da força); e aparato administrativo para prestação desses serviços essenciais.

O Estado Moderno assume inicialmente a forma histórica do Estado absolutista, com as figuras dos monarcas, soberanos e príncipes ainda presentes como referência da centralização de poder sobre o território e a população. A forma absolutista progressivamente perde espaço para a forma representativa, mais próxima das características que encontramos nos dias de hoje.

O Estado representativo ganha corpo com o reconhecimento dos direitos do homem e do cidadão, marcando uma revolução nas relações entre governantes e governados. O indivíduo passa a vir antes do Estado, que começa a existir para o indivíduo. O desenvolvimento do Estado representativo, portanto, coincide com a ampliação dos direitos políticos e até do sufrágio universal masculino e feminino, além da formação de partidos organizados, inaugurando outra fase da própria representatividade do Estado.

Mesmo considerando o processo histórico com significativas transformações na forma do Estado, o Estado Moderno mantém suas funções fixadas no domínio da força e da repressão; na proteção do território e do povo; no estabelecimento das leis e na manutenção da infraestrutura da sociedade. Dessa forma, consolida a forma hegemônica de organização político-social, já que a maior parte da população mundial se organiza em Estados. O surgimento de blocos regionais supraestatais, como o Mercosul ou mesmo a União Europeia, deve alimentar a reflexão sobre a continuidade das transformações dos aparatos administrativos e políticos da sociedade para além do Estado Moderno.

civitas: a origem da palavra “cidadania” vem do latim *civitas*, que significa “cidade”.

pólis: cidade-Estado. Na Grécia Antiga, a *pólis* era um pequeno território localizado geograficamente no ponto mais alto da região, cujas características eram equivalentes a uma cidade.

res publica: ou *res publica* é uma expressão latina e significa “coisa do povo”, “coisa pública”.



Carlos Alvarez/Cetty Images

Família real da Espanha, em 2024. No contexto espanhol, coexistem elementos do processo histórico que formou o Estado Moderno. A forma do Estado é representativa, mas com um governo dividido entre a monarquia e o parlamento.

INTERAÇÃO

1. Como o surgimento de blocos regionais supraestatais, como o Mercosul e a União Europeia, pode influenciar as funções tradicionais do Estado Moderno e seu papel na organização político-social?

Tipos de poder para Bobbio

O filósofo italiano Norberto Bobbio (1909-2004) identifica três tipos diferentes de poder, que contribuiriam para fundamentar e manter uma sociedade de desiguais, pois evidenciariam a existência de divisões entre “ricos e pobres”, “sábios e ignorantes” e “fortes e fracos”. Essas divisões consolidam e, ao mesmo tempo, intensificam as desigualdades.

O poder econômico é exercido por quem tem a posse dos meios de produção – unidades de transformação do trabalho em mercadoria –, ou seja, pelo capitalista. O poder ideológico refere-se ao uso do conhecimento como argumento e construção de autoridade. Ele pode ser exercido por qualquer pessoa que produz e transmite ideias e que tenha características que a distingam das demais, como os sábios, os sacerdotes, os intelectuais e os cientistas. O poder político é a força ou a coerção que um ser humano impõe a outro em relações entre governantes e governados, entre Estado e cidadãos, etc. Por meio dessa tipologia de poderes, é possível refletir sobre como a coerção do poder econômico transcende os envolvidos na relação salarial. Atualmente, no Brasil e no mundo, os trabalhadores formais representam apenas uma pequena parcela da população. Assim, uma pessoa desempregada ou um trabalhador autônomo encontra-se em uma situação de vulnerabilidade que se relaciona com o poder econômico, mas também ideológico e político.

Para Bobbio, a máxima concentração de poder ocorre quando os que detêm o monopólio do poder coercitivo, no qual consiste propriamente o poder político, detêm também o monopólio dos poderes econômico e ideológico.



Atualmente, o poder econômico é representado pelo capital financeiro. Na foto, de 2024, painel da bolsa de valores em São Paulo (SP).

O filósofo argumenta que a máxima concentração de poder ocorre quando um grupo ou um indivíduo tem simultaneamente os três tipos de poder: econômico, ideológico e político. Essa concentração é perigosa porque permite que os controles sobre os recursos materiais, as ideias e a força física se unam, resultando em um domínio quase absoluto sobre a sociedade. Esse cenário pode levar a uma intensificação das desigualdades, pois aqueles que detêm esse poder total conseguem manipular as condições econômicas, moldar a consciência coletiva e exercer coerção sobre a população, perpetuando seu *status* privilegiado e dificultando a mobilidade social.

Bobbio também destaca que essa concentração de poder pode ser vista em regimes autoritários, nos quais o governo controla rigidamente a economia, a disseminação de informações e o aparato de segurança. Nesse contexto, a resistência ou oposição se torna extremamente difícil, uma vez que os cidadãos têm poucas ferramentas para contestar ou desafiar a autoridade estabelecida. Além disso, a manipulação ideológica pode levar à conformidade e à aceitação passiva da ordem vigente, tornando a sociedade mais suscetível a abusos de poder e menos propensa a questionar as injustiças.

A ORGANIZAÇÃO E A ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

O Estado brasileiro recebe o nome de **República Federativa do Brasil**. Nos dois primeiros termos, estão concentrados os sentidos da organização político-social do país: “República” aponta para a forma de governo, a estrutura de poder e as relações entre os vários órgãos para o exercício político; “Federativa” indica a forma do Estado, a organização dos aparelhos administrativos, sua relação com o território e a estrutura jurídica.

A dimensão **Federativa** do Brasil está organizada em: municípios, estados, Distrito Federal e União. Essas unidades organizacionais são chamadas de “entes federativos” e têm características próprias e outras compartilhadas, ligadas ao território e à população. O território brasileiro está dividido em mais de 5 mil municípios, dentro de 26 estados, além do Distrito Federal, onde está localizada a capital, formando a União ou Federação. Todos os entes federativos têm autonomia política, administrativa e financeira, ou seja, se auto-organizam; elegem seus representantes, constituem governo próprio e elaboram suas leis na esfera política; cumprem essas leis, administram seus bens e serviços públicos e executam suas políticas na esfera administrativa; arrecadam seus tributos e formam e gastam seus recursos na esfera financeira.

Essa ampla autonomia dos entes federativos, que garante a competência daquilo que é local ao município, regional ao estado e nacional à União, assume um caráter relativo quando pensamos na atuação em conjunto. Os entes se respeitam como unidades ao mesmo tempo que respeitam a hierarquia da administração e da legislação públicas, ou seja, os estados respeitam as leis federais e os municípios respeitam as leis federais e estaduais, e todos respeitam a Constituição Federal, que dispõe sobre os limites e as possibilidades dessa organização político-social do Estado brasileiro.

Já na dimensão **República**, entendemos como os poderes são distribuídos. O princípio que orienta o Estado brasileiro é o da tripartição, no qual a função é exercida por três órgãos distintos, conhecidos como os três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Os poderes são independentes, mas atuam em harmonia, ao mesmo tempo que se completam e se limitam no exercício das funções do Estado. O Executivo tem competência direta sobre os serviços públicos, como saúde, educação, segurança e infraestrutura, contudo só pode executar as ações conforme as leis. Ao Legislativo competem as leis, discutindo seus tipos, negociando suas propostas e votando para sua aprovação. Já o Judiciário é o poder que julga, resolvendo conflitos entre os cidadãos, entre os cidadãos e o Estado e entre os próprios poderes.

Apesar da separação apresentada entre as dimensões Federativa e República, somente conhecemos a organização e a atuação do Estado brasileiro com sua sobreposição. E ainda com a incorporação de mais uma dimensão: a **Presidencialista**, que, por sua vez, acrescenta a figura do presidente (e do vice-presidente), democraticamente eleito pela população como líder do Poder Executivo, uma especificidade da forma e da organização do Estado brasileiro para a operação dos poderes.

INTERAÇÃO

1. Como a autonomia relativa dos entes federativos e a tripartição dos poderes influenciam a capacidade do Estado brasileiro de atender às necessidades locais, regionais e nacionais? E como esses princípios colaboram para a manutenção da democracia e da justiça social?



Alison Nunes Calazans/Shutterstock.com/D/BR

Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF). O palácio do Congresso Nacional é a sede do Poder Legislativo; o palácio do Planalto, do Poder Executivo; e o palácio do Supremo Tribunal Federal é a sede do Poder Judiciário. Foto de 2024.

O CONTROLE SOCIAL E AS TEORIAS CONTEMPORÂNEAS

No contexto posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pensadores como o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) e o escritor francês Guy Debord (1931-1994) refletiram sobre práticas que antes eram consideradas uma forma de garantir a coesão social e que passaram a ser questionadas como práticas de dominação. Essa reavaliação esteve intimamente associada à crítica dirigida contra o fascismo e o nazismo.

Para Michel Foucault, o poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos. Instituições como a família, o manicômio, o presídio e a escola são as unidades espaciais nas quais os indivíduos encontram manifestações de poder. O poder também está presente no modo como as pessoas manifestam a sexualidade, nos diversos códigos das relações entre homem e mulher, entre pais e filhos, etc. Segundo o filósofo, as relações habitualmente associadas ao campo do privado também são atravessadas pelo poder e pela política. Assim, para Foucault, só seria possível mudar a sociedade transformando o caráter dessas relações.

Com essa problematização, o autor opera uma grande mudança nas perspectivas sobre transformação social, que apresentavam ações direcionadas para a esfera política. Portanto, o filósofo discute o poder para além do Estado, da soberania e das instituições políticas. Para isso, ele investigou as características de várias instituições de controle social, com o objetivo de compreender como elas engendram mecanismos de disciplina que guiam o comportamento dos indivíduos. Para Foucault, essas instituições têm a função de moldar os comportamentos e as formas de pensar das pessoas, com o intuito de tornar seus corpos dóceis e produtivos. Nelas, os mecanismos de controle operam segundo uma divisão do que é normal e patológico, inocente e criminoso, louco e são.

O escritor percebeu que esses mecanismos de controle também são reproduzidos em espaços dedicados ao estudo e ao trabalho. Ao analisar as fábricas do século XX, por exemplo, ele notou estruturas de vigilância semelhantes às prisões, tendo em vista que, em uma linha de produção, o trabalho é disciplinado e os corpos são adestrados e supervisionados para seguir o ritmo das máquinas de acordo com um padrão de produtividade. O processo de especialização decorrente da divisão do trabalho exige que a população seja racionalmente classificada, educada e controlada, para que seja transformada em força de trabalho produtiva.



Underwood Archives/Getty Images

O controle social também pode ser exercido de maneira explícita, por meio do confinamento e do cerceamento do direito de ir e vir das pessoas. A foto mostra uma prisão em Crest Hill, nos Estados Unidos, projetada pelo inglês Jeremy Bentham (1748 -1832), com base no modelo pan-óptico, ou seja, com visão do todo. Foto de 1928.

Os dispositivos de poder de Foucault

Segundo Foucault, o poder é exercido por meio de mecanismos conhecidos como **dispositivos de poder**. Para exemplificar, considere o interruptor de luz. Esse objeto é um dispositivo que, uma vez acionado, acende ou apaga uma lâmpada. Ao acioná-lo, o sujeito não pensa no interruptor em si, mas na luz produzida pela energia elétrica, que só aparece ao executar essa ação. Logo, o interruptor é um dispositivo utilizado para acionar a luz.

O dispositivo de poder, acionado ao longo do tempo, produz aquilo que ficou conhecido como **regime de verdade**. Esse regime organiza discursos, saberes e padrões de comportamento que atuam em diferentes níveis da sociedade e de maneira complexa e heterogênea. Assim, os dispositivos de poder permeiam as relações sociais, as práticas institucionais, as subjetividades, a construção do conhecimento, as leis, etc. A maneira como esses dispositivos são naturalizados e legitimados pela sociedade é chamada por Foucault de **efeitos de verdade**.

O filósofo estudou os saberes que procuravam legitimar os mecanismos de controle social, como a Psiquiatria, a Criminologia e a Medicina, que conduzem a formas de curar, educar e punir os indivíduos, estabelecendo padrões de normalidade introjetados pelas pessoas como naturais, mas que na verdade são socialmente e historicamente estabelecidos. Para ele, há uma forte correlação entre saber e poder, tendo em vista que nenhum saber é neutro. O poder é aceito porque é articulado ao conceito de verdade e de sua suposta neutralidade e objetividade.

Assim, para Foucault, as estruturas de poder permeiam as diversas práticas sociais, em diferentes instituições. O poder não está concentrado no Estado, mas é distribuído difusamente em várias direções, nas relações públicas e privadas. Nas relações sociais, ora os indivíduos são sujeitados pelo poder, ora são sujeitos do poder. Ele aponta que as hierarquias não são fechadas e inflexíveis, já que suas configurações são determinadas pelas diferentes posições de poder e por processos que ocorrem ao longo do tempo. Assim, os indivíduos criam estratégias para se posicionar nas relações sociais e manipular o conjunto de normas existentes a seu favor, em diferentes contextos.

Para compreender como as hierarquias e as posições de poder se configuraram, o filósofo sistematizou uma metodologia chamada **genealogia do poder**. Trata-se de entender como determinadas práticas foram fundamentais para construir uma noção de verdade, quais foram os acontecimentos e como foram produzidos os efeitos de verdade.

Assim como Foucault, muitos pesquisadores de diversas áreas passaram a estudar os discursos, dando origem a um movimento intelectual de grande influência que ficou conhecido como “virada linguística”. Foi uma corrente de pensamento que defendia que a linguagem não era apenas um meio pelo qual os indivíduos nomeavam sua realidade, mas que a realidade era acessada somente por meio da linguagem. Com base nessa perspectiva, as palavras não servem apenas para identificar as coisas, mas as coisas são conhecidas somente por meio das palavras que os indivíduos usam para nomeá-las, já que dificilmente conhecem coisas cujo nome lhes é desconhecido.

AÇÃO E CIDADANIA

Poder, controle social e instituições

Os mecanismos de poder e controle social incidem sobre o comportamento dos indivíduos, seja de forma nítida, como demonstrado na cena da foto, seja de maneiras menos perceptíveis.

1. Considerando a perspectiva proposta por Foucault, quais instituições estão presentes em sua vida? Em sua opinião, quais entre as instituições listadas influenciam com maior intensidade sua socialização, sua formação de opiniões e suas perspectivas?
2. Como os recursos tecnológicos influenciam os mecanismos de poder e controle social disponíveis da atualidade?
3. Quais os cuidados devemos ter para evitar que sejamos influenciados por mentiras ou visões que deturpam fatos, acontecimentos, leis, regulamentos e conhecimentos? Em grupo, elaborem uma proposta de intervenção na escola sobre o tema.



Na foto, o uso de uniforme e a organização das pessoas em fila, dentro da prisão, revela a domesticação de seus corpos. Geórgia, Estados Unidos, 1937.

Underwood Archives/Getty Images

A mídia como quarto poder

A expansão da televisão, do rádio e dos jornais transformou esses meios de comunicação em grandes influenciadores do comportamento humano. Esse processo rendeu à mídia a designação de “quarto poder”, uma vez que sua influência foi se tornando equiparável à dos demais poderes institucionais (Legislativo, Executivo e Judiciário), chamando a atenção de muitos intelectuais contemporâneos. As informações divulgadas em meios de comunicação relacionam-se diretamente com os sujeitos, pois, se a vida pauta a mídia, a mídia pauta a vida.

Veja, a seguir, a análise que o historiador francês Michel de Certeau (1925-1986) faz sobre os meios de comunicação no livro *A invenção do cotidiano*, de 1980.

[...] [A] análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” durante essas horas e com essas imagens. O mesmo se diga no que diz respeito ao uso do espaço urbano, dos produtos comprados no supermercado ou dos relatos e legendas que o jornal distribui [...].

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 38. (Coleção Artes de Fazer, v. 1).

Com base na perspectiva apresentada, é possível afirmar que os discursos e as narrativas da mídia subsidiam a construção social da realidade. Os espectadores produzem realidades com base nas representações veiculadas pela mídia, além de relacioná-las ao que acontece em seus cotidianos.

Os grupos proprietários dos meios de comunicação de massa atualmente assumem um lugar relevante na construção dessa representação da realidade. Em decorrência do capital necessário para a consolidação de uma grande emissora de televisão ou de uma rádio, há uma tendência de concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos. Assim, esses grupos influenciam a construção da opinião pública e, muitas vezes, orientam-na segundo seus interesses, reproduzindo seus privilégios ao longo do tempo.

Isso pode resultar no estabelecimento de padrões de comportamento e de consumo. Os indivíduos, compreendidos como consumidores, são estimulados, principalmente por meio de propaganda, a associar determinados produtos a sentimentos de conquista, sucesso e felicidade. Como consequência, os indivíduos, muitas vezes, consomem em excesso ou compram produtos dos quais não necessitam. Esse comportamento consumista causa graves consequências, como danos socioambientais e agravamento das desigualdades sociais, pois nem todos têm o mesmo acesso a bens de consumo.

REFLEXÃO

Moda e consumo

[...] [Segundo uma concepção] propriamente econômico-social, a vestimenta não é só nem principalmente um instrumento para embelezar a pessoa, mas um indicador da riqueza do proprietário, e, na medida em que a riqueza constitui por sua vez um indicador de *status*, a vestimenta se converte também em sinal de respeitabilidade.

[...]

[...] O princípio do consumo **conspícuo** “inculca o desejo – que chega a converter-se em necessidade – de não usar nada fora de moda [...]”.

[...]

[...] Se bem que seja um fato comprovado que as modas mudam de estação em estação, [Thorstein Veblen (1857-1929), economista e sociólogo estadunidense] considera que nenhuma teoria desenvolvida a respeito é suficientemente satisfatória. Nesse ponto [...] [Veblen] sugere que a imposição de novidade característica da moda não é senão outro corolário da lei do consumo conspícuo [...].

GONZALEZ, Ana M. A contribuição de Thorstein Veblen para a teoria da moda. *IARA - Revista de Moda, Cultura e Arte*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 33-54, abr./ago. 2008.

1. Segundo a autora citada no texto, qual é o papel social da vestimenta?
2. Em sua opinião, como a mídia influencia e é influenciada pela moda?
3. De acordo com Thorstein Veblen, como o conceito de consumo conspícuo se relaciona com a mudança constante das modas e a necessidade de seguir tendências?
4. Em sua opinião, de que maneira o desejo de *status* e respeitabilidade influencia o comportamento de consumo de vestimentas na sociedade contemporânea?

conspícuo:
notável,
distinto.

A sociedade do espetáculo

Na obra *A sociedade do espetáculo*, de 1967, o escritor francês Guy Debord afirma que o conceito de espetáculo é capaz de unificar e explicar uma diversidade de fenômenos aparentes, pois, com a expansão dos meios de comunicação, as relações sociais passaram a ser mediadas por imagens. Assim, em uma “sociedade do espetáculo”, a relação entre as pessoas é mediada pelas imagens produzidas pelos grandes grupos midiáticos, de forma que essas imagens, como representações da realidade, tomam o lugar da realidade.

Assim, para Debord, os indivíduos são dominados pelas imagens, que determinam a realidade, já que o espectador passa a misturar as narrativas desses meios com sua realidade cotidiana. A influência das imagens na construção da realidade foi explorada politicamente em diferentes contextos históricos, sobretudo por meio da propaganda. Em regimes autoritários, como o nazismo, essa dominação foi caracterizada pela centralização da produção midiática, controlada pelo Estado. Com base nas ideias de Guy Debord e em sua reflexão sobre a forma como os indivíduos são afetados pelas imagens e pela mídia, é possível pensar sobre uma questão latente na sociedade contemporânea: a privacidade de dados pessoais, sobretudo no contexto virtual.

Além da televisão, da internet e dos demais meios de comunicação, outros instrumentos tecnológicos são utilizados como dispositivos geradores de dados pessoais para empresas e governos, que podem violar a privacidade dos indivíduos. São exemplos o uso de bilhetes cadastrados para a utilização de transporte público, as câmeras de vigilância distribuídas nas mais diversas regiões, registrando dia após dia a movimentação dos cidadãos, os telefones celulares que registram em tempo real a localização, etc. A virtualização das atividades e das relações sociais gera um banco de informações que, posteriormente, são utilizadas para elaborar estratégias de *marketing*, por exemplo.



TV Globo/João Coira

Os *shows* de realidade (ou *reality shows*, em inglês) aprofundam a noção de espetacularização da vida. Na foto, gravação de *reality show* de competição musical no Brasil, em 2024.

ATIVIDADES

- 1 Observe a foto a seguir.



Graffiti da artista Ailén Possamay em que se lê, em espanhol: “Isso que chamam de amor é trabalho não pago”. Palermo, Buenos Aires, Argentina. Foto de 2017.

Considere a provocação dessa obra de arte e as discussões elaboradas por Michel Foucault e Karl Marx sobre o poder para redigir um texto argumentativo que problematize a naturalização do trabalho doméstico como tarefa feminina, relacionada ao campo dos afetos.

- 2 Observe a seguir a imagem de um líder discursando para uma multidão. Com base nos conceitos de dominação de Max Weber, identifique o tipo de dominação que está sendo exercida e analise como isso influencia o comportamento e a obediência dos seguidores.



Donald Trump faz discurso para uma multidão em Washington D. C., Estados Unidos. Foto de 2024.

- 3 (IBFC-SEED)

O conceito de poder é um dos principais conceitos debatidos pela ciência política. Norberto Bobbio é um autor que traça uma análise sobre Estado, política, governo, argumentando que o poder teria como objetivo o uso da força para a obtenção de alguma vantagem de uns sobre outros.

Ainda se tratando do conceito de poder, o autor aponta que podemos citar 3 tipos: .

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) poder político, poder ideológico e poder religioso
- b) poder econômico, poder ideológico e poder político
- c) poder material, poder geográfico e poder ideológico
- d) poder físico, poder geográfico e poder parental
- e) poder político, poder geográfico e poder parental

- 4 Observe a foto.



Ruínas de Atenas, uma das principais cidades da Grécia Antiga, que ficou conhecida como o berço da democracia, sistema político que surgiu no século VI a.C. Foto de 2024.

Na Antiguidade Clássica, cidades eram consideradas Estados, a exemplo de Atenas. Essa noção de Estado mudou e, ao final da Idade Média, surgiu o Estado Absolutista. Nesse momento, foram estabelecidos alguns elementos administrativos que iriam repercutir na formação do Estado Moderno. Quais são esses elementos? E qual é a diferença entre o Estado Moderno e o Estado representativo?

- 5 Como as ideias de Guy Debord sobre a “sociedade do espetáculo” podem ser aplicadas para entender o papel das redes sociais e da mídia na construção da realidade na sociedade contemporânea?

Não escreva no livro.

6 (Enem)

Do século XVI em diante, pelo menos nas classes mais altas, o garfo passou a ser usado como utensílio para comer, chegando através da Itália primeiramente à França e, em seguida, à Inglaterra e à Alemanha, depois de ter servido, durante algum tempo, apenas para retirar alimentos sólidos da travessa. Henrique III introduziu-o na França, trazendo-o provavelmente de Veneza. Seus cortesãos não foram pouco ridicularizados por essa maneira “afetada” de comer e, no princípio, não eram muito hábeis no uso do utensílio: pelo menos se dizia que metade da comida caía do garfo no caminho do prato à boca. Em data tão recente como o século XVII, o garfo era ainda basicamente artigo de luxo, geralmente feito de prata ou ouro.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

O processo social relatado indica a formação de uma etiqueta que tem como princípio a:

- a) distinção das classes sociais.
- b) valorização de hábitos de higiene.
- c) exaltação da cultura mediterrânea.
- d) consagração de tradições medievais.
- e) disseminação de produtos manufaturados.

7 (Enem)



A charge ilustra um anseio presente na sociedade contemporânea, que se caracteriza pela

- a) situação de revolta individual.
- b) satisfação de desejos pessoais.
- c) participação em ações decisórias.
- d) permanência em passividade social.
- e) convivência em interesses partidários.

8 (Enem)

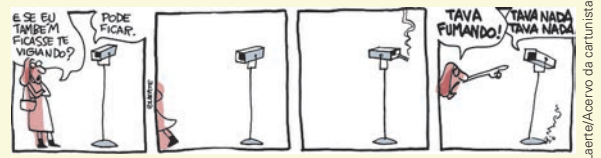
Texto I

O dispositivo pan-óptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A visibilidade é uma armadilha. Fazer com que a vigilância seja

permanente em seus efeitos, mesmo se é descontinua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987 (adaptado).

Texto II



O objetivo do modelo de vigilância descrito nos textos I e II aponta para o(a)

- a) intercâmbio de opinião diversa.
- b) desenvolvimento de sujeito crítico.
- c) sentimento de observação constante.
- d) movimento de revolta individual.
- e) criação de liberdade efetiva.

9 (Unicentro)

Em relação aos tipos de dominação formulados por Max Weber, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- No tipo de dominação carismática, a autoridade do líder carismático tem por base a devoção afetiva dos dominados e sua obediência por conta das qualidades pessoais atribuídas ao líder.
- Weber aponta a burocracia como o tipo mais puro da dominação carismática. O líder carismático institui leis que são seguidas por seus discípulos.
- No tipo de dominação tradicional, a autoridade do governante é estabelecida pela tradição. A obediência relaciona-se ao respeito por quem domina e pela fidelidade de súditos ou governados.
- Weber aponta o patriarcalismo como o tipo mais puro da dominação carismática. A autoridade do patriarca é estabelecida pelo afeto.
- No tipo de dominação racional-legal, a obediência não é dirigida a uma pessoa, mas às regras dispostas em um estatuto. É a regra que estabelece quem domina e quem são os dominados.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, V, F.
- b) V, F, V, F, V.
- c) V, F, V, F, F.
- d) F, V, F, F, V.
- e) F, F, V, V, F.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

EMIR SADER

Neste capítulo, discutimos questões pertinentes a Estado, poder e controle social, fundamentadas especialmente em intelectuais que fundaram as Ciências Sociais como área do conhecimento, bem como em algumas abordagens mais contemporâneas. No Brasil, esses pensadores fizeram escola e discípulos, entre os quais Emir Simão Sader (1943-), especialista nos temas relacionados a Estado e poder.

PERFIL

Emir Simão Sader nasceu em 1943 na cidade de São Paulo. Graduiu-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) em 1965 e, na mesma universidade, obteve os títulos de mestre e de doutor em Ciência Política, área em que se tornou docente e produziu toda sua pesquisa e obra. Atualmente é professor aposentado da USP e professor de Sociologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), onde dirige o Laboratório de Políticas Públicas.

OBRAS-CHAVE

- *E agora, Brasil?* (2019)
- *Se é público é para todos: defender as empresas públicas é defender o Brasil* (2018)
- *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana* (2009)
- *A vingança da História* (2003)
- *Estado e política em Marx* (1993)
- *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* (1991)

EM LEITURA

Emir Sader se aprofundou na leitura de Marx e na proposta metodológica marxista, com ênfase na história e na organização produtiva, referências por meio das quais Sader construiu a própria identidade como cientista social. Para o pensador, tanto o Estado quanto a política devem ser observados a partir da organização produtiva capitalista, com o objetivo de compreender como a economia se organizou em dado momento histórico para satisfazer a essa lógica. Para ele, só seria possível falar de Estado e de política em determinado tempo e lugar. A escolha de Emir Sader para análise foi o Brasil e a América Latina de meados do século XX até os dias atuais.



Monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), do artista Ricardo Ohtake, 2014, em São Paulo (SP). Foto de 2024.

Daniel Cymbalista/Fotoarena

Para Emir Sader, o continente latino-americano viveu um momento fundamental de sua história a partir de 1960, com a industrialização financiada pelo capital estrangeiro em alguns países como Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Esse movimento acelerou o processo de concentração de renda e de poder, definindo as forças sociais e ampliando seus conflitos. Nesse contexto, os Estados militares aparecem como uma resposta autoritária à crise que ameaça os interesses do capital. Aqui fica evidente a proposta do autor, que só é possível definir Estado e política a partir de determinado contexto histórico.

No Brasil, o Estado aparecia para o conjunto da sociedade, até 1930, como uma coalizão das oligarquias no poder, dirigida pelas frações primário-exportadoras. A Crise de 1929 levou à sua implosão, permitindo que as condições que vinham se gestando nas décadas anteriores promovessem a emergência de uma nova coalizão de forças, que, pela primeira vez na nossa história, construiu um projeto hegemônico para a sociedade brasileira.

Não por acaso passamos de um presidente que considerava “a questão social como questão de polícia” (Washington Luís) para um que interpelava o povo brasileiro como “trabalhadores do Brasil”. Getúlio Vargas colocará no âmbito do Estado, na verdade refundará o Estado brasileiro, para elaborar, pela primeira vez na nossa história, um projeto nacional, mais de quatro séculos depois que os colonizadores chegaram por aqui com a espada e a cruz.

[...]

O movimento golpista de 1964, baseado na Doutrina de Segurança Nacional da Guerra Fria, assumiu os elementos do Estado anterior, e os radicalizou, militarizando-o totalmente, fazendo dele quartel-general do poder das Forças Armadas sobre toda a sociedade. A dimensão estatal fortaleceu-se de maneira radical com a reorganização do Estado em torno do ramo militar, que passou a ser seu tronco central. [...]

O mundo do trabalho, que, desde 1930, via no Estado um aliado fundamental, passou a ser considerado um inimigo fundamental. [...] Foram chaves para o sucesso da ditadura militar a repressão política ao movimento sindical e o freio às suas reivindicações, com a política de arrocho salarial e a intervenção em quase todos os sindicatos.

O modelo econômico de abertura ao capital estrangeiro manteve seu caráter industrializador, com forte intervenção do Estado, amputado de um dos seus pilares – o do mercado interno de consumo de massas –, voltando-se a partir daquele momento essencialmente para a exportação e para a

esfera mais alta do mercado, com brutal processo de concentração de renda.

[...]

A crise e o esgotamento da ditadura militar introduziram um novo período histórico, com perspectiva de grandes transformações no Estado brasileiro, dado que a retirada das Forças Armadas levaria necessariamente, pelo menos, à sua desmilitarização. Desde a derrota da resistência armada, o liberalismo se impôs como força determinante na oposição à ditadura.

[...]

Não foram democratizados nem o poder da terra, nem o poder dos bancos, nem dos meios de comunicação – só para citar alguns dos fatores de poder fortalecidos durante a ditadura militar. O Estado passou por um processo de liberalização, com a restauração da divisão de poder entre Executivo, Legislativo e Judiciário, com a desmilitarização do Estado, com o restabelecimento dos direitos básicos do Estado de direito e do direito de organização dos movimentos populares.

[...]

O Estado voltou aos moldes que tinha antes do golpe. A Assembleia Constituinte fortaleceu os direitos sociais e políticos, o que levou a nova Constituição promulgada a ser chamada por seu presidente, Ulysses Guimarães, de “Constituinte Cidadã”, na contramão dos avanços do neoliberalismo, que já se faziam sentir na América Latina e em todo o mundo. O estatal havia ficado fortemente marcado por seus aspectos militar e ditatorial e assim não foi difícil para o liberalismo identificar o democrático com o privado e com o civil, elementos expressos numa renascida sociedade civil, contraposta ao Estado. Foi no bojo dessa transformação que certas categorias ganharam espaço, como as de direitos humanos, minorias políticas, cidadania, junto com as de sociedade civil.

SADER, Emir (org.). *Se é público, é para todos*: defender as empresas públicas é defender o Brasil. Rio de Janeiro: LPP/Uerj, 2018. p. 13-18.

Nesse trecho da obra de Emir Sader, notamos que o Estado é definido pela história da organização da classe dominante e/ou da dificuldade de organização da classe dominada.

PARA CONCLUIR

- 1** Com base na problematização de Emir Sader, podemos descrever o Estado brasileiro nessas duas décadas do século XXI. Para isso, responda às questões:
 - a) Quais são os grupos e os agentes políticos que compuseram o Estado brasileiro durante essas décadas, de 2001 até 2020?
 - b) Quais são as principais propostas dos grupos que ocuparam o poder ao longo da história do Brasil e como ficaram os interesses das diferentes classes sociais?
- 2** O que o autor quis dizer com “coalizão das oligarquias”? Você acredita que essa expressão ainda poderia definir as relações políticas e o Estado brasileiro?

PRÁTICAS DE TEXTO

HISTÓRIA EM QUADRINHOS

Proposta

Em uma história em quadrinhos (HQ), a narrativa emprega linguagem verbal e não verbal. Todos os elementos (cores, textos escritos, balões, onomatopeias, etc.) trabalham juntos na construção dos sentidos do texto. Além de ter como objetivo entreter o leitor, as HQs podem abordar questões políticas, sociais e econômicas de maneira crítica, com o intuito de incentivar a reflexão.

Nesta seção, você vai produzir uma HQ sobre os mecanismos de controle social das ações e dos pensamentos dos indivíduos, de acordo com as regras socialmente impostas. Depois, vai compartilhá-la com a comunidade escolar no *blog* da turma.

Público	Comunidade escolar.
Objetivo	Produzir uma história em quadrinhos sobre os mecanismos de controle social.
Circulação	<i>Blog</i> da turma.

Planejamento e elaboração

1 O tema da HQ será os mecanismos de controle social. Relembre o que foi estudado sobre isso neste capítulo e converse com os colegas a respeito das seguintes questões:

- Qual é a função dos mecanismos de controle social? Dê alguns exemplos.
- Para viver em sociedade, são necessários mecanismos de controle?
- Esses mecanismos podem mudar ao longo do tempo e de acordo com o contexto cultural?
- Quais instituições colocam em prática esses mecanismos?
- As pessoas também colaboram para a manutenção deles?

2 Agora, leia o trecho da HQ *Angola Janga: uma história de Palmares*, de Marcelo D'Salete (1979-). Ela aborda a história do quilombo de Palmares e o período da escravidão no Brasil, em que diferentes mecanismos tentavam controlar o corpo e a mente dos escravizados.



D'SALETE, Marcelo. *Angola Janga: uma história de Palmares*. São Paulo: Veneta, 2017. p. 16.

Marcelo D'Salete/Acervo do artista

3 Forme um grupo com os colegas para analisar os elementos verbais e não verbais da HQ. Para isso, utilizem as perguntas a seguir.

- Como as falas das personagens são apresentadas no gênero HQ?
- Por que ela foi criada nas cores branca e preta?
- Como as personagens são representadas? Observem as vestes, os adornos, as características físicas e as expressões faciais delas.
- Por que há ênfase na escuridão e na Lua?
- Onde as personagens estão? O que esse ambiente representa no contexto das personagens?
- No terceiro e no sexto quadrinhos, para onde a personagem olha? Por que ela é representada assim?
- O que significa a imagem do sétimo quadrinho? Por que ela é enfatizada no contexto da HQ?

4 Agora que vocês já refletiram sobre o que são mecanismos de controle social e observaram a maneira como os elementos da HQ foram usados para transmitir informações sobre o tema, em trios, criem uma HQ. Lembrem-se de abordar os mecanismos de controle social de forma crítica. Para isso, sigam as seguintes orientações:

- Façam um recorte do tema, ou seja, escolham algo específico que possa ser tema de uma história.
- A HQ deve fazer com que o leitor pense sobre uma questão relacionada aos mecanismos de controle social, e não expor diretamente o tema.
- Utilizem elementos verbais (balões de fala/pensamento/sussurro; tamanho e forma das letras; quadro com narrador; onomatopeias; etc.); e não verbais (cores, imagens, gestos e expressões faciais, símbolos, etc.).
- As imagens dos quadrinhos devem auxiliar na transmissão do conteúdo da história. Elas podem ser desenhadas ou feitas por meio de recortes. Usem a criatividade.
- Como em uma narrativa em prosa, a história deve ter introdução, desenvolvimento e conclusão. Também deve apresentar personagens, lugar, tempo e uma sequência de ações, distribuídas nos quadrinhos.
- As falas e os pensamentos das personagens devem aparecer dentro de balões, e os do narrador, se houver, devem aparecer dentro de um quadro.

Revisão e reescrita do texto

1 Leiam a HQ considerando as perguntas a seguir.

A HQ aborda de forma crítica os mecanismos de controle social?
A história é contada por meio de diálogos? Os elementos verbais e não verbais são complementares e ajudam a contá-la?
Há personagens, enredo e indicação de tempo e espaço?
A HQ apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão?

2 Elaborem a versão final da HQ fazendo os ajustes necessários e finalizando a arte.

Circulação

1 Digitalizem a HQ para publicá-la no *blog* da turma. Depois, compartilhem o *link* com a comunidade escolar, os familiares e os amigos.

MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA E MOVIMENTOS SOCIAIS

1. Você sabe o que são movimentos sociais? Se sim, consegue apresentar alguns exemplos e explicar os motivos pelos quais eles são considerados movimentos sociais?
2. Observe a imagem a seguir e a respectiva legenda. Como você descreveria a cena retratada? Em sua opinião, esse tipo de ação é importante? Justifique sua resposta.
3. Além do direito à moradia digna, você saberia indicar mais quatro direitos previstos na Constituição Federal, vigente desde 1988? No caderno, faça uma lista com todos os direitos de que se recorda.
4. Observando a realidade da comunidade a que você pertence (escola, bairro ou município), há algum aspecto, em sua opinião, que precisa melhorar e que depende do poder público? Se você e os colegas resolvessem interferir na realidade, o que poderiam fazer para atrair a atenção do poder público e pressionar os responsáveis a resolver esse problema?



De acordo com a Constituição de 1988, moradia digna é um direito de todos. Protesto em favor de moradias no município de São Paulo. Foto de 2023.

Como estudado anteriormente, as relações de poder não se limitam a estabelecer hierarquias funcionais, úteis para o bem-estar das pessoas ou mutuamente acordadas entre as partes, mas também podem definir e perpetuar desigualdades e opressões.

Depois de conhecer algumas teorias que estudam o fenômeno do poder e do controle social, resta a pergunta: Quais são as formas de resistir a esses poderes e questioná-los? No capítulo sobre cultura, analisamos alguns exemplos de processos de resistência cultural. Além das que comentamos, existem várias maneiras de resistência política, e o tipo de ação depende do objetivo que se pretende alcançar.

A resistência política pode ocorrer por meio de ações individuais ou coletivas, como nos bairros, mediante a participação em movimentos sociais ou

partidos políticos, entre outras. Cada uma dessas práticas colabora para promover mudanças em diferentes cenários.

Atualmente, há diversas lutas instituídas por movimentos, indivíduos e alguns parlamentares para regulamentar as relações de poder tanto nos espaços públicos como no mundo virtual. São exemplos as lutas relacionadas à regulamentação do uso dos espaços virtuais, os movimentos contra as políticas de **especulação imobiliária**, a defesa dos direitos trabalhistas, as manifestações contra a precarização da educação, etc.

especulação imobiliária: estratégias que visam aumentar deliberadamente o custo de imóveis ou terrenos em determinada região.

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Você já parou para refletir sobre os direitos que possui como brasileiro? Saberá identificar alguns direitos e deveres sociais, civis e políticos que possui? Mesmo que você nunca tenha atentado a essas questões, todos os direitos, os deveres e as normas para organização da vida social no Brasil que vivemos hoje só foram possíveis devido ao enorme esforço e à construção coletiva de um documento criado em nossa história recente: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Marco final de um longo processo de luta política e social pela redemocratização do país, a Constituição proclamou um Estado democrático reconhecedor de direitos civis, políticos e sociais e estabeleceu uma base sólida para a conquista da cidadania. Na revisão e construção final desse importante momento da história brasileira, destaca-se o papel dos movimentos sociais no processo de ruptura com a violência e exclusão institucional que marcou os anos da ditadura militar.

Acervo do Arquivo da Câmara dos Deputados/Fundo Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.



Manifestações populares diversas marcaram a Assembleia Constituinte, em Brasília (DF). Foto de 1987.

De 1964 a 1985, o país foi dirigido por governos militares constituídos à força, isto é, sem eleições democráticas e ignorando leis e acordos políticos. O Estado foi desestruturado para dar pleno poder ao Executivo e reprimir as diferenças políticas. Ao longo de 21 anos, o Brasil foi governado desconsiderando a vontade do povo e ocultando problemas econômicos e sociais para que se tivesse a ilusão de que tudo estava bem. Foi necessária uma contínua resistência artística, cultural, social e política para reverter esse quadro, já que muitos direitos políticos e civis estavam suspensos e os opositores ao governo militar eram reprimidos com violência e perseguição.

A partir de meados da década de 1970, com a deterioração econômica e a reorganização político-partidária de oposição, os movimentos populares conquistaram importante papel no processo de redemocratização. Como novos atores sociais e políticos, os movimentos motivaram a população a recuperar a própria voz, reivindicando moradia, saúde, educação, trabalho e lazer. Com importantes e numerosos atos públicos, paralisações e greves, esses movimentos e suas principais lideranças à época participaram ativamente da elaboração da nova Constituição, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base e dos movimentos negro, feminista, dos indígenas e das organizações ligadas ao trabalho, desde pequenos grupos de fábricas e movimentos de bairro até os grandes sindicatos.

Não escreva no livro.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 foi o espaço de encontro de todos esses atores sociais, que, ao lado dos antigos atores, passaram a disputar, com um poder já historicamente consolidado, o modelo de organização do Estado e de cidadania que o país iria seguir a partir da nova Constituição Federal (CF).



Lula Marques/Folhapress

O deputado Ulisses Guimarães apresenta o primeiro exemplar da Constituição, em Brasília (DF). Foto de 1988.

Como resultado dos embates e das discussões acaloradas durante a Assembleia Constituinte, foi promulgado um texto constitucional que ficou conhecido como “Constituição Cidadã”, dada a significativa quantidade de conquistas em termos de direitos sociais. Leia, na sequência, trechos do artigo 5º, que versa sobre direitos individuais e coletivos, e avalie a extensão dessas conquistas.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

[...]

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

[...]

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

[...]

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

[...]

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Acesso em: 28 ago. 2024.

Demarcação de Terra Indígena e Quilombola

Como estudamos anteriormente, a Constituição foi um marco para a construção da cidadania do povo brasileiro. Uma dimensão dessa conquista foi o reconhecimento do direito originário dos povos indígenas e quilombolas às suas terras, conforme os seguintes artigos:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

[...]

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

[...]

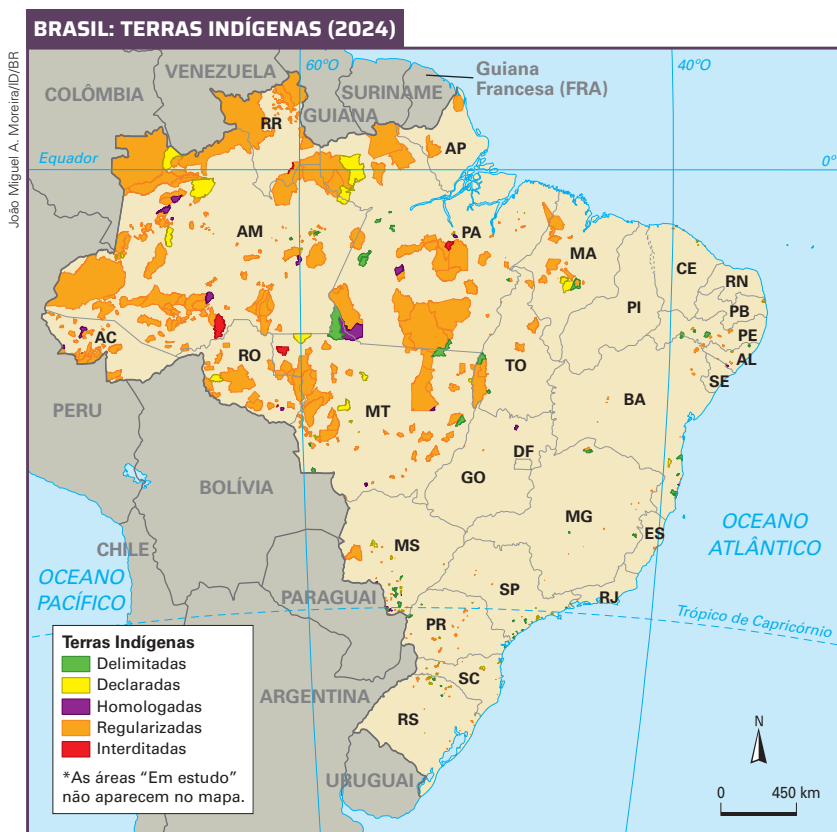
BRASIL, [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

A Constituição Federal (CF) inaugurou uma mudança no reconhecimento dos direitos desses povos, assim como na redistribuição de seus territórios. Contudo, esse foi apenas o início do processo para que efetivamente os indígenas e quilombolas tivessem asseguradas as suas terras. Esse processo ainda está em curso, pois os diversos conflitos de interesse envolvidos acabam por torná-lo demasiadamente lento. No caso das Terras Indígenas tradicionalmente ocupadas, o processo de regulamentação é definido pelo Decreto n. 1.775, de 1996, e é composto de cinco fases: 1) “Em estudo” – para fundamentar a delimitação; 2) “Delimitada” – conclusão dos estudos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); 3) “Declarada” – apreciação do processo pelo Ministro da Justiça; 4) “Homologada” – publicação da delimitação por Decreto Presidencial, passando a ser constituída como Terra Indígena; 5) “Regularizada” – Registro no cartório. Todas as etapas são acompanhadas pela Funai. Existe uma classificação importante denominada “Áreas Interditadas”, que se refere às áreas com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

As Terras Indígenas regularizadas representam menos de 15% do território nacional e as etapas e trâmites de demarcação tornam o processo demorado, deixando os povos indígenas vulneráveis e inseguros, diante das ações ilegais e violentas cometidas por mineradoras e outros interessados em explorar esses territórios.

Já a demarcação das terras quilombolas – grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra, que se autodefinem a partir das relações específicas com o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias – possui um processo de regulamentação distinto, definido pelo Decreto n. 4887 de 2003 e acompanhado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

De acordo com dados do Incra, em julho de 2024, um total de 325 territórios quilombolas encontravam-se na primeira etapa de regularização e apenas 24 territórios possuíam efetiva Titulação, que confere à comunidade quilombola a propriedade da terra. Mais uma vez, é possível notar um processo que avança pouco e lentamente.



Fonte de pesquisa: BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). *Terras Indígenas: Dados Geoespaciais e Mapas*. Brasília, DF: Funai, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 7 out. 2024.

Estatutos e atuação dos conselhos: controle e regulação do Estado

O Estado planeja e implementa políticas públicas para colocar em prática direitos, tanto os previstos na legislação como aqueles que ainda precisam se tornar lei. É comum assumirmos que o Estado é o único responsável pela criação das políticas públicas; contudo, essa construção é coletiva e articulada entre Estado e sociedade civil. Mas como a sociedade civil atua nesse processo? Uma das formas de participação é por meio dos conselhos, que existem a nível federal, estadual e municipal.

Os conselhos são órgãos colegiados criados por leis específicas, que definem suas competências e sua estrutura. A atuação dos conselhos tem o intuito de promover o controle social sobre as políticas públicas, pois esses órgãos possuem caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, ou seja, desempenham função decisiva na elaboração, implementação e fiscalização de políticas públicas. Eles devem garantir que os direitos dos cidadãos previstos nesses documentos sejam respeitados.

Os estatutos compreendem um conjunto de regras estabelecidas por uma organização ou comunidade para regular a si mesma, autorizado por instâncias superiores. No geral, esse documento legal especifica como os direitos previstos na Constituição Federal serão concretizados, fiscalizados e, em caso de violações, as punições previstas.

Os estatutos e os conselhos, portanto, orientam e fiscalizam as políticas públicas e, nesse sentido, dividem com o Estado a função de promover o bem-estar da sociedade, garantindo ações voltadas à saúde, à educação, ao ambiente, à habitação, à assistência social, ao lazer, ao transporte e à segurança.

INTERAÇÃO

1. Você conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente? Conhece algum direito ou dever previsto nesse estatuto?
2. Como adolescente, você sabia que seus direitos têm absoluta prioridade?
3. Os jovens entre 15 e 29 anos, membros de famílias com renda de até 2 salários mínimos, podem retirar a Identidade Jovem (ID Jovem), uma carteira que garante meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e gratuidade no transporte coletivo interestadual. Em sua opinião, qual é a importância dessa política?

AÇÃO E CIDADANIA

O Disque 100 e a atuação conjunta da sociedade e do Estado

Analise as imagens e leia o texto a seguir. Depois, realize as atividades.



Faixas pertencentes à Campanha #MAIOLARANJA em combate ao abuso e à exploração sexual infantil no Brasil, celebrada no dia 18 de maio. Fonte: MAIO LARANJA. *Downloads*. [S. l.], [202--]. Disponível em: <https://maiolaranja.org.br/download/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

O Disque Direitos Humanos - Disque 100 é um serviço de utilidade pública do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania [...] destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, especialmente as que atingem populações em situação de vulnerabilidade social. [...]

Qualquer pessoa pode reportar alguma notícia de fato relacionada a violações de direitos humanos, da qual seja vítima ou tenha conhecimento.

Por meio desse serviço, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recebe, analisa e encaminha aos órgãos de proteção e responsabilização as denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, população em situação de rua, outras populações em situação de vulnerabilidade, como indígenas, quilombolas, ciganos, entre outros.

O serviço funciona diariamente, 24 horas, por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel, bastando discar 100.

[...]

DENUNCIAR violação de direitos humanos (Disque 100). *Portal Gov.br*, [s. l.], 4 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>. Acesso em: 29 ago. 2024.

1. Por que podemos afirmar que o Disque 100 representa uma atuação conjunta da sociedade civil e do Estado?
2. Em sua opinião, qual é a importância de campanhas como a retratada nas imagens?
3. Como você agiria se fosse vítima ou presenciasse uma violação aos direitos humanos? Como você imagina que se sentiria? A quem recorreria para pedir ajuda?

MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITOS E TIPOS

Como temos estudado, as Ciências Sociais examinam a relação entre os indivíduos e os grupos sociais, tanto no âmbito da vida privada, considerando a instituição familiar, por exemplo, quanto na esfera da vida pública, em que os indivíduos interagem com pessoas de origem e características diversas. Além disso, sabemos que as relações entre os indivíduos e as sociedades devem ser compreendidas historicamente, pois são o resultado de processos dinâmicos e com constantes transformações sociais. Algumas dessas transformações sociais se devem à pressão exercida pelos movimentos sociais.

Os movimentos sociais podem ser descritos como ações sociais de caráter coletivo por meio das quais os indivíduos se aglutinam na defesa de interesses comuns, para pleitear do Estado o atendimento a alguma demanda vinculada a seus ideais, valores e a suas necessidades específicas. A partir do diagnóstico de uma dada condição, os participantes dos movimentos sociais debatem e propõem alternativas de resistência à exclusão e lutam pela garantia de direitos igualitários, em um contexto de conflito social e político.

Uma das principais características dos movimentos sociais é a possibilidade de juntar identidades, antes dispersas, em pautas comuns, discursos e práticas, que criam a união entre indivíduos em torno de um projeto social e com os mesmos adversários e opositores, ainda que de maneira temporária. Isso fomenta a sensação de pertencimento social. Além disso, é relevante mencionar as estratégias de ação concreta desses movimentos, que incluem denúncias, mobilizações, passeatas e desobediência civil. Nos movimentos contemporâneos, há também uma forte atuação nas redes sociais.

O tema dos movimentos sociais tem sido abordado por diversos autores e correntes sociológicas. Nesta obra, vamos abordar a concepção marxista, tida como modelo clássico, e as interpretações trazidas pelo paradigma dos novos movimentos sociais, com base na perspectiva do sociólogo francês Alain Touraine (1925-2023).

O modelo clássico de análise fundamenta-se no trabalho de Karl Marx e Friedrich Engels, sociólogos já estudados. Inicialmente, é preciso ponderar que não houve uma teoria marxista dos movimentos sociais desenvolvida e organizada. Na verdade, a noção de movimento social estava vinculada às demandas da classe operária e à dicotomia capital *versus* trabalho, base para compreender a dinâmica e os conflitos da sociedade capitalista. Assim, os movimentos sociais não apenas expressavam as contradições de classe, mas contribuíram para sua transformação. Destaca-se, nesse modelo, a noção de práxis social, ou seja, a relação entre teoria política e atividade prática, como articuladora dos movimentos sociais

Com a prerrogativa de analisar os movimentos sociais surgidos a partir dos anos 1960, emergiu uma corrente analítica que ficou conhecida pela expressão novos movimentos sociais (NMS), propondo uma interpretação distinta da abordagem marxista, que era criticada e tida como ortodoxa, ao desconsiderar dimensões da vida social para além das contradições materiais e econômicas.

Os pensadores do novo paradigma continuaram fazendo referência a elementos teóricos marxistas, mas diminuíram o peso das determinações econômicas, dando mais visibilidade, em suas análises, a aspectos políticos e culturais. Além disso, os atores sociais ganharam relevância, assim como suas identidades e estratégias de ação coletiva, em detrimento da preponderância das estruturas econômicas.

A partir da década de 1970, Alain Touraine trouxe novas interpretações para esse tema. Para ele, o movimento social se caracteriza pela ação que confronta interesses divergentes, muitas vezes opostos, e que luta para conquistar o controle do sistema que organiza a sociedade. Dito de outra forma, a base que motiva a ação dos movimentos sociais, segundo o pensador, está na disputa pelo controle de aspectos sociais e culturais que dão a tônica do desenvolvimento social.

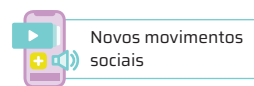
De acordo com Touraine, a ação dos movimentos sociais é orientada pela junção de três princípios: identidade, que está relacionada à forma como os atores se reconhecem; oposição, que implica a identificação de um adversário; e totalidade, que se refere à análise dos interesses em jogo.



Acervo Iconography/
Reminiscências

Grevistas do setor têxtil em manifestação no ano de 1945, no município de São Paulo (SP).

Os novos movimentos sociais e as reivindicações identitárias



Os novos movimentos sociais surgiram no final do século XX. Se nos movimentos sociais tradicionais a classe operária era protagonista, nos novos, os atores passaram a ser aqueles que, de alguma forma, eram excluídos socialmente.

A cientista política brasileira Maria da Glória Gohn (1947-) é uma das referências na abordagem sobre os movimentos sociais no Brasil. Ela identifica 13 eixos temáticos que descrevem os novos movimentos sociais: direitos civis e humanos; democratização da informação e da comunicação; ecológicos e ambientais; urbanos e de moradia; trabalhadores e sindicais; educação; saúde; cultura e identidade; gênero e sexualidade; juventude; povos indígenas e comunidades tradicionais; antiglobalização; e economia solidária. Esses eixos mostram a amplitude e a diversidade das lutas sociais, além de revelarem as principais **pautas** que orientam as ações coletivas contemporâneas.

Nessa conjuntura, os movimentos sociais identitários adquirem preponderância, exercendo uma importante função na promoção da diversidade, da equidade e da inclusão social de grupos que têm sido historicamente invisibilizados como **minorias**. Esses movimentos são organizados por pessoas que compartilham aspectos comuns de identidade (etnia, orientação sexual, classe, cultura, gênero, ambiente, religião), têm interesses em comum e lutam por seus direitos.

Podemos citar alguns exemplos de movimentos sociais identitários: movimentos feministas, movimento LGBTQIA+, movimento negro e movimento de pessoas com deficiência. No contexto social, esses aspectos compartilhados entre membros de um movimento social são categorias que se cruzam, pois os sinais identitários são variados e não mutuamente exclusivos. Uma mulher com deficiência, negra e lésbica, por exemplo, compartilha, ao mesmo tempo, traços identitários de gênero (mulher), de deficiência, de etnia (negra) e de orientação sexual (lésbica). A isso chamamos de interseccionalidade, conceito que descreve a sobreposição de diferentes formas de desigualdade e opressão. No quadro desta página estão resumidas algumas características de movimentos sociais identitários.

minoria: a despeito de ser problematizado por alguns pensadores, em Ciências Sociais, minoria traduz o fato de alguns grupos serem excluídos socialmente e não terem seus direitos garantidos. Não se trata, portanto, de uma análise quantitativa.

pauta: conjunto de reivindicações defendidas por um grupo social.



Manifestação no Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2023, no município de São Paulo (SP).

Miguel Schincariol/AFP/Getty Images

INTERAÇÃO

1. Como os movimentos sociais identitários contribuem para o avanço dos direitos e da inclusão política de identidades sociais específicas?
2. De que forma a ação coletiva característica dos movimentos sociais pode aumentar a percepção sobre as opressões e fortalecer a mobilização para interesses comuns?

CARACTERÍSTICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS IDENTITÁRIOS

Cultura e símbolos	Utilizam elementos culturais, símbolos e narrativas próprias para reforçar a identidade coletiva e promover a coesão interna. Exemplo: O símbolo da luta e da resistência negra (na imagem dos medalhistas).
Autonomia e autorrepresentação	Reforçam a importância da autonomia e da autorrepresentação, insistindo que os membros do grupo devem reivindicar suas questões e interesses. Exemplo: O lema do movimento de pessoas com deficiência - "Nada sobre nós sem nós".
Reconhecimento e respeito	Enfatizam o reconhecimento social e legal da própria identidade, lutando contra a discriminação e a estigmatização. Exemplo: A mudança formal do Dia do Índio para o Dia dos Povos Indígenas.
Igualdade de direitos	Buscam assegurar a seus membros os mesmos direitos e oportunidades que outros grupos na sociedade. Exemplos: Casamento civil igualitário e direitos de sucessão entre casais formados por pessoas do mesmo sexo.

Fonte de pesquisa: GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.



Os medalhistas olímpicos Tommie Smith e John Carlos, com luvas pretas, fazem a saudação dos Panteras Negras durante execução do hino dos Estados Unidos, na Cidade do México, em 1968. Até hoje esse gesto é um importante símbolo do movimento negro no mundo.

Bettmann/Getty Images

DIREITOS E PROTEÇÃO NO AMBIENTE VIRTUAL



Proteção à privacidade: redes sociais e crianças

Não é exagero afirmar que passamos uma parte significativa da vida no ambiente virtual: estudamos, trabalhamos, nos informamos, consumimos e nos relacionamos por meio de plataformas virtuais conectadas mundialmente pela internet. Diante de tamanho envolvimento e do grande volume de compartilhamento de dados e informações, devemos nos perguntar: Que direitos e proteções temos no ambiente virtual? Como as leis brasileiras se aplicam ao território virtual, uma vez que ele não possui fronteiras?

O Estado brasileiro passou a regulamentar os direitos e os deveres dos usuários e das empresas na internet com a criação da Lei n. 12965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet. O texto da legislação apresenta direitos como: acessibilidade, manutenção da qualidade da conexão contratada, sigilo das comunicações e inviolabilidade da vida privada.

Contudo, as grandes empresas de tecnologia, proprietárias das plataformas que oferecem serviços de conexão entre as pessoas e os conteúdos gratuitos, possuem dois grandes caminhos para gerar renda: a venda do espaço digital para a propaganda de mercadorias e de publicações patrocinadas; e a venda de dados relativos ao comportamento dos usuários.

O primeiro caminho é bem simples de perceber, pois o tempo inteiro somos bombardeados por publicidade nas plataformas, que nos induzem a comprar ideias, produtos e serviços, criando em nós a ilusão de que a decisão de compra é individual. Afinal, “ninguém é forçado a comprar aquele novo cosmético que promete acabar de uma vez por todas com as manchas no rosto. Compra quem quiser, não é verdade?” Sabemos que essa questão é muito mais complexa, pois os gostos e a decisão de consumo estão inseridos no esquema das relações sociais orientado por cultura, classe, consumo e distinção social, tal como nos ensinou Bourdieu.

O segundo caminho adotado pelas grandes empresas de tecnologia para gerar renda, no entanto, é especialmente polêmico, uma vez que a linha que separa a legalidade da ilegalidade da venda de dados é tênue. Como complicador, a relação entre as grandes empresas e os Estados não é muito simples, pois sua localização física, fora dos Estados Nacionais, dificulta a regulação.

Outro dilema jurídico da internet é a relação entre liberdade de expressão, divulgação de informações falsas e uma comunicação opressiva e criminosa, que reproduz formas discriminatórias, como discursos racistas e homofóbicos. Se, por um lado, podemos entender a internet como aliada à liberdade de expressão, capaz de amplificar o alcance das manifestações individuais e coletivas e as redes sociais como um novo espaço público para a realização de uma comunicação democrática, por outro, verificamos que, muitas vezes, a comunicação não só reforça a ordem desigual como intensifica a violência, por meio da propagação de discursos de ódio, agravada pela possibilidade do anonimato, o que dificulta a responsabilização.

A expectativa era que o Marco Civil da Internet ampliasse a segurança do mundo virtual no Brasil, regulando e coibindo as informações falsas e os discursos de ódio. Contudo, a legislação brasileira falha nesses objetivos, pois não estabelece com clareza a responsabilização dos atos indevidos. Assim, há dificuldade em cobrar das empresas provedoras dos serviços que retirem os conteúdos falsos e indevidos ou que sejam penalizadas por permitirem esse tipo de manifestação.

Joel Rodrigues/Folhapress



Manifestação a favor do Marco Civil da Internet (faixa exibida durante discussão no Senado Federal), em Brasília (DF). Foto de 2014.

REFLEXÃO

Qual é o custo dos conteúdos gratuitos disponíveis na internet?

Sabemos que a vida na sociedade capitalista dificilmente nos oferece serviços gratuitos de empresas privadas. Considerando que as grandes empresas de tecnologia, conhecidas como *Big Techs*, vivem de lucros gerados na internet e que nós, como usuários desses serviços, não pagamos por eles, reflita sobre as seguintes questões:

1. Como as *Big Techs* ganham dinheiro com conteúdos e serviços gratuitos?
2. Você concorda com essas práticas? Reflita sobre isso considerando os direitos individuais e coletivos.

Big Techs, controle das narrativas e necessidade de regulação

Vivemos na era digital, em que a comunicação social é realizada em massa por meios digitais conectados globalmente. Esse contexto, que teve início no fim do século XX e início do XXI, segue se transformando rapidamente com os avanços tecnológicos. Na segunda década dos anos 2000, surgiram algumas especificidades: a comunicação de massa pode ser denominada autocomunicação de massa, já que um mesmo usuário cria o próprio conteúdo, escolhe quem vai receber suas mensagens, define a plataforma e, assim, pode alcançar uma audiência global. Ao mesmo tempo, as plataformas digitais em que esse tipo de comunicação acontece são propriedade de poucas empresas de tecnologia, conhecidas como *Big Techs*, como Google, Apple, Meta, Amazon e Microsoft.

A estratégia dessas grandes empresas para controlar os preços e ampliar os lucros já é conhecida desde o capitalismo industrial, então, o que será que as *Big Techs* mudaram nessa era digital? O sociólogo espanhol Manuel Castells (1942) afirma que vivemos uma nova etapa de organização econômica-produitiva-social, a qual denomina capitalismo informacional, pois a informação passou a ser a principal mercadoria.

Nessa perspectiva, as *Big Techs* são os agentes que conseguem realizar profundas mudanças em seu modelo de negócios e alterar significativamente a maneira como nos comunicamos, produzimos e consumimos informações. Basta que lembremos como era a comunicação antes do WhatsApp ou do Instagram, tempo que parece tão distante e diferente do atual. Esta é a força das grandes empresas de tecnologia no capitalismo informacional: mudam nossas vidas de forma profunda e sem nos consultar e, quando percebemos, estamos consumindo seus produtos como se não fosse possível viver sem eles.

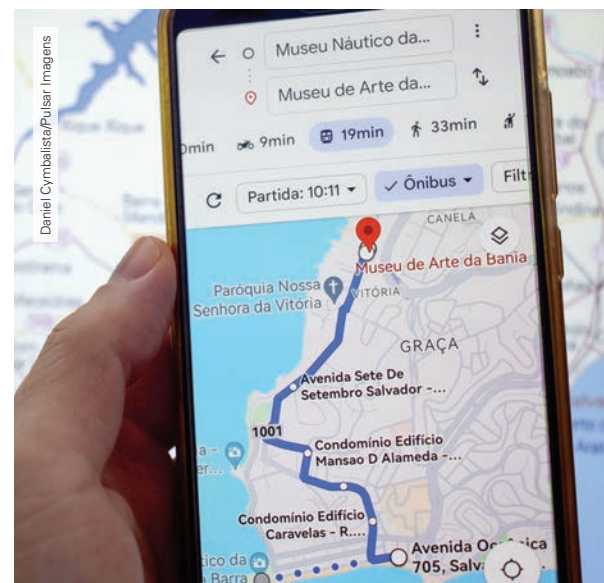
São inegáveis algumas convenientes vantagens dos produtos e serviços tecnológicos oferecidos pelas *Big Techs*. Em vez de carregar grandes mapas impressos que nos indicavam os caminhos a percorrer, hoje temos a locomoção facilitada por aplicativos de georreferenciamento, que nos oferecem os melhores trajetos sincronizados com nossa posição em tempo real e o tipo de locomoção que iremos utilizar. Muitos deles, inclusive, podem ser acionados por comandos de voz. Essa não é apenas uma facilidade, mas uma forma de inclusão, especialmente se considerarmos as pessoas não alfabetizadas ou com deficiência visual.

Pela natureza do negócio que tem a informação como principal mercadoria, as *Big Techs* acabam acumulando poder para além da esfera econômica e financeira. Nós, usuários, trocamos seus convenientes serviços por nossos dados pessoais e de comportamento, que se transformam em seu maior produto, extremamente valorizado para estratégias de *marketing* ou pesquisas de intenção, como a de votos nas eleições.

Esse poder de concentrar grande volume de dados é complementado pela capacidade de construir narrativas sobre eventos complexos, dado o controle irrestrito das plataformas de comunicação mundial. Segundo uma pesquisa da Agência Senado, realizada em 2019 com 2,4 mil pessoas, no Brasil, cerca de 80% delas se informam pelas redes sociais. Com essa amplitude de público e uma política pouco transparente sobre o funcionamento de seus algoritmos e sobre a remuneração dos conteúdos, as *Big Techs* têm exercido grande poder de intervenção na opinião de seus usuários.

Como já estudamos, o Marco Civil da Internet é resultado dessas preocupações, mas uma iniciativa ainda insuficiente do Estado brasileiro para regulamentar a vida virtual, especialmente no que tange à responsabilização das *Big Techs*. Continuaremos essa reflexão, considerando outros desdobramentos, no capítulo “Sociedade e informação na era digital”.

Não escreva no livro.



Usuário explorando aplicativo de locomoção para ir de um bairro a outro de Salvador (BA). Foto de 2024.

A DISPUTA PELO ESPAÇO COMO DIMENSÃO POLÍTICA

Há uma longa tradição de estudos em Ciências Humanas sobre as origens, a natureza e os significados dos espaços públicos, incluindo formas de uso e apropriação. Nesses estudos, diferentes classificações desses espaços foram elaboradas. Entre elas, a do geógrafo francês Jacques Lévy (1952-), que propõe um gradiente de acessibilidade que vai dos espaços públicos de acesso livre e irrestrito aos espaços privados, considerando modalidades coletivas e individuais. Para Lévy, esse debate interessa à qualificação dos espaços das cidades, tendo em vista melhorar a qualidade de vida da população. Observe a tabela a seguir.

Acesso livre	Domínio público: ruas, calçadas, praças, parques, etc.
Acesso normal	Domínio semipúblico: meios de transporte, centros comerciais, entrada de imóveis, prédios de órgãos públicos, etc.
Acesso restrito	Domínio semiprivado: táxis, cinemas, bares, <i>shopping centers</i> , guetos urbanos, locais de trabalho, etc.
Acesso reservado ou privado	Casas, clubes, condomínios fechados, automóveis, etc.

Lévy, Jacques. *Le tournant géographique: penser l'espace pour lire le monde*. Paris: Belin, 1999. p. 240.

O geógrafo brasileiro Paulo Cesar da Costa Gomes também considera outros elementos para pensar o acesso aos espaços e a relação público/privado. Segundo o autor, existem locais públicos que não têm acesso livre ou indiscriminado, como hospitais, escolas, zonas militares, etc. Em contrapartida, ocorrem debates públicos em espaços privados, como auditórios, bares, cafés ou restaurantes. Esses espaços, embora privados, apresentam uso público, livre e aberto. Portanto, para analisá-los, é preciso distinguir uso e propriedade.

Para o autor, existe uma correspondência entre os espaços públicos e a dimensão espacial da política nas sociedades democráticas e republicanas. Assim, os espaços podem expressar tensões e conflitos e possibilitar a problematização da vida social. Ele ressalta, ainda, que, em uma sociedade democrática, não pode haver obstáculos ao acesso e à participação popular e que, para isso, é necessário estabelecer regras de coabitação e copresença que fomentem o respeito às diferenças.

Nos espaços públicos, ocorre a convivência de sujeitos com trajetórias desiguais. Assim, é importante que a identidade do espaço público esteja associada à ideia de cidadania. É preciso avaliar, ainda, se nesses locais as alteridades são respeitadas e se há espaço para a expressão política cidadã, segundo a ordem constitucional vigente. Quando essas condições são asseguradas, tais locais se tornam espaços de reivindicação trabalhista, defesa de direitos, afirmação das identidades feminina, negra e LGBTQIA+, bem como de expressões artísticas e de atividades de lazer e entretenimento.

AÇÃO E CIDADANIA

Ocupação dos espaços públicos

Jacques Lévy considera que um elemento essencial para a qualidade de vida nas cidades é a presença de espaços públicos livres, como ruas, calçadas, praças e parques conservados e dotados de equipamentos disponíveis para o uso dos habitantes. Além disso, é preciso garantir infraestrutura e moradias adequadas, bem como o acesso a serviços, empregos e saneamento básico.

- 1. Forme grupo com os colegas e, com base nessa definição, faça com eles um mapeamento fotográfico ou ilustrado de cinco espaços pelos quais vocês circulam. Na sequência, classifiquem-nos de acordo com a tabela de Lévy e apresentem o mapeamento para a turma. Debata sobre a importância dos espaços públicos retratados para as lutas sociais que vocês ou as pessoas que vocês conhecem já vivenciaram.**

O direito à cidade como dimensão cidadã

Partindo do pressuposto de que os espaços expressam as tensões e os conflitos inerentes às relações sociais e possibilitam a problematização da vida social, anteriormente, neste capítulo, abordamos a correspondência entre a noção de espaço público e a de dimensão espacial da política nas sociedades democráticas. A partir dessa perspectiva, como podemos pensar a cidade toda como espaço público? E como pensar a ideia de direito à cidade? E, ainda, como compreender que a ocupação de um ou de outro espaço na cidade é resultado do jogo das relações de poder, dominação e exploração? E quais são as forças atuantes nesse jogo?

A cidade é um símbolo do desenvolvimento humano, espaço que representa a organização social capaz de superar as dificuldades do campo, da vida voltada para a subsistência e da dependência da natureza. Contudo, a promessa de uma vida melhor e mais digna, de um outro tempo e cultura, nasce sob as diretrizes capitalistas e, nesse sentido, também é resultado de suas forças. Ou seja, sua existência e seu funcionamento servem ao capital, bem como o espaço é mercantilizado e preparado para a máxima produção, assim como o excedente é extraído das pessoas que vivem na cidade. O capital acumulado vai se concentrando em determinados espaços urbanos e nas mãos de determinadas classes, que o reinvestem na infraestrutura urbana. Assim, a cidade cresce e o mecanismo de valorização ganha novo ciclo.

O capitalismo urbano, ao criar e expandir o centro de consumo, com a ampliação da indústria da cultura, do turismo, das lojas de departamento, das exposições de arte, dos desfiles de moda e de outros mecanismos, garante o lucro e sua renovação, ao mesmo tempo que muda a vida das pessoas, pois o estilo de vida passa a ser urbano. É uma relação com duplo sentido: para se manter, o capitalismo cria a cidade e a condição urbana para seus moradores, e os moradores, para se adequarem ao estilo de vida urbano, aprofundam a organização capitalista.

Seria um ciclo perfeito se não fosse por outros produtos do capitalismo urbano: desemprego, moradias precárias, violência e desigualdade sociais.

O direito à cidade é um conceito cheio de camadas. Primeiro ele se refere à possibilidade de acesso a produtos do capitalismo urbano; nesse sentido, todos os cidadãos deveriam poder usufruir da mesma condição urbana, das mesmas atividades culturais, dos mesmos empregos, centros de consumo, parques, direitos e serviços essenciais. Mas esses produtos servem apenas a algumas pessoas pertencentes a determinadas classes. O direito à cidade está relacionado à compreensão do espaço urbano como palco da disputa de interesses e manifestações pela ampliação de direitos e, nessa camada, a cidade constitui um espaço público de encontro dessas demandas.

Algumas cidades no mundo, inclusive no Brasil, desenvolvem estratégias de arquitetura hostil para expulsar certas pessoas de algumas regiões. Nos últimos anos, como parte da **aporofobia**, têm sido noticiados casos de instalação de pedra sob viadutos para evitar que esses locais funcionem como abrigo para pessoas em situação de rua.

Uma segunda camada do conceito de direito à cidade é mais radical, pois assume a sobreposição entre condição urbana e lógica capitalista e, nesse sentido, o direito à cidade tomaria a direção de uma revolução pela mudança completa de sua organização, uma ruptura com a ordem capitalista. Assim, a cidade seria pública por completo, expressão de outra lógica não mais dividida com a esfera privada ou entre diferentes classes, com os detentores dos meios de produção colhendo os lucros de um lado e, do outro, a classe trabalhadora sendo explorada para o benefício dos primeiros. O direito à cidade e a concretização de uma vida urbana mais digna passaria pela socialização dos meios que produzem a própria cidade.

aporofobia: em meados dos anos de 1990, a filósofa espanhola Adela Cortina (1947-) criou o termo para descrever a aversão aos pobres, que pode se manifestar individualmente ou nas políticas públicas.

Paralelepípedos sob viaduto, no município de São Paulo (SP): um exemplo de arquitetura hostil. Foto de 2022.



Roberto Casimiro/Fotoarena

- 1** Examine a fotografia a seguir. Depois, responda à pergunta.

Cleber Sandes/Folhapress



A Lavagem do Bonfim é uma celebração que ocorre em janeiro, em Salvador (BA). Os peregrinos fazem um percurso pelas ruas da cidade e lavam as escadarias do Bonfim com água “de cheiro”, que representa a purificação. Foto de 2024.

De acordo com a teoria de Jacques Lévy, em que tipos de espaço público ocorre a Lavagem do Bonfim?

2 (UFPR)

Ainda que hoje em dia a autora seja considerada uma pioneira do feminismo, Alexandra Kollontai rejeitava o termo, julgando-o específico das mulheres burguesas. Ao feminismo burguês, ela opunha a luta das mulheres trabalhadoras [...] Essa rejeição ao feminismo representava antes um desconforto e uma desconfiança com as possibilidades de articulação e aliança entre mulheres burguesas (expoentes do movimento feminista russo) e a massa de mulheres operárias e camponesas pobres. Kollontai questionava se seria possível que as líderes feministas russas tivessem as mesmas aspirações das trabalhadoras que empregavam em suas casas e que pudessem se unir em torno de uma agenda política comum. [...] Kollontai acreditava que a libertação das mulheres estava intrinsecamente ligada à libertação da humanidade no capitalismo, rejeitando as propostas de reformas políticas e sociais.

DAFLON, Veronica Toste; CAMPOS, Luna Ribeiro [org.]. *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX*. Niterói: EdUFF, 2022. p. 265.

Além do feminismo, qual outro conceito sociológico pode ser discutido a partir do trecho selecionado? Justifique.

3 (UFPR)

Desenvolver uma reflexão sociológica sobre a participação de mulheres no desenvolvimento da Sociologia implica incluir, tanto as ideias daquelas que produziram em ambientes legitimados, quanto daquelas que atuaram nas margens e que, por circunstância de classe, raça ou nacionalidade foram relegadas ao esquecimento [...]. Ao frisarmos a importância de lermos e estudarmos suas obras, não o fazemos simplesmente com base no argumento de que é preciso incluir mulheres no cânone, mas pela constatação [de] que por meio de suas obras podemos trazer para a órbita da Sociologia clássica uma série de temas e perspectivas que não estão contempladas atualmente: vida privada, cotidiano, intimidade, família, casamento, sexualidade e divisão sexual do trabalho são alguns dos temas mais evidentes nas suas obras.

DAFLON, Veronica Toste; CAMPOS, Luna Ribeiro [org.]. *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX*. Niterói: EdUFF, 2022. p. 18-19.

Considerando a reflexão apresentada pelas autoras sobre mulheres sociólogas, é correto afirmar que:

- o trabalho de teorização de mulheres na sociologia contribui para pensar a relação entre gênero e as diversas instituições, mas também possibilita colocar novos desafios a análises hegemônicas sobre o poder, a solidariedade, desigualdades e outros processos sociais que marcaram o mundo moderno e contemporâneo.
- a reflexão sociológica desenvolvida por mulheres favorece a construção de um questionamento crítico do conhecimento criando condições epistemológicas para o banimento da chamada sociologia clássica dos currículos escolares e das pesquisas em ciências sociais.
- as chamadas “pioneiras da sociologia”, ao incorporarem o tema de gênero no campo das ciências sociais, denotam o esforço de recompor as tradições sociológicas do século XIX e elaborar uma crítica contundente sobre os movimentos feministas dos séculos XX e XXI.
- a sociologia sempre teve participação das mulheres no processo de elaboração das teorias sociais sobre a vida moderna e contemporânea, mas que não foram suficientemente eficazes porque a questão do gênero ocupou centralidade analítica em seus sistemas teóricos.
- a construção do cânone sociológico, via de regra, sempre considerou a participação de mulheres na formulação dos sistemas e das teorias sociais, visto que a discussão de classe, raça ou nacionalidade prescinde da questão de gênero, pois diz respeito a qualquer cidadão do mundo moderno e contemporâneo.

4 (Uece)

Nenhum grupo de mulheres brancas conheceu melhor a diferença entre seu próprio status e o status das mulheres negras do que o grupo de mulheres brancas politicamente conscientes e ativistas na luta pelos direitos civis. Ainda assim, várias dessas mulheres deslocaram-se das lutas pelos direitos civis para as lutas pela libertação da mulher e lideraram um movimento feminista em que suprimiram e negaram a consciência sobre as diferenças que viram e ouviram. Elas entraram para o movimento feminista apagando e negando a diferença, sem pensar em raça e gênero juntos, mas eliminando raça do cenário.

(BELL HOOKS. *O feminismo é para todo mundo: política arrebatadoras*. 2018. Adaptado.)

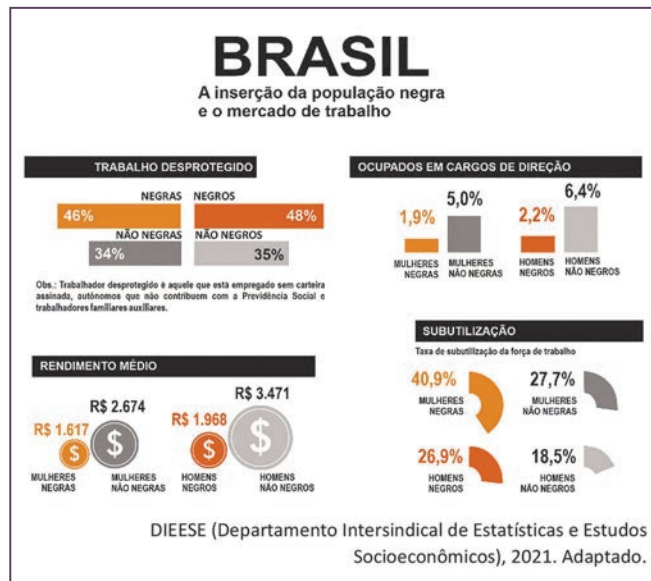
Ao abordar aspectos do Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos da década de 1960, o excerto

- aponta o insucesso das reivindicações de igualdade de raça e gênero e a persistência de padrões históricos de desigualdade na sociedade norte-americana.
- lamenta a ausência de uma história de mobilizações feministas e negras e de uma disposição das mulheres brancas para atuar em defesa das conquistas de direitos sociais.
- identifica a ocorrência em paralelo de ações afirmativas das mulheres e dos negros e a falta de conexão entre esses dois campos de reivindicação de direitos.
- caracteriza a mudança radical por que passou a sociedade norte-americana no período e o nascimento de interconexões entre os movimentos negro e feminista.
- ênfatisa a importância da estratégia política do ativismo feminista e sua influência sobre as mobilizações posteriores de reivindicação de direitos da população negra.

5 (Fuvest) Considere o trecho a seguir.

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

(Thais Nascimento Conde e Cristiane Marques Seixas. "Movimento Body Positive no Instagram: reflexões sobre a estetização da saúde na sociedade neoliberal". *Reciis*, v. 15, nº 1, 2021. Adaptado.)



O texto da professora e jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw define o conceito de interseccionalidade para o estudo das múltiplas discriminações. A partir dessa definição, é possível dizer que os dados do Dieese sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2021 indicam que

- a interseccionalidade de discriminações de gênero, de raça e de classe faz com que homens negros sejam o grupo social mais vulnerável.
- as discriminações de raça e gênero não se relacionam; assim, mulheres negras e homens negros sofrem as mesmas discriminações no mercado de trabalho.
- a interseccionalidade de discriminações atinge de maneira igual mulheres brancas e negras pertencentes às classes trabalhadoras.
- a interseccionalidade de discriminações de gênero e raça explica o fato de as mulheres negras ocuparem as posições menos valorizadas e mais mal pagas no mercado de trabalho.
- as situações de gênero e de raça não têm impacto no mercado de trabalho. Trabalhadores e trabalhadoras são discriminados igualmente em virtude da desigualdade de classe social.

A DISPUTA POR ESPAÇO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: MST E MTST

Ricardo Teles/Pulsar Imagens



Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, símbolo do movimento em 1987.

Lucas Lacaz Ruiz/Folhapress



Trabalhadores realizam poda de plantas no Assentamento Nova Esperança I, em São José dos Campos (SP). A foto é de 2023, mas o assentamento surgiu em 1980.

Evandro Leal/Agência Enquadra/Folhapress



Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. No centro, observa-se o símbolo da luta por moradia.

Como estudamos anteriormente neste capítulo, os novos movimentos sociais surgiram no final do século XX e são compostos de sujeitos excluídos socialmente e que compartilham interesses, perspectivas e demandas comuns. No Brasil, temos dois grandes movimentos sociais ligados diretamente à disputa por espaço: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). A disputa por espaço envolve a demanda por moradia e por terra, orientada pelo questionamento relativo às propriedades privadas e à concentração delas nas mãos de poucos, muitas sem função social. O MST realiza essa disputa na área rural, enquanto o MTST atua na área urbana. Nesta seção, vamos conhecer um pouco mais esses movimentos sociais.

Fundado em 1984, o MST se autodenomina um movimento social, de massas, autônomo e que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a reforma agrária e um projeto popular para o Brasil. O MST é um movimento nacional, presente em 24 estados e com cerca de 450 mil famílias assentadas. A demanda imediata do MST é ocupar latifúndios que estão sem uso, transformando o espaço em área destinada à agricultura familiar. A disputa pela terra é um passo para alcançar a demanda estrutural que seria a reforma agrária, com a redistribuição das terras de maneira mais igualitária e propósito social. Sua organização como movimento busca um modelo participativo, horizontal e democrático, com garantia de voz e decisão a todos envolvidos: mulheres, homens, jovens e adultos.

Fundado em 1997, o MTST se autodenomina um movimento social cujo objetivo é garantir o direito constitucional à moradia digna para todas e todos. O MTST também é um movimento nacional presente em 14 estados e sua atuação parte da premissa constitucional de que a moradia é um direito do povo e dever do Estado. Sua avaliação é crítica e o que orienta suas ações é a noção de que o Estado brasileiro falha nessa proteção social, deixando as cidades à mercê da especulação imobiliária, que expulsa as pessoas vulneráveis para regiões cada vez mais precarizadas. O MTST propõe que a organização dos trabalhadores urbanos mais pobres se dê a partir do lugar onde vivem, nas periferias, para então ocuparem moradias mais centrais, mais bem conectadas aos postos de trabalho e à infraestrutura urbana. O direito à cidade é fortemente reivindicado pelo movimento.

Ocupação do MTST em prédio em Porto Alegre (RS), em 2024, durante período em que a cidade ficou alagada e várias famílias estavam desabrigadas devido às enchentes.



Evandro Leal/Agência Enquadra/Folhapress

A Revolução dos bonés

João Pedro Stédile puxou o microfone para perto de si, inclinou-se para frente e pigarreou. “Boa tarde, senhores deputados.” Assim que as palavras saíram de sua boca, uma longa cadeia de comunicadores digitais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra entrou em ação. Sentados na Câmara dos Deputados, onde era realizada a CPI do MST, dois militantes do movimento se dividiram na tarefa de filmar e editar em tempo real o depoimento de Stédile; outros dois passaram a tuitar freneticamente, pinçando frases do líder dos sem-terra; um militante montava imagens mais elaboradas, com destaques da sessão; e três ficaram encarregados de apertar os botões que dispararam *posts* em todas as redes sociais.

Naquela terça-feira, 15 de agosto [de 2023], o MST fez 96 postagens no X, o antigo Twitter. [...] A *hashtag* #TôComMST chegou aos *trending topics*. As publicações no Instagram acumularam, na semana, 560 mil curtidas, maior volume do ano até agora. [...]

[...] Três meses antes, Stédile participou do *Flow Podcast* [...]. Falou por duas horas, acumulando 254 mil visualizações só no vídeo principal. “Eu não sabia que eu era tão ignorante sobre como o MST se organiza, foi uma boa ouvir ele falar”, escreveu um usuário, na caixa de comentários do YouTube. “Não conhecia o Stédile, que aula!”, escreveu outro.

A imagem de revolucionários barulhentos vem passando por um *rebranding*. Os bonés vermelhos tornaram-se item popular na cabeça de simpatizantes. O MST, enfim, é *pop*.

A comunicação está no cerne dessa mudança. Gustavo Marinho, um jovem alagoano de 32 anos, coordena a redação nacional do MST, situada na região de Santa Cecília, em São Paulo. Ali trabalham cinquenta comunicadores, que se dividem nas tarefas de produção de texto, redes sociais, *design*, fotografia, vídeos, assessoria de imprensa e tecnologia da informação. Outros vinte funcionários, também dedicados à comunicação, estão espalhados por outras cidades. A equipe quadruplicou de tamanho em menos de dez anos. No Instagram, onde o MST é mais forte, somam-se 951 mil seguidores. A média é de mil novos seguidores por dia.

“A classe trabalhadora se comunica, se forma e busca fazer nessas plataformas”, diz Janelson Ferreira, dirigente nacional de comunicação do MST. “Elas são um espaço de disputa que a gente não pode deixar vazio.” Seu colega, Marinho, estava em Brasília no dia do depoimento de João Pedro Stédile. Impedido de entrar no plenário da CPI, que estava lotado, tirou uma *selfie* do lado de fora e disse: “Aulas de Stédile na CPI: eu fui, eu tava! #TôComMST.”

Em março do ano passado, um jovem internauta tuitou, descompromissadamente: “vcs que não são do MST usando esses bonés do MST eu não me aguento não. O boné virou assessorio [*sic*] pra ir pra balada, gente.” Numa dessas dinâmicas imprevisíveis das redes, o tuíte viralizou e o MST aproveitou para deixar claro o que pensa: é, sim, para todo mundo usar o boné. [...]

[...]

Num mês fraco, o movimento vende entre quinhentos e mil bonés. Nos meses mais agitados, vende 3 mil. O principal canal de vendas é o Armazém do Campo, lojinha de produtos orgânicos criada pelo MST e que tem 27 filiais em diferentes cidades. [...]

[...]

Nos seus 39 anos de vida, o MST teve altos e baixos, fases de mais ou menos agitação. As oscilações ideológicas, naturais num movimento político dessa envergadura, ficam claras quando se analisa as palavras de ordem de cada época. No começo dos anos 1980, quando o movimento ainda não existia formalmente, a máxima de quem lutava pela reforma agrária no Brasil era “Terra para quem nela trabalha”. Em 1985, durante a redemocratização, o lema mudou para “Sem reforma agrária não há democracia”. No ano seguinte, vendo que a reforma não ia para frente, o MST trocou a frase para “Ocupação é a única solução”. A questão dos alimentos apareceu pouco tempo depois, no lema “Ocupar, resistir e produzir”.

[...] O *rebranding* veio para ficar. [...]

MACHADO, Lara. A revolução dos bonés. Como o MST se tornou pop e tech. *Revista Piauí*. São Paulo, 4 out. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/a-revolução-dos-bonés-mst-armazem-do-campo-stedile/>. Acesso em: 29 ago. 2024.



Ilustração de Caio Borges, enfatizando o boné do MST.

- 1** A partir da breve apresentação dos movimentos sociais que lutam por espaço rural e urbano, descreva como você entende a ação dos movimentos de desapropriar e dar novas funções aos espaços.
- 2** Com base no texto, analise como a atuação nas mídias sociais complementa os objetivos centrais dos movimentos e pode atuar na popularização de sua marca.

rebranding: em tradução livre para o português, é a reformulação da marca, de forma a reorientar a visão do público.

trending topics: em tradução livre para o português, são os tópicos tendência. Referem-se aos assuntos mais comentados na plataforma X.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

HELEIETH SAFFIOTI

No decorrer deste capítulo, conhecemos as características clássicas dos movimentos sociais, mas também os novos movimentos sociais, as reivindicações identitárias e a defesa por uma causa política e social inseridas nas lutas por reconhecimento. Veremos adiante como os estudos de Heleieth Saffioti (1934-2010) contribuem para esse contexto, ao propor a reflexão acerca da condição da mulher e de sua posição no âmbito geral da sociedade capitalista.

PERFIL

Heleieth Lara Bongiovani Saffioti foi socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira. Nasceu em Ibirá (SP), filha de mãe costureira e pai marceneiro. Graduiu-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Em 1967, orientada pelo professor Florestan Fernandes, debateu de forma pioneira a condição feminina no modo de produção capitalista, tendo como enfoque a realidade brasileira. Atuou como professora titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e se tornou uma das mais prestigiadas pesquisadoras sobre a questão de gênero no Brasil. Em 1995, foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, juntamente com outras 51 brasileiras.

OBRAS-CHAVE

- *Violência de gênero: poder e impotência* (1995)
- *Poder do macho* (1987)
- *Mulher brasileira: opressão e exploração* (1984)
- *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher* (1981)
- *Emprego doméstico e capitalismo* (1978)
- *Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias* (1969)
- *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1969)

EM LEITURA

Heleieth Saffioti teve como tema prioritário de suas investigações a questão das mulheres, começando sua carreira com enfoque na condição feminina pelo prisma da classe social, em diálogo com o marxismo, e depois se dedicando a análises relativas à violência, em uma aproximação com as teorias feministas. A pensadora sempre priorizou a análise da condição feminina considerando diferentes dimensões da vida social, pois compreendia que as dimensões materiais, simbólicas, políticas e culturais estavam estreitamente ligadas e, juntas, poderiam ajudar a elucidar as estruturas da desigualdade de gênero.

Mulheres, organizações e movimentos sociais marcham por equidade, no município de São Paulo (SP), no dia 8 de março, data em que é celebrado o Dia Internacional das Mulheres. Foto de 2024.



Cris Faga/NurPhoto/Getty Images

Assim como pressupunha em diferentes dimensões de suas análises, Saffioti também reconhecia a necessidade de considerar gênero, raça/etnia e classe como categoriais relacionadas entre si. Diferentemente da tradição marxista mais conservadora, que enfatizava a dimensão material e a categoria classe social, a pensadora não hierarquizava essas categorias, e sim as compreendia como estruturantes igualmente importantes da sociedade. Essa vinculação fica bastante evidente no trecho a seguir:

Quando se consideram os embriões de classe, pode-se retroceder às sociedades escravocratas antigas. Mesmo neste caso, as classes sociais têm uma história muito mais curta que o gênero. Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno **gendrado**. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O nó [...] formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão. Como afirma Kergoat (1978), o conceito de superexploração não dá conta da realidade, uma vez que não existem apenas discriminações quantitativas, mas também qualitativas. Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação dessas mulheres muito mais complexas. [...]

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 115.

gendrado: em Ciências Sociais, termo utilizado para evidenciar que um fenômeno ou uma categoria evidencia marcas dos padrões socioculturais de gênero.

Saffioti evidencia, no trecho citado, a simbiose entre racismo, sexismo e classes sociais, que possibilita a reprodução do sistema de opressões. Dessa forma, a obra da socióloga permite refletir acerca das conexões entre esses marcadores sociais da diferença, que se tornam desigualdades no contexto da sociedade capitalista, destacando a importância de se considerar os aspectos históricos e sociais. Ao articular relações estruturais e contextuais, Saffioti considera a dinamicidade das relações sociais, ressaltando os vínculos que a diferença e a desigualdade adquirem. Assim, dependendo do contexto em que se desenvolve, uma diferença pode ser a justificativa para a consolidação de uma forma de desigualdade.

As contribuições teóricas de Saffioti situam-se no interior dos debates a respeito dos movimentos sociais, das questões identitárias e interseccionais. Com um pensamento singular e pioneiro, a socióloga traz como eixo de sua análise questões concretas da vida social, abordando-as tanto do ponto de vista sociológico e das teorias sociais quanto do ponto de vista dos movimentos sociais e da luta organizada, mostrando sua importância e atualidade.

PARA CONCLUIR

- 1** Como Heleieth Saffioti utiliza a intersecção entre racismo, sexismo e classes sociais para analisar as dinâmicas da sociedade brasileira?
- 2** Saffioti afirma que uma pessoa não é duplamente ou triplamente discriminada quando possui dois ou três marcadores da diferença, respectivamente. Em sua opinião, o que a autora quis evidenciar com essa proposição?
- 3** Em sua experiência, você consegue identificar situações que tenham acontecido com você ou com alguém próximo a você que evidenciem a complexidade da condição feminina tal como teorizada por Saffioti? Compartilhe os exemplos com os colegas.

PRÁTICAS DE PESQUISA

GORDOFOBIA: PRECONCEITO CONTRA CORPOS GORDOS

Para começar

Gordofobia é o preconceito e a discriminação contra pessoas gordas. Essa forma de preconceito está presente em diversas áreas da sociedade, como na mídia, na moda, no ambiente de trabalho e até mesmo nos atendimentos na saúde. A gordofobia se manifesta de várias formas, incluindo desde comentários maldosos e piadas até a exclusão social e o tratamento inadequado em serviços de saúde.

A mídia tem um papel importante na perpetuação da gordofobia, ao exaltar corpos magros como o padrão ideal de beleza e de sucesso. Programas de TV, filmes, revistas e redes sociais frequentemente promovem uma imagem corporal irrealista, fazendo pressão para que as pessoas se insiram nesses padrões, muitas vezes prejudicando sua autoestima e saúde mental.

O problema

No vocabulário, frases como “Você é fofinha”, “Você não tá gorda, você tá linda” ou “Mas você é tão bonito de rosto” são exemplos de expressões gordofóbicas. Na mídia, além da frequente exposição de corpos irreais, há a disseminação de estereótipos negativos de pessoas gordas na construção de personagens e na comédia. Na moda, a discriminação revela-se na falta de opções de roupas estilosas e de qualidade para pessoas gordas. No ambiente de trabalho, pessoas gordas podem enfrentar dificuldades para conseguir emprego, sendo erroneamente percebidas como menos competentes ou preguiçosas.

Na área da saúde, a gordofobia pode ser especialmente prejudicial, quando profissionais muitas vezes atribuem todos os problemas de saúde de uma pessoa ao seu peso, sem investigar outras possíveis causas. Isso pode levar a diagnósticos errados e a tratamentos inadequados, colocando em risco a saúde do paciente. Para compreender melhor o impacto da gordofobia, utilizaremos a metodologia do estudo de caso, que permite uma investigação detalhada e prática de situações reais. Assim, pretendemos ajudar a encontrar formas de combater esse preconceito.

A investigação

- Prática de pesquisa: estudo de caso

Em 2023, o juiz titular da Vara do Trabalho de Teófilo Otoni, município do interior de Minas Gerais, condenou uma empresa a pagar cinco mil reais como indenização a uma trabalhadora por sofrer gordofobia dos colegas de trabalho.

A ex-empregada atuava como líder de infraestrutura e obra da empresa e comprovou o assédio moral sofrido e relatou situações de discriminação. Segundo a vítima, sempre que pedia que o ar-condicionado fosse ligado, os colegas de trabalho faziam piadas sobre seu peso.

As testemunhas escutadas relataram que haveriam [sic] rumores sobre as “piadas” gordofóbicas no ambiente de trabalho. O preposto da empresa também reconheceu que tinha conhecimento da situação, alegando também que solicitou a um dos colaboradores que não

fizesse mais a “brincadeira”.

“Trata-se, em verdade, da repugnante, da reprovável e da preconceituosa prática de gordofobia”, afirmou o juiz responsável pelo caso, que negou completamente a possibilidade de ser “apenas uma brincadeira”.

BRITO, Mariana de. Mulher vítima de gordofobia receberá 5 mil reais de indenização. *Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 mar. 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/03/03/noticia-diversidade,1464240/mulher-vitima-de-gordofobia-recebera-5-mil-reais-de-indenizacao.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Para realizar a pesquisa, vocês deverão se dividir em pequenos grupos e cada grupo deve analisar um estudo de caso real que ilustre uma forma específica de gordofobia. Exemplos podem incluir situações de exclusão no ambiente de trabalho, falta de acessibilidade em espaços públicos, estereótipos negativos na mídia, entre outros. Sigam as instruções para realizar os procedimentos. Posteriormente, sistematizem as respostas e levantem hipóteses para responder ao problema da pesquisa.

Material

- Computador, *tablet* ou *smartphone* com acesso à internet
- Folhas de papel sulfite, lápis e caneta
- Cartolinas ou outros tipos de papéis
- Canetas coloridas

Procedimentos

Parte I – Planejamento e pesquisa

- 1** Organizem-se em grupos com quatro ou cinco integrantes.
- 2** Cada integrante deve pesquisar em jornais, revistas e outros meios de comunicação, impressos ou digitais, casos reais que sejam exemplos de gordofobia.
- 3** Em grupo, leiam os casos pesquisados e elejam um deles para analisar em profundidade.

Parte II – Análise das informações pesquisadas

- 1** Cada grupo deve analisar o caso pesquisado considerando os seguintes questionamentos:
 - Como o caso estudado revela a gordofobia?
 - Qual é o perfil da vítima (ou das vítimas) e do agressor (ou dos agressores)?
 - Onde aconteceu? Quem são os responsáveis?
 - Como aconteceu?
 - Foi um caso isolado ou esse tipo de discriminação é comum nesse ambiente ou em ambientes parecidos?
 - Quais são as consequências desse tipo de discriminação para a vítima? E para o agressor?
 - O que poderia ser feito para evitar que casos como esse aconteçam no futuro?
 - Há leis que poderiam ser aplicadas para defender a vítima e responsabilizar o agressor?
 - Quais são as responsabilidades da sociedade nessa questão?
 - Quais são as responsabilidades do Estado nessa questão?
 - Como as Ciências Sociais podem nos ajudar a não reproduzir uma situação como a vivenciada nesse estudo de caso?

Parte III – Organização dos resultados

- 1** Em uma folha de papel (ou mais de uma), anatem todas as informações analisadas no estudo de caso. Essas anotações podem conter informações objetivas e subjetivas e se basear nos elementos indicados na Parte II.
- 2** Se possível, reproduzam essas informações em um programa de computador e mostrem aos colegas no momento da apresentação dos resultados.

Questões para discussão

Após a análise do caso selecionado pelo grupo, compartilhem com os colegas dos demais grupos suas conclusões. Para isso, exponham os casos estudados e reflitam sobre eles, considerando os itens a seguir.

- O que é gordofobia e como ela pode se manifestar no ambiente de trabalho, na mídia e no acesso aos espaços públicos? Exemplifiquem essas manifestações com base em casos reais ou em relatos pesquisados.
- Quais são as consequências psicológicas e sociais que a gordofobia pode causar na vida de uma pessoa? Considerem os impactos na autoestima, na saúde mental e nas relações interpessoais.
- Investiguem quais são as leis e os direitos que protegem as pessoas contra a discriminação e o assédio moral. Pesquise casos jurídicos e decisões recentes que exemplifiquem a aplicação dessas leis na proteção contra a gordofobia no Brasil.

Comunicação dos resultados

Após o compartilhamento de todos os casos estudados e da reflexão dos grupos, as descobertas devem ser compartilhadas com toda a escola. Para isso, promovam uma campanha de conscientização que estimule a empatia e oriente a comunidade escolar a respeito da gordofobia.

Para a campanha, realizem cartazes e escrevam publicações para serem compartilhadas nas redes sociais da escola, com a prévia autorização. Na campanha, além de informações educativas que estimulem a reflexão sobre a gordofobia, é importante sugerir medidas que possam ser adotadas para prevenir essa forma de discriminação e promover ambientes mais inclusivos e respeitosos.



Pict Rider/Getty Images

O estereótipo do corpo gordo como instrumento de estigmatização e violência psicológica. É preciso combater essa forma de agressão.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

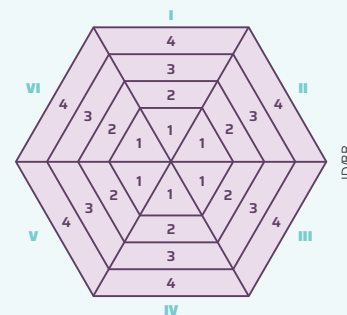


TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	Respostas	Cor indicada
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que “Sempre” realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta I.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente suas respostas para as seguintes questões:

Capítulo 7 – Estado, poder e controle social

- 1 Compreendo como Émile Durkheim definiu os mecanismos de controle social?
- 2 Relaciono corretamente a teoria da alienação do trabalho segundo Karl Marx e Friedrich Engels?
- 3 Compreendo o que Max Weber entende por “dominação” e os três tipos que ele identifica?
- 4 Reconheço os tipos de poder identificados por Norberto Bobbio e suas manifestações na sociedade?
- 5 Compreendo como os dispositivos de poder, segundo Michel Foucault, operam para manter a ordem social?
- 6 Problematizo a importância da mídia e o fato de ela ser frequentemente chamada de “quarto poder”?
- 7 Compreendo o conceito de “sociedade do espetáculo” tal como proposto por Guy Debord?
- 8 Sei relacionar poder e legitimidade e exemplificar situações em que uma autoridade pode ter poder, mas não legitimidade?

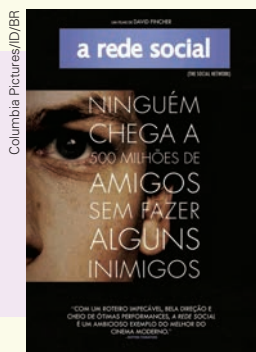
Capítulo 8 – Mecanismos de ação coletiva e movimentos sociais

- 9 Compreendo a importância da Assembleia Constituinte e da participação popular para a Constituição?
- 10 Compreendo o que são os movimentos sociais e suas formas de ação coletiva?
- 11 Reconheço como a Constituição contribuiu para a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos no Brasil?
- 12 Compreendo a importância da demarcação de Terras Indígenas e quilombolas para a preservação cultural, identitária e social desses grupos?
- 13 Entendo como os conselhos municipais, estaduais e federais atuam no controle das ações do Estado?
- 14 Diferencio, na teoria dos movimentos sociais, os diferentes paradigmas?
- 15 Compreendo a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença e como ela afeta as minorias?
- 16 Reconheço a importância do Marco Civil da Internet no Brasil e sei identificar suas limitações?
- 17 Compreendo a importância de regulação das *Big Techs* em um cenário de venda de dados dos usuários?
- 18 Sei conceituar “direito à cidade” e identificar como ele se relaciona com a cidadania e a justiça social?



PARA IR ALÉM

Capítulo 7 - Estado, poder e controle social



A rede social

Em 2003, Mark Zuckerberg, um estudante da Universidade de Harvard e gênio da computação, começa a desenvolver uma ideia que se transforma em uma rede social global: o Facebook. O filme explora como as relações sociais passaram do contato direto para o ambiente virtual, criando interações simultâneas, amplas e, às vezes, superficiais.

A rede social. Direção: David Fincher. Estados Unidos, 2010 (121 min).



Podcast Café com Sociologia

O *podcast* combina teorias das Ciências Sociais com conteúdos musicais. Coordenado e executado por Cristiano Bodart e Roniel Sampaio Silva, esse projeto ganhou o prêmio Professores do Brasil em 2013. O *podcast* ajuda a compreender as perspectivas do mundo contemporâneo por meio das ferramentas da Sociologia.

Podcast Café com Sociologia. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/tag/podcast-cafe-com-sociologia/>. Acesso em: 10 set. 2024.



Não por acaso

Esse filme nos ajuda a compreender como o controle se dá em diferentes dimensões da vida. Ênio (Leonardo Medeiros) é um engenheiro de trânsito que comanda o fluxo de carros em São Paulo, mas o controle que ele exerce no trabalho é reproduzido no comportamento que tem em casa.

Não por acaso. Direção: Philippe Barcinski. Brasil, 2007 (90 min).



A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais

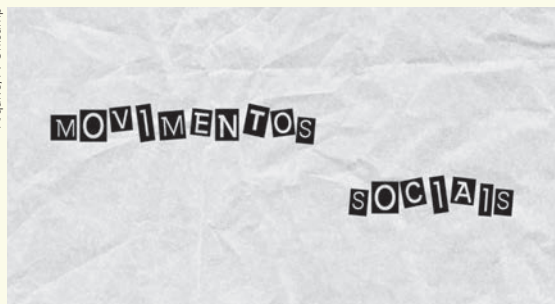
Com o avanço das tecnologias de informação, as relações sociais se tornaram mais digitais, com rastros dessas ações sendo usados para controle e disputas econômicas, políticas e culturais. Os pesquisadores analisam as tensões e o conceito de modulação, distinto da manipulação, elucidando como grandes corporações e governos utilizam essas tecnologias para ganhar vantagem e exercer controle.

SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra, 2018.



Capítulo 8 - Mecanismos de ação coletiva e movimentos sociais

Arquivo/TV Unicamp



O que são os movimentos sociais?

Nesse episódio, a professora Ana Claudia Teixeira, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp, apresenta a definição de movimentos sociais com base nas ideias do sociólogo Mario Diani, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Trento (Itália).

O que são os movimentos sociais? Produção TV Unicamp, 2023 (3 min). Disponível em: <https://youtu.be/OYCy6r7Y5E?si=4C10Eq42Z04G-GsU>. Acesso em: 29 ago. 2024.

A história da luta pela terra e o MST

Esse livro ajuda a entender a estrutura agrária brasileira, as políticas públicas e o surgimento dos diversos movimentos camponeses. A trajetória do MST é contada de modo didático, seguindo sua construção histórica e suas linhas políticas, seus desafios e suas conquistas.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.



Editora Expressão Popular/Arquivo da editora

MST/ID/BR

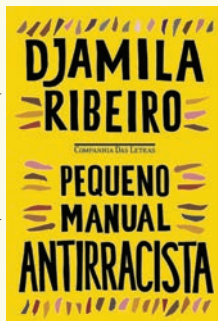


Plantando cirandas: músicas de resistência do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) utiliza a música como uma poderosa ferramenta de resistência e conscientização. *Plantando Cirandas* é um projeto que exemplifica essa prática, reunindo canções que narram a história e as lutas do campesinato brasileiro.

Plantando cirandas. Movimento Sem Terra (MST), 2020. 1 CD.

Companhia das Letras/Arquivo da editora



Pequeno manual antirracista

Nesse manual, a filósofa Djamila Ribeiro aborda temas como racismo, negritude, branquitude e violência racial. Ela oferece reflexões sobre discriminações racistas estruturais e a responsabilidade pela transformação social, argumentando que o racismo é um sistema de opressão enraizado na sociedade, o qual cria desigualdades.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Netflix/ID/BR



AmarElo: é tudo pra ontem

O documentário vai além de mostrar os bastidores de um show no Theatro Municipal de São Paulo. Ele resgata a importância e o legado da cultura e do movimento negro no Brasil.

AmarElo: é tudo pra ontem. Direção: Fred Ouro Preto. Brasil, 2020 (89 min).

ESTRATIFICAÇÃO, DESIGUALDADES E VIOLÊNCIAS

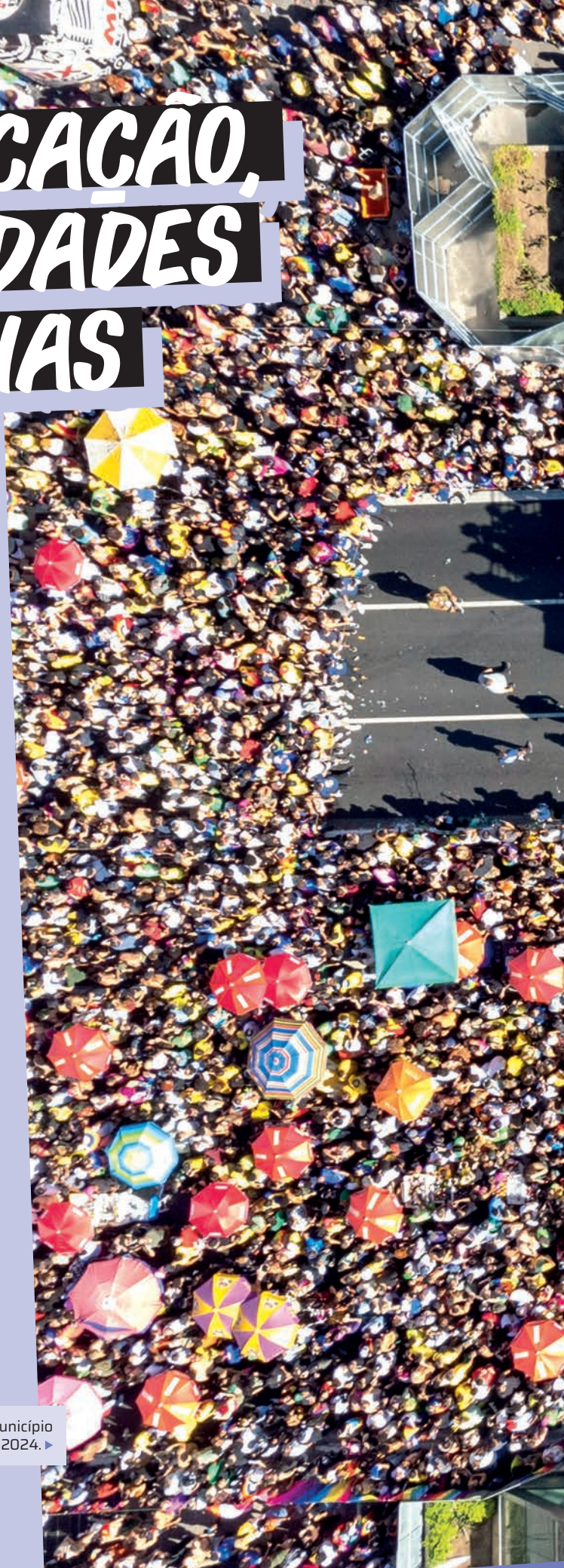
ORGANIZAR IDEIAS

Nesta unidade, você vai compreender alguns mecanismos que geram as desigualdades e como diferentes tipos de violência colaboram para a sua manutenção e perceber as dimensões social e histórica dos assuntos tratados.

Você também vai analisar instrumentos e atitudes que procuram reverter as desigualdades, como é o caso da celebração do orgulho LGBTQIA+ mostrada na imagem.

1. Em sua opinião, o que leva as pessoas a organizar e participar de eventos como a Parada do Orgulho LGBT+?
2. Como o preconceito e outras formas de violência impactam a vida das pessoas LGBTQIA+ e contribuem para a manutenção das desigualdades sociais?
3. Que medidas podem ser tomadas pelos governos para combater o preconceito e a violência sofrida por pessoas LGBTQIA+?

Parada do Orgulho LGBT+ no município de São Paulo. Foto de 2024. ▶





9 Estratificação e desigualdade social

10 Desigualdade e violência

Wagner Vilas/Shutterstock.com/IDBR

ESTRATIFICAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL

1. Para você, esta imagem é familiar? É representativa das grandes cidades brasileiras? Converse com os colegas.
2. A partir da imagem, o que é possível inferir sobre a desigualdade social nas grandes cidades brasileiras? Explique seu ponto de vista aos colegas.
3. O que você entende por desigualdade social? Como a desigualdade social se manifesta no Brasil? Exemplifique.

Favela de Paraisópolis e bairro do Morumbi ao fundo, no município de São Paulo (SP). Foto de 2023.



Em capítulos anteriores, foram discutidas questões relacionadas à produção de diferenças e à conformação de identidades, abordando alguns modos pelos quais a identidade nacional brasileira foi formada. Neste capítulo, você vai estudar uma característica marcante da sociedade brasileira: a **desigualdade social**.

A desigualdade social relaciona-se com os mecanismos que possibilitam a manutenção de modos de vida desiguais. Assim, a sociedade atual é composta de pessoas menos e mais favorecidas, em função de características como cor, classe social, gênero e orientação sexual, entre outras.

Trata-se de um fenômeno histórico e estrutural em nosso país, profundamente enraizado em sua formação. Desde o período colonial, passando pela escravidão, até os dias atuais, as disparidades socioeconômicas têm sido perpetuadas e agravadas por políticas públicas insuficientes e, muitas vezes, excludentes.

No Brasil contemporâneo, essa desigualdade se manifesta de várias formas, visto que a distribuição de renda é extremamente concentrada, com uma pequena parcela da população detendo a maior parte da riqueza. Isso se reflete na diferença de acesso a bens e serviços essenciais, como educação, saúde, moradia e segurança. Enquanto uma parte da população desfruta de altos padrões de vida, outra vive em condições de extrema pobreza, sem acesso aos direitos básicos garantidos pela Constituição. Neste capítulo, será aprofundada a compreensão das causas e consequências da desigualdade social no Brasil.

O QUE É ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL?

Antes de abordar as desigualdades sociais existentes no Brasil, é importante compreender uma das bases sob as quais as desigualdades são explicadas: a **estratificação social**.

A estratificação social é o processo pelo qual uma sociedade categoriza seus membros em diferentes grupos – denominados “estratos” ou “camadas” – com base em critérios como riqueza, poder, prestígio, educação e *status*. Trata-se de uma característica universal das sociedades, presente em diferentes formas e graus ao longo da história e em diversas culturas.

Como estudamos, a produção da diferença é um efeito das relações sociais. Da mesma maneira que não há produção de diferenças sem a constituição do “outro”, não há divisão social em termos de estratificação sem a constituição de diferentes estratos.

Em algumas sociedades, essas diferenças e formas de classificação também se associam ao poder, ou seja, quando refletimos sobre a estratificação social, estamos analisando uma forma de estabelecer hierarquias entre grupos sociais, as quais se relacionam com a **distribuição desigual ou assimétrica de prestígio ou bens** entre indivíduos situados em diferentes estratos. São exemplos a estratificação de gênero e a estratificação étnico-racial, que, por sua vez, operam de diferentes maneiras de acordo com os contextos cultural e histórico.

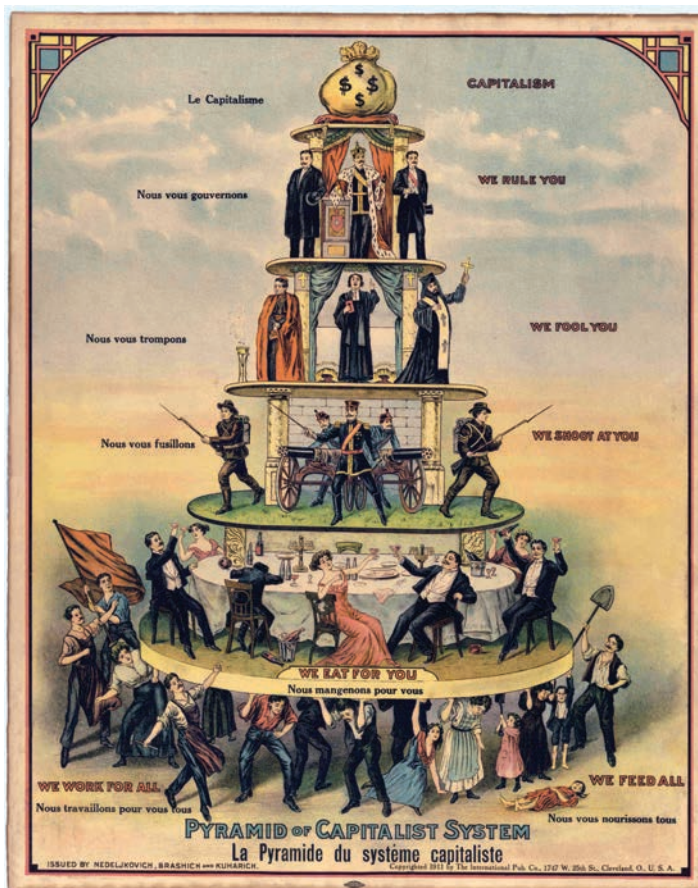
As assimetrias de poder, prestígio e influência entre diferentes grupos fazem parte dos processos de dominação e de resistência. As formas de estratificação social conformam um dos campos de disputa nos quais atuam tanto as tentativas de dominar quanto os esforços para resistir e transformar relações.

A noção de estratificação social é utilizada no campo das Ciências Sociais para entender os sistemas de classificação em determinada sociedade. Esses sistemas existem em todas as sociedades, pois são produtos da cultura e das interações sociais. Desse modo, eles variam ao longo do tempo e de acordo com o contexto em que estão inseridos.

Nas sociedades capitalistas, o conceito de **classe social** é central para a compreensão da ideia de estratificação social. Assim, classe é um marcador social que possibilita a compreensão e a descrição das profundas desigualdades que marcam a sociedade brasileira. Nesse sentido, quais são os critérios que determinam o pertencimento de um indivíduo à determinada classe? O que o conceito de classe social informa sobre o consumo, o trabalho e a renda? Há diferenças no interior de uma mesma classe?

Uma leitura possível é a de que a classe se relaciona à capacidade de consumo de uma família ou de um grupo de pessoas. Nessa perspectiva, a classe de uma pessoa é estabelecida com base nos eletrodomésticos que ela possui, por exemplo. Mas será que o acesso ao consumo é o principal aspecto para pensar as classes sociais?

Ilustração publicada em 1911 no jornal *Industrial Workers of World*, em Cleveland, Estados Unidos, criticando a desigualdade entre as classes sociais no capitalismo.



Estratificação e classe social

As **classes sociais** são uma forma de estratificação que diz respeito às condições de vida das pessoas, que se tornam evidentes sobretudo quando são comparadas. O padrão de consumo relaciona-se com a classe social, as condições e as relações de trabalho, o acesso à renda e a distribuição desigual da riqueza entre as pessoas.

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) estudaram o modo de funcionamento do sistema capitalista e as relações que configuram a exploração econômica dos trabalhadores. Para Marx e Engels, as classes envolvidas nessa luta são a **burguesia** e o **proletariado**. A primeira é composta dos proprietários dos meios de produção, ou seja, das fábricas, das instalações, das máquinas e das matérias-primas. A segunda é formada pelos trabalhadores, que recebem um salário em troca da venda de sua força de trabalho. A relação entre burgueses e proletários é, nesse sentido, uma relação de exploração: proletários recebem um salário pelo seu trabalho que não condiz com os ganhos obtidos na produção e venda das mercadorias que são detidos pelos burgueses. Assim, o valor da venda dos produtos não é dividido igualmente entre patrão e empregados, gerando um sobrevalor. Esse montante que extrapola o valor recebido em forma de salário é denominado **mais-valia** ou **mais-valor** e será estudado no capítulo sobre trabalho.

Logo, para entender o conceito de classe social nos escritos de Marx e Engels, é preciso pensá-lo com base em sua relação com o trabalho: Quem é o proprietário da empresa? Quem é pago para realizar um ofício específico e depende desse salário para sobreviver? Assim, para os autores, as relações de trabalho operam como relações de exploração.

O historiador britânico Edward Palmer Thompson (1924-1993) seguiu os passos de Marx para propor explicações que extrapolam a classe em suas dimensões econômicas. Segundo Thompson, a classe social não é uma estrutura, mas uma relação pautada na **experiência de classe**, vivenciada pelos trabalhadores ao participarem de relações de exploração e refletirem sobre elas. Essa reflexão possibilita que compreendam seu lugar em meio às relações históricas e sociais nas quais estão inseridos, pessoal e coletivamente. Para Thompson, reconhecer-se com base nessas relações de pertencimento e de conflito equivale a ter **consciência de classe**.

O trabalho ambulante é uma expressão da desigualdade de classe. Na foto, de 2023, ambulante em praia de Copacabana, no município do Rio de Janeiro (RJ).

Rogério Reis/Pulsar Imagens



REFLEXÃO

Experiência de classe

[...] No uso que Thompson [Edward Palmer Thompson (1924-1993)] faz do termo, a experiência é o início de um processo que culmina na realização e articulação da consciência social, nesse caso uma identidade comum de classe. Ela cumpre função integradora, unindo o individual e o estrutural, e aproximando pessoas diversas naquele todo coerente (totalizante) que tem um sentido distinto de classe. [...]

O aspecto unificador da experiência exclui amplos domínios da atividade humana ao simplesmente não considerá-los como experiência, isto é, não traz nenhuma consequência para a política ou a organização social. Quando a classe se torna uma identidade que desconsidera o resto, as outras posições dos sujeitos são subsumidas por ela, as de gênero por exemplo (ou, em outras instâncias desse tipo de história, raça, etnia e sexualidade). [...]

Scott, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História* - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 16, p. 310, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183/8194>. Acesso em: 8 ago. 2024.

1. Segundo Joan Scott, qual é o papel da experiência para a conformação da identidade de classe na obra de Thompson?
2. Qual é a crítica que a autora faz à leitura de Thompson sobre experiência?
3. Você acha possível articular a noção de classe com o que a autora chama de “outras posições dos sujeitos”, como gênero, sexualidade e raça? Justifique sua resposta.

Outras formas de estratificação

As formas de estratificação são fundamentais para explicar as desigualdades sociais. Ao analisarmos o contexto atual, é possível notar que as transformações das relações de trabalho ao longo da história, embora modifiquem as lutas de classe e criem novos atores, conservaram as distinções de acesso à renda e ao trabalho.

Além disso, em nossa sociedade, não existe um único tipo de estratificação social. A distribuição desigual de poder, prestígio e bens entre homens e mulheres e também entre brancos e negros constitui, respectivamente, exemplos de **estratificação de gênero** e **estratificação étnico-racial**. Em nossa sociedade, essas desigualdades conferem novas camadas às disparidades no acesso à renda, como veremos nesta unidade.

Também é possível analisar as formas de estratificação e demarcação de diferenças em outras sociedades, já que nem todas operam por meio do estabelecimento de classes sociais.

As desigualdades étnico-raciais e de gênero também são estruturadas e vivenciadas pelas pessoas de maneiras distintas. Como vimos, essas formas de estratificação são produtos da cultura e, portanto, variam de acordo com o contexto em que se desenvolvem, originando sistemas de classificação distintos.

Um exemplo é o **sistema de castas**, que operava na estratificação das sociedades de religião hinduísta, como a Índia. Embora esse sistema tenha sido abolido oficialmente, a desigualdade e a violência ainda afetam os integrantes das camadas consideradas inferiores.

As castas apresentavam uma hierarquia e ditavam regras para o casamento e a divisão do trabalho. A principal casta é a dos sacerdotes; abaixo dela, está a dos guerreiros; depois, a dos comerciantes; e, por último, a dos criados. Há, ainda, um grupo de pessoas, consideradas **párias**, que fica fora desse sistema classificatório: os “intocáveis”.

pária: indivíduo que está à margem da sociedade, excluído.

Mulheres *dalits*, que vivem como párias na Índia. Foto de 2022.



Satish Bate/Hindustan Times/Getty Images

AÇÃO E CIDADANIA

Ficção científica, crise ambiental e estratificação

Formas de estratificação social estão presentes em diversas sociedades, ainda que formuladas e vivenciadas de maneiras distintas. Na literatura ficcional, elas também são objeto da criação de autoras e autores. Mesmo em mundos imaginados, as sociedades conformam disputas e desigualdades.

Um exemplo é a obra de ficção científica *A parábola do semeador*, de 1993, da escritora estadunidense Octavia Butler (1947-2006), na qual grupos se confrontam em meio a um mundo pós-catástrofe climática. Nesse cenário de conflitos, a formação de comunidades por pessoas que se reconhecem em uma experiência compartilhada é a chave para a sobrevivência.

1. Imagine uma situação como a descrita na ficção científica de Octavia Butler. Quais poderiam ser as consequências das desigualdades sociais em um momento de crise? Compartilhe suas impressões com os colegas.
2. Em grupo, pensem em maneiras colaborativas de lidar com eventos extremos, valorizando a solidariedade e a cooperação. Anotem as propostas no caderno.

DESIGUALDADES NO BRASIL

As classes sociais estão relacionadas com as condições mais amplas de vida das pessoas, o acesso à renda e o reconhecimento de uma pessoa como cidadã.

O Brasil é um exemplo da coexistência de grupos sociais com condições de vida profundamente desiguais. De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) lançados em maio de 2024, as mulheres negras, apesar de serem a maior parte da população (28,5%), ganham apenas 16% do total de rendimentos. Em comparação, os homens negros ganham 24,1%, as mulheres brancas, 24,7%, e os homens brancos, 35,1%. Além da renda, o relatório mostra outros desafios que as mulheres negras enfrentam no Brasil, como menos oportunidades de estudo, necessidade de começar a trabalhar mais cedo, maior exposição à violência e menor expectativa de vida – fatores que aumentam a vulnerabilidade e dificultam a melhoria de vida ao longo das gerações.

É importante ressaltar, porém, que as profundas desigualdades sociais do Brasil não nasceram de um dia para o outro. Elas são resultado do processo de formação do país, marcado pela escravização de milhares de mulheres e homens africanos, sequestrados e negociados como mercadoria, e da concentração de terras e privilégios nas mãos de poucos.

Após a abolição da escravatura, não houve políticas de reparação aos libertos e aos seus descendentes, assim como, ao longo da história, não houve uma reforma agrária de fato abrangente. Desse modo, as desigualdades sociais se mantiveram.

O Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea), em 2023, realizou uma pesquisa sobre o impacto da distribuição de renda no Brasil e constatou que o 1% mais rico da população possui 28,3% de toda a renda do país, fazendo do Brasil um dos países mais desiguais do mundo. Porém, nas últimas décadas, especialmente nos anos 2000, o país passou por mudanças importantes em relação a essa desigualdade.

Reconhecer nosso contexto, incluindo as dimensões conflitivas de classe, é condição para seguirmos nesse caminho. É essencial também aprofundar o conhecimento sobre as formas de produção das desigualdades que extrapolam a classe e que se articulam a ela, como gênero, cor e orientação sexual.

O primeiro passo para superar as desigualdades é conhecê-las e assumi-las como reais, existentes. Do mesmo modo, é fundamental conhecer as condições históricas que perpetuam a posição de determinados grupos populacionais em situação de desvantagem social e econômica.

As pessoas alforriadas, sem direito à posse da terra, ocupavam locais de moradia precários, como os cortiços. Até hoje essa desigualdade histórica reverbera na sociedade brasileira. Na foto, cortiço no Rio de Janeiro (RJ), em 1906.



Acervo Iconographia/Remisescências

O QUE É “CLASSE MÉDIA”?

Compreender a classe média é importante, mas é uma tarefa difícil. Embora não haja consenso sobre quais características definem essa classe social, alguns pensadores se dedicaram a compreendê-la. Para Karl Marx, a noção de classe média está relacionada à posição que ocupa na estrutura de produção, sendo formada por pequenos proprietários e profissionais autônomos que ocupam uma posição intermediária entre burgueses e proletários. Weber, por outro lado, vê a classe média como um grupo variado, pois considera, em sua caracterização, elementos como renda, educação e ocupação.

Pesquisadores brasileiros, como Ricardo Antunes (1953-) e Jessé Souza (1960-), também estudam a classe média, com enfoque na realidade do país. Antunes reflete sobre os problemas da classe média relacionados à insegurança no trabalho e à busca por estabilidade, especialmente em um cenário marcado por constantes transformações no mundo do trabalho. Souza, por sua vez, destaca que a classe média mantém sua posição por meio de privilégios, usando o consumo e o estilo de vida para se diferenciar dos mais pobres.

Quais são as características da classe média no Brasil?

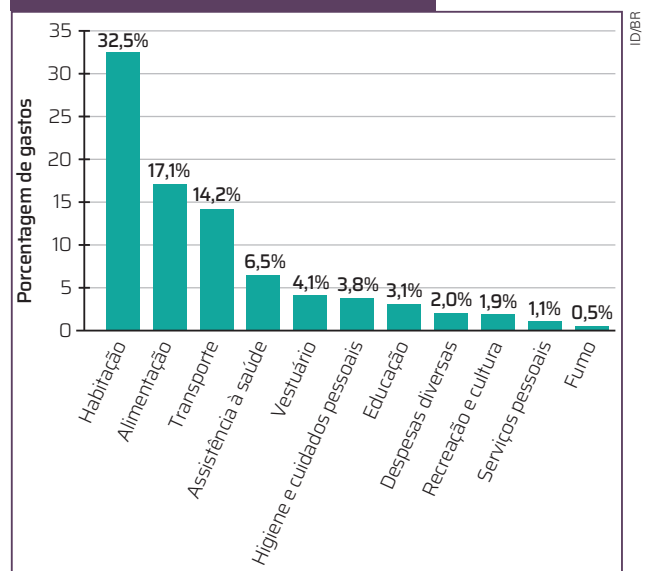
Os institutos de pesquisa no Brasil têm diferentes formas de definir a classe média, que impactam em análises distintas e, muitas vezes, complementares. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classificam-na com base na renda, representando a classe C como aquela com renda domiciliar *per capita* entre R\$ 2 005 e R\$ 8 640 (dados de 2021). Além do critério relativo à renda, o IBGE considera o acesso a educação, saúde e bens duráveis para criar um perfil mais completo da classe média. De forma geral, no entanto, pode-se defini-la como uma camada intermediária, levando em conta algumas características fundamentais: escolaridade em nível superior, ocupação de prestígio, casa própria, acesso a lazer e diversão.

A classe média busca ter uma vida estável, com acesso a bens de consumo, educação, saúde, tecnologia, viagens e cultura. Assim, em termos de indicadores econômicos, a classe média brasileira é muito importante para os setores de varejo, serviços e turismo, pois seu consumo impacta a economia e ajuda pequenos e médios negócios a crescer. No entanto, a manutenção desse padrão de vida

é custosa e, às vezes, é preciso cortar gastos, especialmente em áreas como cultura, lazer e diversão.

A pesquisadora Regina Maura Cunha, em um de seus estudos, mostra que a classe média valoriza o consumo de bens culturais, como livros, filmes e músicas, e experiências como viagens e gastronomia. Também há uma preocupação com a saúde e o bem-estar, levando à adesão a academias, dietas e uso de serviços de saúde privados.

BRASIL: GASTOS DA CLASSE C EM 2023



Fonte de pesquisa: RIBEIRO, Janaína. Mais pobres migraram para classe média com retomada de empregos, diz estudo. *InvestNews*, 2 ago. 2023. Disponível em: <https://investnews.com.br/ECONOMIA/MAIS-POBRES-MIGRARAM-PARA-CLASSE-MEDIA-COM-RETOMADA-DE-EMPREGOS-DIZ-ESTUDO/>. Acesso em: 12 set. 2024.

Por outro lado, as pesquisas de Maria Carmelita Yazbek analisam a relação entre políticas públicas, exclusão social e os desafios para acessar direitos sociais e serviços públicos, como saúde, educação e segurança. A autora expõe que a dificuldade no acesso a esses serviços é agravada pela percepção de ineficiência dos serviços públicos e pelo investimento em alternativas privadas, inacessíveis para muitos. Outra característica da classe média é ter a casa própria, mesmo que por meio de financiamentos. Nesse cenário, a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho é uma ameaça constante à ascensão social e à estabilidade econômica dos membros da classe média.

INTERAÇÃO

1. Com base na análise do gráfico desta página, podemos refletir sobre os gastos da classe C. Como o consumo de bens pessoais e culturais, bem como a preocupação com educação e saúde, influenciam o padrão de vida e a estabilidade financeira da classe média no Brasil?
2. De que forma a busca pela casa própria e o investimento em alternativas privadas de serviços, como saúde e educação, podem afetar a capacidade da classe média de economizar e planejar o futuro?

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A geógrafa brasileira Maria Encarnação Beltrão Sposito (1955-) considera que a **segregação socioespacial** se revela quando as diferenças sociais são refletidas na produção do espaço geográfico, criando regiões segregadas em relação ao seu entorno. Nesses espaços, a segregação aparta, mas também reforça desigualdades de acesso aos bens e aos recursos que caberiam por direito a cada cidadão. Segundo a autora, o adjetivo socioespacial enfatiza a dupla condição da segregação: no plano social (acesso desigual à habitação, a serviços, etc.) e no plano espacial (desvantagens locais para os que vivem em áreas geograficamente mais afastadas ou economicamente mais vulneráveis).

No mundo, existem exemplos extremos de segregação socioespacial, como o regime do *apartheid*, na África do Sul (que vigorou até meados dos anos 1990), ao longo do qual foram criadas as *townships* - distritos urbanos reservados à população negra, marcados por moradias precárias, ruas de terra, ausência de redes de esgoto, etc. A separação entre negros e brancos prevaleceu nos Estados Unidos até a década de 1960, quando surgiram as marchas pelos direitos civis. No Brasil atual, ainda persistem o racismo e a discriminação, que impedem o livre acesso da maioria da população às riquezas produzidas.

As realidades urbanas parecem ter sido um elemento impulsionador para o surgimento ou o reforço da segregação socioespacial. Talvez por essa razão exista uma profusão de estudos e levantamentos feitos por sociólogos, geógrafos, urbanistas e outros pesquisadores sobre o tema.

São exemplos as abordagens do francês Henri Lefebvre (1901-1991), do espanhol Manuel Castells (1942-) e do britânico David Harvey (1935-), que buscaram analisar a cidade e o urbano considerando os intensos processos de urbanização mundial e as estruturas econômicas e sociais. Para esses autores, a segregação socioespacial é resultado da divisão social do trabalho, que imprime sua marca no território. Assim, a valorização dos centros econômicos no contexto global reforça as desigualdades locais, que também funcionam com base nas necessidades do capitalismo.

A urbanização acelerada das últimas décadas do século XX tende a “empurrar” trabalhadores menos favorecidos para periferias. Nas cidades, é comum a desigualdade no acesso aos equipamentos de saúde, educação, saneamento, cultura, lazer e mobilidade, o que influencia diretamente a deterioração das condições de vida dos grupos marginalizados.

A antropóloga brasileira, radicada nos Estados Unidos, Teresa Caldeira (1954-) explica, em sua obra *Cidade de muros*, a relação entre as transformações urbanas observadas no município de São Paulo e a emergência de um tipo diferente de segregação socioespacial, alimentada pela sensação de insegurança, pelo medo, pelo aumento dos índices de violência e criminalidade e impulsionada pelo desrespeito aos direitos dos cidadãos.

A autora destaca, como principal resultado desse novo padrão de segregação, a formação de enclaves fortificados. Essa definição refere-se a espaços delimitados e privados dentro de um território mais amplo. Esses enclaves funcionam com regras e controles específicos, limitando o acesso de pessoas com base no poder aquisitivo, vendendo a promessa da segurança em troca da perda da privacidade. Exemplos são os condomínios verticais e horizontais, que antes eram restritos às camadas mais elitizadas e hoje proliferam entre as camadas médias da sociedade brasileira.

William Philpott/Getty Images



Rosa Parks (1913-2005) foi uma importante ativista pelos direitos dos negros nos Estados Unidos. Em 1955, foi presa após recusar-se a obedecer a uma lei que dividia os bancos do transporte coletivo entre brancos e negros, em Montgomery, no estado do Alabama. Na foto, de 1999, a ativista é homenageada em Washington, Estados Unidos.

O tempo e as condições de deslocamento dos trabalhadores da periferia são sinais da segregação socioespacial. Na foto, de 2023, intensa circulação de pessoas em terminal de ônibus em Salvador (BA).

Joe Souza/Shutterstock.com/ID/B



Desigualdades no espaço geográfico

As desigualdades sociais se expressam de diversas formas, inclusive na organização do espaço urbano. Geralmente, o acesso a bens culturais e a equipamentos públicos é mais fácil para as pessoas que vivem nas regiões centrais, enquanto as periferias das cidades compartilham um cotidiano quase sempre marcado por transportes públicos lotados, em que as pessoas fazem longas viagens entre sua moradia e seu local de trabalho.

Essas desigualdades socioespaciais são consequência de processos de expansão da cidade e de reformas urbanas que, aos poucos, foram expulsando parte considerável das populações menos favorecidas das regiões centrais. Enquanto isso, a ocupação das periferias não foi acompanhada de políticas públicas que garantissem infraestrutura adequada nessas áreas.

Assim, as distinções entre **centro** e **periferia** não dizem respeito apenas às distâncias percorridas entre casa e trabalho. Há desigualdades nas condições das moradias, na existência de rede de esgoto e água tratada, no acesso à educação, ao lazer e à saúde e até nos riscos de ser vítima de violência. Essas desigualdades contribuem diretamente para a deterioração da qualidade de vida.

Algumas regiões mais ricas das grandes cidades apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) similar ao de países desenvolvidos. Nessas regiões, muitas vezes, há condomínios cercados por muros e câmeras de vigilância, acessados apenas por moradores e seus funcionários. Esses espaços se fecham ao restante da população, geralmente sob o pretexto do medo da violência urbana.

As desigualdades socioespaciais também podem ser observadas pelas disparidades na qualidade de vida entre as diferentes regiões do Brasil, que estão relacionadas à perpetuação dos interesses das elites econômicas durante o processo de formação do território brasileiro.

Desse modo, as regiões Sul e Sudeste e algumas cidades litorâneas desenvolveram maior infraestrutura, pois se constituíram como polos econômicos. Isso contribuiu para agravar o desenvolvimento socioeconômico desigual entre as diferentes regiões do país, fato que pode ser observado, por exemplo, na disparidade das taxas de mortalidade, expectativa de vida e acesso a saneamento básico.



Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo, Brasil/Projeto Portinari

O artista brasileiro Candido Portinari (1903-1962) retratou, em suas obras, as condições de vida da população brasileira em meados do século XX. Reprodução do quadro *Criança morta*, de 1944. Óleo sobre tela.

AÇÃO E CIDADANIA

Mortalidade infantil

A mortalidade infantil é um indicador social importante para compreender as condições de vida, a cobertura de atendimento à saúde e o acesso à alimentação da população. Esse indicador, juntamente a outros, como expectativa de vida, permite verificar as desigualdades entre regiões e países. Segundo o Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal, o Brasil registrou em 2023 a menor taxa dos últimos 28 anos de mortalidade infantil e fetal por causas evitáveis.

1. Observe o quadro de Portinari reproduzido na página. Que problema social é retratado nele? Esse problema é comum no lugar onde você vive? Quais medidas podem ser tomadas para superá-lo? Faça uma pesquisa sobre o assunto e apresente o resultado aos colegas.

Outras faces da segregação socioespacial

As classes sociais e os espaços que elas habitam nas cidades são importantes objetos de estudo das Ciências Humanas e Sociais, assim como a ação do Estado nesse contexto. Destacam-se, por exemplo, o papel das políticas públicas de habitação, diante da valorização diferencial das terras urbanas, e a atuação dos agentes imobiliários. Nesse sentido, as teorias sobre **renda fundiária** buscaram explicar desigualdades de acesso à cidade. A localização é um dos componentes essenciais do mercado de terras urbanas. Ao se construir edificações, o preço estabelecido garante a extração de renda fundiária urbana, beneficiando proprietários e agentes imobiliários.

Entretanto, nem sempre as camadas mais ricas se estabelecem em terrenos mais valorizados. Por isso, é preciso levar em conta outro componente da segregação socioespacial: a construção de condomínios residenciais fechados direcionados a pessoas de alta renda em áreas consideradas periféricas ou “suburbanas”. Seguindo o padrão de **suburbanização** instalado nos Estados Unidos, as franjas urbanas, no Brasil, começaram a ser tomadas por “ilhas” residenciais autônomas, que pouco se relacionam com seu entorno – ocupando terrenos a princípio mais baratos, fora do núcleo denso da cidade. Para morar, os segmentos das classes média e alta demandam garantias de mobilidade, como a construção de vias expressas para se deslocar em seus veículos com rapidez.

O conceito de enclaves fortificados, visto no tópico “Segregação socioespacial”, é revelador desse fenômeno. Como nos explica a antropóloga Teresa Caldeira, a expansão de moradias dotadas de muros, cercas e sistemas de forte vigilância relaciona-se ao aumento da insegurança das classes médias. Dentro das moradias estão os privilegiados; e, no entorno, os menos favorecidos, que entram nos condomínios para trabalhar.

Tais empreendimentos são comuns nas grandes cidades, em áreas mais afastadas do centro e também em cidades de médio porte. Para Maria Encarnação Beltrão Sposito, diante desse quadro, é necessário revisar os esquemas explicativos centro-periferia: se, por um lado, os ricos passaram a residir em áreas mais afastadas do centro, por outro, a segregação socioespacial se reproduz nos anéis centrais das cidades. Segundo a autora, é fundamental destacar, ainda, a “inclusão perversa” e “precária” da população em situação de rua no centro das grandes cidades.

Bill Images/Shutterstock.com/ID/BR



Prédios luxuosos na Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro. Foto de 2024.

AÇÃO E CIDADANIA

População em situação de rua

Crises econômicas recentes reduziram a oferta de empregos e os investimentos públicos no Brasil. Sem absorção de excedentes de força de trabalho, houve forte aumento da população em situação de rua a partir de 2012 no país. Em 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania divulgou um relatório sobre o diagnóstico da população em situação de rua no Brasil, revelando uma informação chocante: 1 em cada mil brasileiros não tinha moradia em 2023. Confira mais detalhes divulgados neste relatório:

O diagnóstico aponta que, do total de mais de 236 mil pessoas vivendo nas ruas das cidades brasileiras, 62% estão na região Sudeste, sendo o Distrito Federal a unidade federativa com maior percentual, 3 entre mil pessoas vivendo nas ruas. O perfil dessa população é majoritariamente composto [de] homens (87%), adultos (55%) e negros (68%).

MDHC lança relatório sobre pessoas em situação de rua no Brasil; estudo indica que 1 em cada mil brasileiros não tem moradia. *Portal Gov.br*, 14 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mdhc-lanca-relatorio-sobre-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-estudo-indica-que-1-em-cada-mil-brasileiros-nao-tem-moradia>. Acesso em: 12 ago. 2024



Pessoa em situação de rua na praça da Sé, em São Paulo (SP). Foto de 2022.

Cesar Diniz/Pulsar Imagens

1. Como são tratadas as pessoas em situação de rua na região onde você mora? Como elas vivem?
2. Em grupos, discutam o papel do poder público para a mitigação desse problema e as medidas que a sociedade civil pode tomar para contribuir para a resolução dessa questão.

Favelização e gentrificação

Favelização e gentrificação são processos urbanos que refletem dinâmicas excludentes nos âmbitos sociais, econômicos e espaciais. Tais processos se relacionam às desigualdades dentro das cidades. A favelização surge da falta de habitação e da marginalização social. Já a gentrificação resulta da valorização imobiliária e da transformação urbana, que expulsam grupos economicamente menos favorecidos de áreas de interesse especulativo imobiliário. Assim, é importante compreender esses fenômenos para o desenvolvimento de políticas inclusivas e justas.

O conceito de favelização se refere ao crescimento de áreas de habitação informais, caracterizadas pela falta de infraestrutura, de saneamento básico e de outros serviços públicos. A ocupação irregular de áreas, por vezes de risco, aumenta a vulnerabilidade, a possibilidade de desastres climáticos (como deslizamentos em áreas íngremes e inundações em áreas próximas a rios) e a degradação ambiental (erosão do solo e retirada de matas ciliares). A ausência de infraestrutura implica o manejo inadequado de resíduos e a falta de água potável, que afetam a saúde e a qualidade de vida dos moradores.

A formação dessas comunidades é resultado de um processo histórico de exclusão social. O historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (1939-2023) reforça que esse processo está ligado à marginalização da população negra, que, após a abolição da escravidão (1888), foi expulsa do campo e passou a ocupar áreas urbanas. Além dessa população, trabalhadores e migrantes também buscavam esses locais como alternativa de moradia.

A primeira favela brasileira teria se formado no Morro da Providência, no município do Rio de Janeiro, em 1897, como alternativa aos soldados da Guerra de Canudos que não receberam as casas prometidas pelo governo. Esse processo se expandiu pelo século XX. Nos anos 1970, em São Paulo (SP), começava a se formar a favela de Heliópolis, hoje local de moradia de cerca de 200 mil pessoas, população maior que a de muitas cidades brasileiras.

Assim, a favelização é resultado da urbanização desordenada e da falta de políticas públicas habitacionais. Fatores como migração rural-urbana, alta concentração de renda, ampla desigualdade social e acelerado crescimento dos centros urbanos estão relacionados à formação das favelas, além de fatores como políticas estatais ineficientes e especulação imobiliária. Por isso, moradores, movimentos sociais e organizações comunitárias lutam por melhores condições de vida e pela regularização da posse de suas terras.

A gentrificação é o processo de valorização de determinadas áreas urbanas. Essa valorização ocorre por meio de ações diversas, como reformas urbanas financiadas pelo poder público em parceria com o setor privado. O processo transforma áreas de moradia popular ou regiões deterioradas e abandonadas em bairros caros. O resultado

é a chegada de residentes de classe média ou alta e a expulsão gradual dos moradores locais, dado o aumento do custo de vida e a valorização dos imóveis, que passa a ser incompatível com o perfil de renda desse grupo. Isso resulta na alteração do perfil econômico e cultural e na diminuição da diversidade social.

Assim como a favelização, esse é um processo também historicamente estabelecido. No município do Rio de Janeiro, nos primeiros anos de 1900, as reformas do então prefeito Pereira Passos higienizaram e modernizaram a cidade e contribuíram para a segregação social e o surgimento de novas áreas de pobreza. As obras incluíram a demolição de cortiços e a construção de avenidas visando ao embelezamento urbano.

A gentrificação tem sido observada em várias cidades pelo mundo, inclusive no Brasil, onde projetos de “revitalização”, políticas de incentivo ao turismo e grandes eventos, como Jogos Olímpicos e Copa do Mundo, catalisam o processo. Alguns exemplos de onde isso pode ser observado: no centro e em Santa Teresa, no Rio de Janeiro (RJ); no Baixo Augusta e no Largo da Batata, em São Paulo (SP); no Recife Antigo, em Recife (PE). Entre eles, talvez o mais emblemático seja o projeto “Porto Maravilha”, no Rio de Janeiro, no qual, como parte dos preparativos para as Olimpíadas de 2016, a revitalização da área portuária incluiu a construção de museus, prédios comerciais e residenciais de alto padrão. Esse processo resultou na valorização imobiliária e no deslocamento forçado de moradores pobres para outras regiões mais distantes ou mesmo para favelas.



Obras de revitalização do Porto do Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2013.

À vista disso, podemos perceber que a gentrificação e a especulação imobiliária por ela gerada são uma das facetas da favelização e da continuidade de políticas excludentes, uma vez que o poder público, em vez de investir em ações que resolvam o problema da pobreza, prefere invisibilizá-lo, deslocando-o para longe.

VULNERABILIDADE SOCIAL

Vulnerabilidade é outro conceito-chave para compreender a dinâmica das desigualdades, pois agrega às análises a noção da desigualdade de acesso a locais, bens e serviços públicos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por exemplo, criou um **índice de vulnerabilidade social** com o intuito de superar a correlação entre pobreza e insuficiência de recursos monetários. Nesse sentido, esse índice mapeia acesso, ausência e insuficiência de serviços que, de acordo com a Constituição de 1988, deveriam estar à disposição de todos os cidadãos. As variáveis infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho também são utilizadas para compor a análise.

Considera-se **população vulnerável** aquela que, por não se situar no polo da diferença, associado aos privilégios, não tem acesso a direitos básicos que a protegeriam. Um exemplo são as pessoas que vivem em situação de rua: há casos de pessoas que passam a viver nas ruas em decorrência da dependência química, mas muitas abandonam os lares por frequentes maus-tratos e discriminação, principalmente a população LGBTQIA+.

Geralmente, esses grupos se concentram nas regiões centrais da cidade, por causa da maior oferta de trabalhos, por meio dos quais obtêm sua sobrevivência, e da presença de instituições de apoio que oferecem abrigo e alimentação. Porém, embora exista uma concentração na área central, atualmente essas pessoas estão espalhadas por todo o tecido urbano.

Muitas delas dormem nas calçadas, nos bancos de praças ou sob marquises e degraus de prédios e desenvolvem sua sociabilidade em trechos do território urbano, pedindo

dinheiro nos semáforos ou coletando materiais recicláveis.

No caso do município de São Paulo, por exemplo, o *Censo da População de Rua*, de 2020, mostra que a esses contingentes somaram-se levadas de imigrantes que chegaram ao país nos últimos anos. Parcelas desses grupos ganham a vida por meio do comércio e da prestação de serviços e também na indústria. Embora, muitas vezes, tenham diploma universitário e sejam fluentes em vários idiomas, os imigrantes são hostilizados com frequência e vistos como incapazes. Assim, não raro eles são vistos sem moradia ou ocupando prédios abandonados, com os demais sem-teto.

Pensando no espaço urbano do Rio de Janeiro, o geógrafo brasileiro Rogerio Haesbaert (1958-), em sua obra *Territórios alternativos*, de 2006, destaca a existência do que chamou de **aglomerados de exclusão**, constelação de territórios e redes que formam um “emaranhado de disputas territoriais”. Nesses territórios, ocasionalmente coexistem grupos vulneráveis, igrejas, crime organizado, forças de segurança, grupos de *funk* e outros. A violência é cotidiana e cria mais segregação em espaços já segregados. As principais vítimas desse contexto são os jovens negros e menos favorecidos.

Para Haesbaert, as políticas de acolhimento devem considerar a ação contraditória das forças de segurança pública em relação a esses grupos, ter mais abrigos adequados, dispor imóveis com funções sociais no centro e nas periferias, reverter interesses hegemônicos dos agentes imobiliários (que estimulam a expulsão e o deslocamento das pessoas que vivem na rua) e buscar o envolvimento cidadão da população local.



Manifestantes protestam pela prorrogação da liminar contra despejo na pandemia, no município de São Paulo (SP). Foto de 2022.

Roberto Casimiro/Fotoarena

Juventude desprotegida

Vulnerabilidade juvenil é um tema central nas Ciências Sociais e se refere às condições que expõem jovens a riscos sociais, econômicos e de saúde, limitando suas oportunidades de desenvolvimento integral e inclusão. O estudo da questão abrange dimensões como pobreza, falta de acesso à educação e emprego de qualidade, exposição à violência, abuso de substâncias, discriminação e ausência de apoio familiar e comunitário. Tais fatores dificultam a transição dos jovens para a vida adulta, restringindo sua capacidade de alcançar autonomia e cidadania.

A exposição à violência, seja como vítimas, seja como participantes, é um fator crítico para os jovens, influenciando negativamente seu desenvolvimento e bem-estar. Esse convívio com a violência pode ser causador ou intensificador de distúrbios relacionados à saúde mental, como depressão e ansiedade, bem como do uso abusivo de entorpecentes, de maneira a agravar suas dificuldades.

Outro aspecto bastante grave é o enfrentamento à desigualdade racial, ou seja, jovens pobres de minorias raciais enfrentam discriminação e barreiras adicionais que aumentam sua vulnerabilidade.

Jovens negros e de baixa renda têm menos proteção se comparados aos outros. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, o Brasil registrou, em 2022, 47 508 mortes violentas intencionais; destas, 83% dos mortos pela polícia eram negros e 76% tinham entre 12 e 29 anos. Isso reflete um padrão de violência, destacando a desigualdade racial e socioeconômica no país.

Interseccionalizando vulnerabilidades

As diversas vulnerabilidades – como raça, orientação sexual, gênero e classe social – também podem estar associadas ao aumento do índice de suicídio entre jovens de áreas periféricas. A combinação desses fatores pode criar um ambiente de estresse, discriminação, exclusão e isolamento familiar e social, intensificando quadros clínicos de distúrbios mentais e aumentando os casos de suicídio na juventude. Segundo a Agência Brasil (2024), a taxa de suicídio entre jovens no Brasil aumentou em média 6% ao ano entre 2011 e 2022, enquanto as notificações de autolesões nessa faixa etária cresceram 29% ao ano no mesmo período. Esses números são superiores aos registrados na população em geral, que apresentou crescimento médio na taxa de suicídio de 3,7% ao ano e de autolesão de 21% ao ano, no mesmo período.

Jovens de famílias de baixa renda enfrentam desafios adicionais, como insegurança alimentar, moradia inadequada e violência, aumentando sua vulnerabilidade. De acordo com estudos epidemiológicos, jovens LGBTQIA+ têm uma taxa de tentativa de suicídio maior em comparação a seus pares heterossexuais e cisgêneros. A intersecção de raça, orientação sexual, gênero e classe cria um ambiente de vulnerabilidade com várias camadas.

Movimentos e organizações sociais desempenham papéis fundamentais na redução da vulnerabilidade juvenil. Ações como o desenvolvimento de programas educacionais, orientação profissional, apoio psicológico e serviços de saúde para lidar com questões como depressão, ansiedade e abuso de substâncias, oferta de espaços e atividades culturais e artísticas são estratégias importantes. No entanto, essa atuação não exige a responsabilidade do poder público; por isso, a mobilização de jovens para o engajamento em questões políticas e sociais é essencial. A realização de atividades de conscientização e a participação em ações comunitárias também merecem destaque, pois capacitam os jovens a reivindicar seus direitos, podendo influenciar políticas públicas e a garantia de uma legislação que beneficie a juventude.



Cesar Dintz/Pulsar Imagens

Jovens do município de Palmeiras (BA) participam de curso de formação em informática. Foto de 2022.



Câmara Municipal de Palmeira/PR

Asssembleia Legislativa de Palmeira (PR) promove Parlamento Jovem. Programa prevê educação política e cidadã para jovens. Foto de 2024.

1 Leia o texto a seguir e, depois, faça o que se pede.

O número de crianças e adolescentes com acesso à internet se manteve com certa estabilidade, com um pequeno crescimento em 2023, apontou a pesquisa TIC Kids Online Brasil.

Segundo esse estudo, 95% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos de todo o país acessam a internet [...]. No entanto, a pesquisa também demonstrou que, embora esse número tenha caído em relação a 2022, ainda há uma parte desse público que jamais teve acesso à internet, o que corresponde atualmente a mais de 580 mil pessoas.

Entre os que disseram nunca ter acessado a internet na pesquisa atual, mais de 475 mil correspondem a crianças e adolescentes que compõem as classes D e E, o que demonstra que há desigualdades no acesso. As crianças e adolescentes das classes D e E também são a maioria entre os que já acessaram a internet, mas não o fizeram recentemente: 545 mil dessas crianças e adolescentes das classes mais baixas disseram não ter acessado a internet nos últimos três meses, um total de 867 mil.

Cruz, Elaine Patrícia. Pesquisa mostra que 95% das crianças e adolescentes acessam internet. *Agência Brasil*, 25 out. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/pesquisa-mostra-que-95-das-criancas-e-adolescentes-acessam-internet>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Com base na leitura do texto, explique como as diferenças no acesso à internet entre as crianças e os adolescentes pesquisados estão relacionadas às especificidades de classe e condições nos domicílios.

2 O trecho a seguir aborda a situação das pessoas que viviam em comunidades mais pobres durante a pandemia de covid-19, em que o isolamento social era uma importante medida de proteção contra a contaminação. Leia-o e, depois, responda às questões.

Segundo o relatório ["Pobreza e Equidade no Brasil" do Banco Mundial de 2022], os pobres e vulneráveis do Brasil sentiram mais duramente as consequências econômicas negativas da pandemia. A deterioração do mercado de trabalho diminuiu a renda domiciliar, com os 40% mais vulneráveis da população sendo os mais atingidos. O baixo acesso à tecnologia e ao capital humano é comum entre os pobres, limitando sua capacidade de adaptação ao ambiente de trabalho ocasionado pela COVID-19. A participação das mulheres na força de trabalho diminuiu significativamente mais do que para os homens, em grande parte devido aos papéis sociais tradicionais de gênero que aumentaram o trabalho doméstico não remunerado das mulheres e os encargos educacionais infantis durante os bloqueios escolares. Entre os jovens, aqueles de baixa escolaridade, os afro-brasileiros e os residentes nas regiões Norte e

Nordeste tiveram maior probabilidade de perder seus empregos como resultado da pandemia.

WORLD BANK GROUP. Pobreza e desigualdade no Brasil: pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável. 14 jul. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/07/14/pobreza-e-desigualdade-no-brasil-pandemia-complica-velhos-problemas-e-gera-novos-desafios-para-populacao-vulneravel>. Acesso em: 12 ago. 2024.

- Quais fatores mencionados no texto dificultaram o cumprimento das recomendações de isolamento social nos bairros periféricos?
- Como esses fatores se relacionam às desigualdades sociais discutidas ao longo do capítulo?

3 (Enem)

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10639/2003, que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

A alteração legal no Brasil contemporâneo descrita no texto é resultado do processo de:

- aumento da renda nacional.
- mobilização do movimento negro.
- melhoria da infraestrutura escolar.
- ampliação das disciplinas obrigatórias.
- politização das universidades públicas.

4 Leia atentamente a tira e o trecho sobre o Decreto n. 11615, que trata do porte de armas.



Tira da série *O Brasil medieval*, de André Dahmer, 2023.

De acordo com o decreto, para o cidadão comum, os limites passam a ser de 2 armas e 50 munições por ano. No caso dos atiradores desportivos, são retomados os níveis de senioridade dos praticantes e os limites de aquisição passam a ser associados a eles, passando de um limite máximo de 60 armas para 16.

ARMAS de fogo possuem nova regulamentação desde julho. *Portal Gov.br*, 5 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2023/10/armas-de-fogo-possuem-nova-regulamentacao-desde-julho>. Acesso em: 25 set. 2024.

▶ O Decreto n. 11615 introduz novas regulamentações sobre a posse e o porte de armas no Brasil, buscando equilibrar a segurança pública com os direitos dos cidadãos. Como as mudanças propostas por esse decreto podem ser interpretadas à luz da crítica social presente na tira de André Dahmer?

5 (Enem)

Você vende uma casa, depois de ter morado nela durante anos; você a conhece necessariamente melhor do que qualquer comprador possível. Mas a justiça é, então, informar o eventual comprador acerca de qualquer defeito, aparente ou não, que possa existir nela, e mesmo, embora a lei não obrigue a tanto, acerca de algum problema com a vizinhança. E, sem dúvida, nem todos nós fazemos isso, nem sempre, nem completamente. Mas quem não vê que seria justo fazê-lo e que somos injustos não o fazendo? A lei pode ordenar essa informação ou ignorar o problema, conforme os casos; mas a justiça sempre manda fazê-lo. Dir-se-á que seria difícil, com tais exigências, ou pouco vantajoso, vender casas... Pode ser. Mas onde se viu a justiça ser fácil ou vantajosa? Só o é para quem a recebe ou dela se beneficia, e melhor para ele; mas só é uma virtude em quem a pratica ou a faz. Devemos então renunciar nosso próprio interesse? Claro que não. Mas devemos submetê-lo à justiça, e não o contrário. Senão? Senão, contente-se com ser rico e não tente ainda por cima ser justo.

COMTE-SPONVILLE, A. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

No processo de convencimento do leitor, o autor desse texto defende a ideia de que

- o interesse do outro deve se sobrepôr ao interesse pessoal.
- a atividade comercial lucrativa é incompatível com a justiça.
- a criação de leis se pauta por princípios de justiça.
- o impulso para a justiça é inerente ao homem.
- a prática da justiça pressupõe o bem comum.

6 (Enem)

A fome não é um problema técnico, pois ela não se deve à falta de alimentos, isso porque a fome convive hoje com as condições materiais para resolvê-la.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004 (adaptado).

O texto demonstra que o problema alimentar apresentado tem uma dimensão política por estar associado ao(à):

- escala de produtividade regional.
- padrão de distribuição de renda.
- dificuldade de armazenamento de grãos.
- crescimento da população mundial.
- custo de escoamento dos produtos.

Não escreva no livro.

7 (Enem)

O masseiro, a mulher, e quatro filhos, dormindo numa tapera de quatro paredes de caixão, coberta de zinco. A água do mangue, na maré cheia, ia dentro de casa. Os maruins de noite encalombavam o corpo dos meninos. O mangue tinha ocasião que fedia, e os urubus faziam ponto por ali atrás dos petiscos. Perto da rua lavavam couro de boi, pele de bode para o curtume de um espanhol. Morria peixe envenenado, e quando a maré secava, os urubus enchiam o papo, ciscavam a lama, passeando banzeiros pelas biqueiras dos mocambos no Recife.

RÊGO, J. L. *O moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966 (adaptado).

A aglomeração urbana representada no texto resulta em

- conservação do meio rural.
- crescimento da vegetação ciliar.
- interferência do espaço geográfico.
- equilíbrio do ambiente das cidades.
- controle da proliferação dos animais.

8 (Enem)

Texto I

Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?” Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais.

JESUS, C. M. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

Texto II

A experiência de ver os filhos com fome na década de 1950, descrita por Carolina, é vivida no Brasil de 2021 por uma moradora de Petrolândia, em Pernambuco. “Eu trabalhava de ajudante de cabeleireira, mas a moça que tinha o salão fechou. Eu vinha me sustentando com o auxílio que tinha, mas agora eu não fui contemplada. Às vezes as pessoas me ajudam com alimentos para os meus filhos. De vez em quando, eu acho algum bico para fazer, mas é muito raro. Tem dias que não tenho nem o leite da minha bebê.”

CARRANÇA, T. “Até o feijão nos esqueceu”: o livro de 1960 que poderia ter sido escrito nas favelas de 2021. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 6 out. 2021 (adaptado).

Considerando a realidade brasileira, os textos se aproximam ao apresentarem uma reflexão sobre o(a)

- recorrência da miséria.
- planejamento da saúde.
- superação da escassez.
- constância da economia.
- romantização da carência.

DESIGUALDADE, SEGURANÇA E ARMAMENTO

Em sociedades muito desiguais, com altos índices de concentração de renda, a criminalidade tende a aumentar. A falta de oportunidades e a necessidade de sobrevivência podem levar algumas pessoas a cometer crimes. A frustração e a falta de perspectivas também podem ser combustíveis para a violência. Além disso, a presença de armas de fogo aumenta a gravidade dos crimes e transforma atos cada vez mais violentos em situações banais. Em circunstâncias de desespero, conflito ou medo, as pessoas podem recorrer às armas, resultando em tragédias. Além disso, armas são objetos que podem ser roubados e cair nas mãos de quaisquer pessoas, aumentando ainda mais a insegurança.

Dessa forma, para garantir a segurança, é essencial que o Estado implemente políticas que reduzam a desigualdade e controlem o acesso a armas. Investir em educação, saúde e oportunidades de emprego pode ajudar a diminuir a criminalidade. Controlar a venda e a posse de armas também pode prevenir que conflitos se tornem fatais.



Roberto Casimiro/fotorena

Manifestação em repúdio ao assassinato do refugiado congolês Moïse Kabagambe, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro (RJ), em 2022. O refugiado não foi vítima de arma de fogo, mas o crime problematizou o debate sobre a banalização da violência.

Tema que está constantemente na lista das principais preocupações dos brasileiros, inclusive nas eleições de 2022, a segurança pública recebeu atenção especial do DataSenado no Panorama Político 2023. Uma série de questões foram feitas aos brasileiros na nova edição da pesquisa. Constatou-se que os cidadãos seguem majoritariamente contrários a facilitar o acesso a armas de fogo.

Assim que encerrado o segundo turno das eleições do ano passado [2022], a equipe do Instituto DataSenado perguntou aos brasileiros: “Facilitar a posse de armas vai aumentar a segurança no Brasil?”. Em resposta, 60% dos entrevistados discordaram de medidas nessa direção. Em 2021 o índice de discordância havia sido de 69%. Já o percentual de brasileiros que acreditavam que ampliar o acesso a armas poderia ajudar a diminuir a violência cresceu de 28% em 2021 para 37% 2022.

De acordo com o DataSenado, uma possível explicação para a mudança da série no último período pode estar relacionada ao contexto pós-eleitoral, já que 66%, dos que se posicionam politicamente à direita concordam com a afirmação. Por outro lado, 85% dos que se posicionam à esquerda são contrários, assim como 70% dos posicionados ao centro e 71% dos que não se enquadram nessas posições políticas. O contraste reforça o caráter controverso e a polarização política em torno do tema, aponta o coordenador da pesquisa, José Henrique Varanda.

— A maioria da população, historicamente, não acredita que a facilitação do posse de armas traz maior segurança, mas essa posição diminuiu. A gente nota um componente político quando olha as séries históricas e as associações com o posicionamento político autodeclarado — destacou o pesquisador.

[...]

Realizada de 8 a 26 de novembro de 2022, a pesquisa ouviu, por telefone, 2007 cidadãos de 16 anos de idade ou mais, em amostra representativa da população para avaliar a opinião dos brasileiros sobre uma série de temas.

BAPTISTA, Rodrigo. Maioria é contra facilitar acesso a armas, revela DataSenado. *Agência Senado*, 15 fev. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/15/maioria-e-contra-facilitar-acesso-a-armas-revela-datasenado>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Um dos aspectos mais nefastos da desigualdade social é a violência gerada pela discrepância de oportunidades. Nesse sentido, a segurança pública exerce papel fundamental.

Os trechos a seguir, extraídos de vários tópicos do *Atlas da violência 2024*, elaborado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), reafirma a associação do armamento à insegurança pública. Leia-o e, depois, responda às questões.

Por que a difusão de arma faz aumentar a insegurança pública? [...]

1. Em 2022, o país registrou um total de 33 580 homicídios por armas de fogo, número inferior aos dois anos anteriores, que foram de 35 070 (em 2021) e 35 828 (em 2020). Entretanto, foi maior do que o registrado em 2019, que foi de 32 091 [...].
2. Como segundo fator a atuar pela queda de homicídios, cita-se o maior controle de armas de fogo a partir de 2003 com a sanção do Estatuto do Desarmamento (ED). [...] estimaram que o ED pode ter salvado até 14 000 vidas entre 2004 e 2007, equivalente a cerca de 7,4% dos homicídios no período. Uma ilustração de como o ED contribuiu para frear a escalada da violência armada no Brasil, a partir de 2003, foi apresentada também no Atlas da Violência 2019 [...].
3. Uma possível explicação para essa estagnação no processo de redução da violência letal no Brasil a partir de 2020 diz respeito à legislação armamentista do Governo Bolsonaro, que pode ter influenciado no sentido de aumentar os homicídios, anulando a maré a favor da redução de mortes, conforme exposto nos parágrafos anteriores. De fato, um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública [...], com base em metodologia econométrica robusta, mostrou evidências que, se não houvesse tal legislação, a redução dos homicídios teria sido ainda maior do que a observada entre 2019 e 2021, sendo que pelo menos 6 379 vidas teriam sido poupadas. Os autores estimaram que o aumento de 1,0% na difusão de armas de fogo gera aumento nas taxas de homicídios e de latrocínios de 1,2%.
4. O fato é que – a menos da redução de homicídios em 2019 que ocorreu como parte de uma tendência que vinha dos anos anteriores – ao contrário do propalado, não houve qualquer sinal de melhoria na conjuntura da segurança pública no Brasil no período Bolsonaro. A tendência de queda das Mortes Violentas Intencionais se exauriu, no rastro de uma legislação armamentista negacionista. Não houve qualquer avanço institucional para a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). E, ainda, influenciado por incentivos simbólicos e pelos discursos e ações de muitas autoridades, velhos desafios voltaram à tona, como a questão da letalidade policial, como nos mostra o exemplo da Operação Verão na Baixada Santista no presente ano, que deixou 77 pessoas mortas pela Polícia Militar e reverteu a tendência de queda dessas mortes no estado de São Paulo.
5. Como já destacado na edição do *Atlas da violência 2019*, há um consenso na literatura científica de que o aumento da prevalência de armas de fogo está associado ao aumento das taxas de homicídios e suicídios.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 12 ago. 2024 (adaptado).

- 1 De acordo com o que você estudou sobre desigualdade e com as informações apresentadas nos textos, como você avalia as demandas de parcela da população por flexibilização das leis que regulamentam o armamento de civis? Faça uma pesquisa para identificar os argumentos a favor e contra as mudanças nas regras sobre o armamento no Brasil e registre-os no caderno.
- 2 Após esse levantamento, redija um texto argumentativo sobre as controvérsias sociais em relação ao tema do desarmamento e a conexão desse tema com a desigualdade social.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

JESSÉ SOUZA



Davi Augusto Studio/IDBR

Neste capítulo, estudamos a estratificação e a desigualdade social, conceitos centrais nas Ciências Sociais que permitem refletir sobre como as sociedades são organizadas e como a riqueza e os privilégios são distribuídos. Dessa forma, conseguimos aprofundar os conhecimentos sobre a sociedade brasileira. Como vimos ao estudar a compreensão relativa à classe social no Brasil, Jessé Souza (1960-) é um autor que nos auxilia a compreender as especificidades nacionais por meio do enfoque na divisão de classes e, mais detidamente, da caracterização da classe média.

PERFIL

Jessé José Freire de Souza nasceu no Rio Grande do Norte. É graduado em Direito e mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Doutorou-se em Sociologia pela Universidade de Heidelberg, na Alemanha, em 1991, realizou pós-doutorado em Filosofia e Psicanálise na The New School for Social Research de Nova York, nos Estados Unidos, e livre-docência em Sociologia pela Universidade de Flensburg, na Alemanha. Com uma vasta produção acadêmica, atuou em diferentes universidades e centros de pesquisa no Brasil e na Alemanha. Atualmente, é professor titular da Universidade Federal do ABC (UFABC).

OBRAS-CHAVE

- *Brasil dos humilhados: uma denúncia da ideologia elitista* (2022)
- *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro* (2019)
- *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade* (2018)
- *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite* (2015)
- *A construção social da subcidadania: uma leitura alternativa do Brasil moderno* (2012)
- *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2012)
- *A ralé brasileira: quem é e como vive* (2009)

EM LEITURA

Ao caracterizar a estratificação social no país, Jessé Souza argumenta sobre a existência de quatro tipos de classes sociais que marcam historicamente o Brasil, com reflexos importantes na sociedade brasileira contemporânea. A primeira dessas classes é a elite, que corresponde à classe dos endinheirados e representa uma continuidade em relação à elite escravagista do passado. O segundo tipo definido pelo estudioso é denominado “ralé de novos escravos”, pois seria composta de descendentes dos escravizados ou indivíduos livres, mas dependentes da relação com a elite, que os explora em trabalhos braçais e funções indignas, cansativas e mal remuneradas. O terceiro e o quarto tipos seriam a classe média e a classe trabalhadora (também chamada de “classe dos batalhadores”), denominações mais recentes que dizem respeito a classes intermediárias, mas que se diferem entre si pelo acesso a mecanismos de privilégio e estratégias de precarização, respectivamente.

Na obra *A classe média no espelho*, de 2018, Jessé Souza retrata a classe média no Brasil, examinando suas características, seus valores e suas contradições, e expõe como essa classe social se percebe e é percebida dentro do contexto mais amplo da sociedade brasileira.

Ao pesquisar as classes sociais, o autor examina os aspectos históricos, sociológicos e empíricos, valendo-se da análise de entrevistas feitas em profundidade como recurso metodológico. Ele defende a tese de que a renda não é o melhor critério para definir o pertencimento ou não a uma classe social, uma vez que a classe é um mecanismo de reprodução de privilégios ao longo do tempo. Vejamos como o autor argumenta:

A classe social é, antes de tudo, reprodução de privilégios, sejam eles positivos ou negativos. O problema é que muitos privilégios positivos, como a posse de conhecimento valorizado – precisamente o tipo de capital monopolizado pela classe média real – são literalmente invisíveis.

A possibilidade de aprendizado efetivo na escola requer a existência anterior, no ambiente doméstico e desde a mais tenra idade, de estímulos emocionais e morais (também invisíveis). Ninguém nasce com capacidade de concentração, disciplina e autocontrole, amor à leitura, pensamento prospectivo ou capacidade de pensamento abstrato.

Em seu conjunto, essa herança imaterial permite a reprodução do privilégio da classe média real de uma geração a outra, transmitindo, por meio da socialização familiar típica da classe, o bom aproveitamento escolar e, mais tarde, o ingresso privilegiado no mercado de trabalho. A renda também ajuda a aprofundar a desigualdade, na medida em que as famílias de classe média podem comprar o tempo livre dos filhos apenas para o estudo. Nas classes populares, por outro lado, os filhos começam a trabalhar e estudar aos 12 ou 13 anos. Mas a injustiça começa no berço e fica evidente aos 5 anos de idade, quando uns chegam à escola como vencedores e os outros como perdedores.

Ou seja, a renda auferida pelos integrantes adultos da classe média só existe por conta dessa reprodução invisível de privilégios positivos na infância e na adolescência.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018. p.14.

Joa Souza/Shutterstock.com/ID/BR



Rua de comércio popular no centro de Salvador (BA) registra intenso consumo. Segundo Jessé Souza, a conjuntura econômica do Brasil inseriu a ideia de uma nova classe média vinculada à renda e ao consumo. Foto de 2022.

Jessé Souza se refere, entre outros privilégios, ao conhecimento tido como socialmente importante, disseminado pela escola e, ao ser transmitido de geração em geração, garantidor de vantagens. Os valores como a disciplina, o autocontrole, o gosto pela leitura ou ainda a capacidade de concentração e pensamento abstrato são construções que as crianças oriundas da classe média acessam desde a infância, incluindo-se aí também os aspectos emocionais e morais.

Nesse sentido, em detrimento da ideia de renda como único marcador de classe, o autor afirma que o principal traço distintivo da classe média em relação à “ralé de novos escravos” e à “classe dos batalhadores” seria, então, o fato de ser a detentora desse conhecimento, pois é ele que perpetua seu “lugar social”.

Dessa forma, a posse do conhecimento, socialmente valorizado e transmitido pela socialização familiar, é o que garante o sucesso escolar das crianças e, posteriormente, o sucesso no mercado de trabalho aos oriundos da classe média. Esses aspectos, somados à renda superior da classe média, permitem o aprofundamento ou a reprodução da distinção de classe e da desigualdade, já que garantem às crianças o tempo livre necessário ao estudo. Essa lógica se perpetua no tempo e torna invisível a reprodução de privilégios tal como é, fazendo com que causa e efeito se invertam, e os privilégios pareçam justos ou resultados do mérito individual. Nessa perspectiva, os excluídos tornam-se os únicos responsáveis pela própria exclusão.

PARA CONCLUIR

- 1** Jessé Souza defende que a noção de classe social não se limita à renda. Que outro critério o autor estabelece? Retome e explique a argumentação do autor.
- 2** Pesquise a noção de meritocracia à qual o autor se opõe e, em seguida, posicione-se a respeito desse assunto. Considerando a realidade social brasileira, você concorda com a crítica do autor em relação à meritocracia? Explique seu ponto de vista.

DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA

1. Observe a imagem abaixo. Em sua opinião, que mensagem a obra transmite? Quais sensações ela desperta em você?
2. Que tipos de desigualdade e de violência são denunciados nessa obra? Como esse tipo de violência se conecta com a estrutura social em que vive a sociedade brasileira? Que elementos fazem com que essa situação persista?
3. A obra retratada na imagem foi apresentada em 1996, há 30 anos. Será que, de alguma forma, ela ainda reflete elementos vivenciados pelas mulheres na sociedade brasileira de 2026?
4. Você conhece ações que, diferentemente da obra apresentada, busquem superar essas desigualdades e violências? Converse sobre elas com os colegas.



Rosana Paulino/Acervo da artista

Detalhe da instalação *Aracnes*, de Rosana Paulino, 1996. Imagens aplicadas sobre tecido e fios de poliéster.

No capítulo anterior, você estudou diferentes formas de estratificação social e como as hierarquias produzem condições de vida desiguais. Mas você saberia dizer se existe alguma relação entre as desigualdades e a violência? Por exemplo: em países com maior concentração de renda e, portanto, nos quais a desigualdade entre as classes é mais acentuada, você diria que os índices de violência são maiores ou menores? Para responder a essas e a outras perguntas que relacionam as formas da desigualdade a diferentes tipos de violência, será preciso, neste capítulo, revisar algumas noções naturalizadas no senso comum, problematizando-as. Para isso, vamos nos apoiar em conceitos e informações científicas e dados atualizados sobre os temas que serão trabalhados.

A imagem nesta página mostra um detalhe da instalação artística realizada pela artista brasileira Rosana Paulino (1967-). Na obra, intitulada *Aracnes*, imagens de mulheres foram costuradas sobre linhas entrelaçadas, fazendo alusão a teias de aranhas. As obras de Rosana Paulino propõem reflexões sobre questões sociais, étnicas e de gênero e chamam a atenção para a violência que atinge sobretudo as mulheres.

VIOLÊNCIA E PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES

Diferença não significa desigualdade. No entanto, quando as diferenças geram disparidades, tem-se a desigualdade. Ao considerarmos a desigualdade social, por exemplo, é possível observar que construções culturais específicas, como as noções de herança e de propriedade privada, criam diferentes condições sociais. Assim, uma pessoa que nasce em uma família com mais recursos financeiros geralmente é valorizada socialmente e tem acesso à saúde e à educação de qualidade.

Nesse sentido, o conceito de ideologia, já estudado, pode contribuir para a compreensão de como as desigualdades podem ser legitimadas socialmente. A meritocracia como um valor ideológico faz com que as questões sociais que originam a desigualdade, muitas vezes, não sejam consideradas, e as situações mais ou menos adversas vivenciadas pelas pessoas sejam compreendidas meramente como uma questão de esforço pessoal ou sorte. Assim, as concepções hegemônicas que definem o sucesso coincidem com os interesses das classes dominantes, o que contribui para a manutenção das desigualdades. Além disso, as desigualdades frequentemente determinam relações de opressão, violência e exploração.



Joe Souza/Shutterstock.com/IDBR

A diferença física entre as pessoas se torna desigualdade quando não há acessibilidade. Na foto, tirada em Salvador (BA), em 2024, a situação da calçada impossibilita a locomoção de pessoas que usam cadeiras de rodas.

AÇÃO E CIDADANIA

O SUS e a universalização do atendimento em saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema público brasileiro de saúde. Apesar de apresentar problemas (por exemplo, demora e filas de espera para algumas consultas e procedimentos), oferece ampla variedade de ações e serviços gratuitos à população residente no Brasil, pois é financiado com investimento público. Você sabia que mesmo as pessoas que possuem acesso a serviços privados de saúde são atendidas, direta ou indiretamente, pelo SUS?

Confira a lista com alguns serviços ofertados pelo SUS:

- Distribuição de vacinas para animais e pessoas.
- Fiscalização de comércios e restaurantes, comidas, remédios, cosméticos e procedimentos.
- Planejamento, oferta e fiscalização de ações voltadas ao saneamento básico, como qualidade da água, tratamento de esgoto e destinação de resíduos.
- Distribuição de remédios para doenças crônicas e medicações de alto custo.
- Distribuição de preservativos, anticoncepcionais e testagem para Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).
- Gerenciamento e controle do Sistema Nacional de Transplantes.

1. De acordo com o que foi apresentado no texto, você certamente já usou algum serviço oferecido pelo SUS. Liste, no caderno, os serviços que você e os membros da sua família já utilizaram. Nessa lista, destaque os serviços que você já sabia que eram ofertados pelo SUS.

2. Considerando o tema deste capítulo, por que é importante que o SUS ofereça atendimento em saúde a todos os cidadãos brasileiros? Discuta com os colegas.



Marcos Ameng/Pulsar Imagens

O acesso à saúde pública e gratuita é garantido pelo SUS. Unidade Básica de Saúde Fluvial em Manicoré (AM). Foto de 2023.

Tipos de violência

No cotidiano das sociedades, é comum as pessoas hierarquizarem as formas de violência, dizendo que umas são piores do que outras. Embora sejam mais facilmente reconhecidas, porque deixam marcas corporais temporárias ou permanentes, as violências físicas são tão graves quanto as outras formas de violência, como a psicológica, a simbólica, a moral e a sexual. Por isso, é problemático o discurso que invalida o sofrimento de algumas vítimas de violência em detrimento de outras pessoas que seriam vítimas de violências piores. Além disso, esse discurso pode ser facilmente desconstruído ao reconhecermos a impossibilidade de mensurar o sofrimento alheio. Portanto, é preciso reconhecer o que caracteriza os diferentes tipos de violência, compreender os mecanismos pelos quais essas violências se manifestam e atuar, coletivamente, para que possamos construir uma sociedade mais tolerante, mais respeitosa e comprometida com a busca pela boa convivência, a harmonia e a paz social.

O sociólogo brasileiro Sérgio Adorno (1952-) elenca, em seus estudos, quatro modalidades de violência: a violência associada aos **crimes de delinquência**, formados majoritariamente pelos crimes contra o patrimônio ou contra a pessoa; a violência relacionada ao **crime organizado**, que inclui o tráfico de drogas, o tráfico de órgãos e de pessoas e as atividades que os financiam; as **violações aos direitos humanos**; e os **conflitos interpessoais**, como as brigas familiares e as brigas de rua. Segundo o autor, essas modalidades são influenciadas pelo que se convencionou chamar de **sociabilidade violenta**. Esse padrão de sociabilidade, atravessado por agressões e violações, é evidenciado na espetacularização da mídia em relação à cobertura de episódios violentos e também na reprodução de modelos de relação pautados na violência, com origens profundas no passado colonial e que podem ser notados atualmente.

Ao refletir sobre a violência, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) elaborou o conceito de **violência simbólica**. Essa noção surgiu durante seus estudos sobre o papel dos símbolos nos processos de distinção e de efetivação de poderes. Ele notou que existe um tipo de violência que não envolve coação física, mas que, no entanto, possui intensos desdobramentos morais e psicológicos. Sua contribuição foi essencial para a visibilidade das formas de violência não reconhecidas como tais, praticadas tanto na esfera estatal como nas relações pessoais cotidianas.

Um exemplo de violência simbólica são os relacionamentos abusivos, caracterizados por comportamentos depreciativos do abusador em relação à vítima, causando insegurança, medo e diminuição da autoestima. Os relacionamentos abusivos podem envolver insultos, pressões psicológicas e ameaças em relações de amizade, namoro, trabalho e parentesco. Como nem sempre esse tipo de relacionamento envolve violência física, geralmente, eles

não são reconhecidos pela sociedade. Muitas vezes, nem mesmo as vítimas reconhecem a agressão. Por isso, é importante estar atento a esses indicativos em pessoas próximas e, se necessário, fornecer a elas apoio e encaminhamento psicológico.

No caso dos registros policiais, a violência simbólica ainda não é vista como crime, porque não se nota a agressão física.

As diferentes formas de violência contribuem para a manutenção das desigualdades sociais, pois, como veremos a seguir, atingem principalmente grupos mais suscetíveis a relações pautadas na opressão e na exploração.



Manifestação contra violência policial no município de São Paulo (SP), em 2023.



Manifestação contra violência de gênero em Belém (PA), em 2024.



Manifestação contra violência à pessoa idosa em São Luís (MA), em 2023.



Manifestação contra violência racial no município de São Paulo (SP), em 2023.

DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE

A desigualdade não está apenas no acesso diferenciado de grupos sociais a bens de consumo e a boas condições de vida. Ela também se manifesta com base nas diferenças existentes entre as pessoas. Essas desigualdades são reproduzidas historicamente por meio de formas de violência e de discriminação. É o caso, por exemplo, da população LGBTQIA+, que, devido à discriminação e à violência a que é submetida, encontra-se em situação desigual em relação a outros grupos sociais.

A discriminação envolve sempre algum tipo distinção, exclusão ou preferência baseada em uma norma socialmente imposta e que, quando violada, justificaria um tratamento desigual para determinado grupo, dificultando sua plena participação na sociedade. A discriminação pode se dar em virtude de cor/raça/etnia, idade, estado civil, religião, orientação sexual e deficiência. Vejamos, por exemplo, o caso das **pessoas com deficiência**.

Capacitismo

Durante muito tempo e até meados de 1970, o foco sobre a deficiência recaía na compreensão de algo a ser consertado, em uma visão fortemente influenciada pela biomedicina. Era como se o corpo portasse algum traço ou característica que devesse ser ajustado para que a experiência da pessoa fosse plena. Para consolidar esse tipo de compreensão, no entanto, era imposto um padrão de corpo normal, ou seja, um corpo sem deficiência. O médico e filósofo francês Georges Canguilhem (1904-1995), ao discutir as noções de normal e **patológico**, nos ajuda a identificar as bases dessa compreensão. Assim, em oposição ao corpo normal, o corpo com deficiência era entendido como uma patologia e, como tal, deveria ser objeto de tratamento e reparação.

Em virtude dessa abordagem, as pessoas com deficiência foram **estigmatizadas**, excluídas da vida social e apartadas de direitos fundamentais de cidadania, como frequentar a escola, ir a teatros e cinemas, constituir relações afetivas e sexuais, inserir-se no mundo do trabalho. A antropóloga brasileira Débora Diniz (1970-), referência nos estudos sobre deficiência no Brasil, explica que, atualmente, a análise sobre a deficiência considera que as opressões relacionadas à deficiência são de ordem social e cultural, e não exatamente biológica, como se convencionou até os anos 1970.

A deficiência passou a ser compreendida como uma experiência de opressão compartilhada por pessoas com diferentes tipos de lesões.

[...] O modelo médico, ainda hoje hegemônico para as políticas de bem-estar voltadas para os deficientes, afirmava que a experiência de segregação, desemprego e baixa escolaridade, entre tantas outras variações da opressão, era causada pela inabilidade do corpo lesado para o trabalho produtivo.

Se para o modelo médico o problema estava na lesão, para o modelo social, a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal

de sujeito produtivo. Houve, portanto, uma inversão na lógica da causalidade da deficiência entre o modelo médico e o social: para o primeiro, a deficiência era resultado da lesão, ao passo que, para o segundo, ela decorria dos arranjos sociais opressivos às pessoas com lesão. Para o modelo médico, lesão levava à deficiência; para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência.

Diniz, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 22-23.

O trecho citado foi publicado em 2007, antes da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2009. No trecho, a pensadora utilizou o termo “deficientes” e, atualmente, tanto as legislações internacionais quanto as brasileiras optam pela expressão “pessoas com deficiência”. Embora isso pareça apenas um detalhe, a forma como nomeamos as pessoas e suas características identitárias é uma importante estratégia de inclusão social e valorização da diversidade. Por isso, nas reflexões sobre discriminação, a linguagem figura como ponto central. E, dessa forma, referir-se a alguém utilizando termos que carregam o estigma associado à deficiência é definido como **capacitismo**.

Além do capacitismo, outras formas de discriminação também são evidenciadas na linguagem, como é o caso do **etarismo**, discriminação baseada na idade.

LINGUAGEM DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS IDOSAS

“FALAR DESSE JEITO ENTREGA SUA IDADE.”

“COMO VOCÊ É CONSERVADO(A), NEM APARENTA A IDADE QUE TEM!”

“SERÁ QUE VOCÊ CONSEGUE FAZER ISSO COM A SUA IDADE?”

“VOCÊ NÃO TEM MAIS IDADE PRA USAR OU FAZER ISSO.”

“VOCÊ NÃO TEM IDADE PRA ISSO!”

A discriminação contra pessoas idosas pode ser evidenciada na linguagem.

estigma: em Ciências Sociais, de acordo com Erving Goffman, estigma é definido como a relação entre um atributo considerado desviante e um estereótipo que origina formas de exclusão e marginalização do indivíduo dentro da sociedade.

patológico: doente, desviante, anormal.

INTERAÇÃO

1. Você ou alguém com quem convive já foi vítima de discriminação? Se sim, como foi? Qual foi a origem da discriminação? Quem a praticou e por quê?
2. Você compreende a importância de evitar a utilização de termos que carregam os estigmas dos grupos excluídos? Explique seu posicionamento.

LGBTfobia

LGBTfobia é um termo amplo que abrange formas de preconceito, discriminação e manifestações de ódio ou rejeição contra pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+. Nesta coleção, você tem se deparado com a sigla LGBTQIA+, mais usualmente utilizada. No entanto, agora que vamos analisar mais de perto os processos de discriminação e desigualdade impostos a pessoas dessa comunidade, é importante trabalhar a forma mais completa da sigla, que inclui as letras “PN”.

A sigla LGBTQIAPN+ é usada para reconhecer e incluir a ampla variedade de identidades e orientações sexuais e de gênero dos membros da comunidade, promovendo visibilidade e inclusão para todos. Ela é formada pelas iniciais de diversos grupos: **Lésbicas**, **Guys**, **Bissexuais**, **Transgêneros**, **Queer**, **Intersexo**, **Assexuais**, **Pansexuais** e **Não binárias**. O sinal + representa outras identidades e orientações sexuais que, embora não estejam especificamente mencionadas na sigla, integram a diversidade característica dessa comunidade.

As expressões LGBTfobia e homofobia são mais usualmente utilizadas para caracterizar preconceitos e discriminações direcionadas a pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero não **heteronormativas**. Isso pode incluir atitudes negativas, comportamentos discriminatórios, violência verbal ou física – de agressões cotidianas a assassinatos –, violência institucionalizada e exclusão social. Essas são expressões de intolerância e rejeição aos modos de ser e agir de pessoas que são consideradas diferentes, isto é, uma tentativa de negar a existência das diversas formas de afetividade, sexualidade e expressão de gênero. Esses preconceitos e ações têm impactos significativos na saúde mental e física das pessoas afetadas, limitando suas oportunidades e contribuindo para um ambiente social hostil e inseguro.

No entanto, o uso indiscriminado do termo “homofobia” pode invisibilizar diferenças presentes na sigla LGBTQIAPN+. Exemplo disso é o silenciamento em relação

heteronormativo: padrão que estabelece a heterossexualidade como norma social.



A bandeira LGBTQIAPN+ incorpora elementos que destacam a diversidade da comunidade e a luta antirracista, representada pelas cores preta e marrom. Na foto, a bandeira exposta durante a Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo (SP), em 2024.

à bifobia, que contribui para a marginalização de pessoas bissexuais. Isso porque o foco em *guys* e lésbicas, grupos que têm maior representatividade social e política, historicamente constituída, pode levar à suposição de que a discriminação enfrentada pelas pessoas bissexuais é a mesma.

O silenciamento acontece quando se opta por usar um termo parcial, indicando que outras existências não são válidas ou reconhecidas, desconsiderando as experiências únicas que as demais pessoas da comunidade enfrentam, tanto dentro quanto fora do grupo LGBTQIAPN+. No caso da bissexualidade, é comum que seja vista como fase ou confusão momentânea, o que nega a legitimidade de tal identidade, passando pela relação com estereótipos de promiscuidade ou indecisão e pressões para “escolher um lado”.

Essa situação gera a invisibilidade das pessoas, o silenciamento de narrativas e a ausência de atenção às suas demandas específicas. Assim, focar apenas na homofobia pode resultar em falta de visibilidade e no não reconhecimento das necessidades particulares das demais identidades na luta por direitos e políticas públicas, levando à escassez de recursos e apoio, além de dificultar o acesso a espaços seguros onde suas vivências sejam compreendidas e validadas. Desse modo, suas experiências passam a ser apagadas.

Para abordar a invisibilidade de algumas fobias, é importante usar terminologias que destaquem as diversas identidades LGBTQIAPN+, garantindo que as experiências únicas de cada grupo sejam reconhecidas e compreendidas, desconstruindo estigmas. Portanto, faz-se necessário conhecer expressões de discriminação específicas como: **lesbofobia**, contra mulheres lésbicas, que nega a existência de relações lésbicas e gera discriminação; **bifobia**, contra pessoas bissexuais, reforça estereótipos de indecisão, promiscuidade e apagamento; **transfobia**, contra pessoas transgênero e transexuais, desdobra-se no uso incorreto de pronomes, violência física, exclusão social, negação de direitos, marginalização; **transmisoginia**, contra mulheres trans, passa pela desumanização, violência sexual, discriminação no emprego e na saúde; **interfobia**, contra pessoas intersexo, incorrem em cirurgias não consentidas, negação da identidade intersexo e estigma social; **afobia**, contra pessoas assexuais, invalida a orientação assexual, pressiona para que “encontrem a pessoa certa”; **panfobia**, contra pessoas pansexuais, reforça estereótipos de promiscuidade e nega a validade da atração por todos os gêneros; **queerfobia**, contra pessoas que se identificam como *queer*, despreza a fluidez de gênero e sexualidade; **enbyfobia** ou **nonbifobia**, contra pessoas não binárias, efetiva-se por meio do uso incorreto de pronomes, invalidação da identidade de gênero e discriminação social.

Esses e outros termos indicam formas específicas de preconceito que incidem sobre as diversas identidades da comunidade LGBTQIAPN+.

Transfobia

A transfobia incide sobre corpos andrógomos, *crossdressers*, transexuais, travestis, *queer*, *drag queens* e *kings*. Mesmo tendo particularidades sociais e identitárias, essas pessoas podem ser identificadas como **transgênero**, ou, simplesmente, pessoas trans, diferenciando-se de pessoas **cisgênero**, grupo que também abriga diferenças. A presença das pessoas trans desnaturaliza a crença de que gênero é uma categoria simples e imutável e dá visibilidade a possibilidades distintas daquelas culturalmente estabelecidas.

A simples presença dessas pessoas no cotidiano abala estruturas historicamente constituídas, pois seus corpos e *performances* mostram o quanto tais estruturas são instáveis e mutáveis. Os que gostam das “coisas como estão” resistem a essas mudanças e rejeitam as pessoas transgênero agindo de forma **transfóbica**.

As formas de violência física (sexual) e verbal são as mais comuns, mas não menos traumáticas. Mais de 70% das mulheres trans afirmam ter passado por pelo menos uma dessas violências, segundo dados do Censo Trans de 2022, pesquisa feita pela Rede Nacional de Pessoas Trans (Rede Trans). Comentários e ações cotidianas reforçam estereótipos, desrespeitam e vulnerabilizam os indivíduos, mesmo na convivência familiar. E lugares que deveriam ser de acolhimento, como a casa, a escola e os hospitais, passam a ser ameaçadores, tornando as intimidações parte do cotidiano vivenciado pelas pessoas transgênero.

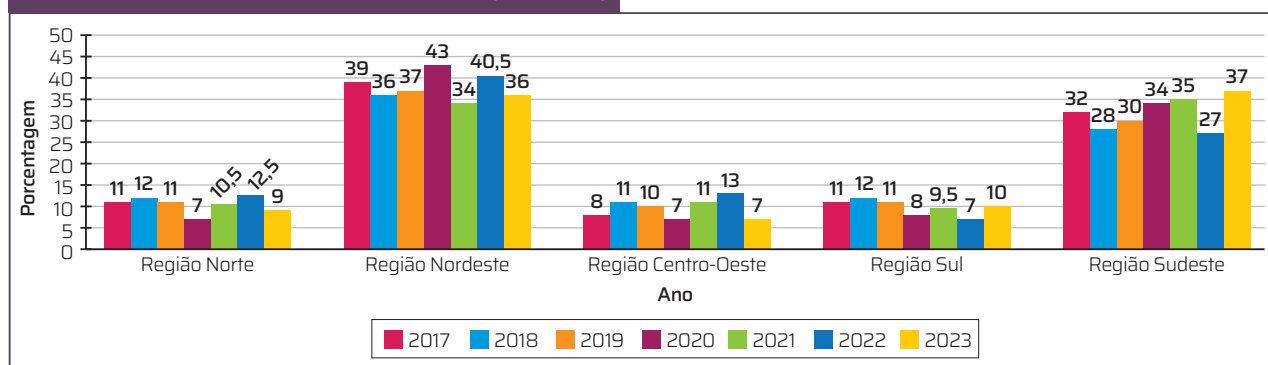
Práticas discriminatórias em instituições como escolas, serviços de saúde e sistemas jurídicos são chamadas de discriminação institucional. Exemplos incluem a recusa de atendimento médico adequado, barreiras no acesso à educação e ao emprego e o desrespeito à identidade de gênero em documentos oficiais. Enfrentar dificuldades para acessar serviços de saúde adequados e respeitosos é uma reclamação constante dessa comunidade.

Contudo, a violência vai além da intimidação e dos maus serviços. A violência extrema inclui assassinatos, e o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

cisgênero: pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

transgênero: pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Ex.: homem transgênero teve atribuída a identidade feminina no momento de seu nascimento, mas, não se reconhecendo dessa forma, busca consolidar uma identidade masculina.

ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANS NO BRASIL (2017-2023)

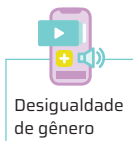


Fonte de pesquisa: BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê - Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; Antra, 2024. p. 44. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

Segundo a pesquisa da Antra, esses assassinatos evidenciados no gráfico “Assassinatos de Pessoas Trans no Brasil (2017-2023)” seguem um perfil de exclusões em que se interseccionam raça, gênero, idade e classe. Assim, em 2023, a maior parte das vítimas era jovem - 79% delas tinham menos de 35 anos quando foram assassinadas -, negra, empobrecida e expressava publicamente o gênero feminino. No Brasil, travestis e mulheres trans têm até 32 vezes mais chances de serem assassinadas do que homens trans, pessoas trans masculinas e pessoas não binárias. Segundo o dossiê, estéticas e aparências não normativas são fatores de risco, pois pessoas trans que realizam modificações corporais e expressam sua inconformidade de gênero explicitamente confrontam a sociedade cis e, dessa forma, ficam mais vulneráveis às violências. No geral, os crimes ocorrem em locais públicos e à noite, com uso excessivo de violência e crueldade, e os suspeitos não costumam ter relação direta, social ou afetiva com a vítima.

Esses dados destacam a gravidade da transfobia e a necessidade urgente de medidas eficazes para proteger e apoiar a comunidade trans diante da perigosa realidade no Brasil.

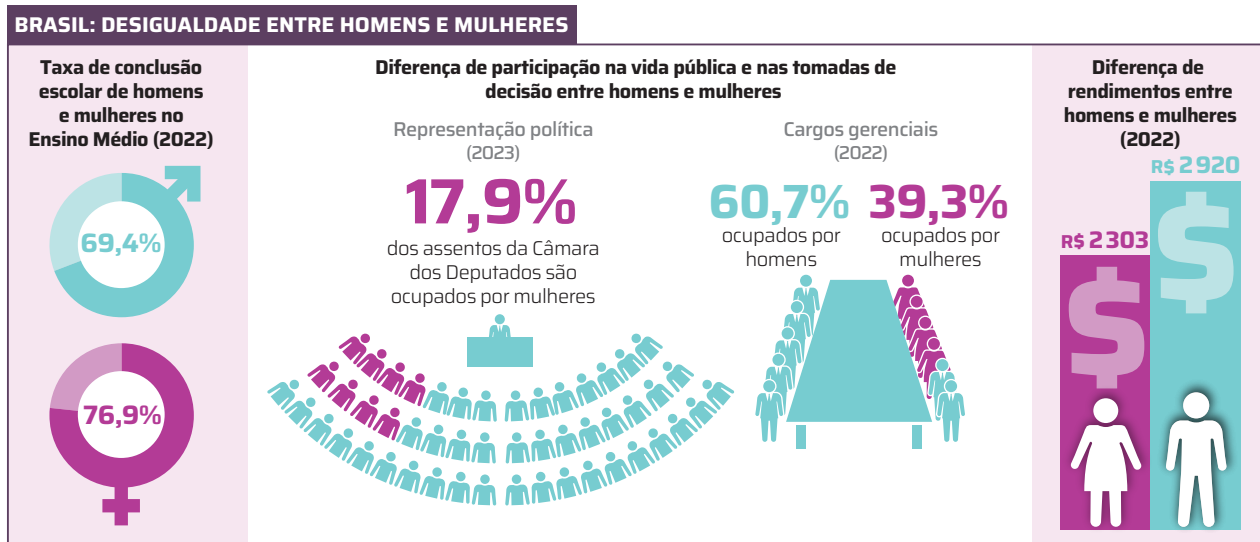
Desigualdade de gênero



Desigualdade de gênero

Segundo dados do Censo 2022, realizado pelo IBGE, a população brasileira é composta de 51,5% de mulheres e 48,5% de homens. Em números absolutos, isso significa que existem 6 milhões de mulheres a mais do que homens no país. Mesmo sendo maioria, as mulheres enfrentam condições desiguais de tratamento na sociedade. Damos o nome de **sexismo** a essa forma de discriminação e tratamento desigual perpetrada contra o sexo oposto. A maneira mais recorrente de sexismo em nossa sociedade é a **misoginia**, definida por comportamentos e falas de preconceito, desprezo e exclusão social de mulheres e meninas.

Analise o infográfico a seguir, elaborado com base em dados do boletim “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, do IBGE.



Adilson Secco/IBGE

Fonte de pesquisa: IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

De acordo com o infográfico, as mulheres contam com um nível educacional mais alto, mas, ainda assim, ocupam apenas 39,3% dos cargos gerenciais e ganham, em média, 78,9% do rendimento masculino. Além disso, as mulheres também são sub-representadas na política, tema que discutiremos adiante.

Historicamente, o **patriarcado** – sistema que reserva aos homens autoridade e maior poder de decisão em relação às mulheres – tem se articulado ao capitalismo e estabelecido uma hierarquia estrutural e persistente, que condena muitas mulheres a mais trabalho, menos reconhecimento e vida pública mais restrita que a dos homens.

Além disso, estereótipos sexistas, como os de que as mulheres devem ser responsáveis pelo cuidado com a casa e de que os homens não podem expressar sentimentos, alimentam uma cultura machista e que reitera a predominância dos homens em espaços públicos e das mulheres nos espaços domésticos, assim como naturalizam a repressão sentimental masculina.

Essa repressão, por sua vez, se expressa na associação entre virilidade e violência e repercute na violência contra a mulher, nas mais diversas formas de violência doméstica e em assédios sexuais e estupro. Outro problema grave é o **feminicídio**, crime que envolve o assassinato de mulheres no contexto de violência de gênero. Segundo dados do Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB), em uma pesquisa vinculada à Universidade Estadual de Londrina (PR), em 2023 foram registrados 1 706 casos de feminicídios consumados e 988 tentados. Ou seja, 1 706 mulheres foram vítimas fatais.

A violência de gênero se manifesta tanto de formas explícitas quanto de formas veladas e sutis. As violências visíveis e explícitas, como agressões físicas, ameaças, abusos físicos e psicológicos, violência sexual e feminicídio, são sustentadas por formas sutis, como a humilhação e a culpabilização da vítima, o machismo nos diversos produtos midiáticos que são consumidos diariamente e a invisibilização das mulheres.

INTERAÇÃO

1. Em grupo, listem cinco elementos presentes nas relações sociais que fundamentam a desigualdade de gênero. Na sequência, citem cinco ações que precisam ser mais difundidas para que essas violências deixem de acontecer. Depois, compartilhem suas reflexões com a turma.

Feminicídio e violência política de gênero

Feminicídio e violência política de gênero são duas formas extremas que visam controlar, subjugar e silenciar as mulheres, refletindo desigualdades de gênero enraizadas na sociedade. Esses atos de violência não são apenas crimes contra as mulheres individualmente, mas representam uma violação a elas como um todo e aos direitos humanos, um obstáculo significativo à construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

Feminicídio refere-se ao assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres. O reconhecimento do feminicídio como uma categoria específica de homicídio é importante para destacar as motivações de gênero desses crimes e formular políticas de prevenção e punição. Diversos países da América Latina, incluindo o Brasil, têm implementado legislações específicas para o feminicídio, reconhecendo-o como um problema social sistêmico que exige respostas legais e sociais adequadas.

As estatísticas de feminicídio são alarmantes. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam crescimento nos registros de feminicídio no Brasil: entre 2022 e 2023, o aumento foi de 1,6%. Isso significa que uma mulher é assassinada a cada seis horas no país, muitas vezes por parceiros ou ex-parceiros.

Violência política de gênero refere-se a atos de violência cometidos contra mulheres por sua participação na vida pública. Essa violência pode incluir ameaças, assédio, difamação, agressões físicas e até assassinatos. O objetivo dos algozes é desencorajar as mulheres a participar da política, silenciar suas vozes e manter privilégios e dominação masculina nas esferas de poder.

No Brasil, essa violência é crescente, especialmente contra mulheres que ocupam cargos públicos ou que se

candidatam a posições de liderança. As mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+ estão mais vulneráveis a esse tipo de violência devido à interseccionalidade das discriminações que enfrentam.

Exemplos recentes incluem casos de ameaças de morte e violência psicológica contra parlamentares mulheres, principalmente aquelas que defendem pautas progressistas ou desafiam estruturas de poder estabelecidas. A violência política de gênero não só afeta diretamente as vítimas, mas tem um efeito de desincentivo para outras mulheres que considerariam entrar na política, perpetuando assim a sub-representação feminina nos espaços de decisão, como observado no infográfico “Brasil: desigualdade entre homens e mulheres”.

O combate ao feminicídio e à violência política de gênero exige uma abordagem multifacetada que estabeleça leis específicas. Além disso, programas de proteção e apoio às vítimas, como abrigos e assistência jurídica, são muito importantes. Campanhas de conscientização que desafiem normas e promovam a igualdade de gênero podem ajudar a mudar atitudes e comportamentos. A educação sobre direitos humanos e igualdade de gênero deve ser integrada aos currículos escolares.

Por fim, a participação política de mulheres é crucial. Desde 1997, existe no Brasil uma lei sobre cota de gênero nas eleições, que prevê o mínimo de 30% de candidaturas de mulheres em cargos proporcionais (vereadoras, deputadas estaduais e federais), mas frequentemente há fraudes. Por isso, o estímulo à participação política de mulheres deve incluir a fiscalização sobre a aplicação dessa cota, além de programas de capacitação e de mecanismos para garantir a segurança das mulheres na política.

REFLEXÃO

O assassinato da socióloga, ativista e vereadora brasileira Marielle Franco repercutiu em 2018, quando aconteceu, e ainda repercute em decorrência da brutalidade do ataque e das causas sociais e políticas que teriam motivado o crime. Exemplo de feminicídio e de violência política de gênero, o caso também tem sido considerado violência de Estado, devido à demora no processamento legal dos acusados.

1. Com base nas definições de feminicídio e de violência política de gênero, por que o assassinato de Marielle Franco é um exemplo dessas duas situações?
2. Pressupondo que a violência de Estado está caracterizada como o uso da força, da opressão ou dos recursos públicos em favor de grupos, ou a negligência, ineficiência e ineficácia na consolidação de direitos constitucionais, por que o texto afirma que o caso de Marielle Franco é um exemplo desse tipo de violência? Explique.

A foto acima, de 2018, mostra o carro em que Marielle Franco, à direita, em foto de 2017, e o motorista Anderson Gomes estavam quando foram assassinados no município do Rio de Janeiro (RJ).



Pablo Jacoby/Agência O Globo



Renan Ojiz/Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Xenofobia

A xenofobia caracteriza-se pela discriminação e pela intolerância contra pessoas oriundas de outros países e culturas e está relacionada ao receio, à aversão, ao ódio e à hostilidade em relação a elas.

Esse tipo de discriminação pode combinar a aversão ao estrangeiro com preconceitos históricos em relação a culturas, etnias, cor da pele, crenças religiosas, entre outras características identitárias. É comum, por exemplo, sua ocorrência nos estádios de futebol europeus, onde vários jogadores são atacados por serem estrangeiros, negros e, não raro, islâmicos.

Além disso, a xenofobia é marcada pelo preconceito econômico: com frequência, imigrantes e refugiados são barrados em postos de fronteira ou em aeroportos porque, no imaginário coletivo do país de destino, eles vão se apropriar de postos de trabalho da população local. No entanto, isso não condiz com a realidade, pois, em muitos casos, os recém-chegados exercem tarefas essenciais que são recusadas pelos locais.

Os sentimentos pautados no racismo, na intolerância e no preconceito estão arraigados nas sociedades e nas culturas desde tempos remotos. Mas eles têm acontecido de forma mais intensa com a maior **mobilidade espacial** verificada nas últimas décadas, que coloca diferentes povos e culturas em contato direto.

No Brasil, manifestações de xenofobia têm ocorrido com frequência. Nos últimos anos, haitianos, venezuelanos e africanos de diferentes nacionalidades passaram a vir ao Brasil, considerado por essas populações um país com melhores condições de vida.

Existem tratados internacionais que estabelecem condutas em relação aos refugiados, como a **Convenção de Genebra**, da ONU, de 1951, e a **Declaração de Cartagena**, de 1984. Para o Estado brasileiro, refugiado é aquele que foi obrigado a se deslocar em decorrência de “graves e generalizadas violações de direitos humanos”. O **Estatuto dos Refugiados**, formulado em 1997, e a **Lei n. 9459/1997** preveem a punição a crimes resultantes de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional e tipificam a xenofobia como crime.

Em 2017, entrou em vigor no Brasil a Lei n. 13445/2017, ou **Lei de Migração**, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, de 1980. Essa lei considera a migração um fenômeno humano frequente e seu foco é priorizar a proteção e a integração dos imigrantes. Por isso, foi criado o visto humanitário, dedicado a demandas de pessoas específicas, como refugiados e apátridas.

Para combater a intolerância, o racismo e a xenofobia, existem diferentes vias, além do caminho judicial. Uma delas é a realização de debates e seminários com ampla divulgação para que os brasileiros reconheçam outras culturas e reflitam sobre temas como cultura de paz, relações entre justiça e opressão política e diversidade cultural.

Conhecer o patrimônio cultural e intelectual dos refugiados também pode evitar estigmatização e estereótipos. Existem, no Brasil, diversos programas dirigidos a esses grupos, envolvendo diferentes esferas governamentais e da sociedade civil. Há, por exemplo: promoção de cursos de língua portuguesa, gastronomia, alimentação e informática para estrangeiros; auxílio para traduzir e regularizar documentos; arrecadação de alimentos, roupas e bens de higiene pessoal; auxílio-moradia e ajuda para a inserção no mercado de trabalho; etc.

Reynsson Damasceno/Photo Press/Folhapress



Imigrantes venezuelanos em sala de acolhida, aprendendo noções básicas de português, em Boa Vista (RR). Foto de 2023.

NECROPOLÍTICA

Necropolítica é o nome do livro escrito pelo camaronês Achille Mbembe (1957-). O termo é definido pelo autor como um mecanismo que estabelece critérios para determinar quem pode viver e quem deve morrer. Não se trata do controle da vida ou de políticas de natalidade, mas de formas de administração da morte e do uso da violência extrema para governar populações.

Outra questão apresentada por Mbembe é que determinados espaços são transformados em zonas de morte ou de sacrifício. Esses locais são caracterizados por conflitos, guerras e ocupações, como vemos em campos de refugiados, territórios ocupados e favelas.

A necropolítica tem raízes no colonialismo, na dominação e na subjugação de povos, em especial negros e populações originárias. Assim, o racismo é o elemento central da necropolítica, pois determinadas vidas são consideradas “descartáveis”. A necropolítica se apoia em ações que usam desde armamento pesado até opressões sutis e, frequentemente, opera por meio da suspensão de leis e direitos, justificando ações extremas em nome da segurança e da ordem. Instaura-se em contextos de estado de exceção que se tornam permanentes em algumas regiões.

Está presente nas políticas globais, nas quais Estados e organizações usam a morte como uma ferramenta de controle populacional e político. É o caso dos conflitos recentes em Gaza.

Necropolítica em ação no Brasil

A violência policial contra moradores de favelas e comunidades periféricas pode ser vista pela lente da necropolítica. Em 2022, uma operação policial no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro (RJ), resultou em 19 mortos,

sendo essa a quarta operação mais letal da história do estado. Ações como essa são justificadas como medidas de combate ao tráfico de drogas, mas resultam na morte de inocentes.

A violência praticada no sistema penitenciário brasileiro, por suas condições precárias e superlotação, também é uma marca da necropolítica. O massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em 2017, em Manaus (AM), resultou na morte de 56 pessoas em situação de privação de liberdade. Em 1992, o massacre do Carandiru, em São Paulo (SP), matou 111 pessoas. As condições carcerárias e os conflitos entre facções internas demonstram um controle violento sobre a vida dessas pessoas enquanto estão no sistema prisional.

Fora das grades, pessoas comuns também têm suas vidas descartadas em virtude da desigualdade no acesso à saúde. A pandemia de covid-19 revelou as disparidades no sistema de saúde, que resultaram em mortes desproporcionais entre as populações mais vulneráveis. Em janeiro de 2021, cerca de 1.654 pessoas morreram no estado do Amazonas. O aumento das fatalidades incluiu o impacto da escassez de oxigênio em Manaus, fruto da negligência política.

A violência aos mais vulneráveis atinge também os povos indígenas, desde a colonização, promovida por políticas que favorecem a exploração de terras e de recursos naturais, exemplificando a necropolítica na forma de violência estatal contra essas comunidades. A invasão de terras indígenas por madeireiros e garimpeiros, com o apoio ou a conivência do Estado, coloca em risco a sobrevivência dos povos indígenas e da floresta. Nessa lógica, entre 2019 e 2022, 570 crianças Yanomami foram mortas.

AÇÃO E CIDADANIA

A necropolítica, a violência de Estado e a morte dos vulneráveis

A charge a seguir foi publicada em 2024, no jornal *Folha de S.Paulo*, em referência à mineração ilegal em terras indígenas.

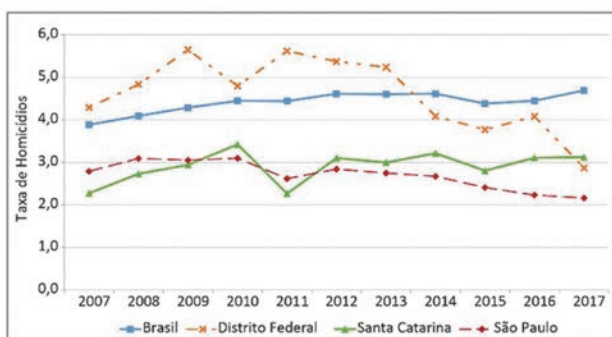
1. Analise a imagem e descreva a violência cometida contra os povos indígenas e quem a realiza. Como a crítica à necropolítica aparece na imagem?
2. Qual é a responsabilidade do Estado diante da situação denunciada na charge? Considerando a interseccionalidade entre classe social e etnia, quem o Estado deveria proteger?
3. Quais estratégias poderiam ser adotadas pela sociedade civil para combater os casos de violência que ocorrem por omissão do Estado?

Garimpo ilegal. Charge de Jean Galvão. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 abr. 2024.



1 (Fuvest)

O Atlas da Violência, publicado em 2019 e organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresenta um estudo para melhor compreender a violência no país. Os dados que ali constam referem-se ao período de 2007 a 2017. Um dos capítulos desse documento trata, especificamente, da violência contra a mulher. O gráfico a seguir mostra a evolução da taxa de homicídios de mulheres (equivalente ao número de homicídios por 100 mil mulheres), de 2007 a 2017, no Brasil e nas três unidades federativas com as menores taxas em 2017.



Ipea/FBSP. Atlas da Violência, 2019.

De acordo com os dados apresentados, é correto afirmar:

- Dentre as unidades federativas citadas, a que teve maior decréscimo na taxa de homicídios de mulheres no período entre 2014 e 2017 foi São Paulo.
- As três unidades federativas indicadas tiveram um decréscimo na taxa de homicídios de mulheres em 2017 quando comparada com a taxa de 2007.
- A taxa de homicídios de mulheres no Brasil em 2017 é maior que a soma das taxas das três unidades federativas apresentadas neste mesmo ano.
- Dentre as unidades federativas apontadas, a que apresentou a maior taxa de homicídios de mulheres em 2017 é Santa Catarina, superando a taxa registrada nos demais estados da região Sul.
- Dentre as unidades federativas mencionadas, a maior redução na taxa de homicídios de mulheres, entre 2016 e 2017, registrada na pesquisa ocorreu no Distrito Federal.

2 (Enem)

A cidade

E a situação sempre mais ou menos,
Sempre uns com mais e outros com menos.
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce.

A cidade. Intérprete: Chico Science e Nação Zumbi.
Compositores: Chico Science e Nação Zumbi. In: *Da lama ao caos*. Intérprete: Chico Science e Nação Zumbi. Rio de Janeiro: Chaos; Sony Music, 1994 (fragmento).

A letra dessa canção, que data do início dos anos 1990, destaca uma questão presente nos centros urbanos brasileiros que se refere ao(à):

- déficit de transporte público.
- estagnação do setor terciário.
- controle das taxas de natalidade.
- elevação dos índices de criminalidade.
- desigualdade na distribuição de renda.

3 Analise a charge e, depois, responda às questões.



Charge de Jean Galvão. *Tirinhas Pedagógicas de Jean Galvão*, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://tiroletas.wordpress.com/2022/07/15/jornada-da-mulher/>. Acesso em 24 set. 2024.

- Que tipo de desigualdade gera a situação mostrada na charge?
- Elabore um texto argumentativo que trate das raízes da desigualdade mostrada e cite exemplos de violências simbólicas que podem nascer desse tipo de desigualdade.

4 (Fuvest)

“As sociólogas, filósofas e ativistas feministas destacaram, com o conceito de ‘reprodução social’, algo que a teoria econômica ocultava: para que haja produção de bens e de serviços é necessário que as pessoas que os produzem sejam, por sua vez, produzidas. O trabalho da reprodução social, portanto, cria e repõe a condição primordial e necessária – a existência de pessoas que trabalham – para que a produção econômica possa continuar ocorrendo. Em grande medida, esse trabalho é relegado ao ambiente familiar e às mulheres: cuidado com os filhos, cuidado com doentes e idosos, preparação de alimentos, limpeza e arrumação da casa e outros. O trabalho de reprodução se opõe, socialmente, ao trabalho de produção; este está inserido numa economia organizada com base em empresas – nas fábricas, na agricultura, nos escritórios –, voltado para o mercado e é percebido como merecedor de contrapartida financeira: o salário. Assim, mesmo quando um trabalho da esfera da reprodução se realiza por meio de uma relação de emprego, se for realizado por mulheres, ele costuma ser mal pago e desfrutar de menor prestígio.”

ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

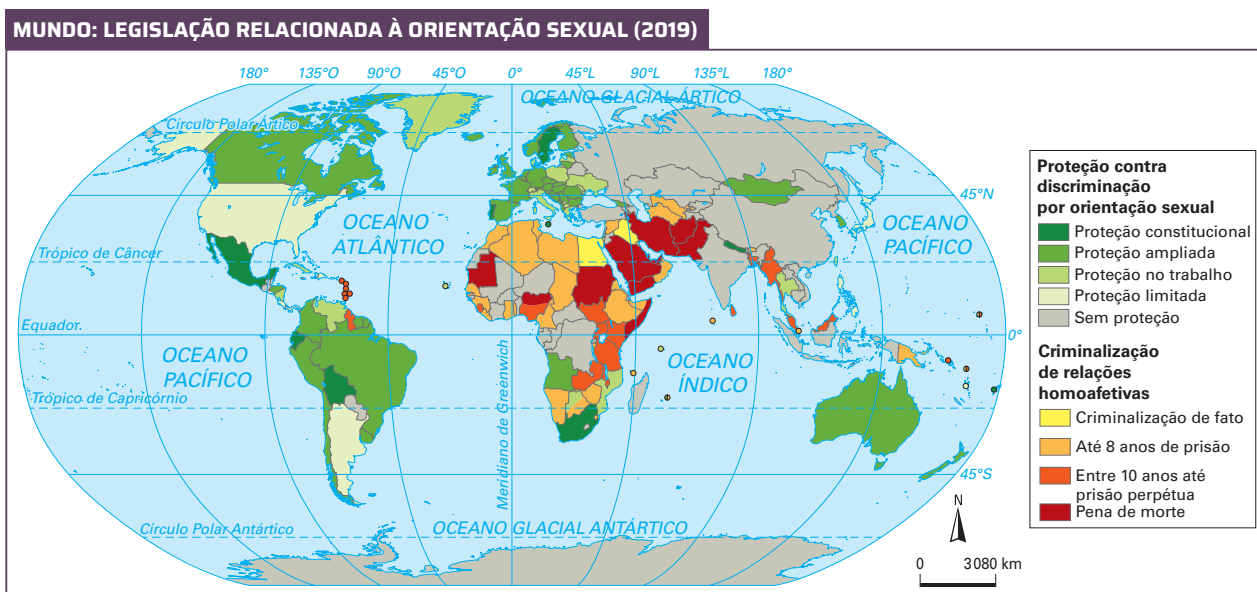
“A chamada ‘economia do cuidado’ é o conjunto de atividades não remuneradas, geralmente exercidas por mulheres, como a limpeza da casa, preparação de alimentos e os cuidados com crianças, idosos e doentes da família. Um pacote que vale 11% do PIB atual [...]. Em valores, foram cerca de 634,3 bilhões de reais em 2015 [por exemplo]. [...] Contabilizar o valor dos afazeres domésticos no PIB do Brasil só se tornou possível a partir de 2001, quando o IBGE introduziu na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a pergunta referente ao número de horas despendido pela população para executar essas atividades.”

Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/>.

Nos textos apresentados, encontram-se dois conceitos, o de “reprodução social” e o de “economia do cuidado”. De acordo com as definições desses conceitos e com os dados indicados, qual das afirmações a seguir está correta?

- Os conceitos de reprodução social e de economia do cuidado são contraditórios porque o primeiro se refere a todo trabalho doméstico e o segundo apenas ao trabalho doméstico pago e que é possível contabilizar.
- Ambos os conceitos se referem a um tipo de trabalho cuja importância é socialmente reconhecida, fato que pode ser comprovado pela porcentagem expressiva que ele representava do PIB brasileiro no ano de 2015.
- As definições de reprodução social e de economia do cuidado excluem, necessariamente, a possibilidade de que o Estado seja responsável por parte das tarefas envolvidas na reprodução das pessoas.
- A contabilização no PIB dos valores dos afazeres domésticos no contexto da economia do cuidado abarca apenas uma parte da reprodução social, pois não inclui o trabalho doméstico remunerado e os trabalhos de reprodução executados fora do ambiente doméstico.
- Os dados estimados sobre a participação das atividades domésticas não remuneradas no PIB do Brasil mostram que a reprodução social acontece apenas quando não há uma relação salarial entre quem executa e quem se beneficia desse tipo de trabalho.

5 Analise o mapa a seguir e responda à questão proposta.



A projeção apresenta distorção na área e na forma, principalmente ao se distanciar da linha do Equador.

Fonte de pesquisa: ALFAGEME, Ana. Morrer por ser gay: o mapa-múndi da homofobia. *El País*, 22 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/internacional/1553026147_774690.html. Acesso em: 28 ago. 2024.

De acordo com os dados da Antra e da Transgender Europe, o Brasil é o país com o maior registro de homicídios de pessoas transgênero no mundo. No entanto, o Brasil é um país que apresenta proteção ampliada contra a discriminação por orientação sexual. Como é possível explicar essa aparente contradição de dados?

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

LÉLIA GONZALEZ

Neste capítulo, estudamos temas relativos à desigualdade e às formas de violência, com destaque para a violência de gênero, a violência política e os mecanismos de perpetuação das desigualdades ao longo do tempo. Para aprofundar e consolidar nossa reflexão, nos debruçaremos sobre a contribuição intelectual e ativista de Lélia Gonzalez (1935-1994), que desenvolveu uma análise importante sobre a interseccionalidade entre classe e as violências de gênero e racial no Brasil.

Devi Augusto Studio/ID/BR



PERFIL

Lélia de Almeida Gonzalez nasceu em Belo Horizonte (MG), em 1935. Aos 8 anos de idade, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde se graduou em Filosofia pela Universidade Estadual da Guanabara, atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Realizou mestrado em Comunicação Social e doutorado em Antropologia, pesquisando gênero e etnia, temas que fizeram parte de sua obra e de sua atuação profissional e em movimentos sociais e políticos. Atuou como docente e chefe do departamento de Sociologia Política na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Em sua biografia, destacam-se elementos importantes que ressoam em suas obras. Filha de um operário negro e de uma empregada doméstica de origem indígena, tendo ela mesma exercido a função de babá quando criança, Lélia Gonzalez desconstrói a perspectiva eurocêntrica e neocolonial que silencia e subalterniza o povo preto, principalmente as mulheres. A pensadora reivindica um feminismo afro-latino-americano e uma linguagem acadêmica acessível, a qual ela denomina de **pretuguês**, uma variação da língua portuguesa falada no Brasil que evidencia a influência das línguas africanas.

OBRAS-CHAVE

- *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020)
- *Primavera para as rosas negras* (2018)
- *Festas populares no Brasil* (1987)
- *Lugar de negro* (1982)
- *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual* (1982)

EM LEITURA

Lélia Gonzalez tem sua trajetória marcada pelo entrelaçamento entre teoria e prática, como legítima intelectual orgânica, presente e ativa junto aos problemas sociais que aborda em sua obra. Em 1978, participou ativamente da fundação do Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial em São Paulo, denunciando e reivindicando o fim da violência e da discriminação sofridas pela população negra. Em 1982, publicou o livro *Lugar de negro*, no qual tratava dos mesmos temas e espaços de militância, questionando a história da população negra no Brasil. A intelectual e ativista brasileira contribuiu em grande medida para o debate sobre o racismo nas universidades brasileiras a partir do aprofundamento crítico do mito da democracia racial, ou seja, que viveríamos em uma sociedade de igualdade entre as raças, entre brancos e negros, expresso pela miscigenação.

A reflexão sobre a condição da mulher negra na sociedade, especialmente no Brasil, assume centralidade na obra da autora, que destaca sua posição silenciada e dominada mesmo em espaços negros e no debate feminista. Lélia Gonzalez denuncia o fato de que a mulher negra é colocada em lugar subalterno em relação aos brancos e, inclusive, em mais uma categoria inferior quando colocada junto a homens negros. Isso acontece porque o racismo as atinge de maneira ainda mais aguda, combinada com o sexismo.

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. [...] Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. [...] Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente?

[...]

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio M. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, DF: Anpocs, 1983. p. 223.

O trecho citado de Lélia Gonzalez possui dois tons: o primeiro é anedótico e tem muitas marcas de coloquialidade, momento no qual a autora narra um evento; e o outro é mais acadêmico, conjugando as dimensões sociais e políticas à dimensão psicanalítica relativas à população negra no Brasil. De acordo com a pensadora, nossa constituição como povo carrega a história da escravidão como trauma coletivo, acarretando sintomas e sofrimentos ainda hoje, especialmente quando se analisa o lugar da mulher negra, constantemente identificada como dominada, subalterna e serviçal.

PARA CONCLUIR

- 1** O primeiro trecho do texto citado contém certa ironia. Descreva e explique essa ironia, justificando se um texto escrito em 1983 ainda revela aspectos da atual sociedade brasileira.
- 2** Com base na problematização sugerida por Lélia Gonzalez, escreva um texto analisando a imagem da seção, que retrata uma mulher negra em um grafite. Para isso, considere os seguintes pontos:
 - a) Descreva em detalhes a imagem. Pense na composição, na expressão facial e nas cores utilizadas. O que tudo isso pode representar?
 - b) Relacione a imagem ao suporte material no qual a arte foi realizada. Por que há um prédio em meio à paisagem urbana?
 - c) Por fim, responda: Quais lugares a mulher negra têm ocupado na sociedade brasileira?



Respirar, grafite de Gugie Cavalcanti em prédio no município de São Paulo (SP). Foto de 2024.

Gugie Cavalcanti. Fotografia: Tamara dos Santos

PRÁTICAS DE TEXTO

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Proposta

Neste capítulo, vimos que a violência e a desigualdade são produtoras de discriminações e consequentemente incidem na qualidade de vida dos indivíduos que compõem a sociedade. Para compreender como isso afeta as vítimas dessas violências, vamos produzir um **relato de experiência**, tipo de texto que conta fatos, acontecimentos ou experiências vividas por uma pessoa ou um grupo. Esse relato não é ficcional, porque é baseado em fatos. Deve ser escrito na primeira pessoa (“eu” ou “nós”) e pode incluir descrições detalhadas do ambiente, das pessoas envolvidas e das emoções sentidas.

Público	Comunidade escolar e leitores interessados na proposta.
Objetivo	Incentivar os estudantes a refletir sobre o capacitismo e suas manifestações, promovendo a empatia e a conscientização da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência.
Circulação	Apresentação oral no espaço escolar.

Em algum momento de sua vida, você já deve ter tido contato com algum relato, seja de viagem, seja de experiência. A seguir, selecionamos trechos de relatos coletados em *sites* da internet, nos quais as pessoas contam experiências vivenciadas de capacitismo.

Relatos de capacitismo

[...] Não nasci surda. Então minha família tem dificuldade pra aceitar que hoje eu não escuto. A briga aqui é constante porque aumento o volume e para eles “finjo [que] não escuto quando estão falando comigo”.

[...]

[...] Sou excluída num grupo de conversa. Pergunto o que foi dito, ninguém responde e seguem conversando. Me sinto um fantasma solitário!

[...]

[...] Quando minha filha nasceu, uma pessoa da igreja, falou: “Não aceita esse diagnóstico do homem não, pois é o inimigo querendo usar a sua filha”. Eu fiquei abismada com a falta de empatia dessa moça, isso só piorou a situação [...]. São coisas que doem o coração.

MOREIRA, Paula Pfeifer. Relatos de capacitismo na família: surdos que ouvem. *Crônicas da surdez*, 25 maio 2024. Disponível em: <https://cronicasdasurdez.com/relatos-capacitismo-familia-deficiencia-auditiva/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

A visibilidade e o protagonismo de pessoas com deficiência é um importante mecanismo anticapacitista. Na foto, de 2024, 1ª Parada do Orgulho PCD em Salvador (BA).

Na fila do supermercado, os olhares constrangem. Logo começam os sussurros, que vão ficando mais altos e até parecem indiretas. ‘Aqui é preferencial’, diz uma voz em tom de aviso, mas a mãe já sabe como responder: ‘sim, minha filha é autista’. ‘Nossa, mas ela é tão linda! Como pode ser autista?’, rebate o questionador.

[...]

“Acontece de maneira corriqueira. Eu falo para as pessoas que minha filha é autista e respondem: ‘mas ela é tão linda, nem parece autista’. Autista não pode ser bonito? Falam também que ela ‘não tem cara de autista’. Aí eu pergunto: ‘qual a cara de autista?’. A gente tem que ficar explicando”, relata Andrea Dul, mãe de Andressa, de 16 anos.

CASTRO, Yasmin. “Você não tem cara de autista”: pessoas com TEA relatam como estereótipos geram preconceito e afetam acesso a direitos. *G1, Mogi das Cruzes e Suzano*, 2 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2023/04/02/voce-nao-tem-cara-de-autista-pessoas-com-tea-relatam-como-estereotipos-geram-preconceito-e-afetam-acesso-a-direitos.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2024



Parada Orgulho PCD/Aervo do cedente

Agora é com você! Que tal produzir um relato de experiência?

Planejamento e elaboração

- 1 Com a mediação e a orientação do professor, formem grupos e discutam, em sala de aula, com base em seus conhecimentos, as formas de discriminação e desigualdades que marcam a vida das pessoas com deficiência e que reproduzem lógicas capacitistas no acesso a serviços, bens, produtos, entretenimento e cidadania.
- 2 Depois dessa reflexão mais geral, analisem o cotidiano de vocês e falem sobre como as situações evidenciam o capacitismo na comunidade de que fazem parte e quais são elas. Como a lógica capacitista está presente na arquitetura dos espaços, nas instituições (escola, igreja, Estado), na linguagem?
- 3 Agora, relembre situações que podem ter acontecido na escola, em casa, na mídia, nas redes sociais ou em outro ambiente e que demonstrem formas de capacitismo. Essa situação pode ter acontecido com você, alguém próximo ou mesmo alguma personalidade pública. Caso você não se recorde de nenhuma situação, busque entrevistar pessoas conhecidas ou pesquisar relatos na internet.
- 4 O próximo passo é a escrita do relato de experiência. Para isso, a primeira definição importante é o uso da primeira pessoa do singular (“eu”) ou do plural (“nós” – a comunidade próxima ou mesmo a sociedade). Se optar pela primeira pessoa do singular, deve considerar elementos da sua experiência e aprofundar a análise a partir de uma perspectiva mais subjetiva. Ao contrário, se optar pela primeira pessoa do plural, é possível escrever o texto em uma perspectiva mais coletiva, que considere as experiências de outras pessoas, das quais você teve conhecimento por meio de relatos, mas é importante manter a reflexividade na escrita de forma a demonstrar como esses relatos impactam a sua experiência e quais as sensações que lhe provocam.
- 5 Organize o texto considerando a seguinte estrutura:
 - introdução: apresentação breve do contexto da situação, incluindo uma explicação geral sobre a noção de capacitismo;
 - descrição: narrativa detalhada sobre o que aconteceu, quem estava envolvido, onde e quando ocorreu;
 - reflexão: problematização de como a situação narrada fez você se sentir e qual foi o impacto do capacitismo observado;
 - conclusão: avaliação das lições aprendidas e criação de sugestões para evitar ou combater o capacitismo no futuro.

Revisão e reescrita

- 1 Leia e avalie o texto observando os elementos elencados no quadro a seguir.

O relato descreve uma situação que realmente aconteceu?
Há detalhes específicos que tornam a história convincente e realista?
O relato é escrito na primeira pessoa do singular (“eu”) ou do plural (“nós”)?
A narrativa pessoal é clara e consistente ao longo de todo o texto?
O relato inclui descrições detalhadas sobre o acontecimento?
Todas as pessoas envolvidas são descritas de forma clara e com detalhes relevantes?
O relato aborda explicitamente como o capacitismo se manifestou na situação descrita?
Há sugestões de formas de evitar ou combater o capacitismo no futuro?

- 2 Revise seu texto, verificando se ele inclui todos os elementos e se o relato está claro e bem-organizado.
- 3 Troque seu relato com um colega. Peça a ele que leia o seu texto e que opine sobre os elementos importantes. Leia o texto dele também e faça o mesmo, sempre mantendo o respeito pela escrita do outro e pela forma como ele se expressa. Se for o caso, incorpore as sugestões no momento da reescrita.
- 4 Prepare a versão final do texto, que deverá ser manuscrito em letra legível, e compartilhe-o com os colegas em data previamente agendada pelo professor.

Circulação

- 1 Em uma roda de conversa, troque seu relato com o de algum colega (preferencialmente um colega diferente daquele que o auxiliou na reescrita e já conhece o seu texto).
- 2 Leia o relato do colega em voz alta e aguarde para que todos os componentes da roda façam o mesmo.
- 3 Após todos os estudantes finalizarem a leitura dos relatos, discutam como foi realizar a atividade e quais as sensações geradas ao ouvir os relatos dos colegas.
- 4 Ao final, organizem uma lista de ações que podem ser planejadas para evitar o capacitismo e divulguem-na em murais pela escola e na comunidade.

PRÁTICAS DE PESQUISA

PERCEPÇÃO SOBRE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Para começar

A segurança pública é um dos problemas mais alarmantes da sociedade brasileira. Há diferentes posturas em relação ao que se espera do Estado e das políticas públicas sobre o tema, bem como em relação às pessoas que praticam crimes.

Em várias pesquisas sobre o assunto, constatou-se que a sensação de segurança se relaciona mais frequentemente à eficiência da polícia e da justiça e à prevenção da criminalidade. O universo de representações sobre o medo, a insegurança, o crime, a violência, a polícia, a justiça e os direitos humanos envolve os valores que estão em jogo em uma sociedade.

O objetivo desta pesquisa é investigar a percepção das pessoas que vivem ou trabalham no entorno da escola sobre as formas de violência existentes no local, seus principais temores e o que pensam sobre a postura dos órgãos competentes para protegê-las. Portanto, vocês vão pesquisar como essas pessoas percebem as políticas de segurança pública e verificar a sensação de (in)segurança delas.

O problema

Qual é a percepção imediata das pessoas quanto à violência e à falta de segurança? Como a construção social do nosso país se relaciona ao problema da segurança pública nacional? O que se deve considerar quando se quer discutir o tema da segurança pública? A percepção das pessoas sobre o tema depende das peculiaridades locais?

A investigação

- Prática de pesquisa: construção e uso de questionário

Material

- Folhas para anotação, lápis e caneta
- Computador com acesso à internet
- Programa de edição de planilhas para produção de gráficos, tabelas e infográficos

Procedimentos

Parte I – Planejamento e pesquisa

- 1** Para compreender como a população do entorno da escola se sente em relação à segurança, vocês vão se organizar em grupos e elaborar um questionário estruturado, isto é, as mesmas perguntas deverão ser feitas a todos os entrevistados para o levantamento de dados. Para realizar uma pesquisa de percepção, vocês precisam definir uma amostra (quantas pessoas serão entrevistadas), elaborar as perguntas que vão compor o questionário, coletar as respostas e analisá-las. Mas, primeiro, vocês devem realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Levantem informações que os ajudem a entender melhor: a) quem são os responsáveis pela segurança pública; b) quais são os principais tipos de violência a que estão sujeitas as pessoas nos espaços públicos; c) como se distribui a violência no Brasil em termos geográficos, sociais, geracionais, etc.; d) quem são as principais vítimas e os principais agressores; e) quais são os mecanismos existentes para a redução ou a prevenção da violência (controle das armas de fogo, formas de punição e encarceramento, adoção de políticas para combate ao tráfico de drogas, formação de policiais, etc.); entre outras.



Angela Hampton/Alamy/Fotorena

A entrevista é um importante instrumento de pesquisa para obter informações e dados sobre diversos aspectos da sociedade. Na foto, jovens realizam entrevista no Reino Unido, em 2022.

2 Agora, vocês vão elaborar as perguntas do questionário. Os itens a seguir podem orientá-los na criação das perguntas:

- tipos de violência;
- perfil das vítimas e dos agressores;
- razões para existir violência;
- crescimento/diminuição da criminalidade;
- formas de prevenção contra o crime;
- papel do Estado na segurança pública;
- relação entre direitos humanos e criminosos.

3 É importante determinar a amostra a ser pesquisada. A amostragem refere-se à definição de quantas pessoas vocês precisam pesquisar para que a investigação tenha validade. Conversem com o professor a respeito disso e, juntos, definam a quantidade de questionários a ser aplicados.

4 Estabeleçam a forma de coleta de dados. Vocês podem aplicar o questionário pessoalmente, lendo as perguntas e marcando as respostas, ou enviá-lo por *e-mail* para que a própria pessoa o responda.

Parte II – Análise e organização dos resultados

1 As respostas obtidas com a aplicação dos questionários serão quantificadas. Por isso, elas deverão ser armazenadas em uma base de dados que permita a realização de cálculos estatísticos. Quando a etapa de pesquisa estiver concluída, será possível elaborar tabelas e gráficos para descrever quantitativamente os resultados da pesquisa.

2 Os grupos deverão redigir um relatório com os resultados da pesquisa. É importante fornecer informações gerais sobre a comunidade pesquisada: onde se localiza; quantos habitantes tem e o perfil deles (idade, nível educacional, renda, etc.); quais equipamentos públicos existem; entre outras. Esses dados podem ser encontrados no *site* da prefeitura ou outros, desde que sejam confiáveis. Insiram no relatório as tabelas e os gráficos produzidos pelo grupo e as interpretações feitas a respeito dos resultados obtidos. Vocês podem inserir pequenos textos referentes a cada tabela ou gráfico, explicando por que os dados se comportam de determinada maneira. Finalmente, elaborem uma conclusão relacionando esses resultados com as informações encontradas na pesquisa bibliográfica.

Questões para discussão

- 1** Quais foram as dificuldades do grupo ao trabalhar esse tema?
- 2** A atividade ajudou o grupo a compreender como a comunidade pesquisada percebe a segurança pública e a violência?
- 3** A atividade ajudou o grupo a reconhecer formas de preconceito praticadas ou sentidas pelas pessoas pesquisadas em relação aos principais protagonistas da violência (vítimas e agressores)?
- 4** A atividade permitiu identificar o que as pessoas pesquisadas conhecem sobre as políticas, as leis e as ações dos responsáveis pela segurança pública na própria comunidade? Ajudou também a perceber se elas estão de acordo com o que é praticado? As pessoas se sentem seguras com o que existe e é praticado?
- 5** A atividade ajudou o grupo a compreender quais são as percepções das pessoas sobre os direitos humanos?
- 6** A atividade permitiu relacionar variáveis como violência, desigualdade social e medo?
- 7** A atividade ajudou o grupo a compreender como produzir e interpretar dados quantitativos?

Comunicação dos resultados

Vocês vão construir digitalmente um infográfico que sintetize os principais resultados da pesquisa, utilizando as informações do relatório. Em seguida, vão compartilhar o infográfico com as pessoas da comunidade. Vocês poderão procurar uma associação de moradores do bairro, disponibilizar o infográfico e ajudá-la a solicitar à prefeitura a resolução de algum problema relacionado a segurança pública.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

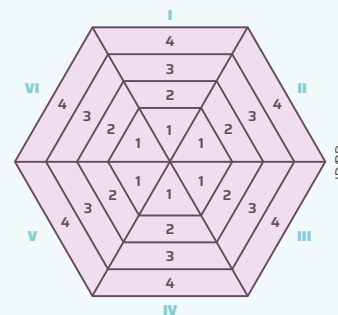


TABELA A

I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B

Campos para colorir	Respostas	Cor indicada
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se à primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que “Sempre” realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta I.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo com os colegas e comente suas respostas para as seguintes questões:

Capítulo 9 - Estratificação e desigualdade social

- 1 Compreendo a noção de estratificação social?
- 2 Identifico várias formas de estratificação e seu impacto na manutenção das desigualdades?
- 3 Problematizo o conceito de classe social à luz das teorias sociológicas?
- 4 Reconheço diferentes conceituações para a ideia de classe social?
- 5 Identifico as variáveis que podem ser consideradas na classificação da classe média no Brasil?
- 6 Compreendo os mecanismos que reproduzem as diferentes formas de segregação socioespacial?
- 7 Compreendo o conceito de favelização e contextualizo historicamente a questão?
- 8 Compreendo o processo de gentrificação e suas consequências sociais?
- 9 Sei reconhecer a vulnerabilidade de alguns grupos sociais, entre eles as juventudes?

Capítulo 10 - Desigualdade e violência

- 10 Reconheço os diferentes tipos de violência?
- 11 Compreendo a relação entre violência e desigualdade?
- 12 Identifico as formas históricas e atuais de manifestação da discriminação e do preconceito?
- 13 Reconheço e respeito a diversidade presente na sigla LGBTQIAPN+?
- 14 Compreendo as diferentes manifestações de discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+?
- 15 Identifico os mecanismos de reprodução da desigualdade de gênero?
- 16 Compreendo a violência de gênero como reflexo da desigualdade entre homens e mulheres?
- 17 Compreendo a importância de políticas públicas para mitigar as desigualdades e a discriminação?
- 18 Compreendo a gravidade dos números de violência, feminicídio e transfobia no Brasil?
- 19 Reconheço a xenofobia como uma forma de discriminação?
- 20 Compreendo e sei aplicar o conceito de necropolítica?



PARA IR ALÉM

Capítulo 9 - Estratificação e desigualdade social



Cinco da Norte/ID/BR

Branco sai, preto fica

Mistura de documentário e ficção científica, o longa-metragem segue os caminhos do protagonista, que vive em Ceilândia, cidade-satélite no Distrito Federal, e que é ferido pela polícia em um baile *black*. No período retratado nesse filme, ir à capital, Brasília, requer passaporte para a entrada. A capital se tornou uma cidade enclausurada e fechada às suas franjas empobrecidas. Diante desse cenário, um viajante vem do futuro para investigar a situação.

Branco sai, preto fica. Direção: Adirley Queirós. Brasil, 2014 (93 min).



Editora Civilização Brasileira/Arquivo da editora

Cidadania no Brasil: o longo caminho

O livro analisa a conquista de direitos no Brasil e apresenta a tese de que os direitos sociais teriam antecedido os direitos políticos e civis.

CARVALHO, José M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

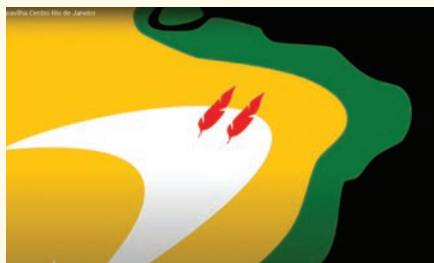


Casa de Cinema de Porto Alegre/ID/BR

Saneamento básico: o filme

O filme mistura sarcasmo, comédia e crítica e conta a história de uma comunidade sem tratamento de esgoto que não tem financiamento público para a construção de uma fossa. O problema poderia ser resolvido se a comunidade ganhasse verba de um edital cultural para a elaboração de um filme.

Saneamento básico: o filme. Direção: Jorge Furtado. Brasil, 2007 (112 min).

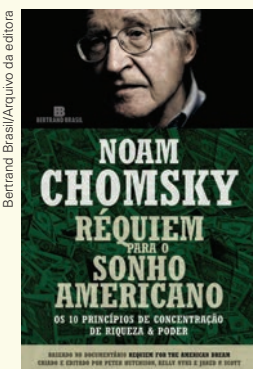


Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LX4Zz9e8SU>. Acesso em: 13 set. 2024.

Porto Maravilha Centro Rio de Janeiro

O curta contextualiza brevemente a história do centro do Rio de Janeiro e apresenta o projeto de revitalização do porto. Embora seja um vídeo com propósitos comerciais, oferece um interessante ponto de partida para problematizar a gentrificação da região central do Rio de Janeiro.

Porto Maravilha Centro Rio de Janeiro. Canal Pindorama Turismo, 2015 (11 min).



Bertrand Brasil/Arquivo da editora

Réquiem para o sonho americano: os dez princípios de concentração de renda e poder

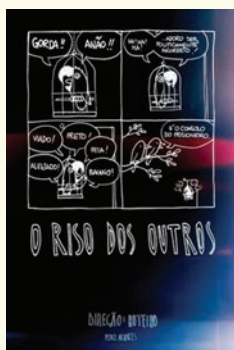
O livro, baseado em documentário de mesmo título, aborda os mecanismos subjacentes à desigualdade de renda. Ao discutir a concentração de riqueza e poder nos Estados Unidos, a obra lança luz sobre as características da realidade econômica globalizada e seu impacto no bem-estar político e moral das sociedades.

CHOMSKY, Noam. *Réquiem para o sonho americano: os dez princípios de concentração de renda e poder*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.



Capítulo 10 - Desigualdade e violência

TV Câmara/D/BR

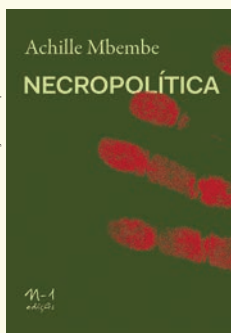


O riso dos outros

O documentário, produzido em parceria com a TV Câmara, aborda o sucesso dos festivais de *stand up comedy* e dos quadinhos para problematizar os preconceitos que podem surgir em piadas e em cenas de humor.

O riso dos outros. Direção: Pedro Arantes. Brasil, 2012 (52 min).

N-1 Edições/Arquivo da editora



Necropolítica

O livro apresenta o conceito de necropolítica, discutido no capítulo, e problematiza as estratégias que subjugam a vida ao poder da morte, ampliando a reflexão sobre biopoder na ótica de Michel Foucault.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

Estudos e Pesquisas/Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38 © IBGE, 2024



Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil

A publicação, de 15 páginas e em formato de boletim, apresenta dados atualizados e análises condensadas sobre a desigualdade de gênero no país.

IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 3. ed. IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.

Downtown Filmes/D/BR



Corações Sujos

O filme trata da divisão entre os imigrantes japoneses que viviam no Brasil após a Segunda Guerra Mundial: de um lado, o grupo que acreditava que a guerra havia acabado com a derrota japonesa (chamados de “corações sujos”), e, do outro, o que acreditava na vitória do Japão. O filme também explora as relações entre brasileiros e imigrantes.

Corações sujos. Direção: Vicente Amorim. Brasil, 2012 (90 min).

Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 29 jul. 2024.



Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)

A Antra é uma rede nacional que integra e articula 127 instituições que desenvolvem ações para a promoção da cidadania da população de travestis e transexuais no Brasil. Em virtude de sua ampla atuação, o portal abriga notícias, denúncias, artigos, imagens, campanhas e dados atualizados sobre o tema.

ANTRA BRASIL. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

DESIGUALDADE RACIAL E JUSTIÇA SOCIAL

ORGANIZAR IDEIAS

Nesta unidade, daremos continuidade ao estudo sobre os mecanismos da desigualdade social. Assim, você está convidado a refletir mais detalhadamente sobre a desigualdade racial, especialmente no Brasil, no intuito de compreender como se estruturam e se manifestam as diferentes formas de discriminação racial. Além disso, vamos aprofundar a análise sobre o que é justiça, discutir esse conceito com base em diferentes concepções filosóficas e sociológicas e refletir sobre alguns instrumentos que buscam combater as várias formas de desigualdade, inclusive a racial.

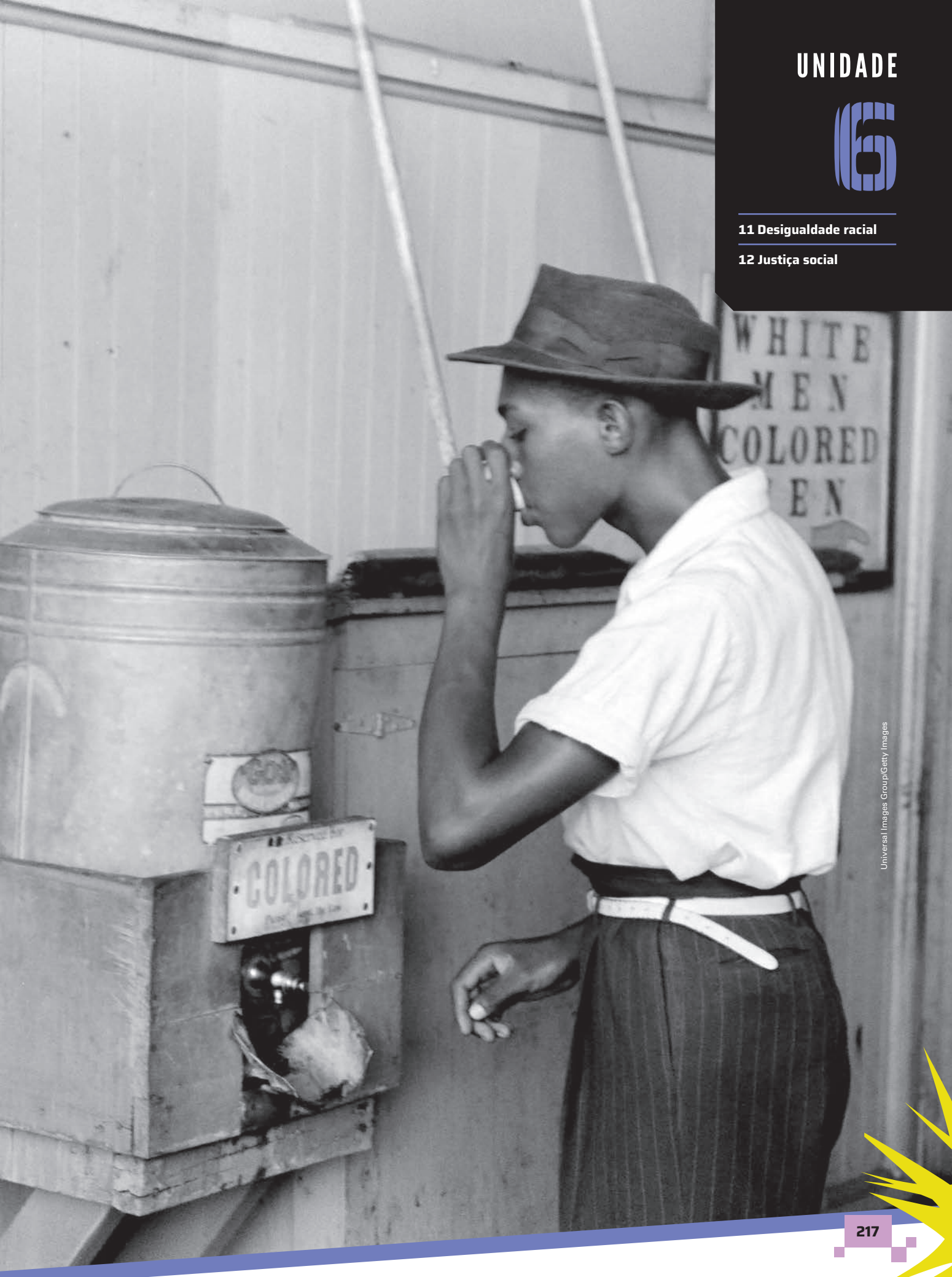
1. Observe a imagem e responda: O que você sabe sobre o período em que vigoraram leis de segregação racial nos Estados Unidos?
2. Que fatos históricos aconteciam no Brasil nesse mesmo período? O país apresentava problemas parecidos com os dos Estados Unidos? Que semelhanças e diferenças entre os dois países você identifica?
3. Imagine-se vivendo em uma sociedade que separa os direitos das pessoas por altura: pessoas com até 1,40 m teriam alguns direitos, pessoas entre 1,41 m e 1,60 m teriam outros direitos, e assim sucessivamente. Você acha que uma legislação como essa seria justa? Por quê?
4. O que nós todos, como sociedade, podemos fazer para evitar que políticas segregacionistas e discriminatórias sejam implementadas?

Homem bebendo água em bebedouro destinado a pessoas negras, em terminal de ônibus em Oklahoma, nos Estados Unidos. No bebedouro, lê-se “colored” e, na placa atrás do homem, “white men” e “colored men”. Em tradução livre, o uso da palavra “colorido”, nesse contexto, é sinônimo de “pessoa de cor”, em oposição a pessoa branca. A foto é de 1939 e as leis estadunidenses de segregação racial só foram revogadas após a promulgação da Lei dos Direitos Cívicos, de 1964, e da Lei do Direito ao Voto, de 1965. ►



11 Desigualdade racial

12 Justiça social



Universal Images Group/Getty Images

DESIGUALDADE RACIAL

1. Em sua opinião, por que a desigualdade racial ganha destaque neste capítulo, considerando que já estudamos outras formas de desigualdade? Discuta com os colegas hipóteses que expliquem esse percurso didático.
2. Observe a imagem a seguir e indique o que mais lhe chamou atenção na cena. Reflita sobre o que você indicou e compartilhe com os colegas o(s) motivo(s) de sua escolha.
3. Em diversas manifestações contra a desigualdade e a violência racial no Brasil e no mundo, são utilizadas frases que defendem a importância de zelar pela vida das pessoas negras. Que efeito o uso dessas frases espera provocar? Em sua opinião, algumas vidas valem mais do que outras?
4. Você já presenciou alguma cena de racismo? Descreva aos colegas os detalhes sobre a vítima e o agressor, contando o que aconteceu e as consequências que você imagina que poderão ocorrer em curto, médio e longo prazo.



Manifestação no município do Rio de Janeiro (RJ) denuncia a violência policial contra negros no Brasil. Foto de 2023.

Neste capítulo, vamos refletir sobre a desigualdade racial no Brasil e no mundo, problematizando as diversas formas como ela se apresenta. Antes de compreender a desigualdade racial presente em nossa realidade, você saberia responder como, historicamente, os povos foram sendo hierarquizados e se consolidaram as formas de julgamento, discriminação e desigualdade entre as raças que observamos no cotidiano?

Para responder a essa pergunta, estudaremos de forma crítica as teorias raciais dos séculos XIX e XX e de que maneira elas ecoaram no Brasil, visto que tais teorias fizeram parte do pensamento sobre a sociedade brasileira em formação, ganhando lugar no debate acadêmico e político. Analisaremos, também, como as políticas do Estado demonstravam cunho racial, contribuindo para que as teorias raciais permanecessem no imaginário da população.

A partir desse momento histórico até os dias atuais, muitas transformações ocorreram; contudo, podemos afirmar que, efetivamente, a situação mudou? As reflexões sobre a atualidade nos ajudarão a problematizar essa questão, de modo a identificar os avanços conquistados e os desafios que ainda precisam ser superados.

CIÊNCIA E SEGREGAÇÃO RACIAL: TEORIAS RACIAIS DO SÉCULO XIX

As Revoluções Industriais impactaram profundamente as ciências, influenciando rápidas e intensas mudanças. Nesse contexto, os cientistas buscavam meios para explicar as transformações observadas no entorno europeu. Entre as teorias que emergiram à época, cabe destacar, neste capítulo, as teorias raciais. Você estranharia se teorias sobre raças e sobre a evolução humana florescessem nesse ambiente? Estranharia se países como a Inglaterra, pioneira da Revolução, defendessem tão firmemente o fim do sistema escravista? Na verdade, teorias raciais, Revolução Industrial e fim da escravidão são fenômenos relacionados.

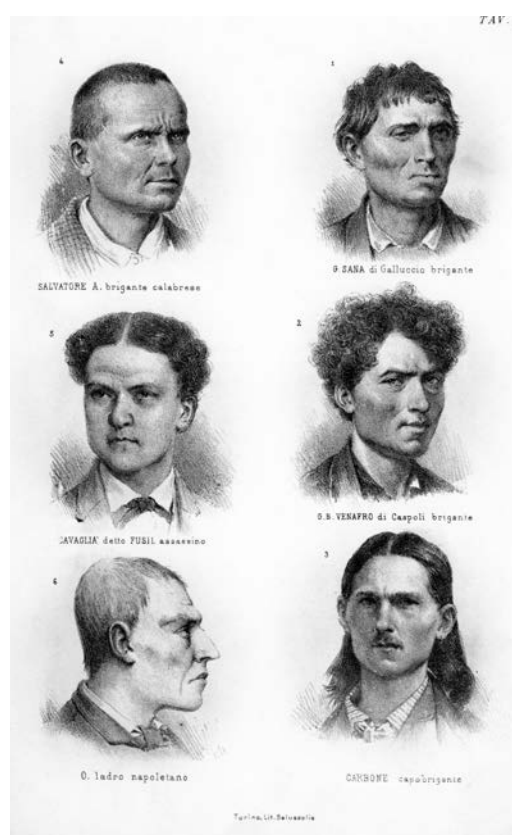
O desenvolvimento acelerado da industrialização necessitava, fundamentalmente, de alguns elementos: mão de obra barata, consumidores e matéria-prima para a fabricação dos produtos. Para satisfazer, ao mesmo tempo, esses três elementos, deu-se início a um longo processo de imperialismo ou neocolonialismo. Se até aquele momento as metrópoles europeias exploravam a América, nesse momento passaram a dominar e explorar territórios e povos na África, na Ásia e na Oceania. Porém, uma questão se impunha: Como alcançar todos os recursos sem recorrer ao mesmo procedimento da colonização que marcou os séculos XV e XVI?

Entre as iniciativas adotadas, estava a Missão Civilizadora, que tinha como premissa algumas teorias consideradas científicas, uma vez que utilizavam “métodos” e “provas” para categorizar as raças: negros, indígenas, asiáticos e brancos. As características de cada raça determinavam o grau de desenvolvimento dos povos. Esse postulado levava a crer que as ações e os pensamentos, assim como o sucesso econômico, político e social, eram determinados por particularidades raciais. O mesmo argumento explicaria o motivo de alguns grupos se sobreporem a outros e escravizá-los.

Vários foram os defensores dessas teorias raciais que ganharam repercussão no mundo todo, inclusive no Brasil. Entre eles, estava o médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909), que defendia que a demência e a criminalidade estavam relacionadas à hereditariedade. Para ele, os criminosos já teriam seus caminhos determinados para o mal, pois seus traços hereditários incluiriam características de povos “**primitivos**”, e a solução seria isolá-los desde cedo ou, quando adultos, condená-los à pena de morte.

Não demorou para que as ideias de Lombroso fossem adotadas por faculdades de Direito e Medicina do Brasil, formando uma geração de médicos e juristas que consideravam a existência de “delinquentes natos”. O médico-legista maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), por exemplo, defendia que o julgamento de negros e indígenas não adotasse os mesmos parâmetros para o julgamento do homem branco, o qual, segundo ele, possuía valores morais superiores. Além disso, condenava a **mestiçagem** como um impasse para o desenvolvimento da sociedade, da cultura e da política brasileira, alinhando-se à perspectiva da **eugenia**.

No mesmo enfoque eugenista, estava o escritor francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), amigo do então imperador do Brasil, D. Pedro II, o que explica sua vinda ao país em missão diplomática. Em seu livro *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas*, publicado em 1853, Gobineau buscou compreender os motivos que levaram à ascensão e à queda de grandes civilizações, chegando à conclusão de que a mestiçagem entre raças puras degenerou as qualidades de ambas, levando-as ao declínio. Ao se deparar com a mistura de raças existentes no Brasil, declarou ao imperador que a sociedade brasileira estava fadada ao fracasso, pois, segundo ele, quanto mais miscigenada, menor era a chance de desenvolvimento da população. Em razão disso, muitos estudiosos acreditam que D. Pedro II teria incentivado a imigração europeia como forma de correção da sociedade brasileira.



Exemplos da fisionomia de criminosos. Ilustração presente na obra *L'uomo delinquente (O homem delinquente)*, escrita por Cesare Lombroso e publicada em 1876.

eugenia: movimento social e científico do século XX, que postulava a genética como caminho para resolver os problemas sociais e econômicos. No Brasil, a eugenia nasceu associada ao movimento sanitaria e adquiriu outros desdobramentos ao longo da história.

mestiçagem: miscigenação, mistura de raças.

primitivo: refere-se à classificação de alguns povos e sociedades como inferiores a outros, com base em uma compreensão evolutiva. As aspas são utilizadas para destacar que o uso dessa palavra não é indicado, como pudemos verificar ao estudar a corrente antropológica do Evolucionismo Social.

A democracia racial: a positividade da mestiçagem

Frequentemente afirmamos que a formação da sociedade brasileira se deu a partir da junção de três raças: indígenas, negros e europeus. Mas você sabe quando e como surgiu essa ideia?

Em apoio ao desejo do desenvolvimento nacional, alguns intelectuais encontraram um campo privilegiado para reproduzir teorias sobre as raças. Nesse campo de estudos, o historiador, jurista e sociólogo Oliveira Vianna (1888-1951) associava a miscigenação à degradação da sociedade brasileira e propunha como solução o que seria o “embranquecimento” da população, teoria que estava pautada na eliminação de grupos “inferiores”.

Oliveira Vianna se mostrou crítico e intolerante aos africanos; para ele, a resposta para o branqueamento era o incentivo à mestiçagem entre **mulatos** e brancos, pois, com o tempo, a raça superior – branca – faria com que a inferior sumisse. Condicionado a essas teorias, o Estado brasileiro intensificou a política de imigração europeia e, por fim, a asiática. Essa “limpeza” étnica proposta por Vianna ressoou no imaginário da população por meio do desestímulo a casamentos inter-raciais e de políticas sanitárias implementadas pelo Estado.

A predominantemente racista orientação da política imigratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. A assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população

brasileira como feia e geneticamente inferior por causa presença do sangue negro-africano. Necessitava, conforme a receita de Arthur de Gobineau (1816- 1882), influente diplomata e escritor francês, “fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças europeias.” [...].

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 70.

Com base nos estudos sobre doenças contagiosas, como varíola, febre amarela e peste bubônica, e em busca da erradicação delas, o higienista Oswaldo Cruz (1872-1917) propôs a obrigatoriedade da vacina. Paralelamente, o então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos (1836-1913), inspirado na reforma de Paris na segunda metade do século XIX, promovia a modernização do Rio de Janeiro e estruturava estratégias de saneamento básico. Em decorrência disso, para o alargamento e a melhor circulação do ar nas ruas da capital carioca, diversos cortiços foram demolidos, forçando a população pobre e majoritariamente negra que habitava essas moradias a se mudar do centro.

concubina: amante.

mulato: termo que designava os descendentes provenientes da miscigenação entre africanos e europeus.

voluptuoso: sensual, libidinoso.

REFLEXÃO

Primeiro Congresso Universal de Raças e o branqueamento brasileiro

O Brasil enviou como representantes ao Primeiro Congresso Universal de Raças, que aconteceu em 1911 em Londres, os médicos e cientistas Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) e João Baptista de Lacerda (1846-1915). Lacerda publicou o texto do congresso e incluiu nele a obra de Modesto Brocos a fim de retratar o branqueamento ao longo de três gerações: avó, filha e neta.

Capturados no mercado africano e brutalmente escravizados no Brasil, segundo Lacerda, os negros não foram segregados pelos portugueses colonizadores, [...]. Desde cedo, os portugueses teriam feito de suas escravas as suas **concubinas**, permitindo que o “intercurso sexual” entre brancos e negros se tornasse natural no Brasil e, em consequência, que a população mestiça crescesse rapidamente [...]. Embora fossem descritos como moralmente **voluptuosos** e pouco afeitos ao trabalho braçal, Lacerda entendia que os mestiços do Brasil eram “intensamente inteligentes” e teriam “disposição para as letras, para a ciência e para a política”. [...]

[...] Segundo ele, o cruzamento racial tenderia a fazer com que negros e mestiços desaparecessem do território brasileiro em menos de um século, ou seja, antes mesmo do final do século XX, possibilitando o branqueamento da população. Em sua compreensão, esse processo deveria ocorrer por três motivos principais. Em primeiro lugar, devido à “seleção sexual”, os mulatos procurariam sempre encontrar parceiros que pudessem “trazer de volta seus descendentes para o tipo branco puro” [...]. Além disso, a crescente entrada de imigrantes europeus no país, somada aos problemas sociais, e o abandono que os negros foram obrigados a enfrentar desde a abolição, traziam a perspectiva futura de uma nação inteiramente branca. E num tom comemorativo, concluía que o Brasil caminhava para ser “um dos principais centros da civilização do mundo”.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, p. 753-754, set. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/51981-81222012000300008>. Acesso em: 26 jul. 2024.

1. Pela análise da obra *A redenção de Cam*, como você explicaria a tese do branqueamento racial?
2. Em sua opinião, quais são os problemas associados à tese de Lacerda sobre o branqueamento racial?



A Redenção de Cam, de Modesto Brocos, 1895.

Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Fotografia: IDBR

RETRATOS DOS BRASIS: FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO DA IDENTIDADE NACIONAL

Apesar de todas as adversidades sofridas pelos negros, tanto no meio econômico como no social, com a falta de políticas de real inclusão desse grupo após a abolição em 1888, e com as evidentes marcas de racismo e desigualdade racial até hoje, ainda persiste a ideia de que não existe racismo no Brasil. Esse imaginário sobre um Brasil sem racismo, onde há uma convivência harmoniosa entre as raças, é fruto de uma construção baseada na ideia de democracia racial. A noção de democracia racial, atualmente, é bastante criticada, sendo reconhecida como um mito, no sentido de apresentar uma narrativa ficcional sobre a formação do povo brasileiro, que não condiz com a realidade. Apesar disso, historicamente, essa noção foi importante, razão pela qual nos dedicaremos a compreender o contexto de sua emergência.

O mito da democracia racial foi construído com base na literatura de intelectuais, como Sílvio Romero (1851-1914). Crítico, folclorista e historiador da literatura, Romero procurou retratar uma nação única, formada e miscigenada pelas três raças. Para ele, a figura do mulato era prova de que o Brasil poderia ser compreendido como uma nação única, com cultura e povo próprios. Todo o momento vivido por ele e outros intelectuais, assim como a emergência da República em 1889, culminaram no florescimento de ideias nacionalistas, mediante as quais o negro e o indígena já não eram vistos com maus olhos, mas como parte da formação de um povo verdadeiramente brasileiro.

Assim como Sílvio Romero, outros intelectuais brasileiros contribuíram para a formação do imaginário a respeito da convivência harmoniosa entre as raças no Brasil e do processo de formação da identidade nacional. A narrativa segundo a qual o povo brasileiro é resultado da miscigenação entre negros, indígenas e brancos ganhou peso principalmente na década de 1930.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) publicou em 1936 o livro *Raízes do Brasil*, obra na qual analisou a colonização portuguesa nos campos da administração, da economia e do cotidiano, explicando o sucesso e a formação do patriarcalismo rural, que seria a base da sociedade brasileira - daí o termo "raízes" no título da obra. De acordo com o pensador, o patriarcalismo rural estava orientado por um sistema de profunda limitação entre as raças, em que cada uma tinha seu papel e lugar na sociedade.

Na mesma obra, o autor apresenta a ideia de **homem cordial**. O autor identifica a gentileza e a hospitalidade como traços dos brasileiros que conformariam parte dessa cordialidade. Em contrapartida, o afeto exacerbado que servia à constituição de laços também se demonstraria na violência de sua ruptura. Segundo o pensador, esse conceito teria se desenvolvido em função da colonização ibérica e do modelo do patriarcalismo rural e precisaria ser relativizado se o Brasil desejasse se modernizar, pois a cordialidade proporcionaria a manutenção do poder nas mãos de poucos privilegiados ruralistas.

Para Buarque de Holanda, o patrimonialismo também era um traço distintivo do povo brasileiro. Com origem no tipo de família patriarcal (ou seja, gerida por um patriarca) que reverbera até hoje na sociedade brasileira, o patrimonialismo explica o fato de que os interesses particulares representados pelos patriarcas se misturam ao aparato estatal e, assim, os desejos pessoais se misturam às funções públicas e burocráticas. Dessa maneira, as escolhas dos burocratas e de outras pessoas que exercem funções objetivas são tomadas com base na confiança pessoal e em critérios subjetivos, e não de forma impessoal. Segundo o autor, o funcionário patrimonial é o sintoma das dificuldades dos brasileiros em separar os âmbitos público e privado.

No mesmo período, mas de forma distinta, as obras do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) contribuíram para um retrato do Brasil que permanece até hoje. Em sua obra *Casa-Grande & Senzala*, de 1933, Freyre deu destaque às relações sociais formadas no período colonial da história brasileira. Nessa obra, o autor, até hoje muito elogiado e criticado, em consonância com os novos pensamentos sobre raça na virada do século XIX para o XX, analisa as conexões entre negros escravizados e brancos escravistas de uma perspectiva social e não biológica, como as antigas teorias raciais faziam.

A forma como Freyre percebe as interações entre a casa-grande (brancos) e a senzala (negros) se insere em uma perspectiva mais positiva, a de que essa relação não é marcada pela violência dos portugueses para com os africanos e nem pela resistência dos africanos aos portugueses, definindo o que entendemos por **democracia racial**. Para ele, tanto negros como brancos tinham suas interações, e a consequência delas é a formação da sociedade brasileira; por isso, os três grupos tiveram sua importância na construção do Brasil. Não é de estranhar, portanto, as críticas contemporâneas à sua obra, pois nela se apaga a história da brutalidade sofrida por indígenas e negros, reforçando a invisibilidade histórica das pautas desses grupos.

Reforço à noção de democracia racial

Outro pensador que contribuiu para a produção de um retrato brasileiro foi o historiador Caio Prado Júnior (1907-1990). No livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado originalmente em 1942, ele reflete sobre a composição das raças que estiveram presentes durante a época colonial do país. Diferentemente dos demais pensadores que estudamos, Prado Júnior reconheceu e destacou a importância das diversas etnias tanto entre os indígenas, que aqui habitavam, quanto entre os africanos, trazidos como escravizados para o Brasil. De acordo com a tese do autor, dependendo da etnia analisada, pode-se compreender melhor as questões de misturas das raças ou se houve passividade em suas relações. Nesse ponto, Caio Prado Júnior não se afasta tanto de seus colegas, porque enxerga certa aceitação de grupos indígenas e negros para com os europeus. Em outras palavras, nem sempre houve, segundo ele, resistência. Pesquisas posteriores revelaram, entretanto, que o ato de resistir se manifestou de variadas formas, como revoltas, boicotes, recusa no trabalho, agrupamentos, além das expressões artísticas, culturais e religiosas.

As contribuições de Buarque de Holanda, Freyre e Prado Júnior foram importantes na década de 1930, pois estava em vigor um projeto intelectual mais amplo que buscava compreender, com base em distintas abordagens, os elementos que compunham o Brasil, e definir as características da nação brasileira. Apesar da relevância, as ideias propagadas nessa época, ao reforçarem a noção de democracia racial como o retrato fiel das relações entre as raças no país, atrasaram o reconhecimento dos elementos estruturantes da desigualdade racial no Brasil.

Embora a noção de mestiçagem faça parte da imagem sobre o Brasil, a perspectiva de que o país é uma “democracia racial” se desfaz na medida em que são consideradas as desigualdades persistentes em nossa sociedade, pois as condições e as oportunidades para pessoas brancas e negras nunca foram as mesmas. Ainda hoje, é possível notar os efeitos da escravidão e de sua abolição “não concluída”. Nesse sentido, as desigualdades sociais percebidas no acesso a direitos como educação, saúde e moradia são atravessadas pelas desigualdades raciais constitutivas do Brasil.

REFLEXÃO

Racialidade e saúde na pandemia de covid-19

Leia o excerto a seguir, observe o gráfico e, depois, realize no caderno as atividades propostas.

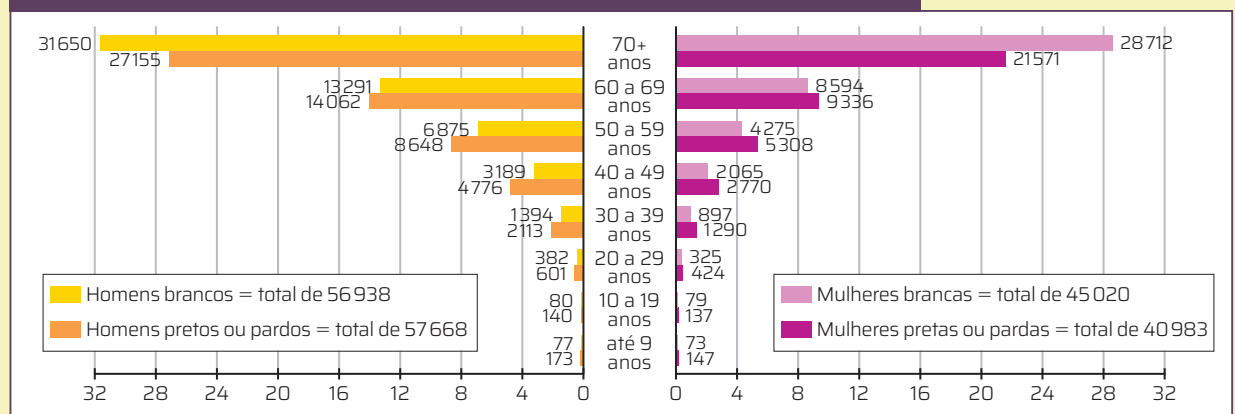
Em todas as faixas de idade de zero a 69 anos, pessoas pretas e pardas morreram mais do que as brancas por covid-19. Na faixa dos 70 ou mais, isso se inverte [...].

“A variação do número de óbitos está relacionada ao estilo de vida individual e às condições de vida de grupos sociais. Pretos e pardos têm menor acesso à serviços de saúde e,

portanto, menores condições de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças. As mortes por violência e acidentes são maiores nesse grupo, sobretudo entre homens. Tudo isso causa uma maior mortalidade entre pretos e pardos. [...]”, acrescenta o analista do IBGE.

BARRROS, Alexandre. Homens pretos e pardos morreram mais de covid do que brancos em 2020. *Agência IBGE Notícias*, Rio de Janeiro, 28 jan. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32414-homens-pretos-e-pardos-morreram-mais-de-covid-do-que-brancos-em-2020>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ÓBITOS POR COVID-19 SEGUNDO IDADE, SEXO E COR NO BRASIL - 2020 (MIL PESSOAS)



Fonte de pesquisa: BARRROS, Alexandre. Homens pretos e pardos morreram mais de covid do que brancos em 2020. *Agência IBGE Notícias*, Rio de Janeiro, 28 jan. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32414-homens-pretos-e-pardos-morreram-mais-de-covid-do-que-brancos-em-2020>. Acesso em: 26 jul. 2024.

1. Destaque as razões indicadas no texto que explicam o fato de pretos e pardos terem morrido mais de covid-19 do que brancos em 2020. Além disso, elenque outras possíveis razões.
2. O texto afirma que o número de óbitos por covid-19 entre pretos e pardos só é menor em uma faixa etária. As razões elencadas por você na atividade anterior também explicam esse dado? Por quê?

Afinal, existe democracia racial no Brasil?

Como estudamos, a construção do pensamento sobre a existência de uma democracia racial foi lenta e muito bem propagada e, de certa forma, circulou de modo intenso principalmente nos círculos sociais mais intelectualizados. Com o tempo, essa noção foi se desfazendo, pois a vida e a experiência da pessoa preta no Brasil não condiziam com essa narrativa. Diversos intelectuais se propuseram a estudar a noção de democracia racial, especialmente à luz de dados que surgiam acerca de problemáticas sociais, econômicas e políticas quando o termo “raça” era acrescido nas pesquisas. Nesse sentido, quando passaram a investigar objetivamente as condições de vida da população negra no Brasil, os dados e as informações estatísticas revelaram toda uma realidade subjacente à noção de democracia racial.

Um dos pensadores mais proeminentes no tema foi o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995), que produziu uma vasta literatura sobre as relações entre a desigualdade social e as questões étnico-raciais da sociedade brasileira. De origem humilde, filho de uma imigrante portuguesa sem posses, Fernandes morou em cortiços no centro da cidade de São Paulo e chegou a abandonar os estudos para trabalhar. Esse dado biográfico é importante porque explica a dificuldade encontrada pelo autor para se inserir no meio acadêmico brasileiro, ainda reservado apenas aos filhos brancos da elite.

Em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), o autor apresenta um estudo sobre os grupos raciais na cidade de São Paulo. A princípio, o estudo buscava entender como se constituía a imagem de um Brasil menos racista e com a integração quase que total da população negra, o que deu título à obra. Entretanto, Fernandes caracterizou a narrativa como um mito da democracia racial, pois concluiu que o negro, descendente de escravizado ou liberto, não havia sido integrado à sociedade e nem ao mercado de trabalho.

Segundo o pensador, no Brasil havia um tipo de racismo muito particular, diferente do que havia nos Estados Unidos, explicado, principalmente, devido às mudanças do sistema econômico vivido pelo Brasil, que passou de ruralista, com papéis sociais demarcados, diretamente para

capitalista, com a organização de classes econômicas. Essa modificação se agrava porque o negro é visto e vê as novas formas contratuais com descrença, submetendo-se a trabalhos que se assemelham à antiga forma escravista e rural.

Portanto, Florestan Fernandes concluiu que a ideia de uma democracia racial é hipócrita, pois parte do pressuposto equivocado segundo o qual todos partiriam de um mesmo nível social, ou seja, que a ordem social competitiva seria aberta a todos da mesma maneira, brancos e negros. O pensador denunciou que essa visão é importante para os interesses de uma classe dominante que buscou se isentar dos problemas causados pela forma exploratória de trabalho à qual os negros foram submetidos.

Partindo do mesmo pensamento, o antropólogo congolês e naturalizado brasileiro Kabengele Munanga (1940-) vai além na desmitificação da democracia racial, pois ressalta que a ideia de não haver discriminação racial no Brasil é alimentada pela ausência de um racismo institucionalizado, como foi o *Apartheid* na África do Sul ou a **segregação racial** nos Estados Unidos. O pensador destaca que esse tipo de preconceito “silencioso” e velado pode ser tão perigoso quanto as políticas segregacionistas oficiais, pois o “não dito” confunde a todos, brasileiros e brasileiras, vítimas e agressores. Não é incomum alguém se indignar quando é orientado a não reproduzir falas racistas, porque a pessoa não se percebe racista e muito menos vê qualquer problema em sua fala. Munanga sugere como estratégia para a superação do racismo no Brasil a admissão da sociedade do próprio caráter racista. Para ele, apenas com o reconhecimento do racismo é que será possível implementar ações efetivas e políticas públicas de conscientização, principalmente por meio da educação.

Assim como Munanga, a filósofa brasileira Djamilia Ribeiro (1980-) se propõe a explicar o mito da democracia racial e, assim, o racismo estrutural, sugerindo formas para contradizê-lo em seu livro *Pequeno manual antirracista* (2019). Os capítulos dessa obra apresentam-se como orientações para a superação do racismo no Brasil e são nomeados da seguinte forma:

Informe-se sobre racismo	Enxergue a negritude
Reconheça os privilégios da branquitude	Perceba o racismo internalizado em você
Apoie políticas educacionais afirmativas	Transforme seu ambiente de trabalho
Leia autores negros	Questione a cultura que você consome
Conheça seus desejos e afetos	Combata a violência racial
SEJAMOS TODOS ANTIRRACISTAS	

Fonte de pesquisa: RIBEIRO, Djamilia. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 136 p.

RACISMO ESTRUTURAL

Como o racismo está presente há séculos no país e fundamenta um conjunto de costumes e práticas que se reproduzem consciente e inconscientemente, ele é considerado estrutural. Até hoje, no Brasil, em decorrência de processos históricos caracterizados pelo racismo contra a população que foi escravizada, a população negra sofre com a desigualdade social e é vítima de violência física e simbólica.

Sueli Carneiro (1950-), importante intelectual e ativista, em seu livro *Dispositivo de racialidade*, publicado em 2023, discute o racismo estrutural como um mecanismo que perpetua a desigualdade racial nas instituições e práticas sociais do Brasil. Ela destaca como o poder racial é reproduzido justamente através da manutenção da população negra em posições desvantajosas.

[...] O racismo, enquanto **pseudociência**, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o **engendrou**. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça.

A sustentação do ideário racista depende de sua capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o Outro. É imprescindível que esse Outro dominado, vencido, expresse em sua condição concreta aquilo que o ideário racista lhe atribui. É preciso que as palavras e as coisas, a forma e o conteúdo, coincidam para que a ideia possa ser naturalizada. A profecia autorrealizadora — que confirma as expectativas negativas em relação aos negros — é imprescindível para a justificação da desigualdade. Nesse sentido, a pobreza a que estão condenados os negros no Brasil é parte da estratégia racista de naturalização da inferioridade social dos grupos dominados — negros ou afrodescendentes e povos indígenas. [...]

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Edusp, 2023. p. 20.

No futebol, prática esportiva de entretenimento e manifestação cultural, inúmeros jogadores são vítimas de racismo, no Brasil e no mundo. Em 2023, o time carioca Vasco da Gama comemorou o centenário da equipe conhecida como Camisas Negras. Em 1923, após ter sido campeão do Campeonato Carioca, o time foi convidado a integrar uma nova liga que se formava no futebol, a Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA). Como condição para integrar a liga, o Vasco deveria descredenciar 12 de seus jogadores, considerados fora do “padrão moral”, em sua maioria, operários e negros. Em carta, reconhecida como Resposta Histórica, o clube se posicionou contrário a essa exigência e desistiu de integrar a AMEA.

Em termos legais, o racismo é crime no Brasil. A Lei n. 7716/1989, criada há mais de trinta anos, estipula os crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor. Há também a injúria racial, especificada no artigo 140 do Código Penal, que se refere à ofensa em decorrência de “elementos referentes à raça, cor, etnia, religião e origem”.

Essas leis são fundamentais para o combate a atos racistas e correlatos. No entanto, elas são apenas um instrumento entre vários que precisam ser colocados em prática para que a diferença racial não se converta em desigualdade.

Embora seja penalizado, o racismo ainda se reproduz nas relações sociais, o que dificulta o acesso das pessoas negras à educação, à renda digna e à segurança. As manifestações culturais e religiosas de origem africana também são alvos frequentes de preconceito e intolerância, o que impossibilita as pessoas de expressar sua identidade cultural.

No Brasil, foram elaboradas algumas políticas públicas que buscam reverter essa desigualdade histórica, como a aprovação das cotas raciais nas universidades e a obrigatoriedade do ensino de história da África nas escolas. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

engendrar: gerar, construir, instituir.

pseudociência: conjunto de ideias e práticas que parecem científicas, mas são baseadas em informações falsas ou métodos enviesados.



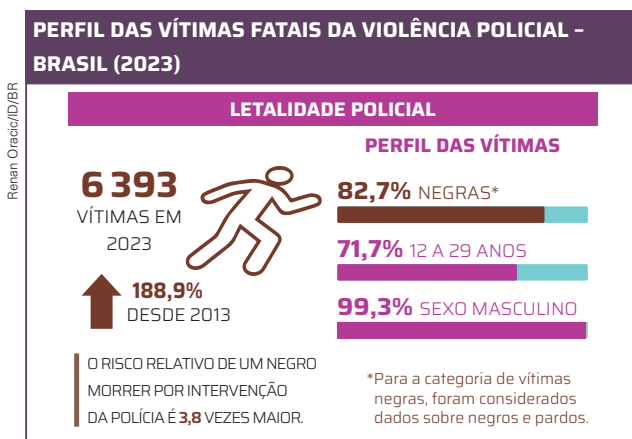
Equipe do Vasco da Gama, conhecida como Camisas Negras, que foi campeã do Campeonato Carioca em 1923.

Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Fotografia: ID/BR

Racismo e violência policial

O Brasil, assim como outros países, sofre com o sério problema da violência policial. Apesar de os dados do *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública* mostrarem queda no número de mortes em ações policiais entre 2021 e 2023, os números continuaram alarmantes, principalmente nos estados do Amapá e da Bahia. Em 2023, o Amapá registrou uma taxa de 23,6 mortes por ação policial a cada 100 mil habitantes, enquanto a média nacional foi de 3,1 mortes por 100 mil. No estado da Bahia, a taxa de mortes por ação policial chegou a 12 mortes por grupo de 100 mil habitantes.

O perfil das vítimas revela um panorama que vem se confirmando ao longo dos anos. Observe o infográfico a seguir.



Fonte de pesquisa: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 30 jul. 2024.

O anuário reitera que o risco relativo de um negro morrer em uma ação policial é 3,8 vezes maior do que o risco de isso acontecer a uma pessoa branca. Esse cenário aponta para um viés racista na abordagem policial.

“Em quatro anos de estudo, um segundo fator nos causa grande perplexidade: mais uma vez, o número de negros mortos pela violência policial representar a imensa maioria e a constância desse número, ano a ano, ressalta a estrutura violenta e racista na atuação desses agentes de segurança nos estados, sem apontar qualquer perspectiva de real mudança de cenário”, diz a cientista social Silvia Ramos, coordenadora da Rede de Observatórios. “É necessário tomar a letalidade de pessoas negras causada por policiais como uma questão política e social. As mortes em ação também trazem prejuízos às próprias corporações que as produzem. [...]”

REDE DE OBSERVATÓRIOS revela que a cada quatro horas uma pessoa negra foi morta pela polícia em 2022. *Rede de Observatórios da Segurança*, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/rede-de-observatorios-revela-que-a-cada-quatro-horas-uma-pessoa-negra-foi-morta-pela-policia-em-2022/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

No índice geral de mortes violentas intencionais, o estado do Amapá apresenta a maior taxa, com 69,9 mortes a cada 100 mil habitantes. A despeito disso, o estado

também apresenta a maior taxa de policiamento, pois o Amapá tem cerca de 4,2 policiais por 1.000 habitantes. Portanto, acreditar que o aumento do contingente policial é a solução para a diminuição da violência é uma falácia, e os dados do Amapá demonstram isso.

A abordagem policial realizada com base em perfis raciais é mais uma evidência do racismo estrutural, uma vez que os agentes policiais não deixam de ser reflexos da formação sócio-histórica do povo brasileiro, que invisibiliza o racismo e naturaliza estereótipos que associam pessoas pobres e negras à criminalidade.

AÇÃO E CIDADANIA

O racismo estrutural na tese de legítima defesa

A organização não governamental Human Rights Watch afirma que o nível de violência policial aumenta devido à impunidade, à demora nos processos e às investigações negligentes. Sobre isso, leia o texto e resolva no caderno as atividades propostas.

A decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro [...], absolvendo sumariamente três policiais civis denunciados pelo assassinato do adolescente João Pedro Matos, envia a mensagem de que as favelas são territórios de exceção onde qualquer morte provocada pela ação da polícia permanecerá impune, afirma a Anistia Internacional.

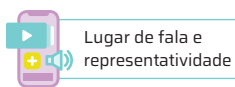
[...] a casa onde João [Pedro Matos Cunha, 14 anos] brincava com amigos foi cercada e fuzilada por agentes, segundo testemunhos de familiares e dos adolescentes que presenciaram o crime. O adolescente foi baleado e em seguida, um dos garotos que testemunhou o crime teria sido coagido por um dos agentes a ajudar a levar o corpo da vítima para um helicóptero da polícia. A família ficou 17h sem notícias de João, até seu corpo ser localizado no IML, no dia seguinte.

[...] A absolvição sumária dos agentes denunciados por “legítima defesa” frente ao assassinato de um adolescente desarmado, que brincava dentro de sua casa, reitera a mensagem perigosa de que, no estado do Rio de Janeiro, a narrativa policial pesa mais do que qualquer outra e que a polícia tem legitimidade para matar em qualquer circunstância.

NOTA PÚBLICA - Caso João Pedro: não existe legítima defesa quando uma criança desarmada é morta dentro de casa por ação da polícia. *Anistia Internacional*, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/caso-joao-pedro-nao-existe-legitima-defesa-quando-uma-crianca-desarmada-e-morta-dentro-de-casa-por-acao-da-policia/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

1. Por que a Anistia Internacional vê com perplexidade a absolvição dos policiais no caso João Pedro?
2. Considerando o perfil das vítimas da letalidade policial no Brasil, por que podemos afirmar que o caso de João Pedro confirma as estatísticas?
3. Qual é a posição da corporação policial sobre o caso? Pesquise sobre isso e se posicione sobre a questão.

A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO



Lugar de fala e representatividade

Para falar da história de resistência dos negros no mundo, seria necessário reconstituir um longo processo, com características específicas dos lugares, das culturas e das formas de dominação. Neste capítulo, no entanto, estamos atentando para a resistência negra no Brasil e, para isso, é importante recompor alguns elementos da memória que nos ajudam a compreender a importância do movimento negro.

Você já ouviu falar em *apartheid*, segregação racial ou quilombo? Embora algum desses termos possa ser mais comum em seu cotidiano que outros, todos têm relação íntima com movimentos negros realizados no Brasil e no mundo. É preciso desconstruir a imagem de passividade dos negros diante dos processos de dominação e subjugação que enfrentaram ao longo da história. A violência contra povos africanos e seus descendentes vem sendo perpetrada de muitas formas: pela escravidão, pelos regimes oficiais de segregação e pelos diferentes mecanismos que reproduzem as desigualdades raciais. Em oposição a todas essas formas de violência, há concomitantemente ações de resistência e de enfrentamento, que unem pessoas com os mesmos traços identitários em torno do que chamamos de **movimento negro**.

No Brasil, destacamos a primeira articulação dos negros como a formação dos quilombos. Constituídos por agrupamento de escravizados fugidos, ex-escravizados, indígenas e portugueses em situação de extrema pobreza, os quilombos são documentados como formas de resistir à exploração física e à dominação econômica.

Posteriormente, na virada do século XIX para o XX, foram organizadas associações, sociedades beneficentes e recreativas, bem como grêmios e clubes negros que tinham o objetivo de criar espaços de sociabilidade, auxílio mútuo, recreação, instrução e lazer para atender à população negra, que não encontrava espaço nas formas associativas que já existiam.

Apenas alguns anos após a abolição, observamos a multiplicação de jornais da imprensa negra, ainda que alguns tenham durado pouco tempo. Essas publicações tinham, inicialmente, o intuito de tratar de assuntos relacionados à vida social da população negra; depois, tomaram espaço nesses periódicos as denúncias de restrições e de falta de oportunidades que evidenciavam o preconceito racial. Destacamos alguns exemplos:

- *A Alvorada*, publicado entre 1907 e 1965 (com interrupções), no Rio Grande do Sul, considerado o porta-voz da Frente Negra Pelotense.
- *Voz da Raça*, publicado entre 1933 e 1937, em São Paulo, pela Frente Negra Brasileira (1931-1937), principal organização negra da época. Era considerado um jornal mais combativo.
- *Quilombo*, publicado entre 1948 e 1950, foi um jornal liderado pelo ativista, político e criador do movimento cultural do Teatro Experimental do Negro (TEN), Abdias Nascimento, cujo objetivo era reforçar a importância da luta antirracista.

Nas décadas de 1960 e 1970, devido à ditadura que assolava o país, os integrantes do movimento negro atuaram na clandestinidade; como outros movimentos sociais, formaram, em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU). Desde então, o movimento negro vem estimulando discursos antirracistas, combatendo o mito de democracia racial e questionando a exclusão social dos negros após 1888. Entretanto, foi somente na década de 1990 que estabeleceram uma série de diretrizes para reivindicar ações de reparação histórica.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Fac-símile: ID/BR



O *Clarim da Alvorada*, publicado mensalmente entre 1924 e 1932 (em 1940 houve única edição), em São Paulo, denunciava a marginalização do povo negro. Na imagem, edição 00013, de 3 de fevereiro de 1929.



Januário Garcia/Acervo do Instituto Moreira Salles

Januário Garcia (1941-2021) ficou conhecido por registrar memórias da população negra no Brasil e por afirmar que existe uma história do negro sem o Brasil, mas não uma história do Brasil sem o negro. Em 1983, o fotógrafo registrou a Marcha "Zumbi está vivo", no município do Rio de Janeiro (RJ).

As conquistas do movimento negro

A maioria dos países da América Latina foram colonizados pela Espanha, mas viviam sob o mesmo sistema exploratório que os portugueses implementaram no Brasil; logo, observou-se nesses territórios a opressão dos povos originários e daqueles sequestrados da África como força de trabalho. Por isso, independentemente das particularidades, os movimentos negros nos países latino-americanos formaram uma rede transnacional. De acordo com a antropóloga argentina Laura Cecilia López, os pertencentes a essa rede compartilhavam a mesma ideia: reparação. A intenção era responsabilizar a humanidade pelo crime da escravidão e propor um novo pacto social, que reconhecesse os males do passado e os efeitos do racismo até a atualidade.

A partir disso, a luta contra o racismo e contra a desigualdade social provocada pela exploração de sucessivas gerações de negros continuou. Embora ainda esteja em curso, essa luta do movimento negro já trouxe algumas transformações, entre as quais se destacam as listadas a seguir.

- Participação na Assembleia Constituinte discutindo os pontos da Constituição.
- Inauguração da Fundação Instituto Palmares em 1988, no Centenário da Abolição, cuja missão é promover políticas públicas voltadas para a população negra, visando à preservação e à promoção de seus valores sociais, econômicos e culturais.
- Lei n. 7716 de 1989, que define como crime aqueles resultantes de preconceito de raça ou de cor. Foi inserida na área de direito criminal, corroborando o artigo 4 da Constituição.
- Lei n. 9315 de 1996, que inscreveu o nome de Zumbi dos Palmares no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, como símbolo de resistência.
- Decreto n. 4887 de 2003, que regulamenta os procedimentos para a demarcação de terras quilombolas.
- Lei n. 10639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo da Educação Básica. Essa conquista é considerada uma das mais importantes, pois a educação é um caminho potente para transformações sociais, principalmente em longo prazo.
- Lei n. 12711 de 2012, conhecida como Lei de Cotas, que estabelece vagas exclusivas para negros e indígenas nas universidades e nas instituições federais.
- Lei n. 12990 de 2014, que estabelece a garantia de 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos negros.
- Lei n. 14759 de 2023, que declarou o dia 20 de novembro como feriado nacional e Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

As conquistas do movimento negro no Brasil foram inúmeras, mas, como Martin Luther King reiterava, a liberdade não é dada pelo opressor, sua conquista depende da ação do oprimido. Dessa forma, as conquistas do movimento negro representam as resistências contra um histórico de opressão e exploração.

A intensa luta contra o racismo e a desigualdade social provocada pela exploração recorrente de gerações de pessoas negras é uma questão complexa, especialmente diante do racismo estrutural e do mito da democracia racial, mecanismos que tornam invisíveis as formas cotidianas de exclusão e de desigualdade racial.

No horizonte de reivindicações do movimento negro, há inúmeras pautas, algumas mais consensuais, como: paralisação imediata da violência policial, eliminação total das estruturas exploratórias e que mantêm o abismo social, amplo acesso à educação e ao Ensino Superior, edificação da memória e da cultura negra, valorização de personagens históricas importantes para a recomposição da história dos negros no país e, por fim, efetivação da igualdade social tal como enfatiza a Constituição de 1988.

Ato solene em homenagem aos 45 anos do Movimento Negro Unificado, realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 2023.



Rodrigo Romeu/AleSp

1 Leia os textos a seguir e, depois, realize no caderno as atividades propostas.

Texto 1

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa grande e a mata tropical; entre a casa grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rara e insignificante lambujem de gente livre sanduíchada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 233.

Texto 2

Tem pautas que acho que o movimento social conseguiu avançar, mas vivemos uma situação temerosa. Ninguém é ingênuo para não perceber que o temor está aí. Mas, que a História brasileira, que a nação brasileira ainda deve muito para os africanos e seus descendentes no Brasil, deve muito. Sem pensar na questão indígena, que a gente não pode deixar de lado. Esses 130 anos de abolição, para mim, são 130 anos de reivindicação. Nada que a nação brasileira oferecer aos povos que ela colonizou, nessa colonização interna, é presente. As ações afirmativas, as cotas, são 10% do que a nação nos deve. É brincadeira. Para mim, essa reivindicação tem que ser sempre propositiva. Falar sobre preconceito racial no Brasil é derrubar o mito de democracia racial. Qualquer brasileiro, negro ou branco, precisa ser muito ingênuo ou muito cínico para dizer que temos relações raciais sem nenhum problema. Essa denúncia já está feita. Mais do que nunca, o momento agora é de cobrança, de ver se essas ações estão sendo implementadas ou não. Elas têm que acontecer, não só no campo da educação, mas da saúde pública, das representações televisivas. O momento é cobrar a efetivação do que a gente propôs.

EVARISTO, Conceição. Falar sobre preconceito no Brasil é derrubar o mito de democracia racial. [Entrevista concedida à] Fernanda Canofre. *Brasil de Fato*, São Paulo, 3 maio 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/03/falar-sobre-preconceito-no-brasil-e-derrubar-o-mito-de-democracia-racial/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

- Com base no texto 1 e nos seus conhecimentos a respeito da obra de Gilberto Freyre, responda: No que se baseia o conceito de democracia racial desse autor?
- Qual é o principal problema da teoria de Gilberto Freyre sobre a democracia racial?
- Com base nos textos e nos dados que você conheceu ao longo do capítulo, é possível declarar que a democracia racial é um mito no Brasil? Explique seu ponto de vista.

- Considerando as conquistas do movimento negro e as ações afirmativas propostas pelo Estado, como você avalia a eficácia das estratégias adotadas até agora para minimizar ou aniquilar a desigualdade racial no Brasil? Utilize, em sua resposta, exemplos que ilustrem sua posição.

2 (Enem)

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transformam preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?

JESUS, C. M. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

O texto, que guarda a grafia original da autora, expõe uma característica da sociedade brasileira, que é o(a):

- Racismo estrutural.
- Desemprego latente.
- Concentração de renda.
- Exclusão informacional.
- Precariedade da educação.

3 Retome as informações apresentadas ao longo do capítulo e realize as atividades propostas no caderno.

- Identifique e reproduza dados estatísticos que revelam a persistência do racismo estrutural no Brasil.
- Segundo uma perspectiva crítica, o que seria uma abordagem policial com viés racial? O que poderia ser feito para evitar esse tipo de abordagem?
- Por que há uma distinção entre racismo e racismo estrutural? O que define cada um dos conceitos e por que é necessário diferenciá-los?

4 (Unicamp)

A negação da plena humanidade do Outro, o seu enclausuramento em categorias que lhe são estranhas, a afirmação de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a destituição da sua capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade. A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Zahar, p. 91, 2023.

Escolha a alternativa que apresenta crítica semelhante à de Sueli Carneiro.

- a) “Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas [branca e negra], que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto às diferenças de cores.” (E. Kant. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Campinas: Papyrus, p. 75- 76, 1993.)
- b) “É na brutalidade e na selvageria que vemos o homem africano, na medida em que o podemos observar; e assim permanece hoje.” (Hegel. *A razão na história*. Lisboa: Edições 70, p. 218.)
- c) “A nossa solução foi medíocre. Estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu as suas admiráveis qualidades físicas de selvagem, e o branco sofreu a inevitável piora de caráter, consequente a todos os cruzamentos entre raças díspares”. (Personagem Miss Jane, do livro *O Presidente Negro*, de Monteiro Lobato. São Paulo: Editora Lafonte, p. 82, 2019.)
- d) “Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito.” (Lélia Gonzales. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”. In: RIOS, F.; LIMA, M. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, p. 43, 2020.)

5 (Uece)

Os conceitos de “raça” e de “etnia” são marcadores de diferenças dos diversos grupos e coletividades humanas. A “raça”, em dado momento histórico, possuía uma base biológica e serviu para discriminar a humanidade em “raças superiores” e “inferiores”. Todavia, essa concepção biológica e preconceituosa de “raça” foi contestada e provada defasada e, atualmente, tal conceito é usado em um sentido social e político. Já o conceito de “etnia” conjuga critérios socioculturais como hábitos e crenças e semelhanças fenotípicas e orgânicas que servem, em conjunto, para identificar e diferenciar certos grupos humanos como as tribos indígenas americanas e africanas.

Partindo desta compreensão sobre os conceitos de raça e etnia, assinale com V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma a seguir:

- Os movimentos pelos direitos dos negros nas sociedades democráticas usam o conceito de raça esvaziado do conteúdo biológico discriminatório.
- A etnia delimita um conjunto de indivíduos que têm uma língua em comum, uma mesma cultura e possuem similares características físicas.
- Os países africanos como Congo, Angola e Nigéria são nações étnicas enquanto países americanos como o Brasil e os EUA são nações sem etnias.

- A concepção de raça em seu conteúdo biológico e discriminatório da humanidade não tem relação com o surgimento do racismo no mundo.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V, F, F, V.
- b) F, V, V, F.
- c) V, V, F, F.
- d) F, F, V, V.

6 (Unisc)

Em 25 de maio de 2020, George Floyd, cidadão americano, negro, foi brutalmente asfixiado até a morte pelo policial Derek Chauvin, não sem antes implorar para que isso não acontecesse. A ação, toda filmada e que imediatamente foi catapultada pelas redes sociais, levantou uma enorme onda de protestos por todo o mundo, com manifestações pacíficas ou violentas que duraram semanas. Infelizmente a morte de negros já controlados em mãos das polícias no mundo não é uma eventualidade e é uma das mais tristes faces do racismo estrutural que permeia grande parte da sociedade moderna. A onda de protestos desencadeada a partir do evento deu visibilidade mais uma vez a uma mobilização que no caso americano já é reconhecida desde 2013 mas que ganha adeptos por todo mundo, indiferente de cor da pele, religião e nacionalidade.

Este movimento, que enfrenta ações de racismo em especial às populações negras, é conhecido como

- a) Vidas Negras Importam.
- b) Luta pelos Direitos Civis.
- c) Movimento Zumbi dos Palmares.
- d) Movimento Negro Unificado.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

7 (Enem)

Entre as muitas batalhas, destaca-se aquela voltada para a dessegregação dos ônibus de Montgomery, Alabama. O estopim foi a prisão da costureira Rosa Parks, que se recusou a ceder seu assento a um homem branco. O boicote aos ônibus teve início em dezembro de 1955. A população negra preferia andar quilômetros a pé, todos os dias, a sofrer as humilhações de um transporte segregado.

Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br>. Acesso em: 30 mar. 2015 (adaptado).

O tema do texto refere-se a um movimento social que, na longa duração da história norte-americana, exigia a

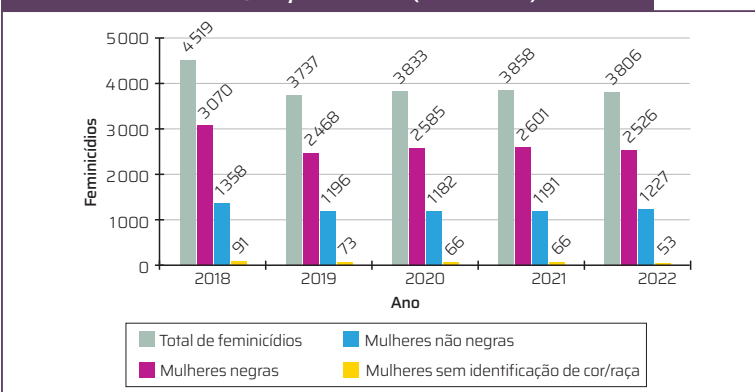
- a) concretização de princípios socialistas.
- b) abolição do trabalho compulsório.
- c) proteção da militância política.
- d) legitimação do voto feminino.
- e) extensão de direitos civis.

NÓS EXISTIMOS: LUTA DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINO-CARIBENHA

Ao longo deste capítulo, pudemos entender, do ponto de vista histórico e social, o processo de construção da desigualdade racial internacionalmente, mas principalmente no Brasil. Para finalizar essa sequência de aprendizado, falaremos um pouco da desigualdade entre as mulheres a partir do enfoque racial, de modo a tornar a reflexão um pouco mais complexa.

De acordo com o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2022, a vitimização de pessoas negras – soma de pretos e pardos – em registros de homicídios correspondeu a 76,5% do total de homicídios registrados no país. Em relação apenas às mulheres, 67% delas são negras. Observe o gráfico com o detalhamento dos dados relativos aos feminicídios ocorridos no período de 2018-2022.

FEMINICÍDIOS POR COR/RAÇA - BRASIL (2018-2022)



Fonte de pesquisa: IPEA. Atlas da violência. v. 27. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 30 set. 2024.

Como podemos observar no gráfico “Feminicídios por cor/raça - Brasil (2018-2022)”, a diferença, em números absolutos, entre homicídios de mulheres negras e não negras ainda é gritante; apesar disso, os dados gerais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram decréscimo de mortes da população negra, o qual se deve a vários fatores, como acesso à Educação Superior, com melhora no perfil de qualificação profissional; incentivo à participação de mulheres na política; leis e ações de conscientização sobre violência e desigualdade de gênero.

Essas mudanças aparecem atreladas à luta das mulheres, principalmente as negras e indígenas, fruto da história dos movimentos sociais que resistem às formas e aos mecanismos de reprodução da estrutura desigual de poder. Para uma análise sociológica dessa questão, é necessário um exame de superposição de camadas: **raça, gênero, classe, deficiência, orientação sexual**. Em Ciências Sociais, a análise dessa **interseccionalidade** baseia-se no que se convencionou chamar de **marcadores sociais da diferença**.

Além da discriminação ou desigualdade associada ao gênero, as mulheres afro-americanas e ameríndias enfrentam desigualdades decorrentes de outros marcadores sociais, como raça e classe social. A socióloga estadunidense Patricia Hill Collins (1948-) analisa como a interseccionalidade entre raça, classe e gênero influencia a experiência individual e a posição social, ressaltando a importância das vozes e experiências das mulheres negras. Collins explica como diferentes formas de opressão na sociedade se interligam, formando um grande sistema de poder, que cria experiências únicas de abuso e de privilégio.

Com foco na realidade brasileira, Lélia González (1935-1994), apresentada na seção *Estúdio do pensamento social*, nos ajuda a compreender essa interseccionalidade. Vejamos os trechos a seguir.

No meio do movimento das mulheres brancas, eu sou a criadora de caso, porque elas não conseguiram me cooptar. [...] a experiência mais positiva que eu tive foi num encontro na Bolívia promovido pela MUDAR (Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo), uma entidade internacional que foi criada um pouco antes do encerramento da década da mulher em 1985. Foi ali, pela primeira vez, que eu encontrei

um tipo de eco, uma maturidade por parte do movimento, no sentido de parar e refletir sobre as questões que a gente coloca enquanto mulher negra, a dimensão racial que está presente em tudo e você não pode fingir que ela não existe. [...] Uma história que rolou e gera uma grande luta interna com o homem negro, uma questão muito séria dentro do Movimento Negro, um ressentimento muito grande das

mulheres diz respeito à sexualidade, porque muitos homens negros preferem as mulheres brancas.

[...] Não é só a gente se olhar enquanto mulher negra, mas nos vemos na relação com o homem negro, e ele com a gente. Porque tem que ser uma coisa dinâmica, sobretudo porque fazemos parte de uma comunidade que é discriminada pela dimensão racial. E me parece que as respostas de parte a parte, até o momento, não são satisfatórias. De um lado nós temos uma postura muito machista de parte do homem

negro, e eu vejo que a sua procura da mulher branca passa por aí. Pela nossa experiência histórica, juntos (homem negro/mulher negra), a gente se conhece muito bem, há toda uma cumplicidade no que diz respeito ao enfrentamento de uma série de questões.

GONZÁLEZ, Lélia. Entrevista ao Coletivo de Mulheres Negras do Umbigo para o Mundo. *Arte & Ensaios*, n. 38, p. 219-220, jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/27923/15207>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. E é justamente por essa razão que buscamos o MM [movimento de mulheres], a teoria e a prática feministas, acreditando aí encontrar uma solidariedade tão importante como a racial: a irmandade. Mas o que efetivamente encontramos são as práticas de exclusão e dominação racista [...]. Somos invisíveis [...] somos descoloridas ou desracializadas, e colocadas na categoria popular (os poucos textos que incluem a dimensão racial só confirmam a regra geral). [...]

Pelo exposto, não é difícil compreender que nossa alternativa, em termos de movimento de mulheres, foi nos organizarmos como grupos étnicos. E, na medida em que lutamos em duas frentes, estamos contribuindo para o avanço tanto dos movimentos étnicos e do movimento de mulheres (vice-versa, evidentemente).

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n. 1, p. 18, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375002/mod_resource/content/0/caderno-de-forma%C3%A7%C3%A3o-do-CP_1.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

Esses incômodos retratados por Lélia González eram compartilhados por muitas outras mulheres não brancas no Brasil e na América Latina. Na década de 1970, em um momento de grande agitação do movimento negro brasileiro, participantes negras já falavam sobre essa interseccionalidade entre gênero e raça, pois elas sentiam que as questões sobre sexismo eram ignoradas. Em decorrência de serem excluídas dos debates sobre problemáticas específicas de mulheres no movimento negro e dos debates sobre racialidade entre as feministas, ganhou força a criação de coletivos de mulheres negras. Entre elas, destacamos o papel da própria Lélia González, além de personalidades como Cida Bento (1952-), Nilza Iraci (1950-) e Sueli Carneiro (1950-). Essas ativistas deram destaque às questões que afligem a população negra, em específico as mulheres negras, principalmente em relação às representações de seus corpos, como objetificação e fetichização sexual, ou no que se refere à inserção no mundo do trabalho, geralmente em funções subalternas e com predominância no trabalho doméstico, como formas de reprodução dos elementos históricos do sistema patriarcal e da escravidão, na ótica da função de escravizada.

A falta de debates sobre a interseccionalidade não se trata de um problema exclusivamente estadunidense ou brasileiro. No âmbito geral da América Latina, essa reflexão motivou a criação da Fundação de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora (Rede Afro), cujo objetivo é dar visibilidade a lutas e resistências e definir estratégias para o combate ao racismo na perspectiva de gênero. O primeiro encontro da rede aconteceu no dia 25 de julho de 1992, na República Dominicana, com a participação de 32 países. Depois de mais de 30 anos desse encontro, vemos o aumento de movimentações de coletivos de mulheres não brancas ampliando o debate sobre equidade e buscando atuações em espaços sociais, políticos, econômicos e culturais.

- 1** Por que o dia 25 de julho é considerado o Dia Internacional da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha? E qual é a importância dessa data?
- 2** Por que as mulheres não brancas buscaram se organizar separadamente do movimento feminista e do movimento negro?
- 3** Em sua opinião, o que caracteriza o sistema de poder que cria experiências únicas de abuso e de privilégio, tal como proposto por Patricia Hill Collins?



Patricia Hill Collins.
Foto de 2023.



Maria Aparecida da Silva Bento (Cida Bento).
Foto de 2024.



Sueli Carneiro.
Foto de 2023.



Lélia González.
Foto de 1985.

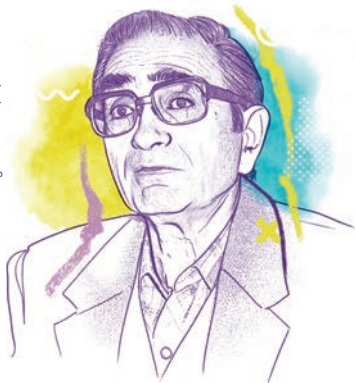


Nilza Iraci.
Foto de 1995.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

FLORESTAN FERNANDES

David Augusto Studio/D/BR



Neste capítulo, concentramos o estudo na desigualdade racial presente no Brasil, marcada estruturalmente pela escravidão, como um fenômeno histórico que ainda ressoa na contemporaneidade. Mesmo depois de quase 150 anos da abolição formal da escravatura, poderíamos nos perguntar como a desigualdade racial segue nos organizando como povo. Florestan Fernandes (1920-1995), cientista social brasileiro, teve sua obra dedicada à compreensão da sociedade brasileira a partir da perspectiva de classe e de raça. Ao analisar como o capitalismo brasileiro comporta alta taxa de pobreza e exclusão, Florestan nos ajuda a refletir sobre os mecanismos que perpetuam traços da subordinação do povo negro até os dias de hoje.

PERFIL

Florestan Fernandes nasceu na cidade de São Paulo (SP) em 1920. Graduiu-se na década de 1940 em Ciências Sociais, na recém-fundada Universidade de São Paulo (USP); tornou-se mestre em 1947 e doutor em 1951, com pesquisas que analisavam a sociedade Tupinambá. Atuou como docente na USP até 1969, quando foi compulsoriamente aposentado pelo governo da ditadura militar. Nesse período, lecionou nos Estados Unidos e no Canadá. Voltou ao Brasil no final da década de 1970, quando deu continuidade à atividade docente e de pesquisa, em paralelo com a carreira política, sendo então eleito deputado federal por dois mandatos. Seus trabalhos o consolidaram como um dos maiores intelectuais brasileiros e referência sobre a questão de classe e racial no Brasil para seus orientandos e para os estudiosos da área.

OBRAS-CHAVE

- *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (1975)
- *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973)
- *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968)
- *A integração do negro na sociedade de classes* (1965)
- *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959)
- *Organização social dos Tupinambá* (1949)

EM LEITURA

Mesmo tendo iniciado sua trajetória como cientista social, com estudos etnográficos com os Tupinambá e com elementos do folclore na cidade de São Paulo, os quais nos permitiriam classificá-lo como antropólogo, Florestan Fernandes multiplicou sua experiência e produziu trabalhos significativos na Sociologia pesquisando a revolução burguesa no Brasil e o desenvolvimento e dependência na América Latina. Entre esses trabalhos, a sua tese de livre-docência *A integração do negro na sociedade de classes*, publicada em 1965 como livro, nos ajuda a compreender o tema da desigualdade racial, pois relaciona a questão racial com a questão de classe no contexto brasileiro.

O estudioso analisa a condição da população negra a partir de sua origem degradante, tanto em termos social como culturais e morais. Segundo o pensador, mesmo nos anos que se seguiram à abolição, não havia condições para adaptação

do negro à sociedade do trabalho livre. Os centros urbanos que se formaram no início do século XX, tendo São Paulo como principal exemplo, tinham uma mentalidade mercantil, com aspiração burguesa, inspirada na figura do imigrante europeu. Em outras palavras, era um mundo branco que contava com códigos culturais e relações sociais próprias. O negro não teve tempo nem condições para se adaptar a essa nova situação. O Estado o ignorou e negligenciou esse fato, deixando o negro sem lugar.

O processo, no conjunto, foi realmente revolucionário: consagrou a Abolição do cativo e a instituição universal da ordem contratual na sociedade brasileira. Contudo, deixou-se ao curso natural das relações humanas a determinação do que isso poderia significar, em situações concretas, como democratização efetiva dos direitos e deveres fundamentais dos indivíduos, garantidos juridicamente. Se isso foi prejudicial aos trabalhadores brancos, estrangeiros ou nacionais, e se corrompeu pela base os próprios fundamentos jurídicos e morais da ordem contratual (a eficácia do contrato continuou a depender amplamente, na prática do status e do poder relativo das partes), para o “negro” as consequências foram piores. Sem as garantias de reparações materiais e morais escrupulosas, justas e eficazes, a Abolição equivalia – nas zonas de vitalidade da lavoura cafeeira – a condená-lo à eliminação no mercado competitivo de trabalho ou, no mínimo, ao aviltamento de sua condição, como agente potencial de trabalho livre. Longe de equipará-lo ao trabalhador assalariado branco, estrangeiro ou nacional, expunha-o fatalmente, de modo previsível e insanável, ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social.

[...]

O êxito evidente e reconhecível, o conforto e o respeito, dificilmente poderiam ser logrados por outras vias que não passassem pela área do vício ou do crime. Além do sacrifício apagado e estéril dos que se destruíam para conseguir sobreviver, só o vício e o crime ofereciam saídas realmente brilhantes ou sedutoras de carreira rápida, compensadoras e satisfatórias. Por isso, ambas foram trilhadas com alguma sofreguidão pelos jovens, embora numa proporção bem menor do que supunham os brancos. Mas ainda sim numa escala que evidencia, sem subterfúgio, que ali se achavam as melhores perspectivas de carreira com que contavam os talentos jovens do “meio negro”. Ou seja, em outras palavras, nesse meio a diferenciação do comportamento ou da personalidade em direções desaprovadas socialmente constituía um fenômeno “normal”.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 58-59; 172.

A integração do negro na sociedade de classe se dá, portanto, pelo choque entre a estrutura de um mundo urbano nascente e a condição do negro recém-egresso do cativo. Segundo Fernandes, esse desajuste estrutural ressoou na conformação da condição do negro na ordem social competitiva, marcada por desengano, sofrimento, humilhação, desajuste, ilusão, ausência de suporte e pobreza.

Segundo o Censo 2022, realizado pelo IBGE, a população branca no Brasil recebe, em média, R\$ 20,00 por hora, enquanto a de pretos e pardos recebe apenas R\$ 12,40 por hora. Na foto, de 2023, mulher observa moradias de palafita em Manaus (AM) – habitações ocupadas pela população com renda menor.



Ricardo Oliveira/Pulsar | Imagens

PARA CONCLUIR

- 1 Considerando os excertos da obra de Florestan Fernandes acima, como você descreveria a integração do negro na sociedade de classes após o fim da escravidão?
- 2 Florestan Fernandes afirmou que o vício e o crime eram os caminhos mais comuns para os negros chegarem a lugares de êxito, conforto e respeito. Em sua opinião, o que o autor quis dizer com isso? Qual era a importância do *status* e do poder nessa sociedade e como isso impactava a integração do negro?
- 3 Considerando os dados de 2022 que comparam o rendimento por hora de brancos e pardos ou negros, você concordaria que a tese de Florestan Fernandes sobre a não efetiva integração do negro ainda é válida? Explique.

JUSTIÇA SOCIAL

1. Observe a fotografia a seguir e identifique a mensagem que os elementos visuais presentes nela nos transmitem. O que você sente ao analisar a imagem?
2. Em sua opinião, como a luta das mulheres e de diversos grupos excluídos socialmente contribui para a justiça social?
3. O que você entende por justiça? Qual é o papel das leis no estabelecimento de uma sociedade justa?

Mulheres lutando por direitos iguais e justiça social. Marcha realizada no Dia Internacional da Mulher, em Salvador (BA). Foto de 2023.



Vimos que a ética se dedica ao estudo dos valores e das normas presentes nos mais diversos contextos sociais e, por isso, pode contribuir para a compreensão das tensões e das interações nos planos individual e coletivo. Também estudamos o papel dos direitos na aplicabilidade desses valores e normas.

Neste capítulo, aprofundaremos a análise sobre o que é justiça, discutindo-a com base em diferentes concepções filosóficas e sociológicas e refletindo sobre alguns instrumentos que buscam combater as desigualdades.

Além disso, analisaremos teorias clássicas e contemporâneas que abordam a justiça de formas diversas, problematizando como essas teorias influenciam políticas públicas e sistemas legais. Compreenderemos também a importância dos movimentos sociais e das organizações não governamentais na promoção da justiça, enfatizando o papel da cidadania ativa na luta por uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

AS DIVERSAS CONCEPÇÕES DE JUSTIÇA

As regras e as leis não são dadas naturalmente. Pelo contrário, elas estão entre as diversas produções culturais dos seres humanos. Existem regras informais e implícitas e regras formalizadas, escritas e que vigoram por determinado tempo e em determinados espaços.

Hamurabi, antigo rei da Babilônia, região onde hoje se situa o Iraque, é apontado como o responsável pelo primeiro código de leis de que se tem registro escrito em todo o mundo – ao que tudo indica, em torno de 1700 a.C. – e que estabelecia uma lista de ações consideradas indesejadas. Valia, na época e naquela região, o princípio “olho por olho, dente por dente”, o qual implicava que, a cada infração, haveria uma pena proporcional e correspondente, de acordo com a gravidade do ato. Contudo, o Código de Hamurabi, como ficou conhecido, extrapolava a noção de instrumento de regulação de conflitos, funcionando também como uma maneira de o governante homogeneizar os costumes da população presente em seu território.

Mas o que teria dado autoridade a Hamurabi para compor aquelas leis e em que ele teria se baseado para criá-las? Como soberano do Império babilônico, ele detinha o poder de fazer as leis e justificou a criação do código com o intuito de que os fortes não prejudicassem os mais fracos.

Muito tempo se passou desde então, mas há um elemento comum entre o Código de Hamurabi e o modo como, até os dias atuais, muitas sociedades elaboram suas leis: fundamentando-as em alguma concepção de **justiça**. O justo, nesse sentido, pode ser genericamente definido como algo em consonância com a equidade e a razão, correspondendo, assim, ao que cabe a cada indivíduo por direito, dever ou merecimento. Nesse sentido, as leis escritas contam tanto quanto as não escritas para compor a ideia de justiça.

Nas Ciências Humanas, no entanto, os termos precisam ir além das definições do senso comum. Por isso, será apresentado a seguir como alguns pensadores refletiram sobre a justiça. Brevemente, serão abordadas as concepções de justiça de Aristóteles, Thomas Hobbes e Immanuel Kant, de modo a compreender um pouco mais alguns aportes importantes da Filosofia antiga e da Filosofia moderna.

Também será apresentado como se forjou o conceito de **justiça social**, já no século XX, sua relação com os conceitos de representatividade política e de inclusão e com os diversos movimentos sociais.

Detalhe de obra exposta no Museu do Louvre, em Paris, França, com as inscrições do Código de Hamurabi (parte inferior). Na parte superior da imagem, o deus Shamash dita suas leis a Hamurabi, o rei da Babilônia. Essa peça, feita em rocha, tem 2,25 metros de altura e foi encontrada em Susã, no atual Irã, por volta de 1750 a.C.



A concepção de Aristóteles

Mentor na juventude de Alexandre, o Grande (356 a.C.-323 a.C.), que posteriormente se tornaria imperador de um dos maiores impérios já constituídos, Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) era contemporâneo das campanhas militares gregas que subordinavam povos em várias regiões. Em relação a isso, alertava sobre as diferenças de concepções e de valores entre indivíduos, tendo contribuído enormemente para a articulação entre os conceitos de equidade e de justiça.

O filósofo entendia que essas diferenças deveriam ser preservadas para garantir a convivência em sociedade. Com base na qualidade racional do ser humano, Aristóteles deduzia sua capacidade de ser justo, de perceber injustiças e de agir para superá-las. De todo modo, algo além da noção individual de justiça deveria existir para que esta imperasse nas relações: a mediação do Estado, que teria a função de aplicar a justiça.

A interação entre indivíduo e sociedade estaria presente nesta operação: as leis seriam estipuladas socialmente, mas, por serem realizações humanas e tenderem à universalidade, estavam suscetíveis a erros. Por isso, os juízes deveriam avaliar se a aplicação da lei geral seria justa nos casos específicos. Se ela precisasse de alguma adaptação, esta seria realizada de acordo com o princípio da equidade, ou seja, os ajustes seriam feitos para que cada caso concreto fosse avaliado de maneira a tratar o sujeito em questão como os demais, mas reconhecendo as especificidades envolvidas.

A concepção de Hobbes

O inglês Thomas Hobbes (1588-1679) é considerado o fundador da teoria contratualista. De acordo com ele, os seres humanos seriam naturalmente maus e agiriam de modo egoísta para sobreviver. O Estado surgiria, assim, como uma estrutura que monopolizaria o uso legítimo da força, retirando poderes dos indivíduos para lhes assegurar a paz. Desse modo, o Estado era visto como resultado de um contrato, um pacto estabelecido entre os indivíduos.

Para Hobbes, a igualdade dos seres humanos seria justamente o motivo pelo qual eles poderiam se ferir ou se prejudicar, e algo que estivesse acima dessa igualdade regularia essa possibilidade danosa.

Contemporâneo dos Estados absolutistas, Hobbes elaborou uma teoria muito eficaz para justificar a centralização de poderes pelos reis ou pelos ditadores. A justiça, para o filósofo, só seria possível depois da constituição do Estado, e seus critérios seriam estabelecidos com base no julgamento do soberano.



Rei Luís XIV, conhecido como "Rei Sol", um dos mais representativos monarcas absolutistas, dizia que o Estado era ele. Obra de 1668, atribuída a Nicolas Mignard, da Escola Francesa de Artes, exposta no Museu de Belas Artes de Angers, França. Óleo sobre tela.

INTERAÇÃO

1. Qual é a diferença entre justiça como conceito e justiça como instituição estatal? Como elas se relacionam?
2. Aristóteles viveu sob o regime da democracia ateniense e Hobbes sob o absolutismo inglês. Você acredita que a forma de governo de um Estado influencia a implementação de medidas justas? Justifique sua resposta.

A concepção de Kant

O alemão Immanuel Kant (1724-1804) inovou ao estabelecer uma teoria que relacionava a justiça predominantemente à liberdade. O filósofo reconhecia os elementos passionais nos seres humanos, mas acreditava que os elementos racionais poderiam e deveriam predominar. Considerava ainda que liberdade não era a possibilidade de fazer o que se quer, mas o contrário disso.

Para Kant, os seres humanos oscilariam entre o “reino da necessidade” e o “reino da liberdade”. O “reino da necessidade” seria o estado no qual as pessoas obedeceriam a impulsos e desejos individuais, e não à razão. Já o “reino da liberdade” seria o estado no qual os indivíduos agiriam autonomamente, de acordo com regras estabelecidas por eles próprios, e não pelo exterior. A capacidade de desenvolver uma ação autônoma e racional seria o que conferiria dignidade aos seres humanos. Ainda segundo Kant, de acordo com o que ele chamou de **princípio da razão prática**, as pessoas agiriam moralmente – ou seja, agiriam de modo justo, em consonância com o que socialmente se considerasse correto – porque compartilhariam algo universal: a faculdade da razão.

Quando as pessoas estão em condições de usar a razão, elas reconhecem sua dignidade e a dignidade do próximo, por ambos compartilharem essa faculdade de estabelecer as próprias regras em vez de serem instrumentos de regras alheias. Nesse sentido, o Estado agiria para garantir o exercício da liberdade dos indivíduos, e não para tolhê-la. Leia a seguir o trecho de um texto do filósofo brasileiro Carlos Joaquim Salgado (1939-) sobre a teoria de Kant.

Justa é somente a ação sob cuja máxima a liberdade de arbitrio de cada um pode coexistir com a liberdade de todos. A liberdade é a condição de toda vida moral e, portanto, também do direito. Nenhum direito e nenhum dever tem sua origem noutra coisa senão na liberdade. [...] Agir justamente é agir em consideração à liberdade do outro, segundo um princípio de igual limitação do arbitrio de cada um, como garantia de igual liberdade para todos.

SALGADO, Carlos Joaquim. *A ideia de justiça em Kant*. Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 253.

Investigar como cada autor pensou determinados temas é importante porque, por meio dessa análise, é possível entender como cada contexto histórico influenciava o modo como eles elaboravam suas teorias. Além disso, permite aos indivíduos pensar nos problemas contemporâneos à luz dessas contribuições, que se quem contendo elementos úteis para o presente.

AÇÃO E CIDADANIA

Justiça e conquista de direitos

Em diferentes contextos históricos, é possível perceber como as pressões sociais foram fundamentais para que os direitos fossem reconhecidos e ampliados, viabilizando um contexto mais propício para a justiça. No Brasil, o direito à liberdade religiosa, por exemplo, tornou-se lei após diversos conflitos desde 1891, bem como o direito à livre associação e à reunião e a criação do *habeas corpus* como maneira de controlar o abuso de poder. A Constituição de 1988, por sua vez, garantiu a proteção da população indígena, enquanto a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012, atendeu a muitas pressões populares e investigou as violações contra os direitos humanos cometidas nos períodos ditatoriais.

1. Reúnam-se em grupos de cinco integrantes. Cada grupo vai escolher um estudante para representar Kant; outro, Aristóteles; outro, Hobbes; além de um mediador e um representante da população para reivindicar um dos direitos conquistados no Brasil. Os grupos deverão organizar um debate e apresentá-lo à turma, no qual o proponente do direito defenderá sua institucionalização e sua pertinência será, então, avaliada pelos filósofos, de acordo com suas concepções de justiça.

REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE JUSTIÇA SOCIAL

Do final do século XIX em diante, a ideia de justiça passou a ser debatida tendo em vista o problema da desigualdade social. Nesse contexto, forjou-se o conceito de **justiça social**, considerando-se necessário um processo de combate às desigualdades.

O estadunidense John Rawls (1921-2002), autor de *Uma teoria da justiça*, de 1971, é uma das grandes referências nesse debate. De modo geral, Rawls buscava uma teoria da justiça que contribuísse para estabelecer parâmetros de modo que os indivíduos alcançassem condições de convivência humana mais justas, neutralizando as contingências, ou seja, os imprevistos nos caminhos que surgem para uns e não para outros e que produzem as desigualdades.

Para tanto, ele estabeleceu alguns princípios que serviriam de pilares para a estrutura das instituições políticas e também de critérios de julgamento para analisar o funcionamento da justiça, estabelecendo, ainda, as bases do que chamou de **justiça distributiva**. Para Rawls, uma vez que os recursos disponíveis no planeta são escassos, só haverá justiça quando, a partir do conflito entre oferta e demanda, os indivíduos agirem em favor de quem menos possui.

O princípio da liberdade para todos os cidadãos, de acordo com o autor, deve ser relacionado com o princípio da igualdade de oportunidades e com o reconhecimento das diferenças entre os indivíduos. Com esses elementos articulados, Rawls estrutura com mais detalhes a possibilidade aventada por Aristóteles de que os operadores da justiça elaborassem as leis gerais em favor da equidade. As partes desiguais, de acordo com essa proposta, seriam equilibradas em prol dos que mais precisam com base em proteções institucionais. Como aplicações práticas desses ajustes, é possível citar as propostas das ações afirmativas e das políticas de renda básica, que serão abordadas mais adiante.

Outro aporte fundamental sobre justiça social é trazido pela filósofa feminista estadunidense Nancy Fraser (1947-). Ela busca articular duas esferas do debate sobre justiça que costumam ser tratadas à parte: de um lado, as lutas por **reconhecimento**, associadas às questões das identidades das minorias; de outro, as lutas por **redistribuição de renda e de recursos**.

Para Fraser, sem que haja reconhecimento das reivindicações específicas das identidades minorizadas – como é o caso das mulheres, dos negros, da comunidade LGBTQIA+, dos indígenas e das pessoas com deficiência –, é impossível que estas consigam realizar plenamente suas capacidades, realimentando um ciclo de hierarquização dessas diferenças, transformadas em desigualdades.

Profissionais da enfermagem protestam em favor do piso salarial e por melhores condições de trabalho em Recife (PE). Foto de 2023.



Representatividade política e justiça social

Nancy Fraser também reflete sobre uma dimensão essencial para que tanto o reconhecimento das identidades das minorias como a redistribuição de renda e de recursos sejam garantidos: a questão da **representatividade política**.

Para que os discursos sobre justiça social se transformem em práticas, diversas instituições precisam se mobilizar para efetivá-los, além do apoio popular, que se expressa por meio da participação política. Movimentos sociais, sindicatos e organizações não governamentais, em geral, catalisam essas lutas, ainda que variadas ações individuais também as impulsionem.

Se, por um lado, o direito é uma estrutura social que regula as liberdades individuais em prol da garantia da coexistência de todos, de acordo com os direitos humanos e o conjunto de leis de cada país, por outro, essa estrutura é construída e implementada, na maioria das vezes, por representantes dos grupos dominantes de cada sociedade. Portanto, a representação política tal como apontada por Fraser demanda não apenas a inserção das minorias na política, mas também uma reestruturação desta, para que novos mecanismos jurídicos passem a abarcar as reivindicações desses grupos. A expansão da justiça social ocorre por meio de iniciativas de políticas de redistribuição de renda e ações afirmativas desenvolvidas nos últimos anos.

A **distribuição de renda**, nos moldes como a estrutura dos tributos está organizada hoje no Brasil, penaliza os mais pobres e oferece vantagens aos mais ricos. Pobres pagam mais impostos em alimentos do que ricos em bens de luxo. Como alternativa para superar esse problema, alguns estados brasileiros têm direcionado recursos para garantir o suficiente para as despesas básicas das famílias, ação que visa à equidade em relação aos mais vulneráveis.

Já as **ações afirmativas** representam medidas especiais voltadas para a inclusão de grupos discriminados pela exclusão social, ocorrida tanto no passado como no presente. A Lei federal n. 12 711/2012, que institui as cotas étnico-raciais para ingresso na universidade, é um exemplo de ação afirmativa que resultou da luta de movimentos sociais. Existem outros exemplos de ações como essa, promovidas por iniciativas locais: cursinhos pré-universitários populares; vagas de empregos dirigidas às populações negra e LGBTQIA+; ações voltadas à acolhida e à inserção social de imigrantes; entre outras.

REFLEXÃO

A sub-representação das mulheres na política brasileira

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), embora as mulheres sejam a maioria dos eleitores no Brasil, os dados das Eleições 2022 mostram que apenas 34% das candidaturas eram femininas. Além disso, somente 18% dos eleitos eram mulheres. Entre os parlamentares reeleitos, apenas 14% eram mulheres.

Ao olhar para as eleições municipais de 2020, a situação também é preocupante. Dos 5568 municípios brasileiros, mais da metade (63%, cerca de 3,5 mil municípios) não teve nenhuma candidatura feminina para prefeito. Quase cinco mil municípios (88%) não elegeram mulheres para a prefeitura. Nos cargos de vereador, 13% dos municípios (704 em números absolutos) não elegeram nenhuma mulher.

21 DIAS de ativismo: sub-representatividade feminina no poder traduz peso da violência política contra a mulher. *Tribunal Superior Eleitoral*, 8 dez. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Dezembro/21-dias-de-ativismo-sub-representatividade-feminina-no-poder-traduz-peso-da-violencia-politica-contra-a-mulher>. Acesso em: 29 ago. 2024.

1. Como esse trecho se refere à justiça social na perspectiva de Nancy Fraser?
2. Em sua opinião, quais fatores levam à baixa representatividade de mulheres na política brasileira?
3. De que maneira a representatividade de mulheres na política brasileira poderia ser mais equitativa?

A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA: A GENTE QUER MORADIA E RENDA FAMILIAR!

Ao longo deste capítulo, conhecemos as origens do conceito de justiça social e vimos que ele foi se desenvolvendo de acordo com diferentes perspectivas. Entretanto, como podemos compreender esse conceito na prática? Para isso, vamos refletir sobre as formas de garantir a justiça social por meio da concretização do direito à moradia e à renda familiar no Brasil.

Vamos começar retomando a forma como esses direitos estão previstos na Constituição de 1988.

[...]

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

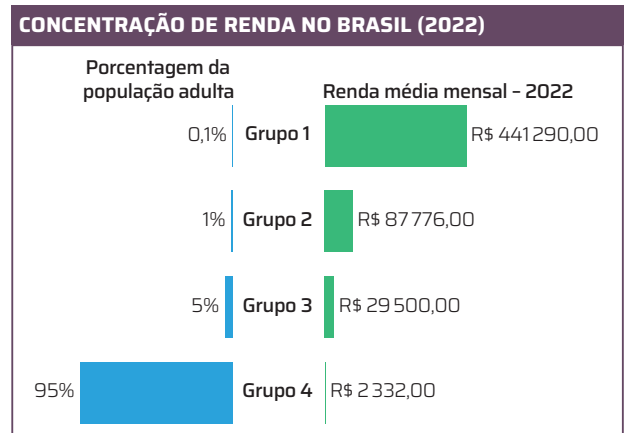
BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

Por esse trecho, podemos concordar que a legislação é clara sobre a proteção da justiça social. Mas quais ações o Estado brasileiro promove para garantir esses direitos? Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Habitação, cujo objetivo é enfrentar o *déficit* habitacional do Brasil e promover uma Política Nacional de Habitação. Entretanto, as políticas públicas de habitação têm se mostrado ineficientes diante da quantidade de pessoas sem acesso à moradia. Apesar de algumas ações e programas, como o “Minha Casa, Minha Vida”, que passou por diversas reformulações ao longo das mudanças governamentais, ainda há muito o que ser feito para garantir habitação digna a todos os brasileiros, principalmente após a crise sanitária e econômica enfrentada pelo mundo devido à pandemia de covid-19. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, entre 2016 e 2023, o número de pessoas em situação de rua no Brasil em 2023 chegou a 221 113, mais de três vezes o número registrado em 2016, que era de 68 839 pessoas.

Ao andarmos pelas ruas, principalmente nas grandes cidades, ou acompanharmos as redes sociais, podemos notar que prevalecem uma enorme desigualdade social e um número cada vez maior de pessoas que enfrentam o desafio da moradia. Nesses casos, onde se projeta a justiça social? A questão da moradia e seus desdobramentos, como acesso ao saneamento básico e proteção contra desastres naturais em áreas de encosta, são um reflexo da adoção de um sistema econômico e social orientado pelo acúmulo

financeiro, que tem como resultado uma acentuada desigualdade social.

A concentração de renda no Brasil é extremamente alta. Observe um retrato disso nas informações contidas no infográfico a seguir.



Fonte de pesquisa: GOBETTI, Sérgio Wulff. Concentração de renda no topo: novas revelações pelos dados do IRPF. *Observatório de Política Fiscal*, 16 jan. 2024. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.libre.fgv.br/politica-economica/pesquisa-academica/concentracao-de-renda-no-topo-novas-revelacoes-pelos-dados-do>. Acesso: 31 jul. 2024.

Na tentativa de assegurar a igualdade social e diminuir o impacto da concentração de renda, o Estado vem promovendo discussões sobre mudanças **tributárias**, pois a forma como os impostos são arrecadados influencia diretamente a renda familiar. Alterar a porcentagem e a forma de cálculo de impostos diretos, como a tributação sobre a renda (imposto sobre a renda das pessoas físicas), é dado como um dos caminhos para essa redistribuição. Outras medidas podem incluir a simplificação da tributação sobre o consumo, a isenção de impostos em alimentos básicos e a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas. Para tanto, é direito e dever do cidadão cobrar por projetos que garantam a equidade social.

tributário: relativo a tributos, impostos.

INTERAÇÃO

1. Com base na análise do infográfico “Concentração de renda no Brasil (2022)”, responda:

- Quais informações evidenciam a grande concentração de renda no Brasil?
- Como a concentração de renda impacta na manutenção das relações de poder?
- Em sua opinião, esse cenário de concentração de renda no país dialoga com a ideia de justiça social? Por quê?

Ao discutirmos justiça social, é essencial retomar discussões sobre inclusão, porque a efetiva participação de todos é o caminho para uma sociedade mais justa.

A inclusão social é o processo para melhorar as condições de participação na sociedade das pessoas mais vulneráveis – com base na idade, sexo, deficiência, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra – através da ampliação de oportunidades, do acesso a recursos, da voz e do respeito pelos direitos.

[...] Uma sociedade inclusiva promove e sustenta um sentimento de pertença; valoriza a diversidade; pratica o respeito pelas origens e modos de vida de seus membros; e procura que todos possam ter acesso a bens e serviços em igualdade de oportunidades.

FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA (COORD.). *Dicionário do Desenvolvimento – Tod@s contam para a cidadania global*. Lisboa, 2018. Disponível em: <https://ddesenvolvimento.com/portfolio/inclusao-social/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

A justiça social, portanto, envolve a reivindicação de direitos para todos, segundo suas especificidades, sejam essas quais forem. Por isso, o combate ao **etarismo** e ao **capacitismo** são estratégias fundamentais nessa luta.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresentou um crescimento na expectativa de vida da população ao longo do tempo: em 1940, um brasileiro vivia em média 45,5 anos; em 2022, esse índice chegou a 75,5 anos, intensificando a necessidade de discutir políticas de inclusão para pessoas idosas.

O etarismo se manifesta na vida familiar, no trabalho, nas instituições educacionais, nos espaços de entretenimento e de atendimentos em saúde. Pessoas idosas



FG Trade/Getty Images

A idade não deve limitar o acesso a nenhum direito. Na foto, idosos brasileiros frequentando universidade, em 2023.

frequentemente enfrentam preconceitos e obstáculos que limitam seu acesso a direitos fundamentais. Para alcançar uma sociedade justa, são necessárias ações que combatam o etarismo e políticas públicas que garantam a qualidade de vida no envelhecimento e a inclusão, além de iniciativas voltadas à convivência intergeracional.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): Pessoas com Deficiência 2022 concluiu que a população com deficiência no Brasil corresponde a 8,9% da população total com 2 anos ou mais, o que representa uma grande parcela demográfica.

Uma sociedade com justiça social implica na desnaturalização de práticas e discursos capacitistas, como estudamos anteriormente. Para isso, são fundamentais políticas públicas que garantam a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, por meio da criação de ambientes arquitetônicos acessíveis, da oferta de tecnologias assistivas e da adoção de estratégias educacionais adaptadas.

AÇÃO E CIDADANIA

Empregabilidade, equidade e capacitismo

[...]

Após 32 anos de vigência da Lei de Cotas para PCDs (Pessoas com Deficiência), apenas 2,5% das vagas nas empresas com mais de 1 mil empregados eram destinadas a PCDs em 2021 (pela lei deveriam ser de 5%), conforme levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

[...] Estão aptos a trabalhar 17,5 milhões de PCDs. No entanto, apenas 29% (mais de 5 milhões) integram a força de trabalho, contra 66% das pessoas sem deficiência, segundo os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2022).

[...] A procuradora [Danielle Olivares Soares] ressaltou que a cultura capacitista limita a presença dessas pessoas no mercado de trabalho, independentemente de seu grau de escolaridade. Ela citou pesquisa do IBGE pela qual 51% das

PCDs com curso superior completo estão empregadas, contra 80,8% das pessoas sem deficiência.

BRASIL, Emanuelle. Especialistas alertam para a necessidade de combater capacitismo. *Agência Câmara de Notícias*, 3 out. 2023.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1003908-especialistas-alertam-para-a-necessidade-de-combater-capacitismo/>. Acesso em: 1º out. 2024.

1. Nos lugares que você frequenta, é comum encontrar pessoas com deficiência trabalhando? Como é sua experiência com esse tipo de situação?
2. Em seu cotidiano, você identifica falas e atitudes capacitistas? Compartilhe os exemplos com os colegas.
3. Pesquise uma ação anticapacitista que está sendo aplicada atualmente no seu município ou estado. Em sua opinião, essa ação é eficaz para promover a inclusão de pessoas com deficiência?

- 1** Observe a imagem a seguir, que, como muitas outras representações da justiça, faz referência à deusa grega Têmis. Em seguida, responda às questões propostas.



Escultura que representa a justiça, em São Petersburgo, Rússia. Foto de 2023.

- Pesquise o significado dos elementos da representação da justiça: balança e venda nos olhos. Depois, escreva uma síntese comentando suas descobertas.
- Você considera essa representação adequada para a noção de justiça em sua comunidade nos dias de hoje? Justifique.

- 2** Leia o texto a seguir e, depois, faça o que se pede.

Contextualizando as ações afirmativas no Brasil

No Brasil, as lutas por políticas de ação afirmativa foram trazidas para debate público pelo Movimento Negro Brasileiro, que denunciou a ausência de negros(as) nos cursos superiores brasileiros.

A temática ganhou visibilidade após a realização da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul.

A partir de então, o Estado brasileiro comprometeu-se, oficialmente, em combater o racismo e estabelecer políticas concretas para a sua superação. Além das cotas, fizeram parte do conjunto de políticas de ação afirmativas do governo: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); a promulgação da Lei 10639/03 que instaura a obrigatoriedade do ensino de

História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; a Lei 11096/2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI); e a Lei 12288/10, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

CONTEXTUALIZANDO as ações afirmativas no Brasil. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE. UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prae/diretoria-de-acoes-afirmativas/contextualizando-as-acoes-afirmativas-no-brasil/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Atualmente, as universidades públicas têm cotas para as populações transexual, indígena, negra e do campo. Liste os argumentos utilizados pelos movimentos e instituições favoráveis e pelos contrários às cotas e comente-os com base nas teorias de justiça social de John Rawls e Nancy Fraser.

- 3** (Enem)

Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios – esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais –, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”.

VAN ACKER, T. *Grécia: a vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra *Política*, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania

- possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
 - era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
 - estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da *pólis* a participarem da vida cívica.
 - tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
 - vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.
- 4** Em dupla, discutam sobre quais ações podem contribuir com a justiça social por meio da promoção da equidade racial em uma escola. Em seguida, elaborem no caderno um texto sobre o tema.

5 Observe a história em quadrinhos a seguir.



Leandro Assis e Triscila Oliveira/Todavia Livros

Episódio 35 da série *Os Santos*, dos cartunistas Leandro de Assis e Triscila Oliveira, 2022, publicada na rede social dos artistas.

Converse com um colega sobre a situação retratada na história em quadrinhos. Como a decisão da família em relação à trabalhadora doméstica e sua viagem para Miami ilustram a desigualdade socioeconômica?

6 (Uece)

Para Nancy Fraser, cientista social norte-americana, as reivindicações dos movimentos sociais por justiça social, a partir do final do século XX, passaram a dividir-se em dois tipos: as reivindicações redistributivas e as de reconhecimento. O primeiro tipo de reivindicações pretende buscar uma distribuição mais justa de recursos materiais e riquezas dentro de uma sociedade. As reivindicações do tipo reconhecimento traçam metas, no geral, que visam, dentre outros fins, a uma sociedade onde se acolha amistosamente as diferenças sociais e culturais. Considerando esses tipos de reivindicações dos movimentos sociais, avalie as proposições a seguir:

- I. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), no Brasil, fazem parte do tipo de reivindicações redistributivas.
- II. O Occupy Wall Street de 2011, produziu uma reivindicação do tipo reconhecimento nesse distrito financeiro dos EUA, pois lutava contra a disparidade socioeconômica.
- III. As organizações dos movimentos negro, feminista e LGBTQIAP+ produzem reivindicações redistributivas uma vez que lutam contra discriminações e por igualdade de direitos.
- IV. As reivindicações das pessoas com deficiência são do tipo reconhecimento considerando-se que buscam pela inclusão social e por tratamento justo em ambientes como empresas e escolas.

É correto o que se afirma somente em:

- a) I e IV. b) II, III e IV. c) I e III. d) II e IV.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

GUITA DEBERT

Daiv/ Augusto Studio/ID/BR



Neste capítulo, examinamos a discussão sobre justiça social, conhecemos autores clássicos na Filosofia e nas Ciências Sociais que discutem esse tema e chegamos a discussões contemporâneas. É no campo do debate contemporâneo sobre justiça social que se insere o trabalho de Guita Grin Debert (1948-). A antropóloga e socióloga brasileira tem se dedicado a examinar diferentes temas, todos na perspectiva de gênero: família, curso da vida, violência e velhice – este último será destaque das discussões aqui revisadas.

PERFIL

Guita Grin Debert nasceu em Santo André (SP) e mudou-se para a capital do estado, São Paulo, ainda criança. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP); mestra e doutora em Ciência Política também pela USP. Realizou vários pós-doutorados e atuou como docente no Brasil e no exterior. Proferiu palestras e ministrou cursos em universidades estrangeiras, entre elas a Universidade Columbia (EUA), a École des Hautes Études en Sciences Sociales (França) e a Universidade de Bolonha (Itália).

OBRAS-CHAVE

- *Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência* (2019)
- *Velhice e sociedade* (2000)
- *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento* (1999)
- *Gênero em gerações* (1999)
- *Antropologia e velhice* (1998)
- *O envelhecimento em asilos e práticas profissionais para uma velhice adequada* (1991)

EM LEITURA

Os estudos de Guita Debert têm contribuído de forma significativa para a compreensão das questões que envolvem o envelhecimento, sob a perspectiva de gênero e da ótica do cuidado. A autora argumenta que a velhice tem sido reinventada, dissociando-se da perspectiva negativa e do âmbito da esfera da vida privada. Em seus trabalhos e nas pesquisas acadêmicas que desenvolve e orienta, Debert reconhece e defende a prerrogativa de que a velhice componha o debate público.

Seu livro *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento* traz como tema central a questão da construção social da velhice no Brasil. Nele, são debatidas as transformações nas vivências, nas percepções e nas representações acerca da velhice, examinando esse momento da vida com base em suas potencialidades e trazendo novos significantes desvinculados da ideia de que essa seria uma fase de dependência e declínio. Leia, na página a seguir, um trecho da obra.

No senso comum, a representação de envelhecimento contrasta com a prática de exercícios e com as ideias de independência e vida ativa, como mostrado na foto de 2022, com idosos brasileiros.

FG Trade/Getty Images



A tendência contemporânea tende a rever os estereótipos associados ao envelhecimento. A ideia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de realizar projetos abandonados em outras etapas e estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos.

[...]

São os gerontólogos e outros *experts* que, ativos na transformação da velhice em uma questão social e do idoso em um novo ator político, veem-se agora – em razão do sucesso dos programas voltados para a terceira idade e do interesse pelas tecnologias de rejuvenescimento – na condição de agentes privilegiados na reprivatização da velhice.

As pessoas de mais idade, na certeza de que hoje não podem viver como antigamente, ocupam e redefinem os novos espaços criados para envelhecer, respondendo de maneiras diversas ao tipo de controle de emoções que passa a ser neles exigido.

É a mídia que, ao colocar uns e outros num debate amplamente visível, não só desestabiliza mecanismos tradicionais de diferenciação no interior do mundo dos *experts*, mas também dentre pessoas de mais idade; ao mesmo tempo, abre campos para novas demandas políticas e para a formação de novos mercados de consumo.

A interlocução intensa entre esses três atores articula significações específicas num contexto em que o espaço social, o tempo e o curso da vida, o corpo e a saúde ganham novas configurações.

Até muito recentemente, tratar da velhice nas sociedades industrializadas era traçar um quadro dramático da perda

do *status* social dos indivíduos – a industrialização teria destruído a segurança econômica e as relações estreitas que vigoraram nas sociedades tradicionais entre as gerações na família. Dessa perspectiva, a situação atual, em que os idosos se transformam em um peso para a família e para o Estado, opunha-se a uma Idade de Ouro em que eles, dada sua sabedoria e experiência, eram membros respeitados na família e na comunidade. O empobrecimento e os preconceitos marcariam a velhice nas sociedades modernas, que abandonam os velhos a uma existência sem significado.

Pesquisas recentes exigiram uma revisão dessas concepções. Hoje há um acordo entre os historiadores, considerando-se que, dada a precariedade dos dados disponíveis, é muito limitado o conhecimento que se pode obter da situação dos velhos em períodos históricos distantes ou mesmo em épocas relativamente próximas, de modo que a ideia de uma Idade de Ouro não se sustenta. As etnografias voltadas para as sociedades ditas primitivas mostram que nelas a solidão não é um aspecto da experiência de envelhecimento. Contudo, não se pode dizer que a velhice nessas sociedades fosse uma experiência gratificante, o que, de fato, dependeria de posições de prestígio e de poder ocupadas pelas pessoas ao longo da vida. Da mesma forma, estudos comparativos sobre renda e grupos etários rediscutem a ideia de que a pauperização caracteriza o envelhecimento nas sociedades ocidentais contemporâneas. Especialmente nos momentos em que o desemprego ou o subemprego atingem proporções alarmantes, a universalização das aposentadorias e da pensão na velhice garantiria aos idosos direitos sociais dos quais é excluída a população de outras faixas etárias, sobretudo os jovens.

DEBERT, Guita. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2004. p. 14-17.

O trecho evidencia a argumentação da autora de que a velhice tem sido recomposta e reinventada, o que pode ser verificado pela presença do idoso nos diversos debates que permeiam a sociedade. Ou seja, o idoso está no espaço público pautando políticas públicas ou ainda instituindo mercados e formas de lazer, especialmente no contexto brasileiro, em que a terceira idade é parte considerável e crescente da população brasileira. É interessante observar que a presença dos idosos na cena pública cria embates, gera conflitos e fomenta o etarismo, fazendo sobressair aquela concepção que ainda os vê como dependentes e incapazes.

O etarismo é uma prática de discriminação e preconceito com base na idade da pessoa, que fica desvalorizada e marginalizada. Essa discriminação é pautada numa dicotomia que vincula à juventude as noções de vitalidade, inovação e produtividade, enquanto o envelhecimento é estigmatizado e associado ao declínio físico e mental.

Assim, as ideias da autora se conectam à postura que condena o etarismo, pois ressignificam a velhice, contribuindo para a criação de uma consciência crítica e para a construção contemporânea de justiça social.

PARA CONCLUIR

- 1 Com base na problematização da velhice proposta por Guita Debert, como podemos compreender a relação entre o crescimento da população idosa no Brasil e as mudanças nas concepções de velhice?
- 2 De acordo com as proposições da autora, o que significa afirmar que o idoso se transformou em um novo ator político?
- 3 É comum que falas e comportamentos etaristas estejam pautados na dicotomia criada entre juventude e velhice. Como as proposições de Guita Debert nos ajudam a desconstruir essa dicotomia?

PRÁTICAS DE TEXTO

ESTATUTO

Proposta

Sabe-se que, em espaços coletivos (condomínios, escolas, trânsito, etc.), existem normas, regras e leis a serem seguidas, cujo objetivo é organizar a vida em sociedade e, principalmente, garantir a igualdade de direitos de todos os cidadãos. Essas normas são reunidas em textos normativos.

Nesta seção, você vai analisar um gênero textual normativo: o estatuto. Depois, com a turma, vai elaborar um estatuto da comunidade escolar com base em pesquisa com os integrantes da comunidade.

Público	Comunidade escolar.
Objetivo	Elaborar um estatuto da escola em defesa dos direitos humanos e de minorias do entorno.
Circulação	<i>Blog da turma.</i>

Planejamento e elaboração

1 Estatuto é um conjunto de leis ou regras a serem seguidas pelos membros de uma estrutura social coletiva, como um clube, uma escola, etc. Sua função é regular as relações entre as pessoas de determinada coletividade. O estatuto tem uma estrutura específica, assim como outros textos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Declaração dos Direitos Humanos e o Regimento Escolar. Veja a estrutura a seguir.

- Ementa: texto-síntese, localizado no início do estatuto, que descreve o tema principal.
- Títulos, capítulos e seções: o título define de forma mais ampla o assunto abordado. O texto pode ser subdividido em capítulos, e os capítulos, em seções (do tema mais amplo para o mais específico).
- Artigos: dentro dos capítulos ou das seções, são dispostas as leis na forma de artigos, numerados com algarismos arábicos (1, 2, 3, ...). Dentro de um artigo, pode haver parágrafos, incisos e alíneas, que correspondem a subdivisões do artigo (cumprindo essa hierarquia temática-textual).

2 Reúna-se com, no máximo, quatro colegas. Escolham um dos estatutos brasileiros listados a seguir para analisar.

- Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Estatuto do Idoso. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm
- Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm.
- Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Estatuto dos Refugiados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm

Acessos em: 29 ago. 2024.

3 Leiam o estatuto escolhido, façam pesquisas e troquem ideias para elaborar uma apresentação em formato de seminário para a turma.

4 Organizem as apresentações do seminário, que devem ter 10 minutos de duração por grupo e abordar os tópicos a seguir.

- Quem criou o estatuto? Em que época?
- Quais acontecimentos influenciaram a criação do estatuto? O que aconteceu para que a sociedade sentisse necessidade de criar esse estatuto?
- Houve mudanças no estatuto? Se sim, por que essas mudanças ocorreram? Seria possível um estatuto permanecer o mesmo ao longo dos anos?
- Ainda há necessidade de mudanças nesse estatuto?
- Como a criação desse estatuto impactou a vida das pessoas envolvidas?

5 Agora, vocês vão criar um estatuto da escola com regras que visem à boa convivência e à defesa dos direitos humanos e das minorias. Leiam textos normativos sobre educação e direitos humanos para ter uma visão dos temas abordados em um estatuto e de outros que podem ser contemplados. Como exemplo, acessem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

6 Com a ajuda do professor, pensem sobre os capítulos, que deverão abordar um assunto relacionado ao tema maior, o estatuto. Cada grupo ficará responsável por elaborar um capítulo. Vejam estas sugestões:

- Respeito entre todos.
- Deveres dos estudantes em relação aos funcionários da escola.

- Segurança dos estudantes.
- Direito a material escolar.
- Promoção da diversidade.

7 Para que o estatuto seja criado, ele deve ser debatido por todos os que serão afetados por ele. Por isso, seu grupo fará uma consulta pública para elaborar o capítulo que está encarregado de escrever. Considerem que a consulta pública é um mecanismo utilizado pelo poder público para obter opiniões, informações e críticas dos cidadãos a respeito de um assunto; em uma sociedade democrática, esse mecanismo tem importante papel, pois possibilita que os membros da sociedade participem ativamente do debate sobre questões coletivas e da definição de políticas públicas.

- Preparem perguntas relacionadas ao tema do capítulo e entrevistem algumas pessoas da comunidade escolar para saber o que elas acham que deve ser tratado nos artigos.
- Divulguem a pesquisa. Se desejarem, compartilhem nas redes sociais uma postagem com o tema, o objetivo e as perguntas da pesquisa, pedindo a estudantes, professores e funcionários de outras escolas que contribuam para a consulta pública. Escrevam um texto apropriado e estipulem uma data-limite para que as pessoas enviem suas sugestões.

8 Após a pesquisa pública, leiam e organizem as respostas coletadas, reunindo as semelhantes. Pensem em como essas opiniões podem ser representadas nos artigos.

9 O grupo deve criar, no mínimo, cinco artigos. É importante contemplar o maior número possível de opiniões: quanto mais artigos elaborados, melhor!

10 Utilizem linguagem formal e objetiva, na terceira pessoa do plural ou do singular.

11 Reúnam os artigos e definam o nome do capítulo.

Revisão e reescrita do texto

1 Leiam o capítulo considerando as perguntas a seguir.

Os artigos são numerados com algarismos arábicos?

O texto defende os direitos humanos e as minorias?

A linguagem utilizada é formal e objetiva?

Os artigos contemplam a opinião pública?

2 Com a ajuda do professor, organizem o estatuto. Vocês podem reunir os capítulos de acordo com o tema e criar títulos. Deem também um título para o estatuto, por exemplo: Estatuto da Comunidade Escolar.

Circulação

1 Compartilhem o estatuto no *blog* da turma e compartilhem o *link* com a comunidade escolar.

2 É interessante também disponibilizar um exemplar na secretaria ou na biblioteca da escola.

**Consulta Pública sobre
Política Nacional de
Cuidados**

**Acesse plataforma "Participa Mais Brasil"
até 15 de dezembro de 2023 e Participe!**

CONGEMAS

Disponível em: <http://www.congemas.org.br/consulta-publica-sobre-e-politica-nacional-de-cuidados>. Acesso em: 16 set. 2024.

As consultas públicas são indispensáveis para a elaboração dos estatutos, pois dão voz à população. No cartaz, consulta pública sobre Política Nacional de Cuidados, realizada em 2023.

PRÁTICAS DE PESQUISA

O PERFIL DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

Para começar

Nesta atividade de pesquisa, vamos trabalhar um tema que relaciona desigualdade racial e justiça social e, ao mesmo tempo, abre possibilidades de novas reflexões: o trabalho doméstico.

O problema

O trabalho é entendido como qualquer atividade realizada por um indivíduo com o objetivo de produzir bens ou prestar serviços, geralmente em troca de remuneração. No entanto, essa definição pode ser ampliada para incluir trabalhos não remunerados, como o trabalho doméstico e o cuidado de familiares, que evidenciam uma profunda desigualdade de gênero, pois, em geral, as mulheres ficam com a maior carga do trabalho em casa.

As mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, das quais 65% são negras. Além disso, a maioria está acima dos 40 anos e tem renda média inferior a um salário mínimo.

[...]

Em abril de 2013, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 72, também chamada de PEC das Domésticas. Esse dispositivo, regulamentado em 2015 pela Lei Complementar nº 150, estendeu aos trabalhadores domésticos direitos como jornada semanal de 44 horas, FGTS, multa por dispensa sem justa causa, adicional por trabalho noturno, salário-família, entre outros.

Mesmo assim, quase uma década depois, 76% das trabalhadoras domésticas (4 milhões) não possuem carteira assinada, contra 24% (1,2 milhão) que possuem.

VILELA, Pedro R. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. *Agência Brasil*, Brasília, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>. Acesso em: 1º out. 2024.

Quando o trabalho doméstico é realizado por terceiros, pessoas contratadas para esse fim, ele revela muitas desigualdades, acentuadas a depender de classe social, gênero, raça, entre outros marcadores sociais da diferença.

A investigação

- Prática de pesquisa: pesquisa narrativa

Uma pesquisa narrativa é um tipo de estudo que foca em coletar e analisar histórias pessoais para entender experiências e perspectivas individuais e compreender como as pessoas dão sentido às suas vivências e situações. Esse método captura detalhes, proporcionando uma compreensão mais profunda dos temas estudados.

No atual contexto que marca o mundo de trabalho, a informalidade prevalece, especialmente entre as prestadoras de serviço conhecidas como diaristas, trabalhadoras domésticas sem vínculo formal que realizam limpeza e outros serviços domésticos (como cozinhar e passar roupa) eventualmente, algumas vezes por semana ou quinzenalmente. O estudo “Vivências e narrativas de trabalhadoras domésticas diaristas”, de Ítala Lopes Cardoso e Sílvia Maria Ferreira Guimarães, de 2018, baseia-se nas histórias de vida de quatro dessas trabalhadoras, residentes no Distrito Federal, que realizam serviços domésticos em Brasília. As narrativas dessas mulheres revelam contextos de exclusão social marcados por violência de gênero, racismo e abusos nas relações trabalhistas, ao mesmo tempo que mostram as estratégias que elas utilizam para subverter essas práticas.



Renata Angerami/Getty Images

Trabalhadora doméstica brasileira em atividade durante a pandemia de covid-19, em 2020.

Narrativas de trabalhadoras domésticas

[...]

“Eu sou do Maranhão. Aí eu saí do Maranhão com 14 anos. [...] (No primeiro emprego) Eu morava no serviço, direto. Passei 12 anos morando no serviço. Foi assim, eu ia pro Rio de Janeiro, mas aí não fui. Eu não fui pro Rio de Janeiro porque eu chorei com medo de deixar meu pai e minha mãe. Aí veio uma vizinha da gente, que mora de frente com a minha mãe, lá na casa de meu pai, lá no Maranhão. Bem pertinho mesmo. Então ela disse: “Ê moço, tu deixa a Ana ir pra Ceilândia (Bairro do DF) pra cuidar de dois meninos?” Aí, eu vim pra cá em [19]80. Aí eu vim. Quando eu chego na Ceilândia, não era pra cuidar de dois meninos, era pra cuidar da casa, com tudo, e ainda lavar roupa na mão. Eles não pagavam muito não, sabe por quê? Porque eu era de menor ainda. Ela descontou, porque quando eu cheguei aqui, eles compraram as roupas pra mim. Eu não trouxe nada. Eles compraram roupa pra mim. Aí eles descontaram tudo, eu não recebi foi nada.” (Ana)

[...]

▶ “Ixi, minha filha, eu tinha 7 anos. (Comecei a trabalhar) Em casa de família mesmo. (Sempre) É, nas casas de família. Lá eu trabalhava assim todo dia, né?! Eu praticamente morava na casa. Aí, eu trabalhei até os 15 anos, depois fui pra outra cidade de lá mesmo eu fiquei trabalhando. Então comecei a trabalhar no Piauí e depois foi pra Goiânia, sempre trabalhando nas casas de família.” (Neuza)

CARDOSO, Ítala LOPES; GUIMARÃES, Sílvia Maria FERREIRA. Vivências e narrativas de trabalhadoras domésticas diaristas. *Revista de Ciências Sociais*, n. 49, p. 205-226, jul.-dez. 2018, Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/35232/22281>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Esse trecho nos mostra como podemos nos valer da estratégia metodológica da pesquisa narrativa, com base no exemplo das narrativas das trabalhadoras domésticas. Embora sejam narrativas particulares, no âmbito de uma pesquisa, essas falas revelam significados subjacentes. Agora, a ideia é que você realize uma atividade de entrevista semelhante e, posteriormente, faça reflexões com base em sua própria perspectiva.

Material

- Folhas para anotação, lápis e caneta
- Celular, câmera ou gravador de voz
- Computador para transcrição

Procedimentos

Parte I – Planejamento e pesquisa

- 1 Para a entrevista, você deve escolher um trabalhador ou trabalhadora na área de serviços domésticos. Pode ser um familiar, vizinho ou qualquer pessoa da comunidade que esteja disposta a participar.
- 2 Faça o convite à pessoa e observe se ela fica confortável com a proposta. Explique que se trata de um trabalho escolar sobre as experiências e histórias de vida de profissionais que atuam com serviços domésticos.
- 3 Dê ao convidado a opção de revelar sua identidade ou manter-se anônimo, favorecendo uma relação de respeito e confiança.
- 4 Elabore um roteiro para a entrevista, começando por perguntas sobre o perfil do entrevistado (nome, idade, gênero, cor, tempo na função, filhos, estado civil). Em seguida, estipule perguntas amplas e incentive o entrevistado a narrar eventos sobre sua trajetória profissional. A ideia do roteiro é facilitar a condução da entrevista, mas ele não precisa ser seguido à risca.
- 5 Algumas perguntas sugeridas para o roteiro de entrevista: Como você escolheu sua profissão? Quais foram os maiores desafios que enfrentou no trabalho? Pode compartilhar algum momento marcante da sua carreira? Como você vê o futuro da sua profissão?
- 6 Agende previamente a data da entrevista, que pode ser realizada de forma presencial ou virtual.

Não escreva no livro.

- 7 Se optar por gravar a entrevista, peça autorização ao entrevistado. Tome notas detalhadas sobre o ambiente, expressões faciais e gestos do entrevistado. Mantenha uma postura respeitosa e o escute atentamente, permitindo a livre expressão.

Parte II – Análise das informações pesquisadas

- 1 Transcreva a entrevista, se for gravada. Existem *softwares* gratuitos que auxiliam nessa etapa; se possível, recorra a um deles.
- 2 Resgate as anotações realizadas durante a entrevista, pois elas ajudarão na compreensão dos pontos mais significativos da entrevista, seja porque ele repetiu a informação mais de uma vez, seja porque demonstrou mais emoções no momento de algum relato.
- 3 Faça a codificação e a categorização dos temas, identificando os recorrentes, os desafios e os aspectos únicos da trajetória da pessoa entrevistada.

Parte III – Organização dos resultados

- 1 Com base na análise da entrevista, escreva uma narrativa detalhada sobre a vida profissional do trabalhador entrevistado.
- 2 Ao final da narrativa, compartilhe reflexões pessoais sobre o que aprendeu com a história do trabalhador e como isso pode impactar suas escolhas profissionais, bem como a perspectiva sobre a valorização do trabalho doméstico.

Questões para discussão

Após a apresentação dos resultados, façam uma roda de conversa e discutam os seguintes pontos:

- 1 Como a trajetória profissional do trabalhador entrevistado foi influenciada por fatores sociais, econômicos e culturais?
- 2 Como se dá a atuação do trabalhador frente à valorização ou desvalorização do trabalho doméstico?
- 3 Quais foram os principais desafios enfrentados pelo trabalhador ao longo de sua trajetória profissional, e como ele os superou?
- 4 De que maneira a história de vida do trabalhador contribui para sua compreensão sobre o mundo do trabalho e suas próprias expectativas profissionais?
- 5 De que maneira a narrativa do entrevistado reforça ou altera sua visão sobre o trabalho doméstico?

Comunicação dos resultados

Compartilhe suas narrativas com a turma por meio de apresentações orais ou de um mural coletivo. Em seguida, reflitam sobre as diferentes histórias e o que elas revelam sobre o mundo do trabalho e, mais especificamente, sobre a vida dos profissionais que atuam com serviços domésticos.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

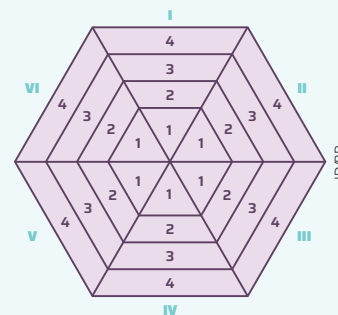
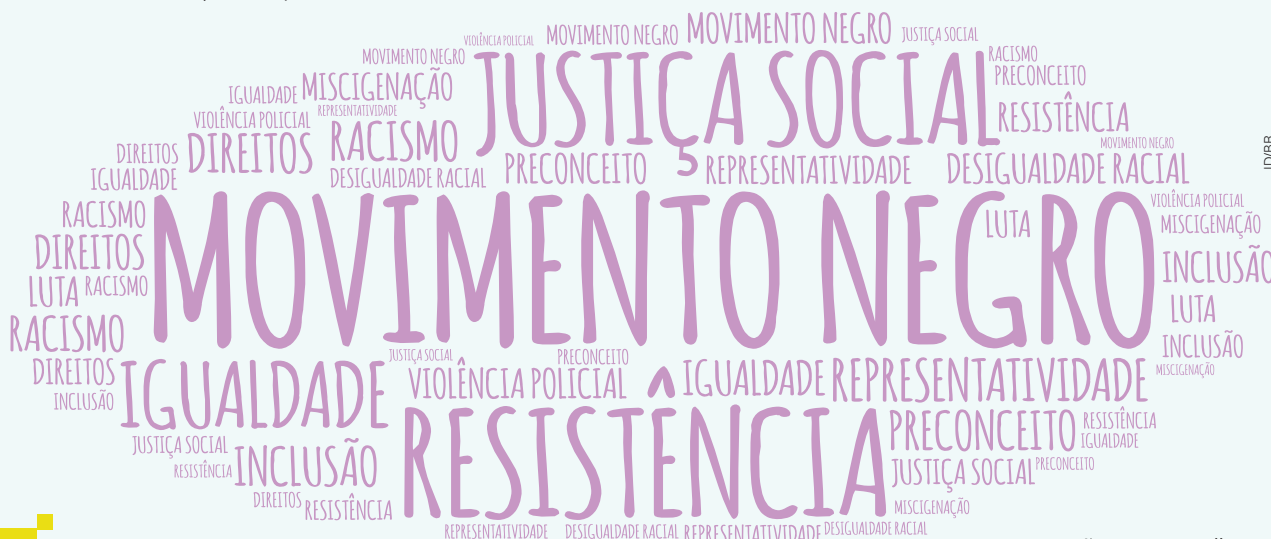


TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	Respostas	Cor indicada
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que “Sempre” realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta **I**.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente suas respostas para as seguintes questões:

Capítulo 11 - Desigualdade racial

- 1 Compreendo o que é desigualdade racial e como ela se manifesta na sociedade brasileira?
- 2 Entendo as principais teorias raciais e como essas teorias influenciaram a ciência e a sociedade?
- 3 Identifico como o Estado brasileiro historicamente negou ou reconheceu a miscigenação?
- 4 Reconheço as diferentes interpretações sobre a questão racial no Brasil?
- 5 Compreendo a visão de Gilberto Freyre sobre a miscigenação no Brasil e como ele contribuiu para a ideia da “democracia racial”?
- 6 Compreendo o que é o racismo estrutural, como se difere do racismo individual e como está presente nas instituições brasileiras?
- 7 Reconheço a importância da atuação do movimento negro no Brasil e consigo elencar as conquistas alcançadas até agora e os desafios que ainda permanecem?
- 8 Reconheço meu papel na luta contra a desigualdade racial e em favor de uma sociedade mais justa?

Capítulo 12 - Justiça social

- 9 Compreendo o que é justiça social?
- 10 Relaciono as visões de Aristóteles e Hobbes sobre justiça? Compreendo a concepção de justiça de Kant e identifico como ela se aplica à ideia de justiça social?
- 11 Reconheço as principais concepções modernas de justiça social?
- 12 Identifico as políticas de redistribuição de renda no Brasil como estratégias para a justiça social?
- 13 Compreendo a habitação como forma de promover a justiça social no Brasil?
- 14 Reconheço as manifestações do capacitismo e consigo identificar formas para combatê-lo e promover a inclusão de pessoas com deficiência?
- 15 Reconheço as manifestações do etarismo e consigo identificar formas para combatê-lo e promover a inclusão de pessoas idosas?
- 16 Compreendo o meu papel na promoção da justiça social e de uma sociedade mais justa e igualitária?



PARA IR ALÉM

Capítulo 11 – Desigualdade racial

Arquivo pessoal/Acervo do cedente



Entrevista com Catalina Gonzalez Zambrano

O Memorial da Resistência de São Paulo entrevistou Catalina Gonzalez Zambrano, doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), sobre sua tese *Mulheres negras em movimento: Ativismo transnacional na América Latina (1980-1995)*. A conversa destacou a importância do reconhecimento coletivo e individual das mulheres negras como sujeitos de direito historicamente negado.

MEMORIAL ENTREVISTA. *Entrevista com Catalina Gonzalez Zambrano*. São Paulo: Memorial da Resistência, 2023.

Netflix/ID/BR



Cara gente branca

Série de televisão satírica estadunidense baseada no filme de 2014 com o mesmo nome. Aborda a realidade de estudantes negros em uma universidade renomada dos Estados Unidos e os preconceitos e racismos que sofrem.

Cara gente branca. Direção: Justin Simien. EUA, 2017. Netflix.

Appris Editora/Arquivo da editora

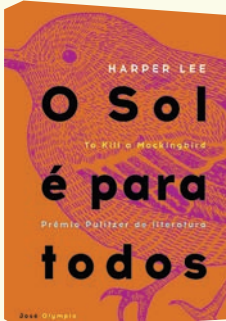


Não. Ele não está

O livro denuncia o genocídio da população negra com foco no extermínio da juventude negra. A obra compartilha a perspectiva das mães que perderam os filhos assassinados, expondo as percepções delas sobre a influência da raça, do gênero e da classe nessas mortes.

BRITO, Maíra de Deus. *Não. Ele não está*. Curitiba: Appris, 2018.

José Olympio/Acervo da editora



O Sol é para todos

Ambientado no Sul dos Estados Unidos na década de 1930, o livro narra a história de Scout, uma menina curiosa, cujo pai, Atticus Finch, um advogado, defende um homem negro injustamente acusado de um crime terrível. O romance, que foi publicado em 1960, permanece relevante ao abordar temas como raça, classe, justiça e inocência.

LEE, Harper. *O Sol é para todos*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.



Pele alvo: a bala não erra o negro

Essa obra torna público o levantamento de dados produzidos pela Rede de Observatórios da Segurança, trazendo informações estatísticas sobre o viés racial no que se refere à ótica de segurança pública no Brasil. Como o livro apresenta os dados acompanhados de reflexões, é um material que pode ser consultado pelo estudante de forma autônoma, como fonte de pesquisa.

RAMOS, Silvia *et al.* *Pele alvo: a bala não erra o negro*. Rio de Janeiro: CESeC, 2023. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2023/11/boletim-pele-alvo.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2024.



Capítulo 12 - Justiça social



Quanto vale ou é por quilo?

O filme faz uma comparação entre o antigo comércio de escravizados e a atual exploração da pobreza pelo *marketing* social, que cria uma falsa sensação de solidariedade. Ele critica as ONGs e a forma como arrecadam dinheiro do governo e de empresas privadas.

Quanto vale ou é por quilo? Direção: Sérgio Bianchi. Drama. Brasil, 2005 (104 min).



Disponível em: <https://www.icc.ufscar.br/pt-br/projetos/sementes-da-cultura-cientifica/coluna-envelhecimento-ou-ja-ouviu-falar#sdf0omte83ym>. Acesso em: 16 set. 2024.

Idadismo, já ouviu falar?

O artigo aborda o estigma contra pessoas idosas, conhecido como idadismo, etarismo ou ageísmo.

COMINETTI, Marcia Regina. Idadismo, já ouviu falar? ICC-Ufscar, 2022. Disponível em: <https://www.icc.ufscar.br/pt-br/projetos/sementes-da-cultura-cientifica/coluna-envelhecimento-ou-ja-ouviu-falar>. Acesso em: 1º out. 2024.



Globo Filmes/Aervo da produtora

Que horas ela volta?

O filme aborda a questão da justiça social, expondo as desigualdades entre patrões e empregados domésticos no Brasil. A história destaca como as diferenças de classe e como os privilégios afetam o acesso a oportunidades.

Que horas ela volta? Direção: Anna Muylaert. Brasil, 2015. Globo Filmes (114 min).



Netflix/D/BR

Crip Camp: revolução pela inclusão

O documentário conta a história de pessoas importantes na criação da lei de direitos para pessoas com deficiência nos Estados Unidos. Ao longo da história, descobrimos a importância dessas personagens nos protestos e nas marchas pelos direitos das pessoas com deficiência.

Crip Camp: revolução pela inclusão. Direção: Nicole Newnham e James Lebrecht. Documentário. EUA, 2020 (1 h 48 min).



Longevida Consultoria/Aervo da instituição

Glossário coletivo de enfrentamento ao idadismo

O glossário foi idealizado como uma das ações da Campanha de enfrentamento ao idadismo “Lugar de Pessoa idosa é onde ela quiser”, lançada em outubro de 2021. A obra traz algumas reflexões importantes para desnaturalizar falas preconceituosas que permeiam o cotidiano das pessoas em nossa sociedade.

LONGEVIDA. *Glossário coletivo de enfrentamento ao idadismo.* Belém: Recriar, 2021. Disponível em: https://longevida.org.br/glossario_idadismo_2edicao.pdf. Acesso em: 1º out. 2024.

SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E MUNDO DO TRABALHO

ORGANIZAR IDEIAS

Nesta unidade, você é convidado a refletir sobre a sociedade contemporânea e os impactos dos valores da modernidade na conformação das identidades coletivas, pessoais e profissionais. Em diálogo com a Filosofia e a História, vamos problematizar a noção de modernidade e suas variações, como pós-modernidade e modernidade líquida.

Nesse percurso, analisaremos como a mudança de foco das instituições para o indivíduo se relacionam com as transformações provocadas pelos avanços tecnológicos, tanto no âmbito pessoal como laboral. Ao aprofundar essa reflexão, discutiremos como a relação entre trabalho, luta de classes, uberização e flexibilização de legislações trabalhistas coloca em risco direitos adquiridos ao longo do tempo.

1. Antes de ler a legenda, observe a imagem. Como você a descreveria? Quais elementos são importantes para ler a obra? O que você acha que o artista quer comunicar?
2. Atualmente, discute-se sobre a superficialidade dos vínculos sociais, seja em casa, na escola, no trabalho ou nos relacionamentos afetivos. Para você, o que caracteriza essa superficialidade? E qual a relação entre esse tema e a obra de Salvador Dalí?
3. Considerando a análise da obra e da legenda, responda: De que forma a imagem do relógio derretido pode simbolizar a rotina da classe trabalhadora? Compartilhe sua reflexão com os colegas.
4. Você conhece as condições trabalhistas dos entregadores de aplicativos? Se você pudesse propor uma legislação para beneficiar esses profissionais, quais seriam suas sugestões?

A nobreza do tempo, escultura em bronze do artista surrealista Salvador Dalí, em Andorra. A obra retrata a fluidez do tempo. Foto de 2023. ▶





13 Sociedade contemporânea: teorias sobre modernidade

14 Trabalho: categoria histórica e social

© Salvador Dalí. Fundação Gala-Salvador Dalí/AUTVIS. Brasil, 2024. Fotografia: Zoonar GmbH/Alamy/Foroarena



SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: TEORIAS SOBRE MODERNIDADE

1. Observe a imagem desta página e reflita: O que você vê e o que percebe que está acontecendo? Você acha que essa situação é comum no Brasil? E em outros países?
2. Na imagem, vemos o movimento das pessoas. Em sua opinião, esses deslocamentos sempre foram assim ao longo da história?
3. Como você relacionaria essa foto com as características da modernidade? Considere aspectos como tecnologia, mobilidade e globalização.
4. De que maneira a globalização, facilitada por avanços tecnológicos e sistemas de comunicação, influencia as interações culturais e econômicas no mundo contemporâneo?



Estação de trem em Nanjing, China. Foto de 2024.

Você já deve ter percebido a frequência da utilização do adjetivo “moderno” como referência a algo que seja uma novidade, que tenha desenvolvimento tecnológico, seja atualizado, avançado em relação ao padrão ou esteja na moda.

O primeiro significado de “moderno” que o dicionário *Houaiss* apresenta é: “relativo ou pertencente à época histórica em que se vive (a década ou o século atual)”. Será que tudo que compartilha a existência conosco nas sociedades contemporâneas é moderno e faz parte da modernidade?

Utilizamos o adjetivo “moderno” para algo que nos pareça avançado ou atual, mas o significado de modernidade é mais amplo. Aliás, a modernidade é tanto um período histórico, que se seguiu à Antiguidade e à Idade Média, quanto um fenômeno social que trouxe uma nova relação com o tempo e o espaço, afetando o modo de vida, de pensar e de se relacionar de todos os indivíduos e grupos. Anthony Giddens (1938-), sociólogo inglês que se dedica a entender a modernidade e seus efeitos, argumenta que a modernidade se constitui pela força motriz da mudança, desdobrando-se inevitavelmente do surgimento da indústria. Para ele, “modernidade é sinônimo de sociedade moderna ou civilização industrial”.

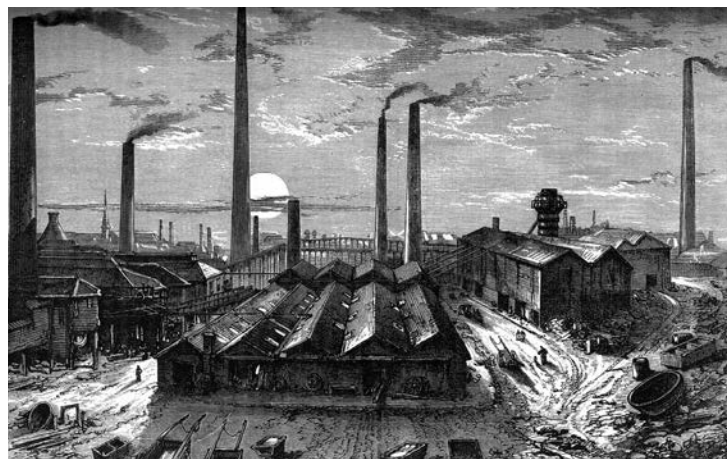
AFINAL, O QUE FOI, OU AINDA É, A MODERNIDADE?

A modernidade é o período histórico que teve início com as transformações ocorridas na Europa no final do século XV, marcadas pelo Renascimento, pelo fim da Idade Média e pela expansão marítima europeia. Esse período trouxe profundas mudanças para as sociedades europeias e ocidentais, que se expandiram para todo o mundo. Tais transformações intensificaram-se com a Revolução Industrial no século XVIII e se tornaram hegemônicas no século XX.

Vamos analisar as principais características da modernidade?

- I. Uma nova relação com o tempo e o espaço:** o domínio sobre o tempo, a disseminação dos relógios, a organização do dia, dos hábitos, das instituições e do trabalho pelo tempo foram fundamentais na modernidade. Um símbolo dessa nova relação foram os relógios como monumentos públicos – a exemplo do Big Ben – que se tornaram comuns nas cidades: eles orientavam o trabalho, as pessoas e seus fluxos. Também foi característica da modernidade o espaço organizado, o campo, o urbano, as cidades, as fronteiras entre os municípios e as fronteiras nacionais.
- II. Modo de produção industrial:** o desenvolvimento de uma economia ancorada na indústria compõe o caráter fundamental da modernidade. Enquanto nas sociedades que a precederam a economia baseava-se na agricultura, no mundo rural e na produção artesanal do necessário para o consumo local, sob a modernidade, a economia passou a centralizar-se na produção em massa de mercadorias que circulam além das comunidades locais. O desenvolvimento industrial foi possível em virtude do avanço tecnológico, que também marca a modernidade. Tecnologia, progresso e capitalismo tornaram-se partes complementares e inseparáveis da noção de modernidade.
- III. Centralidade do meio urbano:** com o avanço da indústria, da produção em massa, do estímulo à circulação de mercadorias e pessoas, o meio urbano passou a ser o centro da organização da vida social. As cidades e o urbano eclodiram e foram acompanhados pelo desenvolvimento de formas de gerenciamento dos fluxos das pessoas, das construções, das vias e dos meios de transporte.
- IV. Surgimento do Estado-nação:** o Estado-nação surge e passa a concentrar e gerenciar os fluxos de informação, de produção, da população, das leis e da organização social, com base no território. É o Estado como invenção moderna que assume o papel de organizador de uma identidade cultural,

A ilustração de 1880, publicada por Cassell e Galpin, mostra uma fábrica em Glasgow, na Escócia, e representa a crescente industrialização e urbanização da Inglaterra durante a Revolução Industrial.



Coleção particular/Alamy/Fotostore

lingüística e simbólica da população. Estimulando os sentimentos de pertencimento ao mesmo grupo populacional, o Estado-nação consolidou seu poder sobre o território e seus habitantes a partir de organizações também modernas que acompanharam seu surgimento, tais como a escola, as prisões, os hospitais e a polícia.

- V. Racionalização:** de forma distinta das épocas históricas antecessoras, sob a modernidade, a vida social, econômica e política tornou-se mais sistemática e calculável. O sociólogo alemão Max Weber foi quem mais se dedicou a estudar o fenômeno da racionalização, afirmando que métodos de cálculo e controle da eficiência passaram a ser aplicados na produção, no Estado, na organização do espaço e da vida social. Alguns exemplos são o surgimento da burocracia estatal, o desenvolvimento da ciência no período e a ênfase social na razão em vez da organização da vida pelos valores morais e religiosos.

Com base nessas características, pode-se ainda entender como a modernidade é marcada pelo desenvolvimento do capitalismo, da ciência e da tecnologia. O progresso se tornou a palavra de ordem dos tempos modernos, marcando a dominação do ser humano sobre a natureza, sobre as coisas materiais e imateriais e, também, sobre o próprio ser humano.

Giddens afirma que o dinamismo é central à modernidade. De acordo com o sociólogo, em relação aos tempos pré-modernos, o mundo moderno é marcado por um intenso ritmo de mudança social, muito mais rápido, amplo e profundo que em qualquer sistema anterior.

Foi Karl Marx quem se debruçou mais longamente na investigação do dinamismo da sociedade moderna. Ao concentrar seus estudos no modo de produção industrial e na produção de mercadorias, Marx destacou o aspecto cíclico e expansionista da inovação e do aumento da produtividade da modernidade capitalista. Com a produção industrial, o mundo conheceu uma sociedade que buscava sempre inovar a tecnologia, ampliar a produção de mercadorias e conquistar novos mercados.

A TRANSIÇÃO DA MODERNIDADE: AMBIGUIDADES E DEBATES

Como estudamos anteriormente, a Sociologia, enquanto investigação científica da sociedade, tem origem no surgimento da modernidade. É a essa sociedade, com sua pluralidade, dinamismo e complexidade, que os sociólogos se dedicam a compreender e analisar. Assim, as profundas mudanças provocadas pela modernidade geraram intensos debates e ambiguidades que ainda permeiam a Sociologia. Alguns desses debates serão aprofundados no próximo capítulo, mas, neste momento, é importante introduzir alguns elementos para que possamos compreender o que se caracteriza como a transição ou o fim da modernidade.

Ao analisar a **racionalização** das relações e instituições, que promovem eficiência, cálculo, previsão e controle, Weber identificou a tendência para criar uma sociedade marcada pela desumanização devido ao excesso de razão. Ele acreditava que o incentivo à racionalização de todos os espaços e atividades na modernidade, em vez de ser uma escolha dos indivíduos, se transformaria em “uma jaula de ferro” — uma forma de dominação da qual os indivíduos não conseguiriam escapar. Weber também chamou essa trajetória de racionalização de “desencantamento do mundo”, também referida como “crosta de aço”, em sua obra *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*.

Como a organização da vida social passou a ser centralizada em padrões racionais, a modernidade promoveu uma queda da influência religiosa e da moral baseada na religião. Durante a modernidade ocorreu a Reforma Protestante, que acabou com o domínio da Igreja e da religião católica na Europa. Weber argumenta que as lógicas e as práticas das igrejas protestantes compartilhavam uma série de características com a modernidade capitalista, tais como o cálculo, o individualismo, a racionalização do poder e a separação das esferas da vida familiar e do trabalho, por exemplo. Ao descrever o “desencantamento do mundo”, Weber alertou sobre os tons de obrigatoriedade que a racionalização assumia na sociedade moderna.

O sociólogo francês Émile Durkheim alertava ainda para a contradição da promoção da coesão social por um processo de racionalização capitalista e individualização constante, que não poderia gerar todo o desenvolvimento da vida e dos laços sociais.

Montadora de automóveis em Qingdao, China, evidenciando símbolos da modernidade: a indústria, a divisão do trabalho e a racionalização da produção. Foto de 2024.



Cosifoto/NurPhoto/Getty Images

INTERAÇÃO

1. Qual a relação entre os aspectos da modernidade e as mudanças no ambiente?
2. Como a industrialização impactou os seres vivos?
3. Em sua opinião, o progresso, característica fundamental da modernidade, pode conviver com a preservação ambiental? Compartilhe com os colegas seu posicionamento sobre o tema.

Outro traço distintivo da modernidade foi o surgimento e o avanço do **capitalismo**, por meio do qual o mundo registrou um aumento do total de riquezas de forma jamais vista. No entanto, paralelamente, assistiu-se também a um assombroso aumento da pobreza e da desigualdade. Foi Marx quem, na investigação do sistema capitalista, explicou que o aumento da riqueza estava vinculado ao aumento da **exploração do trabalhador**, uma vez que a produção industrial com fins de produtividade e geração de lucro somente era possível pela extração de mais-valor do trabalhador, isto é, com o capitalismo, extraía-se do trabalhador um tempo de trabalho a mais que não era pago e seu valor se tornava do proprietário da indústria.

PÓS-MODERNIDADE

Em 1979, o filósofo francês Jean-François Lyotard (1924-1998) publicou a obra *A condição pós-moderna*, na qual argumentava que o mundo já vivia em um período pós-moderno e que as características do mundo moderno não se encontravam mais na sociedade. Para o filósofo, o mundo teria deixado de ser industrial para se tornar cibernético e informático, e as ideias de progresso, a busca de uma razão única, a centralidade do sujeito racional e das grandes instituições não eram mais centrais nas sociedades.

De acordo com Lyotard, as grandes narrativas, os grandes heróis e a busca pela universalidade do mundo moderno foram substituídos pela valorização do diverso, da multiplicidade e da fragmentação, e, em vez de centralidade, o que passou a importar seria a descentralização.

Acompanhando a análise de Lyotard, o sociólogo estadunidense Daniel Bell (1919-2011) e o sociólogo francês Alain Touraine (1925-2023) anunciaram a emergência da sociedade pós-industrial mundial nos anos 1970. Segundo os pensadores, na sociedade pós-industrial, a indústria, a racionalidade técnica e a produção de mercadorias deixariam de ser centrais. A sociedade **emergente** teria o conhecimento como principal força econômica, o que implicaria uma nova organização social, sem a centralidade da razão e da ciência, mas com foco na linguagem.

É importante entendermos que a pós-modernidade não seria o fim da modernidade, mas sim modificações essenciais dentro dela. Em vez de o mundo se organizar em torno das grandes cidades, indústrias, do Estado e da razão, os teóricos da pós-modernidade apostam na fragmentação dos espaços de poder, na forma de produção econômica em fluxos e na permanente fragmentação de valores e de poder.

Muitos sociólogos e cientistas sociais não utilizam o termo “pós-modernidade” por considerarem que o contemporâneo e as mudanças em curso ainda são parte do dinamismo que caracteriza a modernidade, razão pela qual não acham adequado o termo “pós” e preferem usar outros termos. Por exemplo, o sociólogo britânico Anthony Giddens (1938-) denomina o período após os anos 1970 de “alta modernidade”; o sociólogo alemão Ulrich Beck (1944-2015) chama o mesmo período de “segunda modernidade”; o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017) intitula o momento atual de “modernidade líquida”; e o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas (1929-) caracteriza o contemporâneo de “modernidade tardia”.

emergente: que surge ou advém inesperadamente; que resulta ou é consequência de.

panóptico: modelo de prisão ou de torre de observação, idealizado e construído para que os vigilantes possam facilmente observar todas as partes do edifício sem ser observados.



Conhecimento de tecnologias como fonte de valor na pós-modernidade. Empresa de telemarketing em Guarulhos (SP). Foto de 2022.

REFLEXÃO

Sociedade disciplinar e sociedade de controle

Conforme vimos na unidade 4, Michel Foucault (1926-1984) argumenta que a sociedade moderna é uma sociedade disciplinar, baseada na vigilância dos corpos. Em seu estudo sobre as prisões, *Vigiar e punir*, Foucault afirma que a disciplina sobre os corpos aplicada pelas instituições visa:

[...] uma política das coerções que é um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 133.

As prisões e sua arquitetura moderna – tais como se encontra em um **panóptico** – são pensadas para haver vigilância constante sobre os corpos e seriam exemplos da disciplina exercida pela modernidade. O filósofo francês Gilles Deleuze (1925-1995), em diálogo com as abordagens de Foucault, nos anos 1990, argumenta que já não viveríamos mais na sociedade disciplinar, mas sim na sociedade do controle.

[...] Estamos entrando nas sociedades de controle, que

funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2010. p. 220.

O controle exercido pelas redes digitais e seus algoritmos configuraria um exemplo de instrumento da sociedade contemporânea compreendida como sociedade de controle.

1. De acordo com Deleuze, a sociedade atual está mudando da disciplina para o controle. Como a vigilância das redes digitais e a coleta de dados pessoais refletem essa mudança? Em que aspectos o controle exercido por algoritmos e mídias sociais pode ser entendido como uma forma mais sutil de manipulação em comparação com os mecanismos disciplinares tradicionais?
2. Como a ideia de uma sociedade do controle pode impactar o modo como os indivíduos percebem sua autonomia e privacidade? Refletindo sobre o papel das redes sociais e das tecnologias digitais em sua vida, como você percebe a relação entre liberdade individual e controle social atualmente? Compartilhe suas reflexões com os colegas.

O impacto da pós-modernidade nas identidades

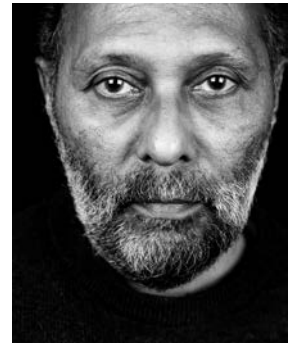
Se a razão e o trabalho eram centrais na modernidade, o sujeito moderno também era o indivíduo centrado, racional, com uma identidade estável. A pós-modernidade, como vimos, anunciou a fragmentação da razão e a descentralização do trabalho industrial, acarretando consequências para a identidade do sujeito. O sociólogo Anthony Giddens argumenta que a modernidade também significava a reflexividade dos sujeitos. Com isso, o autor afirma que era uma preocupação dos tempos modernos a reflexão sobre si (e das instituições), a preocupação com a autoidentidade, com a construção das próprias trajetórias e com o pensamento crítico sobre elas. A pergunta constante do indivíduo na modernidade seria: “Como devo viver?”.

O questionamento sobre si levava o indivíduo moderno a estabelecer planos, ter objetivos, uma trajetória e uma identidade únicas. Como você já sabe, a pós-modernidade significou o fim das grandes narrativas e projetos, flexibilizando ou fragmentando a identidade do indivíduo.

Stuart Hall (1932-2014), sociólogo britânico-jamaicano, foi um dos principais pensadores das identidades na pós-modernidade. Para ele, a identidade na pós-modernidade não é algo estático, essencial, único ou central no indivíduo, mas um processo em constante construção e reconstrução. O avanço da tecnologia e dos meios de comunicação ampliou o conhecimento sobre o mundo e a disseminação de imagens em tempo real, fragilizando ou dissolvendo os limites espaciais. Uma moda em Tóquio pode ser conhecida e adotada na região dos Andes, na capital do Egito, nos bairros periféricos de Londres, entre outras localidades. É nesse fluxo globalizado e interconectado que Hall entende que as identidades continuamente se fazem e se moldam.

Hall é otimista quanto a essa fluidez estabelecida na pós-modernidade, apostando que a ampliação e o acesso a imagens e discursos por meio da televisão, das redes sociais e da internet como um todo oferecem múltiplas formas de representação e autorrepresentação aos indivíduos, permitindo que experimentem e articulem suas identidades de maneiras novas e variadas. Tal fluidez permitiria aos indivíduos entender e questionar as narrativas de identidade do Estado-nação e da nacionalidade, das famílias e das tradições em geral. Essas narrativas tenderiam, explica Hall, a criar uma imagem unificada do sujeito nascido em um lugar, ocultando suas distinções e multiplicidades de classe, gênero, raça e sua subjetividade múltipla. Ainda, essas narrativas, embora não demonstrassem, estariam, de acordo com Hall, vinculadas a um projeto de poder.

Apesar de otimista, Hall alerta que a construção da identidade não estaria apartada das disputas de poder globais. Isso quer dizer que as imagens que podem viajar rapidamente pelos meios comunicacionais podem estar vinculadas aos interesses de grandes corporações, a disputas de domínio entre as nações ou outros interessados. Assim, deve-se compreender que as identidades pós-modernas estão constantemente em construção, mas também em tensionamento e em disputa.



Getty Images

Stuart Hall, em foto de 1996.



Andy Solomon/Alamy/Fotorena

Guerreiros maasai registrando seus rituais ancestrais em Mikumi, na Tanzânia. Foto de 2024.

MODERNIDADE LÍQUIDA

Zygmunt Bauman dedicou diversos estudos a entender as mudanças da sociedade moderna. “Líquido” foi o adjetivo que atribuiu para o estado contemporâneo da modernidade, em contraste com a “solidez” das instituições, das certezas e da razão que caracterizavam o período anterior. Bauman lembra que a mudança, o processo de “derretimento”, teve início com a própria modernidade, que desfez as instituições anteriores da Idade Média, como o poder feudal, a Igreja e a moral. Diz ele:

Os primeiros sólidos a derreter e os primeiros sagrados a profanar eram as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos, impediam os movimentos e restringiam as iniciativas. Para poder construir seriamente uma nova ordem (verdadeiramente sólida!) era necessário primeiro livrar-se do entulho com que a velha ordem sobrecarregava os construtores. “Derreter os sólidos” significava, antes e acima de tudo, eliminar as obrigações “irrelevantes” que impediam a via do cálculo racional dos efeitos; como dizia Max Weber, libertar a empresa de negócios dos grilhões dos deveres para com a família e o lar e da densa trama das obrigações éticas [...].

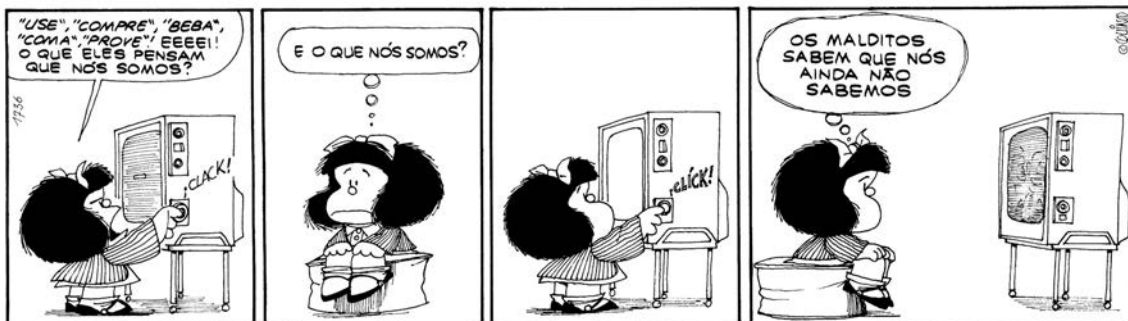
BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 10.

O argumento de Bauman é que o poder da modernidade de liquefazer os sólidos se amplificou: a racionalidade que era a regra da modernidade se tornou a jaula de aço obrigatória, que Weber havia previsto, tornando-se uma razão instrumental, utilitária e calculista sem quaisquer compromissos éticos; a dinâmica e a rapidez da modernidade se tornaram instabilidade e transitoriedade, gerando identidades que se evaporam, se individualizam ao extremo e impossibilitam as relações e os vínculos sociais.

Para Bauman, a marca da modernidade líquida é a sociedade de consumo. A busca pelo projeto individual, a preocupação com a trajetória, bem como a autorreflexão, além de provocarem um individualismo exacerbado, teriam se transformado em instrumentos para o consumo. A formação da identidade e dos projetos pessoais se tornara uma busca constantemente insatisfeita por novos produtos e mercadorias.

Não se compra apenas comida, sapatos, automóveis ou itens de mobiliário. A busca ávida e sem fim por novos exemplos aperfeiçoados e por receitas de vida é também uma variedade do comprar, e uma variedade da máxima importância, seguramente, à luz das lições gêmeas de que nossa felicidade depende apenas de nossa competência pessoal [...]. Há muitas áreas em que precisamos ser mais competentes, e cada uma delas requer uma “compra”. “Vamos às compras” pelas habilidades necessárias a nosso sustento e pelos meios de convencer nossos possíveis empregadores de que as temos; pelo tipo de imagem que gostaríamos de vestir e por modos de fazer com que os outros acreditem que somos o que vestimos; por maneiras de fazer novos amigos que queremos e de nos desfazer dos que não mais queremos; pelos modos de atrair atenção e de nos escondermos do escrutínio; pelos meios de extrair mais satisfação do amor e pelos meios de evitar nossa “dependência” do parceiro amado ou amante; pelos modos de obter o amor do amado e o modo menos custoso de acabar com uma união quando o amor desapareceu e a relação deixou de agradar; pelo melhor meio de poupar dinheiro para um futuro incerto e o modo mais conveniente de gastar dinheiro antes de ganhá-lo; pelos recursos para fazer mais rápido o que temos que fazer e por coisas para fazer a fim de encher o tempo então disponível; pelas comidas mais deliciosas e pela dieta mais eficaz para eliminar as consequências de comê-las; pelos mais poderosos sistemas de som e as melhores pílulas contra a dor de cabeça. A lista de compras não tem fim.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 10.



QUINO. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Os desejos da identidade fragmentada são alvos das redes de comunicação, celebridades e *influencers*, sempre a estimular o consumo.

As relações pessoais e sociais no contexto da modernidade líquida

As principais consequências da modernidade líquida, para Bauman, dariam-se nas relações humanas. Com uma identidade mais fragilizada e fluida, as relações pessoais e sociais teriam se distanciado das formas sociais da modernidade. Vamos acompanhar alguns pontos com base nos quais podemos ver essas mudanças.

- **Relações de trabalho:** do trabalho “duro” e estável nas fábricas, sob a modernidade líquida, os contratos de trabalho foram flexibilizados, reduzindo direitos, benefícios e garantias. No Brasil, os contratos de trabalho sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com carteira assinada, direito a férias remuneradas, horas extras, vale-alimentação e vale-transporte, foram substituídos por contratos temporários de trabalho e contratos de Pessoa Jurídica (PJ), por meio dos quais o trabalhador se transforma em “empresa” e oferece serviços para outra empresa, sem quaisquer garantias e direitos. Além disso, a modernidade líquida, com o convite à mobilização e à capacitação constante, gera um ambiente de trabalho competitivo e estressante e a proliferação de discursos que atribuem ao trabalhador a responsabilidade exclusiva por seu sucesso ou fracasso.
- **Relacionamentos familiares:** sob a modernidade líquida, os divórcios aumentaram e os relacionamentos sem formalizações se proliferaram. Bauman argumenta que

as relações familiares teriam passado a ser vistas com base na utilidade e na instrumentalidade, com exclusão daqueles que não seriam produtivos para o patrimônio familiar. Ainda, a fluidez dos trabalhos e das fronteiras, por incentivar o deslocamento das pessoas, não com raridade dificultaria a manutenção dos laços familiares.

- **Relações de amizade:** na modernidade líquida, as amizades tendem a ser virtuais e mediadas pelas redes sociais, com menos interações presenciais. A individualidade extrema estimulada pela modernidade líquida também tornaria a formação de laços sociais e coletivos mais difíceis de ser estabelecidos e menos duradouros.
- **Relacionamentos amorosos:** na modernidade líquida, os relacionamentos tendem a ser, muitas vezes, efêmeros. Não são incomuns relações que duram um dia, relacionamentos curtos e a ausência de compromisso. Para Bauman, há uma tendência de os relacionamentos serem mais superficiais e rápidos.
- **Identidade e autoimagem:** na modernidade líquida, as identidades são fragmentadas e construídas constantemente. Há uma experimentação de estilos de vida, de alterações corporais, o que poderia gerar uma sensação de desorientação e falta de sentido. Ainda, as redes sociais ampliam a pressão sobre a imagem e podem estimular as idealizações.

AÇÃO E CIDADANIA

Liquidez, relações e significados

1. Analise a imagem a seguir, considerando o contexto do projeto artístico do qual ela faz parte, e responda no caderno: Como a imagem pode ser relacionada à crítica sobre a modernidade?

© Néle Azevedo / AUTVIS, Brasil, 2024.
Fotografia: Rui Vieira/PA Images/Getty Images



Esculturas de gelo da artista brasileira Néle Azevedo, como parte de projeto intitulado *Monumento mínimo*, instalado em Birmingham, na Inglaterra, para homenagear as vítimas da Primeira Guerra Mundial. Foto de 2014.

2. Ao teorizar sobre a modernidade líquida, Bauman afirma que os relacionamentos amorosos tendem a ser mais superficiais e efêmeros. Você concorda com o pensador? Explique.
3. Como você percebe a influência das redes sociais na construção da identidade e da autoimagem dos jovens na atualidade?

A SOCIEDADE DO CANSAÇO

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (1959-) interpreta a sociedade contemporânea sob uma perspectiva diferente. Ele entende a modernidade como uma época marcada por barreiras, trincheiras e cercas, em que predomina a ideia do “eu” contra inimigos externos. Han apresenta o presente como um momento de diluição das fronteiras, em que os inimigos estariam internalizados. Por isso, ele considera o contemporâneo um momento de doenças relacionadas aos neurônios, como a depressão, o *burnout*, a síndrome de hiperatividade e outras, que marcam a luta do indivíduo contra o que vem dele mesmo.

A ausência de fronteiras e a multiplicidade sem limites de identidade, que Hall considerava aspectos promissores da pós-modernidade, são, para Han, uma violência da positividade: revelariam uma sociedade permissiva e pacificada. A massificação do positivo produzida pelo contemporâneo vem resultando em uma sociedade do desempenho e em sujeitos de obediência permanente, que agiriam como empresários de si mesmos. Assim, o cansaço, o *burnout* e a depressão seriam características dessa sociedade.

Em entrevista ao *El País* em 2021, Han argumenta que, frente à sociedade do cansaço, seria necessária a disputa política por um tempo além do ócio.

A existência humana hoje está totalmente absorvida pela atividade. Com isso se faz completamente explorável. A inatividade volta a aparecer no sistema capitalista de dominação com incorporação de algo externo. É chamado tempo de ócio. Como serve para se recuperar do trabalho, permanece vinculado ao mesmo. Como derivada do trabalho constitui um elemento funcional dentro da produção. Precisamos de uma política da inatividade. Isso poderia servir para liberar o tempo das obrigações da produção e tornar possível um tempo de ócio verdadeiro.

HAN, Byung-Chul. Byung-Chul Han: “O celular é um instrumento de dominação. Age como um rosário”. [Entrevista cedida a] Sergio Fanjul. *El País*, 9 out. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-10-09/byung-chul-han-o-celular-e-um-instrumento-de-dominacao-age-como-um-rosario.html>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Christophe Dejours (1949-), psiquiatra e psicanalista francês, foi um dos primeiros estudiosos a relacionar as práticas de trabalho e o ambiente laboral à saúde mental e ao bem-estar dos indivíduos. Suas pesquisas iniciais se dedicaram a investigar a relação entre trabalho e subjetividades nas fábricas e nos trabalhos manuais. No entanto, em seus últimos estudos, ele tem alertado sobre o aumento de casos de depressão e suicídio associados ao que denomina “giro gerencial” no trabalho, isto é, o modo de trabalho contemporâneo que exige desempenho e autovigilância permanentes.

Em 2023, o Ministério da Saúde do Brasil atualizou a lista de doenças ocupacionais, incluindo, pela primeira vez, transtornos mentais como patologias do trabalho. *Burnout*, estresse, ansiedade, depressão e suicídio foram alguns dos transtornos incluídos na lista. As frases motivacionais no mundo contemporâneo convocam o trabalhador ao desempenho máximo, levando-o ao adoecimento, como podemos observar na crítica exposta na imagem.



Quadrinhos de Antonio Dias, 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CHYpAJvF5Vn/?igsh=YnJqdHptMj15aWdqGimg_index=1. Acesso em: 1º out. 2024.

Antonio Dias/Arquivo do cartunista

INTERAÇÃO

1. No seu cotidiano, você se depara com discursos motivacionais como os expostos nos quadrinhos? O que pensa a respeito deles?
2. Como a crítica presente nos quadrinhos se relaciona com a análise de Byung-Chul Han a respeito da sociedade do cansaço?

1 Leia o poema a seguir.

Ode triunfal

À dolorosa luz das grandes lâmpadas elétricas da fábrica
Tenho febre e escrevo.

Escrevo rangendo os dentes, fera para a beleza disto,
Para a beleza disto totalmente desconhecida dos antigos.

Ó rodas, ó engrenagens, r-r-r-r-r-r-r eterno!
Forte espasmo retido dos maquinismos em fúria!
Em fúria fora e dentro de mim,
Por todos os meus nervos dissecados fora,
Por todas as papilas fora de tudo com que eu sinto!
Tenho os lábios secos, ó grandes ruídos modernos,
De vos ouvir demasiadamente de perto,
E arde-me a cabeça de vos querer cantar com um excesso
De expressão de todas as minhas sensações,
Com um excesso contemporâneo de vós, ó máquinas!

Em febre e olhando os motores como a uma Natureza
tropical -
Grandes trópicos humanos de ferro e fogo e força -
Canto, e canto o presente, e também o passado e o futuro,
Porque o presente é todo o passado e todo o futuro
E há Platão e Virgílio dentro das máquinas e das luzes
elétricas

Só porque houve outrora e foram humanos Virgílio e Platão,
E pedaços do Alexandre Magno do século talvez cinquenta,
Átomos que não de ir ter febre para o cérebro do Ésquilo
do século cem,
Andam por estas correias de transmissão e por estes
êmbolos e por estes volantes,
Rugindo, rangendo, ciciando, estrugindo, ferreando,
Fazendo-me um acesso de carícias ao corpo numa só
carícia à alma.

Ah, poder exprimir-me todo como um motor se exprime!
Ser completo como uma máquina!
Poder ir na vida triunfante como um automóvel
último-modelo!

[...]

CAMPOS, Álvaro de. Ode triunfal. In: PESSOA, Fernando. *Poemas completos de Álvaro de Campos*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jp000011.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

O poema é de autoria de Álvaro de Campos, heterônimo do poeta português Fernando Pessoa (1888-1935), e foi publicado pela primeira vez na revista *Orfeu*, em 1915. O texto apresenta características do movimento literário Modernismo e traz imagens que são características da modernidade. Relacionando o que você aprendeu sobre a modernidade, responda:

- Quais elementos e imagens remetem à modernidade? Especifique a quais características remetem esses elementos.
- No poema, podemos ler menções a movimentos, a meios de transporte, a trajetórias. Explique como isso pode se relacionar à modernidade.
- O eu lírico exprime o desejo de “Ser completo como uma máquina!”. Em sua opinião, como o desejo de ser máquina pode se relacionar à sociedade do cansaço?

2 (Enem)

Desde o mundo antigo e sua filosofia, que o trabalho tem sido compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. Trabalho e fadiga. Na Modernidade, sob o comando do mundo da mercadoria e do dinheiro, a prevalência do negócio (negar o ócio) veio sepultar o império do repouso, da folga e da preguiça, criando uma ética positiva do trabalho.

ANTUNES, R. O século XX e a era da degradação do trabalho. In: SILVA, J. P. (org.). *Por uma sociologia do século XX*. São Paulo: Annablume, 2007 (adaptado).

O processo de ressignificação do trabalho nas sociedades modernas teve início a partir do surgimento de uma nova mentalidade, influenciada pela

- reforma higienista, que combateu o caráter excessivo e insalubre do trabalho fabril.
- Reforma Protestante, que expressou a importância das atividades laborais no mundo secularizado.
- força do sindicalismo, que emergiu no esteio do anarquismo reivindicando direitos trabalhistas.
- participação das mulheres em movimentos sociais, defendendo o direito ao trabalho.
- visão do catolicismo, que, desde a Idade Média, defendia a dignidade do trabalho e do lucro.

3 (Unicamp)

A palavra Antropoceno aparece hoje no título de centenas de livros e artigos científicos, em milhares de citações, e seu uso continua a crescer nos meios de comunicação. Referindo-se à época em que as ações humanas começaram a provocar alterações biofísicas em escala planetária, o termo foi criado nos anos de 1980 e popularizado na década de

2000. Grupos de especialistas constataram que essas alterações afetavam o Sistema Terra do relativo equilíbrio observado desde o início do Holoceno, há 11.700 anos. Para marcar o início dessa nova era, tais grupos escolheram simbolicamente o ano de 1784, momento do aperfeiçoamento da máquina a vapor e sua popularização. O contexto também corresponde ao início da revolução industrial e da utilização dos combustíveis fósseis.

Adaptado de LÉNA, P.; ISSBERNER, L. Antropoceno: os desafios essenciais de um debate científico. *Correio da Unesco*. Suplemento on-line. Unesco Courier. 2018-2. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2018-2/antropoceno-os-desafios-essenciais-um-debate-cientifico>. Acesso em: 3/5/2024.

Com base na leitura do texto anterior e em seus conhecimentos, assinale a alternativa correta:

- A partir do século XVIII, com o Iluminismo, a crença da superioridade humana sobre a natureza foi amplamente questionada, o que diminuiu os impactos das ações humanas sobre o Planeta em todo o século XX e XXI.
- A partir da Era Moderna, o antropocentrismo pautou a crença na superioridade humana sobre a natureza; essa ideia foi consolidada em 1784, mantendo-se nas ciências até o presente com o nome de Antropoceno.
- Mudança climática, alteração da cobertura vegetal e perda de biodiversidade em grande escala são marcas da humanidade no Planeta desde as expansões marítimas do século XVI, sendo pouco preocupantes para as ciências.
- Com a popularização do estilo de vida norte-americano, houve uma aceleração das mudanças causadas pela ação humana sobre o Planeta Terra, mudanças essas que vinham ocorrendo desde 1784, com a Revolução Industrial.

4 Leia a tira e observe a imagem a seguir.



DAHMER, André. *Quadrinhos dos anos 10*. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2016.



Passageiros de metrô lendo jornal. Nova York, Estados Unidos, década de 1950.

A foto, de 1950, retrata pessoas concentradas na leitura de seus jornais, enquanto se deslocam em um meio de transporte. Na tira de André Dahmer, que se passa na década de 2010, Rodolfo está conectado à internet, mas, ao mesmo tempo, desconectado do mundo real. Com base nas imagens, responda:

- A invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, no século XV, foi considerada uma revolução na história e fundamental para a modernidade. Com base no que você sabe sobre a modernidade, como a imprensa e a circulação de livros e jornais podem ter contribuído na consolidação da modernidade? Explique.
- Na foto, apesar de os indivíduos estarem atentos ao jornal, eles parecem desatentos às relações sociais ao seu redor. Explique como as relações sociais foram impactadas pela modernidade.
- A tira trata de um período considerado por cientistas sociais como parte da pós-modernidade ou modernidade líquida. Explique o que seria a pós-modernidade e a modernidade líquida e como a situação retratada se vincularia a esse período.

ECOS DO MANIFESTO COMUNISTA

A obra *Manifesto Comunista*, originalmente denominada *Manifesto do Partido Comunista*, foi publicada em 1848, com o título em alemão *Manifest der Kommunistischen Partei*. Inicialmente, foi impressa em formato de panfleto para os trabalhadores industriais, com o objetivo de explicar de forma crítica a sociedade industrial e convidá-los a se unir ao movimento internacional dos trabalhadores. Por essa razão, tal obra pode ser considerada um dos principais tratados de política, dada a enorme influência que exerceu, tanto entre os adeptos quanto entre os críticos de suas ideias. No Brasil, a primeira edição traduzida foi publicada apenas 75 anos depois, em 1923.

Karl Marx e Friedrich Engels discutem nesse livro algumas características da modernidade, e o foco principal é elucidar a luta de classes entre burgueses e proletários, identificando as formas de exploração e reivindicando a necessidade de transformação social por meio do desenvolvimento da consciência de classe.

Leia, a seguir, alguns trechos selecionados dessa obra.

A descoberta da América, a circum-navegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição.

[...]

A burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário.

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, **despudorada** e brutal.

A burguesia despojou de sua **auréola** todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados.

A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias. [...]

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar toda parte, criar vínculos em toda parte. [...]

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a corrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação dos bárbaros mais **tenazmente** hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringê-las a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção da propriedade e da população. Aglomerou as

populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por **débeis** laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas **aduaneiras** diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 41-44.

- 1 No trecho “A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política”, o que Marx e Engels querem dizer com centralização política? Explique por que ela foi uma “consequência necessária” da modernidade.
- 2 A qual processo da modernidade Marx e Engels se referem no trecho “Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta”? Explique.
- 3 Marx e Engels mencionam no texto a descoberta e a colonização da América e a circun-navegação da África como formas de ampliação do campo de ação da burguesia. Sabendo que a expansão marítimo-europeia fez parte do projeto da modernidade e que a colonização não implicou imediato desenvolvimento tecnológico ou industrial nas colônias, explique por que a colonização dos continentes americano e africano pode ser considerada uma ação da modernidade.
- 4 No trecho “uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária”, os autores fazem menção à centralização política pelo Estado-Nacional como aspecto fundamental da modernidade. Explique como a pós-modernidade questiona esse aspecto.
- 5 A artista brasileira Tarsila do Amaral foi à União Soviética em 1931 e, em 1933, pintou o quadro *Operários*. Leia o texto, observe a imagem e, depois, responda à questão.

aduaneiro: próprio da alfândega, do órgão público que fiscaliza a entrada e a saída de mercadorias, em aeroportos e fronteiras, cobrando as taxas que lhe são correspondentes.

auréola: glória, prestígio.

débil: fraco, sem energia.

despudorado: sem vergonha.

tenazmente: feito com afinco, com intuito de fixar firmemente.

A industrialização brasileira começou no início do século XIX principalmente no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, onde havia matéria-prima – principalmente o algodão para a indústria têxtil – e uma população numerosa para o consumo da produção.

[...]

Em 1895, já havia 52 fábricas em São Paulo, sendo a maioria no ramo têxtil, de cerveja, chapéus e fósforos, serrarias e fundições. [...]

Esse contexto de rápido crescimento populacional e industrial tornam-se reflexos da “modernidade” tão alardeada pelas vanguardas artísticas. O futuro chegava a São Paulo e tornava-se um dos temas da produção artística nacional. [...]

A mão de obra operária era diversa e isso fez com que as ideias que já circulavam em países com uma industrialização mais avançada chegassem também ao Brasil. As condições de trabalho nas fábricas nesse estopim industrial eram degradantes e impróprias, o que fez com que esses operários se organizassem politicamente, a partir de suas experiências anteriores, com o intuito reivindicar melhorias. Assim, surgem as ligas operárias e sociedades de resistência, que lutavam por menor jornada de trabalho, assistência ao trabalhador doente e acidentado, normatização e regulamentação dos direitos trabalhistas



Operários, de Tarsila do Amaral, 1933. São Paulo (SP).

feminino e infantil, mas também moradia, educação, alimentação e saúde.

A situação dessas classes pode ser vista na obra, em que Tarsila mostra rostos abatidos e exaustos pelo trabalho extenuante tanto de homens como de mulheres, idosos e crianças. [...]

ACERVO Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. *Arte em detalhes*: Tarsila do Amaral. Disponível em: <https://www.acervo.sp.gov.br/ArteDetalheTA.html>. Acesso em: 26 ago. 2024.

- Em sua opinião, como os trechos do *Manifesto comunista* e a obra *Operários* estão relacionados? Explique.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

MARIA LUCIA BUENO

Neste capítulo, estudamos as abordagens teóricas sobre a sociedade contemporânea, problematizando a respeito das diferentes visões acerca da transição da modernidade. A socióloga Maria Lucia Bueno (1950-) explora os temas do moderno e do contemporâneo nas artes plásticas. Com base na ideia de "mundo da arte", ela investiga a relação entre estética, cultura, consumo e sociedade, oferecendo uma reflexão interessante que complementa os temas do capítulo.

PERFIL

Maria Lucia Bueno nasceu em São Paulo em 1950, graduou-se em 1983 e, em 1990, tornou-se mestre em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 1995, obteve o título de doutora na mesma área pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), defendendo uma tese sobre as artes plásticas no século XX. Atualmente, é docente da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

OBRAS-CHAVE

- *Arte e cultura na modernidade-mundo* (2021)
- *Une modernité brésilienne: art moderne et marche de l'art à São Paulo et Rio de Janeiro au milieu du XXe siècle* (2014)
- *Sociologia das Artes Visuais no Brasil* (2012)
- *Cultura e consumo: estilos de vida na contemporaneidade* (2008)
- *Corpo, território da cultura* (2005)
- *Artes plásticas no século XX: modernidade e globalização* (2001)

EM LEITURA

A obra de Maria Lucia Bueno se insere na área da Sociologia da Cultura, com enfoque no mundo das artes plásticas, o qual ela reconstruiu e analisou em detalhes ao longo de sua carreira. Segundo a autora, a modernidade nas artes se expressa como uma ruptura com a cultura normativa das academias de arte. Houve uma crise e uma renovação; a transição para o século XX marcou a rejeição do academicismo clássico e a valorização da autenticidade artística. Isso deu início a um movimento que Bueno chama de "desterritorialização" das artes plásticas, que passaram a se apoiar na individualidade dos artistas e em suas obras, em vez da tradição dos países de origem. Esse movimento não é espontâneo nem exclusivo do mundo das artes, estando intimamente ligado às mudanças sociais de uma organização capitalista em desenvolvimento.

O aumento sem precedentes da população nos centros urbanos industrializados, o desenvolvimento da esfera monetária e a modernização do capitalismo foram identificados pela autora como fatores condicionantes para transformações estruturais no mundo da arte. Os conceitos de **arte** e **artista** são afetados, assim como a produção e a circulação cultural. A nova dinâmica social é incorporada ao mundo das artes, levando a maior reflexividade no processo artístico. O artista começa a expressar em sua produção seus pensamentos sobre sua condição e a do mundo, enquanto os objetos artísticos resultantes desse processo são capturados pela lógica do mercado capitalista em expansão.

No futuro, quando olharmos para o século XX, tendemos a identificar a década de 1960 como um período de importantes transformações na história da cultura e das artes plásticas. Na ocasião, assistimos à consolidação e à ampliação da modernidade em escala planetária, com o universo da cultura e das artes se desenvolvendo interligado com o da indústria cultural. É o limiar do processo de globalização, visível a partir dos anos 1980, momento-chave na trajetória das artes plásticas, assinalando a expansão da arte contemporânea.

Essas transformações ocorreram no âmbito da produção, da distribuição e da circulação, sendo talvez a primeira ocasião do século em que a lógica de operação dessas esferas distintas começou a convergir. Desde então, em maior ou menor grau, o mercado e as instituições – que vinham imprimindo o tom no mundo das artes – ajustam-se às constantes redefinições de uma produção artística cada vez mais segmentada.

[...]

Se recuarmos até a Europa de meados do século XIX, encontramos nas ressonâncias daquela modernidade emergente os germes da condição artística que se consolidou no final do século XX. É aí que se anuncia como irreversível a formação de uma sociedade pós-tradicional [...], onde as tradições

perdem sua eficácia enquanto forças motrizes da vida social, que, por sua vez, se converte em um espaço cada vez mais indefinido. Tal indefinição, que reaparece radicalizada na sociedade contemporânea, é produto de um meio no qual as referências deixam de estar preestabelecidas, “em que os elos sociais têm efetivamente que ser feitos e não herdados do passado” [...].

Uma característica dessa modernidade que surge é o aumento sem precedentes da população nos centros urbanos industrializados. Diante dessa expansão, as antigas instituições, que operavam num âmbito muito restrito, tornaram-se inoperantes. Outra característica é o movimento de des-territorialização generalizado, promovendo uma autonomia crescente das esferas e indivíduos, em uma atmosfera marcada pela reflexividade, pelo risco e pela incerteza. O desenvolvimento da economia monetária, da modernização capitalista – como assinalam vários autores da sociologia clássica –, impondo uma nova dinâmica à vida econômica, política e social foi responsável pela corrosão das sociedades tradicionais, provocando essa nova condição [...].

BUENO, Maria Lucia. Do moderno ao contemporâneo: uma perspectiva sociológica da modernidade nas artes plásticas. *Revista de Ciências Sociais*, v. 41, n. 1, p. 27-28, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revciensa/article/view/473/455>. Acesso em: 26 ago. 2024.

© 2024 - The Andy Warhol Foundation for the Visual Arts, Inc. / Licensed by AUVIS, Brasil. / Fotografia: Alamy/Easy Mediabank



Three Marilyns (em tradução livre: *Três Marilyns*), de Andy Warhol, obra de 1962. Técnica da serigrafia, que consiste em reprodução de imagens.

Maria Lucia Bueno realiza uma leitura histórica da modernidade com base nas artes plásticas, identifica a década de 1960 como importante momento de consolidação de mudanças em que opera a “des-territorialização” interligada com a indústria cultural, ou seja, a produção e a distribuição cultural se ligam ao consumo de massa. Ela marca os anos 1980 como a expansão desse processo, da modernidade à contemporaneidade. Se a modernidade foi percebida pela autora como uma ruptura na lógica de funcionamento no mundo das artes, a contemporaneidade, por sua vez, é uma expansão e um aprofundamento da lógica em escala mundial. A produção, distribuição e circulação das artes plásticas passam a ser amplamente condicionadas pela lógica da mercadoria e de mercado.

PARA CONCLUIR

- 1 Com base na problematização de Maria Lucia Bueno sobre as transformações no mundo das artes, faça o que se pede a seguir.
 - a) Escolha um artista contemporâneo e descreva sua produção; pense em cantores, pintores, fotógrafos, artistas de rua, etc.
 - b) Identifique um aspecto de sua produção artística que se relacione com o entorno desse artista (o país, o município, a comunidade e/ou os grupos aos quais está vinculado). Evidencie essa relação e explique como isso é retratado na produção artística.

Não escreva no livro.

TRABALHO: CATEGORIA HISTÓRICA E SOCIAL

1. Você ou algum conhecido seu já utilizou serviços de entrega de produtos por aplicativos? Com base em sua vivência, quais experiências você teve com esse tipo de serviço?
2. Na imagem a seguir, observa-se a realização de um protesto. Em sua opinião, as condições de trabalho dos entregadores são adequadas? Se sim, por quê? Se não, quais seriam as condições ideais?
3. Em geral, os entregadores de aplicativos são considerados trabalhadores autônomos. Quais as principais diferenças entre um trabalhador autônomo e um empregado formal?
4. Você conhece outros profissionais que atuam como trabalhadores autônomos? Compartilhe seus conhecimentos sobre o tema com os colegas.

Protesto realizado por entregadores de produtos solicitados por aplicativos no município de São Paulo, em 2022.



Roberto Casimiro/Fotoarena

A noção de trabalho é muito complexa e envolve inúmeras camadas de significados. Podemos dizer que o trabalho é o meio pelo qual o ser humano se relaciona com o ambiente, pois foi por meio de técnicas e das tecnologias desenvolvidas que pôde se fixar no território, transformando matérias-primas em instrumentos e insumos para a sobrevivência. Podemos dizer, ainda, que o trabalho é uma das dimensões que constituem a identidade de uma pessoa, uma vez que a profissão está relacionada à trajetória social, pessoal e técnica de um indivíduo e revela elementos importantes sobre as relações de poder e de *status* que organizam as diferentes sociedades. Pode-se afirmar, também, que o trabalho é elemento essencial para a compreensão das diversas maneiras pelas quais os sistemas econômicos se estruturaram ao longo da história, não apenas porque as relações de trabalho são diferentes, mas porque, sendo diferentes, elas impactam de maneira distinta a própria organização social.

Além disso, inclusive em termos conceituais, por meio de discussões, estudos, pesquisas e debates, a noção de

trabalho se transformou no decorrer do tempo. Não podemos confundir o que chamamos de trabalho atualmente no Brasil com as inúmeras formas de trabalho que marcaram o processo histórico em diferentes sociedades ao longo do tempo.

Para iniciar essa discussão, a imagem desta página problematiza a relação de trabalho entre os entregadores e a administração responsável por aplicativos de entrega, um fenômeno contemporâneo que está em curso e sobre o qual se tem mais questionamentos do que, necessariamente, respostas. Como são as condições de trabalho dessas pessoas? Como deveriam ser? Quais são os direitos dos entregadores como profissionais autônomos? Qual é o vínculo entre empresas que gerenciam aplicativos, entregadores e consumidores? As remunerações são adequadas e justas? A longo prazo, qual é o impacto dessa modalidade de trabalho para a sociedade e, principalmente, para os jovens das próximas gerações? Para refletir sobre essas e outras questões, neste capítulo vamos abordar o conceito de trabalho e suas transformações a partir de pensadores das Ciências Sociais.

OS SENTIDOS FILOSÓFICOS E SOCIAIS DO TRABALHO

Nos primeiros agrupamentos humanos, o trabalho estava relacionado à sobrevivência. No período Paleolítico, envolvia a coleta e a caça, necessárias à alimentação e à segurança que caracterizam o nomadismo. Com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária no período Neolítico, o trabalho passou a ter uma organização e uma divisão de tarefas que possibilitavam a sobrevivência, a fixação no território e o desenvolvimento das primeiras vilas e comunidades.

Na Antiguidade, emergiram novas reflexões acerca das funções do trabalho. A Grécia Antiga, por exemplo, se organizou com base na escravidão, julgando o serviço braçal inferior em comparação com os trabalhos intelectuais. Dessa forma, cabia aos homens considerados cidadãos se ocupar de atividades políticas e militares, enquanto os demais realizariam outros serviços, sobretudo os braçais. Essa ideia também permeou a sociedade romana, na qual a escravidão estava intimamente ligada à expansão territorial e militar. O trabalho escravo em Roma era tão importante para a estrutura social que a crise do escravismo é considerada um dos principais fatores para a decadência do Império. Em ambas as sociedades, na Grécia e na Roma antigas, existiu a escravidão por dívida como punição aos prisioneiros de guerra, mostrando como o trabalho era visto como algo penoso e como castigo aos “derrotados”.

O mundo medieval manteve a mesma visão sobre o trabalho. A servidão medieval o estruturava como uma obrigação em relação aos senhores feudais, pois os servos deviam pagar os tributos aos donos da terra com trabalho e parte da produção. A **talha** tirava dos camponeses parte de sua produção e a **corveia** consistia no trabalho obrigatório nas terras do senhor. Aos nobres, restava uma vida com foco em atividades militares e de lazer. A servidão era legitimada pelo cristianismo, já que a própria Igreja católica possuía terras e utilizava a servidão como forma de trabalho. Nesse período, os serviços braçais continuam sendo vistos como algo torturante e desqualificado.

Com o avanço da modernidade, a noção de trabalho se transforma. O crescimento da burguesia faz com que a ideia de enriquecimento pelo esforço passe a ser considerada. Os burgueses criam oficinas e corporações de ofício em novas cidades em expansão. A circulação de moedas cresce e o trabalho em troca de um pagamento financeiro se torna comum. É nesse contexto que o protestantismo de Martinho Lutero e João Calvino surge, defendendo a ideia de que a riqueza pelo trabalho era algo divino e, portanto, deveria ser valorizada. As pessoas teriam de ser disciplinadas, seguindo uma ética do trabalho, e ao mesmo tempo modestas, de forma a permitir o enriquecimento. O ócio, nesse contexto,

passa a ser considerado pecado. Existe, portanto, uma mudança relevante no papel do trabalho na organização social, pois ele deixa de ser visto como algo penoso e passa a ser compreendido como recompensador e até mesmo sagrado.



Biblioteca do Museu Britânico, Londres. Fotografia: Album/Fotorena

Ilustração representando o trabalho dos servos em uma propriedade rural durante o feudalismo. Cerca de 1300/1325.

O posterior surgimento da indústria transformou radicalmente as relações de trabalho e, conseqüentemente, a organização social. O aparecimento de uma nova classe, o operariado, que vende sua força de trabalho em uma produção cada vez mais mecanizada e envolta por máquinas, traz novas questões e necessidades à sociedade. A divisão do trabalho, característica fundamental do processo industrial, pode ser observada no exemplo do alfinete, oferecido pelo pensador escocês Adam Smith (1723-1790) e reproduzido a seguir.

Tomemos, pois, um exemplo, tirado de uma manufatura muito pequena, mas na qual a divisão do trabalho muitas vezes tem sido notada: a fabricação de alfinetes. [...] Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente. Assim, a importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas manufaturas, são executadas por pessoas diferentes, ao passo que, em outras, o mesmo operário às vezes executa 2 ou 3 delas.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 64-65.

O início da industrialização foi marcado pela ausência de leis trabalhistas e forte exploração dos operários, com longas jornadas de trabalho realizadas em condições precárias, o que causava doenças, acidentes e mortes. Os direitos trabalhistas foram resultado de um longo processo de lutas e protestos, greves e organização de sindicatos.

DURKHEIM, COESÃO E SOLIDARIEDADE SOCIAL

Como vimos anteriormente, o sociólogo Émile Durkheim é uma referência importante para a compreensão da organização social, especialmente por meio de seu pensamento a respeito da **coesão social**. Para ele, a sociedade é anterior aos indivíduos e deve se sobrepôr aos interesses e desejos individuais, pois isso é condição para que a sociedade se mantenha coesa.

Em sua análise sobre a sociedade, Durkheim faz uso do conceito de **solidariedade**. É preciso entender que, nesse caso, solidariedade não significa ajuda ou auxílio a alguém, e sim a ideia de que toda a sociedade possui uma reciprocidade de obrigações entre seus membros. Para o pensador, a solidariedade social define uma dependência mútua entre todos os indivíduos, permitindo à sociedade que seja funcional e coesa entre seus membros participantes. É essa solidariedade que possibilita a sensação de pertencimento dos indivíduos a um mesmo grupo, reproduzindo os elementos da coesão social.

Todo o mundo sabe, de fato, que existe uma coesão social cuja causa está numa certa conformidade de todas as consciências particulares a um tipo comum que não é outro senão o tipo psíquico da sociedade. Com efeito, nessas condições, não só todos os membros do grupo são individualmente atraídos uns pelos outros, por se assemelharem, mas também são apegados ao que é a condição de existência desse tipo coletivo, isto é, a sociedade que formam por sua reunião. [...] Eles a querem como querem a si mesmos, desejam que ela dure e prospere, porque, sem ela, há toda uma parte da sua vida psíquica cujo funcionamento seria entravado. Inversamente, a sociedade deseja que eles apresentem todas essas semelhanças fundamentais, porque se trata de uma condição de sua coesão. Há em nós duas consciências: uma contém apenas estados que são pessoais a cada um de nós e nos caracterizam, ao passo que os estados que a outra compreende são comuns a toda a sociedade. A primeira representa apenas nossa personalidade individual e a constitui; a segunda representa o tipo coletivo e, por conseguinte, a sociedade sem a qual ele não existiria.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 78-79.

Dessa forma, Durkheim caracteriza dois tipos de solidariedade: a **mecânica** e a **orgânica**. A solidariedade mecânica é comum nas sociedades anteriores ao desenvolvimento do sistema capitalista, como a sociedade feudal. Nesse tipo de solidariedade, a divisão social do trabalho não é um fator muito relevante, porque, em tese, os indivíduos viveriam a mesma experiência de sociedade, com forte apelo à coletividade e sem destaque para o individualismo, pois há um conjunto de crenças e sentimentos compartilhados entre todos. Sob a ênfase da solidariedade mecânica, os indivíduos agiriam de acordo com as funções estabelecidas para os grupos sociais, com menos

espaço para a ação orientada pela consciência individual. Se criarmos um paralelo com a sociedade feudal, vamos perceber funções bem definidas entre servos e senhores. Enquanto ao servo cabe o trabalho agrícola, ao senhor cabe o trabalho militar, não havendo espaço para uma nova configuração de papéis sociais entre eles. Cada um deles tem uma função definida pela posição que ocupa na hierarquia social e não consegue se desvencilhar desse modelo.

A solidariedade orgânica, por sua vez, aconteceria em sociedades eminentemente capitalistas, como as industriais. Nesse tipo de sociedade, haveria a intensificação e o aprofundamento da divisão de trabalho, a partir dos quais os indivíduos teriam funções profissionais mais especializadas e interdependentes. Ou seja, nas sociedades caracterizadas pela ênfase na solidariedade orgânica, um trabalho depende de outro, e assim sucessivamente, gerando um sistema complexo de relações de trabalho, mediante as quais ganha espaço o individualismo e diminui o impacto da consciência coletiva. Se pensarmos na sociedade brasileira atual, podemos perceber que existe uma grande variedade de funções profissionais disponíveis, em constante transformação, e que são integradas a um sistema de interdependência de funções. Por exemplo, para que um piloto de avião possa conduzir uma aeronave de um ponto A a um ponto B, é necessário que mecânicos realizem a manutenção do avião e que funcionários da companhia aérea vendam as passagens e organizem o embarque dos passageiros, para citarmos apenas algumas atividades interdependentes.

coesão social: em Ciências Sociais, refere-se ao grau de consenso e integração dos membros de um grupo social que possibilita a percepção sobre pertencimento e a manutenção do próprio grupo.



Greve dos funcionários do aeroporto em Frankfurt, Alemanha, causa o cancelamento de voos. Foto de 2023.

INTERAÇÃO

1. Em nossa sociedade, qual das solidariedades propostas por Durkheim prevalece? Por quê?
2. Quais funções profissionais interdependentes você observa em seu cotidiano? Dê alguns exemplos.

WEBER E A RACIONALIZAÇÃO

Outro pensador clássico das Ciências Sociais que nos ajuda a compreender os sentidos atribuídos ao trabalho é Max Weber. Para ele, a principal característica da modernidade é a **racionalização**, observada, inclusive, em sua relação com o trabalho. Na obra *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*, publicada originalmente em 1904, o autor relaciona as bases da **ética protestante** ao desenvolvimento e à consolidação do capitalismo.

Para Weber, o protestantismo, especialmente a partir do calvinismo, havia desenvolvido ideias fundamentais para o avanço do capitalismo, principalmente o **ascetismo** e a **teoria da predestinação**. O ascetismo está relacionado à possibilidade de o indivíduo adotar uma conduta racional orientada por um domínio moral sobre suas vontades, no intuito de trilhar um caminho que agrade a Deus. Já a teoria da predestinação afirma que apenas algumas pessoas nascem com a chance de **salvação divina**. Às demais cabe um esforço diário para alcançar esse benefício. Nesse sentido, a **disciplina** para o trabalho e as conquistas materiais obtidas por meio dele seriam sinais de que o fiel está no caminho em direção à salvação.

Como consequência dessa ética protestante, que incentivava a disciplina do trabalho e o planejamento para gerar mais riqueza, teria se consolidado aquilo que o autor chamou de **espírito do capitalismo**. Por essa razão, Weber relaciona a riqueza de determinadas nações à propagação do pensamento protestante entre os cristãos.

Weber explica que a racionalização, característica das sociedades ocidentais na modernidade, parte do princípio de que o avanço da ciência fez com que o pensamento religioso perdesse cada vez mais espaço no âmbito da vida social, causando o **desencantamento do mundo**. Com a ênfase na racionalização, os pensamentos religiosos já não conseguiam explicar ou justificar os fenômenos sociais, e a religião deixou de ser determinante na vida pública, passando a constituir um elemento de caráter privado. Com isso, a **secularização** marca a separação entre o papel do Estado e o da religião. Enquanto o Estado gere a vida pública dos cidadãos, baseado na racionalidade, a religião orienta a conduta individual, a partir de preceitos doutrinários e morais.

Nesse processo é relevante destacar, novamente, o papel da burocratização do Estado. Como explica o autor, a burocracia, tipo de dominação legal, é uma forma de gestão orientada por regras gerais e métodos impessoais de organização. Se pensarmos a organização do Estado brasileiro atualmente, podemos perceber como a burocracia estatal está presente em nosso cotidiano: o uso de documentos pessoais de identificação é o primeiro critério para acessar qualquer serviço do Estado, como contratos, processos de compra e venda, certidões de casamento e habilitação para dirigir, por exemplo.

Em um Estado moderno, o verdadeiro poder está necessária e inevitavelmente nas mãos da burocracia, e não se exerce por meio de discursos parlamentares nem por falas de

monarcas, mas sim, mediante a condução da administração, na rotina do dia-a-dia. [...] Tal como o assim chamado avanço em direção ao capitalismo tem sido o inequívoco critério para a modernização da economia, desde épocas medievais, assim também o progresso em relação ao funcionalismo burocrático caracterizado pelo formalismo de emprego, salário, pensão, promoção, treinamento especializado e divisão funcional do trabalho, áreas bem definidas de jurisdição, processos documentários, sub e super ordenação hierárquicas tem sido o igualmente inconfundível padrão para a modernização do Estado, quer monárquico, quer democrático, pelo menos no que se refere a um Estado composto de grandes massas de povo, e não a um pequeno cantão com administração rotativa.

WEBER, Max. *Textos selecionados*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 39 (Coleção Os economistas).

Atualmente existe uma série de críticas ao papel da burocracia do Estado, principalmente no senso comum, sendo compreendida como um fator de atraso. O argumento dos críticos é que o excesso de burocracia do Estado pode chegar a inviabilizar determinados serviços, e é comum observar movimentos que pedem sua desburocratização. No entanto, é preciso refletir sobre a importância desses processos nas diversas esferas do Estado.

REFLEXÃO

Os lados da burocracia

1. Observe a *charge* a seguir e explique a crítica exposta pelo artista.



Burocracia 2, de Carlos Ruas, publicada na obra *Mundo Averso*, 2018, p. 17.

2. Agora, imagine que você esteja aguardando a confirmação de sua matrícula em uma escola pública do bairro e descobre que o amigo de um vereador do município onde você vive foi beneficiado com a vaga, mesmo estando há menos tempo na fila do que você. O critério para definição da vaga foi impessoal, como prevê a burocracia do Estado? Você acha isso justo? Compartilhe sua opinião com os colegas.

MARX E AS FORMAS DE ALIENAÇÃO DO TRABALHADOR

Como aprendemos no tópico “Estratificação e classe social”, os pensadores alemães Karl Marx e Friedrich Engels desenvolveram suas ideias no contexto de uma sociedade industrial, estratificada por meio de classes sociais. Marx e Engels focalizaram sua análise no **antagonismo** entre proletariado e burguesia, evidenciado em uma constante luta de classes.

Segundo eles, a burguesia detém os meios de produção, mas depende da força de trabalho dos proletários, que, por sua vez, vendem essa força de trabalho em troca de salário para a própria subsistência, e de suas famílias. Entre essas classes há uma relação de exploração, por meio da qual a burguesia acumula mais e mais riqueza.

As ideias de Marx e Engels são significativas para pensar as relações sociais de trabalho e as formas como o capitalismo se desenvolveu no decorrer do tempo. A corrente de estudos marxistas influenciou fortemente os movimentos reivindicatórios de direitos e faz parte das discussões sobre a contemporaneidade.

Na obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, escrita por Marx em 1844 (publicada em 1932, após sua morte), apresenta-se uma discussão importante a respeito do conceito de **alienação**. Para ele, a alienação define um mecanismo de separação e de estranhamento do trabalhador em relação ao produto e ao processo de seu trabalho, bem como de si mesmo e dos outros seres humanos.

Adicionalmente, ao ter que vender sua força de trabalho em troca de salário, o trabalhador fica separado de sua condição humana, pois seu tempo, sua rotina e aquilo que produz passam a ser controlados pelo empregador. O trabalho adquire *status* de sofrimento, martírio ao qual o trabalhador deve se sujeitar para obter salário. Por fim, ele não se reconhece em sua atividade profissional e naquilo que produz, gerando a total perda de sentido em relação à atividade produtiva.

O processo de alienação, portanto, tem relação direta com a divisão do trabalho. Quanto maiores são a mecanização e a produção em série, mais o trabalhador fica alienado, tornando-se uma mercadoria por meio da venda de sua força de trabalho.

A execução do trabalho aparece tanto como uma perversão que o trabalhador se perverte até o ponto de passar fome. A **objetificação** aparece tanto como uma perda do objeto que o trabalhador é despojado das coisas mais essenciais não só da vida, mas também do trabalho. O próprio trabalho transforma-se em um objeto que ele só pode adquirir com tremendo esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. p. 29.

Marx explica que, no processo de alienação, o trabalhador não fica com os ganhos, caso o capitalista obtenha mais lucros. As perdas do capitalista, porém, são transferidas para o trabalhador, que está sob uma condição de exploração. Nesse caso, o trabalhador gera riqueza, mas nunca para si próprio. Conceitos como esse podem ser utilizados para analisar as transformações mais recentes do trabalho. Observe-se, por exemplo, o impacto na autoestima do trabalhador, à medida que o trabalho se torna repetitivo e sem significado (a não ser como meio para o salário), pois quem produz não se identifica com o produto, não se reconhece no processo produtivo e nem vê sentido na produção.

antagonismo: intensa oposição de ideias, valores, comportamentos. Na teoria marxista, refere-se à caracterização das classes sociais que se opõem pela posse (burguesia) ou não (proletariado) dos meios de produção.

objetificação: sinônimo de **reificação** e **coisificação**, consiste no processo pelo qual os seres humanos passam a ser compreendidos como objetos. Na teoria marxista, os trabalhadores são transformados em mercadorias.



Charge do artista Jota Camelo, de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/jotacamelocharges/photos/a.996727887147999/1601753243312124/?type=3>. Acesso em: 1º out. 2024

Para Marx, a sociedade industrial transformou a força de trabalho em uma mercadoria, de modo que o operário perdeu o domínio sobre o que produz e sobre o processo produtivo. Por exemplo: um artesão medieval tinha total domínio de todas as etapas da produção, desde a extração da matéria-prima, passando pelo uso das ferramentas e máquinas, até chegar ao resultado de seu trabalho, a mercadoria que lhe pertencia. Na sociedade industrial, o operário tem domínio apenas de uma etapa específica da produção; não detém a matéria-prima nem as ferramentas e as máquinas, e aquilo que ele produz não lhe pertence, sendo propriedade do capitalista.

INTERAÇÃO

1. Qual é a relação entre a **charge** e o conceito de **alienação** em Marx? Compartilhe sua percepção com os colegas.

Mercadoria, mais-valor e a desumanização do trabalhador

No sistema capitalista, compreendido a partir da ótica das classes sociais, o consumo é uma das relações fundamentais da organização social. Como vimos com Pierre Bourdieu, o sistema de *status* formado por origem de classe, consumo e distinção social posiciona os indivíduos socialmente. Se pensarmos na sociedade atual, podemos concluir que compramos praticamente tudo aquilo que utilizamos no cotidiano: alimentos, roupas, calçados, aparelhos eletrônicos, jogos, produtos de higiene, ingressos para cinema, teatro e *shows*. Praticamente tudo o que você utiliza resulta de uma relação de compra e venda de mercadoria. Essa sociedade marcada pelo consumo é resultado do avanço das indústrias e da produção em massa, que substituiu o trabalho do artesão na produção de itens básicos do cotidiano pela produção em larga escala de itens padronizados, deslocados do processo produtivo e compreendidos tão somente como mercadorias. Como vimos no tópico anterior, até mesmo o trabalhador é visto como mercadoria, já que vende sua força de trabalho ao capitalista.

Protesto contra ações do EHPAD (*Établissement d'hébergement pour personnes âgées dépendantes*), um programa estatal destinado a pessoas idosas. Paris, França, em 2022. Nos cartazes, lê-se, em português, frases como: pessoas antes do lucro, nós não somos mercadorias, melhor salário para os cuidadores.



Hans Lucas/AFP

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto as mercadorias que cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. p. 80.

Para Marx, a questão central é o conceito de **mercadoria**; por isso, no livro I da obra *O capital*, publicado em alemão em 1867, Marx dedica um capítulo à compreensão desse conceito. Para ele, as mercadorias são produtos do trabalho que foram produzidas para serem trocadas e circulam gerando valor sob a forma de **valor de uso** e **valor de troca**. Ao gerar valor, uma mercadoria perde suas características peculiares e é transformada em equivalente para que possa ser trocada. Podemos dizer que o **dinheiro** é o **equivalente geral** que facilita esse processo de circulação das mercadorias. Por exemplo: uma quantidade *x* de tomates equivale a uma quantidade *y* de roupas. Ou, como no capitalismo: um tomate e uma roupa equivalem a um montante específico de dinheiro, no caso do Brasil, calculado na moeda real. Assim, em vez de criar uma equivalência entre as coisas, as mercadorias geram valor e se tornam equivalentes ao dinheiro.

Ao estudar as transformações na sociedade e a passagem das relações feudais de trabalho para relações industriais, Marx analisa as consequências desse processo. O trabalho industrial em série aumenta a produção de mercadorias. Com isso, amplia-se consideravelmente o consumo. No entanto, para consumir é preciso dinheiro, que, no caso dos proletários, é obtido por meio do trabalho, o mesmo que é destinado a produzir mercadorias. Logo, o capitalista consegue acumular riquezas no momento da produção da mercadoria, por meio da exploração da força de trabalho, e da venda desses produtos para os próprios trabalhadores.

O ganho capitalista no momento da produção, que caracteriza a exploração da força de trabalho do operário, é chamado por Marx de **mais-valor** (ou **mais-valia**) e se refere à diferença entre o salário pago ao trabalhador e o valor real do seu trabalho. Se, por exemplo, ele produz o equivalente a R\$ 3 mil em um mês e recebe R\$ 1 mil por esse trabalho, houve R\$ 2 mil de mais-valor, que se traduz em ganho do capitalista. Assim, Marx estabelece a ideia de **trabalho necessário**, aquele que garante a subsistência do trabalhador, e **trabalho excedente**, aquele que gera lucro para o capitalista.

Consciência de classe, emancipação e a atuação sindical

Como vimos anteriormente, uma das bases do pensamento marxista é a ideia da **luta de classes**. Segundo Marx, as sociedades humanas vivem um conflito ininterrupto e nem sempre evidente entre uma classe dominante e uma classe dominada. Marx e Engels iniciam a obra *Manifesto Comunista* com a frase: “A história da humanidade é a história da luta de classes”, pois, para eles, mesmo que assuma diferentes formatos ao longo do tempo, a luta de classes orienta as estruturas de poder das sociedades. Na sociedade industrial, essa luta antagoniza, de um lado, a burguesia e, de outro, o proletariado.

Essa compreensão sobre a luta de classes é fundamental para entendermos o conceito de **emancipação** para esses pensadores. Como propõem Marx e Engels, somente quando os trabalhadores se perceberem como classe explorada pelos donos dos meios de produção é que poderão se emancipar, pois a ocultação dessa exploração e das vantagens de que a burguesia desfruta, assim como a alienação do trabalhador, são estratégias que permitem a reprodução da dominação capitalista.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1985. p. 159.

No trecho em destaque, Marx defende que os operários criem uma **consciência de classe**, reconhecendo-se como parte de um mesmo grupo explorado. O filósofo alemão diferencia dois tipos de consciência: a **consciência de si**, segundo a qual a classe dominada se percebe sujeita à classe dominante e passa a questionar as dinâmicas da sociedade e suas relações de exploração econômica e política; e a **consciência para si**, mediante a qual o proletariado busca romper com a sociedade vigente, organizando-se e criando condições para a transformação da sociedade e a superação da luta de classes. A consciência para si só seria possível após a tomada de consciência de si. Daí a importância que o marxismo dá aos processos de emancipação econômica e política.

O pensamento marxista influenciou os movimentos reivindicatórios do período industrial e segue sendo influente até os dias atuais. As conquistas dos trabalhadores, como a regulação da jornada de trabalho, o salário-mínimo e as férias, foram resultado da organização coletiva, alcançadas principalmente por meio da atuação sindical.

Ao longo do tempo e em diferentes sociedades, existem várias formas de reivindicar e negociar direitos trabalhistas. Estratégias como protestos públicos e greves têm sido utilizadas como forma de pressionar as empresas e o poder público a negociar novos direitos e proteger os existentes. Nesse contexto, os sindicatos são palco de disputas políticas e alvo de diferentes narrativas, algumas

que compactuam com os ideais defendidos pelos sindicalistas e outras que divergem dos ideais e das estratégias adotadas pelos representantes dos trabalhadores.



Professores e sindicato participam de manifestação em Recife (PE), reivindicando convocação de concurso público. Foto de 2023.

emancipação: libertação, independência, autonomia, fim da exploração.

REFLEXÃO

Ludismo e a luta por direitos

O ludismo foi um dos primeiros movimentos operários da Inglaterra, no qual trabalhadores quebravam máquinas em protesto contra a mecanização do trabalho e por melhores condições em suas jornadas. Durante muito tempo, os ludistas foram criticados e tidos como radicais e ingênuos, pois se dizia que não adiantava lutar contra uma mecanização inevitável. Mas alguns historiadores, como Eric Hobsbawm (1917-2012), propõem uma visão diferente para o movimento.

Chegamos agora ao último e mais complexo problema: qual a eficácia da destruição de máquinas? É, acho eu, justo afirmar que a negociação coletiva através do tumulto foi pelo menos tão eficiente como qualquer outro meio de exercer pressão sindical, e provavelmente mais eficiente do que qualquer outro meio disponível antes da era dos sindicatos nacionais para grupos tais como os tecelões, marinheiros e mineiros. [...] O sucesso deles portanto devia ser medido pela sua capacidade de manter as condições estáveis – por exemplo, níveis de salários estáveis contra o desejo perpétuo e bem anunciado dos patrões de reduzi-los ao nível da fome. Isto exigiu uma luta incessante e eficiente. [...] Além do mais, o que quer que tenha acontecido nos engajamentos individuais, o tumulto e a destruição de máquinas proporcionaram aos trabalhadores reservas valiosas em todas as ocasiões. O patrão do século dezoito estava constantemente consciente de que uma exigência intolerável produziria, não uma perda de lucros temporários, mas a destruição de equipamento importante.

HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 30.

1. Com base na reflexão sobre a estratégia dos ludistas na Inglaterra, quais formas de reivindicação de direitos você considera mais eficientes? Justifique sua resposta.

IMPACTO DA PÓS-MODERNIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Já estudamos diferentes perspectivas sobre o conceito de **pós-modernidade** e percebemos que essa concepção surge da superação de uma sociedade racionalizada, partindo para novos tipos de relação, inclusive novas configurações nas relações trabalhistas.

O trabalho na pós-modernidade é marcado pela flexibilização das relações trabalhistas e dos processos produtivos, que impacta não apenas os direitos e a rotina de trabalho dos profissionais, mas também gera valores que afetam as subjetividades, conformando percepções críticas sobre si que intensificam distúrbios físicos e mentais. Novos discursos se aliam à inovação tecnológica, enfraquecendo os laços que antes ligavam os trabalhadores ao seu ambiente de trabalho. O trabalhador passa a ser visto como alguém que deve se adaptar aos valores e à organização das empresas, ser maleável e aberto às mudanças e, ao mesmo tempo, dedicar-se integralmente ao trabalho, vestindo a camisa da empresa. As pesquisadoras brasileiras Marli Appel-Silva e Kátia Biehl destacam, nesse ponto, uma contradição, pois o perfil profissional exigido envolve flexibilidade do trabalhador em relação à empresa, mas fixidez no que se refere à atuação dedicada desse mesmo trabalhador.

Para as autoras, as ideias de liberdade e de autonomia do trabalhador se opõem à rotina do próprio trabalho, pois há sempre, no horizonte, um conjunto de metas e resultados cada vez mais difíceis de serem conquistados e com equipes cada vez menores. Como consequência, os trabalhadores buscam cada vez mais corresponder aos ideais de produtividade colocados pelas empresas à custa de longas jornadas de trabalho, ritmo acelerado e prejuízos ao seu bem-estar e à sua saúde física e mental.

Assim, a aparente liberdade dos processos produtivos oculta a falta de condições de trabalho e acaba responsabilizando diretamente o trabalhador, caso ele não consiga atender às demandas solicitadas. O trabalho passa a ser um fim em si mesmo e o trabalhador é convencido de que seu sucesso depende do cumprimento dessas demandas, percebidas pelo trabalhador como conquista individual obtidas por seu esforço.

O sociólogo estadunidense Richard Sennett (1943-) explica que as empresas que pregam a ideia de liberdade, como as *big techs*, acabam sendo as que possuem maior controle de seus trabalhadores e clientes. De acordo com o pensador, o trabalhador fordista tinha mais relações e maior estabilidade, já que construía sua história em uma mesma empresa e função e, portanto, participava de uma comunidade estabelecida, inclusive em suas relações pessoais, alheias à função profissional. Se você costuma conversar com pessoas idosas, provavelmente conhece alguém que trabalhou em uma única empresa durante toda a carreira. O trabalhador flexibilizado, por sua vez, não estabelece essas relações de longo prazo, já que está em constante mudança de funções, empresas e localidades para atender às demandas do novo mercado. Essa concepção de trabalho, surgida no contexto da pós-modernidade, deixa os riscos de resultados sob a responsabilidade do próprio trabalhador, que se vê como responsável exclusivo por seu sucesso.

Com a necessidade do isolamento social durante a pandemia de covid-19, entre 2020 e 2021, uma forma de trabalho se ampliou consideravelmente: o **home office**. Nessa modalidade, o trabalho e as demandas são realizadas fora do ambiente da empresa, geralmente na residência do trabalhador, como sugere a tradução literal do termo, que seria “escritório em casa”. Mesmo com o fim do isolamento, muitas empresas optaram por manter esse modelo ou mesclá-lo com a modalidade presencial, criando o **sistema híbrido de trabalho**. Esse formato ilustra bem algumas características das relações trabalhistas na pós-modernidade, na medida em que, ao levar o trabalho para o espaço privado da casa, desconfigura de maneira radical a separação entre espaço pessoal e espaço profissional. As noções de **profissionalismo** e **vida pessoal** são reduzidas drasticamente, ainda que as empresas tenham desenvolvido novas formas de controle e gestão do tempo (pontos eletrônicos, acesso remoto) e do trabalho (agendamento de reuniões, cumprimento de metas, relatórios de desempenho).



Tem aumentado o número de trabalhadores brasileiros diagnosticados com Síndrome de *Burnout* ou Síndrome do Esgotamento Profissional. Foto de 2023.

A precarização e a flexibilização das leis trabalhistas

Em Ciências Sociais, chamamos de **precarização** todo processo de piora nas condições de trabalho e perdas de direitos e benefícios por parte dos trabalhadores. A flexibilização do trabalho, portanto, está intimamente ligada à precarização, já que o trabalho flexibilizado tende à insegurança nas condições de subsistência e a salários mais baixos, baseados em serviços e resultados imediatos. As alterações nas leis, que as tornam mais flexíveis, buscam regulamentar e legitimar novos arranjos na relação entre trabalhadores e empregadores.

No Brasil, o processo de flexibilização das leis trabalhistas atingiu seu auge com a aprovação da Lei n. 13 467, de 2017, popularmente conhecida como Reforma Trabalhista. Nela, estavam expostas características do trabalho da pós-modernidade e diversos elementos que enfraquecem os laços entre trabalhadores e empresas e precarizam as condições de trabalho e as diretrizes para a contratação de funcionários. Embora envolva em muitos debates e posicionamentos contrários, a lei foi aprovada na Câmara dos Deputados. Os defensores do projeto argumentavam que ele modernizaria as relações, diminuiria os custos dos empresários e, como consequência, criaria mais vagas de emprego. Os críticos, por sua vez, argumentavam que ampliaria o processo de precarização do trabalho e retiraria direitos dos trabalhadores, enquanto beneficiaria os empregadores.



Então presidente da República Michel Temer participa de solenidade para sancionar a Reforma Trabalhista, em Brasília (DF), em 2017.

As principais mudanças consolidadas pela Reforma Trabalhista foram:

- Permissão do trabalho intermitente, em que o trabalhador só é acionado quando o empregador considera necessário, recebendo proporcionalmente.
- Não obrigatoriedade de acompanhamento do sindicato no momento de rescisão contratual.
- Negociação entre patrões e empregados sobreposta aos acordos coletivos, que estabelecem as regras para a atuação profissional.
- Não obrigatoriedade da contribuição sindical.
- Regulamentação do banco de horas, que pode substituir o pagamento de horas extras.
- Possibilidade de dividir as férias do trabalhador em até três períodos.

INTERAÇÃO

1. Com base nas mudanças ocorridas com a Reforma Trabalhista de 2017, escolha três pontos citados e avalie suas consequências para os trabalhadores envolvidos.

AÇÃO E CIDADANIA

Trabalho e parentalidade

Um das características do trabalho no mundo atual é o acúmulo de tarefas, tanto profissionais quanto pessoais. As relações familiares estão, evidentemente, envolvidas nesse contexto. A psicóloga estadunidense Yael Schonbrun, da Universidade Brown, abordou a relação entre o trabalho e a parentalidade durante uma entrevista. Leia um trecho a seguir.

[...] Na sua opinião, como os pais e mães conseguem lidar com as demandas atuais? O que é possível fazer, como sociedade, para ajudá-los?

Estudos mostram que o *burnout* parental está aumentando por uma série de razões, desde a pressão cada vez maior sobre os pais até um mundo que é regularmente abalado pela política e economia. Há tantas mudanças que precisam acontecer para tornar nosso mundo um lugar mais saudável e sustentável. [...]

Quando se trata de conflito trabalho-família, é importante ressaltar que o conflito entre papéis é um problema inerentemente humano. Ele vive não apenas no mundo fora de nós, mas também dentro de nossos corações e mentes. É humano querer fazer contribuições fora de casa e, ao mesmo tempo, participar de relacionamentos profundamente amorosos com sua família. Mas se envolver em vários papéis, o que a maioria dos adultos faz, significa que você será puxado em direções diferentes. Dado o quão desconfortável é a tensão entre os papéis, não é de se admirar que queiramos nos livrar dela.

SCHONBRUN, Yael. Equilíbrio entre trabalho e família é mito, mas um pode enriquecer o outro, diz especialista. [Entrevista cedida à] Danielle Castro. *Folha de S.Paulo*, 31 jul. 2023.

1. A partir da reflexão sobre a relação entre família e trabalho, quais são as dificuldades possíveis para uma família equilibrar a necessidade do trabalho com a criação dos filhos?
2. Considerando a resposta anterior, em sua opinião, a situação socioeconômica da família influencia na relação entre trabalho e parentalidade?
3. Quais transformações poderiam amenizar o conflito entre parentalidade e trabalho? Crie hipóteses e as discuta com os colegas.

A uberização e o discurso do empreendedorismo

Outro modelo de trabalho em crescimento nas sociedades capitalistas pós-modernas é a **uberização do trabalho**, nome inspirado em uma empresa de transporte por aplicativos. Ainda que a expressão seja relativamente nova, essa informalidade nas relações trabalhistas já vem se estruturando há algumas décadas, principalmente nas áreas de tecnologia, comunicação e entretenimento.

Nesse novo modelo, o trabalhador custeia seu meio de trabalho, sua manutenção e seus riscos. Por exemplo, o trabalhador que presta serviços a um aplicativo de entregas deve arcar com os custos da moto, de sua manutenção, do combustível e, em caso de acidentes, além de ficar impossibilitado de trabalhar, deve usar sua renda para o conserto da moto e para os eventuais cuidados com a saúde, uma vez que a empresa que gerencia o aplicativo não se responsabiliza por danos físicos ou materiais durante a prestação dos serviços. Dessa forma, o trabalhador se torna um profissional autônomo que destina uma porcentagem de seus ganhos para o aplicativo.

Como reflexo do afrouxamento da relação entre trabalhador e empresa, e da flexibilização do trabalho, propagam-se discursos que atribuem apenas ao trabalhador a responsabilidade pelo seu sucesso (ou fracasso) profissional. Entre esses discursos, ganha espaço a lógica do empreendedorismo, que incentiva a geração de novos negócios ou transformações estruturais em empresas já existentes. A lógica do empreendedorismo reforça estereótipos relacionados à meritocracia, sem problematizar os efeitos danosos e os riscos associados a esse tipo de investimento. Indivíduos de classes mais abastadas têm maior possibilidade de investimento e menos impacto sobre a renda em caso de insucesso.

Dessa forma, as condições que a sociedade impõe ficam de fora e ocorre a individualização da culpa pela pobreza ou pela frustração, mesmo que a taxa de insucesso das empresas seja grande. Segundo o *Mapa de empresas* do governo federal, publicado em janeiro de 2024, no ano de 2023, uma média de quatro negócios fecharam por minuto no Brasil.



Charge do cartunista Toni D'Agostinho, série *Os empreendedores*, de 2019. Disponível em: <https://www.acaricatura.com.br/copia-publicacoes-2?lightbox=dataitem-kBj8u0a9>. Acesso em: 1º out. 2024.

Esse modelo de trabalho tem se tornado uma tendência em diversos setores da sociedade, já que proporciona uma saída rápida e uma renda imediata para os trabalhadores. No entanto, como as jornadas de trabalho não são reguladas nem mesmo limitadas, uma pessoa pode trabalhar para mais de um aplicativo ao mesmo tempo e ao longo de várias horas por dia. Nesse modelo, quanto mais o motorista rodar, mais chance de conseguir o mínimo para seu sustento ele tem, mesmo que esteja se colocando em situações de risco, sem nenhuma segurança física ou garantia jurídica. A permanência e a constância da demanda são alimentadas pela avaliação dos consumidores, fato que amplia ainda mais a pressão sobre a rapidez e a eficiência do serviço.

O empreendedorismo torna-se genericamente sinônimo de assumir riscos da própria atividade. Opera aí um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade. No que concerne à uberização, vê-se que tal discurso empreendedor é veículo para o obscurecimento das relações entre capital e trabalho, na medida em que trabalhadores aparecem como "chefes de si mesmos", ou seja, desaparece a relação de subordinação, aparece uma multidão de empreendedores de si próprios.

Abílio, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

A era digital é vivenciada de maneiras distintas de acordo com os contextos social e econômico, o que pode contribuir para ampliar desigualdades entre países ou grupos sociais distintos. Nesse sentido, as tecnologias alteraram as formas de organização do trabalho, mas não contribuíram necessariamente para superar a situação de exploração e de precarização dos trabalhadores. Os motoristas conectados como prestadores de serviços a usuários por meio de aplicativos utilizam celulares modernos e carros novos alugados, mas chegam a circular por mais de 12 horas.

Assim, os trabalhadores têm lutado pela regulamentação dessas novas modalidades de trabalho, com o objetivo de ter acesso a direitos básicos, como descanso. Um contraponto a essa situação pode ser estabelecido olhando para os aspectos positivos do processo: o trabalho colaborativo pode ser potencializado quando as tecnologias de comunicação são adotadas, bem como a democratização de informações.

- 1 Observe a imagem a seguir e realize as atividades propostas:



Charge de Newton Silva, de 2012. Disponível em: www.newtonsilva.com.br. Acesso em: 1º out. 2024.

- Com suas palavras, descreva a charge e explique a crítica apresentada.
- Considerando os estudos realizados ao longo do capítulo, destaque um conceito que pode ser relacionado à charge e explique o porquê dessa relação.
- De acordo com os pensadores Marx e Engels, como o trabalhador pode superar a exploração à qual está sujeito no capitalismo?

- 2 Leia o texto indicado e, em seguida, realize as atividades propostas.

Pode-se afirmar que nessas décadas de flexibilização do trabalho e políticas neoliberais, o trabalhador vai se tornando solitariamente responsável pela gestão de sua própria reprodução social, ao mesmo tempo em que se aprimoram os meios técnico-políticos para o uso eficiente e informalizado da força de trabalho. As garantias e limites socialmente estabelecidos e regulados, que operam na determinação do tempo de trabalho, do salário, da saúde e segurança, vão cedendo espaço a uma gestão individualizada da sobrevivência, que hoje aparece como o empreendedorismo de si.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021.

- Com base na leitura do texto, explique de que forma o trabalho flexibilizado se relaciona ao discurso do empreendedorismo.
- Como podemos perceber o discurso do empreendedorismo em nosso cotidiano?

- 3 (UEM)

Sobre a divisão do trabalho na sociologia de Émile Durkheim, assinale o que for correto.

- 01) A partir dos trabalhos de observação e de descrição da divisão do trabalho social, Durkheim formulou os conceitos de solidariedade orgânica e de solidariedade mecânica.
- 02) A solidariedade mecânica se estabelece pela maior divisão do trabalho, típica das sociedades capitalistas industriais.
- 04) Durkheim compreende por divisão do trabalho social o processo de especialização das funções, que torna as pessoas interdependentes.
- 08) Para Durkheim, a coesão social nas sociedades de solidariedade orgânica objetiva suprir as necessidades individuais a partir do que é produzido por outras pessoas.
- 16) Nas sociedades de solidariedade mecânica a consciência coletiva exerce toda a sua capacidade coercitiva.

SOMA:

- 4 (UFSC)

Quanto à questão que originou esse trabalho (Da divisão do trabalho social), é a das relações entre a personalidade individual e a solidariedade social. Como é que, ao mesmo passo que se torna mais autônomo, o indivíduo depende mais intimamente da sociedade? Como pode ser, ao mesmo tempo, mais pessoal e mais solidário? [...] esses dois movimentos, por mais contraditórios que pareçam, seguem-se paralelamente [...] Pareceu-nos que o que resolvia essa aparente antinomia é uma transformação da solidariedade social, devida ao desenvolvimento cada vez mais considerável da divisão do trabalho. Eis como fomos levados a fazer desta última o objeto de nosso estudo.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*, 1999 [1893], p. XLVI.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

MARX, Karl. *O capital*, livro I, 2001 [1867], p. 211.

Considerando a questão do trabalho de acordo com os autores clássicos da sociologia anteriormente referidos, é correto afirmar que:

- ▶ 01) para Marx, o trabalho e a divisão do trabalho estão presentes em todas as sociedades.
- 02) segundo o pensamento de Durkheim, haveria uma crescente divisão do trabalho, tornando a sociedade cada vez mais diferenciada a partir das funções e especializações dos indivíduos.
- 04) na solidariedade orgânica as pessoas seriam cada vez mais semelhantes, ao passo que na solidariedade mecânica elas seriam cada vez mais diferentes, segundo Durkheim.
- 08) na concepção de Marx, o lucro obtido pela burguesia no capitalismo seria oriundo da mais-valia.
- 16) tanto Durkheim quanto Marx, por serem ambos sociólogos do século XIX, analisavam a questão das relações de trabalho exatamente da mesma forma.

SOMA:

5 (Enem)

Homens da Inglaterra, por que arar para os senhores que vos mantêm na miséria? Por que tecer com esforços e cuidado as ricas roupas que vossos tiranos vestem? Por que alimentar, vestir e poupar do berço até o túmulo esses parasitas ingratos que exploram vosso suor — ah, que bebem vosso sangue?

SHELLEY. Os homens da Inglaterra. *Apud* HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A análise do trecho permite identificar que o poeta romântico Shelley (1792-1822) registrou uma contradição nas condições socioeconômicas da nascente classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Tal contradição está identificada

- a) na pobreza dos empregados, que estava dissociada da riqueza dos patrões.
- b) no salário dos operários, que era proporcional aos seus esforços nas indústrias.
- c) na burguesia, que tinha seus negócios financiados pelo proletariado.
- d) no trabalho, que era considerado uma garantia de liberdade.
- e) na riqueza, que não era usufruída por aqueles que a produziam.

6 (UEG)

Um dos fatores fundamentais para a explicação das circunstâncias que envolvem a origem das Ciências Sociais é a Revolução Industrial, principalmente no que esta significou em termos do aprimoramento do processo de divisão do trabalho. Os pensadores clássicos da sociologia buscam explicar esse fenômeno, de forma que podemos identificar a ideia que cada um deles constrói sobre a divisão do trabalho como sendo:

- a) Para Marx, fator de desenvolvimento; para Durkheim, fator de evolução; para Weber, fator de anomia.
- b) Para Marx, fator de alienação; para Durkheim, fator de anomia; para Weber, fator de evolução.
- c) Para Marx, fator de anomia; para Durkheim, fator de racionalização; para Weber, fator de evolução.
- d) Para Marx, fator de alienação; para Durkheim, fator de evolução; para Weber, fator de racionalização.

7 Leia o texto a seguir e realize as atividades propostas.

Aqui prevalece a lógica que trata a mercadoria força de trabalho como se fosse um bem qualquer, que devesse ser remunerada meramente como um aluguel de serviços, independentemente das necessidades da pessoa que realiza o serviço durante o período em que ele não é prestado.

Pode-se argumentar que a maior parte dos que realizam esse tipo de trabalho hoje operam na informalidade, mas não fica claro qual o efetivo ganho de bem-estar social em se legalizar a precariedade, além de uma mera mudança de forma. Em vez de ampliar as possibilidades de formalização por meio de políticas públicas voltadas para a produtividade do trabalho, procura-se tornar legais trabalhos precários, sob o risco de precarizar trabalhos que hoje se encontram protegidos.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: IPEA/Ministério do Trabalho, ano 23, out. 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10299/1/bmt_63.pdf#page=83. Acesso em: 7 ago. 2024.

- a) O texto citado se refere ao trabalho intermitente regulamentado pela Reforma Trabalhista de 2017. Com base em seus conhecimentos e nas reflexões propostas no texto, quais são os riscos da modalidade intermitente para o trabalhador?
- b) A partir dos estudos deste capítulo, como você explicaria a precarização do trabalho?
- c) Se o trabalho é intermitente, mas os gastos como moradia, alimentação e energia elétrica, por exemplo, não são, quais os possíveis efeitos associados à ampliação desse tipo de contratação? Discuta com os colegas eventuais efeitos e, juntos, criem estratégias para minimizá-los.

8 Considerando as teorias dos pensadores clássicos a respeito do trabalho, responda:

- a) Como Émile Durkheim explica a solidariedade orgânica como fundamento da coesão nas sociedades capitalistas?
- b) Segundo Max Weber, qual a relação entre o desenvolvimento e a expansão das religiões protestantes e a consolidação do capitalismo?
- c) Para Karl Marx, qual seria a solução para a emancipação do trabalhador e, portanto, para o fim da exploração dos burgueses sobre os proletários?

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

RICARDO ANTUNES

Devil Augusto Studio/D/BR



Neste capítulo, estudamos o trabalho como categoria histórica e social, refletindo sobre como os diferentes sentidos atribuídos ao trabalho foram se configurando ao longo do processo histórico, até chegarmos às análises mais contemporâneas. Para isso, recorreremos às elaborações teóricas clássicas de Durkheim, Weber e Marx, além das contribuições de Engels e de pensadores mais contemporâneos, como Richard Sennett. No Brasil, o desenvolvimento do campo de estudos conhecido como Sociologia do Trabalho é fortemente marcado por essas tradições teóricas, especialmente a marxista. Nesta seção, nos debruçaremos sobre algumas análises do sociólogo brasileiro Ricardo Antunes (1953-), pensador importante dentro dessa perspectiva, que examina a centralidade da categoria trabalho para explicar nossa organização social.

PERFIL

Ricardo Luiz Coltro Antunes nasceu em 1953, em São Paulo, graduou-se em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1975, tornou-se mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 1980 e doutor na mesma área pela Universidade de São Paulo (USP) em 1986. Atua como professor titular de Sociologia na Unicamp desde 1986. É reconhecido por suas contribuições no campo da Sociologia do Trabalho no Brasil e na América Latina, foi contemplado com a cátedra Florestan Fernandes do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, um reconhecimento importante por sua trajetória de pesquisa acadêmica.

OBRAS-CHAVE

- *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* (2018)
- *O continente do labor* (2012)
- *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (1999)
- *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (1995)
- *O novo sindicalismo no Brasil* (1995)
- *A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80* (1992)
- *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da Revolução de Trinta até a Aliança Nacional Libertadora* (1982)

EM LEITURA

Desde suas primeiras publicações na década de 1980 até as mais recentes, Ricardo Antunes afirma o trabalho como um conceito fundamental para a teoria sociológica e uma atividade vital para o ser humano. O sociólogo destaca a ambivalência da noção de trabalho: por um lado, o compreendemos relacionado às noções de **sobrevivência**, **felicidade** e **emancipação**; por outro, recusamos o trabalho que explora, aliena e nos torna infelizes. O destaque para a profundidade de sentidos, ainda que sejam sentidos contraditórios, é a justificativa do autor para seguir pesquisando o trabalho como categoria central da organização social contemporânea.

Para avançar sobre a análise crítica dos sentidos do trabalho, Ricardo Antunes recupera o funcionamento de nossa organização produtiva capitalista: um sistema que subordina todas as funções reprodutivas da sociedade – produção de alimentos, vestuário e até obras de arte – ao imperativo de expansão do capital. Ou seja, se antes a produção de alimentos era regulada pela necessidade de subsistência e pelo estabelecimento de um sistema de trocas, com o capitalismo essas necessidades passam a ser secundárias, ainda presentes, mas subordinadas à necessidade de lucro. E, segundo essa perspectiva, o trabalho foi subordinado ao capital.

A subordinação do trabalho ao capital, com sua função vital humana tornada secundária frente à máxima do lucro, foi apenas o primeiro passo da mudança de sentido do trabalho. A cada crise capitalista ou desenvolvimento do modo de produção a partir da incorporação de novas tecnologias, o sentido do trabalho é transformado e, por consequência, o mundo do trabalho: os empregos, as condições, os trabalhadores. No fim do século XX e no início do XXI, ganhou destaque a crise do capital industrial orientado pela geração de lucro constante pela grande indústria, o que forçou o capitalismo a se reorganizar, repensando a produção e migrando parcialmente para o capitalismo financeiro. Essa nova forma do capitalismo teve como resultados o desemprego e a geração de novas modalidades de empregos informais e precarizados, como estudamos ao longo do capítulo.



Cris Vector/Acervo do ilustrador

Empreendedores, do artista Cristiano Siqueira, 2021, é uma releitura da obra *Operários*, de Tarsila do Amaral, 1933.

Mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente de seu trabalho para sobreviver e encontram cada vez mais situações instáveis, precárias, quando não inexistentes de trabalho. Ou seja, enquanto se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras no mundo, há uma constrição monumental dos empregos, corroídos em seus direitos e erodidos em suas conquistas.

Maquinaria perversa e engenharia satânica que vêm gerando um gigantesco contingente de desempregados que assim o são pela própria lógica destrutiva do capital – a qual, ao mesmo tempo que expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo gerador do valor em seus trabalhos estáveis e formalizados, recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades informalizadas e precarizadas de geração do mais-valor. Isso depauperava ainda mais, pela expansão da força sobrando de trabalho que não para de crescer, os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando.

[...]

A constatação de *Os Sentidos do Trabalho* é clara: se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Isso porque, como está longamente desenvolvido nas páginas deste livro, o sentido do trabalho que estrutura o capital acaba sendo desestruturante para a humanidade; na contrapartida, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital.

E essa contraditória processualidade do trabalho, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza, converte o estudo do trabalho humano numa questão crucial de nosso mundo e de nossas vidas neste conturbado século XXI, cujo desafio maior é *dar sentido autoconstituente ao trabalho humano e tomar nossa vida fora do trabalho também dotada de sentido*.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 11-12.

PARA CONCLUIR

- 1 A partir da problematização de Ricardo Antunes sobre as transformações no mundo do trabalho, no que consiste a contradição relativa aos sentidos do trabalho tal como proposta pelo autor? Explique.
- 2 Quais são as condições de trabalho (jornada, remuneração, tipo de contratação, atividades que exercia) dos membros de sua família? No caderno, crie uma ficha descrevendo as condições de trabalho de cada uma das pessoas. Em seguida, responda: As condições são ideais ou poderiam melhorar?

PRÁTICAS DE TEXTO

DESCRIÇÃO

Proposta

Neste capítulo, vimos que o mundo do trabalho sofreu diversas transformações ao longo do tempo. Atualmente, existem inúmeras possibilidades de atuação profissional e diferentes modalidades de relações entre indivíduo e trabalho, principalmente com a ampliação de modalidades relativas ao trabalho flexibilizado.

Durante a juventude, é normal que haja questionamentos sobre a escolha profissional que você deseja fazer. Nesse contexto, marcado por muitos caminhos no mundo do trabalho, decidir qual profissão seguir se torna uma tarefa ainda mais complexa. Para realizar uma reflexão sobre essas possibilidades, orientada por dados objetivos, vamos montar um perfil profissional fazendo uso da descrição.

Você já deve conhecer esse tipo de texto, mas é importante lembrar suas principais características. Por meio de sua estrutura textual, a descrição tem o objetivo de oferecer ao leitor uma imagem mais concreta de uma pessoa, uma cena, um animal, um objeto ou, em nosso caso, uma profissão. Diferentemente do texto narrativo, no qual a ordem dos acontecimentos apresentada é fundamental, na descrição, o mais importante é o grau de detalhamento, pois quanto mais detalhes forem compartilhados com o leitor, melhor compreensão do que está sendo descrito ele terá.

Público	Comunidade escolar e leitores interessados na proposta.
Objetivo	Incentivar os estudantes a refletir sobre o mundo do trabalho e a escolha profissional.
Circulação	Murais espalhados pela escola.



A escolha profissional é uma decisão importante na vida dos jovens.

Antes de dar início ao trabalho de pesquisa que fornecerá as informações para a escrita da descrição, leia o texto a seguir.

Ganhar bem ou fazer o que gosta? Saiba como escolher sua carreira

[...] Trago de início uma pesquisa do Datafolha de julho de 2022 que questionou jovens de 15 a 29 sobre seus maiores sonhos. As respostas mais comuns? Veja:

- 20% – ter estabilidade financeira/ficar rico;
- 16% – ter casa própria;
- 15% – ter um bom emprego;
- 12% – ter uma profissão

Pois é, até aí parece que a questão financeira tem peso maior nos sonhos dessa geração. Mas, focando em carreiras, o que podemos analisar?

A pesquisa Carreira dos Sonhos da Cia de Talentos, de junho de 2022, perguntou para jovens de 17 a 26 anos de todo o território nacional qual a empresa em que gostariam de trabalhar. [...]

E por qual motivo escolheram essas companhias? O que elas têm em comum?

Desenvolvimento: o jovem quer estar numa organização que o expõe a novos conhecimentos e desafios. “[Esse motivo] também conversa com estabilidade financeira porque a partir do momento que há esse equilíbrio significa que estou o tempo inteiro me preparando e pronto para atuar com os desafios do presente e do futuro”, diz Danilca Galdini, responsável pelo estudo e sócia do grupo Cia de Talentos;

Fazer o que gosta: atuar em algo relacionado aos seus valores e propósitos;

Boa imagem: o jovem enxerga a companhia como um lugar sólido e confiável, que está muito ligado à reputação da marca;

Segmento de atuação: aquela área que te faz ter curiosidade em trabalhar;

Inovação: a forma como a empresa vai estimular a novas situações em que seus colaboradores precisam aprender com projetos inovadores.

Mas e o salário? “Quando a gente fala em empresa dos sonhos, a remuneração é o básico, não é um diferencial, toda empresa precisa ter uma boa remuneração”, afirma Galdini. [...]

[...]

‘Como saber qual é minha carreira dos sonhos?’ Vamos às dicas:

- “O jovem precisa compreender que a carreira é feita de muitas etapas, as escolhas iniciais são importantes, mas não são definitivas”, diz Yolanda Brandão, diretora de

▶ treinamento no Nube – Núcleo Brasileiro de Estágios, empresa de recrutamento e seleção.

Isto é, não é porque a sua primeira escolha de faculdade deu errado, por exemplo, que tudo está acabado.

- Desenhe e trace um plano de ações alinhando suas expectativas de remuneração e aquilo que gosta de fazer. Não precisa ter que escolher entre ganhar bem e fazer aquilo que gosta, tente encontrar um equilíbrio.

- Pense no agora. Exemplo: seu sonho é fazer medicina. Quais recursos precisam ter? Como é possível obtê-los?

- Para Lilian Cidreira, CEO na Future Minds, consultoria especializada em carreira, liderança e inteligência emocional, o grande ponto que falta nos jovens é avaliar a carreira a longo prazo.

Ela diz que é preciso se questionar: “daqui a 10 anos como você quer se ver? Como quer ter contribuído? O que você acha que vai te fazer acordar numa segunda-feira e ir trabalhar?”.

- Converse com profissionais da área que você goste e procure entender a rotina de trabalho.

PEREIRA, Vitoria. Ganhar bem ou fazer o que gosta? Saiba como escolher sua carreira. *Folha de S.Paulo*, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2022/08/ganhar-bem-ou-fazer-o-que-gosta-saiba-como-escolher-sua-carreira.shtml>. Acesso em: 7 ago. 2024.

Agora é com você! Vamos pesquisar e escrever uma descrição?

Planejamento e elaboração

1 Escolha uma profissão existente no mundo atual e que você tenha interesse em exercer futuramente. Se ainda não pensou no percurso profissional que deseja seguir, aproveite esta atividade para pesquisar uma profissão sobre a qual tenha curiosidade.

2 Em revistas, *sites* na internet, livros e por meio de entrevistas com profissionais da área, busque dados atuais sobre a profissão escolhida. Quanto maior a diversidade de dados, mais condições de análise você terá. Seja criativo e se lembre de pesquisar em fontes confiáveis. Entre os dados coletados, é importante que você encontre informações como:

- requisitos iniciais;
- formação necessária;
- funções realizadas;
- média salarial;
- saturação do mercado (quantos profissionais existem em comparação com o número de vagas);
- lugares (no Brasil e no mundo) com maiores oportunidades de atuação;
- vantagens e desvantagens profissionais;
- desafios.

Não escreva no livro.

3 Sistematize os dados em uma tabela, elaborada em seu caderno.

4 Reflita sobre os dados coletados, relacionando as informações e respondendo às seguintes questões:

- A profissão escolhida está em alta ou queda no mercado de trabalho?
- Quais são as condições de trabalho nessa área?
- Em quais áreas se pode atuar dentro dessa profissão?
- Como essa profissão se desenvolveu ao longo do tempo?
- Existem entidades sindicais na área?

5 O próximo passo é a escrita da descrição. Para isso, estabeleça a ordem em que deseja apresentar os detalhes coletados na pesquisa e construa seu texto.

Revisão e reescrita

1 Releia e avalie o texto, observando os seguintes elementos:

O texto descreve de forma detalhada a profissão?
Há detalhes específicos sobre os requisitos profissionais?
A descrição apresenta informações sobre a inserção no mercado de trabalho?
O texto permite ao leitor ponderar as vantagens e as desvantagens associadas à profissão?
O leitor é capaz de concluir objetivamente sobre as condições profissionais?

2 Revise seu texto, verificando se incluiu todos os elementos e se a descrição está clara e bem organizada.

3 Troque seu texto com um colega e peça a ele que opine sobre os elementos importantes. Leia também o texto dele e faça o mesmo procedimento, sempre mantendo o respeito pela escrita do outro e pela forma como ele se expressa. Se for o caso, incorpore as sugestões no momento de reescrita.

4 Prepare a versão final do texto, que deverá ser manuscrito em letra legível, e compartilhe com os colegas em data previamente agendada pelo professor.

Circulação

1 Após o compartilhamento da descrição com os colegas, prepare uma versão final da descrição, dando destaque ao nome da profissão escolhida.

2 Conforme orientado pelo professor, fixe sua descrição em murais espalhados pela escola, com o objetivo de dar visibilidade ao tema e motivar reflexões sobre ele.

3 Ao final da atividade, como forma de encerramento, o professor poderá mediar uma roda de conversa sobre o mundo atual do trabalho e as profissões expostas.

PRÁTICAS DE PESQUISA

DISCURSOS SOBRE EMPREENDEDORISMO

Para começar

Nesta unidade, estudamos algumas teorias sobre a sociedade contemporânea e o desenvolvimento do conceito de **trabalho**. Percebemos que existem vários formatos de trabalho e diferentes olhares sobre o labor.

O problema

Em nossa sociedade, os processos de uberização e o discurso do empreendedorismo têm marcado cada vez mais o cotidiano das pessoas, já que uma parte considerável da população encontra nessas alternativas formas de geração de renda. O discurso do empreendedorismo é propagado em diferentes frentes: nos meios de comunicação de massa, nas redes sociais, nas conversas do senso comum e, inclusive, em publicações científicas. Conhecer esses discursos é essencial para refletirmos sobre o momento atual do trabalho e suas novas configurações.

Para desenvolver uma visão sobre o empreendedorismo e saber se posicionar, é preciso buscar informações a partir de diferentes abordagens sobre o assunto, pois não é suficiente afirmar que algo é apenas bom ou apenas ruim sem fundamentos que justifiquem essa avaliação.

O grupo que defende o empreendedorismo como estratégia para superar problemas do país recorre à necessidade de flexibilizar as leis trabalhistas e à defesa da meritocracia. Já os críticos enxergam uma falácia nesse discurso, pois, para eles, o empreendedorismo aumenta a exploração do trabalho, criando formas de dominação, além de retirar direitos trabalhistas já conquistados.

A investigação

- Prática de pesquisa: qualitativa

A pesquisa qualitativa consiste em analisar diferentes olhares e interpretações sobre o mesmo objeto, a partir da consideração de fontes variadas. Essa metodologia de pesquisa não conta necessariamente com dados exatos e estatísticos, mas sim com a análise de comportamentos, opiniões e percepções sobre fenômenos sociais. Em nosso caso, analisaremos diferentes perspectivas sobre a ideia de empreendedorismo na sociedade atual, por meio da análise de textos e da conversa com pessoas presentes em nosso cotidiano.

Para iniciar o trabalho de pesquisa, são indicados dois textos sequenciais. O primeiro deles é uma reportagem que ressalta a importância do empreendedorismo no mundo atual. O segundo texto narra a história de uma pessoa que se dizia empreendedora e faz uma crítica a esse discurso.

O empreendedorismo [...] [envolve] a identificação de oportunidades, a alocação de recursos e a assunção de riscos com o objetivo de criar valor. [...]

[...]

Os empreendedores desempenham um papel crucial na economia, impulsionando a criação de empregos, estimulando a concorrência e promovendo a inovação. Eles também enfrentam obstáculos, como a incerteza, a falta de recursos e a competição acirrada.

Empreender é uma força motriz poderosa que molda o mundo dos negócios e contribui para o progresso econômico e social. Ele incentiva a criatividade, a resiliência e a busca constante por oportunidades, tornando-se um elemento vital na economia global. [...]

Atividades empreendedoras também estimulam a concorrência, levando a preços mais baixos e maior qualidade de produtos e serviços.

Além disso, contribui para o desenvolvimento de comunidades locais, promovendo o crescimento econômico regional e a revitalização de áreas urbanas.

Ele, ainda, fomenta a criatividade, a resiliência e o espírito de iniciativa, que são habilidades e traços valiosos tanto em âmbito pessoal quanto profissional.

EXAME SOLUTIONS. Empreendedorismo: o que é, importância e exemplos. *Exame*, 9 out. 2023. Disponível em: <https://exame.com/invest/guia/empreendedorismo-o-que-e-red04/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

Dis Produces/Getty Images



Os defensores do empreendedorismo relacionam sua prática ao sucesso individual. Foto de 2023.

Saía de casa para visitar, com meus alunos, o Centro de Memória Sindical em São Paulo, quando se atravessou a vida com seus paradoxos. No primeiro semáforo depois de sair de casa, um homem vendia cinco panos por 10 reais, caminhando entre os carros. O vendedor devia ter uns 50 anos, visivelmente empobrecido, visivelmente cansado e visivelmente triste. Ainda mais triste que o olhar do homem que vendia panos eram as palavras escritas num cartaz que ele levantava com uma mão: “Sou empreendedor, só preciso de tempo”. [...] Ele, cujo negócio se resumia a cinco panos por 10 reais, não era pobre, era empreendedor.

[...] A racionalidade neoliberal penetra as mentes, adentra-se pelos corações até invadir tudo. A racionalidade

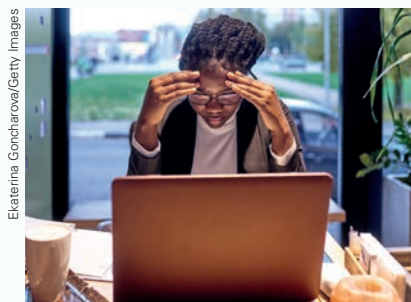
neoliberal constrói-se em uma lógica perversa do sujeito do desempenho, o empreendedor de si mesmo, o homem batalhador. Como consequência, a vida despolitiza-se. A conquista é produto unicamente de nosso trabalho e de nosso esforço. [...]

Você não é um vencedor, é um fracassado, sente culpa, mas, tranquilo, não pense demais, não se insubordine, não se inquiete, pelo amor de Deus não vá protestar na rua nem caia na loucura de arranjar um movimento social, sindicato ou partido, tome remédio. O adoecimento mental, resultado do modelo da sociabilidade meritocrática, resolve-se não com política ou luta, mas com pílula. “Patologizar” a vida é a saída.

[...]

Querer é poder. Você é [...] um vencedor, basta ter vontade e correr atrás. Todo mundo pode ser um empresário de sucesso. Do neoliberalismo ao *coaching*, outra ferramenta feroz de controle e violência. Entrem numa livraria e folheiem as obras de autoajuda e *coaching* nas prateleiras. Parece que você tem a obrigação de estar sempre feliz e de ser um campeão. Tristeza ou derrota não aparecem no vocabulário. [...] A partir de hoje lembrarei também do homem que vendia panos. Ele não era pobre, era empreendedor.

SOLANO, Esther. O Brasil não tem pobres, apenas empreendedores que precisam de tempo. *Carta Capital*, 20 out. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/o-brasil-nao-tem-pobres-apenas-empreendedores-que-precisam-de-tempo/>. Acesso em: 7 ago. 2024.



Os críticos do empreendedorismo argumentam que a pressão pode causar transtornos físicos e mentais. Foto de 2022.

Esses trechos mostram formas diferentes de pensar sobre o empreendedorismo na sociedade atual. Agora, vocês vão analisar os dois textos e buscar mais informações sobre essas duas visões para elaborar uma apresentação sobre o assunto para os colegas. Vamos lá!

Material

- Computador, *tablet* ou celular com acesso à internet
- Roteiro de apresentação
- Computador ou cartolina para elaborar a apresentação

Procedimentos

Parte I - Planejamento e pesquisa

- 1 Formem grupos com quatro integrantes.
- 2 Releiam os dois textos e discutam formas de analisar o discurso sobre o empreendedorismo.

Não escreva no livro.

- 3 No grupo, dividam-se em duas duplas. Uma dupla pesquisará fontes que defendam o empreendedorismo, enquanto a outra buscará fontes que critiquem essa forma de trabalho.

- 4 Os resultados das pesquisas realizadas pelas duplas deverão ser lidos e analisados. Para isso, sugerimos o uso de canetas coloridas para destacar os argumentos presentes nos textos.

- 5 Após a primeira etapa de pesquisa e de análise do material, o grupo compartilha entre si as informações.

- 6 Para complementar a pesquisa documental (de textos), o grupo deve escolher dois professores da escola e questioná-los a respeito do que pensam sobre o empreendedorismo. É possível anotar as respostas ou consultar os professores sobre a viabilidade de gravar as respostas para posterior transcrição.

Parte II - Análise das informações pesquisadas

- 1 O grupo organizará todas as informações obtidas nas pesquisas documentais e nas falas dos professores em um quadro de argumentos pró e contra o empreendedorismo.

- 2 Após a análise dos argumentos levantados, o grupo deve dialogar e chegar a um consenso: Vocês são a favor do empreendedorismo ou contrários a ele?

- 3 Os argumentos do grupo a favor e os do grupo contra o empreendedorismo devem ser sintetizados de acordo com a visão dos integrantes de cada um.

Parte III - Organização dos resultados

- 1 Após a discussão e a definição do posicionamento do grupo, deverá ser elaborada uma apresentação demonstrando os resultados da pesquisa.

- 2 Em data previamente agendada pelo professor, os grupos deverão compartilhar suas apresentações com os colegas de turma.

Questões para discussão

Após as apresentações, vocês devem discutir, com a mediação do professor, as seguintes questões:

- Quais os pontos favoráveis ao empreendedorismo?
- Quais os pontos contrários ao empreendedorismo?
- As duas visões são inconciliáveis?
- As duas visões podem ser complementares?
- Como essas visões e esses discursos estão presentes em seu cotidiano?

Comunicação dos resultados

Os resultados da discussão serão sintetizados em um cartaz coletivo feito por toda a turma e exposto na escola.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

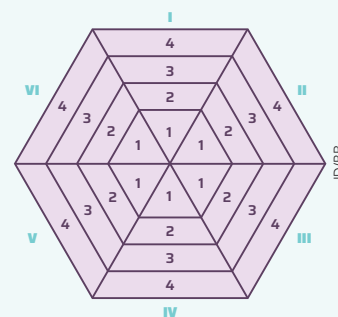


TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	Respostas	Cor indicada
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que “Sempre” realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta **I**.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



PARTE B

Capítulo 13 - Sociedade contemporânea: teorias sobre modernidade

- 1 Compreendo a noção de modernidade e a articulo com as ideias de mudança e progresso?
- 2 Identifico a ideia de dominação sobre o ambiente e a sociedade como aspectos centrais da modernidade?
- 3 Articulo corretamente as ideias de racionalização e dinamismo com a industrialização?
- 4 Relaciono o desenvolvimento tecnológico e industrial como característica que fomentou o capitalismo?
- 5 Relaciono os avanços industriais e capitalistas ao aumento de danos ambientais?
- 6 Relaciono a noção de pós-modernidade à fluidez de informações e à fragmentação da ideia de identidade?
- 7 Articulo a ideia de modernidade líquida com as noções de instabilidade e transitoriedade e compreendo como isso leva à individualização extrema?
- 8 Caracterizo corretamente a noção de sociedade do cansaço e identifico suas características?

Capítulo 14 - Trabalho: categoria histórica e social

- 9 Compreendo a transformação da noção de trabalho no decorrer da história?
- 10 Relaciono a Revolução Industrial às mudanças nas relações sociais e de trabalho?
- 11 Compreendo a noção de objetificação e a relaciono à divisão de trabalho e à industrialização?
- 12 Identifico a objetivação como um dos fatores responsáveis pela alienação do trabalhador?
- 13 Compreendo a noção de mercadoria, relaciono-a à desumanização do trabalhador e à sociedade do consumo?
- 14 Relaciono a noção de classes à ideia de luta de classes e a articulo com a luta dos trabalhadores por direitos?
- 15 Articulo as relações trabalhistas na pós-modernidade com as ideias de flexibilização do trabalhador e dos processos produtivos?
- 16 Identifico os mecanismos de precarização do trabalho e relaciono essa precarização à perda de direitos?
- 17 Articulo as formas de flexibilização do trabalho ao aumento do discurso sobre empreendedorismo?
- 18 Relaciono a uberização à redução de renda do trabalhador e ao aumento da desigualdade social?



PARA IR ALÉM

Capítulo 13 – Sociedade contemporânea: teorias sobre modernidade

Columbia Pictures of Brasil/ID/BR



São Paulo: sociedade anônima

O filme é considerado um clássico do cinema nacional e pode ser trabalhado em sala de aula por meio de temas como a modernidade e sua relação com o trabalho, a cidade e o desenvolvimento urbano e tecnológico e suas consequências para o trabalhador.

São Paulo: sociedade anônima. Direção: Luís Sérgio Person. Brasil, 1965 (107 min).

Focus Features/ID/BR



Encontros e desencontros

O longa-metragem traz dois personagens perdidos na ultramoderna Tóquio, buscando propósitos e caminhos para suas vidas. O filme pode ser trabalhado como o desarranjo das subjetividades individuais perante a pós-modernidade.

Encontros e desencontros. Direção: Sofia Coppola. Estados Unidos/Japão, 2003 (142 min).

Ateliê Editorial/Arquivo da editora

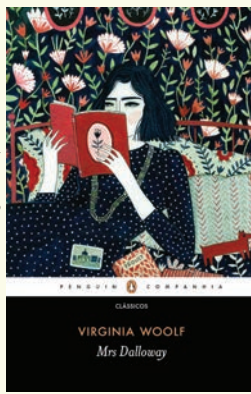


A cidade e as serras

O livro de Eça de Queirós apresenta elementos fundamentais da primeira crítica à modernidade, tal como fizeram autores românticos como Johann Wolfgang von Goethe. O escritor realista, entretanto, busca comparar a racionalidade da cidade de Paris e seus aparatos tecnológicos com a vida na cidade portuguesa de Tormes.

QUEIRÓS, Eça de. *A cidade e as serras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

Penguin-Companhia/Arquivo da editora



Mrs. Dalloway

Um das obras mais famosas da escritora londrina Virginia Woolf, o livro é um romance cuja trama se passa em um único dia e mostra o quanto as marcas e os dilemas da modernidade afetam os pensamentos e a vida da protagonista Clarissa, que vive em Londres.

WOOLF, Virginia. *Mrs. Dalloway*. São Paulo: Penguin-Companhia, 2017.

Netflix/ID/BR



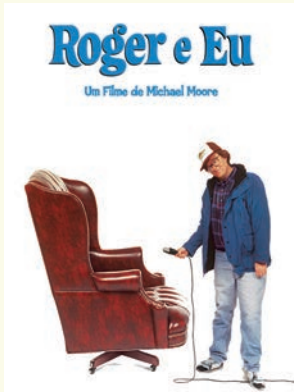
Black mirror

Essa série de ficção científica, com 6 temporadas e 27 episódios, traz diferentes *thrillers* psicológicos que permitem algumas reflexões sobre a vida em comunidade na pós-modernidade, a relação entre ser humano e tecnologia, bem como a relação entre trabalho e classes sociais.

Black mirror. Criação: Charlie Brooker. Reino Unido, 2011 (41-89 min).

Capítulo 14 - Trabalho: categoria histórica e social

Warner Bros/Dog Eat Dog Productions/ID/BR



Roger e eu

O documentário mostra a decadência da cidade de Flint, em Michigan, Estados Unidos, após o fechamento de onze fábricas no início da década de 1980, evento que causou vários problemas sociais e, como consequência, o desemprego de milhares de trabalhadores.

Roger e eu. Direção: Michael Moore. EUA, 1989 (91 min).

HBO/ID/BR



Succession

A série tem 29 episódios e mostra os bastidores da família Roy, detentora de um poderoso império industrial. As brigas entre a família por posições na empresa e a maneira como os empregados são tratados representam o funcionamento de uma grande corporação familiar em crise.

Succession. Criação: Jesse Armstrong, EUA, 2018 (56-70 min).

Sixteen Films/Acervo da editora



Você não estava aqui

O filme conta a história de Ricky, que, atingido por uma crise financeira, começa a trabalhar como entregador, porém com a ilusão de que será um empreendedor. Ele passa por diversos momentos difíceis em seu trabalho e em sua relação familiar.

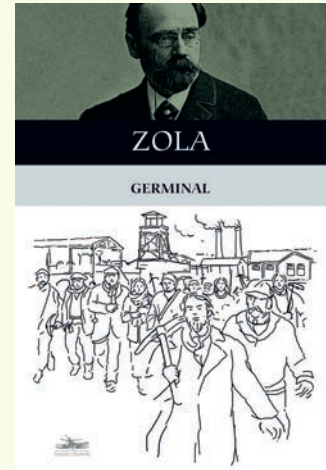
Você não estava aqui. Direção: Ken Loach. Reino Unido/Bélgica/França, 2020 (101 min).

Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0

O livro, organizado pelo professor da Unicamp Ricardo Antunes, traz artigos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que analisam os impactos sociais decorrentes da expansão da lógica formada por máquina, informação e tecnologias digitais, discutindo os sentidos do trabalho.

ANTUNES, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020 (Leis da Robótica).

Não escreva no livro.



Estação Liberdade/Acervo da editora

Germinal

O livro, originalmente publicado em 1885, demonstra de forma realista as condições de vida e de trabalho nas minas de carvão na França do século XIX. O cotidiano dos trabalhadores, sua relação com os patrões, com movimentos políticos e entre si são expostos na narrativa.

ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Estação Liberdade, 2022.



Boitempo/Acervo da editora

SOCIEDADE, MUNDO DIGITAL E AMBIENTE

ORGANIZAR IDEIAS

A disseminação das tecnologias de comunicação e informação e as questões ambientais são temas de grande relevância no mundo atual. Tais temas influenciam a política, a economia e a cultura das diferentes sociedades, na mesma medida em que são influenciados por essas áreas também. Dessa maneira, questões pertinentes a esse assunto impactam profundamente a sociabilidade contemporânea e o modo de vida dos diferentes povos.

A foto desta abertura mostra uma obra do artista português Bordalo II (1987-), que trabalha a temática da produção e do consumo excessivo de coisas – ações que resultam na geração contínua de “lixo” e, conseqüentemente, na destruição do planeta.

1. Qual é a mensagem da obra? Em sua opinião, qual é a intenção do artista ao utilizar o lixo como produção de arte?
2. De que forma a obra de Bordalo II contribui para a conscientização sobre os impactos ambientais e a destruição do planeta causada pelo “lixo”?
3. Quais são as implicações da produção contínua de “lixo” na sociabilidade contemporânea e no modo de vida dos diferentes povos, conforme retratado na obra de Bordalo II?

Para a construção de suas peças, Bordalo II busca objetos que não vão para a reciclagem. Lince Ibérico, estátua do artista em Lisboa, Portugal. Foto de 2024. ▶





15 Sociedade e
informação na era
digital

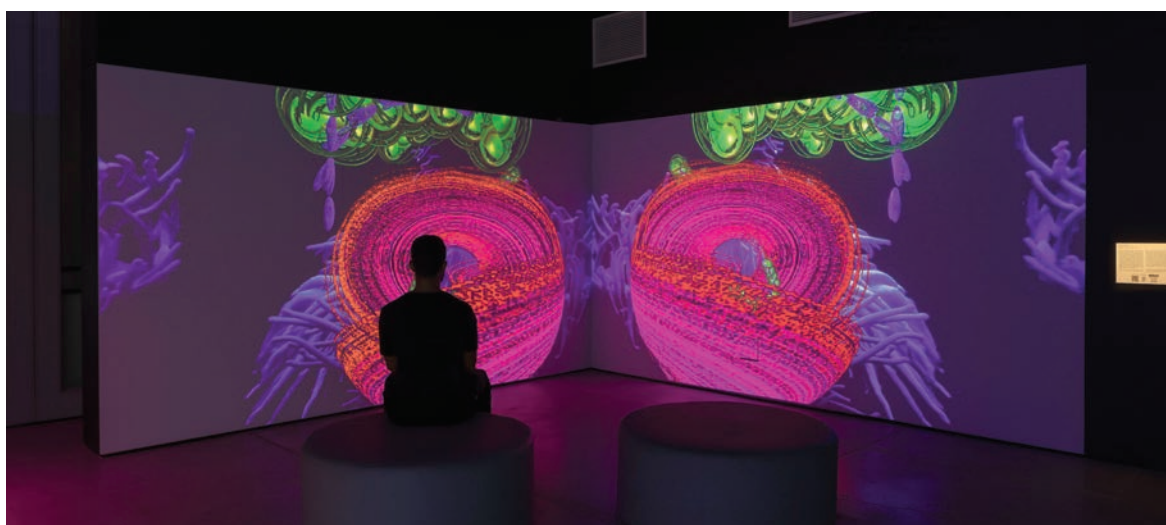
16 Sociedade e ambiente



Bordallo II. Fotografia: Mark Davidson/Alamy/Fotografia

SOCIEDADE E INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL

1. Como a Meta Gallery, a primeira galeria tecnológica do Brasil, pode influenciar a percepção e o consumo de arte na era digital?
2. Considere a diversidade de formas artísticas disponíveis na era digital, como arte generativa, instalações imersivas, criptoarte e realidade virtual e aumentada, e responda: Em sua opinião, quais são as possíveis transformações nas relações entre artistas e consumidores de arte? Compartilhe seu ponto de vista com os colegas.
3. Quais são os possíveis impactos culturais e econômicos da inauguração da Meta Gallery no centro do município do Rio de Janeiro? De que maneira a introdução de uma galeria dedicada à arte tecnológica pode transformar a região e contribuir para a inovação no cenário artístico brasileiro?



Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro. Fotografia: Pedro Napolitano Prata/ Meta Gallery

Atrator no Mar Profundo, instalação imersiva site-specific, de Tania Fraga. Obra compõe exposição *Década dos Oceanos na 1ª Mostra Nacional de Criptoarte*, realizada no município do Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2024.

As expressões “era digital” e “sociedade da informação” foram propostas nas últimas décadas do século XX para sintetizar um conjunto de elementos predominantes atualmente nas esferas da comunicação e da informação. Diante da popularização e da disseminação de dispositivos como *smartphones* e computadores, as tecnologias de informação e comunicação progressivamente estão se fazendo presentes nas casas, nas escolas, nos ambientes de trabalho e em locais públicos.

Essa constante presença da tecnologia transformou radicalmente a forma como nos comunicamos, acessamos informações e interagimos com o mundo ao nosso redor. A facilidade de acesso a dados e a capacidade de se conectar instantaneamente com outras pessoas em qualquer parte do globo potencializaram a globalização e modificaram as dinâmicas sociais e econômicas. No entanto, essas mudanças também trouxeram desafios, como a necessidade de lidar com a sobrecarga de informações, as questões de privacidade e segurança digital e a crescente dependência das tecnologias, que impactam profundamente os hábitos e comportamentos das pessoas.

No centro do município do Rio de Janeiro foi inaugurada, em junho de 2024, a primeira galeria tecnológica do Brasil, a Meta Gallery. Trata-se de um espaço dedicado exclusivamente à arte criada e exposta por meio de tecnologias avançadas.

Fundada pela Metaverse Agency, a galeria se propõe a exibir diversas formas de arte contemporânea, incluindo arte generativa, instalações imersivas, realidade virtual e aumentada e criptoarte.

A GLOBALIZAÇÃO E A ERA DIGITAL

Vimos os impactos das novas tecnologias na comunicação, nos transportes, nas formas de trabalho, na organização da economia e, em geral, na socialização. A globalização abarca todas essas transformações por meio das quais as sociedades, progressivamente, adotaram determinadas características que, para alguns pensadores, marcam a entrada em um novo tempo.

Com base nisso, podemos pensar nas contribuições do sociólogo espanhol Manuel Castells (1942-), que ressalta os efeitos das tecnologias na sociedade, com o predomínio das lógicas de rede e de flexibilidade.

A economia global é uma nova realidade histórica, diferente de uma economia mundial. [...] [Esta é] uma economia em que a acumulação de capital avança por todo o mundo [e] existe no Ocidente, no mínimo, desde o século XVI. Uma economia global é algo diferente: é uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária. Embora o modo capitalista de produção seja caracterizado por sua expansão contínua, sempre tentando superar limites temporais e espaciais, foi apenas no final do século XX que a economia mundial conseguiu tornar-se verdadeiramente global com base na nova infraestrutura, propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação, e com a ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e da liberalização postas em prática por governos e pelas instituições internacionais.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 142. v. 1 (A era da informação: economia, sociedade e cultura).

Tendo isso em vista, **sociedade da informação** foi um termo difundido pelo sociólogo Daniel Bell (1919-2011) para designar a tônica dominante da sociedade ocidental após o processo de globalização. Em 1956, nos Estados Unidos, pela primeira vez a quantidade de trabalhadores do setor administrativo superava a de trabalhadores na produção. Bell e outros autores tomaram esses dados para acompanhar o fenômeno, considerando ser indicativo de uma transição de eras, nos Estados Unidos e no restante do mundo.

É importante demarcar que, no mundo globalizado, a economia dos Estados Unidos (e dos demais países desenvolvidos) não pode ser dissociada das economias dos demais países do mundo. Nesse sentido, enquanto muitos países desenvolvidos realocam trabalhadores dos setores primário (extração de matérias-primas) e secundário (indústrias) para o setor terciário (prestação de serviços), em decorrência da automatização e da deslocalização de parte de suas empresas, os países menos desenvolvidos enfrentam dificuldades para reverter essa estrutura econômica e seguem com a maior parte de seus trabalhadores nos setores primário e secundário. Isso faz com que os países menos desenvolvidos,

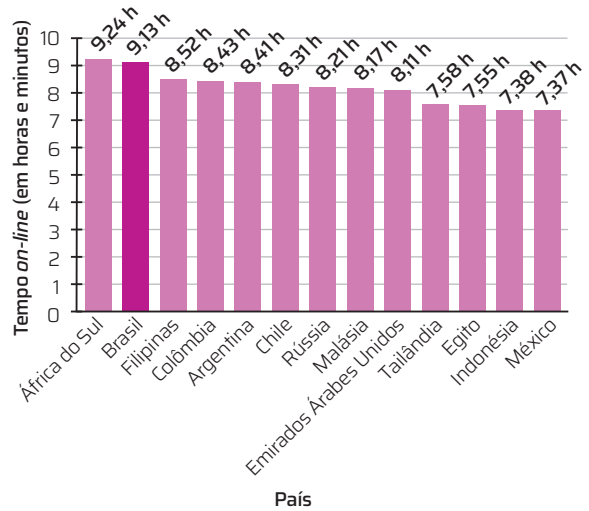
muitas vezes, dependam da produção de mercadorias com menor valor agregado e que utilizam mão de obra mais barata.

Assim, as tecnologias de transporte, informação e comunicação se expandiram de forma desigual no processo de globalização. Tendo em vista o desenvolvimento histórico desigual entre as regiões, quais seriam, então, as características da sociedade da informação em diferentes países? Como o Brasil está inserido na era digital? Observe os gráficos a seguir, que mostram o acesso desigual das regiões a importantes itens da era da informação e da comunicação: a internet e o celular.

PAÍSES ONDE AS PESSOAS FICAM MAIS TEMPO ON-LINE

Dados de referência: jan./2024

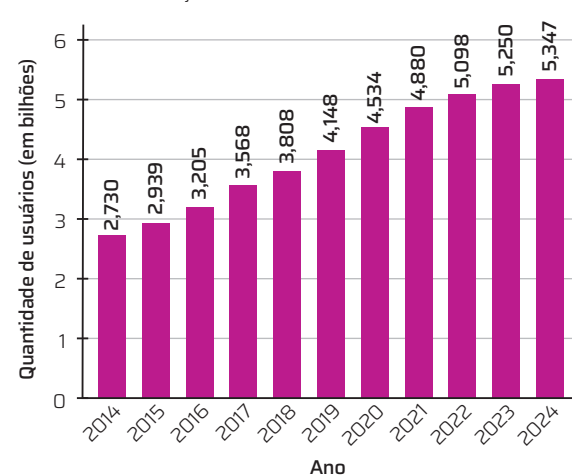
Média de tempo on-line no mundo = 6,40 h



Renan Oraciz/IBR

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE USUÁRIOS ATIVOS DE INTERNET

Mês de referência: janeiro



Renan Oraciz/IBR

Fonte de pesquisa para os gráficos: DIGITAL 2024: Global Overview Report. *Datareportal*, 31 jul. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-july-global-statshot>. Acesso em: 9 ago. 2024.

Exclusão e inclusão digital

Os conceitos de exclusão e inclusão digital se referem à quantidade e à qualidade da inserção dos diferentes grupos sociais no mundo digital. Em geral, essa inserção está associada tanto à disponibilidade física dos componentes necessários para o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como computadores, *smartphones* e demais recursos, quanto ao conhecimento necessário para utilizar essas tecnologias.

Em um país como o Brasil, a distribuição não equitativa desses recursos acarreta altos níveis de desigualdade em relação ao acesso às TICs. Uma vez que esse acesso acaba sendo necessário para atividades tão diversas, como cadastramento em programas de assistência social, votação em eleições, utilização do sistema bancário, estudos e trabalho, ser excluído digitalmente significa mais uma camada de exclusão social. Por conta disso, muitos movimentos sociais têm reivindicado o acesso às tecnologias de informação e comunicação como um direito básico.

A exclusão digital na pandemia de covid-19

Essa dinâmica de exclusão e inclusão ficou evidente com a pandemia de covid-19. Devido às medidas de isolamento social, como forma de proteger as pessoas da contaminação, as escolas foram fechadas e o acesso à educação ficou muito prejudicado para os estudantes que não tinham acesso à internet em casa ou só tinham pacotes de dados limitados. Já os estudantes com acesso à internet de alta velocidade tiveram melhores condições de acompanhar as aulas *on-line* e estabelecer uma rotina de estudos.

Durante a pandemia de covid-19, a exclusão digital se tornou um problema ainda mais evidente e preocupante. O acesso à internet e a dispositivos digitais passou a ser essencial para a continuidade das atividades educacionais, profissionais e sociais. No entanto, muitas pessoas, especialmente em comunidades vulneráveis economicamente e em áreas rurais, enfrentaram dificuldades significativas devido à falta de acesso à tecnologia e à internet de qualidade. Esse cenário agravou as desigualdades existentes, limitando o acesso dessas pessoas à educação, a informações de saúde e a oportunidades de trabalho remoto.

Além disso, a exclusão digital afetou desproporcionalmente grupos já vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência e famílias de baixa renda. A falta de habilidades digitais e de recursos financeiros para adquirir equipamentos e serviços de internet adequados prejudicou a inclusão digital desses grupos. Em resposta, algumas iniciativas governamentais e privadas foram implementadas para minimizar esses desafios, como a distribuição de dispositivos e a oferta de acesso gratuito ou subsidiado à internet. Contudo, essas ações ainda são insuficientes para resolver totalmente o problema, destacando-se a necessidade de políticas públicas mais robustas e inclusivas para garantir que todos possam participar plenamente da sociedade digital.

Estudante sem acesso à internet durante a pandemia de covid-19, estudando com materiais impressos em Camaragibe (PE). Foto de 2020.



Leo Matelala/AFP/Getty Images

CULTURAS E IDENTIDADES NA ERA DA INFORMAÇÃO

O filósofo e sociólogo francês Pierre Lévy (1956-) investiga os impactos das tecnologias de comunicação, em especial da internet, na sociabilidade contemporânea. Ele considera que o avanço das comunicações seria uma espécie de dilúvio das informações e conteria uma natureza exponencial, explosiva e caótica.

Lévy define dois importantes conceitos para pensar esse universo: **ciberespaço** e **cibercultura**. O autor entende por ciberespaço o novo meio de comunicação que surge da interconexão propiciada pela comunicação digital. Já a cibercultura seria um conjunto de modos de pensamento, atitudes, valores e técnicas que se desenvolveriam conjuntamente ao ciberespaço.

De acordo com Lévy, essas transformações na cultura e no espaço não são em si nem boas nem más. O trabalho das Ciências Humanas seria entender como elas estão sendo utilizadas hoje e como podem ser utilizadas de outras maneiras. Para o autor, as técnicas são instrumentos que criam novas condições e possibilidades para que a sociedade se desenvolva de formas inesperadas; contudo, elas não são, apenas por si, determinantes para o futuro da sociedade.

Nesse cenário, é essencial abordar os dilemas e as perspectivas da construção das identidades na era da informação, um tema amplamente estudado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), reconhecido por suas contribuições nessa área. Bauman, conforme vimos anteriormente, tornou-se mais amplamente conhecido pelas reflexões sobre a noção de “liquidez”, em sociedade marcadas por fluxos intensos de informação, dinheiro e interações sociais.

As interações no ciberespaço criam novos desafios e demandas e podem impactar os indivíduos tanto positiva como negativamente. Aplicativos conectam ou reconectam pessoas, fazendo com que os usuários tenham de se familiarizar com estratégias de segurança para poder compartilhar informações e sentimentos com desconhecidos.

A generalização do uso de redes sociais também alterou a sociabilidade de grupos, fazendo com que, em diversos contextos, existam pressões mais ou menos sutis pela conexão e pela interação virtual. Em relação a isso, de acordo com os dados de 2019 do Indicador de Confiança Digital (ICD), um levantamento contínuo, realizado por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrou que em cerca de 41% dos jovens os recursos disponibilizados pela tecnologia podem gerar ansiedade, tristeza ou algum grau de depressão.

[...] “Os jovens estão cada vez mais nervosos com a possibilidade de perder alguma coisa que está acontecendo no mundo ou no seu ciclo mais próximo de amizades. Todos ficam querendo consultar o celular muitas vezes por dia. Ou seja, sintomas da Síndrome FoMO, sigla para ‘*fear of missing out*’” [medo de ficar de fora], destaca André Miceli [professor da FGV].

PARA 41% dos jovens, tecnologia gera tristeza, ansiedade ou depressão. *Convergência Digital*, 24 out. 2019. Disponível em: <https://convergenciadigital.com.br/internet/para-41-dos-jovens-tecnologia-gera-tristeza-ansiedade-ou-depresso/>.

Acesso em: 5 ago. 2024.



Cadu De Castro/Pulsar Imagens

Crianças de etnia Guarani interagem por meio da tecnologia. Terra Indígena Ribeirão Silveira, em Bertiooga (SP). Foto de 2023.

INTERAÇÃO

1. Você acha que, em comparação com seus pais e avós quando eram jovens, atualmente há maior flexibilidade em relação à carreira, ao local de moradia e às identificações com relação a grupos de sociabilidade (como roqueiros, esquetistas, grupos de dança)? Justifique com exemplos.

O FENÔMENO DAS FAKE NEWS

A expressão *fake news*, traduzida por notícias falsas no Brasil, tem sido o termo utilizado para se referir ao fenômeno de intensificação dos processos de disseminação de **desinformação**. No entanto, a própria ideia de “notícia falsa” pode causar confusão, uma vez que notícia é um termo que designa informações verificáveis de interesse público. Nesse sentido, uma notícia só pode ser verdadeira, e o que seria compartilhado, nesses casos de informações não verificáveis, seria a desinformação.

As *fake news* têm como características a exploração de sentimentos como a raiva e o medo, a recusa de evidências científicas ou de dados e a ausência da apresentação de fontes e de atribuição de autoria. Por isso, muitas vezes as *fake news* contribuem para reproduzir estereótipos e disseminar sentimentos de ódio. Com o advento das redes sociais, houve uma intensificação da publicação e da circulação de informações, que nem sempre utilizam os procedimentos de checagem que são utilizados em jornais e em outros veículos de comunicação e que garantem sua veracidade.

Depois de produzida, a informação falsa pode ser bastante compartilhada. A ação de compartilhamento de uma *fake news* é tão influente quanto sua própria produção, uma vez que, sem ela, a informação falsa não segue adiante. As pessoas que as compartilham o fazem por falta de critérios para distinguir entre o que é verdadeiro e o que não é; por não perceberem as consequências implicadas no compartilhamento de uma informação falsa; e/ou por quererem colaborar com a propagação de uma informação mesmo sabendo que ela é falsa. Nesse cenário, há confusão entre fatos e interpretações e dificuldade de distinguir entre uma coisa e outra.

O fenômeno se tornou alvo de pesquisas sociológicas, pois diz muito sobre as sociedades atuais, e também porque pode ter consequências muito nefastas. Embora o emprego mais disseminado da expressão *fake news* no Brasil não date de muito tempo, o fenômeno já é antigo no país.

Em 1937, o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, utilizou o programa de rádio de maior audiência na época, a *Hora do Brasil*, para denunciar a descoberta de um plano realizado pelo Partido Comunista Brasileiro e por organizações internacionais para derrubá-lo. O plano foi chamado de Plano Cohen. Investigado posteriormente, tal plano se provou uma criação dos próprios militares. Mas já era tarde, pois a fase ditatorial do governo de Getúlio Vargas havia se iniciado exatamente com base nessa suposta conspiração contra ele. O Estado Novo, como ficou conhecido esse período do governo Vargas, durou de 1937 a 1945.

Se as *fake news* e suas consequências negativas não são novidade no mundo, a velocidade e o poder de difusão das informações atuais o são. Esse dado é preocupante, visto que as ferramentas de combate às informações falsas também precisariam acompanhar as inovações tecnológicas; do contrário, o que se chamou de “era da informação” vai ter cada vez mais características de uma “era da desinformação”.



O jornal *Correio da Manhã*, de 1º de outubro de 1937, estampa uma matéria sobre o Plano Cohen.

Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Fotografia: ID/BR

Fake news e pós-verdade

O conceito de pós-verdade pode nos ajudar a compreender uma dimensão mais ampla do fenômeno das *fake news* e sua influência nas instituições e nos processos decisórios. A pós-verdade pode ser definida como uma tendência ao apelo às crenças pessoais dos interlocutores, de modo que suas convicções se tornam mais importantes ou mais influentes do que os fatos.

Muitos cientistas sociais apontam que a pós-verdade pode estar relacionada à queda na confiança em relação às instituições. Uma das pesquisas sociais mais amplas realizadas em relação ao grau de confiança das populações nas mais influentes instituições é a *Edelman Trust Barometer* (Barômetro de Confiança Edelman). Segundo esse índice, em 2018 o Brasil estava entre os seis países do mundo com quedas extremas de confiança, ao lado de África do Sul, Colômbia, Estados Unidos, Índia e Itália. Nesse ano, o foco da pesquisa foi sobre as *fake news*: 58% das pessoas responderam que não tinham certeza do que é verdadeiro e do que não é em notícias divulgadas; 68% responderam que não sabiam em quais políticos poderiam confiar, indicando perda de confiança nos governantes; e 48% responderam que não sabiam em quais empresas ou marcas poderiam confiar.

Uma pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2024, publicada no relatório “Fatos, não mentiras”, mediu a habilidade das pessoas de reconhecer notícias falsas, as *fake news*. O estudo abrangeu mais de 40 mil participantes de 21 países. No Brasil, 54% das pessoas entrevistadas afirmaram conseguir distinguir as notícias falsas. Em todos os países, exceto Brasil, Colômbia e Estados Unidos, os entrevistados relataram ter mais notícias verdadeiras do que falsas em seus *feeds*, indicando que os cidadãos desses países são mais propensos a acreditar em informações falsas. Além disso, as redes sociais foram identificadas como o ambiente onde as pessoas encontram maior dificuldade em distinguir entre verdade e mentira. Apesar de serem uma fonte importante de informações, 51% dos entrevistados afirmaram não confiar nas redes sociais, enquanto apenas 9% disseram confiar muito nelas.

Esse cenário de desconfiança em relação às instituições associado à disseminação de *fake news* pode ter sérias consequências, tendo em vista que dados científicos veiculados por fontes confiáveis perdem credibilidade em razão de informações sem rigor jornalístico e que apelam à emoção do público. Além disso, a pós-verdade muitas vezes impacta o comportamento dos governantes, que tomam decisões e constroem discursos baseados em suas crenças pessoais, e não em fatos.

AÇÃO E CIDADANIA

Combate às *fake news*

Vamos analisar casos reais de *fake news*.

Em grupo com mais quatro colegas, vocês deverão analisar um conjunto de cinco notícias. A proposta é que vocês identifiquem se as informações são verdadeiras ou falsas, analisando os critérios presentes na própria notícia. Para isso, o grupo deve se orientar pelos seguintes passos:

- Escolher notícias que sejam circuladas preferencialmente em aplicativos – grupos de compartilhamento de informações – ou em redes sociais. Vocês podem buscar essas notícias nos grupos da escola, da família, da igreja, nas páginas que seguem ou que conhecidos de vocês sigam. O importante é trabalhar com notícias que circulem o tempo todo na internet.
- Realizar uma análise prévia das notícias, identificando estes critérios: o título ou a manchete corresponde ao texto da notícia? Alguém assina o texto? O texto apresenta fontes confiáveis (artigos científicos, fala de especialistas, contra-argumentos)?
- Em posse da análise prévia, agora é o momento de submeter as notícias a ferramentas de *fact-checking*, ou seja, *sites* na internet que possibilitam analisar a veracidade das informações veiculadas. Algumas indicações: Agência Pública, Aos Fatos, Boatos.org, Estadão Verifica, Fato ou Fake e Lupa.
- Em seguida, escrever um relatório com a análise detalhada de cada notícia e compartilhar as informações com os demais grupos da turma.
- Ao final, em uma roda de conversa, discutir com a turma sobre o processo de verificação das notícias, propondo alternativas que diminuam o compartilhamento de *fake news*.

MÍDIA E DEMOCRACIA

As pesquisas sobre confiança nas instituições, além de serem importantes para sinalizar a percepção das pessoas em relação a essas instituições, podem também indicar a qualidade da vivência democrática nas regiões pesquisadas. Se os canais de comunicação e denúncia criados para que os interesses públicos sejam defendidos e fiscalizados estão enfraquecidos diante do poder econômico e dos interesses individuais, há um indicativo de que a democracia não vai bem.

A mídia, por exemplo, é regulamentada por uma série de regras que a impedem de veicular desinformação; no entanto, essas regras não são suficientes para coibir infrações. Muitas vezes, os veículos de comunicação são influenciados por empresas ou grupos religiosos e, por isso, disseminam conteúdos de acordo com interesses privados.

No contexto atual de desconfiança da população em relação às instituições e de fragilidade dos princípios democráticos, as mídias, em alguns casos, recorrem a notícias que mobilizam as emoções das pessoas de forma apelativa para ganhar visibilidade. As notícias sensacionalistas, contudo, nem sempre passam por checagem de fatos ou estão comprometidas com os princípios da ética jornalística, como a transparência e o compromisso com a pluralidade de pontos de vista.

Assim, esse tipo de conteúdo utiliza a distorção dos fatos para ganhar o reconhecimento de determinados grupos da população e gerar audiência. Como consequência, outros pontos de vista envolvidos são silenciados, o que pode contribuir para a reprodução de estereótipos, a disseminação de sentimentos de ódio e a banalização da violência e dos direitos humanos.

Outro exemplo que ilustra o conflito de interesses públicos e privados e que favorece a disseminação de conteúdos sensacionalistas é a existência de anúncios para impulsionar acessos a conteúdos monetizados, cuja rentabilidade é associada ao número de visualizações. Os anunciantes nem sempre se preocupam em checar se as notícias que estão causando os elevados números de acessos são qualificadas ou verdadeiras.

Tendo isso em vista, é importante o posicionamento ético na produção e na divulgação de informações para que haja um comprometimento com sua veracidade, transparência e pluralidade de pontos de vista. A falta de comprometimento com a cidadania e com os direitos humanos colabora para a fragilização da democracia e de suas instituições, o que prejudica sobretudo os grupos historicamente oprimidos e que têm menos acesso à produção dos conteúdos.

Thierry Monasse/Getty Images



Prêmio Liberdade de Imprensa da Associação Brasileira de Jornais (ANJ). Cerimônia realizada no município de São Paulo (SP), em 2023.

REFLEXÃO

Desinformação e política

No ano de 2020, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sugeriu irresponsavelmente em rede nacional que injetar desinfetante com álcool poderia ajudar no combate à covid-19, veiculando uma opinião pessoal com grande potencial de danos à saúde da população. No país, houve solicitações para que as coletivas de imprensa do presidente não fossem mais veiculadas ao vivo, por não respeitarem os códigos básicos de verificação de informações.

1. Como esse episódio está relacionado à propagação de *fake news* e à desinformação?
2. Em sua opinião, qual é o papel dos governantes no combate a esse tipo de conteúdo?



Donald Trump discursa em Washington D. C, Estados Unidos, em 2024.

Levi Radin/Shutterstock.com/D/BR

Nos últimos anos, a tecnologia de inteligência artificial (IA) tem avançado de forma exponencial, trazendo consigo uma série de inovações que transformam diversos aspectos de nossa sociedade. Uma dessas inovações é a tecnologia de *deepfake*, que utiliza redes neurais para criar vídeos, áudios e imagens extremamente realistas de pessoas dizendo ou fazendo coisas que nunca aconteceram de fato. Apesar de seu potencial em áreas como entretenimento e educação, o uso de *deepfake* levanta uma série de questões éticas que precisam ser cuidadosamente examinadas.

Essa tecnologia opera por meio de algoritmos complexos que analisam grandes volumes de dados visuais e auditivos para gerar conteúdos falsificados. Quando utilizada de maneira positiva, pode servir para criar conteúdos educacionais imersivos, filmes e jogos mais realistas, e pode atuar até mesmo na preservação de memórias, como no caso de recriar vozes de pessoas falecidas. No entanto, a mesma tecnologia pode ser usada para fins maliciosos, como a criação de notícias falsas, difamação, fraude e manipulação de opiniões públicas, o que levanta preocupações significativas sobre sua regulamentação e uso ético.

Os impasses éticos do uso de *deepfake* são variados e complexos. Um dos principais dilemas é a questão da privacidade. A capacidade de replicar a imagem e a voz de uma pessoa sem o seu consentimento constitui uma violação flagrante da privacidade individual. Além disso, a ferramenta já tem sido utilizada para criar conteúdo adulto não consensual, muitas vezes direcionado a figuras públicas. Uma pessoa cuja imagem ou voz estiver vinculada a qualquer conteúdo sem sua autorização constitui uma forma de abuso que pode ter consequências devastadoras para as vítimas.

Outro aspecto ético importante é a disseminação de desinformação. *Deepfakes* podem ser usados para criar vídeos falsos de políticos ou outras figuras influentes,

com o objetivo de enganar o público e influenciar eleições, políticas públicas ou causar instabilidade social. A capacidade de distinguir entre o que realmente aconteceu e o que foi fabricado torna-se cada vez mais difícil, minando a confiança nas fontes de informação e nos próprios fundamentos da democracia.

Além disso, há questões relacionadas à responsabilidade e à regulamentação. Quem deve ser responsabilizado quando um *deepfake* causa danos? Como as leis devem ser adaptadas para abordar essa nova realidade tecnológica? Muitos defendem a necessidade de uma regulamentação rigorosa para controlar o uso de *deepfakes*, mas isso também levanta preocupações sobre a liberdade de expressão e formas de censura.

Portanto, enquanto a tecnologia de *deepfake* representa um avanço impressionante no campo da inteligência artificial, ela também traz à tona impasses éticos significativos que as sociedades precisam enfrentar. A criação de um equilíbrio entre os benefícios dessa tecnologia e a mitigação de seus riscos requerem um esforço conjunto de governos, empresas e indivíduos. A promoção de uma ética robusta e de uma regulamentação adequada será crucial para garantir que as tecnologias de IA sejam usadas de maneira responsável e benéfica para todos.



Tero Vesalainen/AlamyFotoarena

Exemplo de tecnologia biométrica que mapeia o rosto e permite a reprodução da imagem com ferramenta de IA. Foto de 2023.

REFLEXÃO

O uso de inteligência artificial e a criação de narrativas

Imaginem um vídeo em que uma celebridade diz algo chocante ou um áudio em que um político confessa um crime. Seria difícil acreditar que esses conteúdos não são reais, certo? Pois é exatamente isso o que os *deepfakes* fazem. Eles utilizam algoritmos avançados para analisar e replicar rostos, vozes e movimentos, criando uma narrativa a partir dessa ilusão quase perfeita.

Se, por um lado, essa tecnologia pode ser fascinante e ter aplicações incríveis, por outro, precisamos refletir sobre os desafios e os dilemas éticos que surgem com seu uso.

1. Imagine que alguém use sua imagem para criar um vídeo comprometedor e compartilhe-o *on-line*. Como você se

sentiria? Como você lidaria com a questão da privacidade nesse contexto?

2. *Deepfakes* podem ser usados para espalhar notícias falsas, manipular opiniões, produzir falsas provas no judiciário e até influenciar eleições. Considerando que vídeos e áudios são frequentemente utilizados como evidências, a capacidade de falsificar esses meios pode abalar a confiança na informação e nas instituições? Qual é sua opinião a respeito disso?

3. Em decorrência do desenvolvimento de ferramentas cada vez mais aprimoradas do ponto de vista técnico, como saberemos o que é verdade e o que é mentira? E como nos posicionaremos a respeito disso?

CRIMES VIRTUAIS

O ciberespaço ofereceu terreno para uma nova série de crimes: os crimes virtuais. Por isso, os sistemas jurídico e investigativo dos países tiveram de se reorganizar para evitá-los. Os crimes virtuais, também conhecidos como ciber-crimes, são atividades ilegais realizadas por meio da internet. Esses crimes podem ter consequências graves, tanto para as vítimas quanto para os criminosos. É importante que todos nós estejamos cientes dos riscos associados ao uso da internet e saibamos como proteger nossas informações pessoais. Utilizar senhas fortes, não compartilhar dados sensíveis e estar atento a atividades suspeitas são medidas essenciais para se manter seguro *on-line*.

Em geral, os agressores que cometem os crimes virtuais se valem de estratégias de anonimato para não serem identificados. Exemplos comuns incluem: roubo de identidade; invasão de privacidade; disseminação de *malware*; vazamentos de dados pessoais para venda ou chantagem; ciberataques a empresas, como forma de extorsão ou de boicote da produção; golpes e fraudes financeiras, por meio da falsificação de boletos, de *sites* ou do roubo de senhas para movimentação financeira; e a pirataria, forma de reprodução e comercialização de mídias sem a realização do pagamento dos direitos autorais. Todas essas ações são ilegais de acordo com as leis brasileiras e estão sujeitas a penas como prisões e/ou multas. A Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet, estabelece os princípios, as garantias, assim como os direitos e os deveres para o uso da internet no Brasil.

Cyberbullying

O *cyberbullying* é uma variação *on-line* do *bullying*, definido como um comportamento agressivo e intencional que causa danos a outra pessoa. No contexto virtual, o *bullying* pode ser ainda mais prejudicial, pois as agressões podem ser disseminadas rapidamente, alcançar muitas pessoas e impactar a vida da vítima inclusive no futuro. As vítimas de *cyberbullying* muitas vezes sofrem em silêncio, o que pode levar a consequências emocionais e psicológicas graves.

É fundamental que as pessoas em geral, mas especialmente os jovens, que são as principais vítimas e os principais agressores, aprendam a identificar e combater o *cyberbullying*, promovendo um ambiente de respeito e apoio mútuo. Denunciar comportamentos abusivos e apoiar as vítimas são passos importantes para construir uma comunidade escolar mais saudável e segura.

Capa e página 6 de cartilha divulgada pela Associação Brasileira de Psiquiatria como parte da campanha contra o *bullying*, lançada em 2024, com o nome: *Bullying não é brincadeira: delete essa ideia!*

Há 10 anos o uso da internet no Brasil passou a ter princípios e garantias previstas em lei. O Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014) foi criado para estabelecer o direito ao exercício da cidadania nos meios digitais, além da diversidade e da liberdade de expressão na internet.

Quando foi sancionado, em 23 de abril de 2014, um dia após sua aprovação pelo Senado, o marco foi reconhecido como uma legislação inovadora e referência internacional. [...]

Uma década depois, o Brasil tem outra lei sobre o tema, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709, de 2018). Há ainda o desafio de combate à desinformação na internet, a regulação da inteligência artificial (IA), além da atuação transparente de plataformas de redes sociais.

[...]

O avanço da inteligência artificial ganhou destaque especialmente no fim de 2022, com a chegada de recursos como o ChatGPT, um sistema de IA capaz de produzir textos. Impulsionado pelas redes sociais, o uso da IA preocupa autoridades, em especial durante o período eleitoral, em que a polarização incentiva a propagação da desinformação e discursos de ódio.

Para as eleições municipais deste ano, uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) caracterizou as *deep fakes* [*deepfakes*] como o conteúdo em áudio ou vídeo, digitalmente gerado ou manipulado por inteligência artificial, para “criar, substituir ou alterar imagem ou voz de uma pessoa viva, falecida ou fictícia” (Resolução 23732, de 2024). O Tribunal proibiu o uso de *deep fakes* [*deepfakes*] e determinou a obrigação de aviso quando houver uso de IA na propaganda eleitoral.

MARCO CIVIL da Internet completa dez anos ante desafios sobre redes sociais e IA. *Agência Senado*, 26 abr. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/26/marco-civil-da-internet-completa-dez-anos-ante-desafios-sobre-redes-sociais-e-ia>. Acesso em: 5 ago. 2024.



ATIVISMO DIGITAL

Outro aspecto que se transformou bastante com as novas TICs foi a forma pela qual as pessoas se manifestam, reivindicam direitos e protestam em relação a injustiças. As redes sociais facilitaram as mobilizações e a divulgação de irregularidades. São exemplos os boicotes em relação a empresas que não prestam adequadamente seus serviços ou que se envolvem em crimes ambientais ou contra seus funcionários.

Além disso, por meio das redes sociais, as minorias podem compartilhar narrativas e fortalecer suas identidades culturais. As produções artísticas periféricas, que não encontram espaço nas mídias tradicionais, por exemplo, têm nas redes sociais a oportunidade de ser divulgadas e acessadas. Além disso, as tecnologias também podem ser aliadas dos movimentos sociais na organização de protestos e na luta por direitos.

Desse modo, as TICs contribuem para o fortalecimento da democracia. O próprio Senado brasileiro iniciou processos de consulta pública para todos os projetos que tramitam pela instituição, e há uma extensa mobilização da população para que mais pessoas se envolvam nas votações.

Embora haja a possibilidade de que alguns considerem as ações virtuais substitutas das presenciais, em muitos casos, o ativismo digital age complementarmente às ações presenciais, fazendo com que a participação social possa aumentar quando há uma diversificação dos meios de envolvimento.

Outra questão que tem sido alvo de mobilização é a regulamentação do acesso a dados pessoais na internet. Muitos sites e aplicativos utilizam os dados de seus usuários em algoritmos e em pesquisas de *marketing*. Em razão disso, há um profundo debate sobre a garantia da privacidade dessas informações. Uma vez vazadas, elas podem representar riscos aos usuários, que podem ser vítimas de falsificações e outros crimes virtuais. Por isso, é importante que os países garantam a segurança no acesso a dados pessoais no ciberespaço. No Brasil, entrou em vigor a Lei n. 13 709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).



Luciola Zwerck/Pulsar Imagens

As TICs têm sido amplamente apropriadas por movimentos como o indígena para colaborar com a difusão de suas culturas e de suas pautas de luta. Na foto de 2023, indígena da etnia Kuikuro edita vídeo do ritual Jawari, em Gaúcha do Norte (MT).



Mauro Pimentel/AFP/Getty Images

Novas aliadas nos protestos, as projeções de longo alcance ampliam mensagens e ficam visíveis em espaços de grande circulação. Na foto de 2020, projeção em fachada de prédio no município do Rio de Janeiro (RJ).

[...] A lei define o que são dados pessoais e explica que alguns deles estão sujeitos a cuidados ainda mais específicos, como os dados pessoais sensíveis e dados pessoais sobre crianças e adolescentes. Esclarece ainda que todos os dados tratados, tanto no meio físico quanto no digital, estão sujeitos à regulação.

[...]

A lei traz várias garantias ao cidadão, como: poder solicitar que os seus dados pessoais sejam excluídos; revogar o consentimento; transferir dados para outro fornecedor de serviços, entre outras ações. O tratamento dos dados deve ser feito levando em conta alguns requisitos, como finalidade e necessidade, a serem previamente acertados e informados ao titular.

O QUE É A LGPD? Ministério Público Federal. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/servicos/lgpd/o-que-e-a-lgpd>. Acesso em: 5 ago. 2024.

1 Sobre as cibercidades e a democracia eletrônica, leia o texto a seguir e, depois, responda às questões.

O estudo das estatísticas mostra que as maiores densidades de acesso ao ciberespaço e de uso das tecnologias digitais coincidem com os principais núcleos mundiais de pesquisa científica, de atividade econômica e de transações financeiras. [...] Enfatizo mais uma vez que esse uso do ciberespaço não deriva automaticamente da presença de equipamentos materiais, mas que exige igualmente uma profunda reforma das mentalidades, dos modos de organização e dos hábitos políticos.

[...] A verdadeira democracia eletrônica consiste em encorajar, tanto quanto possível – graças às possibilidades de comunicação interativa e coletiva oferecidas pelo ciberespaço –, a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos.

Lévy, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 185-186.

- Para o autor, o que é a democracia eletrônica e como é possível atingi-la?
- Sua experiência política no município onde você vive é predominantemente presencial ou digital? Dê exemplos dessa atuação e indique se ela preenche os requisitos do que Lévy entende como “verdadeira democracia eletrônica”. Justifique sua resposta.

2 Leia a tira e, depois, responda às questões.



Tira de Jean Galvão, em *Tirinhas Pedagógicas de Jean Galvão*. Publicada em 18 set. 2024. Disponível em: <https://tiroletas.wordpress.com/>. Acesso em: 18 set. 2024.

- A tira faz menção a qual aspecto da pós-verdade?
- Quais são os problemas decorrentes desse aspecto da pós-verdade? Como isso se relaciona à mídia e às instituições democráticas?

3 (Uece) Uma das características das sociedades modernas hoje é a adoção contínua e ampliada do uso de tecnologias comunicacionais e informacionais na vida cotidiana. Serviços bancários, comércio eletrônico, telessaúde, serviços de transportes e de entregas por aplicativos e as redes sociais são constantes nas interações do dia a dia de milhões de pessoas em países como Brasil e EUA. Porém, ao mesmo tempo que esse avanço é rápido, existe lentidão na absorção crítica e consciente no uso dessas tecnologias, além do surgimento de atuais problemas sociais como os variados tipos de crimes digitais, a precarização dos trabalhadores de aplicativo, o vício no uso de redes sociais e transtornos psicológicos associados, além da propagação, por vezes sem controle, de notícias falsas. É necessário que governos, sociedade civil e grandes empresas operadoras dessas tecnologias se responsabilizem e tomem medidas que possam conscientizar, amenizar e combater esses problemas gerados pelas tecnologias que deveriam servir para o melhoramento da vida em sociedade. Considerando o enunciado, é correto afirmar que

- as novas tecnologias comunicacionais promovem transformações sociais que não podem ser barradas por excessos de controle governamental ou privado.
- o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação está em descompasso com o uso reflexivo e adequado por parte dos seus usuários.
- a multiplicidade de serviços possibilitados pelas novas tecnologias de informação alcança muito mais pessoas, mas de modo irregular e criminoso.
- as empresas que operam o ambiente virtual das redes sociais são as que têm menor parcela de culpa no uso irresponsável da internet pelas pessoas viciadas.

AMPLIANDO

MÍDIA E PROTAGONISMO JUVENIL

As tecnologias de informação e comunicação possibilitaram a muitas pessoas expressarem sua identidade e seus modos de vida, o que contribuiu para a valorização da diversidade cultural. Leia, a seguir, a reportagem sobre etnomídia indígena.

Etnomídia indígena: arte, cultura e protagonismo

“Olá! Meu nome é Cristian Wariu Tseremey'wa, sou indígena Xavante com ascendência Guarani Nhandewa, nativo originário dessa imensa terra chamada Brasil”, é como se apresenta o [influenciador digital] de 20 anos, criador do mais popular canal de indígenas, o “Wariu”, nome em homenagem ao seu bisavô.

Cristian nasceu na pequena cidade de Campinápolis, no Mato Grosso, próximo à Terra Indígena Parabubure. Ele viveu a infância e, principalmente, a adolescência entre os rituais xavantes e a escola, onde sofreu discriminação por ser indígena.

O jovem tentava responder às agressões explicando aos colegas aspectos da cultura Xavante como, por exemplo, um dos rituais mais importantes: a furação de orelha. Aos poucos, ele percebeu que a informação era a melhor arma contra o preconceito.

“Quando eu estava no tempo de escola, muitas pessoas tinham medo de mim, porque tinham histórias sobre os Xavante de que era um povo bravo, canibal, muito violento. Isso já estava inserido dentro da sociedade e as crianças tinham medo de interagir comigo por conta disso.”

[...]

[...] “Wariu” conta com 11 vídeos publicados e mais de 15 mil inscritos. No primeiro vídeo do canal, Cristian fala sobre as maiores dúvidas e mentiras que contam sobre os povos indígenas. “Não aguento mais me perguntarem se ando pelado em casa ou na aldeia”, confessa no início do vídeo. “Não, não ando pelado em casa. Mas, na aldeia, vai depender da etnia, porque índio não é um povo só”, esclarece.

Cristian mora em Brasília (DF) por conta dos estudos. Aprovado em um vestibular indígena, o jovem cursa Comunicação Organizacional na Universidade de Brasília (UnB) e pretende ampliar suas mídias de atuação dando voz para que outros nativos também contem suas histórias. Sair de casa em busca de capacitação tem, muitas vezes, um objetivo maior: reunir conhecimento e voltar para ajudar os parentes.

“Os povos indígenas veem a tecnologia e, principalmente, a tecnologia da informação como algo muito propenso a nos ajudar a quebrar esses estereótipos, coisas que, muitas vezes, eram faladas sobre a gente sem nosso conhecimento. Com o tempo atual, de comunicação rápida, nós temos muito a ideia de mostrar o que realmente é. Ser indígena hoje, como eu comento em vários vídeos do canal, não está atrelado a uma cara de ser indígena, mas ao sentimento, pertencimento e, ao que eu costumo dizer também, a essência de ser indígena.”

DULCE, Emilly. Artistas, educadores, *youtubers*: a luta da juventude indígena em múltiplas expressões. *Brasil de Fato*, 24 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/artistas-educadores-youtubers-a-luta-da-juventude-indigena-em-multiplas-expressoes>. Acesso em: 10 jul. 2024.



Indígena Cristian Wariu Tseremey'wa em seu canal de rede social na internet. Foto de 2023.

@wariuwariu - Canal sobre Indígenas no Brasil

- 1 Qual é a importância das tecnologias de comunicação e informação para o reconhecimento das identidades dos povos indígenas?
- 2 Como a iniciativa de Cristian pode contribuir para o protagonismo de outros jovens?
- 3 Você costuma acompanhar *vlogs*? Em sua opinião, como eles influenciam na construção de sua identidade?

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

LAYMERT GARCIA DOS SANTOS

Neste capítulo, abordamos a interface entre a sociedade e o mundo digital, compreendendo que as tecnologias são produções humanas e refletem um processo histórico de acúmulo de conhecimento e de transformações não apenas técnicas, mas de ordem social, cultural, política e ideológica.

Para complementar o debate, acrescentamos uma visão crítica a partir das reflexões do sociólogo Laymert Garcia dos Santos (1948-), que analisa o impacto da informação digital na forma de organização social e política das sociedades, em especial a brasileira.

PERFIL

Laymert Garcia dos Santos nasceu em Itápolis (SP) em 1948, graduou-se jornalista na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizou mestrado em Sociologia das Sociedades Industriais e doutorado em Ciência da Informação, ambas pós-graduações na França. Atuou como docente e pesquisador na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) até se aposentar, em 2012.

OBRAS-CHAVE

- *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética* (2003)
- *Tempo de ensaio* (1989)
- *Alienação e capitalismo* (1982)
- *Desregulagens: educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social* (1981)

EM LEITURA

O autor dedicou-se, no início de sua trajetória acadêmica, à abordagem crítica sobre grandes temas, como cultura e sociedade. Na década de 1990, assumiu a identificação com a área da Sociologia da Tecnologia e especializou-se em Tecnologia da Informação, problematizando o avanço tecnológico e seus impactos socioambientais.

Na segunda seção de seu livro *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética* (2003), o autor dedica-se a explorar as relações entre tecnologia e sociedade e, para isso, escolhe uma entrada privilegiada: a realidade virtual. Ele faz o seguinte questionamento: Como a realidade virtual penetra a realidade, deslocando horizontes? O trecho a seguir nos oferece pistas para refletir sobre isso.

A realidade virtual é, portanto, a geração de um mundo a partir de uma relação homem-máquina, um mundo criado artificialmente, que o usuário, depois, pode “habitar”. [...] Suponhamos, então, que o mundo da realidade virtual é um mundo de ficção científica que está se concretizando como mundo paralelo dentro do nosso. O que isso pode significar? Primeiro, que a boa ficção científica pode, na verdade, ser literatura de antecipação; e, segundo, que a antecipação na ficção científica corresponde ao modo como o processo tecnológico se dá inicialmente durante a fase de invenção.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 113.



Luciana Whiteaker/Pulsar Imagens

Na foto de 2023, destaque para o uso de dispositivo de realidade ampliada no *Festival Mulheres do Mundo*, no município do Rio de Janeiro (RJ).

O sociólogo aproxima a ideia de realidade virtual à de ficção científica para ilustrar como se dá a relação entre tecnologia e sociedade, avaliando o impacto dos avanços, mas também sugerindo a importância de uma reflexão ativa sobre seu desenvolvimento. Nesse sentido, a aproximação mencionada destaca dois aspectos fundamentais dessa relação: 1) a realidade virtual é decorrente da realidade social, pois, mesmo que seja apresentado como um mundo novo e paralelo, ele nasce de nós e é produto da ação humana; 2) o elemento novo apresentado pela realidade virtual gera um deslocamento conceitual dentro da sociedade em que vivemos, ou seja, algo imaginado como impossível na realidade social torna-se possível na realidade virtual.

PARA CONCLUIR

- 1** Considerando as proposições de Laymert G. dos Santos, organizem-se em grupos de três a cinco estudantes e façam o que se pede a seguir.
 - a) Imaginem uma realidade alternativa, um outro mundo, completamente distinto da realidade vivenciada pelo grupo.
 - b) Em uma folha à parte, descrevam, em detalhes, como esse mundo se organiza e quais elementos possui. Para isso, definam como se estruturam os territórios, indicando se há limites e governos, se existem regras ou proibições e se há formas de controle e disciplina.
 - c) Descrevam como são os indivíduos e suas formas de organização. Eles ficam isolados? Existem instituições? Existe liberdade? Nesse ponto, pensem em eventuais normas, leis ou padrões de comportamentos para o mundo imaginado pelo grupo.
 - d) Ao final, produzam uma representação desse mundo. Pode ser um desenho, um tratado, um esquema, a forma que melhor expressar o mundo imaginado pelo grupo.
 - e) Em data previamente acordada com o professor, apresentem seu mundo aos colegas.

- 2** Após a apresentação dos mundos criados pelos grupos, identifiquem oralmente os elementos dessa realidade virtual que se assemelham e os que se diferenciam da realidade vivenciada por vocês.

SOCIEDADE E AMBIENTE

1. Você sabe o que são problemas socioambientais? Conseguiria mencionar alguns exemplos?
2. Em sua opinião, como a globalização e os problemas socioambientais se relacionam?
3. De que maneira os povos tradicionais podem ser prejudicados pela privatização e pela exploração insustentável dos recursos naturais?
4. Como você acha que deve ser a participação dos jovens nessas questões? Além disso, como você poderia contribuir para reduzir os problemas socioambientais? Justifique sua resposta.



A ambientalista e ativista Vandana Shiva, de vermelho, participou, em 2023, do Encontro Internacional de Feminismo em Madri, Espanha.

Aldera Zarraga/Getty Images

Para começarmos a refletir sobre o tema do capítulo, “Sociedade e ambiente”, é importante problematizar a expressão: problema socioambiental. Partimos, nas Ciências Sociais, do pressuposto segundo o qual não é possível isolar as questões ambientais das relações sociais; por isso, todo problema ambiental é, consequentemente, social. Chuvas em grande volume que geram enchentes ou deslizamentos de terra, por exemplo, podem acarretar perda de vidas, prejuízos econômicos e agravamento da desigualdade social.

Além disso, historicamente, é importante recordarmos que a organização de sociedades inteiras se deu a partir da fixação no território, fenômeno também conhecido como sedentarismo, e isso só foi possível após o desenvolvimento de técnicas agrícolas que viabilizaram o acesso a alimentos sem que fosse necessário o deslocamento dos grupos.

Portanto, existe uma relação intrínseca entre sociedade e ambiente, ainda que nem sempre todos nós tenhamos consciência disso. Para chamar a nossa atenção, grupos ambientalistas colocam em pauta questões fundamentais para a manutenção da biodiversidade no planeta.

O ativismo ambiental se intensificou na era digital e se inscreve no quadro das lutas sociais contemporâneas. A ativista indiana Vandana Shiva (1952-), por exemplo, luta pela superação dos problemas socioambientais, assim como pelo empoderamento das mulheres e pela soberania alimentar dos povos tradicionais. Vandana também critica as desigualdades e os impactos ambientais provocados pela globalização e pela expansão do capitalismo financeiro, que, muitas vezes, geram a privatização e a exploração insustentável de recursos naturais.

PROTEÇÃO AMBIENTAL: UMA HISTÓRIA

Como o espaço geográfico é construído a partir da relação entre sociedade e natureza, há registros de reflexões sobre a interação sociedade-natureza em diferentes contextos históricos e culturais. Na Grécia Antiga, por exemplo, natureza e seres humanos eram entendidos como um só elemento com base na ideia de *physis*, palavra grega que significa “o que por si brota”.

Posteriormente, o pensamento ocidental dissociou o ser humano da natureza, de modo que os recursos naturais tornaram-se bens a serem apropriados pelas sociedades. Essa visão predominou em várias partes da Europa do século XVI ao XVIII: o capitalismo industrial do final do século XVIII ampliou a busca e o uso de recursos naturais e implementou uma produção de bens em escala geográfica até então inédita. Nesse contexto, já eram visíveis nas cidades a poluição do ar pelas fábricas, a deterioração dos espaços urbanos e a devastação no entorno de minas de carvão.

É nesse quadro que podem ser situadas as raízes dos **movimentos ambienta- listas**. Esses movimentos de proteção ambiental surgiram em tempos e locais diferentes e com problemáticas distintas, geralmente em escala local. No entanto, diante dos crescentes impactos socioambientais decorrentes do avanço da exploração dos recursos e da expansão do mundo urbano-industrial, a partir do século XIX, adquiriram maior dimensão.

A ecologia como ciência surge nesse período. Foi o naturalista alemão Ernst Haeckel (1834-1919) que cunhou, em 1866, o termo “ecologia”, resultante da junção das palavras gregas *oikos* (casa) e *logos* (estudo). Essa nova área do conhecimento se propunha a estudar as relações entre os seres vivos e o ambiente e sua distribuição no planeta. Segundo essa perspectiva, o ambiente é formado por componentes vivos e não vivos (flora, fauna, água, clima, etc.) e agentes químicos, físicos e biológicos que interagem nos locais e influenciam os seres vivos, incluindo os seres humanos. Portanto, inclui a ação humana.

O debate de ideias do período influenciaria fortemente movimentos e práticas ambienta- listas posteriores, com base nas visões **preservacionista** (ou protecio- nista) e **conservacionista**. A primeira se pautou pela defesa da criação de áreas com forte restrição de presença humana; a segunda também objetivava delimitar reservas naturais, mas admitia modos de exploração mais racionais, que não comprometessem os recursos presentes nessas áreas. Diante dessas perspectivas, surgiram as primeiras áreas de proteção ambiental do mundo, com o intuito de proteger a biodiversidade. No Brasil, a primeira área de proteção ambiental foi criada em 1937 e ficou conhecida como Parque Nacional de Itatiaia, situado entre município dos estados de Rio de Janeiro e Minas Gerais.

INTERAÇÃO

1. Você conhece algum par- que nacional ou outra uni- dade de proteção ambien- tal de sua região? O que essa área representa para você e sua comunidade?



O Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, foi a primeira área de proteção ambiental criada no mundo. Nele, há fontes termais e uma grande diversidade de fauna nativa. Foto de 2023.

1000Photography/Shutterstock.com/ID/BR

Relação sociedade-natureza: perspectiva crítica

Entre os pesquisadores que estudaram as relações sociedade-natureza, está o sociólogo estadunidense Frederick Howard Buttel (1948-2005). Para ele, a natureza é o substrato material da sociedade e, por isso, é essencial para a compreensão de sua história, assim como para a garantia de seu desenvolvimento futuro.

Considerando a influência humana na transformação do espaço geográfico, é possível avaliar criticamente a relação entre sociedade e natureza, refletindo sobre os impactos ambientais decorrentes da ação humana sobre o ambiente. Assim, qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente resultante das atividades humanas pode afetar tanto os ecossistemas como a própria saúde e a subsistência dos seres humanos, dado que as sociedades dependem da natureza para organizar a vida material.

Beitmann Archive/Getty Images



O primeiro evento do Dia da Terra foi realizado nos Estados Unidos, em 1970, e é considerado um marco do movimento ambientalista contemporâneo. Na foto, jovens realizam em Saint Louis protesto contra a poluição causada pelos automóveis.

A partir dos anos 1950, uma série de elementos agravou as preocupações das pessoas em relação ao ambiente, como a expansão do consumo, a chuva ácida, os vazamentos de petróleo no mar e de usinas nucleares, o despejo de esgotos e mercúrio nas águas, entre outros. Em razão disso, houve ao redor do mundo a criação de movimentos ativistas e políticos, atrelados às lutas por justiça social. No Brasil, após os anos 1970, surgiram entidades de defesa ambiental e comunidades rurais alternativas.

Os pesquisadores passaram a refletir sobre o caráter global dos problemas ambientais e a necessidade de frear o crescimento econômico. Desse modo, surgiu o conceito de **desenvolvimento sustentável**, que defende o desenvolvimento econômico aliado à garantia do bem-estar das gerações futuras.

No entanto, essas ideias ainda não são consenso entre os países. Como veremos neste capítulo, os acordos e as conferências sobre o ambiente envolvem disputas geopolíticas entre os países, que buscam defender suas demandas e seus interesses.



B. Salgado/Estadão Conteúdo/AE

Moradores da cidade de Santana de Parnaíba (SP) protestam contra a poluição do rio Tietê. Foto de 1971.

REFLEXÃO

Natureza é mercadoria?

Você conhece o significado do termo *commodity*? Em uma tradução simples, significa mercadoria. Porém, o uso contemporâneo desse termo implica outra definição: *commodities* são mercadorias de origem agrícola, pecuária, mineral e ambiental, produzidas em larga escala para serem utilizadas como matéria-prima para a produção industrial global. O Brasil, atualmente, tem a soja como sua principal *commodity*, e é o maior exportador desse produto no mundo.

O avanço da crise ambiental tem produzido efeitos perceptíveis em todas as atividades humanas. A destruição das florestas, a poluição do ar, dos rios e dos mares, a desertificação, o aumento das desigualdades sociais, a elevação da temperatura média do planeta como efeito da concentração cada vez maior dos Gases de Efeito

Estufa (GEEs) rompem o equilíbrio que permitiu o desenvolvimento da vida nos padrões que conhecemos [e] que é perceptível, inclusive, com a perda de biodiversidade. A utilização em larga escala dos combustíveis fósseis associada ao modelo de desenvolvimento que concebe a natureza como *commodity* levou o planeta a um impasse: ou transformamos o ritmo e o modelo de produção ou sucumbimos. [...]

APRESENTAÇÃO do Fórum Popular da Natureza. Disponível em: <https://forumdanatureza.org.br/t/apresentacao-do-forum-popular-da-natureza/299>. Acesso em: 3 jul. 2024.

1. Quais são as causas dos problemas socioambientais relatados no texto?
2. Em sua opinião, por que o texto afirma que concebemos a natureza como *commodity*? Explique.

A CRISE AMBIENTAL É UMA CRISE CIVILIZATÓRIA?

Desde 2017, os temas Sustentabilidade e Mudanças Climáticas são tratados pelo Grupo dos Vinte (G20) – formado por ministros das finanças e chefes dos bancos centrais das 19 grandes economias mundiais mais membros da União Africana e da União Europeia. Entre as discussões do grupo, estão propostas de desenvolvimento econômico que garantam a preservação da biodiversidade e a economia circular. Em 2024, o Brasil foi a sede do encontro do G20, que debateu soluções para a emergência climática, tema recorrente no século XXI.

Ao falarmos sobre emergência climática, é recorrente o uso da expressão “crise ambiental”. Mas sobre o que essa expressão diz respeito?

De acordo com o sociólogo mexicano Enrique Leff (1946-), a crise atual na qual se encontra o ambiente não advém apenas da questão econômica, mas sim de uma **crise civilizatória**. Segundo o pensador, com os atuais parâmetros de civilização, principalmente orientados pela lógica do progresso e da acumulação, os seres humanos passaram a consolidar valores que subjugam a natureza como condição para a manutenção da vida e da economia, acarretando a destruição em massa da biodiversidade. Para reverter essa realidade, é preciso a criação de uma nova consciência pautada no **saber ambiental**, que não enfatiza exclusivamente o ambiente e promove uma análise integrada de toda a complexidade da sociedade atual.

Paralelamente a essa perspectiva, o sociólogo alemão Ulrich Beck (1944-2015) propôs a noção de **sociedade de risco**. De acordo com o pensador, a humanidade vem tomando decisões que implicam um conjunto de riscos (ecológicos, financeiros, informacionais, bioquímicos, etc.) em favor de um determinado **paradigma** de sociedade. A escolha desses riscos se aprofundou no pós-Segunda Guerra, com a adoção de ações irreversíveis e de altas consequências (uso incontrollável de combustível fóssil e de agrotóxicos e contaminação inconsequente por radiação, por exemplo), caminho que conduz a um destino eminentemente perigoso para todas as formas de vida.

Apesar de uma aparente visão pessimista e da ênfase nas graves consequências locais e globais, esses pensadores não propagam discursos apocalípticos, mas a necessidade de atuações voltadas ao cooperativismo global. Para eles, as soluções para a crise ambiental não devem ser orientadas apenas por pessoas e instituições que estão na estrutura de poder da sociedade, mas também por novos atores globais, como camponeses, indígenas e quilombolas. Esses atores podem contribuir para consolidar outros valores e um novo paradigma de enfrentamento da mudança climática: um paradigma de sociedade não pautado na racionalidade de mercado, e sim na racionalidade ambiental.

A mudança climática pode levar a integrar os aspectos naturais e sociais, transformar as instituições sociais, assim como a compreensão do clima e do meio ambiente. Implica assim em novas formas de poder, desigualdade e insegurança, junto com a criação de novas formas de ser e de atuar no mundo, em cooperação e solidariedade.

GUIVANT, Julia Silvia. O legado de Ulrich Beck. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 235, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC150001ExV1912016>. Acesso em: 6 ago. 2024.

Essas novas formas de ser e atuar no mundo para superar a crise ambiental se apresentam como transformações sociais e mudanças de hábitos e, para isso, diferentes discursos são importantes: educação ambiental, alfabetização ecológica, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável.

Segundo Leff e Beck, para que a transformação aconteça, é fundamental que todos assumam as responsabilidades sob os danos causados ao ambiente, com o intuito de estimular proposições e ações práticas de sustentabilidade, que promovam os direitos humanos.

A possibilidade de amenizar a crise ambiental está, portanto, relacionada à mudança no modelo de civilização que orienta as sociedades na contemporaneidade. Por meio das proposições desses pensadores, da atuação dos ambientalistas e da visão de mundo de diferentes atores, podemos acompanhar, questionar e adotar uma postura crítica em relação aos debates propostos em encontros e movimentos de pequena e larga escala, como no Grupo de Trabalho de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas do G20.



Felipe Werneck/MMA

A reunião do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20 aconteceu em janeiro de 2024, em Brasília (DF).

paradigma: modelo, padrão.

QUESTÕES AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEAS

Com a globalização, os conflitos ambientais se intensificaram, uma vez que o desenvolvimento de tecnologias de transporte e comunicação possibilitou o aumento da produtividade sem considerar muitas vezes os impactos ao ambiente. Além disso, os impactos ambientais decorrentes das atividades econômicas são desigualmente distribuídos, afetando mais os países em desenvolvimento, que produzem matérias-primas para exportação – as *commodities*. Em contrapartida, muitos movimentos de proteção ambiental ganharam força com o surgimento de novas tecnologias. Nesse cenário, os conflitos ambientais ganham novas configurações, como se pode verificar nos exemplos a seguir.

Questões ambientais na agropecuária

O uso intensivo dos solos para a agricultura resultou em um aumento na produtividade agrícola nas últimas décadas. No entanto, na produção convencional, retira-se a vegetação deixando os solos expostos, os quais são, muitas vezes, compactados por máquinas como tratores e colheitadeiras. Como resultado, esses solos se tornam mais vulneráveis à erosão, à perda de nutrientes e à degradação. Segundo a ONU, a perda de solos hoje equivale a um campo de futebol a cada cinco segundos, e cerca de 33% dos solos no mundo estão degradados.

A introdução de agrotóxicos na agricultura ocorreu a partir da metade do século XX e, em conjunto com outras inovações tecnológicas, marcou a chamada Revolução Verde. Essas tecnologias foram introduzidas em regiões com ciclos ecológicos e estrutura fundiária muito distintos, causando diversos problemas. Nos países menos desenvolvidos, a concentração fundiária contribuiu para a desigualdade de acesso a tecnologias, prejudicando pequenos agricultores.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, diversas empresas do setor petroquímico-mecânico dos países

desenvolvidos tornaram-se ociosas, pois já não produziam para o setor militar, passando, então, a gerar insumos químicos agrícolas. Atualmente, grandes empresas transnacionais dominam a produção de agrotóxicos, máquinas, sementes e outros insumos para a agricultura.

A geógrafa brasileira Larissa Mies Bombardi explora essa questão no livro *Agrotóxicos e colonialismo químico*, publicado em 2023. Segundo a pesquisadora, entre 2020 e 2021, o Brasil dobrou o uso de agrotóxicos; e entre os dez tipos mais vendidos no país, cinco são proibidos na Europa. Nesse contexto, Bombardi denuncia uma questão importante: enquanto a União Europeia proíbe 269 tipos de agrotóxicos, as proibições em países da América Latina, como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, não chegam a 30 tipos.

Para regulamentar o uso ou a proibição de pesticidas, a União Europeia considera os riscos à saúde humana e ao ambiente. Quando dispersos nas plantações, os fertilizantes solúveis à base de nitrogênio e fosfato podem comprometer mananciais hídricos.

A reversão desse quadro exige mudanças nos paradigmas produtivos, sociais e ambientais. Um exemplo brasileiro mostra ser possível produzir alimentos orgânicos saudáveis em larga escala, sem agrotóxicos: os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criados a partir de inúmeras lutas e ocupações de terras improdutivas, contribuem para gerar boa parte dos alimentos no país. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)*, a agricultura familiar brasileira é a oitava maior produtora de alimentos do mundo. Com o auxílio das tecnologias, os agricultores podem divulgar a produção dos alimentos e organizar círculos cooperativos entre produção e venda direta aos consumidores.

Essas práticas se apoiam em conceitos da agroecologia, que considera a integração de ecossistemas e sua relação com as dimensões socioeconômica e cultural. Não se trata apenas de recusar os agroquímicos, mas de fazer um manejo adequado do solo (mantendo restos vegetais e matéria orgânica e evitando erosão), da água (armazenando água da chuva) e da flora (replantando mata ciliar e criando agroflorestas, com árvores e cultivos que retenham água nos sistemas).



Horta orgânica no assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino do MST, em Franco da Rocha (SP). Foto de 2023.

Caedu De Castro/
Pulsar Imagens

INTERAÇÃO

1. Pense em uma questão ambiental ligada à produção agropecuária em seu município ou região. Quais elementos naturais foram afetados? Como eles se inter-relacionam com os demais componentes do ecossistema?

* CONTAG. *Anuário estatístico da agricultura familiar - 2023/Ano 2*. Brasília (DF), 2023. Disponível em: <https://www2.contag.org.br/documentos/pdf/17916-696048-anua%CC%81rio-agricultura-2023-web-revisado.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2024.

Questões ambientais na mineração

Um dos setores extrativistas com maiores impactos ambientais é a mineração. Trata-se de um setor fundamental para a produção industrial, já que os minérios são matéria-prima para a produção de energia e de vários bens de consumo. No entanto, mesmo com um extenso debate sobre as legislações ambientais para esse setor, a mineração ainda provoca grandes acidentes ambientais, o que gera graves consequências para os ecossistemas e para a saúde e a subsistência dos moradores das comunidades do entorno das minas.

Esse é o caso da África do Sul, país onde a exploração mineral criou serviços especializados e novas redes de ferrovias, dutos e portos. No entanto, as minas geraram impactos nos solos, na vegetação e nos rios e córregos, com sérios danos às interações ecológicas e à biodiversidade local.

No caso do Brasil, pode-se mencionar aquela que foi considerada a maior tragédia ambiental do país até então, 5 de novembro de 2015: o rompimento, em Mariana (MG), da barragem do Fundão, estrutura de contenção de rejeitos da mineração do ferro. Houve 19 vítimas fatais, além de 34 milhões de m³ de rejeitos de minério de ferro despejados diretamente na natureza. Esses dejetos chegaram aos cursos de água, e a lama formada percorreu o rio Doce por mais de 600 quilômetros, atingindo 38 municípios e comprometendo o abastecimento de água potável para milhares de pessoas.

Quase quatro anos depois, em 25 de janeiro de 2019, ocorreu uma tragédia ainda maior, com o rompimento da barragem do córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Foram 270 mortos e diversos distritos arrasados por 14 milhões de toneladas de lama e rejeitos de minério de ferro. Com isso, houve a contaminação da bacia do rio Paraopeba, que abastece o reservatório de Três Marias, ligado ao rio São Francisco.

“Desastres” ou consequências ambientais?

Comumente ouvimos sobre desastres naturais que afetam a população brasileira e mundial. Os casos da África do Sul, de Mariana (MG) e Brumadinho (MG) não são isolados, e situações como essas vêm sendo denunciadas com maior frequência, indicando a falta de ações concretas e de investimento na cultura da prevenção aos “desastres”.

Leia, a seguir, uma definição para o termo “desastre”:

[...] aquilo que é reconhecido no meio institucional de defesa civil como desastre é, antes de tudo, o fenômeno de constatação pública de uma vulnerabilidade na relação do Estado com a sociedade diante o impacto de um fator de ameaça que não se conseguiu, a contento, impedir ou minorar os danos e prejuízos.

Quando um município decreta [...] uma situação de emergência (s.e.) ou estado de calamidade Pública (e.c.p.), em última instância sinaliza a constatação da vulnerabilidade institucional, ou seja, uma incapacidade em lidar,

preventiva ou preparativamente, com um evento ameaçante o que, ao fim e ao cabo, engendra a materialização de danos ao cidadão ali inserido. [...]

VALENCIO, Norma. *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas do Brasil*. São Carlos: RiMa, 2009. p. 5-6.

Partindo da explicação da socióloga Norma Valencio, podemos constatar que o rompimento do pacto social do Estado com a sociedade vem acontecendo com frequência, uma vez que os “desastres” são cada vez mais recorrentes. Observe que a pensadora fala apenas em “desastres” sem o adjetivo “naturais”.

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul sofreu com o intenso volume de chuvas, que gerou inundações em grandes proporções. De acordo com dados do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), as chuvas carregaram mais de 14 trilhões de litros de água para o lago Guaíba, que cerca a capital Porto Alegre, elevando o nível do rio a mais de quatro metros de altura, além de atingir 60% de todo o território estadual e afetar de diversas maneiras a vida de mais de 2,3 milhões de habitantes.

Os motivos apontados por especialistas de diversas áreas reforçam o agravamento das mudanças climáticas como resultado da aceleração da exploração de recursos naturais; no caso do Rio Grande do Sul, o aumento do desmatamento e das áreas destinadas a pastos e à monocultura da soja. A economia do estado, em sua maioria, baseia-se no agronegócio, que ocupa cerca de 47% do território, principalmente onde havia florestas e pampas. A produção da soja teve um salto de produção em relação ao território: em 1985, ocupava uma área de 13,6 mil km²; que passou a ser de 63,5 mil km² em 2022, de acordo com o MapBiomias. Essa aceleração foi intensificada pelo grande número de mudanças na legislação ambiental riograndense nos últimos dez anos, que a tornou mais flexível.



Foto aérea de Brumadinho (MG), em janeiro de 2020. Um ano após a tragédia, ainda havia lama em vários pontos do município.

INTERAÇÃO

1. Sabendo dessas questões ambientais, em sua opinião, devemos falar em desastres naturais ou em consequências naturais decorrentes de ações humanas?

ACORDOS E CONFERÊNCIAS MUNDIAIS SOBRE O AMBIENTE

Ao longo do tempo, organismos internacionais passaram a mediar diversos conflitos ambientais e a estabelecer acordos e conferências pautados pelo ambientalismo. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), criada em 1945, apontou para a necessidade de conservação de recursos naturais. Em 1948, foi criada a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que recebeu apoio financeiro do Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF, em inglês) nos anos 1960 - ambos passaram a atuar diretamente em projetos ambientais.

Em 1972, por iniciativa da Suécia e da ONU, realizou-se a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo. Foi um marco importante, com representantes de 113 países e cerca de 250 organizações não governamentais. Nessa conferência, aprovou-se a Declaração sobre o Ambiente Humano, com princípios que serviriam de “guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano”. Estabeleceu-se também o Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho) e criou-se o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O foco de proteção passou então a ser a humanidade e seus ambientes e não apenas a vida selvagem ou os recursos naturais. Em Estocolmo, também se revelou o acirramento de posições sobre a questão ambiental, opondo países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim, o debate entre desenvolvimento e sustentabilidade ganhou novos contornos nos anos seguintes.

Apenas em 1987 o conceito de desenvolvimento sustentável seria formalizado com o relatório *Nosso futuro comum*, da ONU. O texto do documento busca conciliar interesses políticos e econômicos.

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: (1) o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; (2) a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.
Organização das Nações Unidas (ONU). *Nosso futuro comum*.
Rio de Janeiro: FGV, 1991. p. 46.

Cinco anos depois, o conceito se consolidou na Rio-92, ou Cúpula da Terra. Foram 178 países representados e mais de 1 600 ONGs, com diversos documentos aprovados: a Carta da Terra (sobre vida, integridade ecológica, justiça social e ambiental e democracia/paz); a Agenda 21 (que prevê ações sobre erosão, desertificação, água, etc.); a Convenção sobre Alterações Climáticas;

a Convenção sobre a Biodiversidade; e a Declaração sobre Florestas. A Rio-92 enfatizou, em seus documentos, as “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” dos países e destacou o papel de povos tradicionais e mulheres. A sustentabilidade se apoiaria no tripé ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo. A partir do evento, popularizou-se a ideia de “agir localmente e pensar globalmente”.

Como os eventos anteriores, a Rio-92 não tinha força de lei; suas decisões teriam a função de orientar as práticas dos países participantes. Nos anos seguintes, houve novos encontros e negociações setoriais. Um exemplo é o das Conferências das Partes (COPs), realizadas desde 1995 para analisar as mudanças climáticas. Nelas, novamente, grupos de países se opunham: Estados Unidos e produtores de petróleo resistem a mudanças na matriz energética, enquanto o bloco de países em desenvolvimento advoga que os grandes emissores de gases de efeito estufa reduzam a poluição do ar e que países desenvolvidos aumentem contribuições para financiar ações contra o aquecimento global.

Nas conferências Rio+10 (Johanesburgo, África do Sul) e Rio+20 (Rio de Janeiro), constatou-se, em linhas gerais, a baixa implantação de medidas ambientais por diversos países. A ideia de desenvolvimento sustentável tornou-se mais difusa. Diante de incertezas, a ideia de “economia verde” foi lançada na Rio+20, designando essencialmente economias de “baixo carbono”, visando reduzir ou suprimir o uso de combustíveis fósseis.

Em 2000, foram lançados pela ONU os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, como metas para os países até 2015: erradicar a pobreza, garantir ensino primário a todos, igualdade de gênero, etc. Em 2015, tais metas foram substituídas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 17 temas a serem alcançados. Os ODS se constituíram, assim, em uma nova agenda de desenvolvimento global, com metas a serem atingidas até 2030. Veja o quadro com os 17 objetivos na sequência.



Quadro com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

ONU/Brasil/Organização das Nações Unidas

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS AMBIENTAIS NO BRASIL

No Brasil, o ambientalismo adquiriu protagonismo em especial a partir dos anos 1980, com a redemocratização. Em 1981, foi aprovada a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6938). Em 1989, houve a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável por licenças ambientais, fiscalização, multas e outras ações. Em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi regulamentado. Em 2007, criou-se o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para gerir as unidades de conservação (UCs) federais. São dois tipos de unidade: de **proteção integral**, de uso restrito, para pesquisa, educação e turismo ecológico; de **uso sustentável**, que admite habitantes, para usos como coleta de látex e de frutos da floresta. As UCs de uso sustentável são extremamente importantes para os povos tradicionais, cujas identidades culturais estão relacionadas às atividades desenvolvidas no território. Além disso, esses povos podem contribuir para a gestão das UCs com seus conhecimentos ancestrais sobre a fauna e a flora locais.



Ricardo Azoury/Pulsar Imagens

Extração do látex no Projeto Assentamento Extrativista Chico Mendes, em Xapuri (AC). Foto de 2022.

Foram instituídos os conselhos de meio ambiente e cada vez mais os ambientalistas passaram a demandar o Estado em diferentes questões. Assim, a variável ambiental tornou-se transversal a outras políticas.

No entanto, alguns problemas estruturais brasileiros prejudicam a implementação de políticas de proteção ambiental: a dificuldade de acesso à moradia digna, ao saneamento básico e ao tratamento de esgoto; o descarte irregular de resíduos; e o desmatamento. Ademais, os direitos dos povos indígenas e quilombolas vêm sendo atacados, já que a extração irregular e a invasão de suas terras impossibilitam a manutenção de seus modos de vida. Tais episódios configuram situações de crime ambiental.

A perseguição aos ambientalistas no Brasil

Em 2023, o Brasil foi considerado o segundo país com maior índice de letalidade a ambientalistas, registrando

34 mortes. Os casos de perseguição e assassinato de ambientalistas vêm piorando, principalmente na América Latina. Apesar disso, poucos casos foram solucionados e os responsáveis pelos crimes levados a julgamento. Cresce a lista de vítimas, que inclui os ambientalistas Chico Mendes, Dorothy Stang, Emyra Wajãpi, Paulo Paulino Guajajara e Maxciel Pereira dos Santos.

Em 2022, ganhou destaque nos meios de comunicação do Brasil e do mundo o desaparecimento do jornalista britânico Dom Phillips (1964-2022) e do indigenista brasileiro Bruno Pereira (1980-2022), quando estavam a trabalho na região de Atalaia do Norte (AM), no Vale do Javari. Os grupos indígenas da região vivem sob forte pressão da violência, devido aos conflitos com madeireiros, pescadores ilegais, garimpeiros e com membros do tráfico de drogas, que insistem na exploração do território, segunda maior terra indígena e definida como uso exclusivo dos indígenas.

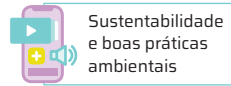


Chris Vector/Acervo do ilustrador

Reprodução do cartaz de denúncia do desaparecimento dos ambientalistas Dom Phillips e Bruno Pereira, que circulou nas redes sociais em 2022.

O caso inicialmente foi dado como desaparecimento, mas a pressão popular nas mídias sociais acelerou as investigações, que concluíram sobre o assassinato das vítimas, sendo seu mandante denunciado. Esse foi um dos poucos casos resolvidos no Vale do Javari, que conta com diversos ativistas mortos e extrema violência. Em 2024, em vários estados brasileiros, foram registrados ataques contra populações indígenas e ativistas ambientais. A motivação dos crimes é pela derrubada da vegetação nativa para a exploração das terras indígenas para o cultivo de lavouras. Apesar de toda essa violência e adversidades, grupos indígenas e ambientalistas têm sido exemplos de resistência.

ATIVISMO E BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS



As questões ambientais figuram entre os grandes desafios do mundo contemporâneo. Para esses desafios, podem ser desenvolvidas ações em dois planos. Em um plano, realizam-se inovações e experiências na produção de bens, na proteção ambiental, nos transportes, na energia limpa, etc. Em outro, demanda-se a atuação do Estado diante de impactos ambientais, realizam-se denúncias e protestos, como os de ativistas contra queimadas ou de povos indígenas em defesa de suas terras e da floresta.

Em razão disso, há resistências de variados setores da sociedade – cientistas, estudantes, povos indígenas, ambientalistas, etc. –, visando resguardar a vida e a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural no Brasil. Isso envolve exigir ações do Estado e buscar novas práticas e soluções para as questões ambientais.

Já existem movimentos pelo consumo consciente e sustentável, que preveem boas práticas expressas nos 5Rs: **recusar** (evitar comprar e consumir desnecessariamente), **reduzir** (os níveis de consumo), **reciclar** (devolver os materiais aos ciclos produtivos), **reutilizar/reaproveitar** (dar novos usos aos objetos) e **reintegrar** (devolver os materiais aos ciclos naturais, como na compostagem e na adubação).

Tendo isso em vista, é necessário que o Brasil invista na logística reversa, na qual os materiais usados retornam às empresas para reciclagem, bem como promova a valorização do trabalho dos catadores e das cooperativas, responsáveis por grande parte da reciclagem de resíduos no país.

Os movimentos sociais também têm se articulado em defesa das causas ambientais. Um exemplo é o ecofeminismo,

movimento de mulheres que buscam a subsistência sem prejuízos à saúde, aos ecossistemas e às comunidades. São também grupos de mulheres que vêm constituindo a base de movimentos e da produção ou trocas de bens e serviços, promovendo a articulação entre as redes de cooperação e a chamada economia solidária.

A título de exemplo, pode-se mencionar o grupo de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) de São Paulo (SP), que mantém uma horta orgânica e produz legumes e verduras sem a aplicação de agrotóxicos ou defensivos agrícolas. Trata-se de um projeto em que as participantes pretendem construir um modo de vida com base em preceitos como autonomia e sustentabilidade.



Ricardo Teles/Pulsar Imagens

Embora os povos tradicionais tenham papel fundamental na luta pela preservação ambiental, ainda é necessário avançar nas políticas públicas para esse tema. Na foto, quebradeira de coco-babaçu, em Igarapé do Meio (MA), 2023.

AÇÃO E CIDADANIA

Jovens em defesa do ambiente

Jovens de todo o mundo estão se mobilizando contra a crise climática que assola o planeta. [...] será realizado um dia de greve nesta sexta-feira, 20 de setembro [de 2019].

[...]

A organização é da Fridays for Future Brasil, derivado do movimento popular Fridays for Future, iniciado em agosto de 2018 pela jovem sueca Greta Thunberg, de 16 anos.

Em uma sexta-feira daquele mês, Greta sentou-se em frente ao Parlamento sueco sozinha, carregando um cartaz em que se lia “*skolstrejk för klimatet!*” (greve escolar pelo clima), e distribuiu panfletos com dados sobre o aquecimento global.

O objetivo era protestar contra a inércia dos tomadores de decisão em relação à contenção das mudanças climáticas. Durante três semanas, toda sexta-feira, Greta repetiu o protesto e compartilhou suas ações [nas redes sociais]. Esse movimento de mobilização culminou em uma greve pelo clima que reuniu quase 1,5 milhão de estudantes de mais de 100 países [...].

[...]

No Brasil, o movimento começou um pouco antes de 15 de março de 2019 [...]. Em cerca de cinco dias jovens se organizaram em 24 cidades para a primeira greve [...].

BRASIL entra na greve mundial pelo clima nesta sexta-feira. ND+, Florianópolis, 18 set. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/brasil-entra-na-greve-mundial-pelo-clima-nesta-sexta-feira/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

1. Qual é o significado das ações da jovem Greta em relação ao ambiente?
2. Convidada para uma conferência sobre o clima em 2019, Greta questionou os líderes mundiais sobre priorizarem o crescimento econômico em vez da vida dos seres humanos. Como isso se associa à questão do desenvolvimento sustentável? Explique.
3. Você e outros jovens de sua comunidade já participaram de ações semelhantes às de Greta Thunberg? Faça um relato sobre essa participação.

SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

As várias atividades da agroecologia difundidas na América Latina têm se baseado nos conhecimentos locais e tradicionais, buscando a harmonização entre produção agrícola e ambiente, não apenas para preservação dos recursos naturais, mas também para garantia da segurança alimentar.

A legislação brasileira assim define segurança alimentar:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

BRASIL. Lei n. 11346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Presidência da República, Brasília (DF), 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

Em complemento à noção de segurança alimentar, vem se discutindo a necessidade de considerar a prerrogativa cultural na criação de políticas alimentares. Proposta por um movimento popular internacional, a Via Campesina, a noção de soberania alimentar prevê o acesso regular e sustentável a alimentos saudáveis, definidos a partir da identidade cultural alimentar de cada povo ou região, valorizando os produtores e mercados locais, o cuidado no manejo dos territórios, a autossuficiência e a autonomia das comunidades, bem como a consolidação de uma sociedade mais solidária e justa, do ponto de vista social e ambiental.

REFLEXÃO

Soberania alimentar: gênero e sustentabilidade

Leia o texto a seguir, analise a imagem e realize as atividades propostas.

Um breve recorte da realidade da pequena agricultura familiar-camponesa-indígena na Bolívia mostra que esta agricultura se encontra em um profundo processo de estagnação, como consequência de uma série de desvantagens estruturais: falta de acesso e controle da terra, liberalização do comércio, escasso apoio real ao setor por parte do governo e homogeneização das dietas, entre outras. [...] Como consequência dessa fragilidade das condições estruturais no setor camponês e indígena e das estratégias para fazer frente a elas, a pequena agricultura comunitária tende a ficar, de forma sistemática, nas mãos das mulheres. Ainda que esse fenômeno de feminização da agricultura não tenha sido muito estudado na Bolívia, existem alguns dados que mostram que se trata de uma realidade: crescem os lares chefiados por mulheres (31,5%), há um incremento da população feminina no setor rural, assim como uma maior participação das mulheres na agricultura. [...] Em nível nacional, a porcentagem de unidades produtivas sob a responsabilidade de mulheres é de 25%, sendo dos mais altos níveis da América Latina [...]. As mulheres são, portanto, graças aos papéis atribuídos social e culturalmente, quem mantém uma relação próxima com as famílias e comunidades camponesas, quem assume o desafio diário de alimentar os seus filhos, filhas e familiares. Também as mulheres devem protegê-los(as), enfrentando as limitações da pequena

agricultura camponesa, dos efeitos nocivos dos agroquímicos, assim como das influências do clima em sua produção. [...] As mulheres têm um duplo papel como geradoras de discursos alternativos sobre a agricultura e a alimentação, a partir da revisão crítica de sua história e como protagonistas de muitas das experiências concretas de resistência à “racionalização produtivista” desde a agroecologia e a soberania alimentar.

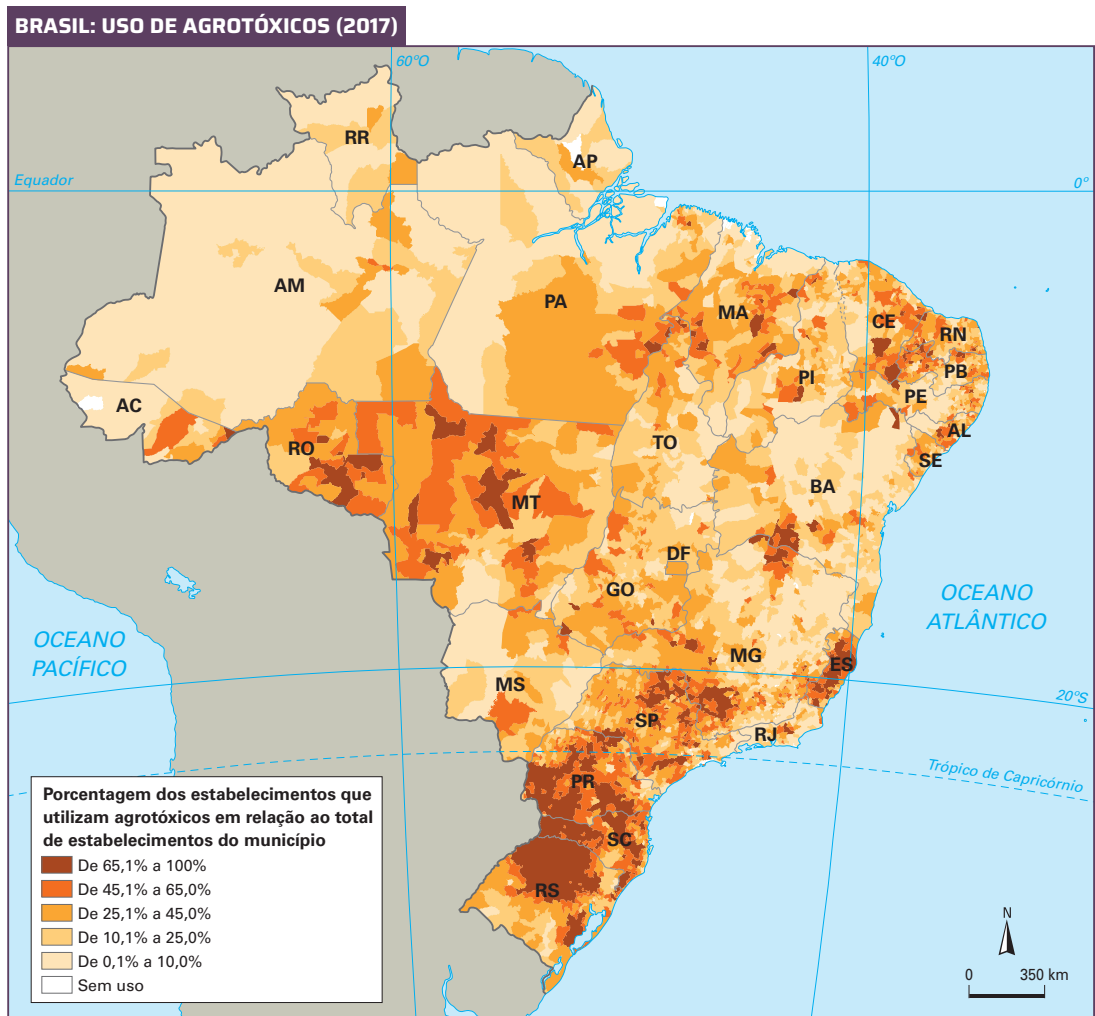
CARLÓN, Ana D. Cultura e gênero na agroecologia: um estudo de caso sobre biodiversidade e alimentação saudável na Bolívia. In: MOTA, Dalva M. da; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria Emília L. (org.). *Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero*. Brasília, DF: Embrapa, 2021. p. 71-110.



Ato em defesa da agricultura familiar e pelo direito à terra em Porto Alegre (RS), em 2023.

1. No texto, qual é a relação estabelecida entre mulheres, sustentabilidade e soberania alimentar?
2. Por meio da análise da imagem e do texto, é possível estabelecer uma relação entre o caso da Bolívia e o Brasil?

1 Analise o mapa e, depois, responda às questões.



- a) Qual é o tema do mapa? Por que há tons mais claros e tons mais escuros e o que isso representa?
- b) O último Censo Agropecuário aconteceu em 2017, e está prevista nova edição para 2026. Com base na representação, analise a distribuição espacial do uso de agrotóxicos no território nacional registrada naquele ano.

2 Leia o texto a seguir e responda às questões.

Os efeitos da mineração não se restringem apenas ao município ou região onde é realizada a extração. O transporte dos minerais feito por ferrovias, estradas, minerodutos e portos gera danos para diversas populações distantes do local de extração [...], assim como usinas, refinarias e outros tipos de estrutura de beneficiamento e tratamento dos minerais. [...]

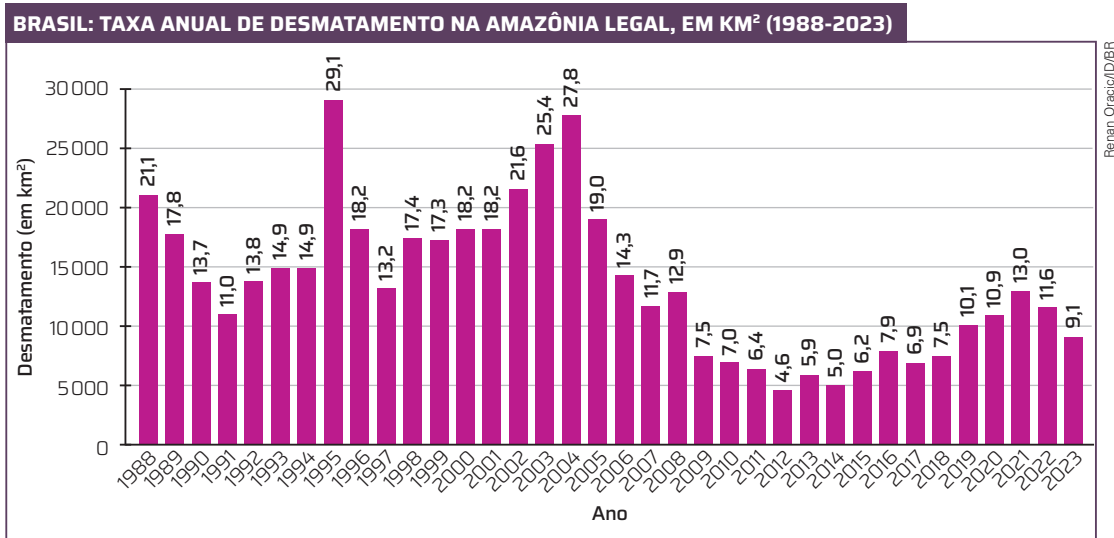
Multiplicaram-se pelo país as ausências em forma de montanhas pulverizadas, rios enlameados e

povos empobrecidos. São os mais variados tipos de populações afetadas pela atividade mineradora, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, geraizeiros, pescadores e outras populações tradicionais, além de vasta população urbana e rural que habita territórios na área de influência da mineração, e dos trabalhadores do próprio setor. [...]

TROCARTE, Charles; COELHO, Tádzio. *Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, 2020. p. 67-68.

- a) Quais são os impactos sociais e ambientais da mineração e quais espaços são afetados por ela?
- b) Em sua opinião, quais ações podem contribuir para mitigar esses efeitos danosos?

3 Analise o gráfico e responda às questões a seguir.



Fonte de pesquisa: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Inpe). PRODES (Desmatamento). TerraBrasilis. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 7 ago. 2024.

- Descreva as tendências mostradas no gráfico.
- Elabore um texto argumentativo que indique algumas das principais consequências dos resultados apresentados.

4 (Fuvest)

Às vésperas da Cúpula do G20, que teve início em 07 de julho de 2017, em Hamburgo, na Alemanha, a chanceler alemã, Angela Merkel, discursou no Parlamento e referiu-se a atores políticos importantes no cenário mundial, conforme os trechos transcritos a seguir.

Quem pensa que os problemas deste mundo podem ser resolvidos com o isolacionismo e o protecionismo está cometendo um enorme erro. Somente juntos podemos encontrar as respostas certas às questões centrais dos nossos tempos [...] Não podemos esperar até que a última pessoa na Terra esteja convencida da evidência científica das mudanças climáticas. Em outras palavras: o acordo climático (de Paris) é irreversível e não negociável.

www.jb.com.br/pais/noticias.

Analise as três afirmações seguintes, quanto aos objetivos e ao teor desses trechos do discurso.

- Podem ser entendidos como uma crítica à saída dos EUA do acordo sobre as mudanças climáticas construído na COP21 de 2015, em Paris, à época assinado pelo ex-presidente Barack Obama. A saída foi justificada pelo atual presidente Donald Trump, afirmando que o acordo seria prejudicial à economia americana.
- Trata-se de um elogio à recente postura de algumas autoridades do Reino Unido, o qual, em seu processo denominado Brexit, pretende proteger a economia britânica, mas sem afetar seus compromissos financeiros com o acordo de Paris de 2015 e os relacionados com as questões estratégicas coletivas da Comunidade Europeia.
- Faz-se uma crítica direta à França, que, mesmo tendo sido a sede da COP21 de 2015, vem continuamente desobedecendo a esse acordo, pois contraria as metas firmadas de emissão de CO₂ em suas atividades industriais.

Está correto o que se afirma em:

- I, apenas.
- II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.
- I, II e III.

ESTÚDIO DO PENSAMENTO SOCIAL

MICHAEL LÖWY



Desenho: Augusto Studio/IDBR

Neste capítulo, refletimos mais profundamente sobre a relação entre sociedade e ambiente, abordando temas contemporâneos e buscando elementos para responder ao questionamento: A crise ambiental é uma crise civilizatória? Há uma dimensão desse debate que exige uma reformulação da questão: A crise ambiental é uma crise do capitalismo? Encontramos no trabalho recente do sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy (1938-) importantes elementos para essa reflexão.

PERFIL

Michael Löwy, filho de imigrantes judeus austríacos, nasceu em São Paulo em 1938, graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) em 1960 e mudou-se para a França para continuar seus estudos. Segue **radicado** em Paris, na França, onde é professor emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, em tradução livre Centro Nacional de Pesquisa Científica), maior órgão público de pesquisa científica no país.

radicar: fixar domicílio, estabelecer residência.

OBRAS-CHAVE

- *O que é o ecossocialismo?* (2014)
- *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano* (2014)
- *A teoria da revolução no jovem Marx* (2012)
- *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento* (2007)
- *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina* (2000)

EM LEITURA

A identidade crítica de Michael Löwy como pesquisador e professor está baseada no marxismo. Contudo, suas leituras e contribuições vão muito além de análises teóricas sobre pensadores marxistas, passando por utopias transformadoras, revoluções sociais, emancipação da classe trabalhadora, religião, América Latina, cruzamento entre as ideias de Marx e Weber, entre outros. Suas inspirações diversas têm como preocupação a transformação radical da sociedade.

Para Löwy, o capitalismo possui uma lógica de acumulação que transforma tudo em mercadoria e faz isso o mais rápido possível para que os lucros sigam crescendo, e justamente essa lógica é a principal causa da crise ecológica. O pensador chega a definir essa crise como eminentemente capitalista e civilizatória, destacando seu caráter insustentável. No trecho a seguir, ele indica a necessidade de uma solução radical.

[...] se você não quer falar do capitalismo, não adianta falar do meio ambiente, porque a questão da destruição, da devastação, do envenenamento ambiental é produto do processo de acumulação do capital. Logo, a questão que se coloca é a de uma alternativa, mas de uma alternativa que seja radical. As tentativas de soluções *moderadas* se revelam completamente incapazes de enfrentar esse processo catastrófico. [...]

Obviamente, as soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que se adaptam às regras do mercado, que aceitam a lógica de expansão infinita do capital, não são soluções, e são incapazes de enfrentar a crise ambiental – uma crise que se transforma, devido à mudança climática, numa crise de sobrevivência da espécie humana.

[...]

Precisamos pensar, portanto, em alternativas radicais, alternativas que coloquem outro horizonte histórico, mais além do capitalismo, mais além das regras de acumulação capitalista e da lógica do lucro e da mercadoria. Como uma alternativa radical é aquela que vai à raiz do problema, que é o capitalismo, essa alternativa é o ecossocialismo, uma proposta estratégica, que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista.

Löwy, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CHR*, Salvador, v. 26, n. 67, p. 81, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>. Acesso em: 7 ago. 2024.



Pedro Ladeira/Folhapress

Na foto, de 2022, vista aérea de área devastada pelo garimpo ilegal em Jacareacanga (PA). Michael Löwy nos ajuda a pensar qual será o futuro do modo de produção capitalista, que depende de recursos naturais limitados.

Para o sociólogo, a crise que enfrentamos é tão grave e urgente que a solução precisa ser radical. Nesse sentido, não bastaria propormos uma reforma ao capitalismo, como restrições às emissões de poluentes ou ao uso de combustíveis fósseis, tampouco um socialismo que se apoiasse nos ganhos da indústria para equilíbrio social, ignorando os impactos ambientais. Embora a resposta ainda esteja em construção, é necessário considerar duas orientações: o modo de produção precisa funcionar em uma outra lógica que não a capitalista, e o bem-estar ambiental deve ser um objetivo conjunto ao bem-estar social.

PARA CONCLUIR

- 1** Pesquise três catástrofes ambientais que ocorreram na última década. No caderno, liste-as e complemente com as informações solicitadas em cada item.
 - a) Descreva o local onde elas ocorreram, especificando país, estado e município.
 - b) Descreva a população mais afetada, especificando condição social, etnia e, se julgar relevante, gênero.
 - c) Busque e registre as explicações para cada uma das catástrofes ambientais.
 - d) Identifique entre as explicações uma que esteja relacionada ao modo de produção e consumo capitalista.

Não escreva no livro.

PRÁTICAS DE TEXTO

VLOG

Proposta

Para o enfrentamento de questões como desmatamento, aquecimento global, desigualdades sociais e consumismo, tem sido cada vez mais relevante propor reflexões e ações que contribuam para o bem-estar social e para a preservação do ambiente. Essas causas têm sido defendidas por ativistas no mundo todo, e tecnologias digitais têm sido usadas para a conscientização ambiental e para a promoção de ações de valorização do ser humano e da natureza. Nesta seção, você e os colegas vão utilizar tecnologias de informação e comunicação em uma ação a favor do ambiente. Para isso, desenvolverão um *vlog* de ativismo ambiental e responsabilidade social.

Público-alvo	Comunidade escolar.
Objetivo	Desenvolver <i>vlog</i> de ativismo ambiental e responsabilidade social.
Circulação	Plataforma de compartilhamento de vídeos.

Planejamento e elaboração

- 1 Para a criação do *vlog*, organizem-se em grupos de, no máximo, sete estudantes. Cada grupo ficará responsável pela criação de um vídeo que será compartilhado no *vlog*.
- 2 A fim de se inspirarem para a produção do vídeo, escolham um dos *vlogs* a seguir e assistam a um ou mais vídeos publicados nele.
 - Greenpeace Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/greenbr>. Acesso em: 7 ago. 2024.
 - Centro Sebrae Sustentabilidade. Disponível em: www.youtube.com/@sustentabilidadetv. Acesso em: 7 ago. 2024.
- 3 Analisem o *vlog* selecionado, identificando características do gênero e buscando ideias para a produção do *vlog* do grupo. Para isso, conversem sobre as questões a seguir.
 - Qual é o nome do(s) *vlogger(s)*?
 - Qual é o nome do canal? E qual é seu objetivo?
 - Que assunto é abordado no(s) vídeo(s) assistido(s)?
 - De que modo esse *vlog* se relaciona ao ativismo ambiental e à responsabilidade social? Quais ações e reflexões voltadas ao meio ambiente e ao

bem-estar social ele busca promover?

- Qual é o provável público-alvo desse *vlog*?
 - Como é a linguagem utilizada pelo *vlogger*: formal ou informal? Ele ou ela se expressa no vídeo como se tivesse decorado a fala ou se comunica como se estivesse dialogando com o interlocutor? Como são a entonação, o ritmo de fala e as expressões corporal e facial do *vlogger* durante o vídeo?
 - O *vlogger* demonstra ter domínio do assunto que aborda no vídeo?
 - O *vlog* possui uma vinheta (apresentação curta)? Como ela é? Em que momento(s) ela aparece?
 - No(s) vídeo(s) assistido(s), há trilha sonora, efeitos sonoros, imagens, trechos de outros vídeos, *memes*? Como esses elementos contribuem para transmitir a mensagem pretendida?
- 4 Agora, vocês darão início à elaboração do *vlog* sobre ativismo ambiental e responsabilidade social.
 - 5 Para a criação do *vlog*, muitas tarefas devem ser realizadas. Cada integrante do grupo poderá ficar responsável por uma tarefa; porém, todos devem conhecer e contribuir com sugestões em todas as atividades a ser desenvolvidas, pois, assim, aprendem-se coisas novas e, ao realizar atividades que não são habituais, pode-se descobrir algo com que se tem afinidade.
 - 6 Escolham, entre as sugestões a seguir, o tema do vídeo que será produzido.
 - Hábitos e práticas individuais e coletivas de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em áreas urbanas e rurais.
 - Impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias.
 - O papel da indústria cultural e das redes sociais no estímulo ao consumismo e seus impactos econômicos e socioambientais.
 - Impactos socioambientais que resultam de práticas de instituições governamentais, empresas e indivíduos.
 - Promoção de práticas que favoreçam a consciência socioambiental e o consumo responsável.

- O papel dos organismos nacionais e internacionais na regulação, no controle e na fiscalização ambiental e os acordos internacionais que promovem a garantia de práticas ambientais sustentáveis.
- Impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (por exemplo, adoção de sistema agroflorestal por algumas comunidades).

7 O vídeo não precisa abordar todos os aspectos indicados para o tema, pois eles servem apenas para mostrar possíveis reflexões que podem ser feitas no *vlog*.

8 Após definirem o tema do vídeo, conversem e pesquisem sobre ele. Para que o *vlogger* demonstre confiança no momento de falar e o vídeo seja interessante e esclarecedor, é preciso realizar muitas pesquisas em fontes confiáveis para dominar bem o tema.

9 Pesquisem também ideias e estratégias que contribuam para que o vídeo seja atraente e claro. Busquem, por exemplo, vídeos em que *vloggers* comentem como produzem os *vlogs*.

10 Elaborem um roteiro para organizar o conteúdo do vídeo e orientar as falas do(s) *vlogger(s)*. O roteiro não precisa ser rigorosamente seguido, mas deve ser considerado para que vocês se lembrem de tudo que desejam apresentar no vídeo e para que os apresentadores saibam os momentos adequados de falar.

11 Elaborado o roteiro, iniciem a gravação do *vlog*, seguindo as orientações a seguir.

- Providenciem o equipamento para a gravação de vídeo e imagem, que pode ser um celular, uma *webcam* ou uma câmera.
- Escolham um local bem iluminado e silencioso para que o vídeo tenha boa qualidade.
- Seleccionem um fundo interessante e adequado para a gravação, como uma lousa com ilustrações e textos ou uma parede de cor neutra.
- O *vlog* pode ser apresentado por um ou dois estudantes. No momento da gravação, verifiquem de que modo é mais interessante que os apresentadores apareçam no vídeo.
- Também é importante escolher o enquadramento da cena, ou seja, como as pessoas e os objetos serão mostrados no vídeo. Em geral, os *vloggers* são enquadrados do peito ou da cintura para cima.
- Caso desejem, criem uma vinheta de abertura e/ou encerramento do *vlog*.
- Os *vloggers* devem iniciar o vídeo se apresentando e apresentando o canal e o assunto de que vão falar. Devem empregar linguagem apropriada ao

público-alvo e agir naturalmente, como se estivessem em uma conversa. Ao final do vídeo, façam uma saudação e agradeçam àqueles que lhes assistiram.

- Após a gravação, façam a edição do vídeo, cortando partes indesejadas e inserindo vinhetas de abertura/encerramento, músicas, entre outros elementos definidos anteriormente e que julgarem necessários. A edição pode ser feita em programa *on-line* e até mesmo em aplicativos de celular.

Revisão e reescrita

1 Assistam à primeira versão do vídeo considerando as perguntas a seguir.

O <i>vlog</i> manteve-se dentro do tema definido?
Foi usada linguagem adequada ao público-alvo?
O(s) <i>vlogger(s)</i> se expressou(aram) de modo natural, cuidando da postura e da entonação da voz?
O(s) <i>vlogger(s)</i> pode(m) ser visto(s) e ouvido(s) adequadamente?

2 Após a avaliação, produzam a versão final do vídeo e o divulguem em uma plataforma de compartilhamento de vídeo.

Circulação

1 Criem o *vlog* em plataforma de compartilhamento de vídeos e divulguem o *link* no *blog* da escola ou da turma, em *site* ou rede social da escola e em suas redes sociais, se desejarem.



Sergio Caballero/Getty Images

Jovem gravando vídeo com pedestres, em município na Espanha. Foto de 2024.

PRÁTICAS DE PESQUISA

REDES SOCIAIS E SOCIABILIDADE

Para começar

A globalização contribui para o diálogo entre as realidades locais e globais nos campos cultural, econômico, social e político. Diferentemente de épocas passadas, em que o peso da família e das tradições tinha mais influência, a identidade se tornou uma questão pessoal e subjetiva, determinada por escolhas individuais. Atualmente, as mídias têm um papel primordial para a oferta de posicionamentos para as pessoas, e as redes sociais tornam-se o espaço central para a construção das identidades, modificando radicalmente as formas de relacionamento nas sociedades contemporâneas. Nesse ambiente, as pessoas se identificam pela perspectiva do pertencimento: ser parte de determinada comunidade virtual é compartilhar um mesmo território, os mesmos sentimentos e as mesmas impressões.

O problema

Há quem diga que as pessoas estão se tornando mais individualistas e solitárias, enquanto outros afirmam que

as redes sociais permitem atitudes mais coletivistas e solidárias. Considerando que as pessoas pensem de diferentes maneiras, quais são os argumentos utilizados em cada um desses posicionamentos? Quais variáveis socio-culturais podem levar a esses posicionamentos?

A investigação

- Prática de pesquisa: grupo focal

Material

- Recortes de revista e jornais com reportagens sobre o tema
- Cartolinas, cola, tesoura e papéis coloridos
- Computador com acesso à internet e programa de edição de apresentações gráficas (opcional)

Procedimentos

Parte I - Planejamento e pesquisa

- 1 Nesta pesquisa, em grupo, você e os colegas vão investigar os efeitos das redes sociais na sociabilidade. Para isso, devem realizar uma pesquisa de avaliação qualitativa, utilizando a técnica grupo



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Criança usando celular na comunidade do Quilombo dos Potes, em São João da Varjota (PI). Foto de 2022.

focal, que consiste em formar grupos de pessoas com certa homogeneidade com base em critérios predefinidos (o termo “foco” nesse contexto é sinônimo de direcionamento) e coletar dados primários por meio de interações grupais e discussão sobre um tópico sugerido pelo pesquisador. Depois, é possível comparar as diversas discussões e tecer análises que considerem convergências e divergências entre os grupos.

- 2 O grupo deve realizar um levantamento bibliográfico de artigos acadêmicos sobre o tema. Essa pesquisa contribuirá para a compreensão da avaliação acadêmica e científica sobre o assunto com base nas categorias identificadas pelos pesquisadores para estudar e analisar o fenômeno. Busquem pesquisas mais recentes, localizando conceitos novos e como foram obtidas as conclusões de seus autores. Peçam orientação ao professor para realizar a busca dos artigos utilizando palavras-chave. Procurem também notícias, reportagens e entrevistas a respeito do assunto nas mídias tradicionais: jornais, TV, rádio e suas versões digitais. Essa sondagem ajudará a definir subtemas para realizar a pesquisa com grupos focais.
- 3 Definam os principais tópicos da pesquisa. O levantamento de informações pode abordar os tópicos a seguir, além de outros que vocês considerarem importantes: construção de perfis nas redes sociais; desenvolvimento de relações interpessoais e fomento do capital social; possibilidade de inclusão social por meio das redes sociais; crimes virtuais; *cyberbullying*; privacidade nas redes virtuais, etc.
- 4 Definam o(s) grupo(s) que será(ão) pesquisado(s). O objetivo da pesquisa é fazer um balanço entre uniformidade e diversidade das opiniões em grupo. Para isso, vocês podem se subdividir em grupos menores, de modo que cada subgrupo fique responsável por conseguir participantes para a pesquisa. Como sugestão para a definição de grupos, vocês podem adotar alguns critérios, baseados na escolha das variáveis que são relevantes nesse tipo de pesquisa: diferenças entre nativos digitais e os que, de certo modo, adaptaram-se aos novos tempos; diferenças sobre uso das redes sociais; diferenças sobre inclusão digital; diferenças em termos de interesses pessoais e repertórios culturais, etc. O importante é selecionar pessoas que, por seus perfis, possam ter diferentes opiniões em relação ao tema a ser discutido. Reúnam entre três a dez grupos diferentes, entre seis a dez pessoas em cada um.
- 5 Combinem o papel que cada um de vocês deve desempenhar nesta pesquisa. Para a realização das discussões nos grupos focais, é necessário um facilitador (quem conduz a discussão dos temas propostos) e, ao menos, dois relatores (os que anotam o que é dito). O facilitador pode recorrer a várias estratégias para promover a discussão: solicitar que opinem sobre reportagens selecionadas por vocês, que desenhem algum sentimento ou sensação diante de um assunto ou simplesmente que falem a respeito

de algum assunto, expressando o que pensam. Será relevante informar aos participantes sobre o tema da discussão, mas sem aprofundá-la, para que não compareçam à discussão com ideias preestabelecidas. No dia do encontro, o facilitador deve explicar aos participantes os objetivos da pesquisa e pedir permissão para anotar as falas e usar gravadores ou filmar, se for o caso, explicitando o sigilo das informações.

Parte II - Análise das informações pesquisadas

- 1 Após a realização do trabalho com todos os grupos focais, vocês devem elaborar um texto descritivo das falas, apresentando as ideias que as pessoas expressaram, destacando as diferenças entre as opiniões e os discursos de cada um dos grupos focais. Agrupem os discursos de acordo com categorias para facilitar a análise.

Parte III - Organização dos resultados

- 1 Elaborem um relatório sobre a influência das redes sociais na sociabilidade com base nos resultados da pesquisa. Explore as tendências observadas, considerando as interpretações dos participantes sobre os tópicos de pesquisa definidos pelo grupo. Procurem também refletir sobre como as variáveis socioculturais (classe social, idade, gênero, etnia) influenciaram nas opiniões de cada grupo focal.

Questões para discussão

- 1 Quais foram as dificuldades que o grupo teve ao trabalhar esse tema?
- 2 A atividade ajudou o grupo a compreender as relações entre redes sociais e novas formas de sociabilidade?
- 3 A atividade ajudou a compreender outros fenômenos contemporâneos que ocorrem no uso das redes sociais?
- 4 A atividade permitiu o aprendizado sobre como coletar dados primários com base em pesquisa qualitativa com grupos focais, analisar opiniões e interpretar tendências?
- 5 A obtenção de informações de grupos focais ajudou a compreender a relevância de variáveis socioculturais para entender o problema da pesquisa?
- 6 A realização da pesquisa permitiu uma reflexão sobre a empatia, o cuidado de si e a preservação da privacidade de grupos nas redes sociais?

Comunicação dos resultados

Considerando os impactos positivos e negativos das redes sociais na sociabilidade contemporânea, elaborem uma reportagem discutindo os resultados da pesquisa e publiquem-na no *blog* da turma.

O QUE APRENDI: AUTOAVALIAÇÃO

PARTE A

Como você acha que foi seu desempenho ao longo desta unidade?

- Reproduza no caderno a figura ao lado, renumerando-a conforme o modelo.
- Agora, leia as perguntas da tabela **A** e as possíveis respostas na tabela **B**.

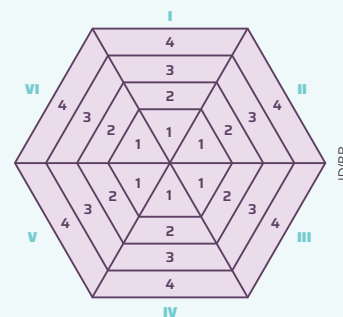
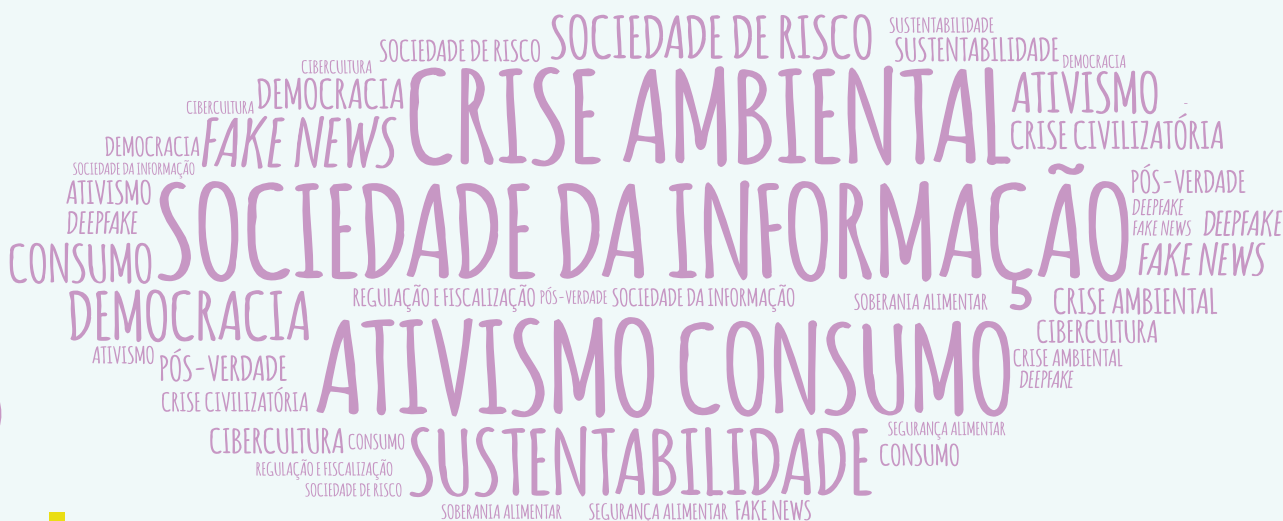


TABELA A
I. Realizei as leituras e atividades no tempo planejado?
II. Respeitei todas as regras de trabalho e colaborei com o(a) professor(a) e os colegas?
III. Fui proativo na execução de atividades em grupo ou dupla?
IV. Mantive minhas anotações organizadas?
V. Desenvolvi as propostas de trabalho de modo autônomo e responsável?
VI. Utilizei materiais complementares para estudar?

TABELA B		
Campos para colorir	Respostas	Cor indicada
1	Nunca	Vermelho
2	Às vezes	Laranja
3	Sempre	Amarelo
4	Superei minhas expectativas	Verde

- Inicie a autoavaliação, respondendo a cada uma das perguntas presentes na tabela **A**. Como resposta a cada pergunta, escolha entre as opções de 1 a 4.
- No caderno, pinte a figura, preenchendo os campos nas cores correspondentes às suas respostas, conforme indicado na tabela **B**. Por exemplo: Se na primeira pergunta da tabela **A** você respondeu que “Sempre” realizou as leituras e atividades no tempo planejado, deverá pintar de amarelo o campo 3 no eixo da pergunta **I**.
- Ao final, some os pontos dos campos coloridos e, no decorrer do estudo do volume, compare-os com as pontuações entre as unidades.



PARTE B

Para avaliar o que você aprendeu, reúna-se em dupla ou em grupo e comente suas respostas para as seguintes questões:

Capítulo 15 – Sociedade e informação na era digital

- 1 Compreendo as características da sociedade na era digital?
- 2 Reconheço a importância da informação no contexto da globalização?
- 3 Identifico a inclusão como aspecto de cidadania e reconheço as formas de exclusão digital no Brasil?
- 4 Relaciono as noções de ciberespaço e cibercultura à compreensão das sociedades contemporâneas?
- 5 Compreendo o que são *fake news* e a importância de analisar a veracidade das informações?
- 6 Reconheço os mecanismos da pós-verdade e identifico sua aplicação na atualidade?
- 7 Relaciono a importância da regulação das ferramentas digitais com a manutenção da democracia?
- 8 Compreendo a noção de *deepfake* e os impasses éticos relacionados ao uso da inteligência artificial?
- 9 Identifico o potencial político possibilitado pelas novas ferramentas de comunicação e informação?
- 10 Compreendo o ativismo digital e reconheço a importância do protagonismo de grupos minoritários?

Capítulo 16 – Sociedade e ambiente

- 11 Reconheço e qualifico a relação intrínseca entre sociedade e ambiente?
- 12 Compreendo a noção de crise ambiental?
- 13 Relaciono a crise ambiental como resultado do paradigma vigente nas sociedades contemporâneas?
- 14 Identifico, na história recente do Brasil, impactos ambientais da agricultura e da mineração?
- 15 Compreendo a necessidade de regulação para o uso de agrotóxicos no Brasil?
- 16 Conheço os principais acordos e conferências ambientais e suas repercussões?
- 17 Identifico os desafios ambientais contemporâneos?
- 18 Reconheço a importância do ativismo ambiental para pressionar as mudanças sociais?
- 19 Relaciono os comportamentos de consumo aos impactos ambientais?



Thiago Limón/D/BR

PARA IR ALÉM

Capítulo 15 – Sociedade e informação na era digital



Sixteen Films/ID/BR

Eu, Daniel Blake

No filme, o protagonista Daniel Blake tem uma parada cardíaca e precisa atravessar a burocracia da assistência social para sobreviver. A crise das políticas sociais do Estado britânico e a exclusão digital o aproximam de uma mãe solo que não consegue se sustentar sozinha.

Eu, Daniel Blake. Direção: Ken Loach. Reino Unido, 2016 (100 min).



Globo News/ID/BR

Que mundo é esse?

Documentário sobre o fenômeno das *fake news* ao redor do mundo e a função das agências de checagem de fatos nessa guerra de informação.

Que mundo é esse? Direção: André Fran. Brasil, 2017 (50 min).



Estúdio Discovery Global/ID/BR

A conspiração antivacina

No documentário, investigam-se e apresentam-se as origens do movimento antivacina, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, problematizando o impacto de sua disseminação especialmente durante a pandemia de covid-19.

A conspiração antivacina. Direção: Colette Camden. França, 2021 (61 min).



Casa de Cinema de Porto Alegre/ID/BR

O mercado de notícias

O documentário acompanha a articulação entre democracia e mídia no mundo, apresentando, do surgimento da imprensa até os dias de hoje, os impasses e as tensões entre os interesses políticos e econômicos e o interesse público.

O mercado de notícias. Direção: Jorge Furtado. Brasil, 2014 (98 min).



Paco Editorial/Arquivo da editora

Ativismo digital e imagem: estratégias de engajamento e mobilização em rede

Esse livro aborda como as imagens influenciam o engajamento nas redes sociais e as consequências dessas interações para os movimentos ativistas nas mídias digitais, contribuindo para a discussão sobre a relação entre imagens, era digital e política no mundo contemporâneo.

SILVA, Tarcísio Torres. *Ativismo digital e imagem: estratégias de engajamento e mobilização em rede.* Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

Capítulo 16 - Sociedade e ambiente

MapBiomias

Rede colaborativa formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia com o objetivo de tornar acessível o conhecimento científico sobre as transformações do território nacional, seus usos e sua cobertura de diversos elementos, como agronegócio, vegetação e hidráulica. *MapBiomias*. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 10 jul. 2024.



Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 21 jul. 2024.



Disponível em: <https://terraBrasilis.dpi.inpe.br/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

TerraBrasilis

Plataforma desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que reúne e disponibiliza informações, estudos e dados geográficos sobre monitoramento ambiental. *TerraBrasilis*. Disponível em: <https://terraBrasilis.dpi.inpe.br/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)

O portal da entidade traz notícias, artigos, mapas e dados sobre questões ambientais e um boletim regular sobre o desmatamento na Amazônia. *Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia*. Disponível em: <https://imazon.org.br/>. Acesso em: 10 jul. 2024.



Disponível em: <https://imazon.org.br/>. Acesso em: 21 jul. 2024. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)



Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acesso em: 21 jul. 2024. Instituto Socioambiental (ISA)

Instituto Socioambiental (ISA)

Portal com notícias, artigos, imagens, campanhas e outros conteúdos sobre questões ambientais. O instituto tem um banco de dados bastante atualizado sobre os povos indígenas no Brasil. *Instituto Socioambiental*. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Anuário estatístico da agricultura familiar

O anuário traz informações atualizadas sobre o panorama da agricultura familiar no Brasil.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (Contag). *Anuário estatístico da agricultura familiar - 2023/Ano 2*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17916-696048-anua%CC%81rio-agricultura-2023-web-revisado.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.



Contag/Diocese

DOSSIÊ SOCIOLOGICO

DIVERSIDADE E IDENTIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UM OLHAR SOBRE PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES

O que será feito

Neste projeto, você e os colegas vão desenvolver uma compreensão crítica sobre as múltiplas identidades presentes na sociedade brasileira. Ao investigar as identidades, vocês serão desafiados a questionar as próprias percepções e os próprios preconceitos, bem como a refletir sobre o papel da sociedade na construção das identidades.

Outro aspecto essencial na abordagem desse tema é a inclusão. Vocês terão a oportunidade de investigar as políticas e práticas que visam promover a inclusão de grupos minoritários, como negros, indígenas, mulheres, pessoas trans, com deficiência e outras minorias. Essa reflexão sobre inclusão não se limitará à esfera legal, mas abrangerá também a importância da inclusão social, cultural e econômica.

Para o desenvolvimento de uma análise crítica no trabalho com esses temas, vocês serão orientados a realizar pesquisas detalhadas, que incluirão a coleta de dados primários e secundários, a organização de informações e a apreciação crítica dos resultados.

Por fim, o projeto prevê a elaboração e a apresentação de um dossiê para a comunidade escolar, que servirá como uma síntese das descobertas realizadas pelo grupo.

Objetivos

- Investigar as diferentes formas de identidade observadas na sociedade brasileira.
- Analisar as manifestações de preconceito e discriminação contra grupos minoritários.
- Estudar políticas públicas e iniciativas sociais voltadas à inclusão de grupos marginalizados.
- Desenvolver habilidades de pesquisa, análise crítica e sistematização de resultados.



Mural *Inclusão, diversidade e literatura: um encontro necessário*, do artista Kobra, inaugurado em 2024 na Universidade Estadual Paulista (Unesp), no campus de Marília (SP).

Preparação

Este projeto será desenvolvido em várias etapas. Inicialmente, retomaremos conceitos que foram construídos ao longo do trabalho com este volume, fazendo uma revisão bibliográfica das teorias e dos conceitos centrais relacionados à diversidade, à identidade, ao preconceito, à discriminação e à inclusão.

Desenvolvimento

1. Planejamento e definição dos grupos de trabalho

- Para analisar uma grande variedade de grupos minoritários, a turma deverá se organizar em grupos, de modo que cada grupo fique com um tema específico (por exemplo: identidade negra, diversidade LGBTQIA+, questões indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, etc.).
- Definidos os grupos e os temas que cada grupo vai pesquisar, será preciso montar um cronograma com distribuição das tarefas, estudantes responsáveis e previsão de datas.

2. Pesquisa e levantamento de dados

- **Pesquisa bibliográfica:** Cada grupo deve realizar uma revisão da literatura, ou seja, pesquisar o tema escolhido em textos acadêmicos, jornais, revistas, artigos científicos, livros, além de *podcasts* e vídeos que podem ser fontes complementares importantes. Nesta etapa, os estudantes responsáveis deverão realizar anotações sobre os achados e as fontes de consulta, de forma que possam sustentar o argumento do grupo durante a pesquisa.

SUGESTÃO DE CRONOGRAMA	
Semanas 1-2	Planejamento e formação dos grupos.
Semanas 3-5	Pesquisa bibliográfica e levantamento de dados.
Semanas 6-8	Organização e análise das informações.
Semana 9	Elaboração do dossiê.
Semana 10	Divulgação e apresentação do dossiê.

- **Pesquisa de campo:** Na entrevista e na aplicação de questionários, os estudantes responsáveis pela coleta de dados primários deverão buscar informações e percepções com membros da minoria estudada e das comunidades locais, escolas, organizações não governamentais e instituições públicas. Também deverão elaborar um roteiro, importante tanto para os questionários quanto para as entrevistas.
- **Levantamento de dados estatísticos:** Os participantes do grupo responsáveis por coletar informações buscarão dados estatísticos coletados anteriormente por outros pesquisadores ou instituições de pesquisa, institutos de referência e órgãos governamentais, disponibilizados publicamente, que os ajudarão a compreender melhor a realidade mais ampla, no Brasil, do tema escolhido.

3. Sistematização e análise dos resultados

- **Estudo e análise dos dados e das informações coletados:** Ao final das etapas anteriores, cada grupo será responsável por sistematizar as informações coletadas durante

a pesquisa, o que envolve identificar padrões, problemas e desafios relacionados ao tema estudado. Nesse processo, os grupos devem registrar cuidadosamente suas observações, destacando os aspectos que mais chamaram a atenção. Essas anotações servirão como base para a elaboração do dossiê final. Além disso, os grupos deverão elaborar gráficos, tabelas e outros recursos visuais que facilitem a interpretação dos dados, tornando as informações mais acessíveis para a compreensão do público-alvo.

Conclusão

1. Elaboração do dossiê

- Com base nas pesquisas realizadas, os grupos devem redigir um dossiê que contenha:
 1. Título.
 2. Introdução ao tema e justificativa.
 3. Metodologia utilizada na pesquisa.
 4. Apresentação e análise dos dados coletados, incluindo trechos de entrevistas, análises dos questionários, conceitos, gráficos, tabelas e referências.
 5. Discussão dos desafios e propostas de soluções.
 6. Conclusões e recomendações.

2. Divulgação e apresentação do dossiê

- Cada grupo apresentará suas descobertas, se possível, em um evento escolar aberto à comunidade. O dossiê também poderá ser divulgado em *e-book*, *blogs*, no *site* da escola ou de uma página criada para o projeto.

Avaliação

- 1 Como você avalia sua compreensão dos temas abordados, como identidade, diversidade, discriminação, preconceito e inclusão?
- 2 Como foi a experiência de realização da pesquisa bibliográfica e de campo?
- 3 Durante a coleta de dados, o grupo encontrou dificuldades? Como as superou?
- 4 Os dados coletados foram relevantes para responder às questões propostas pelo projeto?
- 5 Como foi a colaboração dentro do seu grupo?
- 6 O trabalho em equipe ajudou a enriquecer a análise e a compreensão do tema? Por quê?
- 7 Os gráficos, as tabelas e os recursos visuais elaborados ajudaram a comunicar as descobertas de maneira clara?
- 8 Como você avalia a apresentação do dossiê à comunidade escolar?
- 9 De que maneira o projeto contribuiu para sua compreensão sobre questões de justiça social e inclusão?
- 10 O que você aprendeu sobre si mesmo ao longo desse projeto? Como você pode aplicar esse aprendizado em outros contextos acadêmicos ou pessoais?

TRANSCRIÇÃO DOS ÁUDIOS

As transcrições aqui apresentadas não foram corrigidas de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, resguardando a autenticidade dos textos e preservando aspectos característicos das variações linguísticas e do registro oral das pessoas gravadas.

UNIDADE 1

■ Página 38 - Objeto: Juventude e ativismo político

Canal - TV Alerj

Locutor: Juventude e ativismo político. Neste episódio do programa *Papo de Juventude*, do canal da TV Alerj, é tematizado o distanciamento do jovem em relação à política. No trecho selecionado, o convidado e cientista político Geraldo Tadeu Monteiro fala sobre a diferença entre formação política e informação política. Vamos ouvir o que ele tem a dizer a respeito disso?

Apresentadora Priscilla Leão: Geraldo, eu começo o segundo bloco falando com você porque no encerramento do bloco anterior, é... eu falei um pouquinho dessa necessidade do jovem que não tem um conhecimento básico, vamos dizer assim, né? É... Às vezes ele pode deixar de fazer parte do debate nas redes sociais, com medo de ser criticado por ter alguma dúvida básica, né, é... sobre o “polítiquês”, o “juridiquês”, que são... realmente são linguagens, é... que, pra maior parte da população, não é tão acessível assim, não é tão simples, melhor dizendo, né. Não é tão simples assim. É... O que que você diz pra esses jovens? É importante a gente destacar que eles não tenham medo de procurar... é... se informar, né, procurarem ajuda, fazerem perguntas, melhor dizendo. Fazerem perguntas, sim, básicas com especialistas e cientistas pra ajudarem aí na formação própria, né, da sua opinião própria.

Geraldo Tadeu Monteiro: A gente não vai encontrar nenhum local, nenhum lugar onde você diga: “nós vamos aprender aqui a Ciência Política pura, né, isenta de qualquer tipo de posicionamento político ou de... de interpretação”. Mesmo na universidade, nos cursos de Ciência Política da universidade, existe divergência, existem interpretações que são diferentes. Então, não existe esse local onde a gente vai aprender uma política pura, né? Mas existem locais onde a gente pode ter uma orientação segura. O Márcio [Black] falou muito bem aí da escola. O papel da escola é fundamental. O papel dos professores, sobretudo aqueles do Ensino Médio, né, que já têm possibilidade de... de desenvolver com os estudantes um debate mais... mais aprofundado. Um debate republicano, né? O que a gente espera é que sejam colocadas questões sobre as nossas instituições, sobre a democracia, enfim, sobre a cidadania, o exercício da cidadania. E, obviamente, as questões que afligem o país, né, como a desigualdade social, né, como a questão... é... do desemprego

hoje, né? São temas que são... que calam, muito fundo aos jovens, porque... é... a categoria jovem não é uma categoria homogênea, né? Você usa a expressão “jovem”, e todas as pessoas se encaixam naquela definição. Não. Você tem jovens de periferia, você tem jovens evangélicos, você tem jovens de classe média alta, né, que têm expectativas e perspectivas muito diferentes, não é? Mas eles “tão” numa mesma situação do ponto de vista social e estrutural da sociedade, quer dizer, eles “tão” saindo... terminando a formação deles e entrando no mercado do trabalho. Isso é uma experiência que todo jovem faz. Bom, os jovens, nessa faixa aí dos 16 aos 29 anos, passam, todos eles, pela mesma experiência. Eles têm que concluir a formação, que seja a... mesmo que ele faça, não complete todo o ciclo, a gente sabe que há muita evasão no Ensino Médio ainda, um dos muitos gargalos da educação pública no Brasil. Mas eles, ali eles concluem um ciclo, eles vão fazer um curso técnico, eles vão começar a trabalhar. Então, são duas questões que são muito caras a eles: educação, a qualidade da educação que “tá” sendo oferecida a eles pra que eles conquistem um espaço no mercado de trabalho, e o mercado de trabalho. Quer dizer, a questão do desemprego é uma questão muito, muito séria aí. Então, são questões que podem mobilizar nas salas de aula, por exemplo. Então, assim, tem coisa que é a formação política, onde você debate conceitos como esquerda, direita, democracia, liberalismo, instituição política, né? Nesses espaços, [estamos falando] de espaço de formação, que são fundamentais. A escola é um espaço; o partido político é um espaço; eventualmente, uma igreja pode ser um espaço, desde que não haja um direcionamento dentro da igreja para este ou aquele candidato, ou este ou aquele... aquela, digamos, ideologia política, pode ser um bom espaço de formação política. À parte a formação, é importante que eles se informem, que é o segundo, digamos, o segundo aspecto desse processo. Eles podem se informar em vários espaços, né? Então, por exemplo, as câmaras de vereadores hoje, todas têm... as principais cidades, as principais capitais têm, é... políticas de transparência. Você pode entrar no *site* da Câmara Federal e se informar sobre as votações, aquilo que os deputados discutiram, quem votou, de que maneira. Você tem muitas fontes de informação. Agora, tem que procurar fontes de informação seguras, né, que sejam isentas, que “tejam” autorizadas, né. Não é qualquer... Você digita lá “política”, né, ou “ideologia”, aparece um monte de referências, né, e essas referências são muito, muito... desiguais. É preciso ter um pouco de paciência e procurar *sites* que sejam mais... é... seguros nesse sentido, né, de dar uma informação que seja mais isenta. Então, essa combinação da formação com a informação é que vai fazer com que a pessoa desempenhe bem a sua cidadania.

Locutor: Canal TV Alerj. Programa *Papo de Juventude*.
Crédito: TV Alerj/Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.
Locução: Jader Cardoso/ID/BR.

Fonte de pesquisa: PAPO DE JUVENTUDE: Política e jovens – Bloco 2. [S. l.: s.n.], 28 jan. 2022. 1 vídeo (14 min 11 s). Publicado pelo canal TV Alerj. Disponível em: <https://youtu.be/Xz6PInkCgoE?si=w6DV7zN42th-EIOt>. Acesso em: 12 out. 2024.

UNIDADE 4

■ Página 158 – Objeto: Proteção à privacidade: redes sociais e crianças

Podcast – Isso é Fantástico

Locutor: Proteção à privacidade: redes sociais e crianças. Neste episódio do *podcast Isso é Fantástico*, a jornalista Renata Capucci conversa com Thiago Tavares, presidente da organização não governamental de segurança na internet – SaferNet –, e a jornalista Mônica Marques, para debater o risco de exposição de fotos e vídeos de crianças nas redes sociais, no contexto de comercialização de conteúdos de pedofilia.

Renata Capucci: Bem-vindos!

Mônica Marques: Oi, Renata. Prazer estar com você aqui.

Renata Capucci: Thiago, bem-vindo!

Thiago Tavares: Olá, Renata. Olá, Mônica. É um prazer também conversar com vocês.

Renata Capucci: Vamos lá, Mônica. Eu queria pegar a situação que eu descrevi lá no “início” do *podcast*: Meu filho é fofinho! Faz gracinha, eu posto. Como é que isso acaba ir parando nas mãos de pedófilos?

Mônica Marques: É, Renata, os pais corujas, eles... eles não podem ver uma imagem do filho que eles querem postar, eles querem mostrar pro mundo, pros amigos, pra família. Porque hoje as redes sociais, elas são o novo álbum de fotografia familiar. Só que as páginas, muitas vezes, elas são... são páginas abertas pra todo o público. Sem contar que, hoje em dia, você também tem pais que eles são *influencers* e acabam fazendo vídeos, imagens dos seus filhos no seu dia a dia, na sua rotina. O que acontece é que, com a inteligência artificial, é possível modificar qualquer tipo de foto. E as crianças estão cada vez mais vulneráveis na internet. Então, a possibilidade de alguém entrar, copiar ou roubar essa imagem e fazer o que ele quiser é muito grande. E é isso que “tá”... que está assustando os especialistas e chamando a atenção das autoridades no momento.

Renata Capucci: Os pais não acreditam, né, Thiago, que isso de fato possa acontecer.

Thiago Tavares: Sem dúvida, Renata. E acontece com uma frequência muito maior do que se imagina. Todos os números, é... corroboram dessa conclusão, de que a internet tem sido utilizada cada vez mais para o compartilhamento e para a produção, né, de imagens de crianças, não só em cenas de nudez, mas em cenas de abuso sexual. Pra se ter uma ideia, no ano passado, em 2023, a SaferNet Brasil recebeu denúncias relacionadas a 71.867 novas páginas, é...

que foram denunciadas anonimamente pela população por conterem indícios de imagens de abuso ou exploração sexual infantil. Esse é o recorde histórico dos últimos 18 anos. E, além do... do número das denúncias, a gente também tem as evidências da própria Polícia Federal, que, no ano passado, bateu o recorde do número de prisões, é... e operações no Brasil, foram mais de mil. E também no número de procedimentos de investigação criminal do Ministério Público Federal. Foram mais de quinhentos procedimentos instaurados, só em São Paulo, para apurar crimes sexuais contra crianças e adolescentes praticados através da internet. Então, a frequência e a ocorrência desses casos é muito maior do que se imagina.

Renata Capucci: Voltando, então, Mônica, a esse esquema que o *Fantástico* mostrou. Eu queria saber como é que funciona, né? Há códigos, né, expressões que o crime usa?

Mônica Marques: Sim, nós recebemos aqui no *Fantástico* algumas denúncias de telespectadores que pediam assim: “Olha o que eu encontrei, olha que absurdo! Por favor, o *Fantástico* precisa investigar”. E a gente começou a analisar se aquilo era verdade e encontramos, em páginas muito fáceis, muito disponíveis, conversas que tinham esse conteúdo de abuso sexual infantil. E quando a gente entrou nas páginas dos pais... algumas das reclamações eram comentários em páginas que pareciam comentários muito inocentes, eles eram na verdade códigos para atrair o pedófilo ou a quadrilha que comercializa esse tipo de material. Então, por exemplo: é um vídeo de uma criança que “tá” dançando, ou um vídeo de uma criança que “tá” ali tomando um sorvete. E aí, quando os pais vão ver o comentário, tem vários comentários: “Perdoe, pequena. Perdoe, pequena”, “Errei, fui Raulzito”. Aí um monte de comentários nessas páginas abertas, e os pais não sabiam o que significava. E aí a internet começou a ver o que que era isso e avisar a esses pais. Então, seguinte, quando um pedófilo assiste a um vídeo em que ele gosta desse vídeo, ele sinaliza nos comentários: “Errei, fui Raulzito” ou “Perdoe, pequena”; e através disso os outros... toda a quadrilha consegue encontrar e se comunicar até ali. E aí eles roubam essa imagem, porque é uma imagem que atraiu os pedófilos, e eles começam a comercializar a imagem, que pode ser uma imagem simples de uma dançinha, ou então alguma imagem manipulada. Que aí a imagem manipulada, eles fazem uma imagem que tenha um aspecto sexual. E essas... esses comentários quando eu fui começar a apurar essa matéria do que ele significava, era um comentário, por exemplo, “Perdoe, pequena” vem de um filme. Um filme de um super-herói, em que o super-herói tem um momento em que é um super-herói que abusa, não sexualmente, mas tem abusos físicos das filhas, e ele fala isso pra elas: “Perdoe, pequena”. E o outro, “Errei, fui Raulzito”, o Raulzito é um apelido de um *gamer* famoso no Brasil que foi preso há uns anos atrás, e ele responde hoje em dia a pelo menos quatro processos criminais de abuso sexual infantil. Então, é uma forma de eles se comunicarem com símbolos que têm uma conotação de uma violência, de um abuso infantil.

Renata Capucci: E usam até *emojis* também, né, Thiago?

Thiago Tavares: Exatamente. Pra se ter uma ideia, até o *emoji* de uma *pizza* tem sido utilizado com frequência pra rir, pra indexar, ou seja, pra catalogar imagens de abuso sexual infantil. E aí... quem “tá” nos ouvindo pode perguntar: “Mas, como assim, um *emoji* de uma *pizza*?”. Exatamente. É a abreviação de uma sigla que era usada há vinte anos, há mais de vinte anos, que é CP. CP, em inglês vem de *cheese pizza*, *pizza* de queijo, né? E foi exatamente esse *emoji* e também o próprio nome *pizza* que foi... usado pra criar um grande catálogo de imagens e de perfis de crianças em cenas eróticas, de nudez, e também que... perfis, contas que estavam compartilhando imagens de abuso sexual infantil e que foram objeto de uma denúncia de um procurador geral no Estados Unidos.

Locutor: Episódio “O perigo de fotos de crianças compartilhadas nas redes sociais”. Crédito: Arquivo TV Globo. Locução: Jader Cardoso/ID/BR.

ISSO É FANTÁSTICO: o perigo de fotos de crianças compartilhadas nas redes sociais. [5. 1]: G1, 8 jul. 2024. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/37qD6ZPluFt5MUDGXhR4BZ?si=Gcp6Pu805Cix-fylVQHghw>. Acesso em: 12 out. 2024.

UNIDADE 8

■ **Página 301 - Objeto: Inteligência Artificial: usos e aplicações**

Podcast - Bê-á-bá da IA - inteligência artificial de um jeito simples

Locutor: Inteligência artificial: usos e aplicações. No episódio “Bê-á-bá da IA: como integrar a inteligência artificial ao dia a dia”, do *podcast Bê-á-bá da IA*, o especialista em tecnologia Fernando Melo apresenta algumas potencialidades e usos da inteligência artificial (IA) generativa. Além disso, ele ensina como se inteirar das ferramentas disponíveis. Vamos conhecer um pouco mais sobre esse tema?

Vinheta de abertura: *Bê-á-bá da IA - inteligência artificial de um jeito simples*.

Fernando Melo: Olá, eu sou o Fernando Melo, especialista em inteligência artificial, e, aqui no *Bê-á-bá da IA*, nós vamos falar tudo sobre inteligência artificial de um jeito simples. A inteligência artificial generativa, como, por exemplo, o ChatGPT, está rapidamente se tornando uma ferramenta poderosa em várias áreas da nossa vida. Mesmo sem um conhecimento técnico, seu uso diário pode ser simples e vantajoso. Vamos explorar como você pode integrar essa tecnologia de maneira prática e significativa no seu dia a dia. Primeiramente, é importante entender o potencial das diversas versões de IA generativa. Modelos mais avançados, como o recém-lançado GPT-4o, têm capacidades impressionantes que vão além de escrever textos, realizar tarefas complexas de programação ou cálculos matemáticos. Experiências com modelos gratuitos, tais como o GPT-3.5, mostram uma melhora significativa em relação às versões anteriores, mas o salto de qualidade para o GPT-4o é notável e, o melhor de tudo, agora ele está disponível gratuitamente. A IA generativa pode ser uma assistente

incansável no ambiente de trabalho, ajudando na criação de documentos, relatórios e apresentações. Ela automatiza tarefas repetitivas e permite que você se concentre em atividades mais estratégicas. Por exemplo: você pode usar a IA para escrever e revisar textos, economizando tempo e garantindo um alto padrão de qualidade. Um redator pode gerar um esboço inicial de um artigo ou *e-mail*, enquanto um analista de dados pode pedir à IA para criar gráficos e análises de dados complexos. Estudantes e profissionais podem utilizar a IA para aprofundar seu aprendizado e expandir suas habilidades. A IA pode atuar como um tutor, respondendo perguntas e explicando conceitos de forma personalizada. Desde aprender novas línguas até programação, a IA pode fornecer exercícios práticos e *feedback* imediato. Um estudante de idiomas pode praticar conversação com a IA, enquanto um programador iniciante pode obter ajuda para entender e corrigir erros de código. A IA também pode enriquecer a vida pessoal, proporcionando novas maneiras de se organizar e se divertir. Ferramentas baseadas em IA ajudam a organizar tarefas diárias, compromissos e até planejar viagens. Por exemplo: a IA pode criar um itinerário de viagem detalhado, sugerindo pontos turísticos, restaurantes e horários ideais para visitas. Além disso, a IA pode criar histórias personalizadas para crianças, escrever poemas para ocasiões especiais e recomendar filmes e músicas baseadas nas suas preferências. Cada modelo de IA generativa tem características distintas, moldadas pelas decisões de seus programadores. Por exemplo: Cloud 3, da Anthropic, é conhecido por sua interação calorosa e capacidade criativa, ideal para tarefas que requerem um toque humano. O GPT-4o, da OpenAI, é focado em produtividade, excelente para resolver problemas e realizar tarefas objetivas. Já o Google Gemini é bastante acessível e integrado ao ecossistema Google, oferecendo uma experiência amigável e útil para iniciantes. Se você está começando, pode usar o Gemini para criar documentos e apresentações, além de enviar *e-mails* mais eficientes. Para utilizar a IA de forma eficaz, é fundamental se familiarizar com suas capacidades. Segundo o professor Ethan Mollick, da Universidade da Pensilvânia, dedicar cerca de dez horas explorando suas funcionalidades pode ser transformador. Este período permite que você tenha uma noção inicial de onde a IA se destaca e onde ainda precisa de supervisão humana, no seu caso específico. Comece a explorar as ferramentas disponíveis em áreas onde você já possui algum conhecimento, facilitando a avaliação de sua eficácia. E essa edição fica por aqui.

Locutor: *Podcast Bê-á-bá da IA - inteligência artificial de um jeito simples*. Episódio “Bê-á-bá da IA: como integrar a inteligência artificial ao dia a dia”. Crédito: Rádio Senado/Senado Federal. Locução: Jader Cardoso/ID/BR.

BÊ-Á-BÁ DA IA: como integrar a inteligência artificial ao dia a dia. [Locução de]: Fernando Melo. Brasília, DF: Rádio Senado, 13 jun. 2024. *Podcast*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2024/06/13/be-a-ba-da-ia-como-integrar-a-inteligencia-artificial-ao-dia-a-dia>. Acesso em: 12 out. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

O livro apresenta um relato histórico sobre as origens da noção de pós-modernidade, discutindo-a não como uma ideia, mas como um fenômeno.

APPEL-SILVA, Marli; BIEHL, Kátia. Trabalho na pós-modernidade: crenças e concepções. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 518-534, set. 2006. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/1565>. Acesso em: 12 ago. 2024.

No artigo, duas pesquisadoras discutem as implicações do trabalho flexível na subjetividade dos indivíduos.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

No livro, o autor analisa grande parte de sua produção teórica e a articula com o tema das identidades, apropriando-se da metáfora da liquidez.

BENEDICT, Ruth. *El crisantemo y la espada: patrones de la cultura japonesa*. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

Esse clássico pode servir de subsídio para debates sobre gênero e a vertente culturalista da Antropologia.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

Esse livro conta com uma coletânea de diferentes modalidades de texto que mapeia o debate acerca da transexualidade.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política I*. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1998.

Esse dicionário é referência, pois apresenta, de forma simples, interpretações e explicações sobre os principais conceitos do discurso político.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

No livro, o autor traça correspondências entre práticas culturais e classes sociais, com o objetivo de compreender as relações de poder.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

Nesse clássico, o sociólogo espanhol Manuel Castells articula o debate das tecnologias de informação e de comunicação com o processo mais amplo da economia.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014 (Artes de Fazer, v. 1).

O autor apresenta o resultado de um trabalho coletivo, que investiga as principais questões relacionadas à cultura e à sociedade, por meio das práticas culturais cotidianas.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

A obra reúne os últimos escritos de Pierre Clastres. Nela, o autor discute a dominação e o etnocídio imputado às sociedades indígenas na América do Sul.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

Guy Debord tornou-se uma influência importante ao identificar precisamente as reverberações da indústria cultural na percepção dos indivíduos sobre a sociedade.

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 2008.

No livro, o autor recorre a pensadores clássicos da filosofia política e a estudos históricos para compreender as hierarquias no mundo moderno.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Esse livro marcou profundamente a escola sociológica francesa e estabeleceu a Sociologia como ciência.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. 2 v.

O autor traça um panorama da história dos costumes com base na formação do Estado moderno e nas reverberações desse processo no que entende como “civilização”.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2011.

O livro é composto de textos que ajudam a compreender a presença do poder nas relações sociais e o papel das instituições sociais nesse contexto.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2001.

Esse texto evidencia a proposição da filósofa Nancy Fraser em relação à necessidade da articulação entre as esferas da redistribuição e do reconhecimento.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

Nesse estudo, a autora, referência nos estudos dos movimentos sociais no Brasil, mapeia as demandas e as lutas da sociedade civil brasileira.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

O autor baseia-se nas mudanças estruturais que fragmentam e desconstróem identidades para analisar a crise de identidade na pós-modernidade.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

Nessa obra, o autor discute como o excesso de positividade nas sociedades contemporâneas pode gerar transtornos.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

O autor apresenta a história do neoliberalismo de forma crítica, com foco especial nos temas abordados pela Geografia e pela Sociologia.

HOBBSBAWM, Eric J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Nessa obra, o autor aborda a história social do trabalho e do movimento operário do fim do século XVIII até a Primeira Guerra Mundial.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985.

A obra consolida as reflexões do autor sobre moral, direito e virtude, bem como possibilita a compreensão da proposição da filosofia prática do autor.

KONDER, Leandro. A questão da ideologia em Gramsci. *Arquivo Marxista na Internet*, [20--]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/konder/ano/mes/ideologia.htm>. Acesso em: 3 out. 2024.

Texto bastante preciso sobre o conceito de ideologia desenvolvido por Gramsci, com base na noção elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Livro baseado em entrevistas com o líder indígena Ailton Krenak, que luta pela demarcação de terras e pelo direito de os indígenas viverem segundo os próprios modos de vida.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

O livro, introdutório sobre a cibercultura, traz, de modo didático, conceitos fundamentais utilizados por Pierre Lévy para refletir sobre a variabilidade dos usos das tecnologias.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

Esse livro contém um conjunto de ensaios escritos também para não especialistas, com o objetivo de combater cientificamente o racismo.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

Conhecido por suas teorias sobre política, Locke discute nessa obra conceitos de epistemologia e estética.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Trata-se de um clássico fundante da Sociologia, além de ser um excelente referencial para compreender as classes sociais e a metodologia histórica dialética.

MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

Estudo sobre os percursos do movimento ambientalista do século XIX até fins da década de 1980 que apresenta as tendências dos movimentos e a formação de entidades, agências e órgãos mundiais de ambiente.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

Com linguagem objetiva e exemplificada, o livro apresenta a imaginação sociológica como metodologia de investigação da realidade.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A obra marcou época por ser um detalhado combate às concepções utilitaristas predominantes na filosofia política e por mobilizar os conceitos de equidade e de justiça distributiva, fundantes da noção de justiça social.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Nessa obra, o geógrafo Milton Santos trata da desigualdade da difusão da técnica no mundo e de suas implicações na produção do espaço geográfico.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Trata-se de uma biografia em que o Brasil é protagonista. A obra inclui referências da história do cotidiano do país e dados sobre os grupos minoritários.

SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017.

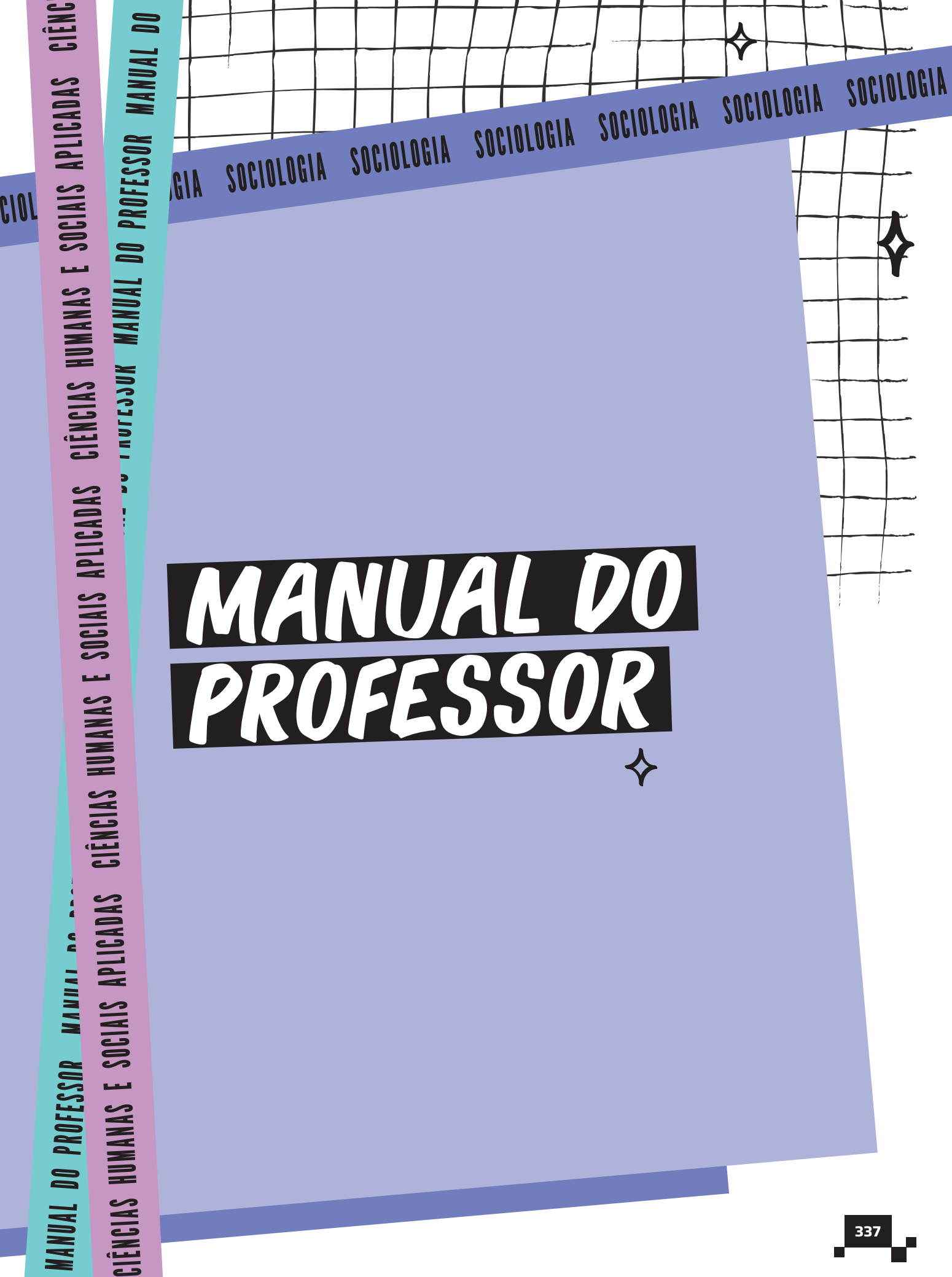
Nessa obra, tematiza-se o fenômeno da economia do compartilhamento, entendido na dimensão de precarização e desregulamentação.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/NtsgyP5DLx9P867hBBhv3xh/>. Acesso em: 27 set. 2024.

O artigo faz uma descrição do processo de tombamento de um terreiro de candomblé e os embates entre distintas visões e interesses que envolveram esse processo.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1994.

A obra, organizada postumamente, inclui muito da produção mais madura de Weber. É recomendada para a compreensão da influência da hermenêutica na Sociologia.



CIOL

MANUAL DO PROFESSOR CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

GIA SOCILOGIA SOCILOGIA SOCILOGIA SOCILOGIA SOCILOGIA SOCILOGIA

MANUAL DO PROFESSOR



APRESENTAÇÃO

CARA PROFESSORA, CARO PROFESSOR,

O principal objetivo deste manual é oferecer aos docentes do Ensino Médio subsídios e sugestões para o trabalho cotidiano com os conteúdos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e suas diversas possibilidades escolares e sociais.

O Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) regulamentam e propõem iniciativas para alguns dos desafios que enfrentamos atualmente como cidadãos brasileiros, por exemplo, estar preparados para as novas formas de emprego das novas tecnologias digitais, de informação e de comunicação, e para o uso ético e autônomo delas. A educação é o meio estratégico para que as transformações sociais possam ocorrer e para que os jovens brasileiros construam uma sociedade justa, alinhada aos valores universais e defensora da democracia e do Estado de direito.

Na primeira parte deste manual, são abordados os principais aspectos teóricos e metodológicos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, bem como as perspectivas pedagógicas que embasam a coleção. Também são propostas reflexões e sugestões sobre os processos de avaliação sugeridos. Há, ainda, a descrição comentada da estrutura dos livros da coleção e dos conteúdos deste volume, além das referências bibliográficas mobilizadas, acompanhadas de sinopses.

A segunda parte deste manual contém orientações didáticas mais específicas para o planejamento e o trabalho em sala de aula. São disponibilizados, capítulo a capítulo, comentários, sugestões pedagógicas detalhadas, atividades complementares e respostas às atividades do Livro do Estudante. Nessa parte, também são apresentadas indicações de *sites*, livros, artigos, portais digitais, filmes e outros materiais que, de alguma maneira, possam apoiar a ação docente.

Com isso, é esperado que este material dê suporte à oferta de caminhos didáticos criativos e significativos às diversas comunidades escolares do país, ampliando as possibilidades de futuro dos jovens.

Bom trabalho!

Equipe editorial

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E ORGANIZAÇÃO DA OBRA

340

O Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular	340
Temas contemporâneos transversais	342
Juventudes, currículo e equidade	342
Escola e inclusão	343
O Ensino Médio e as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	344
Ciências Humanas e Sociais e interdisciplinaridade	345
Do ensino da Filosofia: estratégias interdisciplinares	346
O uso de novas tecnologias no ensino de Geografia	346
O compartilhamento de informações e os impactos no ensino de História	347
Conjugar conhecimentos: Sociologia, Antropologia e Ciência Política	347
Desenvolvimento de competências e habilidades	348
Estratégias e abordagem teórico-metodológica	349
Metodologias ativas	350
Formas de organização da turma	351
Avaliação	351
Avaliação e novos paradigmas educacionais	352
Organização da obra	353
Sugestão de cronograma	354
Quadros de conteúdos da coleção	356
Leituras complementares	364
Bibliografia comentada	366

ORIENTAÇÕES E COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS

369

Unidade 1 O estudo da sociedade	369
Unidade 2 Cultura, diversidade e resistência	379
Unidade 3 Arte e bens culturais: ideologia e massificação	389
Unidade 4 Relações de poder e resistência	398
Unidade 5 Estratificação, desigualdades e violências	408
Unidade 6 Desigualdade racial e justiça social	417
Unidade 7 Sociedade contemporânea e mundo do trabalho	427
Unidade 8 Sociedade, mundo digital e ambiente	437
Projeto Dossiê sociológico - Diversidade e identidade no Brasil contemporâneo: um olhar sobre preconceitos e discriminações	447
Objetos digitais do livro	448

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E ORGANIZAÇÃO DA OBRA

O NOVO ENSINO MÉDIO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Esta coleção se estabelece como uma proposta para o ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que compreende os componentes curriculares Filosofia, História, Sociologia e Geografia, em diálogo com os princípios normativos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com outros documentos curriculares. Nesse sentido, levantam-se duas questões para esse diálogo: Qual é a necessidade de uma base comum curricular? E, considerando-se a importância dos currículos escolares na construção da sociedade, como esse documento comum impacta no projeto de Ensino Médio, de escola, de educação, de sociedade e de nação?

A criação de uma base comum curricular está vinculada à necessidade de resolver questões pertinentes à educação que emergiram especialmente nas décadas de 2000 e 2010. Entre essas questões, destacam-se a:

- melhoria dos índices de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- preocupação com a estrutura curricular, compreendida por 13 ou mais disciplinas antes da BNCC;
- necessidade de diversificar e flexibilizar o currículo, tendo como modelos os países que apresentam melhor desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês);
- necessidade de ampliar o acesso dos estudantes ao Ensino Superior, já que menos de 17% dos estudantes que concluem o Ensino Médio acessam o Ensino Superior;
- necessidade de garantir maior acesso à escola e a permanência dos estudantes, principalmente no Ensino Médio; e
- preocupação com a educação profissional, que atende cerca de 10% das matrículas dos estudantes.

Embora as décadas de 2000 e 2010 tenham sido decisivas para a definição de políticas públicas que resultaram nas propostas da BNCC e do Novo Ensino Médio, as formas de ensino-aprendizagem já eram especialmente questionadas desde a década de 1950. Em parte, esse questionamento se deve aos altos índices de evasão e de repetência, bem como a um imaginário da necessidade de “aperfeiçoamento” do corpo discente e “uniformização” da educação.

Nesse período, currículos regionais foram propostos com maior frequência e programas de produção e distribuição de materiais didáticos foram desenvolvidos. Com isso, as ideias e representações de ensino e aperfeiçoamento de professores começaram a circular cada vez mais no país (França, 2013), mas faltava ao debate político e educacional maior maturação, até mesmo para implementar uma reflexão ampla e nacional que buscasse abranger as diversidades regionais. Desde então, houve a implementação de iniciativas públicas fundamentais, como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em meados dos anos 1990, oriundas dos debates da Constituição de 1988. Entretanto, somente em 2014, com a construção do Plano Nacional de Educação (PNE) e, com ele, a definição das vinte metas para a melhoria da Educação Básica, o processo que resultou na atual BNCC teve maior impulso.

Em junho de 2015, um grupo formado por especialistas em educação começou a elaborar a primeira versão da BNCC. De

julho a outubro do mesmo ano, o grupo passou a contar com a colaboração de técnicos das Secretarias de Educação e também de professores. Entre outubro de 2015 e março de 2016, o debate sobre o documento se intensificou, pois o projeto possibilitou a ampla participação dos educadores nos diálogos sobre a BNCC. Por meio de uma plataforma digital, qualquer pessoa ou instituição poderia comunicar suas análises e considerações sobre o documento. Após o processamento e a análise de todas as contribuições, uma banca de especialistas de todas as áreas do conhecimento consolidou a terceira versão da BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, homologada em 2017.

Vale lembrar que a BNCC é fundamentada no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que trata da garantia de padrão de qualidade da educação, bem como no diálogo com as diretrizes educativas de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas (ONU). O documento também prevê o crescimento da eficiência do sistema educacional público, facilitando, por exemplo, a avaliação de rendimento dos estudantes por meio de exames de larga escala. Ainda sobre a Constituição Cidadã, é salutar lembrar que apenas a partir dela se desenvolvem incentivos reais para a universalização do Ensino Médio, além das legislações já citadas.

A construção em diálogo com a sociedade foi uma tentativa de integrar as diferentes visões de mundo, em busca de um consenso mínimo para a construção da Base Nacional Comum Curricular. De acordo com o documento, a BNCC nasce como:

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares [...].

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

(Brasil, 2018a, p. 8)

O documento apresenta um projeto educacional de **formação integral** que visa constituir uma sociedade alicerçada em valores e princípios éticos, políticos e estéticos comprometidos com a justiça, a democracia e a inclusão social. Para isso, reconhece que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em todas as suas dimensões (intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica).

Mas isso não é algo inédito nos debates sobre a educação: trata-se da oficialização de movimentos que já faziam parte do cenário educativo. Por isso, a BNCC dialoga com documentos que são referência da política educacional, como a LDB e o PNE, já citados, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), de 2018.

A BNCC também dialoga com documentos ligados aos organismos internacionais, como a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (ONU, 2015) e a *Global Competency for an Inclusive World* (OCDE, 2018). A interlocução com esses textos aparece principalmente na abertura do documento, na qual se destaca o discurso educacional dos organismos internacionais.

Diferentemente de outros textos políticos educacionais, o interlocutor da BNCC é toda a sociedade, e não apenas docentes, gestores escolares e estudantes. Dessa forma, reforça-se a concepção de que a BNCC representa um projeto de sociedade e, mais do que isso, de nação, cujos cidadãos – por meio da educação – aprenderão as competências e as habilidades necessárias para a transformação da sociedade brasileira naquela que se pretende construir por meio do conhecimento que mobiliza para o agir com consciência, ética e autonomia.

O eixo norteador do documento é o **desenvolvimento das aprendizagens essenciais dos estudantes**, em uma perspectiva de eficiência educativa e em consonância com o proposto pelas avaliações realizadas em larga escala. Para isso, estabelece as competências gerais e essenciais, que são compreendidas como:

[...] mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

(Brasil, 2018a, p. 8)

Assim, estas são as competências gerais para a Educação Básica:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos

humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

(Brasil, 2018a, p. 9-10)

De acordo com Antoni Zabala, o desenvolvimento de competências e habilidades desloca o foco dos currículos do conteúdo para a aprendizagem:

Não é suficiente saber ou dominar uma técnica, nem é suficiente sua compreensão e sua funcionalidade, é necessário que o que se aprende sirva para poder agir de forma eficiente e determinada diante de uma situação real. É nisso que estamos envolvidos.

(Zabala, 2014, p. 10)

Não basta saber *o que fazer*; é essencial saber *para quê*. Assim, o desenvolvimento de competências e habilidades não objetiva apenas a obtenção de melhores resultados nas avaliações; ele é uma resposta a anseios como “o que o estudante fará com o que estuda?”, ou seja, preocupa-se com o agir. A finalidade passa a nortear o processo de aprendizagem, e o foco desloca-se da formação centrada na transmissão de conhecimentos e memorização para um modelo fundamentado no desenvolvimento por competências. Ainda segundo Zabala:

A competência identificará aquilo que qualquer pessoa necessita para responder aos problemas aos quais se deparará ao longo da vida. Portanto, competência consistirá na intervenção eficaz nos diferentes âmbitos da vida mediante ações nas quais se mobilizam, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, componentes atitudinais, procedimentais e conceituais.

(Zabala, 2014, p. 42-43)

É importante salientar que a BNCC não se propõe a “uniformizar” os currículos, e sim a relacionar as escalas nacional, regional e local ao pensar a educação brasileira, orientando o processo de formação dos currículos escolares e do corpo discente com base na diversidade de realidades locais.

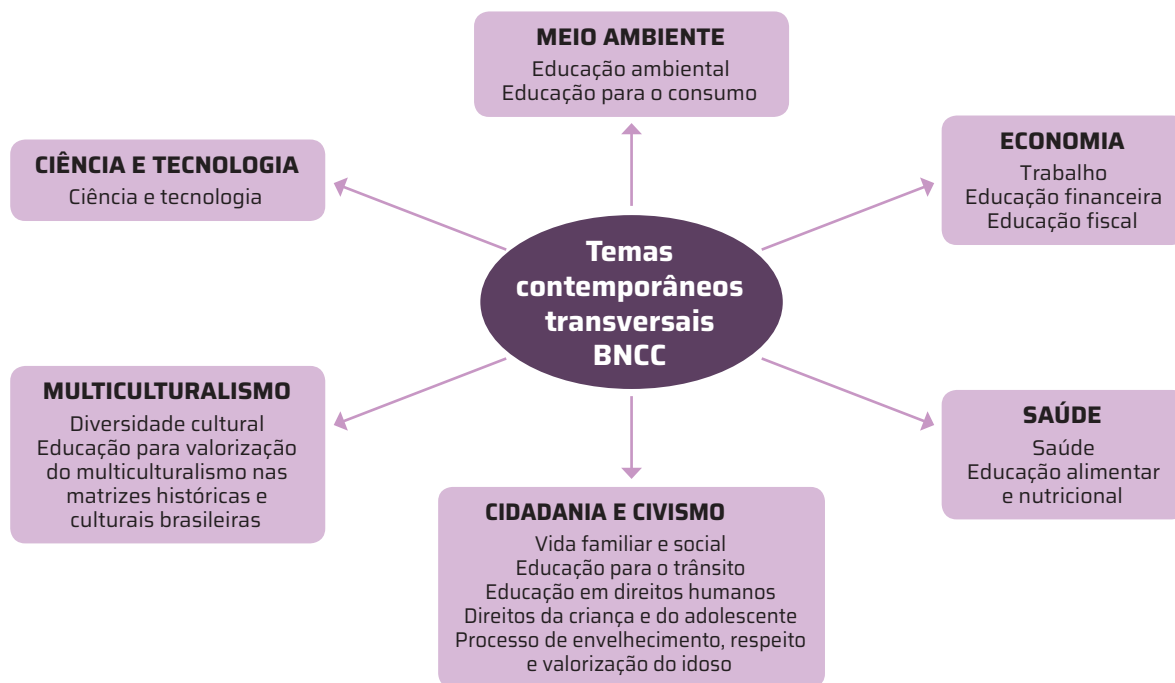
Dessa forma, o documento coloca em pauta o pensamento intercultural, cujas pretensões se opõem aos processos de uniformização do outro.

Entende, ainda, a educação integral como o desenvolvimento do estudante em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural –, tendo em vista as múltiplas culturas juvenis. E isso envolve a responsabilidade não só da escola, mas também das famílias, dos educadores em geral e da comunidade.

Temas contemporâneos transversais

A BNCC também orienta que as escolas e redes de ensino incorporem a seus respectivos currículos e a suas propostas pedagógicas o trabalho com Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). O objetivo é contextualizar o ensino com temas que afetam a vida humana, que despertam o interesse dos estudantes e que têm relevância em sua formação como cidadãos em diversas escalas (local, regional e global).

Os TCTs possibilitam estabelecer ligações entre diferentes componentes curriculares, atendem às demandas da sociedade contemporânea e contribuem para um ensino integrador e transversal. Essa abordagem se baseia na problematização da realidade e das situações de aprendizagem, na integração das habilidades e competências curriculares à resolução de problemas e na visão do conhecimento como uma construção coletiva. Os TCTs perpassam diferentes áreas do conhecimento e se dividem em seis grandes áreas temáticas, ilustradas no esquema a seguir.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Temas contemporâneos transversais na BNCC: proposta de práticas de implementação*. Brasília: MEC/SEB, 2019. p.13.

Juventudes, currículo e equidade

De acordo com Dayrell e Carrano, observou-se, nas últimas décadas, uma mudança significativa na forma como os jovens se comportam e se comunicam e no modo como expressam suas identidades e opiniões, por meio de linguagens culturais. No contexto urbano, o sentido de pertencimento a um grupo somado aos impulsos pessoais de expressão de subjetividade levou os jovens a ocupar espaços públicos para produzir e expressar suas culturas. Assim, tais espaços passaram a ser entendidos como locais de uso coletivo ou espaços sociais que potencializam os encontros, as trocas e a expressão de suas culturas. E os jovens passaram a se reunir nesses lugares não só para compartilhar ideias com seus pares e fruir de manifestações artísticas, mas também para produzir músicas, vídeos, programas de rádios comunitárias, eventos culturais, entre outras formas de expressão.

Por meio da produção dos grupos culturais a que pertencem, muitos deles recriam as possibilidades de entrada no mundo cultural além da figura do espectador passivo, ou seja, como criadores ativos. Por meio da música ou da dança que criam, dos shows que fazem ou dos eventos culturais que promovem, eles colocam em pauta, no cenário social, o lugar do jovem, principalmente no caso dos mais empobrecidos.

DAYRELL, Juárez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014. p. 116.

Assim, os jovens estabeleceram uma nova relação com o consumo de bens culturais, tornaram-se protagonistas em seus meios e criaram novas formas de atuar na sociedade. Tudo isso indica que é salutar aproximar-se das culturas juvenis, acolhendo suas diversas modalidades de expressão, em uma educação que visa ao protagonismo e à autonomia.

Uma diferença importante é que muitos jovens do século XXI estão utilizando diversas formas de interação multimidiática e multimodal, em aplicativos educativos ou de entretenimento, por exemplo, e especialmente atuando nas redes sociais. Nesse cenário, existe um elemento fundamental a ser considerado: a desigualdade de acesso aos recursos tecnológicos. Enquanto algumas pessoas sentem que o uso exagerado das telas acirrou o imediatismo, o individualismo e a solidão, outras se sentem isoladas exatamente pelo inverso, ou seja, por não terem acesso a essas tecnologias e à internet. A pandemia de covid-19, que se iniciou em 2020 e persistiu por alguns anos, potencializou e escancarou os sentimentos de isolamento, ansiedade e exclusão, que não se restringiram a esse período, mas se tornaram problemas reais para famílias e para a sociedade de forma ampla.

Se já não podíamos antes dizer que existe uma juventude, no singular, e padronizar nossa entrega aos estudantes, hoje, depois da publicação da BNCC e de tantos estudos nas áreas de educação, psicologia e sociologia, é imprescindível olhar para as individualidades e procurar enxergar que um jovem de periferia

de uma metrópole provavelmente não tem as mesmas necessidades que um jovem residente em um pequeno município rural, por exemplo. Temos uma diversidade de jovens e de juventudes, no Brasil e no mundo – basta pensarmos em alguns fatores que claramente impactam a forma de vivenciar o mundo e ser jovem, como gênero, local de residência, cor de pele, cultura da comunidade em que está inserido.

A rede pública de ensino agrupa, em suas salas de aula, estudantes com diferentes perfis econômicos, sociais, políticos, identitários e de instrução e, por isso, para que os objetivos de aprendizagem façam sentido para cada grupo específico de estudantes (ou seja, de cada escola, de cada ano, de cada turma), é preciso que esses objetivos sejam definidos com base no que se conhece de cada estudante, assegurando, com isso, que não se recorra a práticas de massificação e apagamento das diferenças observadas na turma, mas, sim, que se promova a equidade na educação. Equidade, como a própria BNCC explícita, significa, na prática, reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

Ao fazer as escolhas curriculares, é papel de cada rede considerar a comunidade que a integra, de forma ampla, assim como devem ficar nas mãos das escolas e dos professores as escolhas necessárias para que esse currículo dialogue com a realidade de seus estudantes e os engaje no desejo de aprendizagem. Ou seja, a equidade se explicita a cada escolha feita pelos atores que compõem cada rede estadual e municipal de ensino e cada comunidade escolar, e essas decisões devem, necessariamente, dialogar com os diferentes perfis culturais e socioeconômicos que cada sala de aula acolhe. Não se trata de uma tarefa fácil. Por isso, sob essa perspectiva, é preciso engajamento, colaboração e respeito mútuo, para que seja possível garantir um melhor índice nas aprendizagens e uma cultura de paz na comunidade escolar e em seu entorno.

Escola e inclusão

Compreender que a diversidade é uma característica intrínseca à sociedade e, por consequência, às salas de aula é imperioso. Cada estudante traz uma bagagem de habilidades, experiências e necessidades, e é papel da escola e dos educadores reconhecer e valorizar essa diversidade. É essencial reconhecer que cada estudante é único e apresenta demandas e capacidades muito próprias.

Para aprofundar as percepções sobre a múltipla diversidade de condições dos estudantes do Ensino Médio, é importante identificar as especificidades das deficiências e dos transtornos. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (n. 13.146/2015), as pessoas com deficiência são aquelas que “têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”.

Por sua vez, de acordo com a Resolução n. 4/2009 do Conselho Nacional de Educação Básica (Brasil, 2009), os alunos com transtornos do neurodesenvolvimento são os “que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento psicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras”. Os transtornos do neurodesenvolvimento englobam uma diversidade de condições que podem variar em nível e em grau, de acordo com o contexto. Nesse sentido, é possível citar o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Deficiência Intelectual (DI), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e os transtornos de aprendizagem, sendo os mais comuns entre estes últimos a dislexia, a discalculia e a disgrafia.

É necessário compreender os desafios enfrentados pelos jovens que têm transtornos dessa ordem. Muitos deles podem apresentar dificuldades relativas a comunicação, interação social, compreensão das emoções dos outros, aprendizado

acadêmico e comportamentais, sendo necessário adotar abordagens pedagógicas específicas para atender às necessidades de cada uma delas.

Por outro lado, as deficiências agrupam grande diversidade de condições humanas e podem se apresentar em diferentes dimensões, como a física (no caso de pessoas surdas e/ou cegas, de usuários de cadeiras de rodas, etc.) e a intelectual (por exemplo, a Síndrome de Down). Assim como ocorre com os transtornos, é importante garantir ambientes que possam receber esses estudantes em tais condições e preparar-se para incentivá-los de maneira específica, adaptando propostas pedagógicas e ampliando o repertório escolar concernente a esse cenário.

Resumindo, esses jovens exigem uma política de gestão da escola para recebê-los e cuidar de sua formação de acordo com seus direitos e possibilidades. A arquitetura inclusiva é essencial para facilitar o acesso à escola não só aos estudantes com condições físicas específicas, mas também a outras pessoas que tenham dificuldade de locomoção. É preciso incluir a disponibilização de material didático adaptado, a implementação de estratégias de ensino diferenciadas, como currículo individualizado, o suporte emocional e comportamental (se necessário), a tutoria e o uso de recursos digitais e até mesmo visuais (como cartões de emoções, que ajudam a identificar os próprios sentimentos e compartilhá-los com outras pessoas).

Outra estratégia eficaz é trabalhar com os jovens habilidades de resolução de problemas e conflitos. Aqueles que apresentam tais transtornos podem se sentir desafiados em situações de conflito, o que pode ser sanado ou amenizado mediante o ensino de habilidades de negociação, escuta e empatia.

Em relação às Ciências da Natureza, pode-se explorar propostas de trabalho colaborativo, em duplas ou grupos, a expressão oral ou a dramatização como recursos para entender ou explicar o pensamento. No entanto, para cada jovem não bastam as estratégias de ensino, mas, também, repensar o que ensinar em função de suas possibilidades. Algumas orientações que podem auxiliar seu planejamento para esses estudantes são:

- **Organizar o trabalho**, combinando com a turma a maneira de trabalho com os estudantes, de modo que todos saibam o que se espera de cada um. Por exemplo, começar a aula organizando o que será feito, as tarefas e, se for o caso, as expectativas diferenciadas para os estudantes com deficiência.
- **Selecionar conteúdos**, relacionando os conceitos das Ciências da Natureza ao contexto e às experiências dos estudantes.
- **Utilizar recursos digitais e ferramentas *on-line*** que os estudantes possam acessar em função de seu potencial, inclusive permitindo retomadas ou preparação prévia de qualquer lugar. Plataformas de aprendizagem *on-line*, vídeos educativos e aplicativos interativos podem ser muito úteis.
- **Planejar o ensino colaborativo** por meio do trabalho em grupo e a aprendizagem colaborativa. Diferentes estudantes podem se beneficiar ao compartilhar seus conhecimentos e habilidades.

Por fim, as decisões para a real inclusão de estudantes com deficiências devem sempre levar em conta que a ideia a ser promovida é evidenciar, bem como assegurar, em condições de igualdade, que a pessoa com deficiência faz parte do grupo social e é aceita do modo como se apresenta. Não se trata de oferecer concessões ou favores, mas de demarcar o território escolar como um espaço de acolhimento e de cidadania. Portanto, escolas verdadeiramente inclusivas são importantíssimas para a construção de uma sociedade inclusiva. Acreditamos, com isso, que a diversidade de condições físicas e neurológicas pode ser bem atendida quando há promoção de valores como colaboração e empatia; criação de ambientes acolhedores e seguros; valorização ativa da diversidade; envolvimento da comunidade.

O ENSINO MÉDIO E AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

A concepção de área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tem relação, segundo França (2013), com estudos desenvolvidos na década de 1950 pelo Instituto Internacional de Pedagogia de Sèvres, em Paris, França. Esse centro de pesquisa possuía uma escola experimental, onde eram realizadas pesquisas educacionais que fomentaram discussões acerca do papel das Ciências Sociais na investigação de problemas escolares e de questões de ordem social. O debate estava alinhado aos fundamentos da Escola Nova, que ganhou força no Brasil a partir da década de 1930, por meio de cursos de formação de professores e da circulação de guias curriculares que defendiam um sistema de ensino público e laico, com liberdade de pensamento, que, entre outras questões, possibilitasse a superação das desigualdades sociais brasileiras.

Outro debate importante nesse sentido ocorreu a partir da publicação do *Guia Metodológico para Cadernos MEC - Estudos Sociais* (1971), cujo prefácio, escrito por Humberto Grande, diretor executivo da Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), apresentou os então Estudos Sociais como *atividade* interdisciplinar, concepção bem próxima da ideia de integração e interdisciplinaridade difundida na atualidade. Sob a representação de Estudos Sociais, essa concepção de ensino circulou nas Escolas Normais, nos centros de treinamento, nos cursos de “aperfeiçoamento” de professores, nas publicações pedagógicas e nos materiais didáticos.

Relacionar aspectos da concepção de Estudos Sociais à concepção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas não significa afirmar que sejam considerados a mesma coisa. Porém, pode ajudar a compreender melhor como, nesse movimento de aproximação e distanciamento de representações sobrepostas no decorrer do tempo histórico, foi constituído o que hoje é chamado de área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Se, no passado, a área de Estudos Sociais era um aglutinado de conceitos mais ou menos desconexos que fomentavam práticas de memorização de nomes de relevo, hidrografia, capitais de países, datas cívicas e nomes de batalhas, sem a devida contextualização dos processos temporais e espaciais, das estruturas sociais e do campo ético, a atual área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, de acordo com a BNCC, tem como foco a formação integral do cidadão, balizada por preceitos éticos e democráticos, que reforçam a valorização da autonomia de pensamento e a superação de desigualdades. Cabe a essa área de conhecimento oportunizar aos educandos a compreensão dos elementos essenciais da cultura dos povos e a promoção do sentimento de justiça e de empoderamento democrático, princípios essenciais para a formação humana e social.

De acordo com a BNCC:

[...] [A] área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza.

(Brasil, 2018a, p. 561)

Apresentamos, a seguir, alguns exemplos práticos da importância estratégica das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para a formação ética e cidadã:

- identificar e analisar as relações de poder, assim como dialogar e refletir sobre elas, favorece a formulação de percepções sobre a sociedade em que se vive e sobre os impactos dessas relações em diferentes níveis na própria comunidade, como a formação do território ocupado;
- investigar as próprias identidades culturais e refletir sobre elas possibilita não apenas o autoconhecimento, mas também a percepção sobre si e sobre os outros, sobre o modo como os estudantes colocam no mundo suas identidades individuais e coletivas, afetando desde as relações pessoais até as relações institucionais;
- debater e fomentar essas ideias promove a apreensão filosófica dos estudantes e colabora para torná-los críticos e atentos ao mundo em que vivem.

Como é possível observar, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tem entre seus objetivos provocar os estudantes para a percepção crítica do conhecimento, com o intuito de buscar soluções sociais criativas e éticas. A concepção apresentada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para essa área do conhecimento é consonante com aquela observada na BNCC, como é possível identificar a seguir.

As pesquisas em ciências humanas vão desde o estudo do comportamento humano passando pela interação em contextos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos, aos desenvolvimentos da linguagem, artes e arquitetura. Estas pesquisas têm na dinâmica humana sua centralidade, com focos históricos ou contemporâneos, de contextos pessoais a globais, e consideram o nosso preparo para os desafios do futuro. Por meio da pesquisa em macroáreas da Linguística, Artes, Humanidades, Ciências Sociais, Sociais Aplicadas e Ética, e de seus desdobramentos e inter-relações, espera-se a habilitação coletiva da sociedade brasileira em sua capacidade de questionar, pensar criticamente, resolver problemas, comunicar de maneira eficaz, tomar decisões e adaptar-se às mudanças. Responder aos desafios humanos exige uma compreensão dos principais fatores, linguísticos, cognitivos, históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais, éticos e sociais envolvidos, e como esses diferentes fatores se inter-relacionam.

(Brasil, [20--])

Percebe-se, por essa concepção, que a escola que se pretende é aquela que ensina a pensar, por meio do domínio teórico-metodológico característico dos componentes curriculares relacionados à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Considerando as aprendizagens a ser garantidas aos jovens no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a **tematizar e problematizar algumas categorias da área**, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Cada uma delas pode ser desdobrada em outras ou ainda analisada à luz das especificidades de cada região brasileira, de seu território, da sua história e da sua cultura.

(Brasil, 2018a, p. 562)

Ciências Humanas e Sociais e Interdisciplinaridade

Garantir um processo adequado de transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é um desafio que se impõe ao processo de formação escolar. Além da mudança do ciclo escolar, há, em marcha, a mudança da própria estrutura do Ensino Médio, como discutido anteriormente.

O tempo vivido pelo estudante no Ensino Médio é caracterizado por inquietudes que não são silenciosas; ao contrário, são bastante expressivas. É nessa vivência, caracterizada pela intensificação das questões existenciais, sociais e culturais próprias da adolescência, que os estudantes assumem novos compromissos e responsabilidades, constituindo seu modo de ser e estar no mundo. Dessa forma, a questão que se impõe à escola é: Como a escola pode contribuir para potencializar a vida dos jovens?

Para isso, uma possibilidade é apostar em uma educação intercultural, que significa pensar a organização do currículo escolar tendo como foco os estudantes, contemplando a aceitação e o respeito às diferenças e à diversidade cultural.

É importante considerar que a escola exerce um papel fundamental para a formação humana por meio de práticas educativas planejadas e intencionais. É essencial, nesse processo, incentivar os estudantes a exercitarem a autonomia, ou seja, o efetivo protagonismo, dando oportunidade à produção e à apropriação de saberes de forma crítica, incentivando os diálogos culturais e gerenciando as questões relacionadas ao universo do adolescente.

Assim, a escola se abrirá para a diversidade das culturas juvenis, buscando olhar, aproximar e sentir o outro em toda a complexidade da sua formação humana. Nesse aspecto, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas desempenham um papel essencial na educação da juventude, já que permitem investigar, analisar, identificar e observar de modo crítico o mundo e a sociedade, os papéis sociais, as dinâmicas de poder e outras características culturais que favorecem as percepções sobre a própria identidade e, também, as possibilidades de transformação social.

As Ciências Humanas em geral, muitas vezes, formularam conceitos globais e abrangentes, explicando a realidade, sem estabelecer limites muito rígidos entre o seu objeto e os objetos de outras ciências. Isso deixou como legado um vasto campo para tratamentos interdisciplinares.

Aponta-se, portanto, para a integração interdisciplinar sem perder de vista os conhecimentos disciplinares e estruturada em torno de objetivos comuns e do estudo de problemas concretos, que sirvam como temas integradores.

É possível, assim, estabelecer diálogos entre disciplinas e, ao mesmo tempo, mobilizar o conhecimento delas para o tratamento dos temas de forma interdisciplinar.

O desafio é construir uma prática pedagógica articulada em torno de objetivos construídos em conjunto por grupos de professores de diferentes disciplinas, que passam a ser estruturadores do trabalho pedagógico ao mobilizar os conteúdos de suas disciplinas que contribuam para a abordagem do tema escolhido.

A interdisciplinaridade é vivenciada pelo homem sempre que ele se apropria de algum conhecimento em suas relações com o mundo. O simples fato de acordar, trabalhar e interagir com outros indivíduos, e com isso alterar sua forma de pensar e de agir, constitui uma atividade interdisciplinar. As diferentes formas de conhecimentos que precisam ser acionadas no dia a dia correlacionam-se para que o ser humano possa aprimorar novas estratégias que facilitem sua vida.

(Giordani, 2000, p. 81)

Conforme o pensamento de Jean Piaget (1896-1980), citado por Giordani, a interdisciplinaridade é o movimento que a ciência faz em busca da produção de conhecimentos mais abrangentes. Embora aconteça no cotidiano, em relação ao conhecimento científico e à prática didática, esse movimento não é espontâneo, devendo fundamentar-se em um planejamento que deixe evidente sua intencionalidade.

Desse modo, espera-se que essa escola favoreça o desenvolvimento do conhecimento socialmente produzido e acumulado, aliado às propostas de flexibilidade, autonomia e protagonismo que se pretende desenvolver na formação dos estudantes. Assim, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas visam promover um processo de aprendizagem para a formação de cidadãos autônomos e capazes de fazer uso dos próprios conhecimentos para solucionar problemas de diversas naturezas ao longo da vida.

No Ensino Fundamental, a BNCC se concentra nos processos de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Para tanto, prevê que os estudantes explorem conhecimentos próprios da Geografia e da História: temporalidade, espacialidade, ambiente e diversidade (de raça, religião, tradições étnicas etc.), modos de organização da sociedade e relações de produção, trabalho e poder, sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo.

(Brasil, 2018a, p. 561)

Dessa forma, no Ensino Médio, torna-se possível ao estudante aprofundar e ampliar os conhecimentos, desenvolvendo a competência de articular informações e conhecimentos de forma argumentativa e dialogada.

Portanto, no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer **diálogos** – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao **domínio** de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos.

(Brasil, 2018a, p. 561-562)

A organização por área do conhecimento permite que o processo de ensino-aprendizagem seja abordado de forma contextualizada e aplicado à realidade, favorecendo a adoção de abordagens que se fundamentam na investigação de situações-problema e oportunizando o desenvolvimento de competências e habilidades que contribuam para a formação integral do estudante.

Nesse sentido, a integração ocorre entre os componentes curriculares, e a interdisciplinaridade se dá no diálogo, próprio e distinto, entre os saberes desses componentes, conforme a identidade e a especificidade metodológica de cada um. A concepção de área de conhecimento permite ao professor a percepção e a efetivação da docência pautada na forma mais ampla dos fenômenos humanos e sociais aplicados às práticas sociais.

Do ensino da Filosofia: estratégias interdisciplinares

A grande incumbência pedagógica da Filosofia é mostrar aos jovens o sentido de sua existência concreta. É assim que a Filosofia se torna formativa, na medida em que ela permite ao jovem dar-se conta do lugar que ocupa na realidade histórica de seu mundo, como ele se situa no seu contexto real de existência. Cabe à Filosofia, pois, ajudá-lo a compreender o sentido de sua própria experiência existencial, situando-a em relação ao sentido da existência humana em geral. Pode-se então dizer que o papel pedagógico da Filosofia, na condição de uma mediação curricular, é o de subsidiar o jovem aprendiz a ler o seu mundo e a se ler inserido nele. Eis por que se diz que se quer levar o aluno à reflexão, ao exercício do pensamento, à apreensão do sentido das coisas. [...]

Esse processo de transposição didática da Filosofia não pode ser visto separadamente de uma visão mais abrangente do processo formativo como um todo, tal como precisa se realizar também no Ensino Médio. Nesse contexto de escolaridade, Ciências e Filosofia têm uma tarefa comum, ao visarem à formação do adolescente no Ensino Médio: através do conhecimento, levá-los a uma compreensão mais conceitual do significado de sua existência concreta no contexto da existência mais abrangente do mundo natural, do mundo social e do mundo cultural. O próprio lado predominantemente técnico-institucional, profissionalizante, só faz sentido para o adolescente nesse contexto mais amplo. Assim, todo o currículo do Ensino Médio precisa voltar-se para esse objetivo intrínseco. Bem entendido não é só a que forma: são todas as disciplinas, assim como todas as demais práticas curriculares, tanto quanto o próprio contexto da convivência escolar que respondem, conjuntamente, pelo investimento na formação do estudante. O currículo atua como uma mediação, paralelamente à própria atuação do professor e todas as suas estratégias didático-pedagógicas. Por sua vez, o conhecimento se realiza mediante diversas modalidades de linguagens: a científica, a estética, a ética, a política, a epistemológica, a técnica etc., que constituem os discursos assumidos e praticados pelas diversas disciplinas. Com sua perspectiva de síntese, a Filosofia pode trabalhar conjuntamente com essas várias disciplinas, articulando suas linguagens e explicitando aquelas dimensões abordadas de modo especializado pelas Ciências. A interdisciplinaridade, para ser fecunda, pressupõe que também a Filosofia tenha, no currículo, o status de disciplina autônoma. [...]

As abordagens de cunho interdisciplinar vão referir-se, predominantemente, às situações do campo existencial concreto das pessoas e das sociedades, pois é nele que objetos, eventos e situações se apresentam marcados por uma complexidade mais qualitativa. [...]

Utilizando materiais comuns, desenvolvendo atividades conjuntas, debatendo temas de interesse recíproco, explorando interfaces, o trabalho didático pode ser feito de forma integrada, a partir de programações elaboradas e executadas de comum acordo, ponto a ponto ou por módulos de Filosofia, trabalhando sintética e simultaneamente as dimensões abordadas pelas Ciências. Essa atividade integrada tem uma utilidade de mão dupla – a abordagem de uma disciplina reforçando a de outra –, além de assegurar convergência e motivação de interesse por parte dos alunos.

(Severino, 2011, p. 82- 85)

O uso de novas tecnologias no ensino de Geografia

O uso de novas tecnologias aplicadas ao ensino de Geografia é uma necessidade cada vez mais presente na prática da educação escolar e o que levou o presente estudo a fazer uma reflexão sobre os meios de transportes aéreo e marítimo, com o uso dos recursos tecnológicos, disponíveis na internet: Google Maps, site das rotas dos aviões – Flightradar24 e rota dos navios – Marine Traffic, uma vez que no mundo contemporâneo as revoluções culturais e tecnológicas provocam incessantes mudanças nas organizações e no pensamento humano revelando um novo universo no dia a dia das pessoas, de forma muito rápida. Diante desta realidade se faz necessário repensar as práticas pedagógicas na sala de aula. O uso de recursos tecnológicos pode favorecer o aprofundamento de diversas disciplinas, em particular a Geografia, pois o estudo do espaço geográfico como hoje é entendido, requer a apropriação de métodos diversos para o seu entendimento. Nessa direção insere-se a cartografia digital com destaque para o Google Maps, uma ferramenta gratuita na internet, fornecida pela empresa Google, a qual disponibiliza um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélites da Terra. Desse modo, o ensino da Geografia, bem como de outras disciplinas, deve estar articulado com as ferramentas tecnológicas disponíveis na escola. [...]

Percebe-se que muitos recursos tecnológicos já se encontram nas escolas, no entanto, não se percebem as mudanças que os mesmos podem proporcionar, pois segundo Moran, “As tecnologias chegaram na escola, mas estas sempre privilegiaram mais o controle a modernização da infraestrutura e a gestão do que a mudança.” [...] Porém, acreditamos que essa realidade pode mudar, uma vez que as novas tecnologias podem contribuir com os professores na sua tarefa de transmitir conhecimento e desenvolver uma nova forma de ensinar, cada vez mais criativa e dinâmica, como aponta Archela: “A necessidade de procurar caminhos para trabalhar de uma forma mais criativa é tão importante para o professor quanto para os alunos” [...]. Tais recursos permitem trabalhar os conteúdos da Geografia, a exemplo da informática, que com o uso de programas computacionais e da internet, auxiliam o professor em seu trabalho. [...]

Um dos recursos tecnológicos de fácil acesso, gratuitamente, através da internet, é o Google Maps, uma ferramenta de pesquisa e visualização de mapas, desenvolvido pela empresa Google. Através deste aplicativo é possível a visualização de mapas de uma cidade ou do planeta como um todo, possibilitando ao usuário a localização de cidades, bairros, ruas e diferentes pontos geográficos com rapidez e facilidade. Sendo uma ferramenta que todo professor de Geografia tem que conhecer, pois facilita a compreensão da cartografia em diferentes escalas geográficas: planeta, continente, país, estado, cidade e bairro, possibilitando a visualização de imagens entre mapa, satélite e terreno. Também a criação de trajetórias e rotas entre pontos escolhidos pelos utilizadores. Outro aplicativo disponível no Google Maps é o Street View que permite a visualização de diversos locais do planeta por meio de fotos em 360 graus no nível da rua. Este recurso permite a exploração de áreas de cidades sem sair do local de origem. O Google Maps não foi desenvolvido para fins educacionais, mas é uma ferramenta de grande potencial para ajudar no processo ensino-aprendizagem da geografia. Vale salientar que as possibilidades que esta ferramenta apresenta para o ensino da Geografia são diversas.

(Oliveira, 2016, p. 3-8)

O compartilhamento de informações e os impactos no ensino de História

A escola não pode ignorar o fato de crianças e jovens terem acesso diariamente a todo esse conteúdo que circula nas redes sociais e nos meios de comunicação em suas casas ou outros espaços através [da] televisão, [de] smartphones, [de] tablets ou [de] outro equipamento transmissor e receptor de dados conectados à internet. [...]

Numa sociedade tecnológica, o educador assume um papel fundamental como mediador das aprendizagens [na medida em que] traz para dentro da sala de aula o debate, tomando esse espaço propício para a reflexão e a mudança de paradigmas frente aos desafios impostos pela realidade. Cabe ao professor analisar cuidadosamente os materiais encontrados e colocados à disposição dos seus alunos nas redes virtuais, compreendendo que os mesmos mecanismos que permitem a proliferação das notícias falsas podem ser desmascarados com idêntica rapidez.

É papel do professor/historiador analisar a fundo as informações que compartilha em suas redes sociais próprias e os conteúdos que compartilha seja através de seus espaços de interação virtuais ou na sala de aula, bem como utilizar aquilo que circula na internet com um objetivo pedagógico e não apenas como passatempo, promovendo o debate necessário acerca de determinadas posturas e posicionamentos. Nos últimos anos temos visto aumentar as manifestações de todo tipo de preconceito e ódio nas redes sociais. Em nome da liberdade de expressão, internautas, usuários e grupos intolerantes tem destilado veneno na rede e conquistado discípulos. A ignorância e a intolerância precisam ser combatidas. Merece a nossa atenção constante a questão dos memes sempre utilizarem imagens de personagens de atores e atrizes de novelas, filmes e seriados contemporâneos, políticos e personagens históricos para repassarem valores. A simbologia que esses personagens reiteram é relevante, uma vez que se produzem falas, comportamentos, atitudes que se tomaram sistemáticas e que passaram a construir significados na sociedade num determinado momento histórico. Em relação a isso, percebe-se que esses personagens integram o imaginário e ideário, permeado de ideologias, representando classes, demonstrando poder e hegemonia de determinados grupos em detrimento de outros. Produção de memes deve promover uma reflexão sobre o uso da imagem, a construção linguística, o conhecimento prévio, entre outros aspectos que são relevantes ao conhecimento do aluno e sua consciência crítica sobre o uso das linguagens. O professor não pode deixar de reconhecer que os memes disputam as memórias do que é de fato conhecimento histórico construído e sistematizado ao longo dos processos históricos. Mas, se os memes interferem nas aulas, sobretudo nas de história, isso de algum modo pode ser utilizado a favor delas. Essa nova forma de se comunicar e transmitir informações, dependendo da abordagem que for dada, pode render bons debates e aulas de história que assegurem na prática o cumprimento do seu caráter questionador. A disciplina de história é campo fértil para uma ação relevante sobre discussões do presente e na formação de cidadãos autônomos [...]. Refletir sobre as realidades vividas e as transformações, compreendendo o passado sem perder de vista as peculiaridades dos desafios atuais, é uma tarefa atribuída aos professores de história. E esse exercício deve ser feito com a consciência de que não se deve emitir juízo de valores. É necessário considerar as mentalidades próprias dos sujeitos envolvidos, dos períodos estudados e observá-los com lentes do presente.

(Bezerra, 2020, p. 4-11)

Conjugar conhecimentos: Sociologia, Antropologia e Ciência Política

[...] A obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nos currículos do Ensino Médio, espaço por excelência das ciências sociais que deve conjugar conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política – impele a Antropologia a construir um novo lócus para debate e a refletir sobre as questões referentes à Educação Básica. Agora, o ensino de conteúdos antes pensados apenas para o Ensino Superior deve também ser pensado para o Ensino Médio, apresentando desafios para os professores com essa formação, tanto no nível pedagógico quanto metodológico [...]

O ensino de Sociologia permite que a Antropologia e a Ciência Política, que embora não sejam disciplinas obrigatórias, possam fazer parte da formação e estejam presentes no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, é importante considerar o fato de a Antropologia fornecer elementos teórico-metodológicos para se pensar as sociedades atuais. A partir de noções como experiências culturais, rede de relações, papéis sociais e o processo de constituição das identidades sociais, pode-se compreender os contextos sociais, culturais, políticos e econômicos através dos constantes fluxos, dos hibridismos, do multiculturalismo, das novas identidades e sociabilidades contemporâneas, na maioria das vezes marcados por atitudes etnocêntricas e de diferenciações entre “nós” e os “outros”.

O papel da Sociologia, e conseqüentemente da Antropologia, na escola, está atrelado a uma formação para a cidadania e vivência com as diversidades, contribuindo para o desenvolvimento de competências cognitivas e culturais, levando em consideração os conhecimentos prévios dos jovens estudantes. Problemas como o reconhecimento da alteridade e das diversas formas de exclusão e desigualdades sociais, no Brasil e no mundo, podem ser abordados a partir de uma perspectiva socioantropológica [...]

Partimos do pressuposto de que a Antropologia, dentro da disciplina de Sociologia, pode ajudar alunos e professores da Educação Básica a conhecer, relativizar e pensar criticamente a diversidade e a desigualdade que conforma a realidade brasileira, desmistificando noções já naturalizadas e/ou especializadas. À Antropologia cabe a investigação sobre a especificidade do comportamento, da organização, dos valores, sentimentos e crenças das sociedades humanas, enfim, seu estilo de vida e cosmovisão.

Ancorados em metodologia própria, os antropólogos estão habilitados a oferecer interpretações de práticas culturais e de representações simbólicas específicas dos diferentes grupos sociais, proporcionando um olhar de alcance profundo sobre a vida em sociedade. Com esta finalidade, a coleta de dados empíricos, etnográficos, por meio do trabalho de campo, dos levantamentos de histórias de vida, depoimentos e entrevistas em profundidade, pesquisa documental de fontes primárias, secundárias e teóricas, permite interpretações de realidades que podem nortear antropologicamente as possibilidades de atuação de instituições, envolvendo os diferentes grupos sociais, culturais e políticos. [...] o ensino da Antropologia, através da disciplina de Sociologia, pode ajudar alunos e professores da Educação Básica a conhecer, relativizar e pensar criticamente a diversidade e a desigualdade que conformam a realidade brasileira, desmistificando noções já naturalizadas.

(Silva, 2021, p. 4-11)

Desenvolvimento de competências e habilidades

É esperado que os estudantes do Ensino Médio sejam capazes de: obter informações; comunicar-se; argumentar; compreender; agir; identificar problemas; fazer escolhas; propor soluções, entre outras competências ou qualificações. O trabalho com competências e habilidades, além de reforçar o aspecto interdisciplinar, estimula a autonomia, o protagonismo e o pensamento crítico dos estudantes, levando-os a um papel central como sujeitos do próprio aprendizado. Elencamos, a seguir, as competências específicas e as habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio (Brasil, 2018a, p. 571-579).

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS NO ENSINO MÉDIO: COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES

Competência específica 1

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Competência específica 2

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneas (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

(EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazios (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/bárbarie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

(EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

Competência específica 3

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

(EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.

(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.

(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

(EM13CHS305) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.

(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).

Competência específica 4

Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.

(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

Competência específica 5

Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

(EM13CH5502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CH5503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CH5504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Competência específica 6

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

(EM13CH5601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

(EM13CH5602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.

(EM13CH5603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

(EM13CH5604) Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.

(EM13CH5605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

(EM13CH5606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Estratégias e abordagem teórico-metodológica

Definir os pressupostos teóricos e metodológicos desta coleção implica considerações teóricas amplas e complexas. Por isso, neste manual, opta-se por fazê-lo a partir do diálogo entre a teoria e a prática. Assim, dialogando com a proposta dos documentos curriculares apresentados, propõe-se uma perspectiva intercultural, que se fundamenta na diversidade cultural e se contrapõe à condição colonial, ainda existente, mesmo depois da independência de países dos continentes americano, asiático e africano. Os fundamentos dessa posição estão na construção de posturas de valorização de diversas visões de mundo, no diálogo de saberes e na estreita relação entre teoria e prática.

O objetivo é potencializar o olhar para a realidade com o intuito de compreendê-la em sua totalidade e em sua complexidade. Por isso, as propostas de ensino e de aprendizagem têm como base a realidade dos educandos, sempre que possível problematizando-as e relacionando-as em níveis locais, regionais e mundiais. São fruto de realidades socioeconômicas, políticas e culturais diversificadas e complexas, que podem ser mais bem compreendidas de um ponto de vista interdisciplinar que rompa com a fragmentação do saber.

Para isso, a coleção propõe certa reordenação geopolítica do conhecimento, retomando a memória coletiva de povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, bem como de outras comunidades historicamente subalternizadas e invisibilizadas no trato oficial. Também assume uma postura crítica diante dos cânones, que devem ser conhecidos como repertório cultural, mas também debatidos e problematizados.

É importante considerar que o saber e a cultura precedem a ciência. É o saber acumulado, que circula social e culturalmente, que constrói a ciência. Assim, torna-se fundamental incentivar no estudante a reflexão sobre a relação entre seus conhecimentos prévios e o saber científico, além de estimular a alteridade, o relativismo cultural e o raciocínio próprio da ciência, abordando os aspectos metodológicos de uma pesquisa, por exemplo.

A proposta para o atual Ensino Médio tem como princípios pedagógicos a pesquisa e a interdisciplinaridade. Assim, ao longo dos volumes, enfatiza-se a metodologia de pesquisa, com a aplicação de técnicas e métodos diversificados para a construção do saber científico, reconhecendo que o conhecimento é desenvolvido e apreendido de maneiras diferentes e dinâmicas.

A pesquisa é um processo de questionamento da realidade, que propicia, a partir disso, a reconstrução e a resignificação do

conhecimento. Ter a pesquisa como princípio educativo contribui para que o estudante se torne sujeito dos processos de ensino-aprendizagem, possibilitando ao professor ser, cada vez mais, um orientador responsável por propor seu modo criativo de teorizar e praticar a pesquisa.

A diversidade cultural apresenta-se como um recurso para ampliar a visão da integridade humana, valorizando a divergência, o respeito e o compartilhamento na construção das práticas sociais e culturais.

Interculturalidade e decolonialidade

A educação é estratégica para a transformação social e, por isso, abordagens que incentivem a interculturalidade e a decolonialidade são importantes, seja no modo de pensar cotidianamente, seja em termos científicos. Mais uma vez, não se trata de rejeitar cânones, já que eles fazem parte de muitas identidades brasileiras, sul-americanas e ocidentais, mas de admitir outras matrizes de pensamento e de valorizá-las tanto quanto os cânones. Os resultados esperados, em última instância, são a valorização e o respeito aos conhecimentos e saberes da comunidade, assim como a conscientização acerca das responsabilidades individuais e coletivas sobre os espaços (físicos e culturais) onde se vive.

Portanto, sugere-se que, no planejamento docente, a busca pela decolonialidade da educação seja constante. Também se incentiva o ativismo social, desenvolvendo ações de colaboração intercultural, como a escuta do outro por meio de atividades didáticas como a criação de assembleias estudantis; a organização de rodas de conversa; o planejamento e a execução de exposições, entre muitas outras possibilidades. Em diferentes momentos da coleção, apresentam-se conteúdos que visam ressignificar os espaços tradicionais da escola, por meio de atividades que objetivam engajar a comunidade escolar, promovendo a ação protagonista dos estudantes, a mediação dos docentes e a participação de funcionários da escola, dos moradores do entorno e das famílias dos estudantes.

Para dar conta dessas escolhas, optou-se pela mobilização de **metodologias ativas**, com foco na **resolução de problemas** e no incentivo do **protagonismo juvenil**. Essa decisão reverbera tanto nos tipos de atividade propostos quanto nos contextos mobilizadores de aprendizagem. Ambos vão incentivar os estudantes a buscar os conhecimentos necessários para elaborar análises sobre os problemas apresentados e as ações possíveis para resolvê-los.

Metodologias ativas

O grande desafio deste início de século [XXI] está na perspectiva de se desenvolver a autonomia individual em íntima coalizão com o coletivo. A educação deve ser capaz de desencadear uma visão do todo – de interdependência e de transdisciplinaridade –, além de possibilitar a construção de redes de mudanças sociais, com a conseqüente expansão da consciência individual e coletiva. Portanto, um dos seus méritos está, justamente, na crescente tendência à busca de métodos inovadores, que admitam uma prática pedagógica ética, crítica, reflexiva e transformadora, ultrapassando os limites do treinamento puramente técnico, para efetivamente alcançar a formação do [...] ser histórico, inscrito na dialética da ação-reflexão-ação.

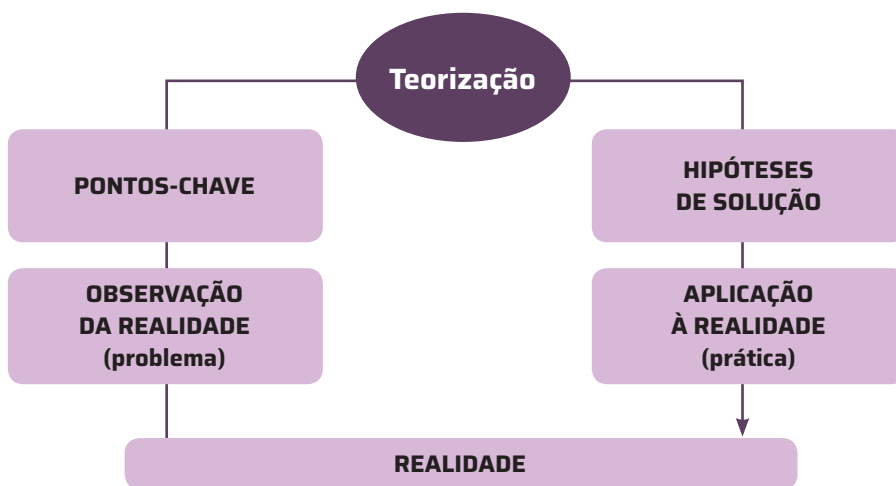
(Mitre, 2008)

O excerto acima assinala aspectos importantes das metodologias ativas, isto é, aquelas que fomentam práticas que não trazem ações em um plano ideal, e sim na realidade, nos espaços concretos, levando em consideração a pluralidade escolar e, também, a das comunidades brasileiras. Essas práticas, que

envolvem a organização de grupos de trabalho, a identificação de questões do cotidiano, o desenvolvimento de pesquisas, a sistematização das descobertas, a divulgação científica, o planejamento das ações e a transformação objetiva do entorno, possibilitam aos estudantes desenvolver habilidades e competências por meio da resolução de problemas que fazem parte de suas vidas, seja em nível individual, seja em diferentes níveis coletivos. O deslocamento do protagonismo da pesquisa, nesse caso, sai do conteúdo puro e simples e passa para o estudante-pesquisador, que vai em busca do conhecimento para solucionar questionamentos que lhe causam algum impacto.

Essas estratégias também fomentam a autonomia e a tomada de decisões conscientes por parte dos jovens, aspectos essenciais para a formação de cidadãos aptos a conduzir as transformações de mundo preconizadas pelos projetos políticos veiculados pela BNCC e pelos demais documentos nacionais e internacionais que as embasam.

A utilização de metodologias ativas para a resolução de situações-problema pode ser esquematizada com base no diagrama conhecido como **arco de Maguerez** - nome dado em alusão a seu desenvolvedor, o pesquisador francês Charles Maguerez -, apresentado a seguir:



Fonte de pesquisa: PRADO, Marta Lenise do *et al.* Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, mar. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452012000100023&script=sci_arttext. Acesso em: 11 set. 2024.

No diagrama, é possível observar que o trabalho para a resolução de determinada situação-problema necessariamente parte da realidade concreta e retorna a ela, seja na observação do problema, seja na aplicação de sua resolução. Esse processo, ancorado na realidade, contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes, bem como de sua autonomia e de seu protagonismo, além de valorizar as culturas juvenis e suas soluções inovadoras.

Nesta coleção, essas perspectivas ativas podem ser notadas desde a escolha dos grandes temas até os recortes estabelecidos para sua observação, análise e reflexão, especialmente nas propostas de pesquisa e ampliações oferecidas aos estudantes. As atividades, por exemplo, envolvem diferentes processos cognitivos, como a análise, a definição, a resolução e a comparação, com a finalidade de possibilitar ao estudante o desenvolvimento de um pensamento autônomo e metódico para a identificação e a resolução de problemas, favorecendo, assim, a análise de dados

de forma lógica e o reconhecimento de padrões e generalizações para aplicar esses processos na resolução de problemas diversos. Essa abordagem contribui, em parte, para que os estudantes adotem posturas mais éticas no uso das novas tecnologias da informática, como as computacionais, e mais conscientes quanto à lógica de seu desenvolvimento e funcionamento.

Assim, pretende-se incentivar essas abordagens no processo de ensino-aprendizagem, que não se encerra no livro didático, mas o extrapola, atingindo não apenas os atores diretos (estudantes e docentes), mas também a comunidade escolar. Há, também, uma preocupação com o desenvolvimento da capacidade dos modos de se expressar, argumentar e debater coerentemente. A seção *Práticas de texto*, por exemplo, aproxima-se dessa questão contribuindo para a formação de estudantes capazes de compreender a linguagem e as relações entre o que está explícito no texto e aquilo que, ao contrário, exige do leitor uma inferência, um pensamento, uma conclusão.

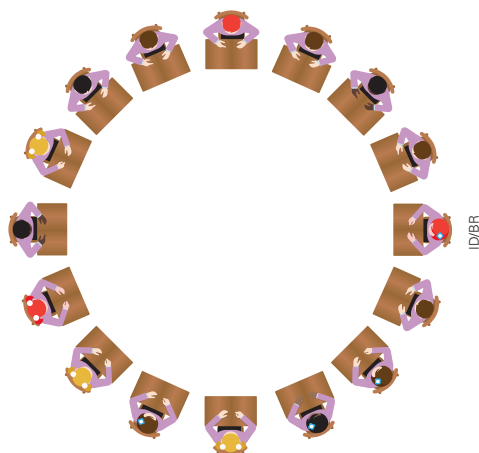
Formas de organização da turma

Pensar a escola é pensar em um espaço, pois é por meio das relações, reações, vivências e convivências nesses ambientes que professores e estudantes se formam juntos. A organização alternativa das carteiras em sala de aula tem como objetivo atender melhor às necessidades diversas dos estudantes, promover interações mais significativas e facilitar métodos de ensino mais dinâmicos e participativos.

As disposições em círculo ou em U, por exemplo, permitem que todos os estudantes se vejam e se ouçam claramente, facilitando a discussão em grupo, a colaboração e o compartilhamento de ideias. Isso não apenas enriquece a experiência de aprendizagem, mas também ajuda a desenvolver habilidades sociais e comunicativas essenciais para o sucesso dentro e fora da sala de aula. Outra possibilidade ideal para trabalhos em grupo ou projetos colaborativos com mais de quatro estudantes é organizar as carteiras em ilhas ou grupos menores para fomentar um ambiente mais cooperativo. Para atividades que exigem foco individual, como testes ou tarefas de escrita, uma disposição em filas ou em forma de L pode ser mais adequada para reduzir distrações e aumentar a concentração. Já a organização da sala em diferentes estações ou áreas, cada uma dedicada a uma atividade específica, estimula a autonomia dos estudantes, permitindo que se movimentem e escolham as atividades que desejam realizar. Observe a seguir a representação de algumas dessas disposições.

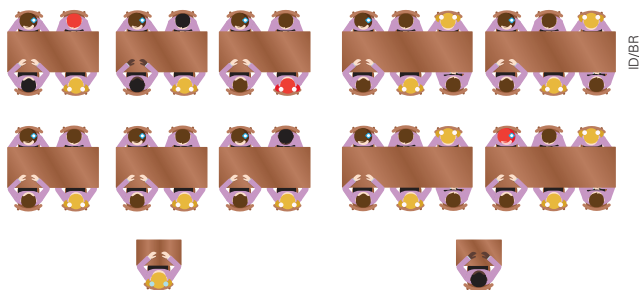
Círculo

Ideal para debates, discussões em grupo e atividades de compartilhamento.



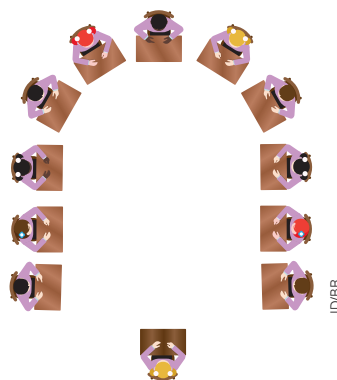
Grupos ou ilhas

Facilita a realização de projetos e atividades em grupo.



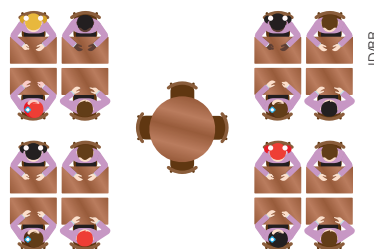
Formato em U

Recomendado para aulas expositivas, discussões e apresentações, permitindo uma boa interação com o professor.



Organização em estações

Ideal para aprendizagem baseada em centros de interesse, projetos e rotação por estações.



A flexibilidade na organização das carteiras permite que os professores adaptem o ambiente aos objetivos específicos de cada aula ou atividade. Essa adaptabilidade é crucial em um mundo educacional em constante mudança, onde as metodologias e abordagens pedagógicas estão sempre evoluindo para melhor atender às necessidades dos estudantes. Há ainda a possibilidade de utilizar espaços externos à sala de aula, de modo que os estudantes possam experimentar diferentes arranjos em um ambiente mais dinâmico e inclusivo.

Avaliação

Nas últimas décadas, foi se consolidando um referencial para a concepção de aprendizagem, com base nas contribuições teóricas da psicologia do desenvolvimento, que se fundamentaram nas pesquisas de Lev Vygotsky (1896-1934), de Jean Piaget (1896-1980) e de Henri Wallon (1879-1962), entre outros. Uma das principais hipóteses dessas linhas de pensamento é a de que o indivíduo constrói um conjunto de conhecimentos nas mais diversas situações vivenciadas, dentro e fora da escola, e leva esse repertório para o espaço educativo. Assim, o indivíduo passa a ser visto como sujeito ativo de seu conhecimento, na busca de responder às inúmeras interrogações colocadas pelo mundo que o rodeia.

Tal concepção altera radicalmente o papel do estudante - de mero receptáculo de conteúdos para protagonista na construção de seu conhecimento. Essa mudança de perspectiva impõe alterações na forma de avaliar o aluno, especialmente na compreensão de que a avaliação constitui um processo permanente, instaurado ao longo de todo o período letivo, e deve contemplar as múltiplas capacidades e habilidades desenvolvidas pelo estudante no trajeto educativo.

Os novos modelos de avaliação implicam o rompimento da ideia arraigada no imaginário escolar de que avaliação é sinônimo de prova. Os instrumentos de avaliação variam de acordo com a dinâmica da sala de aula. Sem perder de vista os objetivos específicos da disciplina, o professor pode avaliar os resultados de uma vasta gama instrumental, como: produção de textos sobre a análise de modelos ou hipóteses científicas ou de situações do contexto social; debates e rodas de conversa acerca de determinado tema dos conteúdos em estudo; produções artísticas resultantes da troca de ideias; registros escritos de experimentos laboratoriais; resoluções propostas para situações-problema variadas; relatos escritos sobre as dificuldades no aprendizado de certos conteúdos; entre outros.

A avaliação passa a ser também um objeto de investigação do professor, com potencial para produzir informações diagnósticas e qualitativamente indicativas sobre as transformações e os avanços na relação entre o grupo de estudantes, o professor e o sistema didático-pedagógico adotado. Hoffmann (1993-1995) propõe três momentos distintos de avaliação: a **avaliação diagnóstica**, ou **inicial**; a **avaliação contínua**, ou **formativa**; e a **avaliação final**, ou **somativa**.

Nas abordagens pedagógicas em que os estudantes são concebidos como indivíduos que constroem o conhecimento dentro e fora da escola, é adequado, na introdução de cada novo tópico, realizar um levantamento do que eles já sabem, com o objetivo de possibilitar-lhes tomar consciência das concepções que já têm sobre o assunto em foco e facilitar ao professor a identificação dos limites das soluções que propõem para construir argumentos que conduzam à compreensão do tópico científico estudado. É a avaliação diagnóstica. Além das questões de abertura de capítulo, dedicadas a esse propósito, isso pode ser feito ao introduzir a unidade ou em outro momento que o professor considere oportuno.

A avaliação pode ser também um instrumento para o professor repensar seu planejamento. Nesse caso, é importante não se restringir a um momento final da etapa de aprendizado, quando já não há mais tempo de redirecionar o trabalho nos pontos necessários. É com esse objetivo que se propõe uma avaliação contínua ou formativa: momentos variados de avaliação ao longo do processo de ensino e aprendizado, que possibilitem aos estudantes tomar consciência de suas dúvidas, dificuldades e avanços e ao professor perceber se suas escolhas didáticas foram adequadas.

O término de uma sequência didática é o momento adequado para a avaliação final – também conhecida como somativa. Objetiva-se, com ela, sobretudo, perceber se os objetivos propostos inicialmente foram atingidos, se houve de fato aprendizado, se é possível dar prosseguimento ao processo de ensino ou se há necessidade de revisão e/ou de complementação.

Além desses modelos avaliativos, é importante também destacar estas avaliações:

- **avaliação comparativa:** utilizada para comparar o desempenho de diferentes grupos de estudantes ou de um grupo de estudantes em diferentes momentos. O objetivo da avaliação comparativa é analisar diferenças no desempenho entre grupos de estudantes (como diferentes turmas ou escolas) ou, ao longo do tempo, entender tendências e efetividade de métodos de ensino.
- **avaliação ipsativa:** empregada para comparar o desempenho atual de um estudante com seu desempenho anterior. Ela pode ser utilizada para manter registros das avaliações dos estudantes ou pedir a eles que façam autoavaliações e estabeleçam metas de aprendizagem, revisando essas metas periodicamente para monitorar seu progresso pessoal. O objetivo principal

da avaliação ipsativa é focar no progresso individual e na melhoria contínua dos estudantes, incentivando o desenvolvimento pessoal.

Outro aspecto importante para a formação do estudante é o incentivo à autoavaliação. Esse processo ajuda o estudante a tornar-se responsável pelo próprio processo de aprendizado, pois a autoavaliação subsidia o desenvolvimento de estratégias metacognitivas. Tais estratégias são entendidas como a capacidade do ser humano de monitorar o que é percebido, julgar o que é aprendido, ou o que precisa aprender, e prever as consequências das ações futuras.

Neste manual, procuramos oferecer, nas orientações específicas de cada unidade, uma série de subsídios e de estratégias que possibilitam ao professor conduzir, da melhor maneira, a avaliação dos estudantes.

Avaliação e novos paradigmas educacionais

Ao seguir o paradigma de uma aprendizagem centrada em conteúdos – e pressionada pela necessidade de medir, de forma objetiva, o “sucesso” ou o “fracasso” de seus estudantes –, a escola tradicional perpetuou um modelo de avaliação de caráter classificatório, seletivo e frequentemente punitivo, que deixa de lado aspectos importantes (hoje entendidos como centrais) do processo educacional, como a aquisição de competências e habilidades e a construção de valores e atitudes.

Em decorrência do entendimento atual sobre como se processa a aprendizagem, surge a necessidade de romper com essa concepção de avaliação. O “erro” deve ser encarado como parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem, visto que ele é uma evidência dos processos mentais por meio dos quais os estudantes experimentam a realidade, formulam hipóteses sobre o seu objeto de estudo, confrontam-nas com as hipóteses de seus pares, reestruturam-nas e criam concepções que devem ser aplicadas à realidade. Quando visto dessa forma, o “erro” – e também um “acerto” – não é mais do que um elemento que ajuda a compor o diagnóstico do professor sobre as aprendizagens de seus estudantes, sinalizando a necessidade de repensar seu planejamento, de experimentar outras estratégias de ensino-aprendizagem e de realizar de forma mais próxima a gestão da aprendizagem de um estudante. A avaliação, nessa perspectiva formativa, significa saber em que ponto está o estudante e o que é preciso ser feito para encaminhá-lo ao que se pretende.

Um dos instrumentos mais importantes para operacionalizar essa forma de avaliação é o estabelecimento de objetivos de aprendizagem claros e passíveis de ser aferidos. Sobre habilidades e competências, é necessário cuidado especial para traduzir em notas ou conceitos a relação entre os objetivos estabelecidos para a aprendizagem e aquilo que os estudantes demonstram como conhecimento efetivamente construído. Esses objetivos devem ser traçados considerando-se o programa de ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e seus componentes curriculares como um todo, mas, idealmente, devem ser subdivididos em objetivos parciais, para que seja possível transformar a avaliação em uma prática processual. Para ser produtiva, a avaliação deve ser dialógica, valorizando igualmente atividades individuais e coletivas, atividades de avaliação do professor, entre pares e autoavaliação. A troca de experiências entre professores da área pode ser valiosa para a busca de alternativas, bem como partilhar situações de ensino e aprendizagem bem-sucedidas e buscar subsídios teóricos e metodológicos para reorientar a prática, quando necessário.

Organização e estrutura da obra

Esta coleção está organizada em quatro volumes únicos: Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Cada volume é composto de 6 ou 8 unidades, constituídas de 2 a 4 capítulos e uma proposta de projeto que mobiliza práticas de trabalho colaborativo em grupo.

Os textos didáticos são complementados por itens iconográficos e cartográficos, organogramas e textos citados de diferentes tipos (letras de música, poesias, excertos de artigos acadêmicos, notícias, textos de divulgação científica, trechos de romances de segmentos diversos, entre outros). Os capítulos e as unidades apresentam as seguintes seções e boxes:

Seções

- **Abertura de unidade:** Em página dupla, a abertura apresenta uma imagem de impacto que, além de despertar o interesse dos estudantes, sugere pistas sobre o assunto a ser discutido na unidade. Nessa seção, também são propostas questões e reflexões para o levantamento do conhecimento prévio da turma sobre o tema a ser trabalhado.
- **Abertura de capítulo:** Marca o início da abordagem dos contextos abordados no capítulo. O desenvolvimento dessa abordagem conta com texto didático, acompanhado de imagens, tabelas, mapas, notícias, poesias, letras de música, entre outros recursos. Na abertura de capítulo, há ainda questões, cujo objetivo é chamar a atenção dos estudantes para os assuntos propostos e realizar uma investigação inicial sobre aspectos relacionados à comunidade onde vivem.
- **Atividades:** Ocorre ao final de cada capítulo. O conjunto de atividades proposto aprofunda e/ou amplia os diálogos realizados no capítulo, contribuindo para o desenvolvimento das competências e das habilidades selecionadas. O conjunto dessas atividades possibilita, portanto, estabelecer relações entre os tópicos tratados e avaliar o conhecimento adquirido.
- **Ampliando:** Aborda textos científicos ou de circulação social relacionados aos temas do capítulo e da unidade. As atividades propostas na seção buscam ampliar as possibilidades de leitura suscitadas pelos textos apresentados.
- **Práticas de texto:** Apresenta e analisa um gênero textual relacionado aos assuntos da unidade e propõe a elaboração de diferentes gêneros (escritos, orais, digitais), com o intuito de capacitar a construção de argumentos, conclusões e opiniões de maneira qualificada e com respeito às colocações dos outros. A seção pode contar com um texto introdutório que contextualiza o gênero ou a linguagem em questão. A seção tem como objetivo ressaltar o trabalho com o gênero textual, em ação interdisciplinar com o componente curricular Língua Portuguesa.
- **Práticas de pesquisa:** Propõe atividades de caráter investigativo, voltadas à aplicação organizada e orientada de metodologias e procedimentos de pesquisa com o objetivo de aprimorar a investigação e o raciocínio científico. Além disso, sistematiza o compartilhamento dos resultados obtidos na pesquisa, trabalhando variados modos de apresentação na comunicação das investigações e de suas conclusões. A seção está estruturada em etapas: “Para começar” (contextualização da proposta); “O problema” (questão a ser investigada); “A investigação” (indicação da prática de pesquisa); “Procedimentos” (texto instrucional de como realizar a atividade); “Questões

para discussão” (indagações relacionadas ao modo como a atividade foi realizada e de que maneira os resultados foram obtidos); e “Comunicação dos resultados” (orientação a respeito do compartilhamento do conhecimento produzido).

- **Representações:** (Especial em Geografia) Trabalha a alfabetização cartográfica, não se restringindo somente aos elementos tradicionais.
- **Estúdio filosófico:** (Especial em Filosofia) Apresenta breve biografia de pensadores com lista de suas obras principais e textos relevantes para a Filosofia.
- **Estúdio de História:** (Especial em História) Trabalha procedimentos do ofício do historiador.
- **Estúdio do Pensamento Social:** (Especial em Sociologia) Apresenta breve biografia de pensadores e textos de destaque da Sociologia, da Antropologia ou de Ciência Política.
- **O que aprendi:** É uma autoavaliação. Com base em perguntas e elementos visuais, o estudante faz uma autoavaliação com a possibilidade de relacionar os temas estudados.
- **Para ir além:** Sugere materiais que extrapolam o livro, propiciando aos estudantes a ampliação e o aprofundamento do tema proposto. São indicados livros, sites, filmes, etc. Sempre que oportuno, o professor pode partir das sugestões indicadas nessa seção para promover encontros de leitura em bibliotecas, visitas virtuais a museus e outras instituições ou organizar sessões para exibição dos vídeos ou filmes sugeridos. A seção aparece ao final de cada unidade.
- **Projeto:** A obra apresenta um projeto final, no qual os estudantes desenvolvem um produto relevante para a comunidade, em busca de um bem coletivo. A realização do projeto é um dos principais momentos de protagonismo do estudante. A ideia é que ele seja desenvolvido ao longo do trabalho com o volume, respeitando o planejamento do professor.
- **Transcrições dos áudios:** Neste Manual do Professor, as transcrições dos áudios (*podcasts*) se encontram no final do Livro do Estudante.
- **Bibliografia comentada:** Para ampliar as possibilidades de pesquisa e aprofundamento dos estudantes em relação às bases de referência utilizadas na elaboração dos materiais oferecidos, é disponibilizada uma bibliografia comentada em cada volume.

Boxes

- **Ação e cidadania:** Promove o diálogo sobre as atitudes cidadãs, valorizando exemplos atitudinais relacionados aos temas contemporâneos transversais com o objetivo de promover melhorias sociais, ambientais e culturais, entre outras.
- **Interação:** Por meio de atividades, proporciona um momento de análise do tema abordado, chamando a atenção, sempre que possível, dos estudantes para as relações entre suas vidas e o tema abordado.
- **Reflexão:** É uma ampliação do tema abordado, sempre acompanhada de questões que incentivam os estudantes a retomar os conteúdos e a refletir sobre eles.
- **Objetos digitais:** A obra apresenta, em sua versão digital, doze objetos digitais para cada volume, totalizando 36 na coleção. São *podcasts*, vídeos, carrosséis de imagens, mapas clicáveis e infográficos clicáveis, que podem ser localizados pelo sumário, presente no início do Livro do Estudante, ou ao longo dos capítulos, por meio deste ícone:



SUGESTÃO DE CRONOGRAMA

Apresentamos, a seguir, uma sugestão de distribuição dos conteúdos propostos neste volume em bimestres, trimestres e semestres, ao longo dos três anos previstos para o Ensino Médio. Entretanto, sabemos que o dinamismo do contexto escolar exige uma prática docente que se flexibilize diante dos desafios que surgem ao longo do ano letivo. Assim, essa sugestão tem o objetivo de nortear sua prática pedagógica de maneira que você possa adaptá-la à sua realidade escolar e ao projeto pedagógico desenvolvido na instituição de ensino em que leciona.

UNIDADE	CAPÍTULO	1º ANO			
		1º semestre		2º semestre	
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	
		1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre
1. O estudo da sociedade	1. A produção do conhecimento sobre a sociedade				
	2. A relação entre indivíduo e sociedade				
2. Cultura, diversidade e resistência	3. O que é cultura?				
	4. Dominação e resistência				
3. Arte e bens culturais: ideologia e massificação	5. Ideologia e indústria cultural				
	6. Arte, cultura e estética				
4. Relações de poder e resistência	7. Estado, poder e controle social				
	8. Mecanismos de ação coletiva e movimentos sociais				
5. Estratificação, desigualdades e violências	9. Estratificação e desigualdade social				
	10. Desigualdade e violência				
6. Desigualdade racial e justiça social	11. Desigualdade racial				
	12. Justiça social				
7. Sociedade contemporânea e mundo do trabalho	13. Sociedade contemporânea: teorias sobre modernidade				
	14. Trabalho: categoria histórica e social				
8. Sociedade, mundo digital e ambiente	15. Sociedade e informação na era digital				
	16. Sociedade e ambiente				
Projeto	Dossiê sociológico - Diversidade e identidade no Brasil contemporâneo: um olhar sobre preconceitos e discriminações				

QUADROS DE CONTEÚDOS DA COLEÇÃO

Volume de Filosofia

Unidade	Capítulo	Conteúdos
1 Ser no mundo	1. Afinal, o que significa ser humano?	<ul style="list-style-type: none"> O ser e o estudo do ser (ontologia). O ser humano e a condição humana. O processo de individuação. Debate sobre a pluralidade do ser humano. O sujeito em Simone de Beauvoir. O fichamento de uma leitura.
	2. Um mundo pós-moderno	<ul style="list-style-type: none"> Debate sobre as definições de pós-modernidade. Desafios da pós-modernidade. Sujeitos pós-modernos. Interseccionalidade e lugar de fala. Empoderamento e apropriação. O lugar de fala em Djamilia Ribeiro. O imperativo do desempenho na pós-modernidade.
	3. Juventude plural	<ul style="list-style-type: none"> Debate sobre geração e o conceito de juventude. Jovens como sujeitos sociais. Múltiplas culturas juvenis. Juventude e a busca por autenticidade. Juventude e participação social. Conselhos à juventude em Nietzsche. A felicidade como problema filosófico.
2 Em busca da verdade	4. Onde está a verdade	<ul style="list-style-type: none"> Debate filosófico e diferentes percepções sobre o que é a verdade. Características das correntes do pensamento relacionadas ao positivismo, ao relativismo e ao perspectivismo. Reflexão acerca do fenômeno da pós-verdade. A verdade em Marilena Chauí. A escrita de uma carta do leitor.
	5. Desenvolvimento do pensamento ocidental	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da ideia de razão na Grécia Antiga. Discussão acerca do negacionismo científico e do cientificismo na contemporaneidade. Desenvolvimento da filosofia na Antiguidade greco-romana. A razão em Descartes. Viés de confirmação.
	6. Ciência ocidental moderna	<ul style="list-style-type: none"> Panorama histórico sobre as universidades e a importância delas para o desenvolvimento científico contemporâneo. Desenvolvimento de metodologias científicas e das áreas do conhecimento (Iluminismo científico). Noções sobre os métodos científicos das ciências humanas, das ciências exatas e das ciências da natureza. O método científico em Kant. Construção e uso de amostragens sobre a identificação de <i>fake news</i>.
3 Diversidade epistemológica	7. Conhecimentos tradicionais e suas tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> Conceito de epistemologia e noções sobre a diversidade de saberes. Reflexão sobre o conceito de etnocentrismo. Filosofia da tecnologia. Etnomatemática e tecnologias de comunidades tradicionais. O conhecimento em Derrida. O etnocentrismo e a eugenia.
	8. Os mitos e o conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> Definição e reflexão sobre os mitos como repertório de conhecimentos de uma sociedade. Relações entre as mitologias e a política. Concepções religiosas das mitologias. Estudos de caso: budismo, xintoísmo e tradições suailis. Discussão sobre mitos no mundo contemporâneo (influência, reinterpretação e criação). Os mitos em Platão. Desenvolvimento de um relato oral de experiência.
	9. Experiências comunitárias	<ul style="list-style-type: none"> Estudos de caso de conhecimentos e tecnologias tradicionais: medicina guarani; profetas da chuva no Ceará; pescadores de Iguape (SP). A importância da oralidade como registro dos conhecimentos tradicionais. Conscientização sobre a preservação das técnicas e tecnologias tradicionais como alternativas sustentáveis. A decolonialidade em Nelson Maldonado-Torres. Estudos de caso: relações entre o uso das redes sociais e o poder de escolha dos indivíduos expostos a elas.

Unidade	Capítulo	Conteúdos
4 Viver coletivo	10. Ser em sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Debate sobre o viver coletivo e a vida em sociedade. • Diferentes tipos de sociedade. • Convencionalismo e pactos sociais. • A prática social. • Reflexão sobre transformações sociais e o bem viver. • A meritocracia em Michael Sandel. • A escrita de um manifesto.
	11. Política: um conceito amplo e plural	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do debate político na atualidade. • O conceito de política. • O fazer político e a política no cotidiano. • Novos agentes políticos. • Religião e política. • O fenômeno político em Habermas. • Ecofeminismo, política e teologia da libertação.
	12. Nós somos o Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Debate sobre algumas formas de pensar o Estado. • O Estado no Brasil contemporâneo. • A democracia na atualidade. • Riscos à democracia. • Totalitarismo em Hannah Arendt. • Elaboração de um dicionário de conceitos políticos.
5 Bioética: dilemas e responsabilidades	13. Padrões de beleza: diálogos sobre estética	<ul style="list-style-type: none"> • Debate sobre o conceito de beleza (concepções filosóficas e panorama histórico). • Estudos de caso: modificações corporais e diferentes formas de expressar a identidade por meio da aparência física. • Conceito de bioética. • Problematização da relação entre consumismo e desenvolvimento tecnológico. • Conceito de estética. • O belo em Hegel.
	14. Saúde e controle do corpo	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos de biopolítica, biopoder e necropolítica. • A importância da medicina e dos cuidados com a saúde mental. • O controle dos corpos por meio da saúde (conscientização e problematização sobre os padrões de beleza). • As redes sociais e o controle dos corpos. • A Revolta da Vacina (panorama histórico e problematização). • Direitos da população negra em Sueli Carneiro. • Produção de um <i>podcast</i>.
	15. Inteligência artificial	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de inteligência artificial no cotidiano. • Estudos de caso: algoritmos e automatizações. • Aspectos da filosofia da inteligência artificial. • Principais dilemas éticos da inteligência artificial. • A consciência em John Searle. • Inteligência artificial e linguagem. • Análise de postagens em mídias sociais sobre como se espera que seja construído o corpo saudável.
6 Tecnologia e sustentabilidade	16. Natureza e o ser humano	<ul style="list-style-type: none"> • As relações entre periodizações históricas e o desenvolvimento tecnológico. • Panorama sobre as revoluções industriais. • Conceito de sustentabilidade. • A tecnologia em Heidegger. • Elaboração de uma resenha.
	17. Direito à cidade	<ul style="list-style-type: none"> • Debate sobre a relação entre Filosofia e cidade. • O exercício da cidadania plena em contextos urbanos. • Diálogo sobre o conceito de sustentabilidade aplicado aos modos de vida urbanos. • Estudos de caso: eficiência energética nas cidades e coleta seletiva. • A utopia em Thomas More. • Arquitetura e sustentabilidade.
	18. Agroecologia: possibilidades de futuro	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de agroecologia e suas possibilidades para a melhoria das cadeias produtivas (benefícios sociais e ambientais). • A aliança entre conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais nas práticas da agroecologia. • Estudo de caso: agroecologia em comunidades quilombolas. • Impactos ambientais da produção de elementos (foco na emissão de gases que causam o efeito estufa). • A ecologia profunda em Arnes Naess.
Projeto Simpósio filosófico	A Filosofia na prática	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento, produção e participação de um simpósio de Filosofia na prática.

Volume de Geografia

Unidade	Capítulo	Conteúdos
1 Mundo globalizado	1. Formação do mundo capitalista	<ul style="list-style-type: none"> O renascimento comercial e urbano e as Grandes Navegações, com destaque para as inovações técnicas e a cartografia. As revoluções industriais e suas particularidades produtivas. Capitalismo industrial, capitalismo financeiro e as características do sistema capitalista. A Divisão Internacional do Trabalho e sua influência na organização do espaço geográfico.
	2. Globalização	<ul style="list-style-type: none"> Os principais fundamentos e atores da globalização. A concentração do capital, com destaque para a situação do Brasil. A globalização financeira e a oscilação entre crescimento e crise. Aspectos controversos da globalização, desigualdade social e a relação entre integração econômica e fragmentação cultural. Organizações não governamentais e movimentos antiglobalização.
	3. Comércio mundial	<ul style="list-style-type: none"> O comércio internacional e o fluxo de mercadorias. As guerras comerciais. A disputa entre Estados Unidos e China. As atividades ilegais e a globalização, com ênfase nos fluxos comerciais do narcotráfico. A formação de blocos econômicos. Análise da situação brasileira no comércio internacional. Análise documental sobre o comércio exterior brasileiro.
2 Indústria, campo e cidade no mundo contemporâneo	4. A atividade industrial	<ul style="list-style-type: none"> As indústrias e seus fatores locais. Mudanças e inovações na indústria. Panorama atual da indústria no mundo e distribuição da atividade industrial. As grandes indústrias globais e a indústria no Brasil.
	5. O mundo rural	<ul style="list-style-type: none"> Transformações no campo. A diversidade no mundo rural. Diferentes tipos de agricultura e de sistemas de produção agrícola. A agropecuária no mundo. A agricultura e pecuária no Brasil. Impactos ambientais da atividade agropecuária e práticas sustentáveis.
	6. A urbanização	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos dos processos de urbanização nos séculos XX e XXI. Expansão espacial nas cidades, com destaque para as metrópoles, megalópoles, megacidades e cidades globais. Problemas sociais e ambientais das cidades. Urbanização no Brasil, hierarquias, redes urbanas e o processo de metropolização. Estudo de caso sobre o papel das incubadoras e das aceleradoras no desenvolvimento empresarial e industrial no mundo contemporâneo.
3 Mundo do trabalho	7. O que é trabalho?	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho, técnica e transformação da natureza. O Trabalho em diferentes sociedades. O trabalho ao longo da história no mundo ocidental. O trabalho na sociedade capitalista, análises de Durkheim, Marx e Weber. Dimensões cultural e simbólica do trabalho.
	8. O mundo do trabalho na sociedade contemporânea	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças no mundo do trabalho. Os modelos fordista e toyotista e a sociedade do conhecimento pós-industrial. O trabalho informal, a terceirização e a precarização do trabalho. As relações de trabalho no campo brasileiro. As mulheres no mercado de trabalho e as desigualdades étnico-raciais e de gênero. A juventude no mercado de trabalho e o cooperativismo. O desemprego no Brasil, futuras profissões e a legislação trabalhista. Análise documental (princípios de análise do discurso) sobre as mulheres no mercado de trabalho em diferentes contextos históricos.
4 Natureza, recursos e sustentabilidade	9. Natureza, recursos naturais e energéticos	<ul style="list-style-type: none"> Teoria da tectônica de placas. Formação de rochas. Recursos: naturais, minerais, vegetais, energéticos e matriz energética. Fontes de energia renováveis e não renováveis. Estrutura geológica e recursos minerais do Brasil. Recursos hídricos.
	10. Relevo e hidrografia	<ul style="list-style-type: none"> Agentes internos e externos do relevo. Formação e degradação dos solos. Características do relevo brasileiro. Bacias hidrográficas. Ciclo da água. Poluição hídrica em continentes e oceanos.
	11. Dinâmica climática	<ul style="list-style-type: none"> Elementos e fatores do clima. Circulação geral da atmosfera. Climas no mundo e no Brasil. Mudanças climáticas. Impactos da exploração de recursos e da agropecuária. Poluição atmosférica.
	12. Formações vegetais e sustentabilidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Formações vegetais no mundo e no Brasil. Desmatamento e desertificação. Segurança alimentar. Sustentabilidade, comunidades tradicionais e conferências mundiais sobre o meio ambiente.

Unidade	Capítulo	Conteúdos
5 Fronteiras e territórios	13. Estado, território e fronteira	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos de fronteira, território e Estado. • A relação entre Estado, nação e território nacional. • Fronteiras e diferentes tipos de limite. • O papel do Estado na gestão, na organização e no desenvolvimento do território.
	14. Território e cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Relações entre território e cultura, considerando as dinâmicas sociais. • Diversidade e trocas culturais, destacando o papel da globalização no processo de homogeneização cultural. • Conflitos e disputas territoriais, abordando o papel do etnocentrismo em conflitos ao longo da história. • Consideração sobre as desigualdades socioeconômicas no Brasil. • Relação entre território, identidade e pertencimento e os patrimônios culturais.
	15. Fronteiras: abertura e redefinição	<ul style="list-style-type: none"> • Diferentes tipos de fronteira: culturais, sociais, econômicas e de informação. • O mundo sem fronteiras do capital transnacional. • Migração irregular. • Entrevista semiestruturada sobre fronteiras sociais e culturais na comunidade. • Comunicação dos resultados: organização de uma apresentação oral com programa de apresentação de <i>slides</i> e posterior publicação das entrevistas autorizadas em <i>podcast</i> ou no <i>site</i> da escola.
6 Geopolítica, conflitos e transformações territoriais	16. Território: conflitos e transformações no século XX	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de território e expansão territorial. Nação e território. • Disputas e transformações territoriais entre nações. • Grandes conflitos e reorganização do espaço mundial. • Guerra Fria e fim da União Soviética. • Relação entre os conflitos no continente africano e o imperialismo europeu.
	17. Potências geopolíticas internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Formas de atuação e influência das principais potências nacionais geopolíticas: Estados Unidos, China, União Europeia e Japão. • Potências regionais: Rússia, Índia, África do Sul, Brasil.
	18. Conflitos no século XXI	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos na América Latina, África, Europa, Ásia e Oceania. • Conflitos na Europa, com destaque para a Guerra da Ucrânia. • Conflitos na Ásia e na Oceania, com destaque para o Oriente Médio. • Atuação dos organismos internacionais na resolução de conflitos. • Conflitos por acesso a recursos hídricos.
7 Território brasileiro	19. Formação territorial do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de formação territorial do Brasil, abordando os povos originários e o processo de colonização. • Relação entre ciclos econômicos e formação, ocupação e organização do território brasileiro. • Redes e sistemas de transporte e integração do território. • A influência da diversidade paisagística na ocupação do território.
	20. Território e territorialidades no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Diferentes territorialidades que compõem o Brasil. • Territorialidade ambiental e Unidades de Conservação, enfatizando os riscos e as ameaças a que estão sujeitas.
	21. Conflitos territoriais no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos no território brasileiro. • Conflitos com países europeus durante o período colonial. • Conflitos territoriais do Brasil com outros países da América do Sul. • A crise da Venezuela e o fluxo de imigrantes e refugiados venezuelanos para o Brasil. • Fechamento de fronteiras durante a pandemia de covid-19. • Conflitos rurais e urbanos no Brasil. • Observação participante sobre territorialidades juvenis e a ocupação dos espaços públicos.
8 Dinâmicas populacionais	22. A população mundial	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento da população mundial e dinâmicas e taxas demográficas. • Transição demográfica e estrutura da população.
	23. Migração	<ul style="list-style-type: none"> • Migrações ao longo do tempo e os fatores que as influenciam. • Migrações em diferentes regiões, com destaque para Europa e Estados Unidos. • Refugiados e deslocados internos.
	24. O Brasil: população e fluxos migratórios	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura étnica e dinâmica populacional. • Educação no Brasil. • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). • Imigração no Brasil. Migrações internas ao longo do tempo. • Emigração de brasileiros. O Brasil como rota de imigrantes e refugiados.
Projeto Portal de Geografia	Dimensão étnico-racial no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento, elaboração e exposição de infográficos temáticos sobre a dimensão étnico-racial brasileira.

Volume de História

Unidade	Capítulo	Conteúdos
1 A formação dos Estados	1. O Estado no cotidiano	<ul style="list-style-type: none"> • Presença do Estado no dia a dia, com foco em transporte, saúde e educação. • Formação da humanidade e os processos evolutivo e de sedentarização dos seres humanos. • Processo de formação dos Estados em diferentes Antiguidades (na América, na África e no Oriente Médio). • Relação entre a educação e o projeto de sociedade no mundo contemporâneo. • O ofício do historiador na perspectiva de Marc Bloch.
	2. Governo e Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Principais diferenças entre Estado e governo. • Papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas. • Diferenciação entre público e privado na Grécia Antiga e no Brasil contemporâneo. • Formação da democracia na Antiguidade grega e principais características da democracia representativa no Brasil contemporâneo. • Definição dos três poderes no Brasil. • Conceito de <i>res publica</i> na Roma Antiga e principais características da república no Brasil contemporâneo.
	3. Estado: o dono da força	<ul style="list-style-type: none"> • Debate sobre o porte de armas e de munições no Brasil contemporâneo. • Panorama social da Europa Ocidental durante a Idade Média. • Processo de centralização do poder no Estado moderno. • Principais pensadores do contratualismo e os desdobramentos dessas ideias nos pactos sociais atuais. • Debates sobre os direitos humanos (panorama histórico e principais aspectos). • Pesquisa-ação sobre democracia na escola. • Comunicação dos resultados: organização de um <i>blog</i> para a divulgação da pesquisa.
2 Estado em transformação	4. Direitas e esquerdas	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos políticos de direita, centro e esquerda na contemporaneidade. • Processos da Revolução Francesa (investigação dos valores da revolução e seus impactos nos projetos políticos do mundo contemporâneo). • Contextos sociais das revoluções industriais e as inovações tecnológicas. • Revolução Russa e a formação da União Soviética.
	5. Estado-nação: quem tem direito?	<ul style="list-style-type: none"> • Migrações contemporâneas na Europa e seus dilemas em relação ao nacionalismo. • Conceito de nacionalismo e seus desdobramentos. • Haitianos no Brasil atual. • Teoria do liberalismo econômico. • Imperialismo europeu nos continentes africano e asiático. • Estudo de caso: povos indígenas no Brasil. • Conceitos de curta, média e longa duração.
	6. A quem serve o Estado?	<ul style="list-style-type: none"> • Desafios do Estado brasileiro contemporâneo e de suas instituições. • Liberalismo econômico na América Latina. • Conceito de <i>mais-valia</i>. • Sistemas econômicos. • Análise documental sobre os níveis de intervenção do Estado no cotidiano, especialmente na economia. • Comunicação dos resultados: elaboração de um texto com o posicionamento do estudante em relação à interferência do Estado na economia.
3 Brasil: política e representatividade	7. A política é para todos?	<ul style="list-style-type: none"> • Debates sobre a participação política e a democracia representativa na contemporaneidade. • Projetos políticos do Brasil imperial (continuidades e rupturas). • Participação política no Brasil: passado e presente. • Canais para o exercício da cidadania no Brasil contemporâneo. • Passado e presente a partir do conceito de cidadania.
	8. Ações afirmativas e poder	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas afirmativas institucionais. • Políticas de marginalização durante o Império e a Primeira República. • Lei de Terras e política de branqueamento no Brasil.
	9. Representatividade e poder	<ul style="list-style-type: none"> • Representação religiosa no Congresso Nacional Brasileiro. • Crise de representatividade nos regimes democráticos. • Participação feminina na política brasileira: passado e presente. • A Primeira República e a Constituinte de 1934. • A Era Vargas e a representatividade dos trabalhadores. • Revisão bibliográfica sobre a mudança do sistema político monárquico para o republicano no Brasil. • Comunicação dos resultados: organização de uma revista com a coletânea de revisões bibliográficas da turma.
4 Ecos da escravidão	10. Escravidão e trabalho análogo à escravidão	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho análogo à escravidão (construção civil, indústria têxtil e mecanismos de combate à prática). • Escravidão dos povos indígenas no Brasil. • Escravidão e diáspora africana. • Outros problemas associados ao trabalho análogo à escravidão (o desmatamento e a invasão das Terras Indígenas).
	11. Existe racismo no Brasil?	<ul style="list-style-type: none"> • Racismo estrutural e protagonismo negro. • Estruturalismo e pós-estruturalismo. • Contexto histórico do Brasil pós-abolição da escravidão. Escravidão no Brasil Colônia e Império.
	12. Vidas negras no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores sociais sobre a população negra no Brasil. • Violência institucional. • Práticas antirracistas. • Movimento Vidas Negras Importam! • Políticas públicas para a igualdade racial. • Revisão bibliográfica sobre o tema racismo estrutural. • Comunicação dos resultados: organização e publicação de revista com a coletânea de revisões bibliográficas, em versão digital e/ou impressa.

Unidade	Capítulo	Conteúdos
5 Privilégio e cidadania	13. Igualdade social ou privilégios?	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos de desigualdade de privilégio e de meritocracia. • Panorama da desigualdade no Brasil contemporâneo. • Formação histórica dos privilegiados na sociedade brasileira.
	14. A busca pela igualdade	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira República e os direitos políticos. • Políticas afirmativas. • Movimento Negro Unificado (MNU). • Movimentos feministas e emancipação da mulher. • Teoria <i>queer</i>. • Igualdade de gênero. • Filosofias feministas.
	15. Povos tradicionais: a luta permanente	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição de 1988 e povos indígenas. • Mineração e desmatamento: enfrentamentos indígenas. • Comunidades de remanescentes quilombolas. • Cidadania para os povos tradicionais. • Estudo de recepção sobre os privilégios na sociedade brasileira. • Comunicação dos resultados: relatório da pesquisa para ser publicado em meios digitais.
6 Conflito e resistência	16. Autoritarismos	<ul style="list-style-type: none"> • Panorama das guerras mundiais e seus impactos. • Índice da democracia: tipos de regime (democracia plena, democracia imperfeita, regime híbrido e regime autoritário). • Conceito de autoritarismo. • Democracia no Brasil. • Atos Institucionais (AIs). • Movimentos de resistência durante o regime militar.
	17. Representatividade e democracia	<ul style="list-style-type: none"> • Crise na representatividade democrática: origens, debate filosófico e expressões na democracia brasileira. • Dilemas da democracia moderna: como as democracias plenas enfrentam a crise. • Movimentos pela democracia e a importância da participação popular. • Constituição de 1988: marcos históricos e sociais, aprofundamento do compromisso democrático e próximos passos. • Guerra fria e o embate de dois modelos econômicos.
	18. Os movimentos populares	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de ética e movimentos populares. • Movimentos pelo acesso à terra. • Movimentos sociais no contexto urbano. • Ciberativismo. • Análise de mídias tradicionais (princípios de análise de discurso multimodal). • Comunicação dos resultados: organização de debate com as outras turmas sobre as conclusões da pesquisa.
7 Desafios no Brasil contemporâneo	19. Direitos sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de direitos sociais e seus desdobramentos no cotidiano (saúde pública, educação e programas sociais). • Conceito de projetos políticos e seus desdobramentos no cotidiano. • Características das políticas neoliberais.
	20. Múltiplos desafios	<ul style="list-style-type: none"> • Principais desafios para a garantia dos direitos sociais e o acesso a esses direitos. • Indicadores sociais e suas aplicações políticas (análise de dois casos: segurança pública e cultura). • Projetos de transformação cultural (iniciativas locais e Plano Nacional de Cultura).
	21. Possibilidades de futuro: a periferia	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas de transformação social com ênfase no protagonismo juvenil. • Identidades das periferias urbanas brasileiras. • A importância da atuação dos jovens na comunidade. • A arte e a geração de renda nas áreas periféricas. • Produções culturais realizadas nas periferias e as diferentes subjetividades (identidades juvenis). • Conceito de empreendedorismo social e a importância do engajamento da população nas comunidades. • A ampliação do conceito de sujeitos históricos e seu impacto na historiografia.
8 O Brasil e os outros Estados	22. O Brasil e a América do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Panorama histórico das relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela. • Panorama da diplomacia brasileira diante do cenário global. • Organizações dos povos indígenas na América do Sul. • Histórico recente dos posicionamentos políticos eleitos nos países da América do Sul (aproximações e distanciamentos).
	23. Conexões do Atlântico Sul: Brasil e África	<ul style="list-style-type: none"> • Relações diplomáticas entre Brasil e Estados do continente africano. • Intervenções europeias no continente africano (colonização, descolonização e a desconstrução dos mitos civilizatórios europeus). • Debate sobre o etnocentrismo. • Debate sobre o eurocentrismo. • Cooperação Sul-Sul entre países africanos e o Brasil.
	24. Outras conexões	<ul style="list-style-type: none"> • Panorama das relações diplomáticas entre Brasil e China. • Panorama das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos. • Relações diplomáticas contemporâneas entre Brasil e União Europeia. • A União Europeia e a preservação da floresta Amazônica. • O protagonismo dos Brics e o G20. • Entrevista semiestruturada sobre os migrantes no Brasil atual. • Comunicação dos resultados
Projeto Fórum historiográfico	Construindo o trabalho solidário na comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento, produção e participação de uma campanha que promova ações solidárias.

Volume de Sociologia

Unidade	Capítulo	Conteúdos
1 O estudo da sociedade	1. A produção do conhecimento sobre a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Ser humano como ser social e a vida em sociedade. • A construção dos conhecimentos: senso comum, religioso, filosófico e científico. • Conhecimento científico e as concepções racionalista, empirista e construtivista. • Conhecimento sobre a sociedade e a emergência da Sociologia. • Conhecimento científico sobre a sociedade: desnaturalização, estranhamento. • Caracterização das Ciências Sociais.
	2. A relação entre indivíduo e sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagens clássicas da relação entre indivíduo e sociedade: Auguste Comte, Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Friedrich Engels. • Teorias sociológicas contemporâneas: Norbert Elias, Richard Sennet, Erving Goffman e Pierre Bourdieu. • Processo de socialização, papéis sociais e identidades.
2 Cultura, diversidade e resistência	3. O que é cultura?	<ul style="list-style-type: none"> • A relação entre cultura e sociedade. • A noção de cultura, a importância da alteridade, a valorização da diversidade cultural e os processos de transformação cultural. • Etnocentrismo, relativismo cultural e os processos de dominação e de resistência. • Escolas de pensamento da antropologia: evolucionismo, funcionalismo, estruturalismo e estrutural-funcionalismo. • Etnocentrismo e dominação, com ênfase na dominação cultural e na violência. • Perspectivismo ameríndio.
	4. Dominação e resistência	<ul style="list-style-type: none"> • O dinamismo da identidade cultural. • Identidade, nação e narrativas hegemônicas. • Narrativas sobre o Brasil, os processos de dominação, resistência e a construção da cidadania. • Patrimônio, memória e resistência cultural: samba, resistência indígena, resistência artística, cultural e política.
3 Arte e bens culturais: ideologia e massificação	5. Ideologia e indústria cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Ideologia e a consolidação dos interesses de classes: processos de hegemonia e contra hegemonia. • Consumo, <i>status</i>, posição e distinção social capitais (social, cultural, simbólico, econômico). • A indústria cultural e a crítica à massificação dos bens culturais e do esvaziamento dos sentidos da arte. • A relação entre globalização e consumo na perspectiva do processo de homogeneização cultural. • Relações entre propaganda, consumo e sociabilidade. • A noção de indústria cultural.
	6. Arte, cultura e estética	<ul style="list-style-type: none"> • A arte e o belo como construções culturais e históricas. • A relação entre o conceito de beleza, a objetividade e a subjetividade segundo abordagem filosófica. • Relações entre arte, artista e técnica e as definições sobre o que é ou não é arte. • A representatividade e o empoderamento por meio da arte. • A crítica decolonial e o uso da linguagem (artística, literária, acadêmica) como meio de resistência.
4 Relações de poder e resistência	7. Estado, poder e controle social	<ul style="list-style-type: none"> • Os mecanismos de poder e controle social nas perspectivas sociológicas clássicas. • Teorias sobre o Estado, a caracterização do Estado Moderno e os tipos de poder. • Caracterização do Estado brasileiro: conceito e forma. • O controle social e as teorias contemporâneas. • Mídia, sociedade do espetáculo e o impacto nos comportamentos e nas identidades.
	8. Mecanismo de ação coletiva e movimentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> • A redemocratização do Brasil, a Constituição de 1988, a atuação popular e a construção da cidadania. • Formas de controle e regulação do Estado pela sociedade civil: estatutos e conselhos. • Conceituação de movimentos sociais, clássicos e novos, suas pautas e as formas de atuação. • Ambiente virtual: regulação, legislação e proteção aos usuários. • O direito à cidade e o uso do espaço

Unidade	Capítulo	Conteúdos
<p>5 Estratificação, desigualdades e violências</p>	<p>9. Estratificação e desigualdade social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceituação de estratificação social, destacando a relação entre estratificação e classe social. • A relação entre estratificação e desigualdade no Brasil. • Desigualdade, segregação e discriminação. • Segregação socioespacial: favelização e gentrificação. • Vulnerabilidade e juventudes.
	<p>10. Desigualdade e violência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tipos de violência e as relações com as formas de desigualdade. • Formas de discriminação e desigualdade: LGBTfobia, transfobia, desigualdade de gênero e xenofobia. • A desigualdade de gênero e as formas atreladas de violência: misoginia, feminicídio e violência política. • Necropolítica e o viés da violência estatal.
<p>6 Desigualdade racial e justiça social</p>	<p>11. Desigualdade racial</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As discussões raciais e a conformação do racismo estrutural no Brasil. • Perspectivas clássicas sobre a formação do povo brasileiro e os mecanismos de conformação da identidade nacional. • Democracia racial como mito, desigualdade racial e racismo. • O viés estatal do racismo: as vítimas da violência policial. • Movimento negro, resistência, legado e novas lutas.
	<p>12. Justiça social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Concepções filosóficas de justiça: Aristóteles, Thomas Hobbes e Immanuel Kant. • Reflexões contemporâneas sobre justiça social. • Representatividade política, direitos sociais, políticas de redistribuição de renda e inclusão (antietarismo e anticapacitismo) como mecanismos de justiça social.
<p>7 Sociedade contemporânea e mundo do trabalho</p>	<p>13. Sociedade contemporânea: teorias sobre modernidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização da modernidade. • Teorias sobre a modernidade e sobre a transição da modernidade. • Pós-modernidade, modernidade líquida. • Os impactos das características das sociedades contemporâneas nas identidades, nas relações pessoais e sociais. • A sociedade do cansaço e a ode à produtividade.
	<p>14. Trabalho: categoria histórica e social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As concepções históricas, filosóficas e sociais do trabalho. • As teorias clássicas sobre trabalho na ótica das sociedades capitalistas. • Alienação, mais-valor e a desumanização do trabalhador no contexto das sociedades industriais e pós-industriais. • O impacto da pós-modernidade nas relações de trabalho e as consequências para os trabalhadores. • Precarização, flexibilização, uberização e empreendedorismo.
<p>8 Sociedade, mundo digital e ambiente</p>	<p>15. Sociedade e informação na era digital</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relação entre globalização e era digital no contexto da sociedade da informação. • Exclusão e inclusão digital. • Cultura e identidade na era da informação: cibercultura e sociabilidade. • <i>Fake News</i>, pós-verdade, mídia e democracia: o perigo da desinformação. • <i>Deepfake</i> e inteligência artificial: aplicações, questões éticas e regulação. • Crimes virtuais e <i>cyberbullying</i>. • A importância do ativismo digital.
	<p>16. Sociedade e ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto histórico das mobilizações ambientais. • Crise ambiental: revisão de paradigmas e de valores. • Questões ambientais contemporâneas: agropecuária, mineração e os "desastres" ambientais. • Acordos e conferências mundiais sobre o ambiente. • Políticas públicas e desafios ambientais no Brasil e a perseguição a ambientalistas. • Ativismo, sustentabilidade e boas práticas ambientais como meio para a cidadania. • Soberania e segurança alimentar.
<p>Projeto Dossiê sociológico</p>	<p>Diversidade e identidade no Brasil contemporâneo: um olhar sobre preconceitos e discriminações</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento, produção e elaboração de um dossiê sobre como as questões de diversidade, discriminação, preconceito e inclusão se manifestam na realidade brasileira.

LEITURAS COMPLEMENTARES

Os textos a seguir podem aprofundar e/ou ampliar os diálogos propostos ao longo deste volume, proporcionando reflexões diferentes sobre os objetos de pesquisa analisados e as perspectivas teórico-metodológicas adotadas na coleção.

Protagonismo juvenil

[...] O tema da participação política dos jovens é um lugar comum nas políticas públicas de juventude atualmente, constituindo-se como uma espécie de pilar metodológico para estas, de forma que, sem ele, a legitimidade de uma política pública é posta em dúvida. Esse tema, como foi evidenciado até aqui, não surgiu em 1985 com o Ano Internacional da Juventude, não era uma novidade, mas sim uma orientação que já vinha sendo discutida pela ONU há algum tempo. [...]

Essa modalidade de política pública teria como objetivo uma ação sobre várias esferas da vida dos jovens, não sendo uma temeridade dizer que ela tem como estratégia a gestão de suas vidas em relação à sociedade, fazendo com que esses jovens sejam atores estratégicos no desenvolvimento social, incluindo-os e fazendo-os participarem da sociedade enquanto tal, sem rupturas ou conflitos que ponham em risco as estratégias que visam à melhoria da vida de toda a população.

A prática do protagonismo juvenil, em termos oficiais, desse modo, se torna um eixo fundamental das ações políticas que têm os jovens como público-alvo, isto é, na concepção do protagonismo juvenil “[...] o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor” [...]. É claro que não podemos nos prender apenas ao termo “protagonismo juvenil”, mas levar em consideração que ele está relacionado a um tipo de prática política que não prescinde de todo um trabalho de formação e autoformação do jovem, elementos comuns em ações políticas que tentam incentivar um ideal de cidadania para a juventude. [...]

[...] Ora, isso significa não apenas a ideia de que os jovens devem se tornar atores principais das ações políticas governamentais ou não governamentais, mas sim, que a sua força deve ser capitalizada, deve ser transformada numa espécie de moeda de troca, um trunfo para desenvolvimento e progresso mundial.

É preciso levar em consideração que, com esse dito acerca da juventude enquanto “futuro no presente”, temos uma espécie de estreitamento do discurso da responsabilidade para com as futuras gerações. Isso é um ponto importante, pois não se está apenas

falando de uma preocupação com as gerações futuras, aquelas que nem existem ainda, e sim de uma preocupação de quem vive agora consigo mesmo. Diríamos que a sociedade quer ações no presente por parte dos jovens, porém, para eles, essas ações são vendidas como investimentos no seu próprio futuro. [...]

[...] Os comportamentos de risco dos jovens são prejudiciais, tanto para eles quanto para a sociedade, isto é, o prejuízo de um é o prejuízo do outro. Investir no jovem é investir no país. Entretanto, não podemos deixar de levar em consideração a noção capital humano, pois ela diz respeito à relação que um sujeito estabelece consigo mesmo. Ela tem um significado importante, pois, a partir dessa noção, o sujeito, com aquilo que ele é e sabe fazer, passa a ser a sua própria moeda de troca. As suas habilidades, portanto, serão vistas como um capital, algo que pode lhe gerar, inclusive, renda. Falar em investimento no capital humano significa falar em investimento nas capacidades das pessoas e, por conseguinte, nas suas maneiras de gerir suas próprias vidas.

[...]

O incentivo ao empreendedorismo juvenil é um ponto comum em alguns documentos que pautam as políticas públicas de juventude. No entanto, é preciso levar em consideração que empreender não é apenas constituir uma empresa ou investir dinheiro, porém, executar uma tarefa, fazer algo que exija certa força e coragem: algo como uma capacidade própria que só depende de si mesmo. Por outro lado, tendo em vista a concepção de capital humano, empreender é formar-se, é também investir em si, acumulando saberes para que esses sejam contabilizados como capital, numa espécie de economia de conhecimento. Dessa maneira, podemos estabelecer uma conexão entre protagonismo e empreendedorismo, tendo em vista que ambos dizem respeito a um autoinvestimento que tem por finalidade um tipo de autonomia.

GOULART, Marcos Vinicius da Silva; SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. Protagonismo juvenil e capital humano: uma análise da participação política da juventude no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 50, n. 2, p. 129-134, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93832099004.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

Educação e sustentabilidade

A sociedade tem demonstrado ansiar pela partilha do saber da ciência e da tecnologia, cujas descobertas refletem na melhoria da qualidade de vida, do ambiente e da saúde, para se alcançar a almejada sustentabilidade. Assim, além do caráter informativo, a divulgação científica apresenta uma função educativa, na formação de opinião pública qualificada, assumindo os contornos de uma prática fundamentalmente comunicativa de vulgarização e mediação. [...]

[...] A divulgação científica é um recurso de mídia que opera como uma força de reconhecimento e legitimação dos círculos de saber, conferindo à atividade científica um lugar de prestígio e poder. [...]

Por isso, embora seja comum advogar a natureza conciliatória da divulgação científica que cumpriria a função social de aproximar o homem leigo dos saberes e conhecimentos historicamente excluídos da laicidade e, cada vez mais, restritos a

comunidades fechadas, “é preciso ver na atividade de divulgação mais do que uma forma de lançar pontes de trânsito entre o saber institucionalizado e o não-saber laico” [...].

Nos dez artigos da série “Sustentabilidade na Escola”, apresenta-se o papel da ciência e da tecnologia para a construção da “sustentabilidade verde”. Nesse sentido, a educação ambiental proposta apoia-se na legitimidade do conhecimento científico, representado pelas leis da termodinâmica, colocando a agricultura moderna como caminho para a sustentabilidade no Brasil. Como referência, está a eficiência na produção de alimentos e de energia limpa e renovável, que se materializa, nas explanações de Evaristo Miranda, nos alimentos transgênicos e na agroenergia.

No entanto, o articulista coloca a responsabilidade dessa nova forma de produzir e consumir sobre o “livre-arbítrio” do consumidor, sem considerar as desigualdades sociais, culturais

e econômicas que limitam a escolha individual [...]. À Educação Ambiental importa a relação entre ensino científico e cidadania:

[...] em uma delas, o aprendizado não pode ser pleno e completo sem considerar as implicações sociais do desenvolvimento científico e tecnológico; e outra, é imperativo analisar as relações da evolução da ciência e tecnologia e da qualidade e do modo de vida em diferentes comunidades. Embora haja uma clara conjunção desses processos, a educação – qualquer que seja o nível e a instância em que se realize – deverá fazer com que os participantes analisem as diferentes facetas relacionadas às causas, possibilidades e limitações e perspectivas da ciência e tecnologia como processo, como produto e como instituição social. [...]

Na série analisada, foram enfatizadas a eficiência tecnológica, a gestão ambiental e as mudanças de comportamento, com forte grau de normatividade e prescritividade, abordagem que implica propostas de Educação Ambiental centradas na formação econômica e técnica, não ética [...].

Esse é o problema identificado no *corpus*: um discurso da sustentabilidade, voltado ao público docente, com alto grau de cientificismo e comportamentalismo, que se materializou, inclusive, na linguagem, com novos termos para velhos pensamentos, como: “agroenergia”, para manter a

monocultura, o agronegócio e a exportação de *commodities*; “florestas energéticas” e “apagão florestal”, para valorar o meio ambiente e veicular a noção de capital natural; “sustentabilidade verde”, para sustentar a produção energética pelo agronegócio.

O papel da escola em relação à sustentabilidade, segundo a série analisada, é informar, aos alunos, sobre as inovações tecnológicas em relação ao aquecimento global, ao efeito estufa, à produção de energia e alimentos, à gestão da água e dos resíduos, desmistificando a problemática ambiental pelo conhecimento científico.

É inegável o potencial e a contribuição da ciência, e isso deve fazer parte do processo educacional. No entanto, temos um conceito limitado de ciência, pretensamente neutra e objetiva, o que a torna dogmática, já que indiscutível. Além disso, problematizamos a questão do otimismo tecnológico que se coloca como panaceia para todos os males, principalmente os ambientais, e “recurso mágico” capaz de inventar soluções para qualquer problema interveniente.

SULAIMAN, Samia Nascimento. Educação ambiental, sustentabilidade e ciência: o papel da mídia na difusão de conhecimentos científicos. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 17, n. 3, p. 645-662, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132011000300008&lng=en&nrn=iso. Acesso em: 24 set. 2024.

Inteligência artificial: reflexões

Ao utilizarmos o termo Inteligência Artificial (IA), logo nos vem à mente a importância do seu real significado e de sua finalidade. Dessa forma, podemos defini-la como o estudo de conceitos cujo objetivo é fazer com que os computadores sejam, de certa forma, mais inteligentes, facilitando o seu uso em várias áreas que exijam um raciocínio rápido e lógico e buscando torná-los mais eficientes na execução de atividades do que se estas fossem executadas por um humano.

No entanto, para entendermos mais facilmente esse conceito, devemos abordar o real sentido do que é realmente a inteligência em uma perspectiva mais ampla: inteligência nada mais é que a capacidade de raciocinar e adquirir conhecimento em determinadas ações aplicadas a um mundo real, com finalidade de otimizar a conclusão de uma tarefa específica.

Quando passamos a unir os dois conceitos, do real significado do que é a IA e de sua aplicação em várias áreas, temos um conceito básico, mas de fácil entendimento para podermos iniciar o estudo: IA é a forma de tornar os computadores mais úteis em tarefas não muito comuns aos humanos, nas quais também é possível que tais máquinas possam adquirir conhecimento artificialmente, evoluindo através das suas funções atribuídas. [...]

Podemos citar algumas aplicações nas quais a IA já é utilizada há algum tempo e outras em que ela pode vir a ser usada. [...] Na educação, o uso de sistemas de tutoria inteligentes (do inglês, *intelligent tutoring systems*) auxilia na composição do conhecimento discente em sala de aula. Esses sistemas são capazes de adaptar o material de instrução às necessidades individuais de cada aluno, proporcionando um caminho de aprendizagem personalizado. A área médica é outro segmento em que o uso das máquinas se torna algo essencial. Podemos ver isso através de análises médicas, monitoramento de pacientes ou controle de uso de medicamentos, em cirurgias complexas etc. [...]

Os algoritmos de IA atualmente permeiam e moldam imperceptivelmente o comportamento humano. Atividades corriqueiras como uma simples busca na internet, a escolha de um filme em uma plataforma de *streaming* ou uma mera compra *on-line* são mediadas por algoritmos de IA. Estes, de acordo com o perfil do usuário, recomendam e decidem o que será possível visualizar ou não.

A máquina aprende a recomendar e o que ela sugere nem sempre corresponde à realidade, mas sim ao que supostamente lhe convém ver, priorizando aquilo que mais conecta as pessoas em detrimento do que realmente é verídico. Isso representa um problema grave, uma vez que a função primordial de um algoritmo generativo é maximizar a satisfação do usuário, facilitando a obtenção do que busca. Dessa forma, estamos constantemente subjugados a vieses inconscientes ao acessar as redes sociais ou qualquer aplicação estruturada pela IA. Tal situação nos afeta continuamente, acarretando um redemoinho de dilemas éticos.

Portanto, é imperativo que os desenvolvedores de *softwares* de IA sejam supervisionados, dado o alto grau de riscos envolvidos. Frequentemente, esses profissionais não estão cientes das consequências, pois a eles parece inofensivo simplesmente fornecer ao usuário aquilo que ele deseja ver, em vez do que é correto e legal. Por essa razão, necessitamos da participação de antropólogos, sociólogos, filósofos, psicólogos – indivíduos versados na condição humana – capazes de definir os objetivos que devem ser atribuídos aos algoritmos, evitando a perpetuação de uma visão apocalíptica que preconiza que a IA irá aniquilar o mundo, como frequentemente retratado em filmes de ficção científica.

ALVES, Lynn (org.). *Inteligência artificial e educação*: refletindo sobre os desafios contemporâneos. Salvador: EDUAFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2023. p. 21-31.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

ALVES, Lynn (org.). *Inteligência artificial e educação*: refletindo sobre os desafios contemporâneos. Salvador: EDUAFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2023.

O livro apresenta uma discussão atual sobre a interação e a mediação com as Inteligências Artificiais Generativas (IAGs), sob o prisma das Ciências Humanas, com destaque para a área de educação.

BEZERRA, Cicero Anderson de Almeida. *Fake News*, memes e o ensino de História. *Revista da Associação Nacional de História - Seção Ceará*, Fortaleza, v. 11, n. 21, p. 30-40, jan./jul. 2020.

Artigo sobre o impacto, na sala de aula, dos conteúdos que circulam diariamente nas redes sociais, especialmente quando se trata das manifestações que difundem discursos de ódio, *bullying*, racismo, homofobia, xenofobia ou qualquer outro tipo de preconceito.

BITTAR, Eduardo C. B. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos*. Barueri: Manole, 2004.

A obra apresenta reflexões filosóficas sobre o trabalho na sala de aula com foco nas posturas e propostas éticas alinhadas aos direitos humanos. O ponto de partida para os debates são as experiências selecionadas pelo autor, enriquecendo as proposições que aliam filosofia e direito.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, tem a função de organizar a estrutura e o funcionamento do sistema de educação brasileiro, definindo os objetivos e as responsabilidades de cada ente federativo na garantia aos direitos educacionais e estabelecendo as formas de financiamento do ensino público.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 13005, de 25 de junho de 2014. Estabelece o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 set. 2024

O Plano Nacional de Educação estabelece as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional entre o período de 2014 e 2024. Os principais objetivos visados por ele são a expansão da Educação Básica e do Ensino Superior, a diminuição das desigualdades educacionais e a preparação e a valorização dos profissionais da educação.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. [20--]. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/ciencias_humanas/O_que_e_as_CGHS/O_que_e_as_CGHS.html#:~:text=Responder%20aos%20desafios%20humanos%20exige,diferentes%20fatores%20e%20interrelacionam. Acesso em: 12 set. 2024.

Nesse *link*, estão disponibilizadas definições oficiais do governo sobre a área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, seus principais desafios e as temáticas que se destacam nas abordagens dessa área.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação. *Guia de implementação do Novo Ensino Médio*. 2019. Disponível em: <https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

O documento - elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) - explica as mudanças previstas pela reforma do Ensino Médio na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e fornece aos técnicos da rede de ensino e aos gestores escolares orientações sobre como implementá-las.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional comum curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2018a. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf. Acesso em: 12 set. 2024

Documento elaborado pelo Ministério da Educação, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as competências, as habilidades e as aprendizagens essenciais aos estudantes de todas as escolas públicas e particulares do país, em todas as etapas da Educação Básica.

BRASIL. Resolução n. 4, de 4 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.

O documento oferece subsídios técnicos e pedagógico para professores e outros profissionais com o objetivo de garantir um atendimento adequado e inclusivo aos estudantes com necessidades especiais.

BRASIL. Resolução n. 3, de 21 de novembro de 2018b. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em: 12 set. 2024.

A Resolução atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio para orientar as políticas públicas educacionais em todas as formas e modalidades de Ensino Médio no Brasil. O documento favorece, ainda, a elaboração, o planejamento e a avaliação das propostas curriculares das instituições de ensino públicas e privadas que ofertam o Ensino Médio.

CANDAUI, Vera Maria (org.). *Interculturalizar, descolonizar, democratizar*: uma educação "outra"? Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

O livro reúne uma série de artigos elaborados por especialistas de diferentes nacionalidades. Os textos tratam da interculturalidade crítica e de suas implicações para os processos educacionais, da relação entre descolonização e educação e da literatura pedagógica sob uma perspectiva das práticas educativas interculturais.

DAYREL, Juarez; CARRANOS, Paulo; MAIN, Carla Linhares (org.). *Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

A obra apresenta reflexões sobre a realidade juvenil brasileira e as múltiplas dimensões da condição de ser jovem no contexto do debate em torno do currículo para o Ensino Médio.

FRANÇA, Aldaíres Souto. Propostas Curriculares para o Ensino de Estudos Sociais: circulação e apropriações de representações de ensino de História e de aperfeiçoamento de professores (Espírito Santo, 1956-1976). 2013. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_7250_TEXTO%20COMPLETO%20TESE%20DA%20ALDAIRES%20SOUTO%20FRAN%7A.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.

O estudo problematiza as representações sobre o ensino de Estudos Sociais com base em publicações pedagógicas e em propostas curriculares entre os anos de 1956 e 1976, no estado do Espírito Santo. A tese analisa como tais documentos foram apropriados e legitimados na cultura escolar ao longo do tempo.

GIORDANI, Estela Maris. O "como" implementar a dimensão interdisciplinar em práticas pedagógicas nas escolas. *Revista Contexto e Educação*, São Geraldo, ano 15, n. 60, p. 81-98, 2000. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1224/977>. Acesso em: 12 set. 2024.

A autora apresenta algumas considerações sobre seu entendimento acerca das relações interdisciplinares e analisa possibilidades de sua implementação no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido nas escolas.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2020.

Considerado um dos textos de referência para as relações étnico-raciais na educação brasileira, esse artigo da pedagoga brasileira Nilma Lino Gomes dialoga sobre a construção dos currículos escolares no Brasil, a importância política deles e os impactos para a descolonização nos modos de pensar.

GOULART, Marcos Vinicius da Silva; SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. Protagonismo juvenil e capital humano: uma

análise da participação política da juventude no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 50, n. 2, p. 127-136, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93832099004.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

Nesse artigo da área da psicologia social, são analisados os principais discursos institucionais sobre o protagonismo juvenil e as políticas públicas que fomentam a participação dos jovens na vida pública, em contexto nacional e internacional, ressaltando a importância desse tipo de investimento para a sociedade contemporânea.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000200005&lang=pt. Acesso em: 12 set. 2024.

No artigo, os autores discutem como as avaliações externas se tornaram diretrizes da política educacional nacional para proporcionar melhorias na qualidade da educação no Brasil.

MELO, Bárbara de Caldas; SANT'ANA, Geisa. A prática da metodologia ativa: compreensão dos discentes enquanto autores do processo ensino-aprendizagem. *Comunicação em Ciências da Saúde*, Brasília, DF, v. 23, n. 4, p. 327-339, 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/lil-755235>. Acesso em: 12 set. 2024.

As autoras do artigo apresentam alguns aspectos importantes sobre a construção da aprendizagem dos estudantes por meio das metodologias ativas. Além disso, investigam a adaptação e analisam as vantagens e fragilidades da aplicação dessas metodologias na prática docente, em especial na articulação entre teoria e prática.

MITRE, Sandra M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9M86Ktp3vpHgMxWTZXScRKS/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2024.

No artigo, é discutida a transformação proporcionada pela adoção de metodologias ativas, que partem prementemente da indissociabilidade entre teoria e prática no decorrer da formação dos profissionais de saúde.

MUNSBERG, João A. S. et al. O currículo decolonial: da reflexão à prática intercultural. *Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB*, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 593-614, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/religare/article/view/44085>. Acesso em: 12 set. 2024.

Preocupados com a naturalização do eurocentrismo no currículo escolar, os autores propõem a decolonização do poder, do saber e do ser mediante uma atitude decolonial, assumindo uma postura crítica em relação à colonialidade em termos teóricos e práticos.



OLIVEIRA, Ivan Nascimento de. O uso das novas tecnologias no ensino da Geografia: Google maps, Flightrader24 e Marine traffic abordando os meios de transporte aéreo e marítimo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE*, 2013. Curitiba: SEED/PR, 2016. v. 1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepg_geo_artigo_ivan_nascimento_de_oliveira.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

O artigo apresenta propostas para o uso dos recursos tecnológicos disponíveis na internet, demonstrando que, no mundo contemporâneo, é necessário repensar as práticas pedagógicas na sala de aula por meio de recursos tecnológicos que favoreçam o aprofundamento de conceitos e estratégias importantes para Geografia.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 12 set. 2024.

A Agenda 2030 é um plano de ação que visa ao desenvolvimento de um mundo mais justo e igualitário. O documento apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para fortalecer a paz universal e para erradicar a pobreza em suas diversas dimensões.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Global Competency for an Inclusive World*. Disponível em: <https://repositorio.minedu.gob.pe/handle/20.500.12799/4561>. Acesso em: 8 out. 2024.

O documento versa sobre a importância do desenvolvimento de uma competência global em que os indivíduos, em especial os estudantes, possam analisar questões locais, globais e interculturais. Nesse aspecto, a escola torna-se o ambiente propício para o desenvolvimento de uma competência global envolvendo diferentes povos, línguas e culturas em diversas localidades do mundo.

PRADO, Marta Lenise do. *et al.* Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/89NXfW4dC7vWdXwdKffmf4N/?lang=pt>. Acesso em: 8 out. 2024.

As autoras apresentam um relato a respeito de um seminário sobre metodologia ativa que tomou como base o Arco de Charles Maguerez. As informações discutidas no artigo possibilitam reflexões acerca das práticas pedagógicas dos participantes do evento.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Do ensino da Filosofia: estratégias interdisciplinares. *Educação em Revista*, Marília, v. 12, n. 1, p. 81-96, jan./jun. 2011.

O artigo apresenta estratégias interdisciplinares no desenvolvimento do trabalho didático-pedagógico para o ensino de Filosofia, articulando as demais disciplinas do currículo.

SILVA, Eliane Anselmo da. *et al.* As Ciências Sociais e o desafio da Antropologia na prática docente na Educação Básica. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1493-1508, jun. 2021.

A proposta deste artigo é refletir sobre as contribuições do saber antropológico e das Ciências Sociais no contexto escolar, reconhecendo a importância desses saberes para a construção da identidade plural e democrática da sociedade contemporânea brasileira.

SULAIMAN, Samia Nascimento. Educação ambiental, sustentabilidade e ciência: o papel da mídia na difusão de conhecimentos científicos. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 17, n. 3, p. 645-662, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/p44QSP7WTTnRnGwtV8jhLmp/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2020.

Nesse artigo, a educadora Samia Sulaiman faz uma análise sobre a educação ambiental, em especial no que se refere à sustentabilidade na escola, com base em revistas de divulgação científica de grande circulação.

ZABALA, Antoni. A avaliação. In: ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

O pedagogo Antoni Zabala problematiza o conceito de avaliação, levando em consideração os processos individual e grupal. Para isso, pauta-se nas possibilidades de identificação do objeto e do sujeito da avaliação para questionar o que é preciso avaliar, a quem e como, além da maneira de comunicar o conhecimento obtido por meio da avaliação.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. *Como aprender e ensinar competências*. Porto Alegre: Penso, 2014.

Nessa obra, os autores abordam a importância do uso educacional das competências para o desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, argumentam que o ensino pautado em competências desenvolve, necessariamente, habilidades e atitudes, dando um caráter metadisciplinar aos componentes curriculares de maior relevância diante de problemas reais.

ZANELLA, Andréa Vieira. Escolarização formal e cidadania: possíveis relações, relações possíveis? In: SILVEIRA, A. F. (org.). *Cidadania e participação social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-97885599662885-09.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

O artigo apresenta um debate interessante sobre as relações entre a educação escolar e a formação cidadã, traçando um panorama histórico do debate e, em seguida, dialogando sobre experiências de estudantes e docentes por meio de abordagens pertinentes à filosofia da educação.

ORIENTAÇÕES E COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS



O ESTUDO DA SOCIEDADE

INTRODUÇÃO

A unidade destaca a importância de estudar e pensar criticamente a sociedade. O capítulo 1 aborda os seres humanos como seres sociais e discute o conhecimento como resultado de contextos históricos e sociais, considerando as perspectivas religiosa, filosófica, científica e do senso comum. Também apresenta a metodologia das Ciências Humanas, que utiliza questionamentos e estranhamento para compreender a sociedade. O capítulo 2 faz uma análise crítica da relação entre indivíduo e sociedade, explorando os processos de socialização e de construção de identidades sociais.

O professor atuará como mediador no processo de ensino-aprendizagem, oferecendo orientação e apoio aos estudantes. Por isso, é importante considerar e validar o processo de desenvolvimento das competências e das habilidades sugeridas para esta unidade, mantendo-se cuidadoso às dificuldades dos estudantes e buscando sanar dúvidas sempre que necessário.

Considerando a proposta da unidade, recomenda-se que o trabalho seja conduzido pelo professor de Sociologia. É importante estar atento aos interesses e às dificuldades dos jovens e, sempre que possível, trabalhar também com professores de outros componentes curriculares, como o da área de Linguagens e suas Tecnologias, com o objetivo de desenvolver a leitura e a escrita.

Sugestão de planejamento

Para a abordagem sobre as concepções do conhecimento científico, sugere-se o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar com a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos dos estudantes sobre os métodos científicos utilizados para o levantamento, a sistematização e a apresentação de dados em diferentes áreas do conhecimento.

Objetivos da unidade

- Compreender que o conhecimento é socialmente produzido, fruto de um contexto histórico e social.
- Refletir criticamente sobre a relação entre indivíduo e sociedade.
- Reconhecer os diferentes tipos de conhecimento e como eles impactam na conformação da sociedade.
- Conhecer as especificidades das Ciências Humanas e Sociais para a realização de estudos e pesquisas.
- Caracterizar a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia como partes constituintes das Ciências Sociais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA UNIDADE

CAPÍTULO	COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES	TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS
1	CGEB1, CGEB2, CGEB3 e CGEB7	CECHSA1: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS104 CECHSA5: EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS504 CECNT2: EM13CNT201 CEMAT1: EM13MAT101 CELT6: EM13LP45 CELT1 e CELT6: EM13LP48	Vida social e familiar
2	CGEB1, CGEB2, CGEB4, CGEB5, CGEB6 e CGEB7	CECHSA2: EM13CHS205 CECHSA4: EM13CHS404 CECHSA5: EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS504 CECHSA6: EM13CHS606 CECNT2: EM13CNT207 CECNT3: EM13CNT301 e EM13CNT302 CELT1 e CELT6: EM13LP20 CELT1 e CELT7: EM13LP43 CELT1 e CELT3: EM13LP44	Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso

ABERTURA DE UNIDADE

(Páginas 12 e 13)

A reflexão inicial tem como objetivo levar os estudantes a compreender como o comportamento dos indivíduos interfere na sociedade e a analisar formas de estudá-la. Ao longo dos dois capítulos que compõem a unidade, o foco será a noção do “social” e a relação entre o indivíduo e a sociedade. Analise a imagem apresentada e incentive uma reflexão sobre como a sociedade se compõe. Esse momento é uma oportunidade para o desenvolvimento da **CGEB3**. Organize uma sondagem inicial sobre o tema da unidade utilizando as questões propostas como base.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a expressar seus conhecimentos prévios. Espera-se que eles reconheçam a importância de festas tradicionais para a identidade cultural do povo que as celebra.
2. Resposta pessoal. Convide os estudantes a elaborar hipóteses sobre os sentidos simbólicos do festival das lanternas. Se julgar pertinente, solicite-lhes uma pesquisa breve sobre o assunto para confirmar ou não as hipóteses iniciais. O objetivo é que os estudantes compreendam como os comportamentos são mediados pela cultura, a qual confere sentido às ações dos indivíduos.
3. Resposta pessoal. Deixe que os estudantes se expressem livremente. Incentive-os a perceber a importância das festas populares para a identidade cultural da comunidade onde eles vivem. Caso haja na turma estudantes provenientes de outros estados ou países ou que estejam em trânsito (circenses, ciganos, por exemplo), solicite-lhes que compartilhem algumas informações sobre festas populares dos seus lugares de origem que, possivelmente, sejam desconhecidas dos colegas.

CAPÍTULO 1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A SOCIEDADE (Página 14)

O capítulo apresenta um histórico do pensamento sobre a sociedade com base em diferentes pontos de vista, abordando os distintos tipos de conhecimento e a metodologia de estudo das Ciências Humanas.

Discuta com os estudantes a importância do censo demográfico, destacando que o Censo 2020 foi adiado devido à pandemia. Utilize a imagem do recenseador do IBGE para levantar o conhecimento prévio dos estudantes sobre pesquisas sociais, econômicas e estatísticas. Explique que o censo é fundamental para o planejamento de políticas públicas e serve de referência para outras análises demográficas e socioeconômicas. Oriente o debate inicial com base nas questões propostas.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. O censo demográfico, realizado pelo IBGE, e as sondagens sobre intenção de voto são pesquisas bastante conhecidas, tendo em vista a abrangência da amostra. Também são comuns pesquisas que avaliam a satisfação em relação a um produto ou serviço. Caso alguns estudantes tenham sido entrevistados, pergunte se eles se lembram das perguntas lhes foram feitas. Se nenhum deles responder afirmativamente, uma maneira interessante de começar a atividade seria levar um questionário de alguma pesquisa

existente e aplicá-lo aos estudantes, chamando-lhes a atenção para a metodologia utilizada.

2. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de inferir a necessidade de que o censo demográfico reflita as diferentes realidades presentes no território brasileiro. Para os povos e as comunidades tradicionais, inovações como o questionário de abordagem indígena são importantes para a caracterização do perfil dessas comunidades, favorecendo o reconhecimento de suas especificidades. Em termos da sociedade brasileira, a compreensão das diversas realidades permite ao governo criar políticas públicas mais eficazes que deem conta das diferentes nuances e necessidades demográficas. Se julgar oportuno, comente com os estudantes as inovações para os povos e as comunidades tradicionais apresentadas desde o Censo 2010 e outras específicas do Censo 2022, destacando: consulta prévia e planejamento com órgãos e lideranças indígenas e quilombolas, auxílio de guias comunitários locais e intérpretes, georreferenciamento das áreas demarcadas. O questionário de abordagem indígena visa identificar dados de infraestrutura, recursos naturais, educação, saúde e hábitos relativos àquela aldeia ou comunidade. Para mais informações sobre a coleta de dados junto aos povos e comunidades tradicionais, acesse o portal do Censo 2022, ou o endereço: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/povos-e-comunidades-tradicionais.html> (acesso em: 27 set. 2024).
3. Resposta pessoal. Esse é um momento interessante para descobrir as principais curiosidades dos estudantes em relação às questões sociais. Ajude-os a pensar em estratégias de pesquisa para compreender os fenômenos pelos quais eles demonstram interesse. A abordagem permite desenvolver a **CGEB2**, ao estimular a curiosidade intelectual, incentivando os estudantes a se apropriar de metodologias e instrumentos de pesquisas próprias à ciência.

O ser humano como ser social (Página 15)

Inicie a discussão destacando a influência da cultura na organização social e nos comportamentos individuais, sempre considerando os contextos cultural e histórico. Essa proposta visa incentivar os estudantes a adotar uma postura ética, respeitosa e pautada na valorização dos direitos humanos. Peça à turma que observe as imagens da página, compare-as e reflita a respeito das diferenças culturais. É fundamental que os estudantes sejam orientados sobre a diferença entre procedimentos de comparação e juízo de valor. Comparar um fenômeno social em duas ou mais culturas implica a identificação das semelhanças e das diferenças mediante as quais dado fenômeno se manifesta; o que não significa classificar o valor desse fenômeno ou hierarquizar as culturas. Essa questão será retomada quando os estudantes forem estudar o etnocentrismo e o relativismo cultural, mas é importante que já seja introduzida para pautar o trabalho com os temas do capítulo.

Enfatize o caráter social dos seres humanos e introduza brevemente as ideias dos pensadores Aristóteles e Karl Marx para aprofundar a questão. Ao tratar das ideias de Marx, explique a diferença entre “necessidades do estômago” e “necessidades da imaginação”, mostrando que as primeiras se referem às necessidades mais objetivas em comparação com as segundas, que são mais subjetivas. Opte por usar exemplos cotidianos para responder a eventuais dúvidas dos estudantes. Uma possibilidade é falar da alimentação: comer é uma necessidade humana, pois a digestão dos alimentos fornece nutrientes, vitaminas e energia para o funcionamento do corpo; então, o acesso ao alimento

pode ser caracterizado como uma necessidade do estômago. Contudo, a opção por se alimentar de um ingrediente ou prato é cultural e está relacionada com os significados associados a cada alimento, como em casos de religiões e cultos nos quais os participantes têm restrição no consumo de determinados alimentos (alguns tipos de carne, por exemplo). Nesse caso, portanto, o acesso ao alimento passa a ser caracterizado como uma necessidade da imaginação, uma vez que é decorrente da cultura.

A construção do conhecimento (Página 16)

Examine o conhecimento prévio dos estudantes sobre os tipos de conhecimento (religioso, filosófico, senso comum, científico e outros que possam ser citados) e peça-lhes exemplos, anotando-os na lousa. Se achar necessário, crie uma tabela com as características de cada tipo e discorra com a turma sobre elas. A comparação desses conhecimentos ajuda a desenvolver a habilidade **EM13CHS101** e a **CGEB1**, mostrando como se articulam com os contextos histórico e cultural.

Reforce com os estudantes que os diferentes tipos de conhecimento cumprem propósitos distintos e devem ser considerados em suas particularidades. No âmbito escolar, embora o conhecimento científico seja o mais presente, isso não significa que os demais não sejam considerados legítimos. Explique aos estudantes que pode ocorrer o intercâmbio de saberes entre diferentes tipos de conhecimento, como no caso dos conhecimentos de ervas e plantas medicinais, próprios de povos e comunidades tradicionais, que impactam o estudo na área científica e, depois, orientam o desenvolvimento de remédios pela indústria farmacêutica. Se julgar oportuno, peça aos estudantes que acessem o recurso digital presente nesta página, que aprofunda a perspectiva sobre diferentes tipos de conhecimento.

Use o exemplo de Galileu Galilei para ilustrar a influência da Igreja católica na produção de conhecimento durante a Idade Média, preparando os estudantes para análises posteriores sobre sociedade e contexto dos conhecimentos.

Concepções sobre o conhecimento científico (Página 17)

Explore a classificação das três concepções sobre a ciência, proposta pela filósofa Marilena Chaui: a racionalista, a empirista e a construtivista. Sempre que possível, ao longo do estudo dessa unidade, lembre aos estudantes essa distinção, conforme os pensadores forem sendo apresentados. É oportuno que eles saibam classificar os pensadores em relação ao que cada um entendia como ciência.

Ressalte que o contexto da Grécia Antiga, com pensadores muito afeitos à observação e à contemplação, atitudes bastante incentivadas no ato de filosofar, debruçando-se sobre as aparências e questionando-as, pode ter contribuído para a concepção de verdade associada ao debate da essência e da aparência das coisas.

Chame a atenção dos estudantes para a abordagem construtivista, muito comum nos estudos das Ciências Humanas. Nella, existe um pacto entre os estudiosos, pautado no máximo de cientificidade que eles conseguem obter. Chega-se a um acordo em relação a um método ou a uma definição, e assim se procede até que surja a necessidade de retomar os consensos, de acordo com novos fatos ou questões.

BOXE REFLEXÃO

1. Resposta pessoal. A concepção racionalista, mais pautada pela defesa do conhecimento inteligível, e a concepção empirista, fortemente amparada no conhecimento sensível, são expressas na obra *A escola de Atenas* ao retratar Platão apontando para cima e Aristóteles, para baixo. Incentive os

estudantes a retomar os estudos de Filosofia sobre esses pensadores, no intuito de conseguirem relacionar essas abordagens à produção científica atual. Os estudantes devem ser capazes de concluir que, atualmente, tais abordagens podem ser complementares. Incentive-os, também, a elaborar argumentos que contribuam para uma visão crítica em relação aos paradigmas da ciência. Tendo isso em vista, é possível mencionar a metodologia da concepção construtivista, que entende a ciência como uma verdade provisória e, por isso, sempre passível de complementações.

Ciência e razão (Página 18)

Ao abordar o tópico “Ciência e razão”, o encadeamento entre razão, ciência, conhecimento, verdade e progresso humano deve ser problematizado. Com base no contexto histórico da Segunda Guerra Mundial e nos exemplos das teorias de Marx e Nietzsche, reflita com os estudantes sobre os limites da racionalidade humana. Incentive-os a manifestar suas opiniões com base em argumentos e de maneira crítica e respeitosa.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Arte e análise social

Analise com os estudantes a pintura *O grito*, de Edvard Munch. Contextualize essa obra no movimento artístico expressionista, que evidenciava os sentimentos dos pintores em detrimento da observação da realidade. Incentive os estudantes a estabelecer uma conexão entre a mensagem da obra e a crítica à razão debatida no tópico. Faça algumas perguntas para conduzir essa análise:

- Que cores o artista usou? Na opinião de vocês, por que ele usou essas cores? Como essas cores estão organizadas na obra? Quais efeitos de sentido elas criam?
- Que tipo de formas vocês encontram na obra? Como são essas formas: arredondadas, retas, pontiagudas, pontilhadas? Que efeitos de sentido elas criam?
- Como a obra está organizada? Como é a proporção dos elementos apresentados?
- Depois de fazer uma descrição atenta da obra, o que podemos especular sobre o que o artista quis dizer? Que tipo de mensagem ele tentou passar? O que essa obra representa?
- O que o artista quis dizer com esse título? O título muda o jeito como vocês veem a obra? Vocês dariam outro título a ela? Qual? Por quê?

A análise da obra e a valorização de manifestações artísticas diversas possibilita o desenvolvimento da **CGEB3**.

O conhecimento sobre a sociedade (Página 19)

Retome as discussões sobre a produção do conhecimento para abordar a complexidade específica das Ciências Humanas que envolve a produção de conhecimento sobre a sociedade.

Debata com os estudantes a noção de autoria e o fato de o conhecimento ser sempre construído socialmente. Esclareça a eles que, para inventar algo, uma pessoa precisa se basear no conhecimento já estabelecido para desenvolver a sua invenção. Assim, tanto o conhecimento quanto os produtores do conhecimento são produtos de um contexto histórico e social específico.

É interessante explorar essa questão com exemplos concretos do cotidiano dos jovens. A noção de direito autoral, a de propriedade intelectual e o plágio podem ser trabalhados por meio de exemplos de produção científica e cultural, colaborando

inclusive para que os estudantes evitem práticas de plágio e compreendam o sentido ético dos créditos de autoria.

Explore o contexto da fotografia que apresenta o *Domesday book*, relacionando-o à imagem de abertura do capítulo. Para isso, explique aos estudantes que o levantamento de informações encomendado por Guilherme I, em 1086, na Inglaterra e também os censos demográficos são importantes estratégias para conhecer o perfil demográfico e planejar políticas públicas para gestão do território, da população e das diversas demandas.

O conhecimento está inserido em um contexto (Página 20)

Ao abordar o tópico, é possível partir da leitura do texto de Marx para promover uma discussão com os estudantes sobre a influência do contexto histórico na produção do conhecimento. Incentive-os a expressar seus pontos de vista acerca dessa questão. A discussão sobre diferentes matrizes conceituais e seus contextos históricos permite o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS102**.

Refleta sobre a questão da objetividade nas pesquisas em Ciências Humanas. O envolvimento do pesquisador com o seu objeto de conhecimento não inviabiliza pesquisas, mas apresenta demandas específicas para garantir o rigor dos resultados.

A sociedade como objeto de estudo (Página 21)

O tópico aborda a importância da atitude de estranhamento e desnaturalização para as Ciências Humanas, colaborando para o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS502**. A obra *Guernica*, que ilustra a página, é icônica nesse sentido. Incentive os estudantes a identificar os elementos que a caracterizam e a associar a atitude de estranhamento à desconstrução cubista realizada por Pablo Picasso.

Pode ser interessante perguntar aos estudantes que ferramentas os cientistas sociais poderiam mobilizar para operar o estranhamento, podendo ser elencados: contextualização histórica, dados estatísticos, pesquisa pelos sentidos atribuídos pelos indivíduos a determinados fenômenos ou análise dos papéis a ser desempenhados pelos indivíduos no funcionamento de uma sociedade.

Além disso, é possível trabalhar a atitude de estranhamento e a desnaturalização a partir do desenvolvimento de posturas éticas e de empatia, auxiliando no desenvolvimento das habilidades **EM13CHS501**, **EM13CHS502** e **EM13CHS504**. Nesse momento, o trabalho com essas questões pode ser apenas introdutório, pois, ao estudar a noção de cultura e compreender os mecanismos de análise sobre a diversidade cultural, haverá retomada dessa discussão.

BOXE INTERAÇÃO

1. Peça aos estudantes que selecionem uma música, uma fotografia, uma pintura ou um poema que tenha provocado neles uma sensação de estranhamento. Incentive-os a compartilhar com os colegas, de forma breve, a obra escolhida, o estranhamento despertado e as possíveis descobertas suscitadas por ela.
2. Incentive a troca de ideias entre os estudantes, valorizando suas hipóteses e pedindo a eles que as debatam. Caso julgue necessário, no que se refere ao fato de os estudantes conhecerem mais um país do que outro, destaque alguns fatores que podem influenciar nisso, como o papel do poderio econômico dos países, a proximidade ou a distância territorial, sua representação nos meios de comunicação de massa, a

importação de produtos de alguns países em nosso território e a maior disseminação do idioma utilizado no país; o histórico de migração das famílias dos estudantes também poderá ser ressaltado. A abordagem proposta e a elaboração de hipóteses podem contribuir para o desenvolvimento da **CGEB2** e da **CGEB7**.

As Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia (Página 22)

Para introduzir os estudantes no universo das Ciências Sociais, explore as subdivisões internas dessa área de conhecimento, destacando os estudos de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. É importante ressaltar que, embora essas áreas possam parecer isoladas, o conhecimento gerado por elas é profundamente interligado e complementa outras áreas das Ciências Humanas, como História, Geografia e Filosofia.

Uma evidência da inter-relação entre Antropologia, Ciência Política e Sociologia é o fato de que, no Brasil, a pessoa interessada em atuar em uma dessas carreiras poderá procurar os cursos de Ciências Sociais, em nível de bacharelado e/ou licenciatura. Nesses cursos, terá contato com o arcabouço teórico, conceitual e metodológico básico das três áreas, podendo escolher se enfatizará, ou não, uma delas no restante do período de sua formação. Ao final, o profissional terá o título de Bacharel ou Licenciado em Ciências Sociais.

Ao trabalhar esse conteúdo, procure enfatizar a importância da interdisciplinaridade, mostrando como o entendimento de um fenômeno social, por exemplo um ritual sagrado, pode ser enriquecido pelo uso de conceitos e teorias de diferentes áreas do saber. Dessa forma, os estudantes chegarão à conclusão de que o conhecimento em Ciências Humanas é integrado e multifacetado, preparando-se para analisar a realidade social com uma visão mais ampla e crítica.

BOXE INTERAÇÃO

A proposta desse boxe permite o trabalho interdisciplinar com o componente Matemática, pois mobiliza o desenvolvimento da **CEMAT1** e da habilidade **EM13MAT101**, ao sugerir a interpretação sobre o cenário dos cursos de Ciências Sociais no Brasil por meio da análise do infográfico “Cursos de Graduação em Ciências Sociais no Brasil (2024)”.

1. Região Sudeste. Entre as hipóteses explicativas levantadas pelos estudantes, eles poderão citar a alta concentração demográfica da Região Sudeste. De acordo com o Censo de 2022, a população brasileira é formada por 203 062 512 habitantes, dos quais 84 847 187 estão nessa região, o que corresponde a quase 42% da população. Em razão da alta concentração demográfica do Sudeste, o perfil do mercado de trabalho apresenta maior competitividade e mais exigências, impulsionando a criação de cursos de Ensino Superior, incluindo os de Ciências Sociais. Acolha outras hipóteses explicativas e promova uma discussão coletiva no intuito de revê-las, descartá-las ou validá-las.
2. Dos 112 cursos, 96 oferecem formação em licenciatura (57 oferecem concomitantemente a opção do bacharelado), o equivalente a mais de 85% do total. Incentive os estudantes a analisar o contexto de atuação dos cientistas sociais no Brasil, de forma a ter subsídios para a criação de hipóteses. Se julgar oportuno, comente com os estudantes que, atualmente, a oferta de vagas para cientistas sociais no mercado de trabalho se divide, majoritariamente, entre docência e pesquisa (carreira acadêmica), e atuações correlatas como na área editorial, jornalística e de produção de conteúdo.

Conhecimento e a possibilidade de transformação social (Página 23)

Ao abordar o tópico, é importante ressaltar o potencial da pesquisa científica como ferramenta de transformação social. As pesquisas permitem a compreensão das questões sociais e podem influenciar na elaboração de políticas públicas. Parta do exemplo de Pierre Bourdieu para discutir como a pesquisa científica pode contribuir para desnaturalizar os fenômenos sociais, gerando elementos para a mudança.

Faça, no entanto, uma ressalva, explicando aos estudantes que a prerrogativa de transformar a sociedade não é inerente às pesquisas e aos estudos em Ciências Humanas, configurando-se, apenas, como uma possibilidade. A possibilidade de transformação social pode se dar em virtude da atuação direta do pesquisador, da adoção de estudos por governos como referência na criação de políticas públicas ou do impacto de uma reflexão realizada pela sociedade como um todo. Em longo prazo, dada a natureza das pesquisas em Ciências Humanas, cujas propostas são problematizar questões naturalizadas, o impacto pode ser observado na revisão de mecanismos que perpetuam, historicamente, processos de desigualdade e discriminação.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

1. O convite a desconfiar e a examinar o que é habitual está conectado com a atitude de estranhamento, um exercício comum tanto para as Ciências Humanas como para as artes, em especial, o teatro. O paralelo com o Teatro do Oprimido, em específico, pode orientar o trabalho com o tema contemporâneo transversal, Vida familiar e social, uma vez que sugere um olhar distanciado para a realidade cotidiana, de forma a compreendê-la em toda sua complexidade.

Sugestões para o professor

- » **BOURDIEU, Pierre.** *A distinção: crítica social do julgamento.* Porto Alegre: Zouk, 2007.

Nesse livro, Bourdieu estabelece correspondências entre as práticas culturais e as classes sociais com o objetivo de compreender as relações de poder.

- » **MARX, Karl.** *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.* São Paulo: Boitempo, 2011.

Livro-chave para compreender o papel da política e da história na teoria marxista. Nele, Marx analisa o campesinato e o movimento da classe operária no contexto desse evento político na França.

Atividades (Páginas 24 e 25)

1. a) Galileu mostra entusiasmo pela teoria heliocêntrica. Destaque aos estudantes as características do texto teatral (se necessário, peça ajuda ao professor de Linguagens), o que possibilita a apreciação de manifestações artísticas diversas. Essa abordagem favorece o desenvolvimento da **CGEB3**.
b) Galileu enfrentou o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição da Igreja católica, que considerou suas pesquisas uma heresia. É importante contextualizar a questão da censura da Igreja não apenas como dogma religioso, já que o catolicismo amparava as monarquias e toda a ordem social da época. Assim, questionar os princípios religiosos significava também questionar os princípios do poder social e político vigente. Por outro lado, pode-se mencionar nesse contexto o Renascimento como um fator favorável à produção do conhecimento científico. Essa é uma oportunidade para desenvolver a habilidade **EM13CNT201**, pois reforça o trabalho com a compreensão de diferentes modelos explicativos sobre a Terra e o Universo.

c) Trata-se de um exercício importante para situar a construção do pensamento científico dentro do conjunto de pensamentos da sociedade. É possível mencionar o choque dos princípios e valores científicos com os valores religiosos, econômicos e morais. Como exemplos de pesquisas polêmicas, é possível mencionar o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados, a criação de inteligência artificial, entre outros.

2. a) A tira questiona o ponto de vista dos seres humanos, que acreditam ser o centro do Universo, brincando com a noção de ponto de vista e referencial.
b) Espera-se que os estudantes interpretem a tira como uma problematização em relação ao paradigma da razão e do indivíduo na modernidade, já que o rato coloca em dúvida esse consenso estabelecido, segundo o qual o indivíduo racional é tomado como centro de compreensão dos fenômenos.
3. Alternativa e.
4. Alternativa d.
5. Alternativa a.
6. Alternativa b.
7. Alternativa b.

Estúdio do pensamento social (Páginas 26 e 27)

Essa seção, presente em todos os capítulos deste volume, tem o objetivo de apresentar mais detalhadamente as contribuições teóricas, conceituais e metodológicas de cientistas sociais no Brasil. Embora o enfoque seja a realidade brasileira, as reflexões suscitadas são importantes para compreender o percurso de algumas questões fundamentais das Ciências Sociais, como campo do saber.

Os elementos a seguir especificam a estrutura básica da seção e se repetem em todas as ocorrências.

- Texto introdutório: visa contextualizar as reflexões do capítulo com as ideias do(da) cientista social que tematiza a seção, evidenciando como suas contribuições podem ser relacionadas aos temas discutidos, aprofundando-os.
- Perfil: oferece informações gerais e sintéticas sobre a biografia, a formação e a atuação profissional do(da) cientista social que tematiza a seção.
- Obras-chave: apresenta algumas obras do(da) cientista social que dialogam com os temas do capítulo. Como não seria possível listar todas as obras, optou-se por selecionar as principais e apresentá-las em ordem cronológica, começando pela mais recente e indicando a data da primeira publicação. Essa escolha auxilia o trabalho docente, pois as obras mais contemporâneas tendem a ser mais facilmente acessadas, em caso de necessidade ou de desejo de aprofundar o estudo de algumas delas.
- Em leitura: esse elemento coloca o estudante em contato direto com o texto de autoria do(da) cientista social que tematiza a seção, favorecendo a leitura de textos científicos e acadêmicos e incentivando o contato com termos e vocabulários pertinentes às Ciências Sociais brasileiras.
- Para concluir: propõe aos estudantes atividades orientadas pelo texto do(da) cientista social e que aprofundam problematizações pertinentes aos temas do capítulo.
Nesse capítulo, os estudantes terão a oportunidade de explorar as contribuições de Roberto DaMatta para a compreensão da sociedade brasileira, especialmente no campo da Antropologia e do fazer sociológico e antropológico. Para abordar temas como

Carnaval, autoritarismo e hierarquias sociais, DaMatta destaca ferramentas para interpretar os rituais e os costumes que definem nossa identidade cultural. Por essa razão, é importante enfatizar a metodologia proposta pelo estudioso, que sugere o distanciamento crítico para desnaturalizar o familiar e a relativização para aproximar o exótico. Essa abordagem permite aos estudantes desenvolver uma análise mais profunda e reflexiva sobre a sociedade, entendendo que os estudos em Ciências Sociais requerem tanto a objetividade quanto a sensibilidade para o ponto de vista do outro.

As habilidades a serem desenvolvidas durante essa seção são **EM13CHS101**, **EM13CHS104** e **EM13CHS501**.

PARA CONCLUIR

1. a) Resposta pessoal. Os estudantes devem retomar a ideia de transformar o familiar em exótico pelo distanciamento, tal como sugerido por DaMatta, assim como a noção de estranhamento, trabalhada no capítulo. Reforce com eles que o afastamento diante da realidade conhecida é importante para manter a imparcialidade e a objetividade científica, a fim de evitar análises e conclusões apressadas que reforcem ideias do senso comum.
b) Resposta pessoal. Os estudantes devem retomar a ideia de transformar o exótico em familiar por meio da relativização, compreendendo os nexos de sentido em relação ao casamento tal como observado na Índia. Novamente, reforce com a turma que esse procedimento garante maior objetividade na produção do conhecimento, evitando que o analista realize juízos de valor e reproduza preconceitos e estereótipos.
c) Resposta pessoal. Os estudantes devem compreender que um pesquisador das Ciências Sociais, considerando a complexidade dos fenômenos sociais que estuda e a necessidade de adotar métodos que garantam certa objetividade, não pode se valer de conhecimentos do senso comum ou de ideias pré-concebidas e estereotipadas sobre o tema de estudo. Nesse sentido, seja estudando a própria sociedade, seja estudando uma sociedade diferente, o cientista social deve se desvencilhar de crenças e opiniões que criem uma parcialidade, procurando adotar estratégias que lhe permitam acessar os significados mais profundos dos fenômenos sociais que estuda.

Práticas de texto (Páginas 28 e 29)

Ao guiar os estudantes na elaboração de crônicas, incentive-os a adotar a postura de estranhamento, característica das Ciências Sociais. Esse exercício os desafia a observar cenas cotidianas sob um olhar crítico e distanciando, transformando o familiar em algo digno de análise e reflexão. A produção da crônica, além de desenvolver habilidades de escrita e observação, permite que os estudantes expressem suas percepções sobre o cotidiano de maneira criativa e reflexiva. Encoraje-os a experimentar diferentes tons narrativos e a valorizar a revisão colaborativa para aprimorar suas produções textuais.

Ao desenvolver a leitura da crônica de Lya Luft e propor, se for o caso, a leitura de outras crônicas, inclusive de diferentes tipos, é possível mobilizar o trabalho com as habilidades **EM13LP45** e **EM13LP48**. Se possível, realize a proposta da seção em interdisciplinaridade com o professor responsável pelo componente curricular Língua Portuguesa, no intuito de oferecer aos estudantes mais subsídios sobre o gênero textual e suas características.

CAPÍTULO 2 A RELAÇÃO ENTRE INDIVÍDUO E SOCIEDADE (Página 30)

O capítulo aborda a relação entre o indivíduo e a sociedade com base na análise de teorias clássicas e contemporâneas. Desse modo, o conteúdo permite a reflexão sobre o processo de socialização dos indivíduos e a construção de identidades e papéis sociais e destaca a importância da ética para a convivência em sociedade. Além de outras competências e habilidades que serão discriminadas ao longo das orientações, o capítulo enfatiza o trabalho com a **CGEB6** e as habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS504**.

A imagem de abertura do capítulo retrata pessoas praticando ioga em um espaço público. A análise dessa situação possibilita a reflexão sobre as diversas dimensões do debate acerca da relação entre o indivíduo e a sociedade. Observe a imagem com os estudantes e conduza o debate por meio das questões propostas, ampliando-as, se julgar conveniente.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. É importante levantar a diversidade de sentidos que uma mesma ação, realizada por indivíduos distintos, pode contemplar. É possível que as pessoas retratadas na imagem busquem essa prática para o bem-estar físico e mental, para encontrar amigos ou manter o corpo saudável e evitar o sedentarismo, por exemplo.
2. Resposta pessoal. A questão favorece a reflexão sobre as fronteiras entre o que é individual e o que é coletivo. Procure abrir espaço para que os estudantes expressem sensações e reflexões sobre o tema. A reflexão proposta permite desenvolver a **CGEB8** por meio da promoção do autoconhecimento.
3. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a refletir sobre a influência do contexto social em seus gostos e preferências. Essa questão também possibilita o trabalho com a **CGEB8**.

A relação entre indivíduo e sociedade: abordagens clássicas (Página 31)

Chame a atenção dos estudantes para a centralidade da discussão em torno da relação entre indivíduo e sociedade nas teorias elaboradas por cientistas sociais. Reflita com eles sobre as perguntas que iniciam o tema e incentive-os a expressar seus pontos de vista de maneira crítica e baseada em argumentos. Ao analisar as diferentes teorias sociais sobre a vida em sociedade, esse tema auxilia na desnaturalização de comportamentos socialmente construídos, incentivando o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS502**.

Positivismo: estática e dinâmica social (Página 31)

Ao abordar as contribuições de Auguste Comte e do Positivismo para a emergência da Sociologia como ciência, explique aos estudantes que tal pensador desenvolveu o Positivismo para entender as transformações sociais do século XIX. Comte introduziu os conceitos de estática social, que estuda a ordem e a coesão na sociedade, e a dinâmica social, que analisa as mudanças e o progresso, traduzindo o lema positivista “O amor por princípio, a ordem por base, e o progresso por fim.”. Ele classificou a organização das sociedades em uma escala evolutiva tipificada em três estados: teológico, metafísico e positivo, sendo o último focado no conhecimento científico como ideal. A Sociologia, primeiramente conhecida como Física

Social, se tornou, após as primeiras reflexões de Comte, uma ferramenta científica fundamental para entender e explicar problemas sociais.

BOXE REFLEXÃO

1. Resposta pessoal. Com base no que foi estudado, os estudantes podem inferir que o lema inscrito no templo da fotografia pode ser compreendido da seguinte forma: “amor” se refere ao pressuposto de uma unidade moral entre os seres humanos; “ordem” diz respeito à estática social e revela os princípios necessários para a estabilidade e a manutenção de uma sociedade; e “progresso” traduz a compreensão sobre a dinâmica social, que se pautaria na ciência para a melhoria contínua da sociedade.
2. “Ordem e progresso” é a expressão estampada na bandeira brasileira, que foi oficializada quatro dias após a Proclamação da República. Para aprofundar a análise sobre o impacto das ideias positivistas no movimento republicano no Brasil, é possível pedir ao professor de História que ofereça detalhes sobre o tema aos estudantes, permitindo a eles que confirmem ou neguem as hipóteses criadas. Se julgar oportuno, comente com os estudantes que essa expressão foi retomada pelo ex-presidente Michel Temer, que a adotou como *slogan* enquanto governou o Brasil, entre agosto de 2016 e dezembro de 2018.

A sociedade determina os indivíduos: Émile Durkheim (Página 32)

Ao longo do volume, o trabalho com noções e conceitos dos três autores basilares da Sociologia (Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber) será evidenciado em diferentes momentos. Se julgar conveniente, explique aos estudantes que as ideias desses pensadores são referências para o diálogo até hoje nas pesquisas em Ciências Sociais.

Ao introduzir as primeiras ideias de Émile Durkheim, é importante destacar a ênfase que o pensador dá à primazia da sociedade em relação aos indivíduos, especialmente pela compreensão do conceito de fato social. Discuta as características dos fatos sociais tais como preconizadas por Durkheim utilizando exemplos ilustrativos extraídos do contexto dos estudantes. Para complementar a discussão, apresente-lhes os conceitos de normal e patológico, refletindo sobre como essas categorias sociais influenciam o comportamento dos indivíduos.

BOXE REFLEXÃO

1. Resposta pessoal. “Normal” para Durkheim está associado à norma, ao padrão. Se os estudantes desconhecerem esse uso, aprofunde-o por meio dos exemplos do texto. Enfatize que não se trata de um julgamento de valor. Exercer a curiosidade intelectual para compreender o uso de conceitos possibilita o trabalho com a **CGEB2**.
2. Resposta pessoal. O trecho menciona a questão de os fatos sociais não serem modificáveis à vontade, ou seja, é um método que enxerga a ação individual com muito pouco espaço em relação às forças sociais que agem sobre ela.

Relação recíproca entre indivíduo e sociedade: Karl Marx e Friedrich Engels (Página 33)

Ao abordar o tópico, desenvolva com os estudantes o conceito de classe social formulado por Karl Marx e Friedrich Engels. Esse conceito é fundamental, pois destaca a posição econômica

e a condição material como fatores determinantes na constituição das subjetividades. Aproveite para contextualizar o pensamento marxista em relação à Revolução Industrial, na qual as condições materiais da classe burguesa destoavam bastante das condições da classe proletária. Chame a atenção dos estudantes também para o fato de que os pensadores defendiam a articulação e a tomada de consciência da classe proletária na luta de classes pela transformação social via emancipação (essa reflexão será aprofundada em outro capítulo, mas é possível introduzir o tema com os estudantes). Com base nessas análises, reflita com eles sobre a concepção marxista da relação entre o indivíduo e a sociedade, em que os indivíduos, enquanto coletivo, têm força de ação, mas encontram-se limitados pelo contexto histórico em que vivem e pelas condições materiais de existência em que estão inseridos. Verifique se os estudantes têm dúvidas e complemente a discussão com exemplos do cotidiano deles.

Os indivíduos determinam a sociedade: Max Weber (Página 34)

O trabalho com esse tópico possibilita a reflexão sobre os conceitos de ação social e de tipos ideais, forma encontrada por Max Weber para analisar os sentidos das ações individuais. Diferencie os tipos de ação elencados por Weber, ilustrando-os com exemplos. Explique aos estudantes que, segundo Weber, ainda que um tipo ideal de ação social seja predominante em determinado caso, isso não significa que não existam ali traços de outros tipos de ação social.

É interessante, nesse momento, comparar os procedimentos de cada autor estudado para responder a questões muito semelhantes, enfatizando o papel que o uso de conceitos articulados dentro de uma teoria determinada, com metodologia específica, tem na construção do conhecimento. Essa reflexão pode ser mobilizada por meio das questões sugeridas no box *Interação*, que estimula a reflexão durante as aulas.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Convide os estudantes a enquadrar as questões pessoais dentro dos campos de interesse dos autores: para Durkheim, coerção social, padronizações e desvios; para Marx, impactos econômicos, históricos e políticos; para Weber, sentidos das ações. Essa abordagem pode contribuir para o desenvolvimento da **CGEB1**.
2. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a refletir sobre as principais questões sociais que afetam a vida deles e a comunidade em que vivem. Na sequência, auxilie-os a mobilizar os conceitos estudados que responderiam melhor às questões levantadas. Se julgar adequado, amplie a proposta dessa atividade, sugerindo aos estudantes que montem grupos para discutir as questões.

Sugestões para o professor

» DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Esse livro, que lança as bases da metodologia de Émile Durkheim, marcou profundamente a escola sociológica francesa e o estabelecimento da Sociologia como disciplina.

» MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Esse livro é um excelente referencial para compreender a questão das classes sociais e da metodologia histórica dialética proposta pelos autores.

» **WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2000. v. 1.** Esse livro foi organizado após a morte de Weber e inclui muito de sua produção mais madura. É recomendado para a compreensão da influência da hermenêutica na Sociologia.

Teorias sociológicas contemporâneas: sociedade e indivíduos nos antagonismos (Página 35)

Inicie a reflexão sobre as teorias sociológicas contemporâneas mobilizando alguns autores que serão abordados mais especificamente na sequência. Essas teorias tendem a enfatizar a questão das interações sociais a partir de investigações sobre os hábitos e os costumes que influenciam e são influenciados pelos comportamentos individuais.

Norbert Elias e Richard Sennet (Página 35)

Apresente aos estudantes a perspectiva de Norbert Elias sobre o processo civilizador, chamando a atenção para os hábitos naturalizados no cotidiano deles que evidenciam a cristalização de determinados padrões de certo e errado ao longo do processo histórico. Além disso, problematize como as transformações desses mesmos hábitos, ao longo do tempo, mostram como os usos individuais de certas práticas e comportamentos reverberam nas sociedades, modificando-as.

Esse aspecto pode ser aprofundado tomando como base as contribuições de Richard Sennet, que interpreta como a sociedade de consumo intensifica o individualismo em detrimento da valorização da coletividade.

Erving Goffman e Pierre Bourdieu (Página 36)

Com o objetivo de contextualizar as contribuições de Goffman para análise da relação entre sociedade e indivíduo, apresente aos estudantes a metáfora teatral utilizada pelo pensador, enfatizando a importância que ele relega à interação entre os indivíduos e aos papéis que estes desempenham em diferentes cenas e contextos sociais.

O trabalho com a perspectiva de Pierre Bourdieu sobre produção e reprodução social permite aos estudantes compreender o sistema de dominação e de privilégios que posiciona socialmente os indivíduos, atribuindo-lhes maior ou menor *status*, com base na distribuição de diferentes capitais, inclusive o capital cultural, que tematiza o boxe *Reflexão*.

BOXE REFLEXÃO

1. Espera-se que os estudantes associem o capital cultural aos saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e transmitidos nas classes sociais mais favorecidas. Desse modo, os indivíduos que pertencem a famílias privilegiadas têm mais oportunidades de ser reconhecidos na instituição escolar e, portanto, de manter seus privilégios na sociedade. Assim, para Bourdieu, as hierarquias sociais não são determinadas apenas pelo capital econômico, mas também pelo capital cultural.

O processo de socialização (Página 37)

Comece o trabalho com esse tópico enfatizando o caráter processual da socialização, pois as mecanismos para que o indivíduo seja integrado à sociedade não se esgotam, já que as sociedades estão em constante transformação, exigindo do indivíduo que ele se adapte a novos contextos, códigos de conduta e padrões de comportamento. Reflita sobre a socialização primária

e a secundária, bem como sua articulação com os conceitos de identidade e de papel social. Analise com os estudantes as imagens da página e chame a atenção deles para o fato de a socialização variar de acordo com o contexto cultural.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Brincadeiras e identidade

Solicite aos estudantes que pesquisem as brincadeiras em diferentes comunidades, no Brasil e no exterior. Para isso, eles podem consultar o mapeamento realizado pelo projeto Território do Brincar (disponível em: <https://territoriodobrincar.com.br/brincadeiras-pelo-brasil/>; acesso em: 7 set. 2024), além de documentos e pesquisas complementares. A proposta da atividade visa incentivar os estudantes a reconhecer como as brincadeiras de diferentes localidades contribuem para a construção das identidades e dos papéis sociais.

Peça a cada estudante que escolha uma das brincadeiras do site (ou de materiais complementares) para analisar, procurando responder a estas questões norteadoras:

- Qual é a localidade dessa brincadeira? Como ela surgiu?
- Como é a brincadeira? Quais são as regras?
- Em sua opinião, qual é a relação dessa brincadeira com a cultura em que está inserida?
- Essa brincadeira contribui para o preparo da criança para a vida adulta? De que maneira?
- Há alguma brincadeira semelhante a essa no lugar onde você vive? Como é essa brincadeira?

Ao final, cada estudante poderá apresentar um relatório com as informações à turma. Esse relatório pode ser escrito ou apresentado por meio de ferramentas digitais, se estas estiverem disponíveis na escola. Há ainda a possibilidade de planejar um dia de brincadeiras na escola com o objetivo de favorecer o protagonismo dos estudantes que seriam os mediadores das brincadeiras pesquisadas, orientando sua condução e explicando seus procedimentos. Esse tipo de proposta também contribui para que os estudantes tenham contato com aspectos lúdicos do conhecimento, favorecendo o processo de aprendizagem e o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Papéis sociais e identidades na juventude (Página 38)

O trabalho com esse tópico possibilita a discussão dos temas anteriores a partir do recorte da juventude, considerada em toda a sua diversidade. Chame a atenção dos estudantes para as noções de estereótipo, hierarquia e *status* social e como elas são articuladas para compreender a ação das influências sociais na conformação das subjetividades. Nesse sentido, o respeito e o combate ao preconceito são atitudes importantes e que devem ser valorizadas nos processos de formação da identidade, o que contribui para o desenvolvimento da habilidade **EM13CH502**.

Ressalte também a importância das políticas públicas voltadas para os jovens, para que eles tenham acesso a seus direitos e possam se desenvolver de maneira saudável e cidadã. O debate sobre os papéis sociais contribui para a compreensão das transformações sociais e seus impactos na vida dos jovens, colaborando para o desenvolvimento da habilidade **EM13CH504** e da **CGEB6**.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

1. Resposta pessoal. A fala da Mafalda não seria classificada como etarista, porque não demonstra uma forma de discriminação. Sua fala pode ser explicada pela maneira como

varia a percepção sobre ser jovem/velho, mas sem indicar um juízo de valor. Ressalte aos estudantes o caráter contextual da linguagem, explicando-lhes que a mesma fala, se proferida em contexto discursivo diferente, pode ser interpretada como etarismo.

2. O conteúdo desse boxe mobiliza o trabalho com o tema contemporâneo transversal Processo de envelhecimento, respeito e valorização da pessoa idosa. Ao propor a discussão, explique aos estudantes que qualquer fala ou comportamento que estereotipa ou segrega uma pessoa em função de sua idade pode ser identificado como etarismo. Embora essa prática seja muito comum, é preciso que as gerações, especialmente as juventudes, ressignifiquem o processo de envelhecimento, valorizando os saberes acumulados ao longo das gerações, ainda que seja como ponto de partida para a transformação social, se for o caso.

Sugestão para o professor

» ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

Nesse livro, o autor traça um panorama da história dos costumes desde a formação do Estado moderno e discute as reverberações disso para o que se entende como “civilização”.

O papel da ética (Página 39)

O tema explora o papel da ética na coexistência harmônica entre os seres humanos por meio da autorreflexão e da regulação das ações, desenvolvendo a habilidade **EM13CHS501**. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é destacada como fundamental para esse debate, promovendo a habilidade **EM13CHS502** ao demonstrar como esses direitos se tornaram um marco internacional de consenso sobre atos de não agressão. O texto aborda a contribuição de filósofos para a ética, especialmente sobre o conflito entre desejos individuais e deveres morais sociais. Incentive os estudantes a refletir sobre essas questões, organizando um debate sobre o conflito entre interesses individuais e valores coletivos, e proponha a discussão de soluções para garantir o bem-estar coletivo e a convivência pacífica na sociedade.

Atividades (Páginas 40 e 41)

1. a) A tira se refere à pandemia de covid-19 no Brasil, causada pelo vírus SARS-CoV-2.
b) As personagens dão conselhos sobre atitudes que colaborariam no combate à disseminação do vírus. Trata-se de conselhos de ações realizadas por indivíduos, mas que, por se direcionarem ao outro, podem ser consideradas ações sociais.
c) As ações descritas fazem parte da categoria ação social racional com relação a fins. Como as três objetivam o controle do vírus, são fundamentadas na racionalidade e com uma finalidade específica. É interessante debater com os estudantes as fronteiras dessa categorização. O conselho de lavar as mãos, por exemplo, não pode ser relacionado com a ação social tradicional; apesar de configurar uma tradição, um costume, ele tem como fundamento uma ação social racional com relação a fins, mesmo que seja incorporada pelo indivíduo como obrigação ou costume. Descansar não pode ser tratado como uma ação social com relação à valorização do descanso, pois este também não é o centro da ação; descansa-se para chegar a um objetivo. Por fim, a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e da universidade pública não pode ser

associada à ação social afetiva, no sentido de que quem os defende tenha algum vínculo emocional específico; ainda que haja afeto envolvido, o motivo predominante é uma inferência lógica sobre o sucateamento dos serviços públicos, que leva à fragilidade das políticas de prevenção.

2. Alternativa d.
3. Resposta pessoal. Oriente os estudantes na realização da pesquisa. As bases de dados do IBGE e do Ipea podem ser recomendadas. É importante avaliar a habilidade de vinculação entre o plano internacional e o local e a concretude e pertinência das propostas apresentadas, para que não sejam genéricas ou abstratas demais. A atividade incentiva o respeito e a valorização dos direitos humanos, o que favorece o trabalho com a **CGEB1** e o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS502**. Incentive os estudantes a organizar os argumentos e a sustentá-los no texto, o que favorece o trabalho com a **CGEB7**.
4. Com base na leitura do texto, é possível refletir sobre a relação entre consciência individual e consciência coletiva no contexto do pensamento de Durkheim, em que a segunda tem primazia em relação à primeira. Aproveite a oportunidade para retomar com os estudantes o conceito de fato social e a sua importância para a teoria de Durkheim. Verifique se os estudantes ainda têm dúvidas e busque saná-las com exemplos próximos da realidade deles.
5. Alternativa d.
6. Alternativa a.
7. Alternativa d.
8. Alternativa c.

Ampliando (Páginas 42 e 43)

A atividade proposta nessa seção é uma excelente oportunidade para os estudantes se aproximarem das teorias de Charles Wright Mills, um dos sociólogos mais importantes do século XX. Trabalhando com questões, mais do que com respostas, o autor oferece muito ensejo a reflexões.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes tenham concluído que Wright Mills propõe o exercício da imaginação sociológica para compreender a realidade social a partir de questionamentos, estabelecendo inclusive conexões com outros saberes, de forma a identificar os nexos entre a ação individual e o contexto social.
2. Auxilie os estudantes a selecionar um dos hábitos listados pela dupla. Incentive-os a aprofundar a análise, buscando olhar para esse hábito com distanciamento. O objetivo é desenvolver a curiosidade intelectual dos estudantes, desafiando-os a refletir sobre o fenômeno escolhido, desnaturalizando-o.

Sugestão para o professor

» MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

Esse livro estimula o pensar sociológico como procedimento de pesquisa, favorecendo o reconhecimento de estratégias peculiares ao fazer sociológico.

Estúdio do pensamento social

(Páginas 44 e 45)

Para abordar o tema da relação entre o indivíduo e a sociedade, focando nos papéis sociais e na juventude, introduza o pensamento de Marialice Foracchi como uma figura central nos

estudos sobre juventude, educação e ação política. Explique que Foracchi analisou como os jovens, especialmente os estudantes da classe média, veem a educação como um meio de ascensão social e de transformação, embora ela observe que essa ascensão já é pré-determinada por condições de classe. Incentive a reflexão sobre como as relações interpessoais e intergeracionais influenciam a conformação da juventude e a importância da educação nesse processo. Nessa seção, oportuniza-se o desenvolvimento das habilidades **EM13CNT207**, **EM13CHS205** e **EM13CHS404**.

PARA CONCLUIR

1. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a refletir sobre a cobrança que existe em relação aos jovens para que eles decidam o que fazer no futuro. Problematize se as cobranças atuais são as mesmas daquelas que eram impostas aos jovens das gerações anteriores à deles. Essa atividade permite mobilizar o trabalho com o projeto de vida do estudante, orientando uma discussão mais aprofundada sobre os fatores a se considerar para ingressar em uma profissão (realização pessoal, impacto na realidade social, estabilidade financeira).
2. Resposta pessoal. As alterações nas formas de ingresso no Ensino Superior, a ampliação do número de vagas e as políticas afirmativas têm possibilitado que, progressivamente, mais estudantes provenientes das classes D e E ingressem no Ensino Superior, configurando, nesses casos, a ascensão social. Apesar disso, carreiras mais concorridas, como medicina, continuam apresentando um perfil que reproduz os privilégios de classe.

Práticas de pesquisa (Páginas 46 e 47)

A seção pretende desenvolver as habilidades de pesquisa, coleta e análise de informações. Para auxiliar a abordagem da metodologia de pesquisa adotada em cada ocorrência dessa seção, será apresentado um glossário ao professor, além de orientações que complementam os procedimentos especificados no Livro do Estudante.

■ **Pesquisa-ação:** metodologia de pesquisa empírica orientada para a investigação e a intervenção sobre algum aspecto ou fenômeno social.

Na proposta dessa unidade, os estudantes vão realizar uma pesquisa-ação sobre o desenvolvimento de um canal de comunicação em mídias sociais que impulse o empoderamento juvenil. Ao incentivar o uso crítico e consciente das mídias sociais, a valorização das trocas de saberes e a reflexão sobre os próprios projetos de vida, os estudantes trabalham parcialmente a **CGEB5** e a **CGEB6**.

Introduza o assunto explicando alguns conceitos importantes relacionados à ideia de empoderamento social. Para isso, faça a distinção entre empoderamento individual, empoderamento corporativo e empoderamento social, inserindo esses conceitos no contexto da cultura juvenil. A distinção dos tipos de empoderamento, ainda que breve, pode ajudar os estudantes a diferenciar iniciativas diversas para a conquista da autonomia que se expressa nas diferentes relações de poder existentes. Para isso, você pode trabalhar o assunto exibindo aos estudantes vídeos ou fragmentos de filmes em que o tema do empoderamento seja focalizado em ações juvenis. Use esses audiovisuais para levantar temas que possam despertar o interesse da turma para assuntos vivenciados na comunidade. Algumas sugestões:

» **Fala tu.** Direção: Guilherme Coelho e Nathaniel Leclery. Brasil, 2003 (74 min).

O documentário trata da vida de três jovens moradores da Zona Norte do Rio de Janeiro que têm um ponto em comum: o sonho de conseguir um espaço na cena musical por meio do *rap*, expressão muito popular nas comunidades cariocas. No filme são evidenciadas as lutas dos indivíduos e as transformações vividas por eles durante os meses de filmagem.

» **Jornadas e juventudes rurais.** Direção: Aída Marques e Beto Novaes. Brasil, 2015 (7 min).

O documentário registra a rotina de importante parcela da juventude brasileira que reivindica políticas agrícolas, equipamentos de saúde e lazer, acesso à terra, acesso à educação de qualidade e oferta de atividades culturais.

Após essa abordagem temática, é fundamental explicar o contexto da pesquisa-ação, esclarecendo principalmente que a pesquisa trata de uma investigação em que o objeto pesquisado precisa ser uma intervenção (ação de transformação da realidade), no caso, a criação de um canal direcionado aos jovens para fomentar o empoderamento juvenil.

Assim, o processo de criação do canal será constantemente incrementado pelas reflexões do grupo durante o processo. Para isso, é preciso organizar os estudantes para que essas reflexões aconteçam de modo periódico e que sejam registradas na forma de um diário de bordo, o qual servirá de consulta para a posterior compilação no formato de relatório. Estabeleça desde o princípio as datas dessas reuniões e organize-as de acordo com o ciclo da pesquisa-ação.

Para os casos em que a pesquisa realmente tenha promovido uma mobilização juvenil em torno de uma problemática específica com efeitos na realidade concreta – por exemplo, a realização de um evento, de uma manifestação pública ou de um protesto –, será importante que você acompanhe os estudantes e os oriente sobre como realizar uma observação participante que possa incrementar as reflexões da pesquisa-ação em curso.

Finalmente, é preciso conduzir os estudantes para a apreensão dos resultados, auxiliando-os a resumir os resultados da pesquisa. Nesse momento, é interessante convidar as outras turmas para expressar suas opiniões sobre o que foi realizado, de modo a motivar os estudantes a dar continuidade aos canais, que poderão receber colaboração de outros jovens da escola.

A abordagem contribui para o desenvolvimento da **CGEB4** e da habilidade **EM13CHS606**. Além disso, a proposta também mobiliza as habilidades **EM13LP20**, **EM13LP43**, **EM13LP44**, **EM13CNT301** e **EM13CNT302**.

O que aprendi: autoavaliação (Páginas 48 e 49)

Na autoavaliação, incentive os estudantes a refletir criticamente sobre a própria postura diante de cumprimento de prazos, engajamento, colaboração, proatividade, autonomia e busca por aprofundamento. Esse processo os ajuda a identificar pontos fortes e áreas de melhoria, promovendo um aprendizado mais consciente e autônomo. A proposta da seção é retomar, ao final de todas as unidades, perguntas relacionadas aos temas abordados nos capítulos.

Para ir além (Páginas 50 e 51)

A seção apresenta diversas indicações de filmes, livros, documentários e outros materiais. Se considerar adequado, leia as sinopses de cada indicação com os estudantes e promova sessões de leitura ou exibição dos audiovisuais sugeridos. Ao final de cada unidade, a proposta da seção é reiterada com novas indicações, que dialogam com os temas desenvolvidos nos capítulos.

ABERTURA DE UNIDADE

(Páginas 52 e 53)

Solicite aos estudantes que observem a imagem da abertura sem ler a legenda e o texto da página, instigando-os a inferir de que trata a imagem. Depois, peça-lhes que leiam a legenda e volte a perguntar a eles se o que haviam imaginado se confirmou após a leitura. A imagem retrata uma *arpillera* produzida por mulheres chilenas para denunciar os desaparecidos durante a ditadura militar no Chile, que perdurou de 1973 a 1990. Peça aos estudantes que observem novamente a imagem e identifiquem os elementos que retratam essa realidade – os quadros com figuras de pessoas desaparecidas, a frase “*Donde estan las desaparecidas*” e a expressão “*Justicia*”. Depois, destaque que a técnica artística *arpillera* consiste em bordados feitos com retalhos de pano, com cores diversas de linha, evidenciando os pontos da costura. Mencione aos estudantes que essa técnica é parte de um processo cultural e de resistência e é usada para denunciar uma situação vivenciada pela comunidade. Pode-se perguntar aos estudantes se já realizaram algum tipo de bordado, se conhecem alguém que utiliza essa técnica e em qual contexto. Na sequência, leia com os estudantes o texto de abertura, sobre a origem das *arpilleras*, e peça a eles que leiam, reflitam e respondam às questões propostas, que visam resgatar conhecimentos prévios e propor o debate sobre cultura e arte. A valorização da arte como forma de resistência possibilita o desenvolvimento da CGEB3.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. O objetivo da questão é incentivar o debate sobre o conceito de arte para verificar se os estudantes reproduzem ou transcendem a associação entre arte, beleza e virtuosidade técnica. Trata-se também de uma oportunidade de mapear o repertório dos estudantes em relação às diversas funções da arte, incluindo expressões de pontos de vista e de vínculos interpessoais.
2. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a analisar a imagem e expor livremente as suas opiniões. Espera-se que eles respondam que a arte pode ser uma maneira de expressar insatisfação e é utilizada como resistência por diversos povos, como as comunidades que elaboram as *arpilleras*. Se julgar conveniente, amplie a proposta da atividade e pergunte aos estudantes se conhecem outros exemplos de arte e de manifestações artísticas que contribuem para a resistência de mulheres ou de outros grupos historicamente subalternizados como negros, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV, pessoas de comunidades periféricas, entre outros. Dependendo do envolvimento dos estudantes com a atividade e do perfil da turma, é possível estabelecer uma parceria com o professor de Artes, propondo uma exposição que apresente obras e manifestações artísticas (autorais ou não) cuja intencionalidade dialogue com processos de resistência. Como decorrência dessa abordagem, pode-se enfatizar o desenvolvimento das habilidades EM13LGG201, EM13LGG202, EM13LGG203 e EM13LGG204.
3. Resposta pessoal. Com base nas respostas que surgem para as questões, é possível perceber quão familiarizados os estudantes estão com o conceito de indústria cultural e com a problematização das habituais relações de consumo. Deixe que eles se expressem livremente. É importante que eles

saibam distinguir dois eventos relacionados à reprodução e à comercialização de arte. Há casos em que os artistas criam com o objetivo de reproduzir e comercializar a peça, tanto quanto seja possível; e há casos, no entanto, que, embora esse não fosse o objetivo do artista, sua produção acaba sendo incorporada pela indústria cultural. Um exemplo ilustrativo desse segundo evento se dá quando obras de arte, de peça única, passam a ser reproduzidas em estampas de roupas ou de cadernos.

CAPÍTULO 3 O QUE É CULTURA?

(Página 54)

O capítulo aborda o caráter polissêmico da cultura, analisando seus significados em diferentes contextos históricos, com ênfase na crítica ao etnocentrismo e na valorização da alteridade e da diversidade cultural. Peça aos estudantes que observem a imagem de abertura do capítulo e reflitam sobre a importância de eventos como o retratado na construção da identidade de um grupo. Para relacionar essa imagem com a da abertura da unidade, proponha a seguinte questão: “Uma *arpillera*, como a retratada na abertura da unidade, poderia estar presente em uma feira de ciências?”. Com base nessa discussão, oriente o debate sobre as imagens e o texto introdutório. Incentive a troca de experiências entre os estudantes e utilize suas respostas para avaliar o conhecimento que eles têm sobre eventos culturais.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Explore a imagem com os estudantes. Caso eles não tenham referencial desses eventos, compartilhe com eles seus referenciais e, se for possível, selecione imagens de eventos como esse que tenham acontecido na região onde se localiza a escola. Espera-se que os estudantes reflitam sobre eventos e atividades culturais dos quais já tenham participado. Eles podem citar experiências vividas dentro ou fora da escola.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes elaborem hipóteses sobre a definição de cultura para eles com base em suas vivências, na análise do texto, da imagem e da discussão mobilizada na primeira atividade. Incentive-os a trocar opiniões e a expor suas percepções. É esperado que em suas respostas a definição de cultura esteja associada, por exemplo, às produções materiais dos grupos sociais, como música, artes plásticas, comidas, artes visuais, danças, manifestações religiosas, entre outros. É interessante utilizar esses exemplos e contextualizá-los no conjunto de atividades desse grupo. Os estudantes podem associar a cultura à troca de saberes e aprendizados, por meio de uma feira de ciências como a retratada na imagem, mas também pela tradição oral ao se contar histórias. Espera-se que apontem que a cultura vai além da produção artística e se manifesta também nos modos de vida, nos valores e nas crenças. Caso julgue necessário, solicite aos estudantes que registrem suas opiniões para que sejam retomadas e, possivelmente, ressignificadas ao longo do estudo do capítulo.
3. Resposta pessoal. Essa concepção de cultura conecta-se ao acúmulo de saber formal. Caso julgue oportuno, é interessante pontuar que tal concepção é corrente no cotidiano e que há uma história por trás dela. Utilizar o termo que designa apenas a formação cultural da classe dominante é uma maneira de não reconhecer os outros modos de produção de conhecimento existentes na sociedade. A feira de ciências possibilita a divulgação da produção de conhecimento e contribui para a

valorização do saber formal, sem deixar de considerar e reconhecer outros saberes decorrentes das práticas de sociabilidade dos estudantes. As questões propostas são importantes para sondar os conhecimentos dos estudantes sobre o conceito de cultura, uma vez que este será o foco do capítulo.

Cultura e sociedade (Página 55)

Trabalhe com os estudantes as diferentes concepções do termo “cultura” com base na leitura do texto do antropólogo Roque Laraia. É interessante comparar a definição dada pelo texto com aquelas que os estudantes mencionaram na atividade de abertura do capítulo. Explique aos estudantes que, por muito tempo, a definição de cultura esteve associada à negação da natureza, reiterando o ponto de vista desenvolvimentista da classe dominante do século XIX. Em vez de “superação” da natureza ou, ainda, “ruptura” com a natureza, é possível explicar o processo de aquisição e produção de cultura como uma dinâmica dialética que não coloca a natureza em segundo plano, uma vez que os seres humanos dependem do meio natural para sobreviver. Converse com os estudantes que a definição de cultura se consolidou por séculos a partir da visão europeia, ignorando a diversidade cultural existente no mundo ou tratando uma cultura como inferior à outra; tomava-se como referência o padrão cultural europeu dominante, em uma perspectiva que julgava a diferença cultural e associava comportamentos, valores e práticas de outros povos a manifestações não civilizadas, animaliscas ou selvagens. Fale sobre a importância desse novo olhar que revê essa definição e a amplia, incluindo a diversidade e a pluralidade cultural, o que possibilita desenvolver as habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS102**.

BOXE REFLEXÃO

A atividade do boxe amplia o debate sobre a questão da visão europeia de cultura e instiga os estudantes a exercitar, com base na reflexão proposta por Michel de Montaigne, seu olhar crítico em relação à definição de cultura e sobre a multiplicidade de olhares acerca das manifestações e práticas culturais. Essa discussão sobre o conhecimento historicamente construído a respeito da noção de cultura possibilita o trabalho com a **CGEB1**.

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes argumentem, com base nas próprias reflexões e após a leitura do texto, que a definição de cultura é algo historicamente construído a partir de interesses e vieses europeus que, para defender essa noção, agiam de forma violenta contra outros povos e culturas distintas, o que leva ao questionamento de Montaigne sobre a noção de barbaridade.

O natural é social (Página 56)

O conceito de cultura é ampliado e passa a se distinguir entre o natural e o social, entre o que é próprio da natureza e o que é resultado da produção e da interação humana. A noção de cultura é apresentada nesse tópico a partir da definição proposta por Marcel Mauss, em que a ação humana é tratada como técnica, como algo elaborado, tornando-se tradição de um grupo social, que pode ser transmitida por meio oral ou escrito, passando a ser caracterizada como norma e influenciando hábitos. Por sua vez, o natural, apesar de influenciar o ser humano, sofre as ações dessa produção cultural, que o modifica conforme os seus interesses sociais. Para ampliar o trabalho com a habilidade **EM13CHS102**, pergunte aos estudantes que aspectos do cotidiano deles podem ser tratados como uma construção cultural, elaborada pelo ser humano, mas que parecem naturais porque foram naturalizados ao longo do tempo.

Se julgar conveniente, peça-lhes que reflitam sobre como e com que intensidade os mecanismos biológicos do corpo são orientados por regras culturais. De forma ilustrativa, pode-se questionar como a realização das necessidades fisiológicas foi se alterando ao longo do tempo, seja por questões contingentes, como a construção de sistemas de saneamento para coleta e tratamento de esgoto em função do aumento demográfico, seja por questões provenientes das transformações do comportamento, como a noção de privacidade ou o uso de latrina, papel higiênico, ducha.

BOXE REFLEXÃO

O boxe trabalha a questão da influência no comportamento e nas relações culturais humanas e possibilita desenvolver a habilidade **EM13CHS102**.

1. A pesquisa de Margareth Mead identificou que os papéis de gênero exercidos por homens e mulheres variam a depender da sociedade, sendo, desse modo, influenciados diretamente pela cultura de cada sociedade, e não por características biológicas/naturais.
2. Incentive a troca de ideias entre os estudantes. Espera-se que comentem que a cultura influencia diretamente o comportamento humano, considerando em suas opiniões aspectos como as crenças, os costumes, os valores e o modo como eles são vivenciados, transmitidos e reelaborados pelas diferentes sociedades. Os estudos de Mead reforçam a influência da cultura sobre o comportamento humano ao demonstrar que a divisão de tarefas entre homens e mulheres varia de acordo com a sociedade.

Cultura e alteridade (Página 57)

Ao abordar o tópico, incentive os estudantes a refletir sobre o caráter simbólico da cultura e a sua influência na construção da visão de mundo dos diferentes povos. Com isso, deve-se enfatizar o conceito de alteridade presente no texto e suas relações com a cultura. A reflexão sobre a alteridade possibilita o exercício da empatia, promovendo o respeito à visão de mundo do outro e aos direitos humanos, abordagem que favorece o desenvolvimento da **CGEB9**. Instigue os estudantes a refletir sobre outros modos de pensar “os outros” e “nós mesmos” que promovem o estranhamento do habitual e a aproximação do que, a princípio, pode ser considerado exótico.

BOXE REFLEXÃO

As atividades do boxe possibilitam aos estudantes exercitar, com base em um exemplo concreto, seu olhar crítico em relação ao acúmulo de conhecimentos. A discussão sobre o conhecimento historicamente construído promove o desenvolvimento da **CGEB1**.

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem língua e a cultura e, com base no exemplo dos inuítes, compreendam como a língua pode representar sua visão de mundo. De acordo com o texto, os inuítes têm mais de vinte palavras para designar a cor branca. Considerando que moram na região ártica, coberta por neve, pode-se supor que sua língua é uma forma de representar a sua realidade.
2. A linguagem utiliza símbolos com significados que são compartilhados socialmente, permitindo, assim, a comunicação. Por isso, é fundamental para o exercício da alteridade, pois permite a interação social. É por meio dessa interação e da compreensão dos diferentes significados que os símbolos podem ter para diferentes sociedades e grupos sociais que a alteridade se concretiza.

3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam e relacionem língua e cultura. A cultura pode ser compreendida como uma forma de representação do mundo, que se relaciona à maneira como as sociedades o enxergam e o vivenciam. Tendo isso em vista, a língua é um patrimônio cultural, e por isso sua preservação é importante para a afirmação da identidade do povo e a preservação de sua memória.

As escolas de pensamento da Antropologia (Páginas 58 e 59)

Este tópico apresenta, de forma sintética, alguns temas e autores das principais escolas da Antropologia, destacando que o conhecimento não é estático e passa, continuamente, por processos de revisão, trazendo novas perspectivas e metodologias, o que desenvolve a habilidade **EM13CHS102**. É crucial evitar a visão equivocada de que cada escola supera a anterior em uma trajetória linear. Nem sempre a escola mais recente é a mais preparada para enfrentar novos problemas. A divisão entre escolas e tendências é provisória e está sujeita a revisão conforme novas problematizações surgem. Por exemplo, o evolucionismo foi criticado e rotulado por uma geração posterior, mas não existia formalmente como uma “escola evolucionista”. Como exercício, sugere-se que os estudantes relacionem trechos de textos consagrados com as descrições do tema, refletindo sobre as diferentes escolas de pensamento.

Etnocentrismo e dominação (Páginas 60 e 61)

O etnocentrismo é explorado nesse tema, considerando-se diferentes contextos históricos por meio de uma análise crítica de suas consequências, o que contribui para o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS102**. Além disso, ao analisar as relações de dominação cultural e o etnocentrismo, os estudantes são incentivados a avaliar as dicotomias culturais (culturas superiores e inferiores, na visão etnocêntrica), o que auxilia o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS105**. Com base no histórico de ações etnocêntricas que envolvem a dominação de povos, são mencionados os processos de colonização e exploração da América, da África e da Ásia. É interessante verificar se os estudantes percebem a conexão entre as ideias evolucionistas e as etnocêntricas. Por mais que os evolucionistas tenham reconhecido o *status* de humanidade de todos os seres humanos, superando a noção de raça predominante, eles seguiram hierarquizando culturas, tomando as próprias como superiores.

BOXE INTERAÇÃO (Página 60)

As atividades sugeridas no boxe possibilitam desenvolver as habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS503**.

1. Resposta pessoal. Os estudantes devem reconhecer que os estereótipos relacionados à cultura do outro são fontes óbvias para piadas justamente porque a diferença cultural vem sendo, histórica e equivocadamente, ridicularizada. Incentive os estudantes a reconhecer que a liberdade de expressão, característica de sociedades democráticas, não significa a possibilidade de ridicularizar os outros por diferenças quaisquer (culturais, corporais, de origem, gênero, orientação sexual).
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem retomar os conhecimentos prévios sobre o contato entre os colonizadores europeus e os povos originários, que eram taxados como não civilizados porque destoavam dos padrões culturais europeus que, àquela época, eram impostos como exemplares de civilização. Se julgar oportuno, trabalhe em parceria com o componente curricular História e proponha uma análise das cartas dos cronistas e das obras de arte que problematizam esse contato entre colonizadores e povos originários.

3. Resposta pessoal. Os estudantes podem se recordar de expressões que estigmatizam a diferença cultural de forma a hierarquizar os melhores em relação aos piores, ou povos de cultura “superior” e aqueles de cultura “inferior”. Reforce com os estudantes o caráter qualitativo do conceito de cultura, levando-os a concluir sobre o equívoco de se usar expressões que remetam à cultura como algo a ser medido, quantificado, classificado, hierarquizado. Conceitualmente, as seguintes expressões para cultura não fazem sentido: melhor/pior; superior/inferior; mais desenvolvida/menos desenvolvida; evoluída; fulano tem mais/menos cultura.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA (Página 61)

O boxe favorece a discussão sobre dominação cultural com base no exemplo da língua maori, na Nova Zelândia, o que promove o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS102** e o trabalho com o tema contemporâneo transversal multiculturalismo, com ênfase na diversidade cultural.

1. A língua é uma importante manifestação cultural de um povo. Ao promover aulas de maori, uma língua indígena que poderia se extinguir em breve, o governo neozelandês busca resgatar um elemento fundamental da cultura maori, sendo essa uma importante ação de resgate cultural para esse povo, de forma a contribuir para a manutenção da diversidade cultural no país. Espera-se que os estudantes reflitam se conhecem iniciativas semelhantes. Um exemplo que pode ser utilizado são escolas indígenas nas quais é ensinado o português, mas também as línguas originárias desses povos, como nheengatu, entre outras.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes dialoguem e reflitam sobre a importância do resgate e da valorização de culturas nativas de povos originários. Muitos desses povos foram dizimados no processo de colonização, e os que sobreviveram foram, ao longo dos anos, perdendo muito de suas tradições e elementos culturais. O resgate das culturas desses povos é importante para sua afirmação e seu reconhecimento cultural, mas também para a compreensão da sociedade atual, seus elementos culturais e suas origens.

Trocas e transformações culturais (Página 62)

Esse tema tem como objetivo desmistificar a ideia de cultura como algo isolado e intocado, explorando as noções de troca e transformação cultural.

Como muitas polêmicas que envolvem a incompreensão da questão indígena no Brasil baseiam-se nesse mito, é recomendado, antes de propor a leitura do tema, discutir com os estudantes esse assunto. Converse com eles, por exemplo, sobre o questionamento da “indianidade” dos indígenas, a partir do momento em que estes adotam roupas industrializadas ou não falam mais sua língua nativa, e o não questionamento da “ocidentalidade” do “ocidental”, quando este se apropria de hábitos, tradições e objetos indígenas.

A diferenciação entre transformações internas e externas é fundamental para não homogeneizar a noção de transformação. As culturas se modificam com ou sem interação com outras, devido a fatores internos. No entanto, as interações externas podem ser violentas e abruptas, causando impactos mais intensos e unidirecionais. Discutir as origens da violência ligada à dominação eurocêntrica e como essas transformações repercutiram nas relações sociais é fundamental para a compreensão de impasses éticos e choques culturais, o que contribui para o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS504**.

BOXE REFLEXÃO

O boxe possibilita desenvolver a habilidade **EM13CHS601**.

1. Espera-se que os estudantes retomem o contexto da colonização da América e relacionem as formas de dominação exercidas pelos europeus em relação às culturas dos povos originários, especialmente por meio da ação dos jesuítas no processo de catequização dos indígenas. É importante que os estudantes reconheçam que o objetivo era aniquilar as culturas dos povos originários, pois, segundo os europeus colonizadores, esses povos não se adequavam ao ideal de civilização, devendo ser orientados a mudar sua fé e seus costumes.
2. Os estudantes devem identificar características de genocídio em ambos os eventos, pois caracterizam ações perpetradas contra os corpos de membros de um povo em particular. No caso do Massacre de Haximu, o conflito com garimpeiros resultou no assassinato de 16 Yanomami; já a negligência do Estado brasileiro, caracterizada pela falta de proteção e de assistência social e de saúde, dizimou mais de uma centena de Yanomami.

Novas perspectivas sobre cultura

(Página 63)

Esse tema trata das perspectivas mais recentes sobre cultura, que procuram descolonizar esse campo de estudo com base na valorização dos saberes locais. Explore a teoria do perspectivismo ameríndio para que os estudantes reconheçam a produção de conhecimentos filosóficos pelos povos indígenas. Apresente alguns trechos das pesquisas de Tânia Stolze e Eduardo Viveiros de Castro para facilitar a compreensão da ideia de perspectivismo. Verifique se os estudantes estabelecem conexões entre suas percepções ao analisar a pintura rupestre retratada na página e a descrição do perspectivismo.

Sugestões para o professor

» **GEERTZ, Clifford.** *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 1989.

Nesse livro, são desenvolvidas as concepções do autor sobre o que é cultura, o papel que ela desempenha na vida social e como deve ser adequadamente estudada, em uma tentativa de esclarecimento sistemático do próprio conceito cultural e suas relações com o comportamento real de indivíduos e grupos.

» **RIBEIRO, Darcy.** *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.* 2. ed., 20. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Essa obra explora a formação do Brasil, analisando a mistura de culturas indígenas, africanas e europeias. O autor investiga como essas influências moldaram a identidade nacional e a sociedade brasileira, oferecendo uma visão profunda e histórica da diversidade cultural do país.

Atividades (Páginas 64 e 65)

1. a) Resposta pessoal. O trabalho com a árvore genealógica dos estudantes pode suscitar questões delicadas. Pode haver estudantes que não queiram expor a sua organização familiar ou, até mesmo, revelar que não possuem pai ou mãe registrados. Há também questões relacionadas aos parentes como principais abusadores de crianças e adolescentes. Por isso, é importante criar uma atmosfera bem aberta e se colocar em posição de atenção e acolhimento caso a atividade gere alguma indisposição. Aproveite para mencionar a multiplicidade de estruturas familiares.

b) Resposta pessoal. Se as perguntas parecerem muito abstratas, formule questões que evidenciem as responsabilidades e as funções de cada parente: “Quem garante sua alimentação?”; “Quem o(a) ajuda com as questões da escola?”; “A quem você recorre quando precisa desabafar ou pedir um conselho?”; “Com quem você divide a casa?”.

c) Resposta pessoal. As questões desse item são desdobramentos da identificação inicial. É importante que os estudantes façam a distinção entre as expectativas sociais em relação aos papéis de parentesco e a ação desses indivíduos em relação a esses papéis.

2. a) Lévi-Strauss destaca que os ocidentais impuseram seu projeto por meio da força (soldados) e das atividades econômicas (feitorias, plantações), submetendo outros povos e culturas. A atividade visa à crítica às tipologias evolutivas, evidenciando os movimentos de resistência das populações subjugadas por esse processo, o que favorece o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS105**.

b) O texto ressalta que, como resposta à dominação, houve muita resistência de povos autóctones. São inúmeros os episódios, ao longo do período colonial no Brasil, em que os indígenas fugiam do cativo e atacavam vilas e fazendas. Um exemplo foi a resistência dos Cariri, grupo indígena que entrou em confronto direto com os portugueses por muitos anos no Nordeste, no século XVII.

3. Resposta pessoal. Além de verificar a apropriação do conceito de alteridade e de sua função no debate sobre as interações culturais, bem como o papel da ética na filosofia, é interessante avaliar os argumentos desenvolvidos pelos estudantes em relação à aplicabilidade desses conhecimentos na sua realidade. É possível que apareçam textos que se contraponham à visão do autor, caso o estudante não considere que “o intelecto e a ordenação do mundo” sejam a grande arma do ser humano. Se isso ocorrer, avalie a pertinência do argumento, pois, em alguma medida, uma análise de correlação de forças pode fazer com que a aposta no conhecimento ainda assim não seja suficiente para garantir o bom entendimento entre os seres humanos. Uma ponderação nessa situação pode ser a de que talvez “o intelecto e a ordenação do mundo” não seja a grande arma, mas uma arma entre outras. Com a produção do texto, os estudantes têm a possibilidade de aprimorar sua argumentação com base em fatos e informações confiáveis, desenvolvendo a **CGEB7**.
4. Alternativas corretas: 02 + 08 + 16. Soma = 26. Se os estudantes não compreenderem a proposta de realização da atividade, explique a eles que se trata da verificação de afirmações. Se a afirmação for considerada verdadeira, ao final, o número indicado à frente deverá ser somado ao número das demais afirmativas verdadeiras.
5. Alternativa b.
6. Alternativa c.
7. Alternativa c.

Ampliando (Páginas 66 e 67)

A seção trata de um grupo de *rap* formado por jovens indígenas Guarani-Kaiowá. Se julgar pertinente, promova a audição de algumas das músicas do grupo e disponibilize as letras aos estudantes como atividade complementar. Para compreender melhor o choque que a apropriação do *rap* por jovens indígenas causou entre os mais antigos, pode-se abordar a origem do *rap*, que ocorreu nos Estados Unidos, e sua relação com o imaginário sobre a cidade. É possível, ainda, estudar o papel das roupas e

dos gestos no contexto original e a forma como essas expressões são apropriadas nos diversos contextos brasileiros. A seção incentiva a valorização de práticas diversificadas de produção artística e cultural, o que permite o desenvolvimento da **CGEB3**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Com base no texto, os estudantes são capazes de compreender que a língua guarani ainda é falada pela comunidade, mas é mais frequente entre os membros mais velhos. Em virtude disso, é possível concluir que a manutenção da identidade dos povos indígenas passa pela valorização de sua língua como forma de expressão dos significados da sua cultura. Se julgar adequado, comente com os estudantes que a Constituição de 1988 prevê que, nas escolas indígenas, haja alfabetização na língua portuguesa e na língua materna dos povos indígenas aos quais a escola atende. Se preferir, apresente aos estudantes o trecho da Constituição que trata desse direito, previsto no artigo 210, parágrafo segundo.
2. Os estudantes devem ser capazes de inferir que tanto a frase quanto os versos citados aludem à forma como a sociedade invisibiliza os povos indígenas, suas culturas e seus direitos, em uma postura de etnocentrismo que nega a diferença cultural e inferioriza as manifestações culturais dos povos indígenas. Nesse sentido, os estudantes devem compreender a importância da alteridade como ferramenta para a valorização da diversidade cultural e o tom crítico implícito nas letras do grupo Brô Mc's.

Estúdio do pensamento social

(Páginas 68 e 69)

Proponha aos estudantes a leitura do texto de Carlos Rodrigues e, depois, questione-os sobre o que compreenderam. Essa prática reflexiva possibilita desenvolver a **CGEB3** e as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS104** e **EM13CHS601**, além de preparar os estudantes para a realização das atividades propostas na seção.

PARA CONCLUIR

1. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de compreender a alteridade como um processo de tomada de consciência de si a partir do reconhecimento da diferença cultural manifesta no outro.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes concluam que a educação preconizada por Brandão pressupõe o respeito à diversidade cultural, pois só mediante a compreensão da diferença que existe entre o "eu" e o "outro" é que se poderá construir uma educação significativa, nos moldes da proposta de Paulo Freire. Se julgar necessário, apresente brevemente os preceitos da educação popular freiriana de forma a pautar os estudantes para que respondam a atividade.

CAPÍTULO 4 **DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA** (Página 70)

O capítulo analisa processos de dominação cultural e as maneiras como os diferentes grupos sociais reafirmam suas identidades e organizam resistências, possibilitando desenvolver mais profundamente as habilidades **EM13CHS104** e **EM13CHS205** e as seguintes competências: **CGEB3** e **CGEB4**.

Inicie o capítulo propondo aos estudantes a leitura da imagem, o que permite trabalhar a **CGEB3**. Reflita com eles sobre a força do evento retratado como estratégia para reafirmar identidades e apresentar-se como uma forma de resistência. Com base nas análises, verifique a necessidade de retomar ou aprofundar os aspectos estudados no capítulo anterior. A ideia de dominação de uma cultura sobre outra será central no capítulo, portanto, é interessante identificar quais elementos culturais estão sendo mobilizados e qual é o contexto da cultura dominante possível de ser deduzido no evento.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. É importante retomar a discussão sobre o tema identidade, trabalhado no capítulo 2, e ampliá-la para a dimensão de identidade coletiva, enfatizando a relação de mútua influência entre ambas. É provável que os estudantes mencionem a identidade como algo que se "é", com ênfase na fixidez, como um jeito de ser, um documento comprobatório, uma classificação. Retome o caráter de construção social das identidades e os fatos de elas serem historicamente situadas e se estabelecerem, se perpetuarem ou se transformarem por meio das relações.
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de concluir que qualquer traço cultural é necessariamente de dimensão coletiva, pois, em termos de cultura, os sentimentos, os valores, os comportamentos e a linguagem são contextuais e ganham sentido quando são compartilhados pelos membros de um grupo. Se julgar oportuno, comente com os estudantes o exemplo citado por Clifford Geertz sobre a piscadela, mencionado na obra *A interpretação das culturas*, indicado como sugestão na sequência.
3. Resposta pessoal. Aproveite esse momento para mapear o que os estudantes consideram manifestações culturais e artísticas, ampliando o trabalho já iniciado com as atividades de abertura da unidade. É possível sugerir, ou retomar, alguns exemplos de produções culturais e artísticas contra-hegemônicas, sobretudo associadas às mulheres, às pessoas LGBTQIA+, aos negros, aos moradores de periferias, entre outros grupos historicamente marginalizados.

Relativismo cultural e identidade (Página 71)

A reflexão sobre relativismo cultural e identidade destaca a importância da diferença na formação das identidades culturais, contribuindo para o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS104**. Relativismo cultural é um tema comum nos vestibulares, e exemplos da antropologia, como em *O pensamento selvagem*, de Lévi-Strauss, podem ilustrar como diferentes culturas devem ser compreendidas pelos próprios códigos. O pensador desafia a visão de que povos não industrializados têm menor capacidade abstrata, mostrando que as nomenclaturas e as abstrações desses povos refletem suas necessidades culturais específicas. O autor cita, por exemplo, a riqueza de termos usados pelos indígenas da Oceania para descrever fenômenos naturais.

A identidade, por sua vez, é dinâmica e pode ser ilustrada pelo exemplo da carteira de identidade, que, apesar de individualizar uma pessoa, precisa ser atualizada ao longo do tempo. Isso reflete como, ao mesmo tempo que somos a mesma pessoa, também mudamos. Esse conceito se aplica também aos grupos sociais, que utilizam suas identidades de forma estratégica, destacando ou ocultando aspectos conforme necessário, sem que isso signifique falsidade ou manipulação. Aspectos identitários são sempre selecionados conforme o contexto e o objetivo das interações.

BOXE REFLEXÃO

Esse boxe aprofunda a reflexão sobre as identidades ao abordar as identidades nacionais. Considere o repertório dos estudantes e, se necessário, retome o processo de surgimento dos primeiros Estados-nação, enfatizando que esse processo não ocorreu de forma universal e não acontece desde sempre. As necessidades de centralização de poder e facilitação das transações econômicas foram fatores bastante relevantes para a criação desses Estados. Comente as controvérsias envolvidas no processo de criação de Estados como o brasileiro ou os do continente africano, com fronteiras delimitadas de acordo com interesses estrangeiros, alheios às necessidades dos povos autóctones.

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes conversem entre si e reflitam sobre como a regionalidade pode influenciar identidades culturais. Incentive-os a expor livremente suas opiniões, incentivando a troca de ideias e valorizando as diferentes opiniões. Caso julgue oportuno, destaque a cultura como uma forma de manifestação de visão e vivência do mundo, comentando que fatores territoriais podem influenciar nessa percepção e vivência. A relação das sociedades com a natureza em ambientes desérticos, por exemplo, é distinta daquelas estabelecidas pelas sociedades que habitam áreas florestadas. A cultura dos beduínos do deserto se difere da cultura dos povos indígenas também por fatores territoriais. Analisando com base nos exemplos brasileiros apresentados no texto, as identidades culturais variam entre as regiões por aspectos físicos do território, mas também por aspectos sociais. A Região Sul do Brasil tem como uma de suas características um grande número de descendentes europeus, como alemães e poloneses, enquanto a Região Nordeste é marcada pela miscigenação de indígenas, negros, holandeses, franceses e portugueses.

Identidades em transformação, identidades em relação (Página 72)

Esse tema proporciona o estudo de aspectos relacionados ao processo de construção de identidades e de sua transformação. Aproveite as oportunidades que surgirem ao longo do estudo desse tema para avaliar a percepção dos estudantes sobre as perspectivas de “nós” e de “outros”. Incentive-os a pensar em quais seriam os limites entre essas perspectivas. Nesse sentido, destaque os diversos aspectos identitários que desenvolvemos nas relações que estabelecemos. O texto traz oportunidades para ampliar esses estudos e associá-los às ditas culturas nacionais e aos processos de dominação, conflitos e de resistência relacionados a esse tema.

BOXE REFLEXÃO

1. Resposta pessoal. Incentive a troca de ideias entre os estudantes. Espera-se que eles reflitam sobre a juventude contemporânea e percebam que há elementos que a distinguem dos jovens do passado, como vestimentas, acesso à informação, meios e formas de comunicação, objetivos de vida, entre outras características de que eles se lembrem e venham a citar.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a juventude em diferentes gerações, comentando que, de modo geral, não compartilham dos mesmos valores a respeito da juventude que seus avós. Se necessário, durante a mediação da troca de opiniões entre os estudantes, pontue que, em linhas gerais, o que se esperava socialmente e culturalmente dos jovens em tempos passados era muito diferente do que se espera hoje. Os planos e os objetivos também eram distintos, assim como os papéis de gênero de homens

e mulheres. Mas é possível que os estudantes encontrem similaridades também, como alguns fatores de socialização, as experiências escolares ou de trabalho, entre outros.

Identidade e nação (Página 73)

Ao propor a relação da formação da identidade com a ocupação do território e as diversas manifestações políticas, esse tema desenvolve as habilidades **EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

BOXE INTERAÇÃO

A reflexão sobre as identidades culturais em diferentes tempos e espaços possibilita o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS104** e da **CGEB8**.

1. Resposta pessoal. A proposta dessa questão é que os estudantes mencionem elementos que os aproximam uns dos outros e que possibilitam a configuração de um grupo coeso nesse aspecto. Eles podem mencionar o fato de viverem na mesma cidade, na mesma região; o reconhecimento de que estão na mesma faixa etária; a afirmação de que compõem a mesma sala de aula na escola, entre outras possibilidades.
2. Resposta pessoal. Ao contrário da anterior, o objetivo dessa questão é que os estudantes reflitam sobre os marcadores que os diferenciam no grupo, como o gênero; o fato de haver destros, canhotos e ambidestros; ou, ainda, de alguns terem cabelos curtos e outros, cabelos compridos.
3. Resposta pessoal. Essa questão visa incentivar os estudantes a perceber a transformação dos sentidos atribuídos a determinadas identidades ao longo do tempo e de acordo com o contexto. A pesquisa com familiares mais velhos materializa essas diferenças. É provável que os pais e as mães dos estudantes tenham vivido juventudes diferentes das deles – em relação à educação, ao lazer, ao trabalho, etc. O mesmo pode ser dito em relação aos avós. Uma atividade possível para complementar essa reflexão é a realização de entrevistas com um familiar de outra geração (pai, mãe, avós, tios) para descobrir aspectos de sua juventude.

Brasil: narrativas, dominação e resistência cultural (Página 74)

Esse tópico trata de questões centrais sobre o povo brasileiro, com destaque para as primeiras análises sociológicas da formação nacional e a herança escravocrata. Gilberto Freyre é mencionado por sua tese da democracia racial, que deve ser contextualizada à luz de sua biografia e do período em que foi desenvolvida, comparando o Brasil integrador dos anos 1930 e 1940 com a segregação racial vigente nos Estados Unidos. Freyre também analisa a fusão entre espaços públicos e privados, refletindo sobre a relação entre a casa-grande e a senzala.

Apresente também aos estudantes as principais ideias do pensador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Diferentemente de Freyre, ele usou a hermenêutica para criticar o processo colonizador, destacando a violência na dominação cultural. A canção “Fado tropical”, de Chico Buarque, e o documentário *A invenção do Brasil*, de Darcy Ribeiro, podem ser usados para ilustrar essas reflexões. No capítulo dedicado à análise sobre desigualdade racial, essas discussões serão retomadas e aprofundadas.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

O texto do boxe incentiva os estudantes a pensar criticamente a opressão em relação a grupos étnicos e culturais minoritários, exercitando a empatia e a reflexão sobre medidas mitigadoras para esse problema, o que favorece o desenvolvimento da **CGEB9**.

1. Espera-se que os estudantes reflitam sobre o texto e identifiquem que situações como essa também ocorrem no Brasil. Agressões verbais e violência física por racismo e preconceito são, infelizmente, ainda muito comuns no país. Situações como a relatada no texto acontecem no Brasil com negros, pessoas da comunidade LGBTQIA+, mulheres, pessoas em situação de rua, indígenas, entre outras minorias e grupos sociais marginalizados.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam, discutam e apresentem propostas de ações de conscientização que evitem situações como a descrita no texto. Incentive a troca de ideias, valorizando o respeito e a tolerância. É fundamental que eles considerem a importância do respeito aos direitos humanos. Aproveite o momento para trabalhar o tema contemporâneo transversal Educação em direitos humanos.

Patrimônio, memória e resistência

(Página 75)

Esse tema dedica-se ao estudo dos patrimônios material e imaterial. Ao valorizar conhecimentos e práticas relacionados à identidade e à diversidade cultural, é possível desenvolver a habilidade **EM13CHS104**. Comente com os estudantes que o reconhecimento do patrimônio é fundamental para a preservação de estruturas físicas e de conhecimentos. O reconhecimento institucional facilita a obtenção de recursos e meios para a preservação da memória. Converse com os estudantes sobre os critérios utilizados para inserir um bem material ou imaterial na categoria de patrimônio. Ressalte que até mesmo esse processo de seleção é influenciado por aspectos históricos. Cada cultura, em determinada época, escolhe os elementos que devem ser preservados como memória coletiva. Além disso, há a atuação do Estado e dos representantes de museus e instituições de cultura. Os impasses éticos das relações de poder e dominação entre culturas permeiam a discussão sobre a resistência cultural e a memória, o que contribui para o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS504**.

Práticas de resistência cultural (Página 76)

O conteúdo desenvolvido no tópico estabelece um contraponto ao mostrar que as memórias também são preservadas fora das esferas institucionais. Evidencie a diferença de alcance de cada processo, uma vez que o reconhecimento dos elementos culturais como patrimônio pelo Estado e pelas instituições culturais oficiais propicia maior visibilidade, e, por vezes, essa característica também lhe confere maior legitimidade. O exemplo do reconhecimento da presença feminina na literatura é bastante significativo. Isso não significa que as mulheres não tenham escrito nada antes dos anos 1950: a questão era a diferenciação social operada em relação a escritos realizados por homens e escritos realizados por mulheres. Aproveite essas discussões para explorar o repertório dos estudantes a respeito do tema e perceber quais manifestações culturais eles vivenciam e como eles identificam a hierarquia de valores entre as diversas manifestações. Se julgar oportuno, mostre à turma o vídeo da nigeriana Chimamanda Adichie que narra o seu processo como escritora. Converse com os estudantes sobre o fato de ela afirmar sua identidade cultural por meio da escrita e sobre a crítica da autora em relação à dominação cultural e à narrativa hegemônica.

BOXE REFLEXÃO

O boxe incentiva a reflexão sobre o potencial de manifestações artísticas como estratégia de resgate cultural e

empoderamento. A valorização de práticas diversificadas de produção artística-cultural possibilita o desenvolvimento da **CGEB3**. O desenvolvimento do gênero argumentativo propicia o trabalho com a **CGEB7**.

1. Resposta pessoal. Os estudantes devem pesquisar sobre a história da origem das bonecas e sua importância na valorização dos aspectos culturais. A boneca Abayomi foi criada por Waldilena Serra Martins, conhecida como Lena Martins, artesã maranhense. Na época da criação da boneca, Lena vivia no Rio de Janeiro e fazia parte do Movimento de Mulheres Negras. Ela mesma desenvolveu a técnica de criação da boneca, sem costura e sem cola, criando uma boneca negra sem traços faciais definidos, para que possa representar todas as etnias africanas. Posteriormente, foi criado um coletivo de mulheres para aprender a produzir e a vender as bonecas, fortalecendo, assim, essas mulheres. As bonecas se tornaram um importante símbolo de valorização da identidade negra. Há muitas versões sobre a criação das bonecas Abayomi na internet, por isso, oriente os estudantes a realizar a pesquisa em fontes confiáveis, como *sites* de instituições governamentais, de institutos de pesquisa, de universidades e artigos científicos, entre outros. Há diversos trabalhos acadêmicos, entrevistas e reportagens sobre Lena Martins e suas bonecas Abayomi.

O samba: resistência e reafirmação

(Página 77)

Esse tópico possibilita trabalhar as **CGEB3** e **CGEB4**. É importante problematizar com os estudantes as razões que levaram o samba a ser perseguido e estigmatizado, de modo que eles reflitam sobre os processos de dominação e resistência cultural.

BOXE REFLEXÃO

1. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de relacionar o samba aos movimentos de resistência cultural do povo africano que foi trazido à força para o Brasil e de seus descendentes. Para realizar a atividade, se julgar necessário, retome o sentido do termo “diáspora”, explicando aos estudantes que se trata de um movimento forçado de dispersão de um povo. No caso da atividade, a noção de diáspora africana ganha um sentido particular, pois se refere ao fenômeno sociocultural de difusão da cultura africana a partir do deslocamento forçado de escravizados para fora do continente.

A resistência cultural indígena

no Brasil (Página 78)

Esse tópico permite desenvolver a habilidade **EM13CHS601** ao trazer para a discussão as diversas manifestações de resistência cultural indígena, muitas delas hoje desenvolvidas com o uso de novas tecnologias. Reforce a importância dos termos “indígenas” e “povos originários” em oposição a “índio”, que remete a uma forma estigmatizada de compreender as diversidades dos povos indígenas.

A resistência cultural e política na

América do Sul (Páginas 79 e 80)

Esse tema possibilita trabalhar a questão da resistência relacionada aos Direitos Humanos, mobilizando a habilidade **EM13CHS605**. Se julgar oportuno, trabalhe o tema em interdisciplinaridade com o componente curricular História, de forma a oferecer elementos factuais para os estudantes compreenderem a importância da resistência cultural nos contextos de governos ditatoriais.

BOXE REFLEXÃO (Página 80)

1. Resposta pessoal. Com base no trecho citado, os estudantes devem ser capazes de reconhecer a crítica que Gilberto Gil faz aos órgãos e às pessoas que supõem uma cultura brasileira pura, que, de forma discriminatória, não abarcaria várias manifestações culturais. Incentive os estudantes a identificar a crítica à postura etnocêntrica em trechos nos quais o músico utiliza as aspas como recurso de ironia, por exemplo: “sagrada música brasileira” ou “pureza”.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam que o artista questiona o lugar do negro na sociedade brasileira, o qual, segundo ele, ainda era percebido de forma subalterna pelo grupo que representava os “senhores brancos” e que estipulavam não apenas onde o negro deveria estar, mas também a forma como deveria se portar.
3. Resposta pessoal. A primeira intenção mais evidente do artista é remeter à própria condição de exilado; além disso, ao afirmar que as aves de lá ainda gorjeiam, ele faz uma denúncia sobre a censura praticada pelos órgãos da ditadura militar no Brasil. Se julgar apropriado, comente com os estudantes que Gilberto Gil teve sua cabeça raspada e sua barba cortada enquanto esteve preso, em Realengo, no Rio de Janeiro (RJ), e que ele trata disso, indiretamente, na música “Aquele abraço”.

A cidadania no Brasil (Página 81)

Ao trabalhar o tema, explore com os estudantes o conceito de cidadania incompleta e esclareça a distinção entre direitos sociais, políticos e civis. Ressalte a importância do desenvolvimento pleno da cidadania para a democracia. Nesse sentido, incentive os estudantes a refletir sobre os obstáculos e as conquistas relacionados às lutas dos movimentos sociais pela garantia de direitos.

Atividades (Páginas 82 e 83)

1. a) Resposta pessoal. De acordo com a autora, as críticas ao uso da burca e a vitimização das mulheres muçulmanas as desconsideram como indivíduos agentes e, por isso, constituem uma forma de violência, pois não reconhecem a legitimidade das diferenças culturais. A autora menciona situações nas quais o uso do véu confere valor às mulheres e conclui que, no contexto da guerra ao terror, o véu é um “problema” para as estadunidenses, e não para as muçulmanas.
b) Resposta pessoal. A dificuldade de lidar com os “outros” culturais relaciona-se com a dificuldade de lidar com a diferença. Ao considerarmos a burca e o véu, temos dificuldade de ver sentido em uma prática que nos parece estranha. O que a autora argumenta ao longo do texto é que a burca tem um sentido e é manejada pelas mulheres que a utilizam, e que desconsideramos essas questões quando explicamos seu uso como uma “opressão”. A atividade visa à reflexão crítica sobre alteridade, o que incentiva o exercício de se colocar no lugar do outro, desenvolvendo a **CGEB9**.
c) Ainda que reconheça o valor do relativismo diante do etnocentrismo e do racismo, a autora aponta que o conceito não é suficiente para pensar nas relações que constituem continuamente as práticas culturais. Aqui, o relativismo relaciona-se com a ideia de “não julgar ou interferir, apenas entender”. A autora defende que “as formas de vida que encontramos ao redor do mundo já são produtos de longas

histórias de interações”, ou seja, interferimos nas formas de vida uns dos outros. Assim, o desafio seria lidar com a diferença em um contexto em que interagimos continuamente.

2. Alternativas corretas: 02 + 04 + 08. Soma = **14**.
3. Alternativa **e**.
4. Alternativa **a**.
5. Alternativas corretas: 01 + 02 + 08. Soma = **11**.
6. Alternativa **a**.
7. a), b) e c) Essas atividades mobilizam o trabalho com a diversidade cultural, favorecendo o reconhecimento e a valorização de diversas manifestações. Se julgar oportuno, adapte o conteúdo das atividades para um projeto interdisciplinar que envolva os componentes curriculares Arte, Língua Portuguesa, História e Filosofia, além da Sociologia.

Estúdio do pensamento social

(Páginas 84 e 85)

Essa seção possibilita desenvolver a habilidade **EM13CHS205**, ao abordar a resistência cultural e social com base nas pesquisas desenvolvidas por Manuela Carneiro da Cunha.

PARA CONCLUIR

1. A aculturação seria uma forma de tornar o indígena igual a todos os brasileiros, e isso faria com que seus direitos específicos, principalmente relativos à terra, fossem invisibilizados.
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de compreender que há uma transformação operada entre a noção de tutela, que cerceava os indígenas ao tomá-los como legalmente incapazes, e os direitos garantidos pela Constituição de 1988, que consolidou a importância do protagonismo indígena, exemplificado na fotografia.

Práticas de texto (Páginas 86 e 87)

Nessa seção, os estudantes serão orientados a elaborar um artigo de opinião sobre a apropriação cultural no Carnaval. O texto introdutório incentiva os estudantes a refletir sobre o que é apropriação cultural e como ela se expressa no Carnaval. Deixe que eles se expressem livremente ao responder às perguntas propostas. Avaliar os dilemas éticos e os problemas associados à apropriação cultural no Carnaval, exercendo a empatia, possibilita o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS504**. Durante a conversa, auxilie-os a perceber que a apropriação cultural ocorre quando um grupo social ou alguns membros de um grupo se apropriam dos costumes, dos comportamentos, dos trajes e das crenças de outra cultura, sem considerar os significados que envolvem esses elementos, bem como a história desse povo. Assim, considera-se que essa apropriação é indevida, pois não valoriza os elementos culturais dos quais se utiliza, assim como desconsidera os contextos em que foram produzidos e os significados que eles carregam. No Carnaval, por exemplo, ao utilizar vestimentas e adornos de culturas indígenas, sem considerar os significados desses elementos para os indígenas e a luta desses povos, reforçam-se estereótipos e contribui-se para inferiorizar essas culturas. É importante que os estudantes se aprofundem nessas reflexões que envolvem a temática da apropriação cultural no Carnaval para elaborar o artigo de opinião. Os estudantes podem se organizar em grupos de cinco integrantes para realizar a leitura e a análise dos artigos de opinião. Comparar as narrativas de Carnaval para a produção do artigo de opinião contribui com o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS101**.

Pode-se propor aos estudantes que troquem seus textos com um colega e registrem, no verso da folha, possíveis considerações sobre o texto lido. Essas anotações poderão ser analisadas no momento da revisão e da escrita da versão final do texto. Após a realização das pesquisas sobre apropriação cultural, auxilie os estudantes na elaboração do artigo de opinião. Eles devem escolher uma tese a ser defendida e argumentos que a sustentem, de maneira clara e coerente. Por fim, pode-se elaborar cartazes, que circularão em meio impresso ou digital, divulgando o *link* do *blog* e os artigos produzidos pela turma. A valorização de práticas artístico-culturais, a mobilização de diferentes linguagens e a utilização de tecnologias digitais para a divulgação dos textos propiciam o trabalho com a **CGEB3**, a **CGEB4**, a **CGEB5** e o desenvolvimento das habilidades **EM13LGG704** e **EM13LP12**.

Práticas de pesquisa (Páginas 88 e 89)

Essa seção desenvolve a curiosidade intelectual, a valorização de práticas artístico-culturais, a mobilização de diferentes linguagens e a utilização de tecnologias digitais para a divulgação, o que propicia o trabalho com as seguintes competências: **CGEB2**, **CGEB3**, **CGEB4** e **CGEB5**. Além disso, promove o desenvolvimento das habilidades **EM13LP44**, **EM13LP45**, **EM13LGG102**, **EM13LGG203** e **EM13LGG701**.

■ **Etnografia virtual:** método de base antropológica que busca descrever e analisar as práticas culturais de um grupo e as interações sociais no contexto do ambiente virtual.

Os estudantes vão realizar uma etnografia virtual para elencar e, depois, analisar as diversas produções midiáticas feitas por representantes de diferentes etnias indígenas, que procuram divulgar a sua cultura, seus costumes e crenças. Essas produções devem ser observadas com base em critérios da linguagem e, também, como uma forma de resistência cultural. Ao realizar a pesquisa, os estudantes devem verificar qual o meio e a forma utilizados para a divulgação da mensagem de cada representante indígena, mas, também, analisar se a forma adotada para a divulgação das informações é a mais adequada. Leve os estudantes a compreender que o meio utilizado interfere no alcance da mensagem é fundamental para que eles saibam fazer uso correto das novas ferramentas tecnológicas e dos meios midiáticos à sua disposição. Outro aspecto primordial no desenvolvimento dessa prática de pesquisa é proporcionar aos estudantes que analisem as diversas modalidades de linguagens (verbal, sonora, visual, etc.), se os temas abordados estão apresentados de forma clara e estimular a ação de mudança por quem acessa o conteúdo. E, ainda, verificar se a abordagem adotada tem foco no combate aos preconceitos e estereótipos em relação aos povos indígenas.

A pesquisa possibilitará ampliar o conhecimento dos estudantes sobre a relação entre inclusão digital e ampliação da experiência estética, sobre a possibilidade de democratização e universalização das diversas manifestações culturais e vozes de grupos sociais, contribuindo para coibir a reprodução de diferenças e/ou desigualdades e valorizando o olhar de diversos povos indígenas sobre o mundo. Se considerar necessário, investigue um pouco mais sobre o letramento midiático digital dos estudantes, analisando seus conhecimentos e suas habilidades sobre como obter informações, como se entreter e interagir nas mídias digitais.

Exponha a pesquisa que será realizada e a problemática relacionada a encontrar e avaliar as produções de diferentes representantes dos povos indígenas brasileiros. É necessário orientar os estudantes para que possam analisar de forma crítica os dados e informações que obtiverem, o que inclui compreender hábitos, estilos de vida, repertórios técnicos e sociais que vão

além da simples interpretação baseada em recortes deterministas dos públicos, como classe social, gênero ou etnia. Finalmente, é preciso conduzi-los na elaboração da apresentação dos resultados, auxiliando-os a resumir os principais pontos da pesquisa e a ordená-los para que possam ser exibidos de forma objetiva e clara no vídeo que vão produzir em grupo.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Cotidiano de diferentes culturas

Solicite aos estudantes que escolham uma situação cotidiana em que a diversidade cultural esteja presente. Alguns exemplos:

- A convivência em uma escola com estudantes de diferentes origens culturais;
- O impacto da globalização na moda, na alimentação ou na música;
- O debate sobre o uso de símbolos culturais em produções artísticas e na mídia.

Para exemplificar o debate sobre o uso de símbolos culturais em produções artísticas e na mídia, você pode usar exemplos que envolvam a apropriação de elementos culturais de diferentes povos e grupos sociais, especialmente quando esses símbolos têm significados profundos para essas culturas. Aqui estão alguns símbolos que podem ser explorados:

Cocar indígena: Muitas vezes, o cocar é usado em desfiles de moda ou festivais como adereço estilístico, sem considerar seu significado sagrado para diversas comunidades indígenas. O uso fora de seu contexto cultural pode ser visto como desrespeito à tradição.

Saris e turbantes: O uso de saris (vestimenta tradicional indiana) e turbantes (comuns em várias culturas, como a sikh e a africana) em passarelas de moda, filmes ou festas temáticas, sem o devido conhecimento ou respeito por seus significados culturais, pode ser interpretado como apropriação cultural.

Máscaras africanas: Essas máscaras têm significados religiosos e espirituais profundos em muitas culturas africanas, mas frequentemente aparecem em produções cinematográficas ou na decoração ocidental como objeto estético, esvaziado de seu valor cultural.

Elementos religiosos, como o crucifixo: O uso de crucifixos ou outros símbolos religiosos (como a estrela de Davi) em campanhas de moda ou videocliques fora do contexto espiritual pode causar polêmica, especialmente quando usados apenas como adereços decorativos.

Após a contextualização da proposta, peça aos estudantes que realizem, no caderno, as atividades a seguir.

1. Descreva a situação escolhida, destacando como diferentes culturas interagem. Se possível, traga exemplos reais (artigos, vídeos ou histórias do dia a dia) que ilustrem essa convivência cultural.
2. Refletindo criticamente sobre a situação, responda:
 - Quais trocas culturais você identifica?
 - Há alguma forma de imposição cultural presente? Explique.
 - Como a diversidade cultural é abordada nessa situação? Ela é respeitada ou ignorada?
 - Existem formas de resistência cultural? Quais? Como elas se manifestam?
 - Como essa situação reflete as transformações das identidades culturais e a sua mutabilidade?

ABERTURA DE UNIDADE

(Páginas 94 e 95)

Peça aos estudantes que observem a imagem presente na abertura da unidade e descrevam o que está acontecendo. O texto didático é um importante suporte para orientar a interpretação dos estudantes. Por isso, leia-o com a turma ou utilize as informações destacadas para motivar a reflexão. Se julgar conveniente, liste no quadro cada uma das profissões citadas no texto, além de outras que considere relevantes para a produção e a distribuição de produtos de entretenimento.

Em seguida, peça aos estudantes que procurem criar hipóteses sobre como se dá a atuação de cada profissional nesse ramo. A ideia é levar os estudantes a refletir sobre os trabalhadores invisibilizados no processo produtivo da indústria do entretenimento, pois ao assistir a um filme, desenho ou a uma série, nós não temos, necessariamente, a dimensão de todas as pessoas envolvidas nessa produção. A partir dessa reflexão, torna-se mais fácil para os estudantes reconhecerem e avaliarem o impacto que uma greve de roteiristas pode causar.

Para a realização das atividades propostas, incentive os estudantes a refletir sobre o papel dos roteiristas e as implicações das transformações tecnológicas (como o uso de ferramentas de Inteligência Artificial) no mercado de trabalho do entretenimento e na forma de contratação dos profissionais. Oriente os estudantes a investigar a função do roteirista e os desafios atuais, estimulando opiniões críticas e sugestões para mitigar impactos negativos.

A greve dos roteiristas de Hollywood em 2023 pode servir de ponto de partida para discutir condições de trabalho, precarização e mudanças na indústria do entretenimento. No Brasil, roteiristas e outros profissionais que atuam na indústria de entretenimento também têm enfrentado mudanças significativas nas relações de trabalho e nas formas de contratação. Para criar um diálogo mais próximo da realidade do estudante, é possível sugerir uma pesquisa complementar sobre as características da indústria de entretenimento no Brasil, enfatizando as transformações na maneira de produzir e de distribuir conteúdos, bem como o impacto dessas transformações nas condições de trabalho dos profissionais.

Ainda que a greve dos roteiristas de Hollywood tenha sido motivada, principalmente, por alterações nos direitos trabalhistas e autorais, incluindo mudanças nas formas de remuneração dos profissionais, os roteiristas protestavam também sobre a qualidade do que poderia vir a ser produzido, caso se disseminassem produtos de entretenimento massificados, feitos por algoritmos e sem a perspectiva e a consideração da criatividade humana. Nesse sentido, a discussão gerada pelas atividades contribui para a valorização da arte como resistência, motivando o desenvolvimento da **CGEB3**.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. O roteirista, entre outras funções, é o responsável por criar ou adaptar uma narrativa para o formato de audiovisual. É uma função criativa e técnica, pois é preciso dominar a escrita e saber compor uma história com todas as ambientações, personagens e suas ações. Se os estudantes tiverem dificuldade em realizar a atividade, sugira que pesquisem sobre a profissão de roteirista. Além disso, explore os significados associados à palavra “roteiro”.
2. Respostas pessoais. Os críticos do uso da IA na criação de roteiros destacam a possibilidade de substituição, no

futuro próximo, de profissionais humanos por roteiros criados por inteligência artificial, gerando desemprego e piores condições de trabalho. Outro destaque refere-se à visão cética sobre a originalidade de roteiros produzidos por IA, que, ao trabalhar com um conjunto prévio de dados e informações, tenderia a reproduzir modelos consagrados pela audiência, sem possibilidades de inovação e com menos criatividade. Pergunte aos estudantes se eles já tiveram contato com produtos de entretenimento ou propagandas criadas a partir do uso de ferramentas de IA. Para os estudantes que responderem afirmativamente, solicite-lhes que compartilhem a experiência com os colegas, relatando aspectos como: “Qual foi o produto ou propaganda?”; “Como você soube que utilizava ferramentas de IA?”; “O que você sentiu?”; “Na sua opinião, a experiência teria sido diferente se não utilizasse ferramentas de IA?”. A partir das respostas dos estudantes, promova um debate sobre o tema.

3. Respostas pessoais. A partir das mudanças elencadas pelos estudantes, incentive-os a criar alternativas que possam minimizar o impacto dessas mudanças, como: uso de IA em momento de esboço do roteiro, apenas como suporte ao estímulo de ideias gerais; regulamentações trabalhistas nas áreas de entretenimento adequadas às novas configurações profissionais; processos de auditoria e controle sobre roteiros.

CAPÍTULO 5 IDEOLOGIA E INDÚSTRIA CULTURAL (Página 96)

O capítulo dá continuidade ao debate sobre cultura, abordando os conceitos de ideologia e indústria cultural e os desdobramentos do desenvolvimento técnico-científico e social, intensificado principalmente após o fim do século XIX.

Inicie a discussão sobre ideologia e indústria cultural, solicitando aos estudantes que observem a imagem de abertura do capítulo, que mostra o impacto de um fenômeno recente da indústria cultural: a popularização do *pop* sul-coreano, o *k-pop*. Na imagem, de 2019, vemos um acampamento montado por fãs do grupo de *k-pop* BTS, três meses antes da data prevista para a apresentação do grupo no município de São Paulo (SP). Há algumas questões que podem motivar a reflexão dos estudantes tanto sobre o fenômeno do *k-pop* quanto no que se refere à relação entre ídolo e fã.

Pergunte aos estudantes se eles são fãs de algum grupo, artista ou produto da indústria cultural (filme, série, desenho). É possível que haja, na turma, alguns estudantes que se identifiquem como fãs. Neste caso, incentive-os a compartilhar os motivos que os levam a ser fãs, quais sentimentos eles nutrem pelo ídolo ou produto/saga. Em seguida, promova um debate com base nas questões propostas, mais orientadas para a compreensão do *k-pop*. A abordagem com essa abertura de capítulo possibilita o desenvolvimento das competências **CGEB1**, **CGEB3**, **CGEB5**, **CGEB7** e **CGEB10**, além das habilidades **EM13CHS202**, **EM13CHS301** e **EM13CHS303**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Respostas pessoais. Se julgar oportuno, registre no quadro as nacionalidades dos produtos culturais apresentados pelos estudantes e proponha a confecção de um gráfico que sintetize as informações. Além disso, questione-os sobre o idioma de origem desses produtos e se eles os consomem em português ou no idioma original. Incentive os

estudantes a identificar o primeiro momento de contato com cada um dos produtos culturais, que pode ter se dado por indicação de conhecidos, sugestão dos algoritmos das ferramentas associadas à internet ou mesmo por busca ativa. É provável que eles convivam, presencial ou virtualmente, com pessoas que compartilhem os mesmos gostos. Nesse caso, aborde por que isso acontece e quais as consequências. Questione-os, ainda, sobre algum conhecido que, possivelmente, tenha sido influenciado por produtos culturais que eles tenham apresentado. Como se deu essa apresentação? Quais as reações das pessoas? Elas passaram a consumir esses produtos culturais com frequência? Elas apresentaram esses produtos para outras pessoas também?

2. Respostas pessoais. Os estudantes devem ser capazes de reconhecer a motivação das pessoas que montaram acampamento. Elas desejavam ocupar os melhores lugares no dia da apresentação da banda e, se possível, estar mais perto dos membros do grupo. Para aprofundar a reflexão, sugira aos estudantes a ênfase no período de duração desse acampamento antes da data prevista do show. O que foi preciso para manter o acampamento funcionando ao longo de três meses? Que tipo de relação essas pessoas nutrem pelo grupo? Quais características do *k-pop* nos permitem concluir que se trata mesmo de um fenômeno? A questão propicia um breve levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes em relação à cultura sul-coreana. Muitos deles podem mencionar informações obtidas em programas de televisão ou na internet, por exemplo. Essa é uma boa oportunidade para explorar mais o papel desses meios de comunicação na difusão de conteúdo.
3. Respostas pessoais. Nessa questão, é possível estabelecer uma comparação entre a influência econômica e cultural que a Europa e os Estados Unidos exercem no Brasil e a influência exercida pela Coreia do Sul. É possível que os estudantes tenham contato com a cultura da Coreia do Sul, mas, estatisticamente, o mais provável é que eles conheçam com mais profundidade os elementos culturais relacionados aos Estados Unidos e a países da Europa. Explore dados que extrapolem a distância e o tamanho do território (embora Coreia do Sul e Portugal não tenham territórios de tamanhos tão diferentes, apresentam influências radicalmente distintas). Aproveite esse momento para introduzir a questão da ideologia, tendo em vista a proposição de que as ideias dominantes são as da classe dominante. Considere também os altos investimentos públicos e privados da Coreia do Sul destinados à criação de “produtos culturais” consumíveis no mundo todo, configurando-se, atualmente, como uma “indústria cultural” muito pujante.

Ideologia e interesses de classe (Página 97)

Esse tópico explora o conceito de ideologia com base nos trabalhos de Marx e Engels, focando na origem da alienação no processo de divisão do trabalho, especialmente no capitalismo industrial. Destaque a relação entre alienação e ideologia e, se necessário, use exemplos para esclarecer os conceitos, conectando-os aos conhecimentos prévios dos estudantes. No capítulo 14, o conceito de alienação será retomado e aprofundado, por isso, neste momento, é importante realizar a introdução ao conceito apenas em sua relação

com o conceito de ideologia, cerne da discussão proposta nesse tópico.

BOXE INTERAÇÃO

1. Respostas pessoais. Os estudantes podem acionar seus conhecimentos prévios sobre a desigualdade social no Brasil, relacionando-a ao fato de que, ao longo do tempo, algumas profissões foram ganhando maior *status* do que outras, o que explicaria o fato de alguns profissionais serem mais bem remunerados. Sobre o exemplo da atividade, ainda que os estudantes possam relacionar a remuneração aos anos de escolarização (o trabalho como coletor de resíduos exige apenas a Educação Básica e o trabalho como médico exige Ensino Superior), é importante problematizar que as razões são mais complexas, pois profissões que demandam o mesmo tipo de formação continuam sendo remuneradas de forma desigual (nesse caso, é possível comparar o médico com o professor, por exemplo).

Hegemonia cultural (Página 98)

O texto explora as contribuições de Antonio Gramsci para o conceito de hegemonia, ampliando o debate sobre ideologia iniciado a partir das ideias de Marx e Engels. Gramsci usa a hegemonia para explicar como certas ideias se tornam dominantes em contextos sociais específicos, estando a hegemonia, portanto, ligada à ideologia. Segundo Gramsci, a ideologia é o mecanismo por meio do qual se impõem algumas ideias como dominantes e hegemônicas. Prisioneiro do governo fascista italiano, Gramsci focou na relação entre populismo e meios de comunicação de massa, discutindo os meios adotados pela burguesia para alcançar o consentimento das massas.

Para ilustrar e pautar a reflexão, peça aos estudantes que analisem a fotografia presente na página e o que ela representa. Não apenas Benito Mussolini, o ditador fascista italiano, como outros líderes políticos, no Brasil e no mundo, utilizaram e ainda utilizam os meios de comunicação como estratégia para buscar o consentimento das massas. Se julgar oportuno, peça aos estudantes que analisem como os atuais líderes políticos transformaram suas estratégias de comunicação para se adequar às novas tecnologias e à disseminação de informações por aplicativos e redes sociais.

Aproveite para discutir com os estudantes a importância da sociedade e da sua atuação para combater o pensamento hegemônico. Sobre isso, apresente o conceito criado por Raymond Williams de contra-hegemonia.

Consumo e distinção social (Página 99)

As proposições de Pierre Bourdieu são fundamentais para discutir a diferenciação que se estabelece socialmente entre cultura erudita e cultura popular. Enquanto a primeira é reconhecida e legitimada pelas classes dominantes e organiza saberes relacionados à trajetória escolar do indivíduo; a segunda se refere a saberes do cotidiano e populares. Em uma perspectiva que hierarquiza a cultura erudita como superior à cultura popular, os elementos da primeira são mais valorizados: diplomas, fluência em idiomas, conhecimento de obras e autores clássicos, além de outros saberes institucionalizados pelas elites tornam-se capitais culturais, e a posse deles acaba posicionando os indivíduos em lugares de privilégios.

Ao discutir a noção de capital cultural, o pensador oferece uma visão renovada do marxismo, relacionando a lógica do capital aos mecanismos de distinção social. Explique aos

estudantes que a distinção social revela que a hierarquização não se baseia apenas no poder econômico, mas também na posse e no uso de outros elementos considerados socialmente relevantes, como saberes e conhecimentos diplomados, conexões e relações sociais, além de prestígio, honra e reconhecimento. Esse conteúdo aborda a **CGEB1**, valorizando conhecimentos históricos sobre o mundo social e cultural para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Os estudantes devem concluir que o acesso a mais capitais está condicionado aos privilégios de uma pessoa como membro de uma classe e que esses privilégios, por sua vez, são mantidos justamente pelo acesso a mais capitais. Disso resulta a reprodução do processo de dominação de classes.
2. Resposta pessoal. É importante o estudante perceber que, no senso comum, a ideia de meritocracia explica o sucesso pessoal e o profissional por características relacionadas apenas ao esforço individual, como se fosse suficiente, independentemente das circunstâncias, para obter sucesso. Para Bourdieu, no entanto, a dissociação entre o social e o individual é impraticável. Assim, o desempenho do indivíduo deve ser contextualizado a partir dos privilégios decorrentes de seu pertencimento a determinado grupo social, o que problematiza e permite criticar a lógica meritocrática, que responsabiliza o sujeito pelo sucesso ou fracasso na vida pessoal e profissional, desconsiderando fatores como: o tipo e a qualidade da formação escolar; o acesso a saneamento básico, moradia e alimentação de qualidade; a necessidade de trabalhar para auxiliar a renda domiciliar e não poder se dedicar exclusivamente à escola; as oportunidades de formação extracurricular nos esportes, nas artes, nos idiomas; o uso do tempo livre e as opções de entretenimento disponíveis. Reforce com os estudantes a necessidade de estudar os indivíduos inseridos nos contextos sociais e culturais aos quais eles pertencem. Ainda que seja possível elencar alguns exemplos de pessoas que, apesar das circunstâncias ruins e da falta de oportunidades, obtiveram sucesso pessoal e profissional, esse padrão não é observado na média geral dos comportamentos e, portanto, não serve de parâmetro para reforçar a lógica meritocrática, pois não revela um traço geral da sociedade analisada e sim casos apenas particulares.

A indústria cultural (Página 100)

Esse tema explora o conceito de indústria cultural e sua relação com as transformações tecnológicas e sociais, desenvolvendo a habilidade **EM13CHS202**. Comece apresentando a obra *Dialética do esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, que diferencia cultura de massa de indústria cultural. Estimule os estudantes a discutir sobre a industrialização dos conteúdos de rádio e TV para avaliar seu conhecimento sobre o tema. Analise com eles a *charge* da página e promova um debate sobre as consequências da indústria cultural, incluindo a influência dos meios de comunicação no pensamento crítico dos indivíduos.

Arte e reprodução em massa (Página 101)

Nesse tópico, apresente um contraponto à compreensão sobre a indústria cultural com base no estudo da perspectiva

de Walter Benjamin. Ele diverge de Adorno e Horkheimer em relação ao fatalismo no uso das técnicas de reprodução e considera que a questão está em quem se apropria delas. Segundo Benjamin, a produção cultural deve ser massificada e socializada, para que as pessoas não apenas acessem os produtos como consumidores passivos, mas também sejam autoras e produtoras dos meios de produção cultural.

BOXE INTERAÇÃO

A análise da obra de arte e a sua valorização como manifestação cultural possibilita o desenvolvimento da **CGEB3**.

1. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a peça apresentada, relacionando-a com o conceito de indústria cultural, buscando compreender as possíveis motivações do artista para utilizar os rótulos apresentados. Quando questionados sobre considerarem essa peça uma obra de arte ou não, é importante que os estudantes expressem e justifiquem suas opiniões, explicando o que consideram arte e levando em conta, além de suas percepções pessoais, o papel da arte na sociedade.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem que a apresentação de todas as telas juntas, cada qual mostrando um sabor de sopa diferente, se assemelha à apresentação dos produtos nas prateleiras do supermercado. Mais do que as latas de sopa, os quadros representam a propaganda por detrás desse produto. Desse modo, a obra em análise faz alusão à produção cultural em série e segundo interesses econômicos, por isso, é possível relacioná-la à indústria cultural.

Globalização e consumo (Página 102)

Neste tópico, explore as inovações científicas como produtos e como geradoras de novas relações sociais, desenvolvendo a habilidade **EM13CHS202**. Relacione o capitalismo financeiro com a expansão das multinacionais e suas consequências para o trabalho e as culturas locais. Pontue o debate acerca da homogeneização cultural, explicando aos estudantes que não se trata de uma questão consensual nas Ciências Sociais. Algumas perspectivas criticam a influência hegemônica da cultura estadunidense no mundo, especialmente via produtos de entretenimento, pois, de acordo com essas perspectivas, as culturas locais tenderiam a incorporar elementos da cultura estadunidense no intuito de se adequarem e serem legitimadas globalmente. Em oposição, há perspectivas que identificam uma predominância nos valores culturais hegemônicos dos Estados Unidos, mas avaliam que, no âmbito local, há como se fossem processos de tradução, segundo os quais os valores externos seriam incorporados a partir da lógica cultural local. Enfatize, ainda, a crítica exposta pelo geógrafo brasileiro Milton Santos a respeito da ilusão de se criar uma aldeia global, pois, para o pensador, a globalização contribui para o agravamento das desigualdades locais.

Reflita com os estudantes sobre a urbanização, a hiperurbanização e as mudanças socioespaciais devido à globalização e ao consumo. Note que, apesar da crescente urbanização, cerca de 45% da população mundial ainda vive em áreas rurais, o que desafia a ideia de uma urbanização totalmente irreversível. Comente com os estudantes que, em 2019, 55% da população vivia em cidades, mas uma parte significativa ainda residia fora dos grandes centros urbanos. De acordo com o *Relatório Mundial das Cidades 2022*, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU-Habitat), estima-se que a população mundial será 68% urbana até 2050.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

Ao propor a discussão sobre o neoliberalismo, as atividades deste boxe mobilizam o trabalho com os temas contemporâneos transversais Educação financeira e Educação fiscal pois grande parte da reflexão sobre as políticas econômicas neoliberais perpassa a discussão sobre arrecadação de impostos, gastos públicos e transferência de serviços de competência governamental para a iniciativa privada.

1. O neoliberalismo opera por meio de um processo ideológico em que há uma prática econômica específica e uma narrativa que não condiz com ela na totalidade. É possível afirmar, com base no texto, que o neoliberalismo é uma ideologia da classe dominante e que permite a reprodução de seus privilégios e da estrutura de poder.
2. Atividade de pesquisa. Com o objetivo de incentivar a realização da pesquisa, conduza a formação dos grupos. O foco da atividade é incentivar os estudantes a consultar outras fontes, principalmente as que defendem o neoliberalismo. É fundamental apresentar perspectivas que se contrapõem, para trabalhar com os estudantes o desenvolvimento de competências sociais e argumentativas relacionadas ao debate e ao respeito à divergência de ideias. Oriente-os a pesquisar os documentos oficiais do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso. Os textos são inspirados por teóricos neoliberais que defendem o enxugamento do Estado e, ao mesmo tempo, estão conectados com os problemas e os desafios brasileiros.
3. Atividade de pesquisa. É possível elencar as demissões em massa em decorrência das privatizações das empresas estatais, os processos crescentes de terceirizações nos serviços públicos (educação, saúde e segurança podem ser citados) e a diminuição dos direitos trabalhistas, bem como o enxugamento dos gastos com políticas sociais. Ao analisar cada uma dessas consequências, é interessante investigar os pontos questionados pelos movimentos sociais, pelos partidos políticos e pelos sindicatos.

Produção deslocalizada: mecanismos e impactos (Página 103)

O Estado desempenha um papel significativo na globalização, facilitando transações econômicas e regulando o mercado. O capitalismo pode promover uma postura passiva e consumista devido às longas jornadas de trabalho e ao lazer industrializado. Incentive os estudantes a refletir sobre seus hábitos de consumo e a buscar alternativas para reduzir os impactos ambientais. A análise crítica dos hábitos de consumo e sua relação com as identidades sociais ajuda a desenvolver a habilidade **EM13CHS303**. Discuta também as mudanças na utilização dos espaços públicos, destacando a importância desses espaços para a sociabilidade e a construção de uma sociedade justa e inclusiva. Esses debates contribuem para o desenvolvimento das habilidades **CGEB1**, **CGEB5** e **CGEB10**.

BOXE REFLEXÃO

O conteúdo e as questões do boxe contribuem para o desenvolvimento da **CGEB1**, da **CGEB7**, da **CGEB10** e das habilidades **EM13CHS301** e **EM13CHS303**, ao incentivar os estudantes a refletir sobre práticas que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbitos local e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

1. Espera-se que os estudantes mencionem os impactos ambientais, como a poluição do ar, dos solos e das águas, o desmatamento e a redução da biodiversidade; e os impactos sociais, como o acirramento das desigualdades sociais e a deterioração do modo de vida dos povos tradicionais.
2. Auxilie os estudantes a pesquisar exemplos de práticas sustentáveis, como reciclagem, reaproveitamento de objetos usados, redução do consumo de plástico, preferência por produtos *in natura*, criação de hortas comunitárias, etc. Incentive-os a refletir como hábitos mais sustentáveis podem ser introduzidos na rotina da escola. Pode ser realizado um trabalho interdisciplinar com Ciências da Natureza.

Propaganda, consumo e sociabilidade (Página 104)

Para abordar o papel da publicidade no consumismo, destaque como os anúncios vinculam produtos a ideais de sucesso e felicidade, manipulando o consumo. Enfatize a influência da publicidade digital e dos influenciadores, e discuta a obsolescência programada como estratégia para incentivar a constante troca de produtos. Finalize com uma reflexão crítica sobre as consequências socioambientais do consumo excessivo e seus impactos nas desigualdades sociais e na transformação dos espaços públicos.

BOXE REFLEXÃO

1. Espera-se que os estudantes identifiquem as mudanças no uso dos espaços públicos, tendo em vista a difusão de um modo de se divertir mediado pela venda de mercadorias, em contraposição à noção anterior, relacionada às festas populares de rua.
2. Incentive os estudantes a refletir sobre os aspectos positivos e os aspectos negativos relacionados às mudanças na utilização dos espaços públicos. Por um lado, as tecnologias permitiram a maior oferta de opções de lazer. Por outro, o fato de essas opções de lazer, em geral, serem mediadas pelas demandas do capital contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais, que se manifesta, por exemplo, na segregação socioespacial.
3. Espera-se que os estudantes identifiquem os espaços públicos no lugar onde vivem e como são apropriados por diferentes grupos sociais, em especial os jovens. Incentive-os a discutir sobre as redes de sociabilidade que se constituem nesses espaços e se podem ser observadas disputas em relação ao seu uso. É importante ressaltar a importância do acesso a espaços de lazer e cultura para os jovens e à população em geral, bem como a necessidade de preservação dos espaços públicos para o convívio democrático e o exercício da cidadania.

A indústria cultural na era da produção digital (Página 105)

Contextualize com os estudantes as transformações na indústria cultural a partir do desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, problematizando, a partir dos conhecimentos prévios deles, o que foi alterado de forma significativa. Incentive-os a criar hipóteses sobre as mudanças que ainda podem acontecer. Ao discutir a noção de capitalismo de plataforma, avalie se os estudantes conseguem relacioná-lo com as transformações observadas na indústria cultural e se são capazes de problematizar o poder que as plataformas estão conquistando ao longo do tempo.

Atividades (Páginas 106 e 107)

1. No texto, Bourdieu sinaliza que a escola atua validando o acúmulo do capital cultural familiar e do capital cultural transmitido pela instituição. Desse modo, dois estudantes que frequentarem as mesmas aulas e realizarem as mesmas provas terão desempenhos distintos, não apenas em virtude da maior ou menor dedicação de cada um aos estudos, mas também em virtude de uma distorção no sistema escolar, em que avaliações aparentemente neutras privilegiam conhecimentos relacionados à cultura erudita, que um estudante pode ter adquirido em seu contexto familiar, enquanto outro estudante pode não ter usufruído do mesmo privilégio.
2. Resposta pessoal. A tira contrasta a promessa da sociedade em rede, que concederia aos trabalhadores jornadas de trabalho menores, com a realidade, marcada pela intensa exploração do trabalhador, nos termos da Revolução Industrial. É interessante verificar se a articulação que o estudante estabelece entre promessa e realidade não é apenas uma oposição entre verdade e mentira, ou entre realidade e ficção. É importante mencionar a questão da ideologia como a consciência parcial de um evento, relacionada à perspectiva de classe. Chame a atenção dos estudantes para a data de publicação da tira, 2016. Questione-os sobre possíveis revisões dessa tira após a popularização do *home office* como decorrência da pandemia. Comente que, após o fim do isolamento social, algumas empresas que adotaram essa modalidade de trabalho acabaram voltando, parcial ou integralmente, para o presencial. Estimule-os a refletir sobre essa noção que atrela o trabalhador a um lugar de trabalho e como isso está orientado por um tipo específico de ideologia.
3. Alternativa **b**.
4. Alternativa **e**.
5. Alternativa **c**.
6. Alternativa **e**.
7. Alternativa **d**.

Ampliando (Páginas 108 e 109)

Nessa seção é possível discutir como análises de comportamento do público influenciam o desenvolvimento de séries e filmes, como exemplificado pela série *Stranger Things*. Enfatize o impacto desses algoritmos na indústria cultural digital, abordando tanto as condições de trabalho dos criadores quanto a autonomia dos consumidores na escolha de produtos.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. A partir da leitura do texto, o estudante deve concluir que a algoritmização é um fenômeno que busca mapear os comportamentos sociais, de forma a alimentar bancos de dados que permitam, por meio de algoritmos, prever e influenciar padrões de consumo, inclusive no entretenimento.
2. Respostas pessoais. Incentive os estudantes a discutir essa atividade com os colegas, para aprofundar o tema e analisar seu impacto na vida deles e da própria sociedade.
3. Resposta pessoal. É importante que os estudantes se posicionem criticamente, considerando os impactos da algoritmização tanto na esfera da produção, quanto na esfera do consumo.

4. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a considerar o desenvolvimento das tecnologias como um processo contínuo que, portanto, impacta a sociedade de maneira distinta ao longo do tempo. Promova sempre um ambiente de escuta respeitosa, que favoreça a autonomia de pensamento e a diversidade de opiniões.

Estúdio do pensamento social (Páginas 110 e 111)

Para introduzir Gabriel Cohn e suas contribuições à Sociologia da Comunicação, destaque a crítica do autor à indústria cultural e ao impacto das práticas produtivas sobre a cultura. Explique como Cohn, influenciado por Adorno e Weber, analisa a relação entre produção e consumo cultural, enfatizando que a cultura, ao ser moldada por grandes conglomerados, perde parte de sua autonomia, mas ainda retém aspectos de resistência.

PARA CONCLUIR

1. a) Resposta pessoal. O estudante deve buscar exemplos em sua realidade cotidiana, problematizando sua interação com a dimensão cultural a partir do consumo.
b) Resposta pessoal. Espera-se que, ao descrever a experiência com o bem cultural, o estudante acesse uma dimensão subjetiva, mais carregada de afetos. Em contrapartida, ao descrever os elementos concernentes a quem o produziu, perceba as dimensões objetiva, organizacional e empresarial.
c) Resposta pessoal. Constatada a diferença entre quem produz e quem consome os bens culturais, pensar as semelhanças e as diferenças ajuda o estudante a compreender o sentido da proposta crítica de Gabriel Cohn: de que o modo de produzir bens culturais determina os gostos das massas, mas não deixa de ser influenciado, reciprocamente, por elas.

CAPÍTULO 6 ARTE, CULTURA E ESTÉTICA (Página 112)

Esse capítulo explora a relação entre cultura, arte e estética, destacando como esses conceitos estão ligados a construções históricas e sociais. As manifestações artísticas podem representar formas de dominação ou resistência cultural. Peça aos estudantes que observem a imagem da obra *Roda de bicicleta*, de Marcel Duchamp, famoso *ready-made* criado em 1913. Explique que *ready-made* é um conceito de Duchamp para objetos cotidianos selecionados sem critérios estéticos e exibidos como arte. Ao analisar a obra e outros exemplos no capítulo, os estudantes são incentivados a valorizar diferentes formas de expressão artístico-cultural, desenvolvendo a **CGEB3**. Leia com eles o texto associado à imagem e use as questões propostas para sondar seus conhecimentos prévios sobre arte e estética.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Respostas pessoais. Observe as impressões iniciais que a obra causa nos estudantes. Verifique se eles já a conhecem e se a associam ao Dadaísmo. Essa corrente artística será trabalhada no capítulo, mas pode ser interessante levantar questões iniciais relativas ao papel do artista

quando este utiliza elementos prontos do cotidiano que não carregam carga visível de trabalho artístico, bem como relativas à função da arte para além do entretenimento e da produção do belo.

2. Resposta pessoal. É interessante abordar os elementos do reconhecimento e da atribuição de sentidos mobilizados em cada cultura, para a construção da categoria “arte”. É possível mencionar que determinados objetos com funções utilitárias ou religiosas podem ser, posteriormente, ressignificados como obras artísticas, assim como obras artísticas podem ser ressignificadas de acordo com novas funções que venham a desempenhar.
3. Respostas pessoais. O uso corrente de “estética” em salões de beleza e clínicas pode fazer com que os estudantes associem o termo ao que é socialmente considerado como beleza corporal. É importante não invalidar esse uso no cotidiano, mas apontar sua origem, convidando-os a se debruçar sobre as discussões propostas no capítulo.

A arte e o belo como construções culturais e históricas (Página 113)

Esse tema problematiza o belo como uma construção cultural e histórica. Parte-se da função da técnica entre os gregos para entender a função do artista nesse contexto. Em seguida, a associação entre arte e belas-artes é também introduzida. Para incentivar os estudantes a refletir sobre a associação entre arte e beleza, explique a eles que essas características não estão automaticamente conectadas.

BOXE REFLEXÃO

1. Resposta pessoal. Explore com os estudantes a possibilidade de coexistência das duas ideias no fazer artístico e que, em cada momento histórico, uma pode predominar sobre a outra.

Beleza, objetividade e subjetividade (Página 114)

O tópico explora a objetividade e a subjetividade da beleza, começando com o debate entre empiristas e racionalistas. Examina-se como a concepção racionalista de ciência influenciou o Academicismo, que surgiu na Europa no século XVI, onde a beleza era vista como objetiva e alcançada por meio da técnica. Em contraste, os empiristas consideravam a beleza uma experiência subjetiva, focando na apreensão da realidade.

BOXE REFLEXÃO

1. A escola empirista priorizava a experiência individual. O trecho evidencia essa ideia, ao estabelecer que cada indivíduo, por meio das experiências individuais, concebe um tipo de beleza.
2. Resposta pessoal. Aproveite a discussão para incentivar os estudantes a contrastar visões de beleza e do belo construídas socialmente com as perspectivas baseadas nas próprias experiências.

A arte, o artista e a técnica (Página 115)

Esse tema evidencia a provisoriedade do *status* do artista ao longo do tempo. Para isso, são mencionadas as experiências das artes anônimas e das artes compreendidas como

meramente técnicas, menosprezadas por serem uma atividade manual, bem como a menção da valorização das artes via mecenato, ganhando terreno na elite ao se estabelecer como forma de distinção social. As problematizações dos artistas de vanguarda no século XX tencionam esse lugar social do artista, adicionando uma crítica aos processos produtivos, muitas vezes recusando o processo de mercadorização das obras artísticas ou, ainda, dialogando com esse processo.

BOXE INTERAÇÃO

1. Respostas pessoais. É importante que o estudante compreenda que arte é qualquer expressão criativa que evoca sentimentos ou pensamentos, na intenção de comunicar algo significativo, independentemente do meio ou da técnica utilizada.
2. Respostas pessoais. O estudante pode sugerir que, socialmente, a arte costuma ser definida por instituições culturais e acadêmicas, como museus e críticos, que estabelecem normas e padrões baseados em contextos históricos e culturais.
3. Respostas pessoais. É importante ressaltar que a definição pessoal pode ser mais inclusiva e subjetiva, enquanto a definição social tende a seguir critérios mais formalizados e tradicionais. Ambos valorizam a intenção e o impacto, mas a definição social pode ser mais restritiva.

Sugestões para o professor

» **Eco, Umberto (org.). *História de feiura*. Rio de Janeiro: Record, 2007.**

Umberto Eco reflete sobre as diversas transformações do conceito de feiura não apenas no mundo das artes, como em diversas áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Teologia, a Ciência, a Política e a Economia.

» **MALLET, Roberto. *Arte para quê?* 1. ed. São Paulo: Cedro, 2021. 132p.**

Hoje, muitas pessoas se sentem desconfortáveis diante de certas “obras de arte” e acabam evitando teatros e exposições. A confusão sobre o que é arte é generalizada. Nesse livro, o professor Roberto Mallet esclarece algumas questões, ilumina princípios básicos e ajuda a compreender os sentidos da arte e sua importância para enriquecer a vida.

É ou não é arte? (Página 116)

Depois de questionar a subjetividade ou a objetividade da beleza e a posição social do artista, busca-se problematizar a questão do próprio objeto artístico. Radicalizando suas apostas, os artistas de vanguarda romperam paradigmas e chocaram a sociedade e seu meio de trabalho. Diante da irracionalidade das guerras e da voracidade do capitalismo abarcando cada vez mais esferas da vida, qual é o sentido de produzir arte e que tipo de obra se faz necessária? Esse é um momento interessante para resgatar as referências artísticas dos estudantes e valorizar as produções marginalizadas e não valorizadas canonicamente. É possível partir da própria produção dos estudantes e de seus familiares para debater os limites entre artesanato e arte, entre arte e mercadoria, etc. A valorização de diferentes manifestações artísticas e culturais contribui para o desenvolvimento da **CGEB3**.

Além disso, o questionamento sobre o que é belo e o que é arte visa problematizar diversas formas de preconceito, exercitando a empatia e o respeito às diferenças, o que contribui para o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS502**.

Se julgar pertinente, é interessante organizar uma visita a um museu virtual, para que os estudantes tenham contato com obras variadas. A atividade pode ser realizada em conjunto com o professor de Linguagens. Muitos museus permitem visitas *on-line*, então é possível combinar uma atividade no laboratório de informática, caso haja esse espaço na escola. Se a escola estiver localizada em um município onde haja museus, também é possível desenvolver uma atividade presencial nesses espaços.

BOXE REFLEXÃO

1. Resposta pessoal. Essa atividade mobiliza as impressões dos estudantes acerca da obra. Deixe que eles se expressem livremente.
2. Resposta pessoal. É possível que os estudantes respondam que Magritte visava causar estranhamento aos observadores de suas obras. É possível instigar os estudantes a refletir sobre a noção de representação, pois, ao afirmar que aquele objeto não era um cachimbo, Magritte coloca em evidência o fato de que a imagem de um cachimbo não é, em si mesma, um cachimbo, e sim uma representação desse objeto.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam que, aos poucos, os períodos da história da arte passaram a ser menos miméticos, ou seja, passaram a se distanciar da imitação.

Representatividade e empoderamento (Página 117)

A discussão sobre representatividade e empoderamento permite que os estudantes reflitam sobre o apagamento das minorias na arte e o resgate de sua influência histórica. Explique que as reivindicações de grupos minorizados são reparações históricas necessárias para a igualdade. Use os cartazes-protesto do grupo Guerrilla Girls para ilustrar a falta de representatividade das mulheres e explicar como elas foram excluídas historicamente.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

As atividades deste boxe pautam o trabalho com o tema contemporâneo transversal Educação em direitos humanos, ao propor a reflexão sobre a desigualdade de gênero e a sub-representatividade de mulheres na arte.

1. Resposta pessoal. As mulheres tiveram historicamente acesso restrito ao mundo das artes e das ciências, que foram configuradas ao longo da história como espaços destinados aos homens. Muitas artistas mulheres escondiam-se ou escreviam sob pseudônimos para ter suas obras publicadas/expostas.
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de identificar que os dados sobre artistas mulheres no Museu Metropolitano de Nova York em 1989 (5%) não diferem muito dos dados sobre artistas mulheres no acervo do MASP em 2017 (6%), mesmo passados 28 anos entre um cartaz e outro. Em relação à exibição de nus, nota-se uma diferença mais evidente: enquanto no cartaz de 1989, 85% dos nus eram de mulheres; no cartaz de 2017, essa porcentagem reduziu para 60%. Incentive os estudantes a levantar hipóteses que expliquem a quase irrelevante participação de artistas mulheres nos acervos dos museus, problematizando

o apagamento e o silenciamento histórico das mulheres. Sobre o nus, proponha que os estudantes reflitam sobre os motivos que têm contribuído para a diminuição dos nus femininos, especialmente considerando a denúncia sobre a objetificação do corpo das mulheres.

Signos culturais, estereótipos e dominação (Página 118)

Para o tópico, discuta com os estudantes a diferença entre visibilidade e apropriação de símbolos culturais, destacando o impacto de tais práticas na reprodução de estereótipos e de opressão. Encoraje a análise crítica de exemplos atuais, como fantasias e uso comercial de símbolos de culturas marginalizadas, e promova a conscientização sobre a seriedade dessas questões.

Explique aos estudantes que a lógica de apropriação de signos culturais traz consequências para minorias, reforçando opressões históricas. Analise as campanhas contra o uso de adereços culturais e como elas ajudam a superar esse problema, promovendo alteridade e empatia. Avaliar os dilemas éticos e os problemas associados à apropriação de signos culturais possibilita o exercício da alteridade e da empatia, desenvolvendo, assim, a **CGEB9** e a habilidade **EM13CH5504**

Decolonialidade, arte e linguagem (Página 119)

Para valorizar a diversidade e o protagonismo de grupos historicamente subalternizados, incentive os estudantes a reconhecer a importância da representatividade na arte. Explore as estratégias de resistência cultural e as diferentes perspectivas conceituais como descolonização, anticolonialismo e contracolonialismo.

BOXE REFLEXÃO

O boxe propicia a reflexão sobre o processo de descolonização da produção artística. A valorização de variadas formas de manifestação artístico-cultural possibilita o desenvolvimento da **CGEB3**.

1. O estudante deve ser capaz de compreender a arte como mecanismo de questionamento sobre a realidade. Nesse sentido, ela seria política, porque problematiza as relações de poder, os conflitos e as formas de visibilidade.
2. Respostas pessoais. Espera-se que o estudante seja capaz de se posicionar criticamente a respeito do tema, considerando elementos sincrônicos e diacrônicos, que permitam identificar historicamente as lutas coletivas em favor da representatividade de todos os grupos, e não apenas a reprodução das referências dos grupos dominantes. Essa reflexão contribui para o desenvolvimento da **CGEB9**.

Atividades (Páginas 120 e 121)

1. a) Organize os estudantes em grupos para a realização da atividade, que pode ser desenvolvida por meio de uma pesquisa na internet. Incentive-os a refletir sobre a falta de representatividade das mulheres em obras audiovisuais e os tipos de emoção e frustração que essa falta pode desencadear. O exercício da empatia contribui para o desenvolvimento da **CGEB9**.

b) Atualmente, há a problematização da predominância de autores homens, brancos, heterossexuais e europeus no mundo das artes, reafirmando seus pontos de vista. Instigue os estudantes a aplicar o teste de Bechdel nas principais produções comerciais para verificar a existência desse padrão.

2. Ao avaliar as redações, é importante verificar se os estudantes estabelecem de maneira apropriada as diferenças entre o processo de troca e as transformações culturais, próprios de qualquer interação entre culturas, e a apropriação de signos culturais, que se vale de uma hierarquia de poder entre determinadas culturas para destituir um elemento específico de seu conteúdo dentro da estrutura de símbolos do povo minorizado. Incentive os estudantes a defender seus pontos de vista com base em argumentos, o que contribui para o desenvolvimento da **CGEB7**. Se julgar pertinente, a dissertação pode ser feita em conjunto com o professor de Linguagens.
3. Alternativa **e**.
4. Alternativa **b**.
5. Alternativa **d**.
6. Alternativa **c**.

Estúdio do pensamento social (Páginas 122 e 123)

Para abordar a obra de Conceição Evaristo, explore como a arte e a literatura dela refletem e moldam normas, valores e identidades sociais. Destaque a “escrevivência” como um método de evidenciar a luta e a resistência dos grupos marginalizados, especialmente mulheres negras. Utilize suas obras para ilustrar a interseção entre arte, cultura e estética, incentivando discussões sobre a influência da literatura na construção de uma identidade inclusiva e na transformação social.

PARA CONCLUIR

1. Resposta pessoal. O tema tratado na obra de Conceição Evaristo são as vivências, as lutas e as vozes das minorias marginalizadas, especialmente em relação às mulheres negras. Portanto, a escrevivência se conecta às noções de representatividade e empoderamento, pois seus textos apresentam narrativas sobre as adversidades sociais, econômicas e raciais, e o enfrentamento a essas com dignidade e coragem. Assim, desconstrói estereótipos e, com isso, cria a necessidade de construção de novas identidades sobre os sujeitos.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes apresentem relatos pessoais e subjetivos com exemplos identificados na comunidade, no Brasil e no mundo que contribuem para desconstruir o estereótipo social e abrem possibilidades para interpretações de novas identidades do povo negro, não mais associadas exclusivamente à escravização. É importante reforçar uma perspectiva ampliada sobre as culturas e identidades negras, que não podem ser reduzidas a signos historicamente consolidados a partir da lógica da escravização dos povos africanos.

Práticas de texto (Páginas 124 e 125)

Para explorar a dimensão política da arte, a elaboração da biografia de um artista brasileiro oferece aos estudantes uma oportunidade valiosa de desenvolver habilidades de escrita e pesquisa. Essa atividade permite que eles compreendam o

contexto histórico e social em que o artista atuou, além de refletirem sobre o impacto e o legado de sua obra. Incentive-os a pesquisar detalhadamente a vida, a carreira e as contribuições do artista, destacando como sua obra reflete resistência e comunicação social, e como essas dimensões influenciam a transformação cultural.

Práticas de pesquisa (Páginas 126 e 127)

Essa seção orienta os estudantes na investigação sobre museus virtuais, promovendo o desenvolvimento da curiosidade intelectual e a valorização das práticas artístico-culturais, além da utilização de tecnologias digitais, o que propicia o trabalho com a **CGEB2**, a **CGEB3**, a **CGEB4**, a **CGEB5** e as habilidades **EM13LP44**, **EM13LP45**, **EM13CNT301** e **EM13CNT302**.

■ **Estudo de recepção:** metodologia que pode combinar abordagem qualitativa e quantitativa com o intuito de compreender como os indivíduos interpretam e atribuem sentidos às mensagens midiáticas.

Os estudantes deverão analisar as especificidades dos museus virtuais e como o público interage com esses canais, compreendendo o impacto da inclusão digital na experiência estética e na democratização da arte. Comece com uma roda de conversa para explorar o repertório artístico-cultural dos estudantes, e depois introduza a análise de museus virtuais e o letramento midiático digital. Oriente-os na elaboração e na apresentação dos resultados, destacando os principais achados e a metodologia adotada, com o apoio da coordenação e da direção da escola.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Indústria cultural e sociabilidade

Proponha aos estudantes que escolham um espaço de sociabilidade para analisar. Em seguida, eles devem responder às seguintes questões:

- Em termos sociais e culturais, como são as pessoas que frequentam o espaço?
- É preciso utilizar uma roupa específica, ainda que informalmente, para ser aceito?
- É necessário pagar a entrada?
- Nesse espaço, há a presença de anúncios de produtos ou venda de mercadorias?
- Há outros elementos que evidenciam a lógica do consumo? Quais?

Mesmo que eles elenquem um espaço que não apresente nenhuma das características indicadas pelas perguntas anteriores, peça que analisem se há alguma influência do dinheiro nas formas de interação entre as pessoas. Mesmo na exibição gratuita e sem propagandas de um filme, por exemplo, ainda existe uma forma específica de interação desse estudante com os produtos culturais, bem como associações entre o filme assistido e seu repertório, que está conectado com a indústria cultural.

O importante é que os estudantes identifiquem a relação entre produção e consumo cultural, enfatizando que a cultura, ao ser moldada por grandes conglomerados, perde parte de sua autonomia, mas ainda retém aspectos de resistência, mesmo quando transportada para um ambiente teoricamente isento dessa presença.

ABERTURA DE UNIDADE

(Páginas 132 e 133)

Para começar, peça aos estudantes que observem a imagem da abertura sem ler a legenda e o texto da página. Incentive-os a descrever a imagem e a levantar hipóteses, mobilizando a **CGEB2**. Depois, peça a eles que leiam a legenda e o texto da página e, na sequência, respondam às questões. A valorização da arte como forma de resistência possibilita o desenvolvimento da **CGEB3**.

Se julgar apropriado, apresente o contexto da peça *Roda Viva* aos estudantes, explicando-lhes que se trata de uma comédia musical que enfatiza a crítica à sociedade de consumo, à indústria cultural e à violência institucional propagada pelos mecanismos de censura e de ação policial dos governos militares no período da ditadura (1964-1985). A peça, escrita por Chico Buarque, estreou no município do Rio de Janeiro (RJ) em 1968, passando por teatros em São Paulo e em Porto Alegre. Essa obra chamou a atenção dos agentes de censura pelo seu conteúdo crítico, mas também gerou certa repulsa e escândalo nos espectadores e na sociedade brasileira por sua proposta cênica, que, muitas vezes, foi questionada e rotulada como selvageria. A título de curiosidade, comente com os estudantes que, em dado momento da peça, para simular uma metáfora com o coração do artista, devorava-se, em cena, um fígado de boi cru, jorrando sangue animal sobre os presentes. Além disso, recursos como seminudez, linguagem agressiva e avanços dos atores sobre a plateia foram estratégias adotadas para quebrar algumas convenções teatrais e provocar a sociedade brasileira.

Essas formas de protesto por meio de expressões artísticas podem ser comparadas, atualmente, à ação de algumas manifestações ambientalistas ou de movimentos sociais que recorrem ao escândalo, ao horror e à agressividade para chamar a atenção para determinada causa. Em 2019, a Semana de Moda de Londres, na Inglaterra, foi marcada por diferentes protestos que usavam simulação de sangue animal e uma gosma preta em referência aos resíduos associados à indústria do couro. Na ocasião, os protestantes se manifestavam contra os impactos da indústria da moda no ambiente, que, segundo eles, intensificam os efeitos da crise climática. Em dezembro de 2021, ganhou destaque na mídia internacional a montanha de roupas usadas que foram encontradas em lixões clandestinos em meio ao deserto do Atacama, no Chile. O contexto da sociedade de consumo somado à produção industrial de roupas, gera problemas de larga proporção para os países, especialmente para aqueles que acabam recebendo as roupas descartadas, como Chile, Índia e Gana. Se for possível, selecione, previamente, imagens que retratem esses lixões clandestinos de roupas e as exiba aos estudantes, pedindo-lhes que descrevam as sensações que essas imagens lhes despertam.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), da Organização das Nações Unidas (ONU), o setor produtivo da moda impacta profundamente a crise climática, destacando-se os seguintes dados: emissão de 2% a 8% de gases de efeito estufa, gerando altos níveis de poluição; uso exacerbado de água, consumindo 215 trilhões de litros por ano, com impacto na biodiversidade; descarte anual de 9% de microplástico nos oceanos. Como alternativa, a ONU lançou um manual sobre moda sustentável, que possui uma versão em formato de *e-book* e outra mais interativa (veja indicação completa nas *Sugestões para o professor*, neste manual). Sugerimos que seja realizado um trabalho interdisciplinar com o componente curricular Língua Inglesa, pois o *The sustainable fashion communication playbook* está disponível apenas nesse idioma.

Embora a reflexão sobre a relação entre sociedade e ambiente, no contexto da crise ambiental, esteja concentrada na unidade 8

do Livro do Estudante, dada a importância do tema, sugerimos que ele seja abordado de maneira transversal em todo o currículo.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes descrevam as pessoas e suas vestimentas, falem sobre o cenário, entre outros detalhes. A expectativa é que eles reconheçam que o grupo estava encenando algo, pois várias pessoas da foto aparecem em poses e gestos semelhantes (os braços erguidos) e pouco habituais.
2. Resposta pessoal. A expectativa é que os estudantes relacionem a ação de perseguição aos integrantes dos grupos teatrais com o poder de coerção do Estado, que tentou, durante os governos militares, coibir a divulgação de mensagens, ideias, produções artísticas e fatos que não agradavam aos censores e a quem controlava as instâncias de poder.
3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes considerem legítimo o uso de expressões artísticas, como o teatro, para reivindicar direitos e expor situações que precisam de mais atenção do poder estatal e de outras esferas da sociedade, reconhecendo o potencial político e transformador da arte.
4. Respostas pessoais. Possibilite aos estudantes expor as próprias ideias e oriente-os caso surjam comentários ofensivos a respeito das produções artísticas ou de grupos de teatro. Se oportuno e necessário, aconselhe-os a realizar um debate que foque na arte como meio de reivindicar direitos, capaz de alcançar diferentes públicos para divulgar ideias e propor reflexões sobre diferentes temas. Sobre a produção de uma peça, se necessário, explique a eles que não precisam criá-la, mas devem expor, de forma clara e objetiva, o tema que gostariam de abordar, assim como os motivos para escolherem esse grupo e os conjuntos de direitos a ele associados.

CAPÍTULO 7 ESTADO, PODER E CONTROLE SOCIAL

(Página 134)

O capítulo aborda a inserção do indivíduo em um grupo social e analisa como esse grupo atua para determinar e regular o comportamento de cada pessoa. Amplia essa discussão ao conceituar poder e dominação e relacioná-los com mecanismos de controle social. Também diversifica o debate ao propor aos estudantes que analisem o papel da mídia e das novas tecnologias no processo de controle, inclusive por meio da espetacularização da sociedade, na qual os indivíduos e os grupos sociais perdem gradativamente a noção do que é realidade e do que não é real.

Oriente os estudantes a pensar sobre como os mecanismos de poder e de controle social se manifestam na sociedade, bem como sobre a influência dos padrões socialmente estabelecidos no comportamento dos indivíduos, o que contribui para o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS502**. Esses padrões são reproduzidos por diferentes instituições e nas relações sociais e podem contribuir para a manutenção de formas de desigualdade e de preconceito.

Estimule os estudantes a refletir, identificar e caracterizar as relações de poder às quais estão sujeitos cotidianamente: em casa, na escola, nos grupos de interesse, perante o Estado. Em seguida, peça a eles que observem a imagem e incentive-os a analisar as características e as origens dos padrões sociais, e como esses elementos podem ilustrar os mecanismos de poder e de controle.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes identifiquem as relações de poder presentes no mundo do trabalho. É possível citar alguns elementos da foto, como o fato de os funcionários estarem uniformizados e trabalharem de acordo com o ritmo das máquinas.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes contextualizem o trabalho da fábrica retratada na imagem no âmbito da divisão do trabalho em diferentes escalas. Na escala global, por exemplo, o trabalho na linha de montagem expressa uma série de relações de poder entre os países desenvolvidos (que abrigam as sedes das empresas) e os países em desenvolvimento (que fornecem matérias-primas e produzem as peças). Também é possível mencionar as diferenças entre classes sociais que são expressas no mundo do trabalho, como a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.
3. Resposta pessoal. Faça um levantamento das imagens que os estudantes mais associam ao poder. Debata com a turma o quanto a mídia, as referências familiares, os espaços religiosos e demais coletivos nos quais eles estão inseridos formam o repertório comum que eles têm em relação às representações do mundo e como esses agentes impactam na construção desse imaginário. A ideia é perceber formas mais sutis de poder, que operam nas relações sociais.

Mecanismos de poder e controle

(Página 135)

Incentive os estudantes a refletir sobre como os mecanismos de poder e de controle social se manifestam na sociedade. Reflita sobre a influência dos padrões socialmente estabelecidos no comportamento dos indivíduos, o que contribui para o desenvolvimento da habilidade **EM13CH5502**. Esses padrões são reproduzidos por diferentes instituições e nas relações sociais, podendo contribuir para a manutenção das formas de desigualdade e de preconceito.

Peça aos estudantes que observem a imagem e incentive-os a refletir sobre as características e as origens dos padrões sociais, e sobre como esses elementos podem ilustrar os mecanismos de poder e de controle. Embora a fotografia ilustre alguns mecanismos de controle presentes na instituição escolar, solicite aos estudantes que identifiquem outros que não estejam retratados na imagem. Além disso, amplie a proposta, solicitando a eles que identifiquem os mecanismos de controle social implementados por outras instituições ou, de modo geral, pela sociedade.

Durkheim e o controle social

(Página 136)

Anteriormente, os estudantes já tiveram contato com algumas noções sociológicas desenvolvidas por Émile Durkheim. Para o trabalho com o tema do controle social, enfatize os conceitos de coerção social e anomia. Para o autor, a coerção social possibilita a unidade moral na sociedade, porque força os indivíduos a se adequar aos padrões e às regras estabelecidas, o que contribui para a maior identificação entre as pessoas, evitando que a sociedade fique em estado de anomia. O estado de anomia é caracterizado pela ausência ou suspensão, momentânea, das regras, seja porque as regras existentes já não são capazes de orientar e moldar o comportamento dos indivíduos, seja porque se instaurou uma crise (econômica, moral, sanitária) e foi necessário rever as formas de organização da sociedade, como no caso citado da pandemia de covid-19. Ao abordar o exemplo da pandemia de covid-19, dada a complexidade do tema, tanto em virtude do número de óbitos quanto em razão da disseminação de desinformação, é importante dar atenção para as diferentes

formas como os estudantes e suas famílias compreenderam e vivenciaram o que estava acontecendo. Ressalte para os estudantes que o conhecimento escolar está, substancialmente, ancorado no conhecimento científico e, portanto, as reflexões sobre isolamento social, vacina e formas de profilaxia dialogam com a ciência. As reflexões propostas dão subsídios para desenvolver a habilidade **EM13CH5504**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Respostas pessoais. Se for oportuno, estimule os estudantes a fazer uma pesquisa sobre a legislação. Dê como exemplo a Lei de Imprensa, que foi criada em 1967 – durante o período da ditadura militar no Brasil – e revogada pelo Congresso Nacional em 2009. Comente que a legislação dava ao governo o poder de controlar o que a imprensa podia ou não publicar. Essa legislação, criada em um momento marcado por intensa repressão e censura, foi revogada como resultado da pressão em defesa da liberdade de imprensa.
2. Respostas pessoais. Cite para os estudantes a Lei n. 14904, de 2024, sancionada pelo então presidente da República, que estabelece medidas e planos a serem adotados para adaptar as administrações do Brasil às mudanças climáticas, com o objetivo de ajudar a sociedade a se precaver contra desastres climáticos.
3. Respostas pessoais. Permita aos estudantes que se manifestem livremente, mas oriente-os de modo que todos possam se expressar e que não haja conflitos ou desrespeito em razão de diferenças de ideias. Explique-lhes que, nessa atividade, não existe resposta certa ou errada, o mais importante é a reunião de argumentos consistentes e coesos que possam oferecer suporte ao ponto de vista defendido.

O poder segundo a perspectiva marxista (Página 137)

Em continuidade ao contato com as perspectivas clássicas da Sociologia, os estudantes deverão compreender como a crítica ao sistema capitalista, na ótica de Karl Marx e de Friedrich Engels, se entrelaça à crítica às estruturas de poder do Estado e das classes dominantes. Para isso, será destacado, nesse tópico, o estudo do conceito de alienação, em uma abordagem mais geral e filosófica. Depois, ele será retomado no capítulo sobre trabalho, em uma perspectiva mais pragmática.

Weber e o conceito de dominação (Página 138)

Ao abordar esse tópico, desenvolva com os estudantes os tipos de dominação legítima tipificados por Weber. A problematização é interessante por envolver a questão do Estado e da legitimidade. Explore a teoria desse autor, evidenciando que, mesmo em processos legitimados socialmente, há relações de poder e de dominação. As reflexões propostas dão subsídios para desenvolver a habilidade **EM13CH5504**.

Se julgar oportuno, apresente aos estudantes a definição de Estado desse autor e relacione-a com o próximo tema, “O Estado Moderno”. Nas palavras do autor: “O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território [...] reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima” (WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 98).

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Explique aos estudantes que os tipos de dominação são apenas norteadores que podem ser relacionados às características de alguns fenômenos para fins de

aproximação. Pode-se usar a referência de um líder populista para o tipo de dominação carismática; de um líder monárquico que obteve o direito ao trono pela sucessão hereditária como exemplo ilustrativo da dominação tradicional; e de um líder respaldado por uma Constituição para o tipo de dominação legal. Esse boxe auxilia no desenvolvimento da habilidade **EM13CHS602**.

O Estado Moderno (Página 139)

Explique aos estudantes que, para compreender as estruturas atuais do Estado, é preciso conhecer os processos históricos, econômicos e sociais que levaram a essas transformações, o que permite trabalhar as habilidades **EM13CHS204** e **EM13CHS602**. Destaque as características do Estado Moderno, a exemplo da centralização do poder, da definição de fronteiras territoriais e do controle sobre a população dentro de seu território, do monopólio sobre a criação de leis e cobranças de impostos. Ao abordar essa questão, fale sobre o Estado Nacional, que pode, de forma legítima, recorrer à força para defender seu território e as infraestruturas criadas para sua manutenção, inclusive por meio da criação de leis para regulamentar e controlar o comportamento da população. Na sequência, acrescente que esses Estados, para se fortalecerem economicamente, passam a integrar blocos econômicos, a exemplo do Mercosul e da União Europeia.

BOXE INTERAÇÃO

1. Os blocos econômicos levam à transformação na dinâmica do poder e da soberania estatal, pois sua emergência requer, por exemplo, mudança em legislações, com adaptações às normas e regras desse grupo supraestatal. A questão possibilita trabalhar a habilidade **EM13CHS202**.

Tipos de poder para Bobbio (Página 140)

Ao abordar a caracterização de poder de Bobbio, destaque as modalidades do poder econômico, ideológico e político. Peça aos estudantes que identifiquem exemplos de cada tipo de poder na sociedade e, se julgar oportuno, registre na lousa as contribuições deles. Em seguida, problematize com os estudantes a inter-relação entre as diferentes modalidades de poder. Para isso, destaque a importância do poder econômico na sociedade capitalista, que tende a agregar outras formas de poder aos membros das classes mais abastadas economicamente. Incentive-os a refletir sobre as consequências desse fenômeno, mobilizando o trabalho com a habilidade **EM13CHS605**, com o intuito de promover a criação de hipóteses para a superação das formas de desigualdade que estão alicerçadas na distribuição desigual da renda e do poder econômico e, conseqüentemente, de outros poderes.

A organização e a atuação do Estado brasileiro (Página 141)

Peça aos estudantes que leiam o primeiro parágrafo. Pergunte a eles se compreenderam as definições de República e Federativa, relacionadas ao contexto brasileiros. Dê continuidade ao trabalho sobre a estrutura do Estado brasileiro, chamando a atenção da turma para as divisões políticas em União (governo federal), Estados (governos estaduais) e municípios (governos municipais), que devem atuar em conjunto e seguir a Constituição brasileira. Cite que o Distrito Federal, sede do governo central, onde está Brasília, tem prerrogativas de Estado. Destaque a divisão de poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, as funções de cada um e como a atuação deles se reflete no cotidiano dos brasileiros, o que possibilita trabalhar a **CGEB2** e a habilidade **EM13CHS603**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Respostas pessoais. Destaque para os estudantes que a separação de responsabilidades entre as esferas administrativas possibilita, por exemplo, que cada estado brasileiro, organizado como unidade federativa, atenda de forma mais pontual as demandas de sua população. Isso se amplia nos municípios, já que os representantes do Poder Legislativo e do Poder Executivo locais podem aplicar os recursos provenientes da arrecadação de impostos de forma mais direta e eficaz no intuito de atender às demandas da população de seus municípios. A manutenção da democracia e da justiça social está alicerçada no atendimento pleno e integral de todos os direitos previstos na Constituição, e os diferentes enfoques (federal, estadual e municipal) visam garantir a execução desses direitos com isonomia e imparcialidade.

O controle social e as teorias contemporâneas (Página 142)

Michael Foucault deslocou o debate sobre o poder da esfera macro, a do Estado, para as instituições e para as relações sociais cotidianas, razão pela qual ele preconiza a ótica de poderes capilares. A reflexão sobre o papel das instituições e das relações sociais para o controle social propicia o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS502**, **EM13CHS503** e **EM13CHS504**.

O panóptico, modelo de prisão destacado na imagem, segundo Foucault, reforça a prática de controle ao possibilitar aos funcionários da instituição vigiar os presidiários sem serem vistos por eles. Esse modelo, afirma o pensador, teria sido adaptado para controle de outras instituições como escola e hospitais.

Os dispositivos de poder de Foucault (Página 143)

Ao trabalhar o tópico, reforce aos estudantes a perspectiva de Foucault, segundo a qual o poder não está concentrado apenas no Estado, ainda que ele o centralize, estando distribuído por diferentes instituições por meios de dispositivos de poder. Para Foucault, os discursos também são usados como forma de controlar e disciplinar os comportamentos individuais e as práticas sociais, por meio de regimes e efeitos de verdade. Isso se torna viável com a expansão dos meios de comunicação de massa, que passam a ser vistos como fontes de verdade e, por meio da mesma mensagem, levada a milhares de pessoas ao mesmo tempo, são capazes de estabelecer normas de comportamentos sociais, muitas delas baseadas em interesses de quem patrocina esses meios.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

1. Respostas pessoais. Espera-se que a turma identifique a presença da família, da escola, do Estado e, eventualmente, da igreja. Destaque os meios de comunicação de massa e as redes sociais, que atuam de forma semelhante às instituições, organizando comportamentos, discursos e saberes em diferentes esferas da sociedade, tema do próximo tópico.
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de problematizar o aumento da vigilância constante sobre os nossos comportamentos, por meio de algoritmos presentes nos aparelhos eletrônicos, que monitoram os deslocamentos, os acessos a conteúdos na internet, perfis de compra. O trabalho com essa atividade mobiliza o desenvolvimento de reflexões sobre o tema contemporâneo transversal Ciência e tecnologia, pois coloca em debate os mecanismos de controle intensificados pelo desenvolvimento tecnológico, especialmente na área de tecnologias de informação e comunicação.

3. Respostas pessoais. Os estudantes podem identificar formas de manipulação sobre a narrativa dos acontecimentos por meio de ferramentas de informação e comunicação como redes sociais ou de estratégias de consumo de informação, seja no ambiente virtual, seja nos meios de comunicação de massa, com o uso de manchetes sensacionalistas, por exemplo. Além disso, os estudantes podem citar personalidades públicas, líderes políticos e religiosos que deturpam evidências e fatos para consolidar visões de mundo. Estimule o engajamento da turma para a idealização e a realização de uma intervenção na escola que chame a atenção da comunidade escolar para o tema.

A mídia como quarto poder (Página 144)

O trabalho com esse tema propicia a mobilização da habilidade de **EM13CHS202**, ao discutir como a expansão das tecnologias de comunicação, como a televisão, o rádio e o jornal, impactou a transformação de comportamentos, orientando padrões de gostos e de consumo.

BOXE REFLEXÃO

1. Para Veblen, a vestimenta, além de exibir a riqueza do proprietário, é um indicador de *status* social e respeitabilidade. Como as modas mudam com frequência, promove-se o desejo de comprar novas vestimentas para seguir os padrões estabelecidos. Essa atividade permite mobilizar a habilidade **EM13CHS303**.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem a relação mútua entre o consumo de roupas e a publicidade divulgada nos meios de comunicação de massa. Por um lado, a mídia divulga os padrões de vestimenta ditados pela moda. Por outro, a moda também é influenciada pelos padrões de consumo, tendo em vista que lança tendências de acordo com o comportamento dos consumidores.
3. Thorstein Veblen argumenta que o conceito de consumo conspicuo está intrinsecamente ligado à mudança constante das modas. Explique aos estudantes que “conspicuo” se refere, nesse caso, à moda de ostentação, à aquisição de roupas de alto valor apenas para se mostrar socialmente.
4. Resposta pessoal. Questione os estudantes sobre como eles se comportam diante das tendências da moda e se acreditam que o tipo de vestimenta pode influenciar suas amizades e outras relações sociais.

A sociedade do espetáculo (Página 145)

O tópico trabalha a ideia de espetacularização da sociedade pelos meios de comunicação de massa. Leve os estudantes a refletir sobre as relações entre a publicidade e o consumo com base na influência dos meios de comunicação, mobilizando a habilidade **EM13CHS303**. Aborde também a questão da privacidade sob a influência dos meios de comunicação de massa e como as novas tecnologias podem ser usadas para o mapeamento e a extração de dados que possibilitam manipular e controlar os indivíduos e a sociedade a partir de algoritmos.

Sugestões para o professor

- » CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 22. ed. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2014 (Artes de Fazer, v. 1).

Nesse livro, Michel de Certeau, historiador e antropólogo francês, apresenta o resultado de um trabalho coletivo, fruto de uma encomenda do Ministério da Cultura da França, que

investiga as principais questões relativas à cultura e à sociedade, sob a ótica das práticas culturais cotidianas.

- » DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

Escritor e cineasta marxista, Guy Debord influenciou profundamente sua época ao identificar a influência da indústria cultural no comportamento dos indivíduos.

- » FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2011.

O livro é uma coletânea de cursos, debates e artigos do autor ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional, que ajudam a compreender seu pensamento em seus estudos sobre o poder.

- » FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

Silvia Federici é uma das referências na reflexão sobre o trabalho doméstico na perspectiva das discussões sobre desigualdade de gênero. Nessa obra, a autora discute os caminhos para a revolução dessa lógica a partir de um enfoque anticolonialista e anticolonialista.

- » UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP); UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). *The Sustainable Fashion Communication Playbook*. Nairobi: UNEP; UNFCCC, 2023. Disponível em: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42819/sustainable_fashion_communication_playbook.pdf?sequence=3. Acesso em: 2 out. 2024.

Essa produção é destinada, principalmente, a comunicadores e profissionais da área da sustentabilidade, mas traz contribuições importantes para contextualizar as alternativas sugeridas pela moda sustentável. O manual ressalta a necessidade de rever o modelo da moda que está sustentado na narrativa que combina novidade, imediatismo e descarte, e aponta o *marketing* como área privilegiada para orientar e disseminar novas referências. Para uso com os estudantes, sugere-se uma parceria com o componente curricular Língua Inglesa, para que sejam trabalhados a introdução do manual e os princípios da moda sustentável.

Atividades (Páginas 146 e 147)

1. Espera-se que os estudantes mobilizem a ideia do poder de Foucault para interpretar a produção de discursos sobre os papéis sociais associados ao homem e à mulher. Nesse sentido, a naturalização do trabalho doméstico como tarefa feminina reproduz desigualdades. Em relação a Marx, é possível problematizar como o capitalismo se apropria do trabalho doméstico não pago e, desse modo, oprime as mulheres. Para ampliar a discussão proposta nessa atividade, indicamos a seleção de trechos da obra da pensadora italiana Silvia Federici, apresentada como sugestão ao professor. Auxilie os estudantes a organizar os argumentos para escrever o texto, favorecendo o trabalho com a **CGEB7**. Se julgar pertinente, é possível realizar a atividade em conjunto com o professor de Linguagens.
2. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante aponte a dominação carismática, que se baseia no carisma do líder e em sua capacidade de persuadir a multidão que o acompanha.
3. Alternativa **b**.
4. Os elementos estabelecidos no Estado Absolutista e que fundamentam o Estado Moderno são o governo centralizado na figura de soberanos, monarcas e príncipes, a definição de seu território geográfico, o controle sobre a população, e o uso de forças militares para proteger suas fronteiras e assegurar a

sua soberania política, economia e legislativa. O Estado representativo difere do Moderno ao tratar as pessoas como cidadãos que têm direitos e deveres e ao conceder aos cidadãos o direito de votar e de escolher os seus representantes políticos.

5. As redes sociais se tornaram a nova realidade. É por meio delas que o indivíduo passa a ter a percepção do que é a realidade para ele, mesmo que aquilo em que ele acredita não seja o real. O que está nas redes passa a controlar a narrativa que influencia a vida e as decisões do indivíduo em seu cotidiano, e isso está diretamente ligado às ideias de “sociedade do espetáculo”, de Guy Debord.
6. Alternativa a.
7. Alternativa c.
8. Alternativa c.
9. Alternativa b.

Estúdio do pensamento social (Páginas 148 e 149)

Ao abordar o trabalho de Emir Sader, para o qual o Estado e a política devem ser observados a partir da ótica da produção capitalista, essa seção mobiliza as habilidades **EM13CHS204** e **EM13CHS401**. O texto citado do autor, proposto na seção, prevê a retomada de alguns contextos históricos sobre as transformações do Estado brasileiro; por isso, se julgar conveniente, aborde o conteúdo da seção em parceria com o componente curricular História.

PARA CONCLUIR

1. a) O estudante deve identificar os grupos e os agentes políticos que caracterizam a disputa entre diferentes classes e interesses sociais, com a dominância histórica das classes com maior poder aquisitivo.
b) Espera-se que os estudantes identifiquem os conflitos de classe como um ponto de partida para definir o Estado nacional brasileiro.
2. Respostas pessoais. Espera-se que o estudante indique que as mudanças promovidas a partir de Getúlio Vargas modificaram a composição política do país, apesar de, atualmente, existir uma oligarquia política formada por integrantes de algumas famílias com poderio econômico suficiente para influenciar o poder de decisão do Estado.

Práticas de texto (Páginas 150 e 151)

A proposta dessa seção é que os estudantes leiam e analisem um trecho de uma HQ relacionado a mecanismos de controle social, observando as características do gênero, e, depois, elaborem uma HQ que aborde criticamente esse tema. A leitura de história em quadrinhos estimula o desenvolvimento da **CGEB3**, já que permite aos estudantes entrar em contato com uma das manifestações artísticas.

É importante que os estudantes realizem pesquisas em fontes confiáveis e diversas sobre o tema, de modo a compreendê-lo em sua complexidade e posicionar-se criticamente em relação a ele. Oriente-os durante as pesquisas, que podem ser realizadas em trios, e, posteriormente, promova um momento para que possam compartilhar os resultados.

Retome os conteúdos estudados na unidade, chamando a atenção dos estudantes para o fato de que há mecanismos de controle que agem sobre nós sem nos darmos conta. Exemplo disso são os ensinamentos transmitidos pela família, pela igreja, pela escola, que orientam nossa conduta e nossa forma de

pensar, muitas vezes sem percebermos. Também é importante incentivar os estudantes a notar que esses mecanismos funcionam a favor de determinado padrão social, que pode mudar com o tempo e nas diferentes sociedades.

Contextualize a HQ comentando com a turma que Angola Janga (ou “pequena Angola”) é a forma como era conhecido o Quilombo dos Palmares, localizado na serra da Barriga, na capitania de Pernambuco, no período colonial. O trecho da HQ apresentado se passa nessa capitania, no ano de 1673. Nele, as personagens estão tentando fugir para o Quilombo dos Palmares. Para isso, primeiro precisam ir à casa da cuca (feiticeira), que as ajudará a encontrar o caminho.

Auxilie os estudantes a perceber que, no trecho da HQ, o autor busca retratar os adereços e as vestes que remetem às expressões culturais africanas da época. As personagens são retratadas com traços fortes e expressões faciais sérias, que sugerem preocupação, medo, sofrimento. A ênfase na escuridão e na lua indicam que é noite, momento que os escravizados escolhiam para fugir, pois o escuro dificultava sua captura. Nos quadrinhos 3 a 6, percebe-se que a personagem olha fixamente para a lua. No sétimo quadrinho, é representada a roda-d’água que movia o engenho de cana-de-açúcar, sugerindo que o formato circular da lua a fez se lembrar da vida de escravidão no engenho.

Os estudantes também devem ser levados a perceber que, na HQ, a história é narrada por meio de diálogos, diferentemente do que ocorre nas narrativas em prosa ou em verso. No trecho, as falas das personagens aparecem em balões e, por vezes, em um quadrinho no canto superior do quadro maior. Nesse momento, é importante mobilizá-los a analisar os efeitos de sentido produzidos pelos elementos verbais e não verbais da HQ. Ajude-os a observar como o autor utiliza esses elementos para transmitir uma mensagem e propor uma reflexão ao leitor. Do mesmo modo, os estudantes devem explorar esses e outros recursos característicos das HQs para contar a própria história. É importante que eles conheçam e explorem esses recursos, para que sejam mobilizados a favor da mensagem que pretendem transmitir.

Auxilie os estudantes no momento de salvar as produções no computador e, posteriormente, publicá-las no *blog*.

A abordagem nessa seção possibilita o trabalho com a **CGEB4** e as habilidades **EM13LP20** e **EM13LP21**.

CAPÍTULO 8 MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA E MOVIMENTOS SOCIAIS (Página 152)

O capítulo aborda as formas de resistência às estruturas de poder e dominação, que vão desde ações realizadas por movimentos sociais contra o processo de gentrificação até a luta pela preservação de bens e tradições culturais brasileiras. Essa resistência se vale de mecanismos de ação coletiva para lutar também pela manutenção ou pela criação de direitos e benefícios para a sociedade. Leve os estudantes a refletir sobre o conceito de cidadania, de que forma ela se aplica no dia a dia em diferentes situações e como os movimentos de resistência política levaram à elaboração de uma nova Constituição para o Brasil, nos anos finais da década de 1980.

O debate sobre cidadania é ampliado ao tratar de questões relacionadas à demarcação de Terras Indígenas e Quilombolas e ao abordar como os conselhos que integram a estrutura do Estado atuam para controlar e diversificar as ações governamentais. Os estudantes terão acesso aos diversos conceitos de movimentos sociais e poderão relacioná-los com a questão da identidade e com as reivindicações identitárias recentes, a exemplo do movimento LGBTQIA+. Também terão a oportunidade de refletir sobre

direitos e a necessidade de proteção no ambiente virtual, espaço ocupado pelas narrativas produzidas pelas empresas gigantes de tecnologia (*Big Techs*).

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Respostas pessoais. Os estudantes devem ser capazes de identificar exemplos de grupos sociais organizados em função de interesses comuns para pressionar o Estado em prol de demandas específicas. Podem ser citados os movimentos feministas, LGBTQIA+, negro, indígena, das pessoas com deficiência, ambientalista, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), entre outros.
2. Respostas pessoais. Incentive os estudantes a observar todos os detalhes que compõem a cena, como o perfil dos manifestantes, os dizeres estampados na faixa, o local do protesto. De forma complementar, a legenda contextualiza a cena e oferece subsídios para as hipóteses dos estudantes. O direito à moradia está previsto na Constituição de 1988 e, assim como outros direitos, a sua efetivação entra em conflito com interesses econômicos de grupos dominantes que exercem influência em decisões políticas, neste caso, orientados pela especulação imobiliária. Ao opinarem sobre a importância de protestos, deixe os estudantes à vontade para se expressar, desde que não desrespeitem as motivações dos indivíduos que se manifestam coletivamente em prol de causas relacionadas aos direitos humanos e à construção de uma sociedade mais justa, ética, equânime e tolerante. Se for o caso, aproveite o momento para desconstruir ideias do senso comum que relacionam manifestações a badernas, explicando aos estudantes que o direito à manifestação está previsto na Constituição. A proposta da atividade mobiliza o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS605**.
3. Resposta pessoal. Após o levantamento realizado individualmente pelos estudantes, peça-lhes que compartilhem com os colegas seus conhecimentos prévios, registrando na lousa as respostas que não se repetem. Em seguida, proponha uma atividade complementar para validar a previsão, ou não, desses direitos na Constituição, se possível, solicitando aos estudantes que acessem, virtualmente, a Constituição e busquem pelos direitos citados. Essa proposta tem o objetivo de identificar os conhecimentos deles sobre a Constituição, tema que será desenvolvido no próximo tópico.
4. Se julgar oportuno, proponha que a atividade seja realizada em grupos com quatro ou mais integrantes, pois a reflexão coletiva sobre o tema pode facilitar a identificação dos problemas presentes na comunidade e instigar mais facilmente a proposição de estratégias para pressionar o poder público. É possível, ainda, transformar essa atividade em um projeto a ser desenvolvido ao longo do trabalho com o capítulo, que teria como culminância as ações propostas pelos estudantes.

A Constituição de 1988 e a construção da cidadania (Página 153)

Peça aos estudantes que leiam e reflitam sobre as perguntas que iniciam as discussões sobre a elaboração e a promulgação da Constituição de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”. Ao abordar esse tema, destaque o papel fundamental das ações coletivas em prol da criação e da manutenção de direitos e garantias que beneficiassem a todos os brasileiros. Ressalte que foi por meio de iniciativas de diversos movimentos sociais, culturais e políticos que o país criou a comissão para elaborar a nova Constituição. Esta teve

a participação do povo, que podia discutir as propostas de leis em assembleias realizadas nas cidades e até enviar sugestões de projetos de lei pelos Correios, por meio de entidades representativas. Povos indígenas e quilombolas também puderam defender seus direitos, propor uma legislação que garantisse a eles plena cidadania. Reforce que a Constituição de 1988 é chamada de “Constituição Cidadã” por ter garantido diversos direitos individuais, coletivos e, principalmente, sociais à população brasileira. Esse tema permite trabalhar as **CGBE1**, **CGBE2** e **CGBE4**.

Demarcação de Terra Indígena e Quilombola (Página 154)

A Constituição de 1988 garantiu aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, entre outros direitos, a posse de suas terras. Para isso foram estabelecidos trâmites a serem seguidos, que se diferenciam, mas têm o mesmo objetivo: garantir a posse da terra a quem lhe pertence por direito. Ao mobilizar a habilidade **EM13CHS601**, ressalte aos estudantes que esse processo costuma ser demorado e que muitas comunidades indígenas e quilombolas ainda aguardam a demarcação e a posse de suas terras. Há empecilhos formais e até ataques violentos por parte de alguns setores produtivos, incluindo representantes do agronegócio, que atrasam essas demarcações. Destaque para os estudantes que nem sempre é fácil e ágil fazer valer os direitos constitucionais, daí a importância dos movimentos coletivos que lutam em prol de toda a sociedade. O mapa da página permite mobilizar a habilidade **EM13CHS106** e possibilita aos estudantes ampliarem a compreensão sobre as Terras Indígenas a partir da visualização das informações sobre o assunto. Se julgar conveniente, indique aos estudantes a consulta ao *site* do IBGEeduca, que traz informações sobre as terras quilombolas, disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html> (acesso em: 20 ago. 2024).

Estatutos e atuação dos conselhos: controle e regulação do Estado (Página 155)

A participação popular continua a ser garantida pela Constituição de 1988 e é feita por meio de conselhos representativos, criados nas três esferas governamentais: União, estados e municípios. Um exemplo de conselho municipal são os conselhos tutelares, responsáveis por preservar e garantir os direitos de crianças e adolescentes. Os estatutos estabelecem regras para concretizar e fiscalizar o cumprimento dos direitos, seja de crianças e adolescentes, seja de idosos ou de outra parcela da população. Ressalte para os estudantes que a participação popular nos conselhos é de grande importância, pois leva para os órgãos governamentais as necessidades da sociedade civil.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Se considerar oportuno, providencie uma cópia do Estatuto da Criança e do Adolescente para que os estudantes possam consultá-lo e aprender mais sobre ele.
2. Resposta pessoal. Pergunte aos estudantes se eles sabem quais são seus direitos e seus deveres. Se considerar adequado, sugira a eles que pesquisem sobre o tema, buscando compreender a importância da garantia prioritária dos direitos das crianças e dos adolescentes.
3. Resposta pessoal. Explique para a turma que esse é um dos direitos dos adolescentes e dos jovens vinculados ao lazer e à cultura, e sua garantia é imprescindível para que esse grupo populacional possa ser incluído nos espaços de lazer e de entretenimento. Para se cadastrar no programa e emitir a

Identidade Jovem (ID Jovem), o jovem que atenda aos requisitos deve procurar o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) mais próximo de sua residência para se cadastrar e entregar as eventuais documentações solicitadas. Em seguida, a emissão da ID Jovem acontece virtualmente. Para informações detalhadas sobre a ID Jovem, oriente os estudantes interessados a acessar o endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-a-carteira-de-identidade-jovem> (acesso em: 2 out. 2024).

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

Ao propor a reflexão sobre violações aos direitos humanos, incluindo o direito à proteção previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, as atividades desse boxe orientam o trabalho com os temas contemporâneos transversais Educação em direitos humanos e Direitos da criança e do adolescente.

1. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante reconheça que o serviço de denúncia, acionado pelos cidadãos, gera um processo de investigação e protocolos imediatos de socorro e atendimento às vítimas, por meio do trabalho em parceria com a rede de proteção local.
2. Resposta pessoal. Estimule os estudantes a refletir sobre a responsabilidade de todo cidadão em colaborar para evitar crimes. Campanhas como o #maiolaranja são importantes estratégias de conscientização sobre as violações dos direitos humanos e de divulgação dos serviços de denúncia. Além disso, nem sempre as vítimas se reconhecem nesse lugar e as campanhas atuam educando as pessoas sobre situações que caracterizam violações aos direitos das populações mais vulneráveis, como crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+, indígenas, quilombolas, entre outros.
3. Respostas pessoais. Comente com os estudantes que, entre as atitudes possíveis, uma das primeiras é recorrer às autoridades constituídas, sejam policiais, sejam de outra esfera, para que os autores do crime possam ser identificados e capturados. Além disso, deve-se buscar apoio com familiares, amigos e especialistas, como psicólogos ou terapeutas. Essa atividade favorece uma reflexão mais subjetiva sobre as experiências dos estudantes. É importante ter empatia no trabalho com esse tema, especialmente se identificar que a discussão funcionou como gatilho para algum estudante que tenha sido vítima de violações aos direitos humanos na escola, na família ou em outros espaços da comunidade, inclusive nas interações que acontecem no ambiente virtual.

Movimentos sociais: conceitos e tipos (Página 156)

Os movimentos sociais são analisados por diversos estudiosos, por isso a proposta aqui é apresentar as principais correntes de pensamento sobre o tema. Destaque que, independentemente de como os movimentos sociais são analisados, eles se constituem como forma legítima para que os grupos sociais façam suas reivindicações coletivas, de maneira a beneficiar os cidadãos, o que possibilita mobilizar a habilidade **EM13CH5502**.

Os novos movimentos sociais e as reivindicações identitárias (Página 157)

Amplie a discussão sobre os movimentos sociais com os estudantes ao abordar esse conteúdo, destacando que os protagonistas dos movimentos mais recentes são pessoas que se uniram em busca de igualdade de direitos e de inclusão na sociedade, lutando contra preconceitos. O debate sobre esse tema mobiliza a **CGEB6** e as habilidades **EM13CH5502** e **EM13CH5503**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem mudanças que foram resultado da pressão dos movimentos sociais no passado e outras mudanças a serem consolidadas no futuro. Eles podem retomar o que estudaram sobre a participação dos movimentos sociais na Assembleia Constituinte e, ainda, citar direitos que foram resultado da pressão coletiva: voto feminino; igualdade salarial entre homens e mulheres no mesmo cargo e na mesma empresa; uso do nome social por pessoas transgêneros; políticas de saúde no SUS para atendimento a demandas específicas de mulheres, pessoas com deficiência e pessoas trans; casamento civil igualitário e direitos de sucessão (herança); cotas raciais em universidades e concursos; cotas para pessoas com deficiência nas empresas e nos concursos públicos; entre outros.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem os movimentos sociais como um importante mecanismo de pressão política para a alteração de formas de opressão histórica, por meio da criação de direitos e da visibilização das necessidades e das pautas das minorias.

Direitos e proteção no ambiente virtual (Página 158)

Ao iniciar esse tema, questione os estudantes sobre os cuidados que eles tomam ao acessar a internet e redes sociais, mobilizando a **CGEB10**. Estimule-os a falar e, depois, amplie a conversa perguntando a eles se sabem que, muitas vezes, seus dados pessoais são usados de forma indevida por grandes empresas de tecnologia. Informe-lhes que o uso de dados privados das pessoas se tornou uma fonte de renda para essas empresas, que, em certos casos, utilizam essas informações de forma ilícita, desrespeitando as leis. Amplie a conversa e destaque o papel do Marco Civil da Internet, responsável por regulamentar a ação das empresas de tecnologia, garantir a segurança dos cidadãos brasileiros ao usar a rede mundial, e coibir discursos de ódio e preconceito. Aborde também o tema liberdade de expressão, ressaltando que ter liberdade não significa poder espalhar ódio, estimular o preconceito e a discriminação, agir de forma desrespeitosa ou cometer crimes por meios virtuais. Mobilize a habilidade **EM13CH5504** e incentive os estudantes a refletir sobre como as mudanças tecnológicas impactam suas vidas e causam transformações sociais, culturais e políticas, colocando em prática a **CGEB5**.

BOXE REFLEXÃO

1. Espera-se que os estudantes identifiquem as publicidades como geradoras de lucro e reconheçam a prática da venda de dados dos usuários com o mesmo fim. Incentive-os a refletir sobre essa aparente contradição: os conteúdos e serviços são gratuitos para os usuários, mas geram lucro para as empresas. É importante que eles discutam sobre o mercado de dados e informações. Se eles não tiverem conhecimento sobre o assunto, peça-lhes que pesquisem fontes que problematizem essa aparente contradição. As *Big Techs* fornecem serviços e, em contrapartida, vendem publicidade e informações relativas aos comportamentos dos usuários, desde dados pessoais, concedidos para alimentar o consumo e a interação *on-line*, até dados de comportamento por categorias, como faixa etária, gênero e renda, que alimentam pesquisas de mercado e estratégias de *marketing* digital.

2. Resposta pessoal. É importante incentivar os estudantes a refletir sobre os impactos da venda dos dados. Além disso, é possível aprofundar o debate instigando-os a considerar os termos que assinam para poder usar aplicativos e ferramentas *on-line*. O que esses termos contêm? Com o que você está concordando? Será que alguém já leu? Se julgar oportuno, separe alguns trechos para trabalhar em sala com os estudantes.

Big Techs, controle das narrativas e necessidade de regulação (Página 159)

Ao abordar as transformações provocadas pelas *Big Techs* na sociedade e, em específico, na forma de produção e do trabalho, é possível mobilizar a habilidade **EM13CHS404**. Ao propor aos estudantes que analisem como as grandes empresas de tecnologia, por meio de aplicativos e outras ferramentas, reestruturam todo o fluxo produtivo e a dinâmica da sociedade, mobiliza-se a habilidade **EM13CHS202** e permite-se que eles reflitam sobre qual o papel de cada um nesse processo permeado por relações virtuais. Mudanças nas relações de trabalho, perda de direitos e precarização profissional também são temas que podem ser abordados nesse tópico, mas serão aprofundados apenas na unidade 7. Da mesma maneira, mobilizando a habilidade **EM13CHS303**, é possível rever a discussão sobre as culturas de massa promovidas pelas empresas de mídia, muitas delas hoje sob o controle das *Big Techs*.

Por fim, ao final do trabalho com esse tópico, pode-se mobilizar contextos contemporâneos de fiscalização, regulação e multas que tenham colocado em evidência algumas dessas empresas, no Brasil preferencialmente, no intuito de fomentar a reflexão dos estudantes a partir da análise de casos concretos sobre os quais, possivelmente, eles têm uma opinião. Peça, nesse caso, que os estudantes compartilhem suas opiniões com os colegas, solicitando a eles que, antes, avaliem se o seu posicionamento se manteve após o estudo do tópico ou se foi revisto de alguma maneira, porque emergiram pontos a respeito dos quais eles ainda não haviam refletido.

A disputa pelo espaço como dimensão política (Página 160)

Antes de trabalhar a relação entre espaço público e espaço privado, pergunte aos estudantes o que eles consideram público e privado. Peça que deem exemplos. Se considerar oportuno, registre as respostas na lousa para posterior análise da turma. Após o questionamento inicial, peça que leiam o texto e chame a atenção dos estudantes para a relação entre uso e propriedade, destacando que um espaço considerado público pode ser utilizado por diversas pessoas, mas em alguns casos esse espaço tem um proprietário, a exemplo dos *pubs* já destacados no texto. Se necessário, explique que o espaço é público, aberto a todos, não tem restrições quanto aos frequentadores, mas não se trata de um bem público, de responsabilidade do governo e da sociedade. A relação entre espaço público e espaço privado e como são feitos os investimentos nesses segmentos permite resgatar a noção de territorialidade em suas diferentes dimensões, principalmente as que se referem aos aspectos sociais econômicos, mobilizando as habilidades **EM13CHS205** e **EM13CHS206**. Ao abordar a relação público-privado, é necessário estimular os estudantes a refletir sobre a importância de assegurar que nesses

espaços prevaleçam o respeito às pessoas e o cumprimento de normas e regras que regulamentam a vida em sociedade. Também é preciso reforçar a ideia de que espaço público é sinônimo de cidadania, pois possibilita ao cidadão utilizá-lo para o lazer e outras atividades garantidas por lei.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

1. Espera-se que os estudantes diferenciem os tipos de espaço público e associem seus usos aos processos de luta e de conquista de direitos. Auxilie-os a realizar a pesquisa e a sistematizar as observações de acordo com as categorias propostas por Jacques Lévy, desenvolvendo, assim, a **CGEB2**. A proposta dessa atividade possibilita o trabalho com a **CGEB4** e com o tema contemporâneo transversal Vida familiar e social, pois coloca em debate o uso e a apropriação dos espaços e problematiza os conflitos inerentes a esses processos.

O direito à cidade como dimensão cidadã (Página 161)

O tópico aborda a cidade como um espaço que também viabiliza o exercício da cidadania e problematiza isso ao estimular os estudantes a refletir sobre como o poder econômico molda os espaços urbanos de maneira que eles atendam às necessidades capitalistas. Um exemplo de intervenção econômica que pode ampliar ou coibir a cidadania é o transporte público, que, muitas vezes, deixa de ser oferecido em certos bairros por não garantir a lucratividade esperada pelas empresas que receberam a concessão do governo para atuar em determinada região. O poder econômico, nesse caso, limita a cidadania ao limitar a mobilidade das pessoas. Amplie a conversa destacando o fato de que todos deveriam ter direito a usufruir das mesmas condições urbanas, mas prevalecem a desigualdade e a exclusão social de diversas pessoas, seja aos bens e serviços públicos, seja aos bens e serviços privados, por conta da dinâmica das cidades, que se organiza em torno da lógica do capital, da lucratividade. Essa discussão possibilita mobilizar a habilidade **EM13CHS201**, principalmente ao tratar da aporofobia, atitude que limita o uso da cidade por certas pessoas ou segmentos sociais.

Atividades (Páginas 162 e 163)

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes interpretem a imagem de acordo com as problematizações sobre os usos dos espaços de Jacques Lévy. A presença de grande número de pessoas nas ruas da cidade de Salvador indica espaços públicos de acesso livre, como ruas, avenidas, calçadas e o pátio externo da igreja. O espaço interno da igreja também é de livre acesso no dia da celebração. No entanto, pondere que igrejas e outros templos religiosos podem oferecer algumas restrições ligadas a regras de funcionamento em seu cotidiano, configurando-se, assim, espaços de domínio semipúblico.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem o conceito de classe social, retomando os conhecimentos sobre a interseccionalidade e os marcadores sociais da diferença.
3. Alternativa **a**.
4. Alternativa **c**.
5. Alternativa **d**.

Ampliando (Páginas 164 e 165)

A seção aborda os movimentos sociais organizados para lutar por terras e moradias, destacando o histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), suas conquistas e sua importância social. Caso o tema desperte comentários ofensivos sobre esses movimentos, chame a atenção dos estudantes perguntando a eles de onde tiraram as informações que estão proferindo, se as checaram e se as confrontaram com outras fontes. Popularmente e por parte da mídia, esses movimentos são marginalizados e tratados como algo a ser combatido; daí a importância de estimular os estudantes a ler e refletir sobre o MST e o MTST para que compreendam quais são as ações desses movimentos e como eles atuam para beneficiar diversas famílias em todo o Brasil, que lutam por seus direitos de cidadãos, mobilizando as **CGEB6**, **CGEB7** e **CGEB9** e a habilidade **EM13LGG102**. Enfatize que os dois movimentos reivindicam direitos previstos na Constituição brasileira e se valem dessa legislação para atuar. Caso considere oportuno, proponha aos estudantes que pesquisem mais sobre os dois movimentos e apresentem um relatório sobre como a mídia trata as reivindicações desses trabalhadores. Destaque o trabalho do MST na produção de alimentos orgânicos, mais saudáveis para o ser humano, por não usarem defensivos e adubos químicos. Proponha aos estudantes que pesquisem sobre as diferenças na produção de alimentos orgânicos e da forma tradicional, de maneira que possam, por si próprios, compreender como a maneira tradicional tanto afeta a saúde humana quanto prejudica o ambiente, o que possibilita mobilizar a habilidade **EM13CHS306**. Destaque para a turma que diversas famílias do MST produzem orgânicos em todo o Brasil, o que significa geração de emprego e renda para diversas pessoas.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante mobilize as noções de luta e demanda social em meio a um contexto de desigualdade, com destaque para os espaços rurais e os urbanos, para a moradia e para a agricultura familiar.
2. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante considere o contexto contemporâneo da cultura digital para descrever a atuação dos movimentos. Além disso, a popularização da marca também impacta a opinião pública, de forma a desconstruir os estereótipos sobre os movimentos sociais; nesse caso, o MST. Como resultado, as ações coletivas ganham legitimidade, aceitação e apoio em suas demandas por transformações sociais.

Estúdio do pensamento social (Páginas 166 e 167)

Proponha aos estudantes a leitura do texto e destaque o trabalho da socióloga Heleith Saffioti (1934-2010), enfatizando sua ideia de que os marcadores sociais de diferenças, como gênero e etnia, estimulam a manutenção das desigualdades sociais e do sistema de opressão que marcam as sociedades capitalistas, mobilizando o trabalho com a **CGEB1** e as habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS503**.

PARA CONCLUIR

1. A autora compreende essas categorias como ferramentas analíticas que, ao serem examinadas de forma articulada, possibilitam compreender as desigualdades e as relações sociais, pois estas, por sua vez, estão estruturadas a partir da intersecção de tais categorias.

2. Resposta pessoal. O estudante deve compreender que, na visão de Saffioti, os marcadores da diferença (classe, raça/etnia e gênero) são relacionais e, portanto, a discriminação sofrida por uma pessoa é tão mais complexa quanto mais marcadores ela possuir.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compartilhem situações de desigualdade que revelem a intersecção entre gênero, classe e raça/etnia.

Práticas de pesquisa (Páginas 168 e 169)

Essa seção desenvolve a pesquisa, a coleta e a análise de informações, por meio de um estudo de caso. Ao propor uma pesquisa sobre gordofobia, a seção propicia o trabalho com as seguintes competências: **CGEB2**, **CGEB3**, **CGEB4**, **CGEB5** e **CGEB9**, e também as habilidades **EM13CHS502**, **EM13LP44**, **EM13LP45**, **EM13LGG102**, **EM13LGG502** e **EM13LGG701**.

■ **Estudo de caso:** metodologia de pesquisa qualitativa orientada pela análise aprofundada de um caso representativo de algum fenômeno social, que permite compreender as características gerais desse dado fenômeno.

Os estudantes vão realizar uma pesquisa para elencar casos em que a gordofobia é abordada pelos meios de comunicação e em redes sociais na internet. Depois, a próxima etapa é analisar todas as informações obtidas a partir dos critérios estabelecidos na pesquisa, com destaque para medidas e atitudes individuais, coletivas e do Estado que podem ser adotadas para combater o preconceito relativo à questão da gordofobia. Caso surjam comentários entre os estudantes que pareçam piada sobre o tema, chame a atenção deles para o fato de essa atitude ser uma das que se caracterizam como preconceito e discriminação, portanto, algo a ser combatido. A apresentação dos resultados de cada grupo é o momento ideal para promover a roda de discussão sobre o tema.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Sugira aos estudantes que, em grupos de até quatro integrantes, escolham um movimento de resistência social para pesquisar. Eles podem escolher qualquer movimento que tenha sido citado ao longo do trabalho com a unidade (por exemplo: movimento negro, MST, MTST, movimento LGBTQIA+, movimentos indígenas) ou outro que não tenha sido mencionado, e desperte seu interesse.

No momento da pesquisa, oriente os grupos a buscar responder às seguintes questões:

- Quais direitos o movimento reivindica?
 - Como o movimento se organiza e resiste às tentativas de controle social?
 - Que ações o Estado tem adotado para reprimir ou coibir o movimento?
 - Como o movimento contribui para a ampliação da cidadania e da identidade de seus participantes?
- Após a pesquisa, os estudantes deverão produzir um relatório com as informações encontradas e, na sequência, um texto argumentativo (entre 12 e 17 linhas) que responda, em linhas gerais:
- Como as estruturas de poder influenciam a sociedade e a regulação dos comportamentos?
 - O que você aprendeu sobre o papel da resistência social na conquista de direitos?
 - Como a identidade e a cidadania são transformadas pelos movimentos de resistência?

ABERTURA DE UNIDADE

(Páginas 174 e 175)

Para iniciar a discussão sobre os assuntos dessa unidade, resgate os conhecimentos prévios dos estudantes, questionando-os sobre os termos que aparecem no título da unidade: “estratificação”, “desigualdade” e “violência. Solicite aos estudantes que apresentem sinônimos ou breves explicações para cada um desses termos, se possível, tentando relacioná-los entre si. No quadro, reserve uma coluna e anote as sugestões dos estudantes. Peça a eles que copiem as informações do quadro no caderno, para que possam retomá-las no final do trabalho com os tópicos da unidade. A proposta é revisitar esse conteúdo para rever ou validar as noções que os estudantes apresentaram. Esse tipo de abordagem valoriza os conhecimentos prévios dos estudantes e favorece o reconhecimento da importância do protagonismo deles no processo de aprendizagem. Esse tipo de estratégia também pode ser utilizada para o desenvolvimento de reflexões em outras unidades.

A partir da imagem de abertura, que retrata a Parada do Orgulho LGBT+, apresente aos estudantes exemplos de resistência à violência e à desigualdade. Caso os estudantes questionem o uso da sigla LGBT+ em comparação com a sigla adotada no restante da obra - LGBTQIA+ -, explique a eles que, neste caso, como se refere ao nome do evento, optou-se por manter o uso dessa sigla que, atualmente, não é utilizada com tanta frequência. Contextualize para os estudantes que a Parada do Orgulho LGBT+ se trata de um evento com muitas características, pois atualmente atende a diferentes propósitos. A primeira Parada aconteceu em Nova York, nos Estados Unidos, em 1970, como decorrência de um movimento que ficou conhecido como *Rebelião de Stonewall*. Os frequentadores e funcionários de bares LGBTQIA+ frequentemente eram vítimas de abordagens policiais agressivas, inclusive sendo levados à prisão. No entanto, no dia 28 de junho de 1969, os clientes de um bar em Nova York resolveram se rebelar contra essa tipo de ação policial, marcada por preconceito e discriminação. Essa rebelião e os confrontos duraram dias e contribuíram para a consolidação do movimento social em defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+ nos Estados Unidos, e depois ao redor do mundo: a Parada de 1970 foi seguida por Paradas em Londres, em 1972; na Suécia e no Canadá em 1973. No Brasil, a primeira Parada aconteceu em 1997, no município de São Paulo (SP), que abriga anualmente a Parada de maior proporção do país. Embora tenha iniciado como uma estratégia para reivindicar direitos e protestar contra a discriminação sofrida pela comunidade LGBTQIA+, atualmente, a Parada inclui eventos culturais e de conscientização, como *shows*, palestras, marchas e feiras, tornando-se, inclusive, um dos marcos do turismo no município de São Paulo. Segundo dados da Prefeitura de São Paulo, a Parada realizada em 2022 movimentou uma marca de 764 milhões de reais, conforme notícia divulgada no *site* da Secretaria de Turismo da Cidade de São Paulo, em 20 set. 2022, disponível em: <https://capital.sp.gov.br/web/turismo/w/noticias/335279> (acesso em: 2 out. 2024).

Converse com os estudantes sobre os possíveis motivos que levaram as pessoas a organizar eventos como a Parada do Orgulho LGBT+, que buscam reconhecimento e valorização de direitos. Utilize as questões propostas para analisar a imagem com os estudantes.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mencionem que eventos como a Parada do Orgulho LGBT+ são organizados anualmente como forma de resistência ao preconceito e à discriminação, que promovem a vulnerabilidade de alguns

grupos sociais e os sujeitam a diversos tipos de violência. Mais que uma celebração, a Parada é uma ação afirmativa de combate à discriminação.

2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes comentem que o Brasil ainda precisa avançar no campo do respeito aos direitos da população LGBTQIA+, mencionando, por exemplo, que ainda são frequentes no país as manifestações de ódio ou rejeição a essas pessoas e que cabe ao poder público coibir tais atos de discriminação, contribuindo para reforçar a valorização e o reconhecimento dos direitos desses cidadãos.
3. Expectativa de resposta: Leis antidiscriminação; criminalização da homofobia e da transfobia; inclusão de conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares, promovendo a compreensão e o respeito desde a infância; apoio a organizações LGBTQIA+; financiamento e suporte a organizações e projetos que trabalham na promoção dos direitos e do bem-estar da comunidade LGBTQIA+; criação de centros de referência que ofereçam suporte psicológico, jurídico e social para pessoas LGBTQIA+; formação contínua de professores e profissionais da educação para lidar de forma adequada e inclusiva com questões da comunidade LGBTQIA+.

CAPÍTULO 9 ESTRATIFICAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL

(Página 176)

Este capítulo aborda a estratificação e a desigualdade social, além de outros conceitos propostos por Karl Marx e Friedrich Engels, possibilitando aos estudantes compreender a perspectiva desses autores sobre as classes sociais (o proletariado e a burguesia) no sistema capitalista. Também amplia o conceito de estratificação, propondo uma reflexão sobre as estratificações em diferentes contextos sociais. Por fim, o capítulo se dedica à análise das desigualdades sociais no Brasil.

Solicite aos estudantes que observem a imagem de abertura do capítulo e pergunte a eles qual é a relação da imagem com o título do capítulo. O objetivo dessas reflexões iniciais é que eles identifiquem a presença das desigualdades sociais na realidade. A imagem mostra a manifestação das desigualdades na configuração do espaço urbano por meio da segregação socioespacial. Solicite aos estudantes que conversem sobre as questões propostas. As atividades, assim como os outros conteúdos do capítulo, possibilitam problematizar as situações da vida cotidiana e desnaturalizar as diferentes formas de desigualdade, desenvolvendo, assim, a habilidade **EM13CHS502**. Além disso, ao introduzir a reflexão sobre desigualdade, tomando como pano de fundo a ocupação do espaço, as atividades favorecem o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS202** e **EM13CHS205**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Respostas pessoais. Incentive os estudantes a conversar sobre as questões propostas. Vale lembrar que as grandes cidades brasileiras têm cenários que mostram condições de vida discrepantes entre seus moradores. Se julgar interessante, incentive os estudantes a pesquisar outras imagens e fotografias de cenários urbanos ou mesmo de áreas rurais que representem desigualdades. Se na região ou no município onde está localizada a escola for possível identificar esse tipo de discrepância, contextualize a reflexão para os estudantes a partir de elementos da realidade local, indicando onde é possível observar esse tipo de desigualdade e, se possível, evidenciando com imagens.

2. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a perceber que o contraste da imagem evidencia os conflitos sociais resultantes da desigualdade econômica e da distribuição desigual de recursos, refletindo as divisões e tensões inerentes às relações sociais em sociedades desiguais. Além disso, instigue-os a refletir sobre como esses conflitos são invisibilizados porque existe, também, uma relação de dependência entre os membros de classes sociais diferentes. É possível ilustrar esse ponto com exemplos que demonstrem como o setor de prestação de serviços (limpeza, cuidados com idosos e crianças, portaria, segurança, zeladoria, restaurantes e comércios) concentra, em grande parte, mão de obra de pessoas que vivem em áreas mais vulneráveis e precarizadas, mas que atendem a pessoas, famílias e empresas que estão em áreas de maior poder aquisitivo.
3. Respostas pessoais. Permita que os estudantes se manifestem livremente e observe as diferentes noções de desigualdade social que surgem nas respostas deles. O objetivo dessa atividade é resgatar os conhecimentos deles sobre as desigualdades no acesso à renda, à educação formal e a demais direitos que devem ser garantidos a todos os cidadãos. Essas percepções podem ser retomadas em outras discussões que surgirem durante o trabalho com esta unidade.

O que é estratificação social?

(Página 177)

A proposta é apresentar o conceito de estratificação social como um sistema de classificação que auxilia no desenvolvimento da habilidade **EM13CHS402**. Inicie a discussão com a definição de estratificação, usando exemplos e imagens para facilitar a compreensão, já que o conceito pode ser abstrato. Analise os sistemas de classificação para entender as relações sociais no tempo e no espaço, conectando-os com discussões anteriores sobre identidades. A estratificação classifica grupos amplos, considerando condições de vida como renda, trabalho e acesso a direitos, aproximando-se das questões de cidadania.

Na imagem disponível na página, há expressões nas línguas francesa e inglesa. Traduzida livremente, o nome da ilustração ficaria: Pirâmide do sistema capitalista. Em sua base, há duas expressões: à esquerda, traduzindo, lê-se a expressão “trabalhamos para todos” e, à direita, “alimentamos todos”. No segundo estrato da pirâmide, há a expressão “nós comemos por vocês”. No terceiro estrato, lê-se “nós atiramos em vocês”. No quarto estrato, há a expressão “nós enganamos vocês”. No quinto e penúltimo estrato, lê-se “nós governamos vocês”. Por fim, no topo da pirâmide, está a expressão “capitalismo”. Apresente as traduções aos estudantes e peça a eles que interpretem a imagem e exponham a crítica que ela faz à desigualdade social.

Estratificação e classe social

(Página 178)

Para evidenciar a relação entre as distinções de classe e a estratificação social, explore as ideias de Karl Marx e Friedrich Engels sobre luta de classes e mais-valia, focando na dimensão econômica e nas relações de trabalho. Essa abordagem será retomada no capítulo 14, referente ao trabalho, mas é possível introduzir a questão com a turma. Inclua a discussão de Edward Palmer Thompson sobre a experiência e a consciência de classe, enfatizando a dimensão relacional das classes sociais e a importância da reflexão sobre vivências. Para abordar outras formas de estratificação, discuta como elas variam em diferentes contextos, usando o sistema de castas na Índia como exemplo. Ressalte que sistemas de classificação são moldados por contextos sociais, históricos e culturais específicos e aproveite

para discutir a mobilidade social, destacando que as castas não permitiam mobilidade. Ao longo do trabalho com o tema da estratificação social, mobilize o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS401** e **EM13CHS402**.

BOXE REFLEXÃO

O boxe apresenta um trecho de um artigo da historiadora estadunidense Joan Scott. A autora baseia-se na noção de experiência de Thompson para propor uma ampliação de sua perspectiva. Segundo Scott, a experiência não diz respeito apenas à classe, mas também a outras posições do sujeito. Para ela, olhar unicamente sob o prisma da classe apaga outros pertencimentos que constituem a experiência dos sujeitos. Abordagem de temas contemporâneos transversais como Educação em direitos humanos.

1. Na obra de Thompson, a experiência desempenha um papel crucial na conformação da identidade de classe, que não se restringe a uma categoria econômica, e comporta uma experiência vivida e uma identidade cultural, formada através das lutas e das resistências compartilhadas pelos trabalhadores.
2. Para a autora, as múltiplas posições dos sujeitos não são consideradas na conformação da ideia de experiência proposta por Thompson. Sua crítica é uma afirmação de que gênero, raça, etnia e sexualidade conformam a experiência dos sujeitos e, nesse sentido, fazem parte da articulação da consciência social e da produção de identidades coletivas e políticas.
3. Resposta pessoal. A atividade tem a finalidade de incentivar os estudantes a refletir sobre as análises articuladas. Considerar os sistemas de classificação de maneira articulada possibilita verificar as desigualdades de modo mais aprofundado, mesmo entre aqueles já considerados desiguais. É possível, por exemplo, pensar nos desafios enfrentados por pessoas negras, a despeito da classe social, e por mulheres negras, em especial, em relação aos homens negros.

Outras formas de estratificação (Página 179)

Antes de trabalhar com esse tema, assegure-se de que os estudantes compreenderam o que caracteriza a estratificação social, pois isso é pré-requisito para identificar e compreender outras formas de estratificação. Reforce com os estudantes que, quando se trata de estratificação, é importante analisar quais classificações existem e como elas operam gerando hierarquias na sociedade, seja uma hierarquia orientada por questões de classe social, como estudado no tema “O que é estratificação social?”, seja uma hierarquia baseada em critérios de gênero ou raça, por exemplo. Para aprofundar essa questão, explore os exemplos presentes no texto didático e peça aos estudantes que identifiquem, se possível, formas de estratificação que não tenham sido nomeadas.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

O objetivo do boxe é aproximar o conceito de estratificação social do universo dos estudantes, já que muitos deles provavelmente consomem livros, filmes e histórias em quadrinhos do gênero ficção científica, cujas narrativas envolvem populações que se organizam em sociedades estratificadas. Comece a discussão perguntando a eles se conhecem algum produto cultural que apresenta uma sociedade ficcional. Caso conheçam, pergunte como é a estratificação dessa sociedade. Aproveite o ensejo para desenvolver o tema contemporâneo transversal Educação em direitos humanos, promovendo uma reflexão sobre os critérios adotados para as estratificações nos exemplos citados.

1. Resposta pessoal. É possível que os estudantes mencionem narrativas considerando que, em momentos de crise, geralmente há grupos que têm acesso a melhores condições de vida do que outros, acentuando as desigualdades sociais.
2. A atividade tem o objetivo de incentivar os estudantes a refletir sobre a importância de agir em prol da coletividade, com empatia, buscando a resolução de conflitos e a cooperação. Deixe que eles se manifestem livremente, mas valorize discursos que se desdobrem no respeito ao outro e aos direitos humanos, bem como na tomada de decisões baseada em princípios éticos, sustentáveis, inclusivos, democráticos e solidários, trabalhando a **CGEB9**, a **CGEB10** e a habilidade **EM13CH5502**.

Desigualdades no Brasil (Página 180)

O tema relaciona classe social e desigualdades no Brasil, focando no acesso à renda e boas condições de vida, abordando as habilidades **EM13CH5402** e **EM13CH5606**. Se apropriado, retome a história do Brasil, destacando a colonização, o passado escravocrata sem reparação e a concentração de terras. Discuta também a mobilidade social e as dificuldades enfrentadas pelas populações em diferentes contextos brasileiros. Pesquisas do PNUD e do IPEA mostram a disparidade na renda entre homens e mulheres, especialmente entre mulheres negras, evidenciando menos oportunidades educacionais, entrada precoce no mercado de trabalho, maior exposição à violência e menor expectativa de vida. Esses fatores aumentam a vulnerabilidade e dificultam a ascensão social. É essencial questionar por que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo.

O que é “classe média”? (Página 181)

Ao abordar o tema, estimule a análise crítica das perspectivas de Karl Marx, Max Weber e Pierre Bourdieu, além das reflexões de pesquisadores brasileiros como Ricardo Antunes e Jessé Souza. Destaque as complexidades e contradições que envolvem a compreensão sobre a classe média no Brasil, incluindo aspectos econômicos, culturais e sociais. Incentive os estudantes a refletirem sobre como o consumo, a educação e o acesso a bens e serviços moldam a identidade e a posição da classe média na sociedade brasileira, promovendo debates e atividades para uma compreensão mais profunda desse grupo social. Para isso, explore o gráfico “Brasil: Gastos da classe C em 2023”.

BOXE INTERAÇÃO

Este boxe apresenta dados sobre a renda e o consumo da classe média no Brasil, evidenciando as desigualdades sociais entre diferentes classes, suas rendas médias e seus padrões de gastos. É fundamental auxiliar os estudantes a compreender as distinções entre diferença e desigualdade social e econômica na sociedade brasileira. Além disso, a inclusão de temas contemporâneos transversais, como Educação fiscal, é crucial para aprofundar a discussão sobre a distribuição de renda e o impacto das políticas públicas na redução dessas desigualdades.

1. O consumo de bens pessoais e culturais não apenas indica conforto e qualidade de vida, mas também constitui uma forma de expressão de *status* dentro da classe média. Além disso, os gastos com educação e saúde reforçam esse *status* e garantem privilégios.
2. A busca por casa própria e o investimento em serviços privados como saúde e educação são decisões que podem melhorar a qualidade de vida e oferecer segurança adicional. No entanto, essas escolhas também têm o potencial de

comprometer a capacidade da classe média de economizar e planejar-se para o futuro, devido aos custos financeiros associados e à complexidade do planejamento financeiro necessário.

Segregação socioespacial (Página 182)

Ao abordar a segregação socioespacial com estudantes do Ensino Médio, explore como as desigualdades sociais são manifestadas e reforçadas pela organização do espaço geográfico, usando as reflexões de Maria Encarnação Beltrão Sposito e teóricos como Henri Lefebvre, Manuel Castells e David Harvey. Relacione a segregação ao contexto brasileiro, destacando exemplos contemporâneos, como os enclaves fortificados descritos por Teresa Caldeira, que mostram a crescente separação entre grupos sociais nas áreas urbanas. Incentive debates e atividades para analisar criticamente como a urbanização e a divisão social do trabalho criam espaços desiguais e marginalizam certos grupos e reflita sobre possíveis soluções para reduzir essas desigualdades.

Desigualdades no espaço geográfico (Página 183)

Esse tópico relaciona os conceitos de centro e periferia ao acesso ao trabalho, aos direitos e às políticas públicas. Se julgar oportuno, trabalhe em parceria com o professor de Geografia, com o objetivo de aprofundar essa reflexão, pois tais noções são muito importantes especialmente neste componente curricular, que pode contribuir e aprofundar a reflexão a partir de diferentes perspectivas sobre a noção de espaço. Essa discussão mobiliza as habilidades **EM13CH5201** e **EM13CH5203**.

Dando continuidade à discussão sobre as formas de desigualdade, a análise da organização espacial das cidades reforça a reflexão sobre a desigualdade social. Maior atenção deve ser dada a generalizações que retratem as periferias como espaços habitados por indivíduos passivos. Retome discussões anteriores sobre dominação e resistência para enfatizar que as pessoas vivem e agem apesar das desigualdades.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

1. Respostas pessoais. O problema social retratado no quadro de Portinari é a fome. Trata-se de um problema complexo que exige a colaboração de diversos setores da sociedade para ser superado. Políticas públicas eficazes, iniciativas comunitárias e parcerias estratégicas são essenciais para garantir que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação digna e saudável. Espera-se que os estudantes, após analisar a pintura, verifiquem a correlação entre a miséria representada e os fatores relacionados à mortalidade infantil. Ajude-os a pesquisar ou apresente informações sobre a taxa de mortalidade infantil no município ou na região em que vivem e, em seguida, incentive-os a propor medidas para resolver o problema, mobilizando a habilidade **EM13CH5402**. A reflexão proposta possibilita também desenvolver a **CGEB1**, pois os estudantes são convidados a reconhecer a importância do conhecimento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, em razão de a fome ser uma questão de ordem social e de saúde, esse boxe pode orientar o desenvolvimento dos temas contemporâneos transversais Saúde e Educação alimentar e nutricional.

Outras faces da segregação socioespacial (Página 184)

O tema aborda diversas desigualdades e inclui os papéis do mercado e do poder público. Questões como especulação imobiliária, gentrificação, preferência por transporte individual, concentração de empregos nas zonas centrais, construção de

moradias em áreas de risco e falta de políticas públicas voltadas para reduzir o *déficit* habitacional contribuem para a segregação. A “condominização” das cidades, com a privatização dos espaços e das políticas de segurança, também é relevante. Muitos condomínios estão próximos de áreas de moradia precária, onde vivem trabalhadores mal remunerados que sustentam essas estruturas. A “inclusão perversa e precária” da população em situação de rua também deve ser discutida. Explique aos estudantes que essa população não é majoritariamente composta de egressos do sistema prisional e que problemas de saúde, como vícios, não são as únicas causas da situação de rua. Aborde como falhas na política habitacional, especulação imobiliária, práticas bancárias abusivas, endividamento e precarização do trabalho ampliam o debate das desigualdades sociais. Essas discussões favorecem o desenvolvimento da **CGEB1** e da habilidade **EM13CH5502**.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

O objetivo da proposta neste boxe é incentivar os estudantes a refletir sobre a questão da população em situação de rua no município ou na comunidade de vivência dos estudantes e fazê-los pensar sobre o papel do Estado no combate a esse problema social. As reflexões propostas trabalham a **CGEB4**, a **CGEB7** e a **CGEB9**, além de mobilizar o tema contemporâneo transversal Educação em direitos humanos. Explique aos estudantes que, embora seja recorrente, o uso da expressão “moradores de rua” não é adequado, pois essa é uma expressão pejorativa e depreciativa. Sugira a eles que usem a expressão “pessoas em situação de rua”, expressão que indica uma condição transitória e que coloca em evidência aspectos pessoais da trajetória de vida de membros dessa comunidade, além do fato mais objetivo de que viver em situação de rua é viver sem moradia.

1. Respostas pessoais. Incentive os estudantes a citar o que eles sabem sobre o tema, ressaltando a importância do respeito aos direitos humanos. Convém dedicar especial atenção ao abordar esse tema, evitando que os estudantes reproduzam estigmas que associam pessoas em situação de rua a criminosos ou adictos. Para isso, incentive-os a refletir sobre quais circunstâncias e dificuldades levam famílias inteiras, inclusive crianças, a viverem sob marquises e viadutos, em cabanas improvisadas em praças e parques públicos.
2. Espera-se que os estudantes apontem que é papel do Estado elaborar e executar políticas públicas de combate às causas que desencadeiam o problema, tais como o *déficit* habitacional, o desemprego e a ressocialização de pessoas que estavam em privação de liberdade, além de tratamento de saúde para pessoas adictas, caso seja da vontade delas.

Favelização e gentrificação (Página 185)

As condições de moradia e os processos de desigualdade social são fenômenos inter-relacionados; por isso, as classes que têm maior poder econômico acabam usufruindo de privilégios também no que se refere à busca por lugares de moradia. Reflita com os estudantes sobre o processo histórico de conformação das favelas no Brasil, evidenciando que morar em locais de risco ou sem saneamento básico não é uma questão de escolha. O deslocamento de populações vulneráveis, em geral, é resultado de pressões imobiliárias, de interesse de empresas e dos setores públicos em áreas específicas, além de outros fatores que impactam nos lugares e nas condições de moradia, como explicado pelo processo de gentrificação.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Sugira aos estudantes que realizem uma breve pesquisa sobre o termo “favela”, suas raízes históricas e semânticas e seus usos ao

longo do tempo. A partir da pesquisa, os estudantes devem elaborar um texto dissertativo-argumentativo (entre 10 e 15 linhas) que responda à seguinte questão: É correto o uso do termo “favela”?

Vulnerabilidade social (Página 186)

O tema busca apresentar outro conceito importante relacionado às desigualdades sociais: a vulnerabilidade social. Para isso, aprofunda a abordagem sobre as pessoas em situação de rua. Converse com os estudantes sobre a articulação entre o trabalho precário e o desemprego estrutural, a pobre e ineficaz política habitacional e a especulação imobiliária. Em conjunto, essas condições inviabilizam a aquisição da casa própria por grande parte da população. Debata com os estudantes as pautas dos movimentos de moradia no campo e na cidade para que eles compreendam que as exigências de tais movimentos não são privilégios, mas condições mais justas diante das grandes vantagens que os proprietários desfrutam.

Juventude desprotegida (Página 187)

Incentive os estudantes a explorar o conceito de vulnerabilidade juvenil, analisando o modo como fatores tais como pobreza, violência, discriminação e falta de acesso a recursos impactam o desenvolvimento e a inclusão dos jovens. No tópico “Interseccionalizando vulnerabilidades”, destaque a importância de compreender a sobreposição dessas vulnerabilidades, bem como o papel dos movimentos sociais e da mobilização política na promoção da autonomia e na melhoria das condições de vida para a juventude em situação de risco. Para incentivar a participação política dos jovens, se possível, agende uma visita guiada à Câmara de Vereadores do município onde está situada a escola.

Questione os estudantes sobre suas experiências e envolvimento em projetos e ações promovidos por organizações não governamentais e instituições que buscam ampliar as oportunidades e reduzir as vulnerabilidades. É possível ainda mapear as iniciativas disponíveis no município e na região e apresentá-las aos estudantes. Caso seja viável, programe visitas a organizações que oferecem programas e projetos destinados às juventudes e os estudantes, para que eles conheçam as iniciativas e considerem a possibilidade de inserção em alguma atividade.

Atividades (Páginas 188 e 189)

1. A proposta da atividade é que os estudantes reflitam sobre o fato de as desigualdades no acesso à internet revelarem disposições que são sociais, historicamente construídas, que explicitam as hierarquizações e os diferentes acessos à informação. O texto apresenta dados sobre as diferenças no acesso de crianças e adolescentes à internet, considerando diferentes regiões do país e classes sociais. Se julgar conveniente, comente que os acessos desiguais podem ter efeitos em diversos âmbitos da vida, mas que, durante a pandemia de covid-19, eles tiveram grande impacto no acesso à educação no Brasil. As diferenças no acesso à internet entre crianças e adolescentes no Brasil refletem e amplificam as desigualdades sociais existentes.
2. a) Deterioração do mercado de trabalho; baixo acesso à tecnologia; trabalho doméstico não remunerado; desigualdade de gênero; as condições de moradia nos bairros periféricos geralmente incluem residências pequenas e superlotadas, dentro das quais manter o distanciamento social é praticamente impossível.
b) Os fatores descritos estão intimamente relacionados às desigualdades sociais, pois o texto aborda a realidade de muitos indivíduos mais pobres que vivem em comunidades onde as moradias são muito próximas umas das outras, têm poucos

cômodos, com muitas pessoas vivendo juntas em uma mesma casa e sem acesso a saneamento básico. Essas pessoas não têm as mesmas condições daquelas que vivem em moradias maiores, com vários cômodos, em áreas servidas por infraestrutura e saneamento básico de qualidade. Os fatores que dificultaram o cumprimento das recomendações de isolamento social nos bairros periféricos estão intrinsecamente ligados às desigualdades sociais discutidas ao longo do capítulo.

3. Alternativa **b**.
4. Resposta pessoal. As mudanças propostas pelo Decreto n. 11.615 podem ser interpretadas à luz da crítica social presente na tirinha de André Dahmer como um esforço para modernizar a abordagem da segurança pública no Brasil, reduzindo a violência e promovendo a justiça social. Ao impor restrições mais rigorosas e fortalecer a fiscalização, o decreto busca equilibrar a segurança pública com os direitos dos cidadãos, mitigando desigualdades e promovendo um ambiente mais seguro e equitativo. A visão de um “Brasil medieval” de Dahmer destaca a necessidade de abandonar práticas arcaicas e regressivas, substituindo-as por políticas públicas eficazes que promovam a justiça e a segurança para todos os cidadãos.
5. Alternativa **e**.
6. Alternativa **b**.
7. Alternativa **c**.
8. Alternativa **a**.

Ampliando (Páginas 190 e 191)

Nesta seção, o trecho do *Atlas da Violência 2019* é usado para explicar como a desigualdade social e o acesso desenfreado a armas aumentam a criminalidade e a violência. Discuta a importância de políticas públicas para abordar a desigualdade econômica e o controle de armas para melhorar a segurança. Por meio das leituras e atividades propostas, os estudantes são estimulados a analisar argumentos a favor e contra o armamento, a pesquisar visões sobre o uso de armas por civis e a formar as próprias opiniões sobre o assunto, desenvolvendo a **CGEB7**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal a partir de pesquisa. Auxilie os estudantes na realização da pesquisa, incentivando-os a buscar informações em fontes confiáveis. Entre os principais argumentos dos defensores da flexibilização das leis de acesso a armas, estão o direito à legítima defesa dos cidadãos e o direito de defesa contra governos tirânicos e facções criminosas. Já em relação aos argumentos contrários, destacam-se aqueles relativos à banalização da violência, como o aumento da insegurança pública, e a maior incidência de acidentes por arma de fogo.
2. Produção textual. Oriente os estudantes a construir o texto a partir da pesquisa realizada para o item anterior. Ao final da produção, verifique se a construção da argumentação do texto é baseada em fatos, dados e informações confiáveis, bem como em princípios éticos e nos direitos humanos.

Estúdio do pensamento social (Páginas 192 e 193)

Introduza como Jessé Souza analisa a estratificação social no Brasil, destacando a importância do conhecimento e dos privilégios na manutenção das classes sociais. Discuta a diferença entre as classes sociais e como a posse de conhecimento

valorizado perpetua desigualdades. Utilize exemplos do cotidiano para ilustrar a reprodução de privilégios e a relação entre classe média e outras classes sociais.

PARA CONCLUIR

1. Resposta pessoal. O autor afirma que classe social extrapola a compreensão de classe, pois se refere aos mecanismos de reprodução das estruturas sociais. No caso do Brasil, reproduz as desigualdades e os privilégios.
2. Resposta pessoal. O autor afirma que a posse de conhecimento socialmente valorizado é importante para a compreensão sobre o pertencimento a uma classe social, pois contribui para a manutenção de privilégios. Ao tratar desse aspecto, o autor faz referência às vantagens obtidas desde a chegada da criança ao universo escolar, que garantem seu sucesso naquele ambiente, e, posteriormente, sua melhor colocação no mercado de trabalho, perpetuando seu “lugar social”. Assim, desnatura a compreensão que atribui apenas ao mérito individual as chances de sucesso.

CAPÍTULO 10 **DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA** (Página 194)

Neste capítulo, as desigualdades são exploradas em relação a vários tipos de violência e associadas a marcadores sociais como gênero, raça, etnia, orientação sexual e *status* de estrangeiro, além de abordar a desigualdade socioespacial e a vulnerabilidade social.

Para iniciar, oriente os estudantes a observar a imagem da instalação artística *Aracnes*, de Rosana Paulino, que mostra mulheres emaranhadas em fios e tecidos, lembrando teias de aranha. Peça a eles que descrevam a imagem e reflitam sobre o título *Aracnes* e sua relação com a desigualdade de gênero. Discuta como a obra pode simbolizar a falta de oportunidades para mulheres e a força delas, unidas pela teia para superar desigualdades. Use essa reflexão para aprofundar os debates propostos no capítulo.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Respostas pessoais. A obra tem o objetivo de fazer uma crítica social relacionada à desigualdade de gênero. Espera-se que os estudantes compreendam o caráter metafórico da teia de aranha, que sugere uma ideia de enredamento e da relação presa/predador, podendo ser relacionada às situações de violência e à desigualdade a que as mulheres são submetidas cotidianamente. Incentive os estudantes a expressar suas percepções e seus sentimentos sobre a obra de arte de maneira respeitosa e empática.
2. Podem ser mencionadas as desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, à escolarização e à ocupação dos espaços públicos, quando comparadas aos acessos permitidos aos homens, assim como a violência do silenciamento. É importante ressaltar o histórico patriarcal da sociedade brasileira e suas implicações na atualidade.
3. Resposta pessoal. Para não se limitar às denúncias, a questão oferece a possibilidade de discutir exemplos de resistência às desigualdades e às violências. A própria instalação artística retratada na imagem pode ser considerada um exemplo de resistência, pois alude à força da união das mulheres. Além disso, os estudantes podem citar diversas políticas públicas e ações de movimentos sociais e de associações não governamentais como exemplos.

4. Resposta pessoal. Para não ficar apenas nas denúncias, a questão oferece a possibilidade de discutir exemplos de resistência às desigualdades e às violências. A própria intervenção artística retratada na imagem pode ser considerada um exemplo de resistência, pois alude à força da união das mulheres. Além disso, os estudantes podem citar diversas políticas públicas e ações de movimentos sociais de associações não governamentais como exemplos.

Violência e perpetuação das desigualdades (Página 195)

O tema inicia-se com uma discussão sobre como as condições que perpetuam desigualdades são, com frequência, legitimadas socialmente como ideias meritocráticas. Aborda a relação entre desigualdades e violência, explorando tipos de violência estudados pela Sociologia. Como o conceito de violência simbólica pode ser novo para muitos estudantes, dê atenção especial a ele e esteja atento a sinais de violência psicológica entre os estudantes. As discussões visam desenvolver a habilidade **EM13CHS503**, cujo objetivo é identificar diferentes formas de violência, suas vítimas, significados e usos políticos e sociais.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

A proposta desse boxe permite o desenvolvimento dos temas contemporâneos transversais Saúde e Educação em direitos humanos. Para isso, os estudantes devem compreender que o acesso à saúde é um direito básico do cidadão e que, no Brasil, esse direito é viabilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

1. Resposta pessoal. Para responder, é possível sugerir uma pesquisa complementar que auxilie os estudantes a identificar todos os serviços que ele e seus familiares utilizam.
2. Resposta pessoal. O SUS tem uma política de “portas abertas”, o que significa que hospitais vinculados ao SUS prestam os primeiros atendimentos em qualquer situação de emergência, diminuindo as chances de discriminação. Além disso, alguns serviços, como o gerenciamento do sistema de transplante, garantem possibilidade equânime de atendimento, independentemente de qualquer característica de renda, idade, gênero, religião, orientação sexual e etnia.

Tipos de violência (Página 196)

Antes de explorar o texto didático com os estudantes, pergunte a eles como definem a violência e quais são os tipos que conseguem nomear. Se julgar conveniente, anote na lousa os exemplos dados por eles e, em seguida, peça que identifiquem as principais vítimas nos tipos elencados. Em seguida, a partir desses exemplos, peça a eles que reflitam se é possível hierarquizar e dizer que um tipo de violência é pior do que outro. A proposta é justamente gerar um diálogo que permita aos estudantes compreender que toda forma de violência é igualmente prejudicial, tanto para a vítima quanto para a sociedade na qual essa forma de violência tem sido perpetrada. Em seguida, proceda à análise das formas de violência identificadas no texto didático, se elas já não tiverem sido citadas pelos estudantes. Peça a eles que analisem as imagens presentes na página e leiam as legendas, ampliando suas percepções sobre a responsabilidade coletiva diante da luta contra qualquer e toda forma de violência.

Discriminação e desigualdade (Página 197)

Discuta com os estudantes como a desigualdade e a discriminação se manifestam não apenas no acesso a bens e nas condições de vida, mas também nas normas sociais e estigmas

históricos. Analise o capacitismo como uma forma de discriminação contra pessoas com deficiência e explore a forma como a linguagem e as normas culturais perpetuam desigualdades. Use exemplos práticos para entender o impacto da discriminação na vida das pessoas e a importância da inclusão social. Na página, há um quadro com expressões e frases etaristas que revelam como a linguagem pode evidenciar preconceitos, nesse caso, contra pessoas idosas. Ressalte que esse tipo de evidência também pode ser encontrada na linguagem utilizada a pessoas com deficiência e a negros e indígenas, por exemplo. A proposta desse tópico permite desenvolver as habilidades **EM13CHS502**, **EM13CHS503**, **EM13CHS601** e **EM13CHS605**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Respostas pessoais. É importante refletir sobre as possíveis e diversas formas de sofrer as práticas discriminatórias relacionadas pelos estudantes e acolhê-los.
2. Resposta pessoal. Evitar termos estigmatizantes é crucial para promover inclusão e respeito, pois a linguagem pode reforçar preconceitos e exclusão, prejudicando a dignidade e a igualdade dos grupos marginalizados.

LGBTfobia (Página 198)

Incentive os estudantes a explorar a diversidade dentro da sigla LGBTQIAPN+ e as formas de discriminação específicas enfrentadas pelos grupos. Discuta a importância de termos como bifobia e transfobia para visibilizar e entender esses desafios. Ressalte como a LGBTfobia, manifestada por violência física e simbólica, contribui para a desigualdade, provocando a evasão escolar e limitando as oportunidades de emprego. Valorize o respeito à diversidade e aos direitos humanos, promovendo empatia e compreensão dos impactos da discriminação, conforme as orientações da **CGEB8** e **CGEB9**.

Transfobia (Página 199)

Embora a discussão sobre a transfobia esteja incluída na reflexão sobre LGBTfobia, explique aos estudantes que o estigma associado a pessoas trans e as consequências disso para a vida delas ganha destaque ao analisarmos os dados sobre violência e assassinatos cometidos contra pessoas trans no Brasil. Explore com os estudantes os dados presentes no gráfico “Assassinatos de pessoas trans no Brasil (2017-2023)”, pedindo-lhes que destaquem os números que mais lhes chamarem a atenção.

Desigualdade de gênero (Página 200)

A desigualdade de gênero é abordada destacando como a discriminação baseada em construções sociais sobre critérios biológicos binários gera desigualdades entre homens e mulheres. Como o gênero é apenas um dos marcadores sociais da diferença, problematize com os estudantes as intersecções de gênero com outros marcadores, como classe social, etnia/raça e deficiência, levando-os a refletir que um mesmo tipo de desigualdade pode se manifestar de diferentes formas, dados o contexto e as condições de vida de cada pessoa.

BOXE INTERAÇÃO

1. Organize os estudantes em grupos para realizarem a atividade. É possível que eles listem a desigualdade salarial, a menor presença em cargos de chefia, a grande quantidade de casos de assédio moral e sexual contra mulheres, entre outros elementos. Incentive-os a pensar em ações de combate aos problemas citados e a compartilhá-las com os colegas de outros grupos. A atividade permite desenvolver a **CGEB4**, a **CGEB9**, a **CGEB10** e as habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS503**.

Feminicídio e violência política de gênero (Página 201)

Ao tratar da violência contra mulheres, discuta a tendência de culpabilizar as vítimas e a falta de profundidade nas análises midiáticas sobre as raízes históricas e sociais da violência patriarcal e misógina. Enfatize o caráter estrutural dessas desigualdades além das discussões morais ou jurídicas. Use a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015) como exemplos da luta para regulamentar leis que reconhecem a vulnerabilidade das mulheres e o machismo estrutural, visível em instituições como as delegacias da mulher.

BOXE REFLEXÃO

Esse boxe destaca o assassinato de Marielle Franco como um exemplo gritante de feminicídio e violência política de gênero, evidenciando as falhas do Estado na proteção dos direitos das mulheres e na responsabilização por crimes de ódio. Sua morte ilustra a brutalidade da violência de gênero e a persistência da impunidade, que perpetua tais crimes. Esse caso oferece uma oportunidade valiosa para aprofundar a discussão sobre o tema contemporâneo transversal Educação em direitos humanos.

1. Os estudantes devem caracterizar a morte de Marielle Franco como um exemplo de feminicídio, porque a vítima era mulher, e isso pode ter contribuído para o ataque. Trata-se também de um exemplo de violência política de gênero, porque Marielle Franco era uma expoente vereadora no Rio de Janeiro, que atuava principalmente em favor das populações mais vulneráveis – inclusive das favelas – e, para isso, combatia de frente denúncias de corrupção e atuação da milícia no município. No entanto, não era a única pessoa pública que atuava nessa frente; portanto, o ataque perpetrado contra ela revela também uma perspectiva de gênero, que assume como mais provável o ataque a mulheres do que a homens. Por ter sido uma vítima fatal da violência política de gênero, o caso também configura exemplo de feminicídio.
2. Resposta pessoal. O Estado, por meio das forças policiais e do Poder Judiciário, deveria apresentar celeridade para investigar, prender e julgar os acusados (executores e mandantes) pelos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes, mas o caso ainda está sendo investigado e julgado em 2024.

Xenofobia (Página 202)

Sobre a xenofobia, explique à turma que estrangeiros, imigrantes e refugiados enfrentam desigualdades e violência devido a estereótipos históricos e sociais. Rebata o argumento de que estrangeiros “roubam empregos” com dados, mostrando que a população estrangeira é pequena em relação à brasileira e o desemprego resulta de múltiplas variáveis. Mencione acordos internacionais e o Estatuto dos Refugiados e Estrangeiros como marcos legais contra a xenofobia e destaque ações de organizações que promovem a integração de imigrantes e refugiados, evidenciando que a acolhida não é apenas responsabilidade do Estado.

Necropolítica (Página 203)

Para abordar o conceito de **necropolítica**, introduza Achille Mbembe, que define o termo como um mecanismo que decide quem pode viver e quem deve morrer, destacando a administração da morte e a violência extrema como formas de controle social. Discuta como a necropolítica se manifesta em zonas de sacrifício, como campos de refugiados e favelas, e suas raízes no colonialismo e no racismo, resultando na marginalização e na violência contra populações vulneráveis. Analise exemplos brasileiros, como a violência policial em favelas e massacres em penitenciárias, para ilustrar o conceito e suas implicações na desigualdade social e na exploração de recursos naturais.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

As atividades propostas nesse boxe favorecem o trabalho com o tema contemporâneo transversal Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras, pois não apenas tematiza a relação dos indígenas com a terra como elemento de identidade cultural, como orienta a reflexão dos estudantes a respeito da responsabilidade do Estado em reconhecer e garantir os direitos dos povos originários.

1. O garimpo ilegal é um tipo de violência contra o território indígena e, como a terra é elemento essencial para manutenção do modo de vida e da cultura dos indígenas, pode ser compreendido também como exemplo de etnocídio, realizado pelos garimpeiros. O Estado deveria proteger os territórios e os demais direitos indígenas, por meio de fiscalização e punição das irregularidades. Por isso, quando não o faz, isso se constitui como uma forma de necropolítica.
2. O Estado deveria proteger os indígenas, que, por lei, têm direito à terra. Os garimpos ilegais são fruto da ação dos empresários, que visam à acumulação de capital, patrimônio e poder.
3. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a pensar em estratégias para o caso de omissões do Estado em relação aos povos indígenas, mas também em outros casos para os quais a noção de necropolítica se aplicaria.

Atividades (Páginas 204 e 205)

1. Alternativa e.
2. Alternativa e.
3. a) A *charge* mostra um problema comum enfrentado pelas mulheres: a dupla jornada de trabalho. Em muitas famílias, além de ter um emprego formal, elas são responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos. Assim, espera-se que os estudantes identifiquem que a situação mostrada na *charge* é uma consequência da desigualdade de gênero, já que muitas mulheres precisam enfrentar a dupla jornada de trabalho. A leitura da *charge* contribui para o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS106**.
b) O texto argumentativo deverá tratar das raízes da desigualdade mostrada, citando exemplos de violências simbólicas que podem nascer desse tipo de desigualdade. Verifique se os estudantes apontaram questões históricas que são responsáveis pela desigualdade de gênero, como a impossibilidade de trabalhar, estudar e votar que as mulheres viveram no passado. Em muitos países, esses direitos foram conquistados no século XX e ainda há países em que as mulheres são impedidas de votar, dirigir e estudar. Outras questões que podem ser abordadas dizem respeito à sociedade patriarcal, ao machismo e ao sexismo, que também foram historicamente construídos. É importante que, em seus textos, os estudantes apontem situações de violência simbólica que as mulheres podem sofrer em decorrência dos fatores apontados, como os relacionamentos abusivos, no qual o homem utiliza diversos artifícios para fazer com que a vítima se sinta coagida, desvalorizada e sem autoestima. A atividade permite desenvolver a habilidade **EM13CHS503**. Verifique se os estudantes utilizaram argumentos baseados em fatos, dados e informações confiáveis, trabalhando a **CGEB7**.
4. Alternativa d.
5. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes concluam que, apesar de o Brasil apresentar, do ponto de vista jurídico, proteção ampliada contra a discriminação por orientação sexual, isso não significa que a situação foi resolvida. O preconceito e a discriminação contra a população LGBTQIA+ ainda é muito grande no Brasil, o que permite concluir que as

políticas públicas e as legislações que visam proteger essa população ainda são insuficientes e são necessárias ações mais efetivas para combater esse problema. Se julgar oportuno, crie um paralelo com a ótica do racismo, pois, embora existam leis que proíbem e criminalizam o racismo e a injúria racial, essas posturas infelizmente ainda marcam o cotidiano de pessoas negras no Brasil.

Estúdio do pensamento social (Páginas 206 e 207)

Para explorar a interseccionalidade entre classe e violências de gênero e racial no Brasil, sugira aos estudantes que estudem a obra e o ativismo de Lélia Gonzalez, destacando sua crítica ao mito da democracia racial e suas contribuições para um feminismo afro-latino-americano. Encoraje-os a analisar como Gonzalez desconstrói a perspectiva eurocêntrica e como suas abordagens teórica e prática contribuem para a compreensão das desigualdades sociais. Utilize suas obras e sua biografia como base para debates e reflexões sobre a perpetuação das desigualdades ao longo do tempo.

PARA CONCLUIR

1. A ironia é revelada em vários trechos, pois se trata de uma narrativa de evento sobre um livro a respeito dos negros no qual eles não têm lugar à mesa. Outro ponto de destaque é apresentado pela autora ao afirmar que os brancos sabiam mais dos negros do que os próprios negros.
2. Todas as alternativas. Espera-se que os estudantes analisem a figura da mulher negra no grafite, problematizando as intencionalidades presentes na arte, seja em função de elementos da composição do grafite, seja no que se refere ao lugar de destaque (estampado em um prédio) ocupado pela expressão artística, que nem sempre corresponde ao “lugar” da mulher negra na sociedade, geralmente invisibilizada.

Práticas de texto (Páginas 208 e 209)

Para compreender o impacto da violência e da desigualdade na qualidade de vida, incentive os estudantes a produzir um relato de experiência pessoal ou de alguém próximo, abordando o capacitismo e como ele afeta a vida cotidiana. Explique à turma que o relato deve ser baseado em fatos reais e escrito na primeira pessoa, bem como incluir descrições detalhadas das experiências vividas e das emoções sentidas. Utilize trechos de relatos de capacitismo encontrados na internet como exemplos para ajudar os estudantes a estruturar seus textos e a aprofundar a análise das discriminações e suas consequências. Nesse sentido, a atividade também desenvolve as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS106**, **EM13CHS403**, **EM13CHS502**, **EM13CHS503** e **EM13CHS605**. Além disso, são mobilizadas competências e habilidades da área de Linguagens e suas Tecnologias, das quais se destacam as habilidades **EM13LGG703**, **EM13LGG704**, **EM13LP26** e **EM13LP27**.

Práticas de pesquisa (Páginas 210 e 211)

Nesta seção, os estudantes realizarão uma pesquisa para avaliar a percepção da população sobre as políticas de segurança pública ao redor da escola, por meio da elaboração e aplicação de um questionário, seguido da análise dos dados coletados.

- **Questionário:** importante instrumento metodológico para coletar informações de caráter amplo e amostral. Possui vários formatos, que atendem a diferentes critérios e objetivos de pesquisa.

Os estudantes examinarão a sensação de insegurança, a responsabilidade do poder público, as causas da violência, além

das opiniões sobre agressores e vítimas. Explique à turma que, embora a desigualdade social esteja ligada à violência, muitas vezes ela é disfarçada por valores e condutas, levando à intolerância e discriminação. Com isso, será possível mobilizar as habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS605**. Se surgirem diferentes formas de violência na pesquisa, discuta como combatê-las e como entender o preconceito, especialmente contra grupos vulneráveis, usando a habilidade **EM13CHS503**.

Se considerar pertinente, discuta a segurança na agenda pública nacional, mencionando o referendo de 2005 sobre armas e a PEC de 2015 sobre a redução da maioridade penal. Explique a importância dos dados primários e como instituições confiáveis, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o IBGE, ajudam a formular políticas públicas.

Para a pesquisa, ensine os estudantes a elaborar perguntas únicas, múltiplas e de escala, tais como:

- Única: “Você se sente seguro em seu bairro?”
- Múltipla: “Quais são as principais razões para a sua insegurança?”
- Escala: “Classifique a segurança de 1 a 5.”

Explique a amostragem e a importância de coletar um número suficiente de questionários. Sugira o uso de planilhas ou formulários *on-line* para armazenar dados e incentive a participação do professor de Matemática para explicar amostragem e análise estatística. Essas atividades promoverão o desenvolvimento das habilidades **CGEB1**, **CGEB2**, **CGEB4**, **CGEB5**, **CGEB10**, **EM13CNT301** e **EM13CNT302**.

Sugestões para o professor

- » **BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024. 280p.**

Neste seu primeiro livro, voltado ao público geral, Judith Butler examina como o conceito de gênero foi transformado em um tema central por discursos conservadores e reacionários. Ela mostra como esse conceito tem sido usado para gerar medo e mobilizar apoio para projetos políticos autoritários e excludentes.

- » **ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro.* São Paulo: Cortez, 2016. 172p.**

Mesmo nas sociedades mais avançadas, ainda enfrentamos desrespeito às diferenças, racismo e violência contra estrangeiros. A globalização trouxe maior mobilidade das pessoas, mas também destacou as desigualdades econômicas. A movimentação de capitais e empresas acompanhou o fluxo de trabalhadores, desde os mais qualificados até os desempregados, que enfrentam riscos em busca de melhores condições de vida. Esse livro visa promover uma sociedade mais inclusiva, respeitosa e democrática.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Sugira aos estudantes que se dividam em grupos e organizem um debate em sala de aula sobre a seguinte questão:

- Quais são os principais desafios para combater a desigualdade social no Brasil hoje e como a violência se relaciona com a manutenção dessa desigualdade?

Reforce o papel dos grupos no debate: um grupo deve defender que políticas públicas são a principal solução para combater a desigualdade e outro deve argumentar que mudanças culturais e na conscientização social são mais eficazes para reduzir a violência e a desigualdade.

Proponha uma reflexão final: após o debate, os estudantes devem escrever um texto (cerca de 10 a 15 linhas) sobre o que aprenderam a respeito das causas da desigualdade e sobre como a violência contribui para seu ciclo.

ABERTURA DE UNIDADE

(Páginas 216 e 217)

Inicie pedindo aos estudantes que observem a imagem da abertura e reflitam sobre o que estão visualizando, sem ler a legenda. A proposta é enfatizar a importância da legenda para a interpretação da imagem e para a compreensão da cena. Questione-os, também, sobre o uso da expressão “colored” ou “pessoa de cor”, investigando se o seu uso é habitual na comunidade. Problematize o pano de fundo que confere sentido a essa expressão, uma forma de eufemismo utilizada pelos brancos para se referir aos negros. Pode-se criar um paralelo com o uso, muito criticado na atualidade, da expressão “cor da pele”, para se referir a um tom do lápis de cor. Há marcas de lápis de cor que problematizam essa questão em termos mercadológicos e oferecem aos consumidores opções de “cores de pele”, no plural. Ainda sobre essa questão, é possível apresentar aos estudantes a expressão “colorismo”, que se apresenta na linguagem como uma maneira de hierarquizar pessoas negras com base na variação do tom de sua pele, visível em descrições com atributos como moreno, moreninho, mulata, cor de jambo, moreno claro/escuro. A partir da classificação imputada a uma pessoa, a definição de sua “cor” garantirá, socialmente, o rótulo ou não de pessoa negra e, portanto, legitimidade para denunciar agressões e discriminações raciais, de um lado, e acesso a conquistas legais, como cotas raciais, de outro. Essa questão é muito complexa e exige um aprofundamento sobre a identidade como um processo de construção do ser, em sociedade. A autoidentificação racial está baseada no compartilhamento de signos culturais, de ancestralidades e de heranças coletivas que não devem ser restringidos à identificação da cor da pele de uma pessoa. Por isso, as bancas de vestibulares e concursos públicos, para se adequarem à lei e às regulamentações de cotas raciais, são formadas por um conjunto de profissionais, que devem analisar, a partir de diversos critérios, a inclusão do candidato na proporcionalidade da cota racial ou não.

Em seguida, questione os estudantes sobre a segregação racial nos Estados Unidos e em outros lugares que eles tenham conhecimento, no intuito de reunir os conhecimentos prévios deles sobre a questão. Para trabalhar a questão racial no Brasil, algumas noções são fundamentais, como segregação, estratificação, desigualdade, preconceito e discriminação. Se o conteúdo estiver sendo trabalhado na ordem em que se apresenta no Livro do Estudante, na unidade 5 já foram mobilizadas algumas reflexões sobre estratificação social e formas de desigualdade, de discriminação e de preconceito. Nesse caso, resgate essas noções com os estudantes. Do contrário, se a unidade 5 ainda não tiver sido trabalhada, é importante introduzir a reflexão sobre hierarquia social e desigualdade, para continuar a análise da desigualdade racial no Brasil.

Solicite aos estudantes que compartilhem suas experiências sobre discriminação racial, atentando-se para que haja sempre respeito, diálogo e escuta ativa. Os relatos podem ser pessoais, de situações nas quais os próprios estudantes foram vítimas de preconceito ou discriminação, ou podem ser relatos de terceiros, desde que os estudantes sejam capazes de descrever o ocorrido e quais foram as repercussões, se houver, tanto para a vítima quanto para o agressor.

Depois, amplie a reflexão propondo aos estudantes que imaginem quais atitudes podem adotar no dia a dia para combater o preconceito, a discriminação e a intolerância, mobilizando a habilidade **EM13CH5502** e a introdução ao tema da justiça social. Destaque para a turma que as medidas de combate à discriminação e à desigualdade devem ser adotadas pelos governos e

por toda a sociedade. Nesse sentido, reforce que a responsabilidade pela construção de uma sociedade mais diversa, justa, inclusiva, democrática e igualitária deve ser compartilhada por todos: indivíduos, grupos, instituições, empresas, governo. Embora as formas de atuação sejam distintas entre si, cada um tem seu papel e deve mobilizar-se para contribuir com as transformações sociais a curto, médio e longo prazo.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes já tragam conhecimentos sobre a segregação racial existente nos Estados Unidos. Caso seja preciso, oriente-os a buscar mais informações sobre esse tema, incluindo pesquisas sobre segregação racial em outros lugares, como África do Sul e Austrália. Explique aos estudantes que a segregação racial tal como praticada nesses locais se constituía como uma política formal do Estado, concretizada na legislação. Nesse sentido, difere, por exemplo, de países como o Brasil, que não adotou formalmente mecanismos de segregação racial, ainda que, historicamente, eles operem na organização social.
2. Respostas pessoais. A segregação nos Estados Unidos já vinha de séculos anteriores e durou oficialmente até 1955. No Brasil, no mesmo período, houve escravidão, a abolição dos escravos, a queda do Império e o estabelecimento da República. É provável que os estudantes não se recordem de todos os fatos, por isso, valorize os que eles elencarem. Se possível, trabalhe em interdisciplinaridade com o componente curricular História, propondo ao professor que vocês realizem, em conjunto, um panorama comparativo entre Estados Unidos e Brasil nos períodos considerados, destacando as características que marcaram a escravidão nos dois países, os processos de libertação dos escravizados e suas consequências para a segregação racial.
3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes concluam que não devem existir legislações diferentes para as pessoas, pois todos devem ser iguais perante a lei, além de ter a garantia de que sejam realizadas as adaptações necessárias para que todos acessem as mesmas oportunidades. Se preferir, problematize com os estudantes as diferenças de sentido entre as palavras “igualdade” e “equidade”. Para isso, apresente na lousa o significado de cada uma e promova com a turma uma reflexão sobre a importância de garantir condições para que as oportunidades sejam efetivamente iguais. Um exemplo que pode ajudar a orientar essa reflexão refere-se ao contexto de aulas durante a pandemia de covid-19. O governo federal, os governos estaduais e municipais criaram diferentes estratégias para garantir a continuidade do ano letivo nas escolas, mas, com o isolamento social, as disparidades sociais impactaram muito profundamente a aprendizagem dos estudantes, principalmente considerando as diferenças entre escolas públicas e privadas. No exemplo dado, a oferta de continuidade do ano letivo para todos garantiram a igualdade; porém, como os acessos a recursos tecnológicos eram muito diferentes, assim como era diverso o contexto familiar, não foi estabelecido necessariamente um parâmetro de equidade.
4. Resposta pessoal. Estimule os estudantes a refletir sobre práticas do dia a dia que eles podem adotar para coibir preconceitos e discriminações, como evitar comentários, expressões ou piadas que estejam baseados nas diferenças corporais (cor, peso, altura, tipo de cabelo). Fale também sobre a importância do respeito à diversidade e da valorização de todas as pessoas.

CAPÍTULO 11 **DESIGUALDADE RACIAL**

(Página 218)

O capítulo aborda a desigualdade racial no Brasil, de modo que os estudantes possam analisar as formas como ela ocorre, considerando as estruturas que a sustentam. Também destaca como a ciência foi usada para afirmar e disseminar teorias racistas no Brasil e no mundo. Discute as ideias de democracia racial e como elas influenciaram a formação da noção de identidade no imaginário brasileiro, mobilizando a **CGEB2**, a **CGEB9** e as habilidades **EM13CHS502**, **EM13CHS503** e **EM13CHS601**.

Em continuidade à abordagem iniciada na abertura da unidade, as atividades propostas, o texto didático e a imagem de abertura de capítulo propõem uma reflexão sobre desigualdade racial orientada, principalmente, pela análise da realidade brasileira. Durante o trabalho com o capítulo, é importante evidenciar as conexões que existem entre o processo histórico, as formas de preconceito e de discriminação praticadas ao longo do tempo e a perpetuação da desigualdade racial. Solicite aos estudantes que descrevam a cena mostrada na imagem e criem hipóteses explicativas sobre o que pode ter causado a manifestação registrada, que traz em destaque um cartaz sobre o viés racial da violência da polícia. Esse tema será aprofundado em tópico específico, mas é importante que os estudantes identifiquem que a desigualdade racial afeta, de muitas formas, a vida das pessoas pretas no Brasil, a começar pelo acesso a direitos, passando por questões relativas à representatividade e impactando até o número de vítimas de violência estatal.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem o tema do capítulo à necessidade de compreender os processos históricos, culturais, econômicos e sociais que levam aos diferentes tipos de desigualdade, incluindo a racial, para ter meios de buscar soluções de combatê-las. No Brasil, marcado pela diversidade racial e étnica resultante de um processo histórico que se apoiou na escravidão e na subjugação dos africanos escravizados e seus descendentes, é fundamental dar relevância à discussão sobre desigualdade racial. Além disso, ao longo do capítulo, o estudante vai se deparar com temas que evidenciam o racismo estrutural e a persistência de formas de discriminação contra os negros no país, ainda que o racismo e a injúria racial estejam previstos como crime na Constituição de 1988 e que políticas sociais afirmativas, como a oferta de cotas raciais e a criação do Ministério da Igualdade Racial, sejam debatidas e implementadas.
2. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes analisem a imagem e a relacionem com o fato de a sociedade sempre olhar para pessoas negras e pobres como se fossem “bandidos”. Essa visão preconceituosa e discriminatória está baseada em estigmas que vêm se reproduzindo ao longo do tempo e cujas raízes históricas remontam aos processos de escravização e de subalternização de povos africanos, bem como a teorias científicas de cunho racial, principalmente desenvolvidas no século XIX e que serão estudadas na sequência.
3. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes afirmem que todas as vidas importam e que a sociedade erra ao discriminar as pessoas, seja pela cor, pela origem, pela orientação sexual ou de gênero, seja pela situação econômica ou social. Eles devem concluir que o fato de haver muito mais vítimas negras, inclusive como decorrência da ação policial, demonstra a negligência sobre a vida dessa população, inclusive por parte do próprio Estado. Se preferir, retome com os estudantes

o conceito de necropolítica, abordado na unidade 5, para discutir esse tema e refletir sobre como a falta de ação do Estado ou sua reiterada ação enviesada contra pessoas negras pode revelar critérios subjacentes que determinam quem pode viver e quem pode morrer. O lema “Vidas negras importam”, muito comum nos protestos e nas manifestações nas ruas e nas redes sociais, surgiu com a criação do movimento “*Black lives matter*” em 2014, nos Estados Unidos. Esse movimento originou-se como resposta à não punição de um policial pelo assassinato do estadunidense Eric Garner com um golpe conhecido como “mata-leão”. Em 2020, com o assassinato de George Floyd por outro policial, o movimento repercutiu mundialmente. O lema “Vidas negras importam” vem sendo utilizado para denunciar o genocídio negro perpetuado no Brasil.

4. Resposta pessoal. Se julgar oportuno, a fim de criar um espaço de diálogo respeitoso e empático, organize uma roda de conversa para o compartilhamento das experiências dos estudantes. Antes de iniciar a atividade, lembre-os de que o racismo pode se manifestar de formas mais sutis (compiadas, uso de expressões e outras marcas na linguagem, críticas a características corporais ou disseminação de estereótipos) ou mais ostensivas (exclusão social, violência de vários tipos), mobilizando a habilidade **EM13CHS503**. Destaque que, no Brasil, há legislação contra o preconceito e a injúria racial, que podem resultar em prisão para quem cometer esse crime.

Ciência e segregação racial: teorias raciais do século XIX (Página 219)

Ao analisar como a ciência foi usada para criar e divulgar teorias raciais, que contribuíram para a disseminação de atitudes e comportamentos preconceituosos e discriminatórios nas sociedades ao redor do mundo, inclusive no Brasil, os estudantes poderão compreender os processos históricos, sociais e econômicos que alimentaram e ainda sustentam posturas preconceituosas e discriminatórias na sociedade atual, mobilizando as habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS504**.

Em interdisciplinaridade com os componentes da área de Ciências da Natureza, aproveite o momento para discutir a neutralidade científica, problematizando as motivações e os usos dos conhecimentos produzidos no âmbito da ciência. Para isso, mobilize o trabalho com a habilidade **EM13CNT305** e contextualize, ao longo do processo histórico, momentos que marcaram o uso indevido de estudos de eugenia como estratégia para a dominação de povos e culturas, contribuindo para processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos.

A democracia racial: a positividade da mestiçagem (Página 220)

Esse tópico apresenta aos estudantes as ações governamentais e de cientistas brasileiros para favorecer a mestiçagem com o intuito de “branquear” a população do Brasil. Possibilita caracterizar essas ações discriminatórias, que, na época em que foram adotadas, eram tratadas como normais e necessárias para implementar a chamada democracia racial no Brasil.

BOXE REFLEXÃO

Para a realização das atividades propostas nesse boxe, sugere-se que sejam indicados alguns elementos que ajudem a pautar a análise da imagem pelos estudantes. Ainda que o texto ofereça suporte, pois a obra *A redenção de Cam*, de Modesto Broco, fez parte da publicação de João Baptista Lacerda, incentive os

estudantes a descrever e analisar os seguintes elementos: período de produção, cores da pele das pessoas, ocupações das pessoas na tela, postura corporal e expressão facial de cada uma delas, entre outros aspectos que julgar relevantes.

1. Resposta pessoal. Oriente os estudantes a identificar e problematizar os três motivos que culminariam com o branqueamento racial no Brasil. De acordo com João Baptista Lacerda, três motivos orientavam sua tese: haveria uma tendência de “seleção sexual”, segundo a qual os mestiços procurariam se relacionar prioritariamente com pessoas mais brancas, com o objetivo de retornar ao seu “tipo branco puro”; o aumento do número de imigrantes implicaria em maior contingente de pessoas brancas, que ao se reproduzirem com mestiços contribuiriam para o branqueamento racial; e, por fim, os problemas sociais vivenciados pelos negros pós-abolição fariam com que, paulatinamente, essa parcela populacional desaparecesse.
2. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a analisar os pressupostos associados à tese do branqueamento racial, de forma a identificar incoerências em relação ao processo histórico e aos pressupostos raciais da teoria. Os estudantes podem iniciar a reflexão problematizando o pressuposto de Lacerda, que nega a segregação racial de negros pelos portugueses, alegando que os homens brancos buscavam as mulheres escravizadas para serem amantes e que isso demonstraria não existir discriminação. Esse pressuposto ignora a violência desses intercursos sexuais, em geral não livremente consentidos, pois as escravizadas eram tidas como propriedades dos senhores, devendo a eles servir; ignora também o fato de que as amantes ocupavam um lugar não oficial na estrutura familiar e que, portanto, não usufruíam dos direitos e privilégios das esposas, por exemplo. Outro questionamento que pode ser levantado pelos estudantes diz respeito à teoria de Lacerda sobre “seleção sexual”, que imputa razões de cunho estritamente biológico para justificar a escolha do parceiro sexual, ignorando as estruturas de poder e de *status* que orientam socialmente o desejo.

Retratos dos Brasis: formação do imaginário da identidade nacional (Página 221)

Analisar como a questão da inclusão racial foi tratada no imaginário brasileiro é uma maneira de possibilitar ao estudante compreender como a postura adotada no passado influencia a atual visão de que não existe racismo no Brasil. O estudante pode fazer a análise das diferentes linhas de pensamento sobre a questão racial, comparando-as, o que mobiliza as habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS102**. Destaque para a turma que essa construção teórica da democracia racial no país esconde, até hoje, as gritantes diferenças entre as classes sociais e as violências física e simbólica contra os negros: estes, até mesmo quando sofrem ataques racistas, encontram dificuldades para denunciar os agressores, pois ainda se mantém viva a ideia de que não há racismo no Brasil.

Reforço à noção de democracia racial (Página 222)

A análise da obra de pensadores brasileiros, iniciada no tópico anterior e ampliada nesse, permite ao estudante compreender como foi sendo construída a ideia de que indígenas, negros e outros grupos sociais considerados inferiores não resistiram à aculturação imposta pelos europeus. Essa ideia de não resistência vem sendo questionada nas últimas décadas, mas suas

marcas ainda são evidentes na sociedade brasileira, que questiona qualquer movimento que lute por mais igualdade racial e social. Destaque para os estudantes que o país está bem distante de alcançar a tal democracia racial, pois grande parte da população ainda é discriminada, marginalizada e não tem as mesmas oportunidades sociais, econômicas e culturais concedidas às pessoas brancas. É oportuno estimular a reflexão dos estudantes para que apontem que ações podem ser tomadas por eles e por toda a sociedade para reverter esse quadro, mesmo que gradativamente.

BOXE REFLEXÃO

Para o trabalho com as atividades propostas nesse boxe, sugere-se a abordagem interdisciplinar com o componente curricular Matemática, pois a análise do gráfico é fundamental para orientar a compreensão do estudante. Para isso, mobilize o desenvolvimento da habilidade **EM13MAT102** e reforce a importância de analisar o gráfico para compreender todas as informações apresentadas, a começar pelo título, passando pelos dados e pela legenda.

1. De acordo com o texto, pretos e pardos têm menor acesso aos serviços de saúde, algo que está ligado a suas condições sociais e econômicas, o que teria culminado na maior taxa de letalidade do vírus nessa população. Como razões adicionais, os estudantes podem destacar o fato de pessoas pretas e pardas ocuparem, majoritariamente, postos de trabalho que exigem menor escolaridade e que não possibilitaram o afastamento ou *home office*, o que os expôs a maior risco de contrair a doença.
2. Resposta pessoal. A sub-representação de idosos pretos ou pardos com mais de 70 anos de idade também pode ser explicada por seu menor acesso a serviços de saúde, assim como por sua maior participação em trabalhos braçais, que diminuem a qualidade de vida e impactam na diminuição da expectativa de vida dessa população.

Afinal, existe democracia racial no Brasil? (Página 223)

Inicie esse tópico reforçando a pergunta do título e pedindo aos estudantes que a respondam antes de iniciar a leitura do texto. É uma boa oportunidade de eles elaborarem hipóteses a partir de seus conhecimentos prévios e possíveis evidências sobre o tema, mobilizando a habilidade **EM13CHS103**. Ao propor o questionamento, é possível, também, compreender a visão dos estudantes a respeito da democracia racial após já terem estudado o assunto nos tópicos anteriores. Durante a leitura do texto, chame a atenção deles para a expressão “preconceito silencioso” e questione se entenderam o que ela significa. Pergunte, então, se conseguem identificar como o preconceito silencioso se manifesta no cotidiano da sociedade brasileira. No Brasil, há a falsa ideia de que não existe preconceito, mas as práticas discriminatórias estão espalhadas em atitudes veladas, como a denunciada no protesto da abertura do capítulo, que questiona o fato de sempre olharem para pessoas negras como se fossem bandidas. Isso é preconceito silencioso, não declarado, mas que está presente e afeta a vida de negros e pardos.

Se julgar pertinente, comente com os estudantes a pesquisa conduzida pela professora, antropóloga e historiadora brasileira Lilia Moritz Schwarcz (1957-) em 1988, na Universidade de São Paulo (USP), publicada em diversos artigos e livros e comumente presente nas entrevistas dadas pela pesquisadora. A pesquisa foi realizada por ocasião do centenário da abolição da escravidão e conclui a seguinte percepção do brasileiro sobre

o racismo: 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito, mas 98% deles disseram conhecer pessoas preconceituosas. Lília Schwarcz costuma explicar esses dados afirmando que o brasileiro se percebe em uma ilha de democracia racial cercada de racistas por todos os lados.

O livro *Pequeno manual antirracista*, da filósofa brasileira Djamilia Ribeiro (1980-), citado na página, pode ser utilizado como mote para o desenvolvimento de uma atividade complementar ou até mesmo orientar um projeto interdisciplinar na escola. A proposta da obra é, usando um linguajar simples, apresentar estratégias de combate ao racismo estrutural, que podem ser implementadas tanto no âmbito individual e mais reflexivo do estudante quanto nos espaços de convivência coletivos, como escolas, universidades e o ambiente de trabalho. Para isso, entre em contato com coletivos negros do município ou da região e proponha uma parceria com a escola, fomentando o diálogo dos estudantes com a comunidade e ampliando o repertório deles sobre ações de antirracismo que já venham sendo desenvolvidas.

Racismo estrutural (Página 224)

É importante conceituar racismo estrutural para que os estudantes compreendam que se trata do resultado de práticas e costumes que foram adotados ao longo de séculos e que permanecem na sociedade, ainda que as formas de manifestação do racismo venham se tornando menos evidentes com o passar do tempo, especialmente a partir de sua caracterização como crime. Para isso, problematize com os estudantes a própria expressão, evidenciando o uso do termo estrutural. Instigue-os a refletir sobre o que esse termo significa e por qual razão podemos concluir que, no Brasil, a prática sistemática de racismo ao longo dos anos é definida dessa forma. Uma estratégia didática que pode ser adotada é criar um paralelo com a construção de uma casa: o alicerce, as vigas e todos os elementos que estruturam a construção estão lá, ainda que não sejam visíveis aos moradores, e, por estarem presentes, impactam a resistência da construção, a sensação térmica e a forma como os moradores se apropriam do espaço.

No caso do racismo estrutural, ilustre a expressão para os estudantes com alguns exemplos: o fato de certas empresas deixarem de contratar profissionais negros e pardos para cargos de alta gestão por considerarem que eles não são aptos para a função é um exemplo de racismo estrutural; quando uma pessoa negra é tratada de forma diferente em um comércio ou perseguida por funcionários e seguradoras, isso demonstra um tipo de discriminação orientado por estereótipos e estigmas que relacionam a cor da pele e a origem social dessa pessoa à suposta propensão para cometer crimes, como furtos. Reforce para os estudantes que essas e outras práticas discriminatórias em relação às pessoas negras são crimes previstos na legislação brasileira e devem ser denunciados. O conteúdo permite mobilizar a **CGEB7** e a habilidade **EM13CH502**.

Racismo e violência policial (Página 225)

Destaque para os estudantes que, atualmente, a naturalização de práticas racistas por conta dos processos históricos e sociais de formação do Brasil gera reflexos na vida de milhares de brasileiros. Negros e pardos são vítimas de ações violentas por parte de agentes de polícia em todos os estados brasileiros. Estimule a reflexão sobre esse tema para que os estudantes percebam que o preconceito silencioso se manifesta através desses policiais, que olham para as pessoas negras como se elas fossem bandidas, como se estivessem devendo algo, e isso justificaria a frequência e a forma das abordagens policiais. O tema possibilita mobilizar a habilidade **EM13CH503**.

Sugere-se especial cuidado ao trabalhar com essa temática, pois os estudantes devem compreender que os agentes policiais não são, individualmente, responsáveis por abordagens com viés racial. Ainda que as ações possam ser analisadas individualmente e, inclusive, julgadas a partir do âmbito das responsabilidades civil e penal, esses agentes do Estado são, como todos os brasileiros, alimentados por uma lógica que invisibiliza o racismo. Portanto, eles não estão necessariamente conscientes de quanto sua abordagem está enviesada por estereótipos raciais.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

O boxe mobiliza o trabalho com o tema contemporâneo transversal Educação em direitos humanos, pois as forças policiais, como agentes do Estado, deveriam agir de acordo com a legislação vigente, pautada por valores que orientam as instituições da Polícia Militar e da Polícia Civil e pelos valores definidos na Constituição de 1988, que prega a igualdade de raça e de gênero, além da proibição da tortura ou do tratamento desumano ou degradante.

1. Porque a organização discorda da tese de legítima defesa em virtude de o adolescente estar desarmado e dentro de casa. Além disso, a Anistia Internacional questiona a possível coação do adolescente que testemunhou o crime e que foi obrigado a carregar o corpo do adolescente João Pedro Mattos Cunha, o qual apareceu apenas 17 horas depois do ocorrido. A Anistia Internacional critica ainda a celeridade do inquérito e do julgamento, que pode ter contribuído para a impunidade dos policiais acusados pelo crime.
2. O caso confirma as estatísticas porque João Pedro era homem, negro e tinha apenas 14 anos, confirmando os dados do 18º Anuário expostos no infográfico. Revela um viés racista e estereotipado, que relaciona pessoas pobres e pretas à criminalidade.
3. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a buscar o posicionamento da corporação em boletins e comunicados oficiais para que tenham acesso à visão formal sobre o caso. Espere-se que, ao fazerem suas pesquisas, eles verifiquem que as respostas dos comandos dos policiamentos, em geral, justificam as ações. É importante, no entanto, que as pesquisas ofereçam informações para reflexão e problematização.

A resistência do movimento negro (Página 226)

O tema retoma o processo histórico e social que levou diversos grupos a resistir contra a discriminação racial em diferentes épocas, sociedades e contextos. Destaque para os estudantes que, ao focar a análise no Brasil, o texto possibilita a reflexão sobre as ações de resistência desde a criação dos quilombos pelos negros escravizados até as manifestações atuais contra a discriminação racial, o que permite mobilizar as habilidades **EM13CH5601** e **EM13CH5605**. Enfatize a relevância da imprensa negra para disseminar ideias contra o racismo e a discriminação, ao denunciar casos e oferecer subsídios de reflexão para a população.

As conquistas do movimento negro (Página 227)

Ao abordar as conquistas obtidas pelo movimento negro, destaque para os estudantes que diversas transformações ocorreram e outras estão em curso por conta desse trabalho coletivo, em que o indivíduo se integra a um grupo formado por pessoas que defendem a igualdade e o respeito, mobilizando a **CGEB1** e a **CGEB9**.

Atividades (Páginas 228 e 229)

1. a) Democracia racial é um conceito utilizado para explicar uma pretensa harmonia entre as raças no Brasil, que seria possível evidenciar pelo contato sexual inter-racial, origem da miscigenação.
b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam que as relações inter-raciais estavam orientadas por uma estrutura de poder e de dominação que não era pacificadora. Ao contrário, estavam baseadas na compreensão sobre a propriedade do corpo do escravizado e da escravizada, o que, em geral, repercutia em relações inter-raciais sem livre consentimento, com violência e crueldade, evidências contrárias ao argumento da origem pacificadora da miscigenação.
c) Resposta pessoal. Incentive os estudantes a se posicionar criticamente em relação ao tema, reunindo dados e informações que embasem seus argumentos.
d) Resposta pessoal. É importante que os estudantes analisem os avanços e as melhorias observados a partir da pressão exercida pelo movimento negro sobre o Estado, para a criação de políticas públicas e leis afirmativas. Em contrapartida, é importante também que os estudantes identifiquem os pontos que ainda precisam ser aprimorados para a real integração do negro na sociedade brasileira, seja via ajuste de políticas públicas e leis afirmativas, seja ampliando as formas de educação antirracista.
2. Alternativa **a**.
3. a) Oriente os estudantes a retomar os dados apresentados no capítulo, escrevendo-os no caderno. Em seguida, faça o levantamento desses dados na lousa e, se julgar necessário, peça a eles que os complementem com pesquisas.
b) Respostas pessoais. É muito importante que os estudantes identifiquem a abordagem policial com viés racial como reflexo do racismo estrutural, evitando, portanto, responsabilizar diretamente o agente do Estado que a pratica, pois ele também é formado historicamente e culturalmente por referências que promovem estruturas e visões racistas. Incentive-os a construir hipóteses para a superação do viés racial na abordagem policial.
c) Respostas pessoais. Os estudantes devem analisar que nomes diferentes se referem a processos diferentes. A noção de racismo estrutural visa chamar a atenção para uma forma de racismo tão enraizada e naturalizada que passamos a questionar se ela é mesmo real ou não, porque está intrinsecamente imbricada na estrutura social (nas piadas, na construção de estereótipos, na sub-representação na política e nos espaços de lazer e entretenimento, na ocupação de cargos e funções subalternas no mercado de trabalho).
4. Alternativa **d**.
5. Alternativa **b**.
6. Alternativa **a**.
7. Alternativa **e**.

Ampliando (Páginas 230 e 231)

Ao iniciar o trabalho com a seção, peça aos estudantes que leiam os dados sobre feminicídio no Brasil e comparem o número de mortes de mulheres negras com o de mortes de mulheres não negras. Ao mobilizar a habilidade **EM13CH5503**, destaque que os dados da tabela refletem, em grande parte, questões sociais complexas, como a discriminação de pessoas negras, a falta de segurança pública voltada para atender de forma digna

essa grande parcela da população, atendimento adequado nos órgãos policiais e medidas ágeis por parte da Justiça e demais autoridades. Se considerar oportuno, para ampliar a reflexão, pergunte aos estudantes se eles acreditam que a demora em punir os criminosos contribui para que outros cometam as mesmas barbaridades contra as mulheres. Deixe-os falar e oriente-os se o debate fugir do tema ou se tornar ofensivo. Destaque para a turma que as mulheres negras, a fim de ampliar sua força de luta contra o feminicídio e a discriminação, se organizaram em movimentos que combatem esse crime e todas as ações discriminatórias ainda vigentes na sociedade.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Porque faz referência à data do primeiro encontro da Rede Afro. É a partir dessa data que são debatidas, de forma ampla, as questões relacionadas às mulheres negras e são definidas estratégias, formas de resistência e de combate à discriminação de gênero.
2. Porque não estavam conseguindo ser escutadas pelos próprios companheiros de luta em relação a suas reivindicações e porque a questão de gênero não era debatida. Além disso, no movimento feminista, a perspectiva racial não era considerada. A organização de um movimento separado proporcionou a elas uma oportunidade de sair da invisibilidade e colocar suas pautas em debate.
3. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a refletir sobre os mecanismos que estruturam e promovem a manutenção do sistema de poder ao longo do tempo.

Estúdio do pensamento social (Páginas 232 e 233)

Peça aos estudantes que leiam o texto e reflitam sobre a importância de os estudiosos pensarem e escreverem a respeito da desigualdade racial. Destaque para a turma que o autor do texto, Florestan Fernandes, trata o tema como uma questão de diferença entre classes sociais no Brasil, o que possibilita aos estudantes refletir sobre isso e mobiliza a **CGEB7**.

PARA CONCLUIR

1. Segundo a perspectiva do autor, não houve integração do negro, pois ele não foi equiparado ao trabalhador assalariado branco. É importante que os estudantes descrevam as condições precárias que evidenciam a não integração do negro na sociedade de classes. Se preferir, destaque o trecho do texto em que esse aspecto fica bem marcado: “Sem as garantias de reparações materiais e morais escrupulosas, justas e eficazes, a Abolição equivalia – nas zonas de vitalidade da lavoura cafeeira – a condená-lo à eliminação no mercado competitivo de trabalho ou, no mínimo, ao aviltamento de sua condição, como agente potencial de trabalho livre”.
2. Respostas pessoais. O trabalho com essa atividade exige certo cuidado para evitar reforçar estereótipos negativos sobre os negros. Para isso, é importante esclarecer aos estudantes que as conclusões de Florestan Fernandes resultam de um extenso trabalho de pesquisa e de condução de entrevistas e que, portanto, não expressam um simples achismo ou uma visão subjetiva da realidade. Além disso, é importante salientar que não se trata de uma visão determinista que afirma o crime e o vício como os únicos caminhos para os negros, pois essa análise é resultado da forma como eles eram negligenciados e, portanto, relegados a segundo plano, não sendo, muitas vezes, considerados aptos

a determinados trabalhos, justamente pela configuração das relações de *status* e poder que orientavam a sociedade pós-abolição.

3. Resposta pessoal. Se os estudantes tiverem dificuldade para encontrar a informação sobre a diferença salarial, oriente-os a retomar a legenda da imagem. Nesse caso, reforce com eles os procedimentos necessários à análise de imagens, orientando-os a extrair da legenda informações que ajudem a compreender o que está exposto e como a imagem apresentada na página constituiu ponto fundamental do argumento textual. As imagens não têm, necessariamente, caráter ilustrativo; devem ser analisadas e interpretadas à luz do texto didático. No que se refere à pergunta proposta na atividade, os estudantes devem concluir que a diferença salarial entre brancos e negros ou pardos é resultado de uma exclusão histórica, que revela o racismo estrutural e reflete a não integração efetiva do negro na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 12 JUSTIÇA SOCIAL

(Página 234)

O objetivo desse capítulo é fomentar discussões sobre o combate às desigualdades por meio da justiça social, tanto do ponto de vista conceitual quanto a partir da análise das estratégias de justiça social atuais por meio da criação de políticas públicas. Para isso, a discussão tem início com a apresentação de algumas concepções de justiça propostas por pensadores como Aristóteles, Thomas Hobbes e Kant. São debatidas diversas questões relacionadas à justiça e aos direitos, que podem envolver diferentes opiniões. Por isso, durante o estudo do capítulo, é importante criar um espaço de debate com foco na construção de argumentos baseados em dados e fontes confiáveis.

As diferentes concepções de justiça trabalhadas nesse capítulo dão subsídios teóricos aos estudantes para que eles valorizem conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo social, compreendam a realidade, desenvolvam o pensamento crítico, argumentem com base em fontes confiáveis e ajam de modo autônomo, com resiliência e flexibilidade, de forma responsável e ética, baseados nos direitos humanos e em princípios democráticos, justos e solidários, trabalhando, assim, a **CGEB1**, a **CGEB2**, a **CGEB7**, a **CGEB9** e a **CGEB10**. Mobiliza ainda as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS502** e **EM13CHS605**.

Para iniciar o estudo do capítulo, peça aos estudantes que observem a imagem. Solicite a eles que descrevam os elementos presentes nela e, antes de ler a legenda, levantem hipóteses acerca do que está sendo representado. Depois, discuta as questões com os estudantes e aproveite a oportunidade para registrar suas primeiras impressões sobre os temas que serão trabalhados.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Estimule os estudantes a compartilhar seus sentimentos sobre a cena, sejam de aprovação, sejam de crítica. Para que os sentimentos de todos sejam respeitados, é importante favorecer um ambiente de escuta ativa e interessada.
2. Resposta pessoal. É importante que os estudantes reflitam sobre a pressão que organizações da sociedade civil e movimentos sociais exercem para que haja transformações e para que a justiça social esteja mais próxima de ser realizada em sua plenitude.

3. Resposta pessoal. O objetivo dessa questão é iniciar os debates sobre a justiça, fazendo as associações e as dissociações necessárias entre justiça e lei, entre justiça e direitos.

As diversas concepções de justiça (Páginas 235 e 236)

Após a leitura do texto, peça aos estudantes que falem sobre o que compreendem como “justo” e se a visão deles corresponde ao que está descrito no livro, o que possibilita mobilizar a habilidade **EM13CHS501**. A questão ética está vinculada à noção de justiça, e ser ético é atuar de acordo com a justiça. A habilidade **EM13CHS103** será mobilizada a partir do momento em que os estudantes reflitam sobre o que é ser justo e elaborem hipóteses e argumentos para expor seus posicionamentos sobre o tema. Amplie a discussão contextualizando a justiça e as leis como elementos que fazem parte das diversas produções culturais de diferentes povos. O capítulo se detém nos exemplos de sociedades que têm escrita, mas vale observar que as sociedades que não desenvolveram um sistema escrito também têm modos de regular as ações individuais e os parâmetros relacionados à justiça. O objetivo dessa introdução é evidenciar o caráter histórico e o caráter cultural das concepções de justiça nas Ciências Humanas, para que os estudantes não se satisfaçam com definições que se pretendem universalmente válidas.

Ao trabalhar as concepções de justiça de Aristóteles e Thomas Hobbes, é importante ressaltar as diferentes relações estabelecidas pelos autores entre os elementos igualdade, justiça e Estado. Dependendo do repertório dos estudantes sobre o momento histórico em que cada autor vivia, pode ser relevante mencionar algumas informações que contextualizem suas produções teóricas.

BOXE INTERAÇÃO (Página 236)

1. É importante que os estudantes identifiquem que o texto teórico se refere à justiça como conceito e consigam diferenciá-la do poder institucional chamado Justiça, que tem diversas instituições operativas que concretizam julgamentos e são responsáveis pela aplicação das leis. Todo ordenamento jurídico parte de um conceito específico de justiça e é modificado de acordo com as novas concepções que entram em vigor.
2. Resposta pessoal. Aristóteles viveu sob a democracia aristocrática ateniense, e Hobbes, sob o absolutismo inglês. É importante retomar a especificidade da democracia grega, que excluía escravos, mulheres e pobres da participação política. A resposta sobre a influência das formas de governo na implementação da justiça é pessoal, mas espera-se que os estudantes levem em consideração a questão da presença ou da ausência da população nas decisões e na composição das leis, e que leis pensadas por poucas pessoas podem não representar as necessidades da população como um todo. Explique a eles que as concepções de justiça podem mudar ao longo do tempo.

A concepção de Kant (Página 237)

A concepção de Kant é essencial para estabelecer a distinção entre o senso comum sobre liberdade e sua especificidade para esse pensador, ligada à capacidade racional dos seres humanos. É importante situá-lo no espaço e no tempo (ele nasceu na Prússia e viveu entre 1724 e 1804), bem como verificar as questões sociais e territoriais que estavam presentes nesse contexto. O pressuposto de Kant expressa que o freio moral das liberdades se situa justamente no reconhecimento da dignidade humana

de si mesmo e do outro. Essa ideia foi muito importante para o combate ao racismo de sua época e, atualmente, pode ser utilizada como ferramenta para combater preconceitos.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

1. O objetivo da atividade é que os estudantes exercitem os argumentos dos autores estudados, usando a criatividade e transpondo-os para o contexto brasileiro. É importante solicitar aos estudantes que estudem mais aspectos dos autores que vão representar, para que se familiarizem com a teoria e o contexto social dos filósofos. O representante da população também deve estudar mais profundamente o contexto de sua reivindicação. O mediador precisa ter clareza em relação à sua função, que é de organizar os tempos de exposição e tecer comentários sobre a pertinência da colocação dos argumentos, considerando o perfil que cada debatedor representa. Também é muito importante enfatizar os limites da liberdade de criação: ao se tratar da liberdade religiosa, por exemplo, vale lembrar que Aristóteles defendia a convivência entre povos com costumes distintos, enquanto Hobbes, defensor do absolutismo inglês, fundamentado na monarquia e na legitimação da Igreja em relação aos monarcas, se posicionaria favorável ao domínio da Igreja católica em relação às demais religiões. A atividade permite desenvolver a **CGEB7** e alguns aspectos da **CGEB3**, além de mobilizar o trabalho com o tema contemporâneo transversal Educação em direitos humanos.

Reflexões contemporâneas sobre justiça social (Página 238)

A justiça social pode ser definida como um conjunto de ações que garantam oportunidades iguais para todos os indivíduos, com o objetivo de eliminar desigualdades construídas ao longo do tempo. A discussão sobre justiça social é feita com base nas ideias do filósofo John Rawls, que propõe bases para o desenvolvimento de uma justiça distributiva baseada na distribuição equitativa de renda por meio da cooperação social. Em seguida, são apresentadas as ideias de Nancy Fraser em relação à justiça social.

Representatividade política e justiça social (Página 239)

Nancy Fraser articula as dimensões do reconhecimento, da redistribuição e da representatividade política. Para Fraser, o reconhecimento de uma demanda específica de um grupo minorizado é um dever ético e uma reparação histórica em relação às desigualdades a que foi submetido. A autora considera, ainda, a representatividade política como um aspecto fundamental para a concretização da justiça social. Segundo Fraser, o direito pode tanto garantir a proteção dos vulneráveis como reproduzir situações de exclusão. Portanto, a luta social e, consequentemente, a representatividade política são imprescindíveis para a busca pela justiça social.

BOXE REFLEXÃO

1. O texto aborda a baixa representatividade das mulheres na política. De acordo com as ideias de Fraser, a busca pela justiça social deve incluir a representatividade política, além do reconhecimento das demandas das minorias e da redistribuição de renda.

2. Resposta pessoal. Retome com os estudantes as discussões sobre o passado paternalista da sociedade brasileira, realizadas em capítulos anteriores, para mostrar que parte dos processos de exclusão criados há séculos ainda persiste na atualidade. Destaque para a turma que, apesar de já existirem leis que beneficiem as mulheres que queiram

fazer parte da vida política do Brasil, na prática elas continuam a ser preteridas desde o processo de escolha de candidatos aos cargos.

3. Incentive os estudantes a pensar em medidas que ampliem a quantidade de mulheres em cargos públicos. Eles podem citar desde políticas públicas que melhorem as condições de vida da população de modo geral até políticas para estabelecer meios e condições de igualdade entre homens e mulheres, para que elas tenham as mesmas oportunidades que eles. A atividade permite desenvolver aspectos das habilidades **EM13CH5502** e **EM13CH5601**.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Para ampliar a reflexão sobre representatividade feminina na política, solicite aos estudantes que, em trios, realizem um levantamento de dados, preenchendo as seguintes informações no caderno:

- Quantidade atual de vereadoras no município.
- Quantidade atual de deputadas estaduais na Assembleia Legislativa do estado onde está situada a escola.
- Quantidade atual de mulheres eleitas como deputadas federais e atuando na Câmara Federal.
- Quantidade atual de mulheres eleitas prefeitas, governadoras e presidenta no Brasil.

A partir desses dados, solicite aos estudantes que produzam gráficos e tabelas para sintetizar as informações. Em seguida, o trio deve redigir um texto respondendo à questão: Como é a representatividade feminina em cargos políticos no Brasil?

A gente não quer só comida: a gente quer moradia e renda familiar! (Página 240)

Após aprender mais sobre o conceito de justiça social, os estudantes terão a oportunidade de ampliar sua reflexão sobre o tema e pensar em como essa justiça pode ser aplicada na prática. A análise será feita a partir do direito à moradia e à renda familiar, previsto na Constituição brasileira de 1988. Destaque para a turma os direitos sociais básicos previstos na Carta Magna e, se considerar oportuno, questione os estudantes se eles têm acesso a todos esses direitos. Incentive-os a analisar criticamente a importância de garantir o acesso a tais direitos para assegurar que todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país tenham qualidade de vida e dignidade.

Outra discussão que será mobilizada no capítulo para ilustrar formas de concretizar a justiça social se dará a partir da reflexão sobre o etarismo e o capacitismo. Nesse item, aproveite para sugerir aos estudantes que revisem suas noções sobre jovem, idoso, pessoa com deficiência e pessoa sem deficiência, pois as formas de discriminação baseadas na idade e na deficiência partem de visões do mundo que classificam as pessoas ("novas", "velhas", "normais" e outros adjetivos) e relegam a elas tratamentos desiguais baseados em estereótipos socialmente construídos. Portanto, a emergência de uma sociedade inclusiva passa, necessariamente, pela revisão dessas classificações.

BOXE INTERAÇÃO

1. a) A maioria da população, 95%, está concentrada no grupo 4, com a menor renda média mensal. Problematize com os estudantes a grande disparidade de renda, solicitando a eles que identifiquem possíveis razões para explicar os índices aviltantes de concentração de renda no Brasil, entre os quais

podem ser citados: desigualdades históricas; ausência ou pouca tributação sobre grandes fortunas; desigualdade no acesso à educação; salários baixos.

b) Resposta pessoal. Incentive os estudantes a retomar conhecimentos que possam auxiliá-los a refletir sobre a questão, como a noção de poder em Norberto Bobbio e a teoria dos capitais em Pierre Bourdieu.

c) Resposta pessoal. Os estudantes devem concluir que a justiça social está atrelada à igualdade e à isonomia e, portanto, a alta concentração de renda é um mecanismo que perpetua as diferenças e as desigualdades.

Justiça social e inclusão: antietarismo e anticapacitismo (Página 241)

O tema amplia a discussão sobre justiça social ao abordar a questão da exclusão em relação aos idosos e às pessoas com deficiência. O objetivo é fomentar a reflexão do estudante sobre medidas e ações que ele pode tomar individualmente ou enquanto parte de um grupo social para combater o etarismo e o capacitismo e promover, de forma igualitária e justa, a inclusão de todas as pessoas.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

Ao problematizar a presença e a representatividade de pessoas com deficiência em espaços públicos e os mecanismos de inclusão e anticapacitistas, as atividades propostas permitem o trabalho com o tema contemporâneo transversal Diversidade cultural, pois propõem a discussão sobre a variabilidade de corpos, de experiências e de vidas, favorecendo o reconhecimento sobre a importância da diversidade cultural.

1. Respostas pessoais. Incentive os estudantes a compartilhar suas experiências, refletindo sobre a presença de pessoas com deficiência nos espaços públicos.
2. Resposta pessoal. Se preferir, proponha a leitura coletiva do texto, garantindo que os estudantes consigam identificar o que são falas e atitudes capacitistas para então responder adequadamente à atividade.
3. Resposta pessoal. Incentive o engajamento dos estudantes na pesquisa e, posteriormente, na avaliação sobre a efetividade das ações anticapacitistas encontradas.

Atividades (Páginas 242 e 243)

1. a) A balança representa a ponderação em relação à ação e à pena, equilibrando e encontrando a justa correspondência. A venda nos olhos representa a imparcialidade da justiça e seu isolamento em relação às pressões externas, sendo guiada pela razão e pela sabedoria.
b) Resposta pessoal. Entre os diferentes questionamentos que possam surgir, é importante considerar a imparcialidade da justiça em um contexto desigual em que alguns grupos julgam e outros são julgados. Os estudantes também podem questionar o poder efetivo da justiça diante das pressões econômicas e de outras forças que agem em sentido contrário. É importante verificar, seja qual for o posicionamento do estudante, a apropriação dos limites e das possibilidades da justiça como ideal e da justiça como prática. Se julgar interessante, comente que, por vezes, estudos nas áreas do Direito e da Sociologia utilizam a imagem da justiça sem vendas para representar a justiça social, uma adaptação que considera a necessidade de a justiça promover a equidade, e não apenas a igualdade.
2. Sugira algumas referências de pesquisa caso os estudantes tenham dificuldade em saber por onde começar. Diversos materiais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade

Racial (Seppir) e do Ministério da Educação podem ser utilizados como referência para a justificação das cotas, assim como materiais produzidos por movimentos sociais que as reivindicam. Argumentações contrárias podem ser encontradas em jornais, revistas e na internet. O tema pode ser controverso para alguns estudantes. Explique a eles que o exercício não é a elaboração de defesa de uma posição, mas verificar a assimilação dos argumentos dos autores em relação ao caso específico das ações afirmativas, tornando os estudantes aptos a analisar diferentes pontos de vista e a formar a própria opinião. Desse modo, a atividade permite desenvolver a **CGEB7**.

3. Alternativa **b**.
4. Produção de texto. Incentive os estudantes a identificar os mecanismos que perpetuam a desigualdade racial, de forma a propor alternativas para sua superação no ambiente escolar.
5. Resposta pessoal. Incentive os estudantes a discutir sobre a relação entre direitos, privilégios e *status* social. Ao longo do volume, vêm sendo oferecidos subsídios que auxiliam na compreensão da história em quadrinhos.
6. Alternativa **a**.

Estúdio do pensamento social (Páginas 244 e 245)

O tema do etarismo é abordado pela autora de modo a ressignificar a questão da velhice e a combater preconceitos etaristas. Guita Debert mostra, em suas obras, que as pessoas estão vivendo mais e adotando práticas mais saudáveis e que é necessário um debate público para rever a ideia que a sociedade tem sobre a velhice.

PARA CONCLUIR

1. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante reconheça que o crescimento da população idosa no Brasil interfere nos debates sociais, já que os idosos estão cada vez mais presentes na vida e no debate públicos, fazendo com que suas necessidades e potencialidades sejam consideradas. Esse contexto traz à tona a necessidade de transformar as concepções tradicionais de velhice, que, muitas vezes, são associadas à dependência e ao declínio.
2. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante compreenda a emergência do idoso como um novo ator político na medida em que essa população participa ativamente da sociedade e, para isso, reivindica uma nova perspectiva sobre sua condição e as representações a respeito da velhice.
3. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante confronte os estereótipos negativos sobre a velhice, que estão calcados em representações que a opõem à juventude, considerada sinônimo de vitalidade, protagonismo e iniciativa. Para isso, incentive o compartilhamento de pontos de vista que valorizam os idosos e suas experiências a partir do que elas são, e não em relação (seja de complementariedade ou de oposição) a outras etapas etárias da vida.

Práticas de texto (Páginas 246 e 247)

Nessa seção, será proposta a análise de um tipo de texto normativo: o estatuto. Posteriormente, a turma se engajará na elaboração de um Estatuto da Comunidade Escolar. É importante ter clareza de que essa não é uma atividade a ser realizada em apenas uma aula. A elaboração do estatuto pela turma é uma atividade que poderá demorar e necessita do envolvimento do professor. A proposta é que os estudantes elaborem um texto normativo em benefício de toda a comunidade escolar, de forma democrática, com abertura ao diálogo e à participação de todos

os que serão afetados pelo estatuto. Para alcançar esse objetivo, está prevista na seção a consulta à comunidade escolar e a estudantes, a professores e a funcionários de outras escolas por meio das redes sociais, a fim de construir um estatuto que represente as demandas da comunidade. A proposta permite desenvolver aspectos da **CGEB1**, da **CGEB4** e da **CGEB5**.

Para pautar a realização da consulta pública, peça aos estudantes que conversem com seus familiares sobre a participação em consultas que sejam relativas à comunidade ou à atuação profissional. Se houver na turma estudantes que morem ou já tenham vivido em condomínios (horizontais ou verticais), é possível que seus familiares tenham participado de consultas sobre regras e alterações na estrutura que organiza a convivência coletiva. No âmbito do trabalho, além das assembleias promovidas por sindicatos, algumas empresas adotam um sistema de consulta sobre compensação de horas para emendas de feriado ou aplicação de acordos coletivos. Na unidade 4, os estudantes tiveram contato com o tema que aborda a atuação dos conselhos e a importância dos estatutos. Se preferir, retome essas páginas para que eles relembrem esses conhecimentos, enfatizando que os conselhos são instâncias fundamentais para organizar consultas públicas em âmbitos local, regional, estadual e federal.

Em relação à estrutura dos textos normativos, auxilie os estudantes a perceber que os conteúdos gerais são apresentados antes dos conteúdos específicos. Em relação ao estudo e às apresentações dos seminários sobre os estatutos brasileiros, atente-se para que cada grupo fique responsável por apresentar um dos sete estatutos sugeridos. Eles estão disponíveis em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/estatutos>. Acesso em: 23 ago. 2024. Oriente os estudantes a ler atentamente o estatuto que será apresentado pelo grupo, observando o que é abordado e como ele é estruturado. Chame a atenção deles para a linguagem empregada - formal, objetiva e impessoal -, evitando dar margem a diferentes interpretações do texto. É importante que os estudantes percebam que a elaboração de textos normativos é fruto de debates e de conflitos de interesses e poderes. Oriente-os a fazer anotações que possam ser retomadas no momento da produção textual. A atividade também desenvolve as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS106**, **EM13CHS403**, **EM13CHS502**, **EM13CHS503** e **EM13CHS605**. Além disso, são mobilizadas competências e habilidades da área de Linguagens e suas Tecnologias, das quais destacam-se as habilidades **EM13LGG703**, **EM13LGG704**, **EM13LP26** e **EM13LP27**.

Ressalte aos estudantes que o estatuto deve estar disponível a todos os membros da comunidade escolar para que, de fato, seja considerado por eles e influencie positivamente suas ações. Destaque a importância do envolvimento da comunidade escolar na elaboração do estatuto para que o documento represente as demandas da coletividade e seja aceito por ela.

Práticas de pesquisa (Páginas 248 e 249)

Essa seção propõe uma prática de pesquisa baseada na valorização de práticas profissionais, na mobilização de diferentes linguagens e na utilização de tecnologias digitais para a divulgação, o que propicia o trabalho com a **CGEB2**, a **CGEB3**, a **CGEB4**, a **CGEB5** e a **CGEB9**, e as habilidades **EM13CHS502**, **EM13LP44**, **EM13LP45**, **EM13LGG102**, **EM13LGG502** e **EM13LGG701**.

■ **Entrevista:** técnica de coleta de dados que possibilita acesso a informações objetivas e subjetivas, a depender dos objetivos de pesquisa. As entrevistas podem se orientar por roteiros previamente definidos ou explorar questões abertas, que serão abordadas contextualmente a partir da interação com o interlocutor.

Os estudantes vão realizar entrevistas para obter dados e informações sobre o trabalho doméstico, seja ele realizado de maneira formal (empregadas domésticas), seja informal (mulheres em geral que cuidam de afazeres domésticos mesmo quando já têm emprego). Também vão refletir sobre a representação da sociedade em relação às mulheres que se dedicam a trabalhos domésticos. É oportuno conversar antes com os estudantes para que eles planejem as etapas das entrevistas, discutam sobre possíveis perguntas e definam como cada integrante participará. Também é preciso orientá-los sobre como as entrevistas devem ser registradas para posteriores análise e extração de informações e sobre como devem apresentar os resultados.

Sugestões para o professor

» **DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.**

É um livro para quem quer estudar o racismo e a supremacia branca de uma forma que não é abordada no cotidiano. Com fatos, estatísticas, relatos e citações embasados, somos levados a enxergar a verdadeira situação dos afro-americanos desde a luta pela abolição da escravidão até a década de 1970.

» **ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.**

O que sabemos sobre outras pessoas e como formamos a imagem que temos de cada povo? Nossa visão é moldada pelas histórias que ouvimos, e quanto mais variadas forem essas histórias, mais completa será nossa compreensão. Foi com essa ideia - a importância de buscar várias fontes de conhecimento e de ser cuidadoso ao ouvir apenas uma versão - que a autora desenvolveu sua palestra, que virou livro.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Organize os estudantes em grupos e distribua textos para leitura e análise. A seleção de textos pode incluir temas como a formação da identidade nacional e o papel da miscigenação, racismo estrutural, educação antirracista, práticas de exclusão e discriminação racial, entre outros que julgar relevantes.

Após a leitura, promova um debate em que cada grupo apresente uma síntese crítica das principais ideias dos textos lidos, refletindo sobre os seguintes pontos:

- **Racismo institucional e estrutural:** Como as instituições no Brasil reproduzem as desigualdades raciais?
- **O papel da ciência na justificção de desigualdades:** Qual foi o impacto das teorias raciais no Brasil e no mundo?
- **Resistência e movimentos sociais:** Como os movimentos negros no Brasil, como o Movimento Negro Unificado, têm lutado contra o racismo e a desigualdade racial?
- **Formação da identidade nacional:** Como a identidade nacional foi construída no Brasil? Qual é o papel da democracia nesse processo?

Para concluir, os estudantes podem criar um projeto multimídia que inclua:

- **Podcast** com entrevistas de representantes de movimentos sociais ou especialistas em desigualdade racial.
- Videodocumentário sobre a história do racismo no Brasil e os movimentos de resistência.
- Exposição de arte com obras que representem a luta contra a discriminação racial, com um texto curatorial explicativo sobre o papel da arte na resistência.

Essa atividade oferece uma abordagem diversificada para explorar o tema da desigualdade racial e da justiça social, estimulando o desenvolvimento de uma visão crítica e participativa.

ABERTURA DE UNIDADE

(Páginas 254 e 255)

Nesta unidade, os estudantes serão convidados a refletir sobre os desafios da sociedade contemporânea, na qual as relações sociais, pessoais e de trabalho são impactadas pela tecnologia e pelos valores associados à modernidade e à pós-modernidade. Para isso, no capítulo 13, os estudantes serão apresentados às noções de modernidade, pós-modernidade, modernidade tardia e modernidade líquida. É importante que os estudantes sejam incentivados a refletir sobre as diferentes concepções, compreendendo-as inseridas no contexto teórico-conceitual de cada pensador. Reforce que não existe uma noção certa em detrimento de todas as outras que seriam erradas, pois os dissensos e os debates constituem parte importante do fazer científico e da construção do conhecimento em Ciências Sociais.

No capítulo 14, o foco de análise será uma categoria sociológica fundamental, o trabalho. Ao longo da abordagem, os estudantes serão motivados a discutir sobre os diferentes sentidos (histórico, filosófico, sociológico) atribuídos a essa categoria. Para isso, tomarão contato com perspectivas clássicas e contemporâneas que pautarão o desenvolvimento de habilidades e a compreensão da problemática relacionada ao mundo do trabalho. Em um cenário de crescente instabilidade nas relações trabalhistas, a flexibilidade e a adaptabilidade são colocadas como essenciais, e estão exemplificadas, no capítulo 14, pela uberização do trabalho e pela fragilidade dos vínculos empregatícios. Sempre que possível, é interessante motivar os estudantes a refletir sobre o impacto desse cenário na inserção deles no mundo do trabalho, porque as transformações estão em curso o tempo todo. Nesse sentido, incentive-os a criar hipóteses sobre o reflexo dessas transformações em suas carreiras e como isso impacta as trajetórias pessoais e os projetos de vida.

A imagem da abertura da unidade, que apresenta aos estudantes a obra *A nobreza do tempo*, de Salvador Dalí, permite diferentes caminhos didáticos. É possível estabelecer uma análise interdisciplinar que envolva conhecimentos de Arte, de modo que os estudantes compreendam a relação entre o movimento artístico surrealista e a crítica à racionalidade e à dominação burguesa, marcas da modernidade e evidenciadas no relógio derretendo, como uma representação da fluidez do tempo. A análise da obra permite também uma reflexão crítica sobre os valores que orientam as sociedades ao longo do tempo, e como as transformações histórico-culturais e sociais impactam as relações sociais e a construção de identidades coletivas e individuais. Essa reflexão crítica é crucial para que os estudantes compreendam a si mesmos como indivíduos e parte de uma coletividade em constante mudança.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam que a imagem mostra um relógio derretido, desafiando a rigidez típica do tempo. Elementos como o formato distorcido do relógio e seu derretimento são cruciais para a leitura da obra. O artista Salvador Dalí parece querer comunicar a natureza fluida e incontrolável do tempo, sugerindo que essa categoria é mais subjetiva do que se supõe.
2. Respostas pessoais. Estimule os estudantes a falar sobre as atitudes que podem tomar para fortalecer os laços sociais. Caso foquem em destacar os problemas que levam as pessoas ao distanciamento social, oriente o grupo a retomar o tema da questão com novas perguntas: “Você dedica tempo

aos seus amigos?”; “Pessoalmente você expõe suas ideias para as pessoas próximas da mesma forma que faz por meio das redes sociais?”; “Você se sente parte de algum grupo? Já participou de atividades conjuntas?”. Essas questões anteciparão discussões que surgirão no trabalho com as relações sociais no mundo pós-moderno.

3. Resposta pessoal. O relógio derretido representa o tempo escapando ao controle da classe trabalhadora, que enfrenta a pressão de uma rotina rígida e cansativa. Essa imagem sugere uma reflexão sobre a fluidez do tempo, conectando-se com a realidade de jornadas longas e a busca pelo equilíbrio entre vida pessoal e trabalho. Esse debate permitirá trabalhar as noções de classe social, luta de classes e direitos, mostrando que reivindicações podem e devem ser feitas coletivamente, o que antecipará, mesmo que tangencialmente, os conteúdos desenvolvidos nesta unidade.
4. Respostas pessoais. Entregadores de aplicativos geralmente são considerados autônomos, sem vínculo empregatício formal. Uma proposta legislativa poderia incluir garantias de seguro, jornada controlada e benefícios como aposentadoria e férias, para assegurar condições mais justas e estáveis a esses trabalhadores. Possibilite aos estudantes expor suas ideias, mesmo que algumas pareçam inviáveis. Depois, proponha que essas sugestões sejam analisadas por toda a turma, a fim de verificar quais teriam chance de ser aplicadas na realidade.

CAPÍTULO 13 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: TEORIAS SOBRE MODERNIDADE

(Página 256)

Neste capítulo, estimule uma compreensão crítica e contextualizada dos conceitos de moderno e modernidade. Explique, com base em Anthony Giddens, que o termo “modernidade” não se refere apenas a novidades tecnológicas ou modas, mas se trata de um fenômeno histórico que moldou relações sociais, modos de vida e pensamentos, especialmente após a industrialização. Para isso, proponha aos estudantes que definam o substantivo “modernidade” e o adjetivo “moderno”, comparando em quais pontos as definições apresentadas se complementam e em quais se afastam, por serem divergentes. Utilizamos o adjetivo “moderno” para algo que nos pareça avançado ou do nosso período histórico, mas o significado de modernidade é algo mais amplo. Aliás, a modernidade pode ser compreendida tanto como um período histórico, que se seguiu à Antiguidade e ao período da Idade Média, quanto como um fenômeno social. Como fenômeno social, a modernidade trouxe uma nova relação com o tempo e o espaço, afetando o modo de vida, de pensar e de se relacionar de todos os indivíduos e grupos. Anthony Giddens, sociólogo inglês que se dedica a entender a modernidade e seus efeitos, argumenta que a modernidade se constitui pela força motriz da mudança e que esta é uma consequência inevitável da industrialização.

Incentive os estudantes a refletir sobre como a modernidade afeta suas vidas e percepções, considerando não apenas o desenvolvimento tecnológico, mas também suas implicações sociais, culturais e ambientais, visando desenvolver as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS102**, **EM13CHS201** e **EM13CHS202**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Na imagem, vê-se a plataforma de uma estação de trem bastante movimentada, com pessoas aguardando para pegar seus trens e outras em deslocamento pela plataforma, seja em busca de informações nos painéis de horário, em direção aos seus destinos ou mesmo para encontrar seus acompanhantes. Os estudantes devem responder que essa situação é comum tanto no Brasil como em outros países. Mesmo que alguns deles não tenham tido a oportunidade de estar em plataformas ou estações de trem ou metrô, é possível que essa imagem esteja presente no imaginário dos estudantes, pois aparece frequentemente em notícias e reportagens nos meios de comunicação de massa.
2. A foto em questão retrata uma estação de trem em Nanjing, na China. Estações de trem e de metrô, assim como os aeroportos, são locais onde, frequentemente, há pressa e grande movimentação de pessoas de diferentes lugares, deslocando-se para cumprir seus horários e compromissos. As formas de deslocamento mudaram em razão do desenvolvimento de novos meios de transporte ao longo do tempo. Observando a fotografia, percebemos um fluxo intenso de pessoas deslocando-se e outras provavelmente aguardando o trem. Historicamente, os deslocamentos sempre existiram em diversos lugares e períodos, como na Grécia Antiga e durante a expansão marítima europeia, mas os motivos, os meios e a escala mudaram. Incentive os estudantes a problematizar as mudanças ocorridas ao longo do tempo, mobilizando as habilidades **EM13CHS201** e **EM13CHS202**.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam que a imagem reflete a modernidade porque apresenta elementos de tecnologia, por exemplo, nos painéis eletrônicos de horário, e retrata a alta mobilidade, possibilitada por sistemas de transporte avançados. Ao analisar a globalização, os estudantes podem identificar como evidência a conexão de pessoas de diversas partes do mundo, promovendo interação cultural e econômica, possibilitada por deslocamento entre municípios, regiões e países diferentes. Esses elementos destacam como a modernidade transformou e agilizou os deslocamentos e a interatividade global, diferentemente do que se passou em períodos históricos anteriores.
4. Resposta pessoal. A globalização, impulsionada por avanços tecnológicos e sistemas de comunicação, tem profundo impacto nas interações culturais e econômicas. Tecnologias como a internet e as redes sociais permitem a comunicação instantânea e o compartilhamento de informações em tempo real, conectando pessoas de diferentes partes do mundo. Isso facilita o intercâmbio cultural, promovendo o acesso a diversas culturas e ideias, e influencia o mercado global, permitindo que as empresas operem internacionalmente com mais facilidade. Além disso, a globalização contribui para a criação de uma economia interconectada, na qual produtos e serviços são trocados entre países, impactando as economias locais e globais. Essa atividade mobiliza o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS205**, pois sugere aos estudantes que analisem a produção de novas territorialidades a partir dos impactos decorrentes da globalização.

Afinal, o que foi, ou ainda é, a modernidade? (Página 257)

Discuta com os estudantes como a modernidade trouxe intensas transformações sociais, econômicas e políticas, marcadas

pela ascensão do capitalismo, por avanços científicos e tecnológicos e pela centralidade urbana. Aborde as novas relações com o tempo e o espaço, a produção em massa e o surgimento do Estado-nação. Use conceitos de Anthony Giddens e Max Weber para explorar o dinamismo e a racionalização desse período, incentivando reflexões sobre suas implicações na sociedade contemporânea.

Uma sugestão é propor a leitura oral e coletiva dos pontos elencados na página como as principais características da modernidade. Um dos estudantes pode ser escolhido ou se voluntariar para ser o leitor; em seguida, a turma deve ser convidada a refletir sobre a característica lida. Nesse momento, é importante resgatar os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito do tema, valorizando-os. Além disso, como as reflexões tanto a respeito da modernidade quanto de sua transição estão pautadas nessas características, é importante reservar um tempo para realizar uma análise mais aprofundada, que permita aos estudantes compreendê-las e distinguir as permanências e a mudanças ao longo do tempo.

A transição da modernidade: ambiguidades e debates (Página 258)

Para iniciar o trabalho com esse tema, retome com os estudantes como se dá a construção do conhecimentos nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais, de modo que eles percebam que não há, necessariamente, uma visão correta a despeito de todas as outras, que estariam erradas. O debate em torno de temáticas e conceitos está orientado pela reflexividade própria ao conhecimento científico, que possibilita o embate de ideias e a convivência concomitante de compreensões distintas e, muitas vezes, díspares. A proposta do subtítulo “ambiguidades e debates” é justamente chamar a atenção do estudante para essa questão, evidenciando que existem algumas perspectivas sobre a transição da modernidade: umas vão postular que as sociedades têm vivido sob fases diferentes do mesmo processo que caracterizou a modernidade; outras vão defender que a modernidade, tal como é conhecida, teria deixado de existir e se tornado uma nova modernidade ou uma pós-modernidade. Algumas dessas perspectivas serão exploradas ao longo do capítulo, mas a intenção não é sugerir ao estudante que ele se posicione em favor de uma ou de outra, e sim que ele reconheça os pressupostos que orientam cada uma delas.

Explore com os estudantes como a modernidade levou ao surgimento da Sociologia, com sociólogos buscando entender as mudanças sociais do período. Use Weber para discutir o “desencantamento do mundo” e a racionalização, alertando sobre a desumanização e o individualismo. Aborde as contribuições de Durkheim sobre a coesão social e as de Marx sobre a relação entre capitalismo e desigualdade, incentivando uma reflexão crítica sobre os impactos da modernidade na sociedade contemporânea.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Os aspectos da modernidade, como o desenvolvimento industrial, a expansão urbana e o progresso tecnológico, têm levado a mudanças significativas no meio ambiente. Essas mudanças incluem o aumento da poluição, o desmatamento, a perda de biodiversidade e as alterações climáticas, resultantes do uso intensivo de recursos naturais e da emissão de gases de efeito estufa. A busca incessante por crescimento econômico e inovação tecnológica, características da modernidade, muitas vezes ocorre à custa da sustentabilidade ambiental.

2. Resposta pessoal. A industrialização impactou os seres vivos ao causar poluição do ar, da água e do solo, resultando em problemas de saúde para os seres humanos e os animais. A destruição dos *habitats* naturais devido à expansão urbana e à expansão industrial tem levado à perda de biodiversidade e à extinção de várias espécies. Além disso, a industrialização contribuiu para as mudanças climáticas, afetando os ecossistemas e os padrões de vida dos seres vivos em todo o planeta. A industrialização também impactou a vida dos seres humanos, forçando-os a se deslocar para áreas industriais e a viver em aglomerados sem condições mínimas de higiene, em alguns casos, em situações de insegurança e, muitas vezes, de desemprego. Como impacto dessas circunstâncias, houve a proliferação de doenças e da subnutrição, afetando diretamente a vida das famílias.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes concluam que o progresso pode conviver com a preservação ambiental, desde que seja adotado um modelo de desenvolvimento sustentável. Isso implica equilibrar crescimento econômico, inovação tecnológica e preservação dos recursos naturais, promovendo práticas que minimizem o impacto ambiental. Para o trabalho com essa atividade, explique aos estudantes que a noção de progresso não está relacionada a um único significado, podendo assumir diferentes sentidos ao longo do tempo e de acordo com a perspectiva adotada. Nessa obra, por exemplo, os estudantes conheceram a visão do pensador positivista Auguste Comte, que postulava o progresso como forma de constante aprimoramento das sociedades, por meio de avanços científicos, tecnológicos, sociais e morais. Já nos estudos vinculados à Filosofia da Ciência, por exemplo, alguns pensadores refletem, mais especificamente, sobre o progresso científico, com destaque para dois teóricos: o estadunidense Thomas Kuhn (1922-1996) e o austríaco Karl Popper (1902-1994). No senso comum, no entanto, durante muito tempo a ideia de progresso esteve vinculada à noção de moderno, sendo compreendida como algo linear e evolutivo. Nessa lógica, quanto mais “moderna” fosse uma sociedade, mais progresso ela apresentava. Invariavelmente, essa compreensão desconsiderava o uso sustentável dos recursos naturais, que eram tidos meramente como meios para a assunção dos objetivos que orientavam as sociedades em direção ao progresso.

Pós-modernidade (Página 259)

Explore com os estudantes a perspectiva que postula uma teoria sobre a transição da modernidade para a pós-modernidade, destacando a descentralização e a valorização da diversidade, assim como a transição de uma sociedade eminentemente industrial para uma sociedade cibernética e informatizada. Discuta como a sociedade pós-industrial prioriza o conhecimento sobre a produção, e como conceitos como alta modernidade e modernidade líquida oferecem diferentes perspectivas sobre o contemporâneo. Encoraje uma análise crítica dessas mudanças e suas implicações para a sociedade atual.

BOXE REFLEXÃO

O objetivo desse boxe é explorar a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, conforme Foucault e Deleuze. Enfatize que, na sociedade disciplinar, a vigilância está em instituições como prisões, enquanto na sociedade de controle a ênfase está na gestão contínua e na comunicação instantânea, impactada pelas redes digitais e pelos algoritmos. Incentive os estudantes a refletir sobre como essas mudanças afetam o poder e o controle na sociedade atual, abordando o

tema contemporâneo transversal Educação em direitos humanos, do eixo Cidadania e civismo, a **CGEB1**, a **CGEB2**, e as habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS503**.

1. A vigilância das redes digitais e a coleta de dados refletem a mudança para uma sociedade de controle ao monitorar continuamente comportamentos e preferências. Os algoritmos e as mídias sociais manipulam os indivíduos de forma mais sutil, influenciando decisões e interações sem a visibilidade explícita dos mecanismos disciplinares tradicionais. Esse controle é mais fluido e constante, ajustando-se às necessidades e aos comportamentos dos usuários.
2. Respostas pessoais. A ideia de uma “sociedade do controle” pode levar os indivíduos a questionar sua autonomia e sua privacidade, já que a coleta de dados e o monitoramento constante moldam suas ações e decisões. As redes sociais e as tecnologias digitais oferecem uma aparência de liberdade, mas, na prática, frequentemente restringem a privacidade e influenciam comportamentos, revelando uma tensão entre a liberdade individual e o controle social.

O impacto da pós-modernidade nas identidades (Página 260)

Ao abordar o impacto da pós-modernidade nas identidades, explique que, enquanto a modernidade enfatizava as identidades estáveis, a pós-modernidade promove uma visão fluida e fragmentada. Segundo Stuart Hall, identidades são constantemente reconstruídas na era globalizada e digital, oferecendo novas formas de autorrepresentação, que também estão sujeitas a disputas de poder e influências corporativas. Use exemplos atuais para ilustrar como a tecnologia e a globalização afetam a formação das identidades.

Na página, há uma imagem bastante significativa para refletir sobre as identidades no contexto da pós-modernidade. Os guerreiros *maasai*, da Tanzânia, estão usando câmeras e celulares para registrar rituais tradicionais da comunidade. Se julgar oportuno, peça aos estudantes que descrevam a imagem e percebam se há algum elemento que lhes chama a atenção. É possível que alguns deles destaquem a aparente contradição entre as práticas rituais tradicionais e o uso de tecnologias contemporâneas. Principalmente no senso comum, operam-se formas estereotipadas de compreender os povos tradicionais como se eles fossem representantes de um tempo que ficou no passado, o que não combinaria com o uso de tecnologia de ponta. Esse é um dos pontos mais discutidos nos trabalhos de Stuart Hall. Para o autor, as identidades sociais devem ser pensadas como se fossem construídas através da cultura, em um processo que permite aos indivíduos se posicionar no interior das definições fornecidas pelos discursos culturais. Desse modo, Stuart Hall desenvolve uma concepção de identidade como estratégica e posicional, mediante a qual o sujeito assume identidades diversas em diferentes momentos, identidades essas que não são, obrigatoriamente, unificadas ao redor de um eu coerente. Por isso, nas identidades da pós-modernidade, características aparentemente díspares são combinadas. Peça aos estudantes que deem exemplos de grupos e comunidades que combinam como traços identitários características que, na conformação da modernidade, seriam tidas como incoerentes, mas que passaram a ser vistas com certa naturalidade no presente. Tome especial cuidado para que essa abordagem a partir de exemplos não contribua para a reprodução de estigmas e de visões estereotipadas sobre os grupos sociais. A intenção é incentivar a reflexão dos estudantes para que eles se apropriem dessas discussões teóricas, aproximando-as do contexto conhecido por eles.

Modernidade líquida (Página 261)

Explique que Zygmunt Bauman descreve a sociedade contemporânea vivendo sob a égide da “modernidade líquida”, contrastando com a “solidez” da modernidade anterior. Na modernidade líquida, identidades e relações sociais são instáveis e transitórias, promovendo um individualismo exacerbado e a busca incessante por consumo. Para aprofundar a reflexão, leia o primeiro trecho de Bauman exposto na página, que explora essa metáfora da liquidez. Se preferir, apresente um exemplo visual aos estudantes para ilustrar algumas características dos líquidos. Para isso, separe dois recipientes transparentes de formatos diferentes (podem ser uma garrafa de plástico e um pote de mantimentos, por exemplo). Despeje um pouco de líquido dentro de um dos recipientes e peça aos estudantes que observem a forma assumida; se for uma garrafa, o líquido, ao ocupá-la, passará a assumir seu formato. Em seguida, despeje o mesmo líquido em outro recipiente e peça aos estudantes que, novamente, analisem o formato. Eles identificarão que a mesma quantidade de líquido assumirá novo formato ao ser inserida em outro tipo de recipiente. Nesse exemplo é possível constatar uma das características fundamentais das relações na modernidade líquida: a adaptabilidade. Seja nas relações afetivas, amorosas, seja nas relações de trabalho, os indivíduos que vivem sob a modernidade líquida são, segundo Bauman, cobrados a se adaptar às circunstâncias e às pessoas, devendo ser dinâmicos o tempo todo.

Para abordar a o impacto da fluidez no consumo, peça aos estudantes que interpretem a tira de Quino, na qual a personagem Mafalda problematiza a falta de referência sobre a identidade como meio adotado pela publicidade e pelos meios de comunicação de massa para vender produtos que auxiliariam a percepção sobre si. Use exemplos do cotidiano dos estudantes para ilustrar como a busca por novos produtos e a adaptação rápida refletem a fluidez característica da modernidade líquida.

As relações pessoais e sociais no contexto da modernidade líquida (Página 262)

Antes de sugerir aos estudantes a compreensão a respeito das proposições de Zygmunt Bauman sobre os impactos da fluidez nas relações de trabalho e de amizade e nos relacionamentos amorosos, peça a eles que tentem relacionar o conceito de modernidade líquida às relações vivenciadas por eles e por conhecidos nas sociedades contemporâneas. Apresente questões norteadoras para motivar a reflexão: “Comparando o passado e o presente, o que era mais duradouro do que é atualmente?”; “Quais eram as características dos casamentos no passado, o que mudou e quais elementos ainda se mantêm?”; “Seus pais e avós, ou as pessoas mais idosas com as quais você convive, têm amizades de uma vida inteira? E você, tem amizades de infância que permanecem no seu convívio até hoje?”; “Os relacionamentos amorosos na atualidade são duradouros?”. Explique aos estudantes que, ao realizar essa comparação, a ideia não é avaliar se antes a situação era melhor do que é agora ou vice-versa. A proposta é fazer um comparativo imparcial, que apenas identifique como era e como está. Em seguida, aborde cada um dos tópicos sugeridos na página.

Segundo Bauman, na modernidade líquida, o trabalho tornou-se instável e flexível, com contratos temporários ou de Pessoa Jurídica (PJ, sem vínculo empregatício), criando um ambiente competitivo e estressante. As relações familiares enfrentam mais divórcios e maior valorização da utilidade, e as amizades e os relacionamentos amorosos são mais efêmeros e virtuais. A

identidade se torna fluida e fragmentada, devido à pressão das redes sociais. Ajude os estudantes a refletir sobre como essas mudanças afetam suas vidas e o tecido social, desenvolvendo as habilidades **EM13CHS401** e **EM13CHS403**.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

As atividades desse boxe orientam o trabalho com o tema contemporâneo transversal Vida familiar e social, pois discutem os impactos da modernidade líquida nas relações pessoais, afetivas e sociais.

1. Resposta pessoal. Bauman utiliza a metáfora da liquidez para explicar a fluidez dos vínculos e das identidades nas sociedades contemporâneas, que, segundo o autor, viveriam sob a égide da modernidade líquida.
2. Resposta pessoal. Bauman argumenta que a modernidade líquida favorece a superficialidade e a efemeridade nos relacionamentos amorosos, devido à ênfase na individualidade e a busca constante por novas experiências, o que dificulta o estabelecimento de compromissos duradouros.
3. Resposta pessoal. As redes sociais intensificam a construção fragmentada da identidade e da autoimagem dos jovens, que constantemente experimentam diferentes estilos de vida e enfrentam a pressão para corresponder a ideais de beleza e sucesso, o que pode gerar desorientação e insatisfação pessoal.

A sociedade do cansaço (Página 263)

Para explorar as ideias de Byung-Chul Han e Christophe Dejours, inicie um debate sobre como a modernidade líquida afeta a saúde mental e as relações de trabalho. Han destaca o aumento de doenças neuronais, como depressão e *burnout*, devido à pressão para autogerir-se, enquanto Dejours relaciona as exigências de desempenho no trabalho com transtornos mentais. Discuta com os estudantes como a falta de limites claros e a busca incessante por produtividade impactam a saúde mental e possíveis soluções para isso, como políticas de inatividade para equilibrar trabalho e vida pessoal.

BOXE INTERAÇÃO

Após apresentar aos estudantes a noção de “sociedade do cansaço” e refletir sobre os processos de exaustão que marcam a vida das pessoas nas sociedades modernas e contemporâneas, solicite a eles que observem os quadrinhos expostos na página. Proponha uma roda de conversa para problematizar como discursos motivacionais, que deveriam ser benéficos, podem se tornar estratégias de estímulo negativo e mecanismos de opressão aos indivíduos. Reflita ainda sobre como esses discursos são utilizados para validar narrativas perigosas sobre esforço e sucesso individual, que podem levar os indivíduos à exaustão e a transtornos físicos e psicológicos.

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes sejam capazes de se posicionar criticamente sobre alguns discursos motivacionais, especialmente considerando os potenciais impactos negativos sobre a percepção de si e do outro.
2. Resposta pessoal. Para pautar a análise dos estudantes, é possível apresentar materiais complementares que analisam como os processos de alienação do trabalhador estão relacionados à cobrança excessiva por resultados, produtividade e sucesso pessoal e profissional. Essa questão poderá ser aprofundada no trabalho com a seção “Práticas de pesquisa”, que propõe aos estudantes uma análise qualitativa a respeito dos discursos sobre o empreendedorismo.

Atividades (Páginas 264 e 265)

1. a) Resposta pessoal. Os estudantes podem identificar elementos como “lâmpadas elétricas”, “fábricas”, “máquinas”, remetendo ao modo de produção industrial e à Revolução Industrial; “luzes elétricas”, “motores”, “automóveis”, remetendo à cidade moderna; “fora e dentro de mim”, remetendo ao individualismo do sujeito moderno. Esses elementos relacionam-se às características da modernidade, como o avanço tecnológico, a industrialização, a urbanização e a valorização da liberdade e do progresso individual.

b) Resposta pessoal. Em “Ode triunfal”, Álvaro de Campos descreve trens, automóveis e navios, elementos que representam o avanço tecnológico, o movimento, a transformação e a rapidez da vida moderna. Há uma forte presença de trajetórias, seja a jornada física, seja a busca metafórica por sentido. Essas menções refletem a modernidade como uma época de movimento constante, exploração e avanços tecnológicos que mudaram a maneira como as pessoas viviam e se deslocavam. Se julgar conveniente, solicite aos estudantes que pensem em músicas, poemas e outros elementos artísticos que possam traduzir aspectos da modernidade, incentivando-os a compartilhar seu repertório com os colegas.

c) Resposta pessoal. Esse desejo de ser máquina pode ser relacionado à sociedade do cansaço, descrita pelo filósofo Byung-Chul Han, segundo o qual, na sociedade do cansaço, os indivíduos são pressionados a ser altamente produtivos e eficientes, quase como máquinas. O desejo de ser completo como uma máquina reflete a alienação e a desumanização provocadas pelo excesso de trabalho e pela constante demanda por desempenho. Ser máquina representa a aspiração por uma eficiência impessoal e inabalável, característica de uma sociedade que valoriza o desempenho em detrimento do bem-estar humano.

2. Alternativa **b**.

3. Alternativa **d**.

4. a) A invenção da imprensa por Gutenberg no século XV foi crucial para a modernidade, democratizando o acesso ao conhecimento, difundindo ideias do Iluminismo e da Reforma Protestante, e formando uma opinião pública crítica. A circulação de livros e jornais possibilitou a ampla disseminação de informações, fomentando revoluções sociais, políticas e culturais.

b) Na imagem e na tira de André Dahmer, a atenção dos indivíduos às fontes de informação os desconecta das relações sociais. A modernidade, com a ascensão da imprensa e, mais tarde, da tecnologia digital, promoveu uma intensa individualização, reduzindo a interação face a face e alterando profundamente as dinâmicas sociais.

c) A pós-modernidade é caracterizada pela fragmentação, pela incerteza e pela predominância da cultura de consumo. A modernidade líquida, conceito de Zygmunt Bauman, descreve uma sociedade que está em constante mudança, na qual as relações são fluidas e instáveis. Na tira, a desconexão de Rodolfo com o mundo ao seu redor reflete a efemeridade e a superficialidade das conexões humanas que são típicas desse período.

Ampliando (Páginas 266 e 267)

Aborde com a turma o *Manifesto comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, destacando sua importância histórica e sua influência na análise da sociedade industrial. Explore o tema da luta de classes entre burgueses e proletários e o modo como a modernidade transformou as relações sociais e econômicas em

uma sociedade marcada pela exploração burguesa e pela transformação contínua. Incentive a análise crítica das consequências dessas mudanças para as relações sociais, o trabalho e a identidade, desenvolvendo a **CGEB2**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes apontem o Estado-nação como mecanismo que contribuiu para a centralização política. Sobre isso, espera-se que identifiquem o papel predominante exercido pelo Estado nos processos de centralização das leis e de padronização da moeda, que permitiram a expansão e a consolidação do modo de produção capitalista industrial.

2. Espera-se que os estudantes expliquem a racionalização e sua importância para a modernidade, bem como suas consequências para as culturas dos povos tradicionais.

3. A partir de uma análise crítica, espera-se que os estudantes possam articular que as colônias participaram do projeto de modernidade ao desenvolver uma produção agrícola que visava o lucro e estava orientada para o comércio exterior, podendo ser consideradas como partes integrantes no projeto da modernidade, uma vez que visavam o lucro, buscando atender não só o comércio local, mas o comércio de diversos países.

4. A pós-modernidade tem um caráter fragmentário, descentralizado, múltiplo e diverso, que busca questionar a centralização, a ideia de cultura única e a flexibilização das fronteiras.

5. Os trechos do *Manifesto comunista* e a obra *Operários*, de Tarsila do Amaral, estão interligados na representação da exploração do proletariado pelo capitalismo. O *Manifesto* critica a desumanização e a exploração dos trabalhadores pela burguesia, enquanto *Operários* visualiza essa realidade opressiva, destacando a alienação e a dura condição dos operários urbanos. Ambos evidenciam as desigualdades e as injustiças da era industrial. Essa atividade mobiliza o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS103** e **EM13CHS104**, porque oferece aos estudantes o contexto histórico e social como suporte para a comparação entre a obra de Tarsila do Amaral e o livro de Marx e Engels, permitindo-lhes compor argumentos qualificados a respeito da forma como objetos da cultura material revelam conhecimentos, valores e crenças de diferentes sociedades ao longo do tempo. No capítulo 14, a obra de Tarsila do Amaral será utilizada novamente como suporte para a análise de uma releitura, elaborada pelo artista Cristiano Siqueira em 2021. Se julgar adequado, recomendamos que essa atividade seja retomada e aprofundada, pois a condição de trabalho dos entregadores por aplicativo oferece um diálogo profícuo tanto com a obra *Operários* quanto com o *Manifesto comunista*.

Estúdio do pensamento social (Páginas 268 e 269)

Explore a análise de Maria Lucia Bueno sobre a transição da modernidade para a contemporaneidade nas artes plásticas, destacando a ruptura com o academicismo e a “desterritorialização” artística. Estimule os estudantes a investigar como essas mudanças refletem a influência do mercado e da cultura de massa na arte, e como elas se conectam com transformações sociais e econômicas mais amplas. Utilize exemplos da obra de Bueno para ilustrar como a arte é moldada pelas condições sociais contemporâneas.

PARA CONCLUIR

1. a) e b) Resposta pessoal. Espera-se que, na descrição do artista e da produção artística contemporânea, a relação com a organização social apareça em destaque, indicando que após a ruptura da modernidade e o aprofundamento da contemporaneidade, como tematizado por Maria Lucia Bueno, o mundo das artes acabou sendo mais influenciado pelos contextos e pelas mudanças sociais e menos pelas diretrizes da academia das artes.

CAPÍTULO 14 **TRABALHO: CATEGORIA HISTÓRICA E SOCIAL**

(Página 270)

Destaque as transformações relativas ao conceito de trabalho ao longo da história, ressaltando sua importância para a identidade individual e coletiva, bem como para a organização social. Estimule os estudantes a analisar como o trabalho foi estruturado em diferentes épocas e como isso afeta o *status* e o poder. Use o fenômeno dos entregadores de aplicativos para discutir as condições de trabalho atuais, como direitos e remuneração, e proponha debates e pesquisas para explorar as transformações e os desafios do trabalho na sociedade contemporânea, ensejando o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS401**, **EM13CHS402**, **EM13CHS403** e **EM13CHS404**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. É importante que os estudantes percebam o aumento da presença dos serviços de entrega por aplicativo nas cidades e no cotidiano de empresários, trabalhadores e consumidores, tornando-se uma atividade relevante e, também, uma possibilidade de renda. No entanto, o excesso de trabalho para conseguir uma remuneração razoável pode aumentar a probabilidade e a frequência de problemas de saúde física e mental e, inclusive, o aumento de ocorrências de acidentes de trânsito.
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de problematizar as condições de trabalho, assumindo que a realização de determinado tipo de serviço depende de condições mínimas, como a disponibilização de equipamentos e acessórios para uso no trabalho (moto, mochilas, luvas, capacete). Além disso, é necessário compreender que as condições de trabalho e de segurança envolvem tempo de descanso, equipamentos adequados, remuneração que permita a manutenção de condições mínimas de sobrevivência com dignidade econômica.
3. Os estudantes podem citar diferenças relativas à proteção trabalhista garantida ao trabalhador formal, a exemplo de seguro-desemprego, férias remuneradas, auxílio-doença, licença-maternidade, décimo terceiro salário. Podem citar também salário-base e jornada de trabalho fixa, conforme legislação.
4. Resposta pessoal. Os estudantes devem perceber o aumento desse tipo de atividades nos tempos atuais, como os serviços de transporte de passageiros por aplicativo (*app*) não apenas no cotidiano das cidades, mas também em viagens. É interessante entender que os *apps* são utilizados em atividades antes consideradas estritamente presenciais, como a realização de compras em supermercados e até cursos diversos. Em todas essas atividades, a questão do trabalho autônomo pode ser apontada e discutida.

Os sentidos filosóficos e sociais do trabalho (Página 271)

Comece o tópico conversando com a turma sobre como, desde a Pré-História, o trabalho já estava ligado à sobrevivência e à organização social. Explore a divisão entre trabalho braçal e trabalho intelectual na Antiguidade e o trabalho servil na Idade Média. Comente também como a modernidade e a Revolução Industrial reformularam a percepção do trabalho, destacando sua transformação de uma atividade penosa em uma atividade valorizada e recompensadora. Utilize essas discussões para aprofundar a compreensão dos estudantes sobre como o trabalho moldou as estruturas sociais e econômicas e como foi moldado por elas.

Durkheim, coesão e solidariedade social (Página 272)

Para entender as teorias de Émile Durkheim sobre a coesão social, conduza uma análise comparativa entre os conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Inicie discutindo a solidariedade mecânica, típica das sociedades pré-capitalistas – como a feudal, na qual a coesão se baseia na uniformidade de experiências e crenças –, e como isso se reflete na divisão de papéis fixos e na pouca mobilidade social. Em contraste, explore a solidariedade orgânica nas sociedades industriais modernas, caracterizadas pela especialização do trabalho e pela interdependência das funções profissionais, o que promove maior individualismo e uma complexa rede de relações sociais. Utilize exemplos contemporâneos, como a operação de um voo comercial, para ilustrar a interdependência e a especialização nas sociedades modernas. Isso permitirá aos estudantes entender como Durkheim descreve a transição e as diferenças entre essas formas de solidariedade e como elas moldam a estrutura social e as relações entre indivíduos em diferentes contextos históricos e sociais.

BOXE INTERAÇÃO

1. A solidariedade orgânica é característica de sociedades capitalistas, como a brasileira. O estudante deve ser capaz de compreender que a sociedade atual é complexa, que abarca várias funções sociais e papéis interdependentes e que os indivíduos podem mudar de função profissional no decorrer da vida.
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de compreender que todas as funções profissionais dependem de outras para serem exercidas. O professor, por exemplo, necessita de outros profissionais do espaço escolar para realizar a função docente, como os funcionários da gestão da escola, da secretaria, da limpeza, etc.

Weber e a racionalização (Página 273)

Para explorar a noção de trabalho à luz das ideias de Max Weber, oriente os estudantes a analisar como a ética protestante influenciou o desenvolvimento do capitalismo. Antes de iniciar a reflexão, pergunte a eles se seguem uma religião de base protestante (Luterana, Batista, Presbiteriana, Metodista, Episcopal, entre outras). Em caso positivo, pergunte como a doutrina religiosa da igreja compreende o trabalho. Estimule-os a refletir sobre os sentidos do trabalho a partir do repertório vivenciado por eles nas denominações religiosas, pois, ao longo do trabalho com o capítulo, essas reflexões poderão orientar a abordagem mais aprofundada de outros temas.

Inicie discutindo o conceito de racionalização na modernidade, abordando como a ética protestante, especialmente o ascetismo e a teoria da predestinação, promovia a disciplina e o planejamento no trabalho, contribuindo para o surgimento do “espírito do capitalismo”. Em seguida, conecte essas ideias à

racionalização e à burocratização no Estado moderno, destacando como a separação entre religião e política gerou um sistema burocrático que organiza a vida pública. Estimule os estudantes a refletir sobre as críticas contemporâneas à burocracia, comparando-as com seu papel essencial na gestão estatal e na estruturação da sociedade moderna, conforme as orientações da **CGBE2**.

BOXE REFLEXÃO

O objetivo desse boxe é analisar criticamente o impacto da burocracia na vida dos cidadãos e como ela pode beneficiar aqueles com maior influência política e poder aquisitivo. Aproveite para mobilizar o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS501**, **EM13CHS502**, **EM13CHS504**, **EM13CHS602**, **EM13CHS603** e **EM13CHS605**.

1. Resposta pessoal. A *charge* de Carlos Ruas, que retrata alguém morrendo de burocracia, ironiza a rigidez e a complexidade excessivas dos processos administrativos. Ela reflete a crítica ao sistema burocrático estatal, que, muitas vezes, se torna tão complicado e impessoal que inviabiliza a eficiência e o atendimento ao cidadão. A *charge* ilustra, ainda, a tensão entre a necessidade de organização e o impacto negativo do excesso de formalidades.
2. Resposta pessoal. Apesar de a burocracia do Estado prever critérios impessoais para garantir a igualdade de oportunidades, o favorecimento do amigo de um vereador demonstra uma falha na aplicação desses critérios, revelando um sistema que pode ser prejudicado por influências externas. Isso compromete a equidade e a transparência que a burocracia preconiza.

Marx e as formas de alienação do trabalhador (Página 274)

Para abordar as ideias de Karl Marx e Friedrich Engels sobre estratificação social e alienação em sala de aula, destaque como o conceito de alienação se relaciona com a divisão do trabalho e a mecanização na indústria. Enfatize que, na sociedade industrial, o trabalhador se torna alienado por não ter controle sobre o processo produtivo nem sobre o produto final de seu trabalho. Utilize exemplos contemporâneos para ilustrar a relevância dessas ideias, como a especialização nas linhas de produção e a transformação do trabalho em mercadoria. Incentive os estudantes a refletir sobre como a luta de classes e a alienação ainda influenciam as relações de trabalho e os movimentos reivindicatórios na atualidade.

BOXE INTERAÇÃO

1. A *charge* problematiza a exploração e a alienação do trabalhador, pois os trabalhadores que atuam na linha de produção do biscoito não conseguem comprar as mercadorias que eles mesmos produzem.

Mercadoria, mais-valor e a desumanização do trabalhador (Página 275)

Para trabalhar o conceito de mercadoria e o impacto do consumo na sociedade capitalista, oriente os estudantes a refletir sobre como as mercadorias moldam nossas vidas e posicionam socialmente os indivíduos. Explique a eles que, na visão de Karl Marx, o consumo não é apenas uma prática cotidiana, mas também uma forma de participação em um sistema econômico que valoriza mercadorias e relaciona o trabalho à produção e ao consumo. Encoraje os estudantes a pensar sobre como a produção em massa substituiu o trabalho artesanal e como isso afeta a percepção das mercadorias e dos trabalhadores. Discuta com a turma o conceito de mais-valor (também traduzido como mais-valia) e como a exploração do trabalho é essencial para o lucro

capitalista, ajudando-os a entender a dinâmica entre produção, consumo e estratificação social.

Consciência de classe, emancipação e a atuação sindical (Página 276)

Para abordar o conceito de luta de classes e sua relevância para a compreensão das relações de poder na sociedade, enfatize que Marx e Engels entendiam que a história é marcada por conflitos entre classes dominantes e classes dominadas. Ao explorar a ideia de emancipação, é fundamental destacar que a conscientização dos trabalhadores sobre sua condição de explorados e a formação de uma consciência de classe são passos cruciais para a transformação social. Incentive os estudantes a refletir sobre como essas ideias influenciam os movimentos trabalhistas históricos e atuais, bem como a reconhecer a importância das estratégias de reivindicação de direitos, como greves e ações sindicais, na luta por melhores condições de trabalho e por justiça social.

BOXE REFLEXÃO

1. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de compreender a complexidade das discussões sobre movimentos reivindicatórios e suas diferentes estratégias. É recomendável incentivar a reflexão sobre os movimentos sindicais atuais e sua atuação na sociedade.

Impacto da pós-modernidade nas relações de trabalho (Página 277)

Sobre o impacto da pós-modernidade nas relações trabalhistas, é fundamental destacar como a flexibilização e a inovação tecnológica transformam a natureza do trabalho. Na pós-modernidade, o trabalho é caracterizado por uma liberdade aparente, que, na realidade, intensifica a demanda por adaptabilidade e dedicação extrema, gerando um paradoxo em que a flexibilidade exigida contrasta com a rigidez das metas e expectativas. A adoção do *home office* exemplifica essa mudança ao borrar as fronteiras entre o espaço pessoal e o espaço profissional e ao acentuar a responsabilidade individual sobre o sucesso e o bem-estar no trabalho.

Essas dinâmicas são importantes para entender como as relações de trabalho se modificam e afetam a saúde mental e a subjetividade dos trabalhadores na era contemporânea.

A precarização e a flexibilização das leis trabalhistas (Página 278)

Para abordar o impacto da flexibilização e da precarização das condições de trabalho com os estudantes, destaque como essas mudanças, refletidas na Reforma Trabalhista de 2017, afetam diretamente a segurança e os direitos dos trabalhadores. Enfatize que, embora apresentadas como modernização, essas alterações podem resultar em menor estabilidade e benefícios reduzidos para os trabalhadores, evidenciando a necessidade de avaliar criticamente as reformas legislativas no contexto das relações de trabalho contemporâneas.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Expectativa de resposta: Os estudantes devem ser capazes de entender como as mudanças afetam o trabalhador: 1) O trabalho intermitente permite que o trabalhador ganhe menos que um salário mínimo, trabalhando apenas ao chamado do empregador. No entanto, na prática, acaba por ficar à disposição do empregador sem condições de firmar outros contratos semelhantes; 2) Sem o sindicato, as condições de rescisão podem ser desfavoráveis ao trabalhador; 3) Trabalhador e empregador podem negociar

diretamente, mas, na prática, o trabalhador tem ampla vantagem em uma negociação individual em relação a seu patrão; 4) O parcelamento das férias deve ser em uma parte de 14 dias e outras duas partes de mais de 5 dias cada uma. A quebra das férias acaba sendo decidida pela necessidade do empregador, podendo, com isso, prejudicar o descanso do empregado; 5) A não obrigação enfraquece financeiramente os sindicatos; 6) Com o banco de horas definido diretamente entre patrão e trabalhador, o empregado pode tirar as horas em momentos que o empregador considera adequados e não recebe o pagamento pela hora extra, maior que o pagamento pela hora regular.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

Aqui, pode-se desenvolver os temas contemporâneos transversais Vida familiar e social e Trabalho. Aproveite as atividades propostas para discutir o conceito de parentalidade com os estudantes, explicando-lhes que se trata de um conjunto de ações e cuidados dos adultos que visam ao desenvolvimento das crianças, independentemente das funções de pai ou mãe, envolvendo, portanto, todos os adultos que convivem com a criança. Nas discussões sobre os modelos de família das Ciências Sociais, esse conceito vem ganhando destaque justamente como alternativa para compreender diversas configurações familiares.

1. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de elaborar situações-chave em que a família precisa do trabalho, mas também precisa cuidar dos filhos. Um exemplo é a necessidade de serviços de creche para as crianças enquanto os responsáveis trabalham.
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem ser capazes de compreender que a fragilidade socioeconômica influencia a relação familiar, já que determinadas famílias não conseguem pagar por serviços que facilitariam esse processo.
3. Resposta pessoal. Como é uma discussão que envolve diferentes dimensões (dinâmica do mercado de trabalho, desigualdade de gênero nas funções domésticas, características das sociedades contemporâneas), se julgar conveniente, proponha uma roda de conversa sobre a questão, de forma a incentivar o debate respeitoso e a construção de alternativas para amenizar o conflito entre parentalidade e trabalho.

A uberização e o discurso do empreendedorismo (Página 279)

Explique aos estudantes que a uberização do trabalho, modelo emergente na pós-modernidade, reflete a informalidade e a precarização nas relações trabalhistas. Enfatize como esse modelo transfere custos e riscos para os trabalhadores, reduzindo suas garantias e regulamentações, e explore a necessidade de regulamentação para assegurar direitos básicos e segurança no ambiente de trabalho.

Atividades (Páginas 280 e 281)

1. a) A *charge* questiona a exploração do trabalhador. Incentive os estudantes a analisar os detalhes da *charge*, de forma a motivar a leitura de imagens como importante recurso de interpretação.
b) Mais-valor (ou mais-valia). Incentive os estudantes a retomar os estudos do capítulo para realizar o paralelo sugerido. Se julgar conveniente, peça a eles que comentem com os colegas quais relações puderam estabelecer e aproveite o momento para a sistematização coletiva da aprendizagem.
c) Por meio da consciência de si, segundo a qual a classe

dominada se percebe subjugada à classe dominante e passa a questionar as dinâmicas da sociedade e suas relações de exploração, assim como as possibilidades de ruptura social, buscando a superação de sua alienação; e a consciência para si, mediante a qual o proletariado busca romper com a sociedade vigente, organizando-se e criando condições políticas para a transformação da sociedade e a superação da luta de classes. A consciência para si seria possível apenas após a tomada de consciência de si.

2. a) O trabalho flexibilizado enfraqueceu as relações entre patrão e empregado, de forma que o trabalhador assume os riscos e os custos do seu serviço. Assim, criou-se a ideia de que o trabalhador é um empreendedor que gera sozinho seus ganhos e sua força de trabalho.
b) Resposta pessoal. O discurso do empreendedorismo está presente nas redes sociais, em perfis de motivação e de venda de cursos. Além disso, o serviço de *coach*, que tem sido difundido em diversos meios de comunicação de massa, contribui para a disseminação desse tipo de conteúdo. Outra percepção possível é a de que os trabalhadores informais e autônomos são considerados empreendedores e, cada vez mais, essa palavra tem se tornado comum no vocabulário cotidiano.
3. Resposta correta: $01 + 04 + 08 + 16 = 29$.
4. Resposta correta: $01 + 02 + 08 = 11$.
5. Alternativa e.
6. Alternativa d.
7. a) As alterações na lei que criaram o trabalho intermitente não garantem uma remuneração mínima que permita a sobrevivência do trabalhador, que, por sua vez, precisa acumular empregos e precarizar suas condições de trabalho, de descanso e de lazer.
b) Resposta pessoal. Peça aos estudantes que escrevam suas explicações no caderno. Em seguida, sugira a eles que, em duplas, leiam e corrijam (se for o caso) a explicação um do outro, favorecendo um ambiente de aprendizagem colaborativo.
c) Respostas pessoais. Incentive os estudantes a criar estratégias para minimizar o impacto da lógica do trabalho intermitente para aqueles que estão sujeitos a essa condição.
8. a) Os estudantes devem ser capazes de compreender que, segundo Durkheim, quanto mais consolidada a divisão do trabalho, mais especializadas as funções e, portanto, mais interdependentes se tornam os indivíduos, forçando-os a se manterem coesos.
b) Weber estabelece um paralelo entre a ética protestante e aquilo que ele denomina como “espírito do capitalismo”. Para compreender esse paralelo, os estudantes devem ser capazes de relacionar a ênfase protestante na valorização do trabalho como caminho para a salvação com a disciplina esperada do trabalhador.
c) Segundo Karl Marx, a revolução e a expropriação dos meios de produção levariam ao fim da exploração sobre o trabalhador, uma vez que esta reside na desigual distribuição dos meios de produção e, portanto, do capital. Essa proposição de Marx é apresentada na obra *Manifesto comunista*, que o pensador escreveu em parceria com Friedrich Engels. A obra foi editada em diferentes versões e pode ser trabalhada com os estudantes no formato de livro, história em quadrinhos, *podcast*, animações, ou conforme julgar mais adequado ao perfil da turma.

Estúdio do pensamento social

(Páginas 282 e 283)

Estimule os estudantes a explorar o trabalho como uma categoria histórica e social central, analisando as contribuições teóricas de Durkheim, Weber, Marx e Richard Sennet. Destaque a importância do sociólogo Ricardo Antunes na compreensão da ambivalência do trabalho na sociedade capitalista. Enfatize como o trabalho, enquanto conceito fundamental, reflete tanto a busca por sobrevivência e emancipação quanto os desafios da exploração e da alienação.

PARA CONCLUIR

1. Resposta pessoal. É importante que os estudantes retomem as discussões do capítulo em paralelo com o texto de Ricardo Antunes, a fim de compreender que o trabalho não é uma categoria unívoca, tendo, portanto, significados diversos.
2. Resposta pessoal. Espera-se que, ao descrever uma experiência de emprego contemporânea, o estudante perceba a contradição dos sentidos do trabalho destacada por Ricardo Antunes, vital, mas cada vez mais precarizado em suas condições e com funções secundárias às da organização social.

Práticas de texto (Páginas 284 e 285)

No contexto das diversas transformações no mundo do trabalho, incentive os estudantes a refletir sobre as inúmeras possibilidades profissionais disponíveis hoje. Utilize a prática de criação de um perfil profissional descritivo para explorar diferentes carreiras, enfatizando o detalhamento e a clareza na apresentação das características de cada profissão, promovendo uma compreensão mais aprofundada das escolhas profissionais. Nesse sentido, a atividade também desenvolve as habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS106**, **EM13CHS403** e **EM13CHS502**. Além disso, são mobilizadas competências e habilidades da área de Linguagens e suas Tecnologias, das quais destacam-se as habilidades **EM13LGG703**, **EM13LGG704**, **EM13LP27** e **EM13LP29**.

Práticas de pesquisa

(Páginas 286 e 287)

- **Pesquisa qualitativa:** metodologia de investigação que permite compreender aspectos mais subjetivos de fenômenos sociais, como o empreendedorismo. Isso é possível porque as pesquisas qualitativas são orientadas por análises mais circunscritas e aprofundadas, que permitem a percepção ampliada de um dado tema a partir da consideração de diferentes pontos de vista.

Promova em sala debates sobre as diferentes perspectivas do empreendedorismo e a flexibilização do trabalho, enfatizando a importância de uma visão crítica e informada. Utilize textos variados para expor argumentos favoráveis e contrários ao empreendedorismo, incentivando os estudantes a analisar como esses discursos influenciam as relações sociais e a percepção de sucesso na sociedade contemporânea, mobilizando as habilidades **EM13CHS106**, **EM13CHS403** e **EM13CHS502**. Essas atividades permitem desenvolver as competências **CGEB1**, **CGEB2**, **CGEB4**, **CGEB5**, **CGEB10** e a habilidade **EM13CNT301**.

Sugestões para o professor

- » **ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.**

A obra é uma coleção de artigos que exploram temas como o trabalho digital, a “uberização” e o uso de plataformas digitais no emprego, além do impacto da chamada Indústria 4.0. Ela discute como essas mudanças afetam o mundo do trabalho e a vida de trabalhadores e trabalhadoras.

- » **ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007. 152p.**

Essa obra é uma fábula política, que retrata uma revolta de animais contra seus donos humanos. A história simboliza a corrupção do poder e faz uma crítica ao totalitarismo, mostrando como líderes podem trair os ideais de justiça e igualdade.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Proponha aos estudantes que pesquisem a uberização e a flexibilização das leis trabalhistas, por meio da realização de entrevistas com profissionais que trabalham em empresas de aplicativos. A proposta dessas entrevistas é coletar dados objetivos que possam ser analisados matematicamente, assim como perspectivas e opiniões mais subjetivas sobre as formas de atuação nessa modalidade de trabalho flexível, a partir da visão de quem atua.

Oriente a turma a definir um roteiro para a entrevista, que deve ser estruturado coletivamente. Para isso, separe um momento da aula para que os estudantes definam as perguntas e elaborem o roteiro de entrevista. O protagonismo deve ser deles, tanto na definição dos pontos a serem investigados quanto em relação às perguntas que devem figurar no roteiro, mas a mediação docente é fundamental. A seguir, são sugeridas algumas perguntas.

- Qual é a sua formação?
- Qual é o seu gênero e idade?
- Há quanto tempo você atua como entregador/motorista?
- Quantas horas por semana, em média, trabalha? (Considerando apenas a atuação vinculada ao aplicativo.)
- Qual é a média de renda obtida com sua atuação como entregador/motorista? (Nesse item, sugere-se o uso de categorias baseadas no salário mínimo: até 1 salário mínimo; entre 1 e 2 salários mínimos; entre 2 e 3 salários mínimos; mais de 3 salários mínimos.)
- Quais gastos você tem para poder exercer essa função?
- Além desse trabalho, você está empregado em outra função?
- Se o entrevistado respondeu SIM à questão anterior, pergunte: Quantas horas por semana, em média, você trabalha?
- Quais são as vantagens e os problemas de trabalhar como entregador/motorista?
- Se você pudesse escolher, trabalharia apenas como entregador/motorista?
- Se hoje lhe oferecessem um emprego formal, para ganhar o mesmo valor que recebe com a função de entregador/motorista, você aceitaria o emprego? Se sim, por quê? Se não, por quê?

Após a definição do roteiro de entrevista, os estudantes deverão formar duplas para entrevistar um profissional que, voluntariamente, aceite contribuir com o trabalho. As respostas deverão ser gravadas, anotadas ou registradas de outra forma. Em uma data previamente acordada, cada dupla levará para a sala as informações coletadas e, com sua mediação, esses dados e informações serão analisados, sistematizados e tabulados. Em seguida, as duplas, agora organizadas em grupos de até quatro integrantes, deverão produzir uma animação que sintetize os resultados da pesquisa. Essa animação pode ser feita em material impresso, filmada e, então, colocada em movimento. Também se pode valer do modelo de *storytelling*. Sugerimos que você apresente aos estudantes, como exemplo, o vídeo do canal da TV Unicamp, cujo tema é justamente a uberização. TV UNICAMP. *O que é uberização do trabalho?* (2 min 16 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ifg2U8A9rI&t=4s>. Acesso em: 23 set. 2024.

ABERTURA DE UNIDADE

(Páginas 292 e 293)

Inicie o trabalho com a unidade pedindo aos estudantes que analisem a imagem de abertura. Ela mostra uma obra do artista plástico e grafiteiro português Bordalo II, que consiste em uma escultura feita a partir de materiais que seriam descartados e, portanto, eram considerados lixo.

Para pautar a discussão sobre a obra e a intencionalidade do artista, questione os estudantes sobre o que é lixo. Leve-os a refletir sobre o descarte de resíduos, uma questão de dimensão fundamental nas sociedades, pois reflete não apenas o paradigma de consumo (e de consumismo), como também evidencia a relação dos seres com o ambiente. Depois dessa contextualização, inicie as discussões sobre a obra a partir das atividades propostas.

ORGANIZAR IDEIAS

1. Respostas pessoais. É possível que os estudantes comentem que a intenção do artista é chamar a atenção das pessoas para a grande quantidade de resíduos que são descartados e tecer uma crítica à sociedade do consumo. A análise da obra de arte colabora para o desenvolvimento da **CGEB3**, ao fomentar a construção do repertório artístico-cultural dos estudantes. Ao utilizar materiais descartados, o artista transforma aquilo que é visto como inútil em algo esteticamente significativo, demonstrando a dualidade entre a beleza e a destruição. A intenção do artista com sua arte é provocar reflexão sobre os desperdícios da sociedade, destacando a necessidade de repensar nossos hábitos de consumo e a maneira como nos relacionamos com o ambiente, seja de maneira individual ou coletiva, em casa, na escola, na localidade em que vivemos.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem, na proposta do artista, a intenção de ressignificar o “lixo”, dando aos resíduos uma nova forma, pois de “lixo” eles ganham o *status* de “arte”, passando a ser admirados e valorizados. A obra de Bordalo II contribui para a conscientização ambiental ao materializar, de forma impactante, a enorme quantidade de resíduos que são gerados diariamente, muitas vezes sem considerar as consequências. Suas obras, que frequentemente retratam animais em extinção ou ecossistemas ameaçados, destacam como o “lixo” está intimamente ligado à destruição ambiental, incentivando a reflexão crítica sobre o tema.
3. Resposta pessoal. A produção contínua de lixo revela profundas implicações na sociabilidade contemporânea, como a desigualdade social e a degradação do ambiente, que afetam especialmente as populações mais vulneráveis, perpetuando um ciclo de exclusão e destruição. Para diferentes povos, essa realidade se traduz em perda de recursos naturais, alteração de modos de vida tradicionais e aumento das disparidades socioeconômicas. Durante a reflexão, deixe que os estudantes se expressem livremente. O objetivo da atividade é que eles reflitam sobre seu papel diante de problemas socioambientais, como o consumismo, abordado na obra de Bordalo II, pensando em diferentes formas de amenizá-lo. Por isso, incentive-os a se colocar no papel de protagonistas na busca por soluções para os problemas ambientais do mundo contemporâneo. Se julgar interessante, peça a eles que se organizem em duplas e elaborem uma lista de medidas que podem ser adotadas para diminuir a quantidade de resíduos produzidos pelas sociedades

urbano-industriais. Explique a eles que a lista deve ser dividida em ações de âmbito pessoal, ou seja, o que as próprias pessoas, como consumidoras e agentes de transformações, podem fazer em relação ao problema, e em ações de âmbito governamental, que dizem respeito a políticas públicas que visem diminuir os impactos ambientais da sociedade do consumo.

CAPÍTULO 15 SOCIEDADE E INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL

(Página 294)

Esse capítulo aborda as transformações operadas pelas novas tecnologias de comunicação, assim como os desafios que a era digital impõe à sociedade contemporânea.

Analise com os estudantes a imagem de abertura, que retrata a *1ª Mostra Nacional de Criptoarte*, exposição que foi apresentada na Meta Gallery entre junho e julho de 2024, no município do Rio de Janeiro (RJ). A proposta da mostra e da própria galeria era apresentar peças autorais que utilizam a tecnologia em suas criações, como realidade aumentada, realidade virtual, ambientes virtuais interativos e ferramentas como painéis digitais, hologramas, metaverso, *blockchain*, realidade virtual e até inteligência artificial.

Peça aos estudantes que descrevam o que veem na imagem e aproveite para levantar seus conhecimentos prévios. Questione se eles têm o hábito de frequentar museus (presenciais ou virtuais), ir a exposições ou práticas semelhantes. Em seguida, conduza um debate a partir das questões propostas.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Resposta pessoal. A Meta Gallery pode contribuir para democratizar o acesso à arte, ampliar o engajamento do público e transformar a percepção sobre o valor estético das obras digitais, aproximando a tecnologia da expressão artística e alterando a forma como a arte é consumida e apreciada. Essa atividade mobiliza o desenvolvimento da **CGEB3**.
2. Resposta pessoal. A era digital pode estreitar a relação entre artistas e consumidores, possibilitando uma interação mais direta, personalizada e colaborativa, por meio da qual os consumidores se tornam também criadores e investidores em novas formas de expressão artística.
3. Respostas pessoais. A Meta Gallery pode revitalizar o centro do município do Rio de Janeiro, atraindo turistas e investidores, impulsionando a economia local e colocando o Brasil na vanguarda da inovação artística, ao integrar tecnologia e cultura de maneira inédita. É importante, no entanto, incentivar os estudantes a refletir sobre os impactos sociais de obras como essa, principalmente na comunidade do entorno.

A globalização e a era digital

(Páginas 295 e 296)

Esse tema retoma a relação entre a globalização e a grande difusão das tecnologias de comunicação e informação. O objetivo é trazer ferramentas que auxiliem os estudantes a refletir sobre as transformações que essas novas tecnologias causam nas relações sociais, que é o foco desse capítulo. Desse modo, os conteúdos abordados no capítulo suscitam discussões que permitem desenvolver a **CGEB5** e as habilidades **EM13CHS202** e **EM13CHS401**.

A princípio, é apresentada a formulação de Manuel Castells sobre o fato de a economia global só ser possível porque existem

as tecnologias de informação e comunicação. Em seguida, é apresentado o conceito de sociedade da informação, elaborado por Daniel Bell. Em seus estudos, o sociólogo aborda o surgimento da era pós-industrial, na qual houve o avanço das atividades do setor de serviços (muitas das quais são atividades da área da informação) em detrimento das atividades produtivas industriais.

Exclusão e inclusão digital (Página 296)

Proponha aos estudantes a reflexão sobre o acesso desigual no Brasil e no mundo às tecnologias de informação. Um ponto importante dessa discussão deve compreender a inclusão digital não apenas no que se refere aos aparelhos tecnológicos. Embora esses aparelhos sejam fundamentais, os conhecimentos necessários para se relacionar no ciberespaço e a cidadania digital são imprescindíveis.

Uma situação recente que exemplifica a necessidade de fomentar a inclusão digital no Brasil foi a dificuldade que muitas pessoas enfrentaram, em meados de 2020, para efetuar, por meio de aplicativos, o cadastramento nos programas de auxílio financeiro do governo federal durante a pandemia de covid-19.

Essa discussão pode ser mobilizada no trabalho com o tema “A exclusão digital na pandemia de covid-19”. Questione os estudantes sobre as dificuldades que eles encontraram para manter os estudos nesse período, pedindo-lhes que avaliem quanto essas dificuldades aumentaram a desigualdade no acesso à Educação Básica e ao Ensino Superior, pois os impactos de um ou dois anos na educação podem ressoar por muito tempo na formação dos estudantes de uma geração.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Para trabalhar a exclusão digital, é importante apresentar aos estudantes dados que elucidam essa situação no Brasil. Muitos estudos sobre inclusão e exclusão digital são realizados periodicamente por organizações como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Solicite aos estudantes que busquem os dados mais recentes sobre o tema e criem, com base nesses dados, um relatório sobre exclusão digital no país.

Culturas e identidades na era da informação (Página 297)

Nesse tema, são discutidas questões sobre as relações pessoais no mundo digital, e dois sociólogos são mencionados: Pierre Lévy e Zygmunt Bauman. Pierre Lévy propôs os conceitos de ciberespaço e cibercultura e estudou as diversas transformações na cultura das sociedades digitais. Já Zygmunt Bauman analisou as consequências do aumento da velocidade, da fluidez e da mobilidade nas relações sociais, incluindo as emoções e os sentimentos.

A questão da identidade é retomada neste capítulo, pensada agora por meio da metáfora da liquidez e do impacto das interações mediadas pela tecnologia.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes comparem suas experiências com as de familiares ou de conhecidos de outras gerações. Se eles tiverem dificuldade de pensar sobre essas diferenças, peça a eles que conversem com familiares ou conhecidos de outra geração. Há uma tendência apontada por Bauman de que a era digital tenha intensificado as trocas e as interações nas gerações atuais e, portanto, aspectos como moradia, carreira e interação com grupos sociais seriam mais fluidos e mutáveis em relação às gerações anteriores.

O fenômeno das fake news; Fake news e pós-verdade (Páginas 298 e 299)

Nesse tema, é abordado um dos fenômenos mais recentes e mais preocupantes que se intensificaram na era digital: as *fake news* ou notícias falsas. Um dos principais objetivos do diálogo sobre as *fake news* é que os estudantes compreendam que a produção e o compartilhamento de informações falsas envolvem interesses políticos e econômicos, assim como questões sociais e emocionais.

Chame a atenção dos estudantes para as consequências extremas que a circulação de notícias falsas pode acarretar, como mortes e golpes digitais. Alerta-os sobre a importância de checar informações antes de repassá-las. Explique a eles que, mesmo nas relações cotidianas, informações pessoais aparentemente irrelevantes, falsas ou verdadeiras, divulgadas sem o consentimento das pessoas envolvidas, podem alimentar correntes de difamação e agressões e abalar psicologicamente a vítima.

Os estudos sobre o fenômeno da pós-verdade podem ser utilizados para contextualizar as *fake news*. A retomada dos estudos sobre a indústria cultural e o contexto do nazifascismo, por exemplo, pode contribuir para situar historicamente momentos em que os interesses do mercado das notícias se aliam a líderes que apelam para a emoção da população em tempos de crise, alimentando a espiral de ódio e causando impactos irreparáveis na história.

Explore com os estudantes exemplos de *fake news* locais, desarticuladas dos poderes oficiais, que, no entanto, também são responsáveis pela criação de um ambiente de desinformação que pode ser danoso. São exemplos as diversas notícias falsas sobre o tratamento e a prevenção da covid-19 que foram divulgadas nas mídias sociais, inclusive por políticos.

Ao trabalhar o tópico “*Fake news* e pós-verdade”, discuta a relação entre a perda de confiança nas instituições sociais e a suscetibilidade em relação à disseminação de *fake news*. Os dados apresentados podem contribuir para que o estudante compreenda que há diversos fatores que colaboram para que o fenômeno das *fake news* seja tão grave e complexo.

As discussões propostas promovem o desenvolvimento da **CGEB5** e da habilidade **EM13CHS202**.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA (Página 299)

Para abordar o combate às notícias falsas, é proposta uma atividade aos estudantes para explorar com detalhes as estratégias e os métodos utilizados na disseminação das *fake news*. Para a realização da atividade, seria interessante contar com a colaboração do professor da área de Linguagens e suas Tecnologias.

A atividade possibilita desenvolver aspectos da **CGEB1**, da **CGEB4**, da **CGEB5**, da **CGEB10** e da habilidade **EM13CHS403**, além do tema contemporâneo transversal Ciência e tecnologia. É importante que os estudantes identifiquem as formas de violência e opressão relacionadas à desinformação e como isso afeta, individual e coletivamente, a experiência das pessoas, que têm seus direitos humanos violados.

Sugestão para o professor

- » **SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2021.**

A obra se baseia em ideias de Gilles Deleuze, dando continuidade ao conceito de sociedade disciplinar de Michel Foucault, para refletir sobre uma nova característica das sociedades atuais: a modulação de comportamentos, opiniões e gostos no ambiente digital. Ao contrário do controle rígido ou da disciplina, a modulação guia os usuários por

meio de algoritmos, que gerenciam os interesses de quem influencia e de quem é influenciado.

Mídia e democracia (Página 300)

As discussões da influência das *fake news* no contexto de desconfiança da população em relação às instituições possibilitam aprofundar a temática dos riscos da desinformação para a democracia.

Comente com os estudantes que a participação popular nos assuntos públicos fica intensamente comprometida quando acontecimentos básicos sobre a administração pública são encobertos pela desinformação. O descrédito da população em relação às instituições cria espaço para grupos políticos e econômicos atuarem de forma a impor seus discursos e suas ideias.

Se julgar conveniente, explique que, na atualidade, há um discurso corrente, apropriado por governantes em todo o mundo, que promove a descrença na mídia.

Esse tipo de discurso faz com que os cidadãos passem a desconfiar de instituições sérias e a acreditar em informações produzidas e veiculadas por pessoas de seu círculo pessoal, sem que elas sejam capacitadas ou tenham formação adequada para esse tipo de atuação.

As discussões propostas nesse tema possibilitam trabalhar aspectos das habilidades **EM13CHS202** e **EM13CHS504**.

BOXE REFLEXÃO

1. Espera-se que os estudantes respondam que a informação difundida pelo então presidente estadunidense, Donald Trump, não era verdadeira, logo pode ser classificada como *fake news*. O fato foi bem grave, já que levou pessoas que confiavam no então presidente à morte por intoxicação ao agirem com base na sugestão dada por ele para tentar combater a covid-19.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes respondam que, devido a seus papéis de liderança e representação dos cidadãos, os governantes deveriam zelar pela verdade e, conseqüentemente, pelas integridades física e psicológica da população. Esse conteúdo permite perceber que notícias falsas podem ser propagadas até mesmo por autoridades.

Deepfake, inteligência artificial e impasses éticos (Página 301)

Por se tratar de um assunto contemporâneo, inicie o trabalho com o tema questionando os estudantes sobre seus conhecimentos prévios. Incentive o protagonismo dos jovens que saibam mais a respeito do assunto, estimulando-os a compartilhar seus conhecimentos com os colegas.

Após compreenderem o que é *deepfake*, os estudantes devem refletir sobre a dimensão ética implicada nos processos de adulteração de imagens e de vídeos. Se julgar oportuno, retome com ele algumas perspectivas sobre a ética em diferentes abordagens filosóficas, criando problematizações que ajudem a compreender essas implicações éticas no contexto da *deepfake*.

BOXE REFLEXÃO

Ao trabalhar o conteúdo do boxe, proponha uma reflexão a respeito do poder das narrativas, construídas deliberadamente a partir do uso de ferramentas de inteligência artificial, orientado pelo desenvolvimento das habilidades **EM13CHS101**, **EM13CHS202** e **EM13CHS504**.

1. Respostas pessoais. É importante criar um espaço de diálogo seguro, sem julgamentos, para que os estudantes compartilhem seus possíveis sentimentos em caso de serem vítimas

de exposição da privacidade ou relatem situações já ocorridas que eles queiram comentar com os colegas.

2. Respostas pessoais. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a insegurança e a falta de confiança nas informações, nas instituições e, inclusive, nas evidências a partir da possibilidade, cada vez mais refinada, de alteração em imagens, áudios e vídeos.
3. Respostas pessoais. Estimule os estudantes a pensar em hipóteses que poderiam contribuir para gerenciar a situação e diminuir essa desconfiança e insegurança.

Crimes virtuais (Página 302)

Ao trabalhar os temas *Crimes virtuais* e *Cyberbullying*, converse com os estudantes sobre estratégias de verificação de segurança de *sites* e aplicativos e sobre o cuidado com o compartilhamento de informações.

Explique a eles que os *malwares* consistem em programas (*softwares*) criados com o objetivo de prejudicar ou causar danos aos usuários, às máquinas (computadores, celulares, *tablets*), ao servidor ou mesmo a uma rede de computadores. Esses *malwares* podem ser utilizados para acessar e roubar dados confidenciais, travar as máquinas ou para enviar *e-mails* e mensagens falsas.

A divulgação de dados pessoais e fotos íntimas pode originar exposição, extorsão e *cyberbullying*. Essas situações acometem especialmente os jovens. Para tratar dessa questão, um diálogo franco e sensível sobre as dinâmicas emocionais envolvidas nesse assunto pode ser eficaz.

Mencione que as manifestações de raiva, insegurança, desejo de aprovação e afirmação encontram vazão nesses comportamentos. Apresente alternativas que envolvam competências socioemocionais, como o diálogo com a família e formas de lidar com a tristeza, a raiva e outros sentimentos.

Faça uma pesquisa das instituições que oferecem apoio psicológico presentes na comunidade ou no município em que vivem e compartilhe as informações com os estudantes. Comente, ainda, que existem canais de denúncia de crimes virtuais. A abordagem proposta permite desenvolver a **CGEB5** e a **CGEB8**.

Ativismo digital (Página 303)

Como contraponto aos impactos negativos do uso das tecnologias na manipulação de informações, apresente aos estudantes os potenciais usos positivos, como meio de impulsionar pautas e reivindicações, denunciar a prática de crimes e violações. Ressalte, nesse sentido, que as redes sociais também podem fortalecer os processos democráticos.

O ativismo digital, por exemplo, é uma importante ferramenta de mobilização social, troca de informação e formação de redes de apoio para diversas situações.

Explore os exemplos citados tanto no texto didático quanto nas imagens da página, estimulando os estudantes a reconhecer outras manifestações e usos das tecnologias de informação e comunicação que contribuem com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Atividades (Página 304)

1. a) De acordo com o texto, a democracia eletrônica não está relacionada apenas ao acesso aos dispositivos móveis e à sua disponibilidade como bens necessários para fazer parte do ciberespaço. O autor acredita que atingir a democracia eletrônica passa pela utilização ativa das potencialidades das redes pelos cidadãos e pela busca de soluções para os problemas que os afetam.

b) Resposta pessoal. É importante verificar se os estudantes conseguem transpor para suas experiências pessoais os elementos de participação nos assuntos públicos associados ao que o autor considera democracia eletrônica, ou seja, a utilização das potencialidades do mundo digital com protagonismo. As reflexões propostas pela atividade permitem desenvolver a **CGEB5** e a **CGEB10**.

2. a) A tira faz menção às *fake news* ou notícias falsas, aspecto da pós-verdade muito em evidência atualmente.

b) O descrédito em relação à ciência e aos fatos objetivos tem levado as pessoas a criar e a compartilhar informações falsas, o que, por sua vez, intensifica o descrédito nas instituições, na justiça e na mídia. Tal situação pode interferir em processos democráticos, porque existem grupos políticos e econômicos que se beneficiam desse fenômeno para influenciar a opinião pública.

3. Alternativa b.

Ampliando (Página 305)

A seção *Ampliando* apresenta a criação de um canal digital promovido pelo indígena Cristian Wariu Tseremey'wa, servindo de exemplo de uso das mídias sociais com protagonismo por jovens, o que propicia o desenvolvimento de aspectos da **CGEB5**.

Se julgar oportuno, explore o canal de Cristian Wariu, denominado *Wari'u* – Canal sobre povos Indígenas no Brasil, disponível em: <https://www.youtube.com/@wariu> (acesso em: 20 ago. 2024).

Aproveite a oportunidade para perguntar aos estudantes se eles conhecem iniciativas semelhantes. Caso conheçam e se for possível acessar a internet na escola, peça que as apresentem aos colegas. Antes, no entanto, certifique-se de que não se trata de conteúdo ofensivo ou inapropriado.

Em seguida, promova o protagonismo dos estudantes, estimulando-os a apresentar aos colegas conteúdos e canais como o do indígena Cristian Wariu Tseremey'wa.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Ao terem contato com o exemplo do jovem indígena que utiliza as redes sociais para publicar vídeos sobre sua cultura e seu povo, desconstruindo estereótipos, espera-se que os estudantes comentem que as tecnologias de comunicação e informação podem ser ferramentas úteis para o reconhecimento das identidades dos povos indígenas.
2. A ideia de Cristian pode servir de exemplo para outros jovens que têm vontade de contar suas histórias e atuar em suas comunidades com o objetivo de encontrar soluções para os desafios do local em que vivem.
3. Respostas pessoais. Para orientar a atividade, explique aos estudantes que o *vlog* é um canal temático voltado à publicação de conteúdos especialmente em formato de vídeos. Os *vlogs* podem estar vinculados a plataformas digitais, como é o caso do canal *Wari'u* – Canal sobre povos Indígenas no Brasil, ou ser produzidos em endereços específicos na internet. Incentive os estudantes a comentar suas experiências com *vlogs* e influenciadores digitais. É importante que eles reconheçam a influência que os conteúdos que consomem nas redes sociais têm na construção de suas identidades.

Estúdio do pensamento social (Páginas 306 e 307)

Nesta seção, os estudantes vão conhecer um pouco mais profundamente o pensamento do sociólogo brasileiro Laymert Garcia dos Santos (1948-), um dos pioneiros na discussão sobre a relação entre tecnologia e sociedade no Brasil.

PARA CONCLUIR

1. Atividade em grupo que explora o conceito de realidade virtual a partir da aproximação da noção de ficção, proposta por Laymert Garcia dos Santos. Ao sugerir um exercício de imaginação, a atividade visa aumentar o engajamento dos estudantes na proposta e fomentar uma reflexão a respeito da dificuldade de imaginar algo completamente distinto do repertório da realidade social deles.
2. Resposta pessoal. Essa atividade prepara os estudantes para a apreensão crítica sobre as tecnologias, propondo um exercício de desnaturalização que visa ressignificar as novas tecnologias como resultado de processos alheios aos desejos e necessidades humanos. Espera-se, dessa forma, que os estudantes reconheçam as novas tecnologias como produção humana e reflexo das formas de organização social e, portanto, imersas em projetos políticos e sociais específicos.

CAPÍTULO 16 SOCIEDADE E AMBIENTE (Página 308)

Nesse capítulo, pretende-se apresentar diversos aspectos concernentes à relação da sociedade com o meio ambiente, aos conflitos ambientais, às questões relacionadas à preservação e à conservação, assim como aos movimentos ambientalistas. O objetivo é fornecer um panorama histórico, mas também apresentar o contexto contemporâneo das questões ambientais.

Inicie o estudo do capítulo solicitando aos estudantes que observem a imagem de abertura, que retrata a ativista Vandana Shiva durante participação no Encontro Internacional de Feminismo em Madri, Espanha.

Indague-os sobre a importância do ativismo para causas sociais e ambientais e pergunte se eles conhecem algum movimento ativista. Caso conheçam, peça-lhes que falem um pouco sobre a atuação desse movimento.

Se julgar pertinente, apresente aos estudantes alguns exemplos de movimentos, ONGs ou ativistas. Continue as discussões com base nas atividades propostas. As discussões levantadas mobilizam conhecimentos prévios relacionados às questões ambientais, desenvolvendo a **CGEB1**.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES

1. Respostas pessoais. É provável que os estudantes retomem conhecimentos prévios para realizar a atividade, identificando enchentes, deslizamentos de terras, terremotos, *tsunamis*, nevascas. Se, no entanto, eles encontrarem dificuldade, estimule-os a pensar no significado da palavra "socioambiental", de forma a identificarem exemplos de situações que envolvem, ao mesmo tempo, a sociedade e o ambiente, haja vista que essas dimensões são inseparáveis.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a relação entre o avanço da globalização e a intensificação dos problemas socioambientais. Eles podem citar diferentes exemplos de problemas ambientais que estão relacionados a atividades produtivas próprias do mundo globalizado, como o consumo e o descarte de resíduos, a exploração de recursos naturais, o desmatamento, o uso de agrotóxicos nas produções agrícolas, a remoção de comunidades tradicionais de suas áreas, seja para a exploração comercial, seja para a construção de obras de infraestrutura, entre outros fatores.

3. Os povos tradicionais têm seu modo de vida diretamente associado ao uso e ao manejo dos recursos naturais. A privatização ou mesmo a exploração insustentável desses recursos tende a colocar em risco os modos de vida desses povos. A reflexão possibilita desenvolver aspectos da habilidade **EM13CH5302**.

4. Respostas pessoais. O intuito é permitir que os estudantes discorram livremente sobre o tema e identifiquem a importância da participação dos jovens. Espera-se que eles ressaltem a importância do engajamento das juventudes nas questões socioambientais, buscando a conscientização sobre a importância do uso consciente e da preservação dos recursos naturais e da redução das desigualdades sociais. Ao questioná-los sobre o que o estudante pode fazer em nível pessoal, a atividade estimula o protagonismo juvenil e favorece um espaço de reflexão voltado para a realidade deles. Nesse caso, os estudantes podem citar: consumo consciente, redução na geração de resíduos, melhores logísticas de deslocamento (caronas solidárias, uso de transporte público), valorização de saberes e produtos locais, entre outros.

Proteção ambiental: uma história (Página 309)

Inicie a discussão sobre o tema destacando algumas formas de compreender a relação sociedade-natureza – em especial a passagem da visão integrada da natureza e da sociedade na Grécia Antiga para a dissociação desses elementos no mundo urbano-industrial moderno.

Ressalte que as interações entre sociedade e natureza são inerentes à vida humana, pois a existência humana e o desenvolvimento das sociedades dependem diretamente do uso de recursos naturais – com necessidades como água, alimentação, abrigo e proteção, entre outras. É importante considerar que as interferências humanas na natureza tendem a alterar os ritmos e o equilíbrio das dinâmicas naturais.

Para que os estudantes compreendam as características dos movimentos ambientalistas, sugira a eles que construam quadros ou esquemas sobre orientações preservacionistas e conservacionistas.

Se necessário, discuta e esclareça os conceitos de ecologia e ambiente ou meio ambiente. Esse exercício é válido para que os estudantes verifiquem como eles costumam utilizar essas noções em sua vida cotidiana. Na perspectiva do senso comum, é frequente a ideia de que a ecologia está ameaçada, quando, na verdade, são as interações ecológicas que sofreram algum tipo de ruptura, colocando as formas de vida e as dinâmicas naturais em risco. Explique que, a partir da década de 1950, as preocupações com o meio ambiente se intensificaram por conta de diversos impactos visíveis das ações da sociedade de consumo e do crescimento urbano e industrial. Surgiram, em escala global, reflexões sobre a necessidade de transformar os modelos econômico e de consumo e debates em busca de soluções.

Em seguida, apresente aos estudantes a noção de desenvolvimento sustentável. Ao fazer um panorama histórico dos movimentos ambientalistas, são mobilizados conteúdos que abordam os desdobramentos das transformações sociais e produtivas nas questões ambientais como as concebemos hoje, auxiliando o desenvolvimento da habilidade **EM13CH5504**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes identifiquem unidades de conservação na região em que vivem (pode ser no bairro, no município ou mesmo no estado) e apresentem

a relação e a importância dessa área de conservação para a comunidade local. É importante incentivá-los a perceber o papel das unidades de conservação na proteção de elementos naturais. Por exemplo, manter as florestas e outras coberturas vegetais ajuda na regulação hídrica e climática e protege os solos, evitando a erosão e a perda de nutrientes e favorecendo a infiltração da água.

Relação sociedade-natureza: perspectiva crítica (Página 310)

Para abordar criticamente a relação entre sociedade e natureza, proponha aos estudantes debates sobre os impactos ambientais das ações humanas, destacando a importância do desenvolvimento sustentável.

Incentive a análise de conflitos geopolíticos e a criação de soluções colaborativas para a preservação ambiental e o bem-estar das futuras gerações.

BOXE REFLEXÃO

1. Espera-se que os estudantes apontem que os problemas ambientais discutidos no texto estão relacionados às ações predatórias dos seres humanos sobre a natureza. A reflexão permite desenvolver aspectos das habilidades **EM13CH5301** e **EM13CH5306**.
2. Os estudantes devem relacionar a visão utilitarista que se tem dos recursos naturais, que repercute na transformação da natureza em mercadoria.

A crise ambiental é uma crise civilizatória? (Página 311)

Ao abordar a crise ambiental como uma crise civilizatória, incentive os estudantes a refletir sobre as ideias de Enrique Leff e Ulrich Beck, que destacam a necessidade de repensar os valores e paradigmas que orientam nossa sociedade.

Promova discussões sobre a importância de incluir diversos atores sociais, como indígenas e quilombolas, na busca por soluções sustentáveis e cooperativas para enfrentar as mudanças climáticas.

Questões ambientais contemporâneas (Página 312)

Sobre o tema, se julgar necessário, explique à turma que as riquezas minerais e os produtos agrícolas são bens primários, chamados *commodities*. Observe também que esses produtos dependem fortemente dos preços no mercado mundial, já que bens sem processamento ou semiprocessados possuem baixo valor agregado.

Para refletir sobre o tema *Questões ambientais na agropecuária*, pode-se promover uma roda de conversa sobre a questão fundiária no Brasil, destacando que o país ainda apresenta heranças do processo histórico caracterizadas pelo domínio de latifúndios monocultores e de cultivos para exportação.

O agronegócio utiliza grandes propriedades e destina-se à exportação de soja, café, milho, carne bovina e de aves e outros produtos agrícolas. Em geral, são os pequenos agricultores que garantem grande parte dos alimentos direcionados ao consumo interno, como mandioca, arroz, feijão, leite e derivados, hortifrutigranjeiros, entre outros. Vale destacar que a atividade agropecuária consome cerca de 70% da água utilizada no mundo. Portanto, a preservação das matas nas propriedades ajuda a reter água nos sistemas e na formação de nascentes.

Se julgar pertinente, mencione exemplos de pesquisas sobre a questão ambiental na produção agrícola local. Em seguida,

converse com os estudantes sobre a expansão atual do uso dos agrotóxicos, os interesses que estão por trás de sua disseminação e os efeitos nocivos para a saúde humana e o meio ambiente. Incentive os estudantes a expressar suas opiniões sobre o assunto e valorize seus depoimentos.

Ressalte a crescente importância que a produção e o consumo de produtos orgânicos vêm ganhando no mercado, e destaque o papel das cooperativas de alimentos na produção de orgânicos no Brasil. Se julgar pertinente, promova uma discussão sobre o custo desses alimentos no mercado. Os alimentos orgânicos tendem a custar mais caro do que os demais produtos, inviabilizando seu consumo pelas famílias de baixa renda. Pergunte aos estudantes quais fatores podem fazer com que esses produtos custem mais, e qual é o impacto social e ambiental desse tipo de produção.

Esclareça que a agrofloresta (ou sistema agroflorestal) consiste em cultivos consorciados que incluem espécies de plantas nativas, alimentos e matérias-primas vegetais. Esse método agrícola promove a integração entre a floresta e a agricultura, e pode ser utilizado para o replantio da mata ciliar, dispondo espécies de plantas forrageiras que restituem nutrientes ao solo, entre outras técnicas.

Se julgar pertinente, promova uma reflexão sobre as práticas agroecológicas. Embora alguns cultivos agroecológicos e agroflorestais promovam benefícios ambientais e, em alguns casos, sejam extremamente produtivos, em outras situações podem apresentar uma produção restrita, com baixa produtividade, o que pode encarecer os produtos. Incentive os estudantes a propor soluções que favoreçam esse tipo de prática e disponibilizem mais propriedades para esse tipo de produção.

BOXE INTERAÇÃO

1. Respostas pessoais. A atividade permite que os estudantes façam um levantamento das questões ambientais relacionadas às atividades agropecuárias no município ou na região em que vivem. Com isso, eles podem verificar se há exploração predatória e/ou inovações como a agroecologia e outras práticas ambientalmente corretas. Se os estudantes não tiverem conhecimento sobre o tema, é possível sugerir uma atividade complementar na qual eles realizem uma pesquisa sobre a questão ambiental no município ou na região, de forma a oferecer subsídios para que avaliem eventuais impactos e benefícios das ações humanas nas interações entre solo, vegetação, clima e água.

Questões ambientais na mineração (Página 313)

Inicie o trabalho com o tema, pontuando aos estudantes que Brasil, China e Austrália são os três maiores produtores de ferro no mundo. Os polos extrativos brasileiros localizam-se no sudeste do Pará e no centro-leste de Minas Gerais, em áreas próximas a Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana e outros municípios.

Destaque para a turma que as atividades de mineração geram grandes impactos ambientais, decorrentes da remoção da vegetação, da criação da mina e da extração de minério do solo, além de produzir rejeitos, formados pela parte do material que não é utilizada e, muitas vezes, é tóxica ou contaminante.

É importante mencionar os dois grandes desastres de rompimento de barragens de rejeitos de ferro que ocorreram em Mariana e em Brumadinho. Além disso, é fundamental destacar que nenhum dos dois episódios foi acidente, mas sim um crime ambiental, considerando a emissão de laudos duvidosos sobre a segurança das barragens. Se possível, combine com a turma uma sessão para assistir a vídeos sobre as ocorrências em

Mariana e em Brumadinho, organizando debates e solicitando a elaboração de textos argumentativos.

É importante, ainda, que os estudantes reflitam sobre situações que podem ser caracterizadas como crime ambiental, em que as leis ambientais foram severamente desrespeitadas. Destaque que esses eventos se originaram não pela ausência de normas, mas pelo não atendimento de leis, portarias e procedimentos relativos à proteção ambiental.

O conteúdo das páginas 312 e 313 aborda conflitos ambientais contemporâneos e os impactos desses eventos, questionando a influência das práticas governamentais e empresariais nessas ocorrências e estimulando os estudantes a desenvolver uma consciência socioambiental crítica e reflexiva, desenvolvendo, assim, aspectos das habilidades **EM13CHS302** e **EM13CHS304**.

BOXE INTERAÇÃO

1. Resposta pessoal. É importante que os estudantes se posicionem criticamente sobre o assunto, compreendendo o caráter processual das mudanças climáticas como decorrência da ação humana sobre o ambiente, especialmente a ação humana mais predatória dos recursos naturais.

Acordos e conferências mundiais sobre o ambiente (Página 314)

Esclareça as mudanças de foco nas questões ambientais a partir da realização das conferências mundiais de 1972 (ênfase no “ambiente humano”) e 1992 (ênfase no “desenvolvimento sustentável”). Solicite aos estudantes que exponham o que entenderam sobre cada um dos conceitos em seus respectivos contextos. Se julgar pertinente, peça aos estudantes que construam uma linha do tempo indicando o ano de criação dos diferentes órgãos e entidades ambientais e seus objetivos, além do ano das principais conferências, propostas e medidas para o meio ambiente.

Se necessário, proponha a elaboração de quadros com recomendações e concepções aprovadas nas conferências e nos documentos que têm o papel de orientar práticas e políticas dos países.

Recomende a leitura de princípios básicos de documentos como os elaborados durante a Rio-92. Os estudantes também podem realizar pesquisas setoriais sobre biodiversidade, florestas, um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, entre outros assuntos pertinentes ao tema.

Promova uma discussão sobre o crescimento econômico *versus* a questão ambiental. Peça aos estudantes que apresentem suas opiniões e as justifiquem por meio de argumentos válidos. Em seguida, solicite que definam com as próprias palavras o que é o desenvolvimento sustentável e avaliem se essa concepção apresenta soluções para os problemas ambientais atuais.

O debate exposto atualiza as dificuldades encontradas para conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, já verificadas nos anos 1970, considerando a diferença entre crescimento e desenvolvimento, já que este último tende a incorporar indicadores sociais.

O conteúdo das páginas 314 e 315 apresenta um panorama do papel das organizações internacionais e dos Estados nacionais, em especial do Brasil, na regulamentação da questão ambiental, contemplando a habilidade **EM13CHS305**. A discussão sobre o papel da ONU e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável auxilia o trabalho com a habilidade **EM13CHS604**, pois demanda a reflexão sobre o papel dos organismos internacionais nas questões de preservação ambiental e a aceitação, ou a recusa, de determinados países.

Políticas públicas e desafios ambientais no Brasil (Página 315)

O conteúdo busca apresentar alguns dos principais conflitos e questões ambientais do Brasil, e como se constituiu o arcabouço legal e institucional do país nesse campo.

Peça aos estudantes que relacionem as duas dimensões, considerando as questões legais, mas também as ações práticas empreendidas pelo governo em conflitos ambientais, destacando avanços e obstáculos. Esse exercício poderá elucidar que, apesar das dificuldades, no Brasil há um conjunto de leis, procedimentos e órgãos públicos essenciais para proteger a imensa diversidade e a riqueza natural do território nacional.

Ressalte a importância da existência de diversos tipos de Unidades de Conservação, que abarcam desde a proteção integral e o uso restrito até as reservas extrativistas e as áreas de proteção ambiental, que são utilizadas de forma mais diversificada e apresentam menos restrições. É importante explicar que existem demandas de várias ordens nos diferentes biomas e ecossistemas (na Amazônia, na Mata Atlântica, no Cerrado, na Caatinga, nas bacias hidrográficas, nos diversos climas, etc.) que exigem diferentes respostas institucionais. Elas têm sido gradativamente construídas, em boa parte, pela mobilização dos ambientalistas e em decorrência do aumento da percepção da sociedade sobre a importância de proteger a natureza e os ambientes, em um contexto de redemocratização do país.

Destaque que, no Brasil, a proteção ambiental muitas vezes enfrenta obstáculos relacionados à desigualdade social do país. Em muitos casos, as desigualdades agravam as condições ambientais. Em algumas localidades, por falta de saneamento básico e abastecimento de água, o esgoto é despejado em cursos de água. Há também problemas relativos à coleta de lixo e à situação dos lixões. Observe que, em muitos casos, empresas e agentes públicos agem à revelia das leis e das medidas existentes, desrespeitando-as. Se for conveniente, convide a turma a pesquisar e debater os retrocessos na questão ambiental, como o aumento do desmatamento.

Também podem ser verificadas intenções de atenuar leis e reduzir recursos. Há casos sintomáticos, como o do Fundo Amazônia, que perdeu verbas internacionais originárias da Noruega e da Alemanha como resposta aos crescentes casos de desmatamento e queimadas e, também, à flexibilização das políticas ambientais em prol do crescimento econômico promovido pelo governo federal.

Para aprofundar o tema “A perseguição aos ambientalistas no Brasil”, incentive debates sobre a violência contra ambientalistas e líderes indígenas no Brasil, destacando a importância de proteger os direitos humanos e o ambiente. Utilize casos emblemáticos, como os de Chico Mendes e Dom Phillips, para sensibilizar os estudantes sobre os desafios enfrentados por aqueles que lutam pela preservação ambiental e pela defesa dos territórios indígenas.

Ao abordar a importância das Unidades de Conservação de uso sustentável para os povos tradicionais, considerando que seus conhecimentos podem contribuir para a gestão do território e para o manejo dessas áreas, o conteúdo mobiliza o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS302**.

Ativismo e boas práticas ambientais (Página 316)

Ressalte que o incremento dos conflitos e dos danos ambientais tem estimulado a preocupação e a resistência de vários setores, tanto relacionados ao governo quanto à sociedade civil.

Converse com os estudantes sobre o consumismo. Solicite

que reflitam sobre o comportamento deles em relação ao consumo, avaliando se são hiperconsumistas ou praticam o consumo consciente. Pergunte-lhes o que significa “consumo consciente” e quais são as ações relacionadas a essa atitude.

É possível ainda promover uma roda de conversa sobre os benefícios sociais e ambientais proporcionados por essa prática, incentivando-os a repensar a própria forma de consumo e propor ações de conscientização. Explore com a turma as boas práticas ambientais: consumo responsável, reciclagem e reaproveitamento de resíduos, produção de alimentos orgânicos, ações do ecofeminismo, inovações ambientais nos transportes, energia limpa e formas de reivindicação de pautas ambientais e sociais, entre outros temas.

Incentive os estudantes a refletir sobre questões ambientais no município e na região em que vivem. O conteúdo apresenta as questões ambientais como desafios contemporâneos e exemplos de práticas baseadas em autonomia e sustentabilidade, contemplando a habilidade **EM13CHS306**.

BOXE AÇÃO E CIDADANIA

O conteúdo e as questões apresentados nesse boxe proporcionam aos estudantes oportunidades de refletir sobre propostas de ação em relação a problemas ambientais, contemplando a habilidade **EM13CHS301** e o trabalho com o tema contemporâneo transversal Educação ambiental.

1. Espera-se que os estudantes indiquem que Greta Thunberg tentava chamar a atenção da opinião pública para questões ambientais muito relevantes, como o aquecimento global e as mudanças climáticas. Ela iniciou sua jornada com um gesto simples: fez greve escolar todas as sextas-feiras, quando ficava em frente ao Parlamento sueco com um cartaz, distribuindo panfletos de conscientização sobre o tema, uma iniciativa local que ganhou amplitude, repercutindo no mundo todo.
2. A fala da jovem ativista retoma a questão histórica da dificuldade de compatibilizar crescimento/desenvolvimento econômico e sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável implica planejar e executar medidas e ações que permitam o desenvolvimento econômico sem a intensa exploração dos recursos naturais, buscando compatibilizar seu uso racional e sustentável para diminuir os impactos ambientais. Greta aproveitou a audiência de um evento público para fazer duras críticas aos líderes mundiais, pois é recorrente a resistência deles em adotar medidas para conter o aquecimento global e as mudanças climáticas – por exemplo, mudando a matriz energética ou adotando metas ambiciosas de redução da emissão de gases de efeito estufa. Os Estados Unidos são o país que mais resiste às medidas que podem ser tomadas para conter as emissões desses gases.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes comentem suas experiências com ações como as de Greta, como participantes ou como espectadores. É importante que eles reflitam sobre a possibilidade de organizar e participar de ações que melhorem as condições de vida e o equilíbrio dos ambientes, com justiça social (ver capítulo 12) e justiça ambiental. O exemplo de Greta, que começou sozinha sua jornada, mostra a viabilidade de iniciativas desse tipo.

Segurança e soberania alimentar (Página 317)

Discuta com os estudantes a importância da agroecologia na promoção da segurança e da soberania alimentar, destacando o papel central dos conhecimentos locais e tradicionais.

Encoraje reflexões sobre como políticas alimentares podem respeitar a diversidade cultural e ser sustentáveis social e

ambientalmente. Utilize exemplos, como o papel das mulheres na agricultura familiar na Bolívia, para ilustrar a conexão entre sustentabilidade, gênero e justiça social.

BOXE REFLEXÃO

1. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante perceba que, no texto e na imagem, o foco é o papel das mulheres na agricultura como responsáveis pela produção de alimentos por meios que não se alinham ao modelo agroexportador, mas sim ao de agricultura familiar, vinculado ao direito de segurança alimentar e à noção de soberania alimentar.
2. Os estudantes devem relacionar a atuação das mulheres camponesas na Bolívia, muitas vezes responsáveis por promover a alimentação e a renda familiar, a estratégias voltadas à soberania alimentar, por meio da produção de alimentos mais saudáveis e em meio às práticas agroecológicas, que favorecem a sustentabilidade.

Atividades (Páginas 318 e 319)

1. a) Trata-se de um mapa sobre o uso de agrotóxicos no Brasil. Os tons mais escuros indicam maior percentual de uso de agrotóxicos (maior intensidade do fenômeno) em estabelecimentos agrícolas em relação ao total de estabelecimentos do município. Os tons mais claros referem-se a percentuais menores (menor intensidade do fenômeno).
b) O mapa mostra que há maior intensidade de uso de agrotóxicos em áreas de maior modernização agrícola, como São Paulo, estados da Região Sul e parcelas do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Goiás, de Rondônia, do oeste da Bahia, do oeste de Pernambuco e do sul do Ceará. Nessas áreas, estão presentes cultivos como soja (Centro-Oeste, Paraná, oeste da Bahia, divisa dos estados de Maranhão, Piauí e Tocantins), laranja e cana (São Paulo), fruticultura irrigada (Pernambuco), café (Minas Gerais, Espírito Santo) e outros.
2. a) A mineração causa diversos efeitos sociais e ambientais, tanto diretamente, no processo de extração dos minérios, como indiretamente, na infraestrutura necessária para o transporte (ferrovias, rodovias, minerodutos, portos), nas práticas necessárias para o beneficiamento dos materiais (usinas, refinarias), assim como no armazenamento e no descarte de rejeitos. Portanto, eventuais impactos não são apenas locais; envolvem escalas geográficas mais amplas. Em caso de desastres de rompimento de barragens como aconteceu em Mariana e em Brumadinho, os impactos são ainda maiores, com a contaminação do solo e de rios, que, por vezes, atravessam diferentes estados e regiões.
b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes apresentem propostas de ações e estratégias que visem mitigar esses impactos. Eles podem citar leis que já existem, assim como a necessidade de uma fiscalização rígida pelos órgãos ambientais. Podem citar, ainda, que os sistemas de concessão de licenças ambientais, fiscalização, aplicação de multas e mesmo a interrupção de atividades de empresas que causam impactos ambientais estão previstos em lei e precisam ser aplicados com rigor. Também é preciso que os órgãos ambientais não autorizem empreendimentos nocivos. A atividade desenvolve a habilidade **EM13CH5302**, ao promover a reflexão sobre os impactos da mineração em diferentes escalas.
3. a) No período apresentado no gráfico, os maiores picos de desmatamento na Amazônia Legal foram em 1995 e 2004. Como resultado de políticas de fiscalização e controle de queimadas, houve queda acentuada nas taxas até 2014. A partir

daí, passou a haver um novo ciclo de crescimento, favorecido pelo incentivo à exploração predatória da região (incluindo incentivo oficial a atividades ilegais). Houve forte crescimento da área desmatada de 2017 a 2021. Entre 2019 e 2022, a taxa anual de desmatamento ultrapassou 10. Madeireiros, grileiros de terra, garimpos legais e o agronegócio estão entre os principais responsáveis por esses índices.

b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes elaborem textos que apresentem consequências do processo de desmatamento retratado no gráfico. Eles podem citar impactos relacionados à retirada da floresta, como a perda de biodiversidade, o empobrecimento dos solos (que dependem da biomassa florestal) e a alteração do processo de evapotranspiração, que participa do balanço hídrico local e de outras regiões do país. Eles também podem argumentar que as comunidades correm o risco de perder seus meios de subsistência e que a expansão do desmatamento contraria compromissos firmados pelo país em acordos sobre o clima. São impactos ambientais gravíssimos, que precisam ser contidos. A elaboração de um texto argumentativo sobre as tendências de desmatamento na Amazônia e suas consequências permite desenvolver a **CGEB7**.

4. Alternativa a.

Estúdio do pensamento social (Páginas 320 e 321)

Promova com os estudantes debates sobre a crise ambiental como uma crise do capitalismo, baseando-se nas reflexões de Michael Löwy. Incentive discussões sobre a lógica de acumulação capitalista e seus impactos ecológicos, destacando a necessidade de alternativas radicais, como o ecossocialismo, que integrem preocupações ambientais e sociais.

PARA CONCLUIR

1. Respostas pessoais. Ao descrever eventos recentes, que tomou conhecimento em seu cotidiano, espera-se que o estudante reconheça a urgência da crise ambiental, estabeleça relações entre a crise e o modo de produção e de consumo capitalista, de forma a compreender a radicalidade da proposta ecossocialista apresentada por Michael Löwy.

Práticas de texto (Páginas 322 e 323)

A proposta da seção é que os estudantes produzam um *vlog* sobre ativismo ambiental e responsabilidade social, que será divulgado para a comunidade escolar e, posteriormente, se desejável, para outros interlocutores. Antes de iniciar a atividade, retome com eles os estudos sobre as questões ambientais, o ativismo e a responsabilidade social, estimulando-os a:

- refletir sobre as causas dos problemas ambientais, os impactos das atividades produtivas no campo e nas cidades e as diversas formas de exploração dos recursos naturais;
- problematizar seus hábitos e suas práticas individuais em relação ao consumismo;
- analisar os papéis de empresas, instituições governamentais e organizações nacionais e internacionais diante de impactos e na busca por soluções das questões ambientais;
- posicionar-se criticamente diante desses temas e agir com base em princípios sustentáveis.

Esse primeiro passo é importante para que, posteriormente, os estudantes realizem suas pesquisas e escolham os temas que pretendem abordar em seus vídeos. As discussões e as pesquisas deles para a realização da atividade permitem o

desenvolvimento da **CGEB10** e das habilidades **EM13CHS301**, **EM13CHS302**, **EM13CHS303**, **EM13CHS304** e **EM13CHS305**.

Pode-se, ainda, estimular os estudantes fazendo perguntas como as seguintes: “Como podemos ser ativistas ambientais?”; “Quais temas inspiram vocês a agir para transformar o mundo em um lugar melhor para viver?”; “É possível consumir e, ao mesmo tempo, preservar o ambiente?”; “Como empresas, governos e pessoas podem contribuir para promover a consciência e a ética socioambientais e o consumo responsável?”; “Qual é a importância dessas ações?”.

O desenvolvimento do *vlog* prevê diferentes atividades, como o planejamento, a busca de informações, a gravação e a edição do vídeo, a divulgação em plataforma especializada, etc.

É importante que cada integrante do grupo compreenda todas as etapas e opine sobre elas, percebendo o trabalho como um todo. Para isso, oriente-os a trocar ideias e definir juntos cada etapa do trabalho, ainda que a responsabilidade pelas tarefas seja dividida entre os integrantes do grupo.

Durante a atividade, motive e apoie os estudantes, possibilitando que eles sejam protagonistas na atividade.

Se houver interesse e tempo disponível, os estudantes podem assistir a alguns dos *vlogs* indicados, bem como buscar outros. O objetivo é que, a partir dessa pesquisa, eles se familiarizem com as características do gênero e se aproximem de reflexões sobre o meio ambiente, a responsabilidade social, a sustentabilidade, entre outras questões relacionadas à temática do *vlog* que vão produzir. Sugira aos grupos que anotem considerações e dicas suscitadas ao assistirem aos *vlogs* que possam orientá-los em sua produção.

Leia com os estudantes cada um dos temas propostos na seção e verifique se eles compreenderam a proposta. Conversem sobre como esses temas podem ser abordados no *vlog*. Caso surjam outras propostas de temas, considere-as, desde que pertinentes ao tema do *vlog*.

Auxilie os grupos na edição e na produção da versão final do vídeo. Se necessário, peça ajuda ao profissional responsável pelo laboratório de Informática ou a outro professor que possa contribuir com a atividade.

É importante reservar um momento para que cada grupo apresente seu vídeo para outros grupos e ouça considerações e sugestões que poderão ser incorporadas na produção da versão final do vídeo.

Ao final da atividade, é fundamental que os estudantes acessem e confirmem todos os vídeos finais produzidos pela turma. Organize uma roda de conversa para que os estudantes possam compartilhar suas impressões e opiniões sobre a atividade de produção do *vlog* e as produções dos colegas.

Essa atividade colabora para que os estudantes aprendam a utilizar diferentes linguagens para se expressar e compartilhar informações, além de fazê-los refletir sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação de forma crítica e protagonista, permitindo desenvolver a **CGEB4** e a **CGEB5**, bem como a habilidade **EM13CHS106**.

O conteúdo de seção possibilita também mobilizar habilidades da área de Linguagens e suas Tecnologias, como a **EM13LGG703**, a **EM13LGG704**, a **EM13LP11**, a **EM13LP14**, a **EM13LP17**, a **EM13LP18** e a **EM13LP45**.

Práticas de pesquisa (Páginas 324 e 325)

Para realizar uma pesquisa a respeito dos efeitos das redes sociais no comportamento das pessoas, é preciso avaliar como acontece a construção da identidade e das novas formas de sociabilidade no mundo contemporâneo. Para isso,

orientar os estudantes a utilizar o grupo focal como estratégia de investigação.

■ **Grupo focal:** metodologia muito comum em pesquisas de tipo qualitativo e envolve a coleta de dados primários sobre as percepções dos participantes em relação a um conjunto de situações-problema ligadas a um tema principal.

A interpretação dos dados revelará a opinião do grupo pesquisado a respeito do tema, que poderá ser classificada como mais positiva ou mais negativa, dependendo das discussões que forem estabelecidas nos pequenos grupos, nos quais valores, crenças, hábitos e repertórios culturais poderão influenciar as opiniões.

A temática desenvolvida permite trabalhar aspectos da **CGEB5** e das habilidades **EM13CHS401** e **EM13CHS504**.

Além disso, a prática de pesquisa, ao promover a valorização e a utilização de métodos científicos, colabora para o desenvolvimento da **CGEB2**, das habilidades **EM13CHS101** e **EM13CHS103**, além de habilidades da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, como a **EM13CNT301** e a **EM13CNT302**.

Para orientar os estudantes na realização da pesquisa, é recomendável promover uma discussão preliminar mais ampla, retomando temas das Ciências Humanas e Sociais, como identidade, alteridade, interação social, movimentos sociais, violência, preconceito, discriminação e desigualdade social.

Além disso, retome as discussões sobre as transformações nas relações sociais provocadas pela consolidação do capitalismo e do mundo globalizado e pelo surgimento das novas tecnologias. Assim, é possível mobilizar os conhecimentos já adquiridos sobre as sociedades em rede e preparar os estudantes para a busca de dados em pesquisas mais recentes com a finalidade de obter informações sobre esses e outros temas relacionados.

Quanto à discussão sobre o desenvolvimento e o resultado da pesquisa, aproveite a oportunidade para refletir de forma mais ampla sobre as diferentes posições em relação às minorias. Aborde o tema do preconceito e da discriminação, considerando, de um lado, os discursos de ódio promovidos nas redes sociais e, de outro, o empoderamento social de representantes desses grupos por meio de sua atuação nas redes. Além disso, você poderá introduzir o tema do compartilhamento de informações, enfocando a mobilização de grupos para reivindicações de direitos sociais e a disseminação de *fake news*.

Finalmente, quanto à comunicação dos resultados, pode-se promover uma atividade interdisciplinar com o professor da área de Linguagens para o estudo do gênero jornalístico e a produção de uma reportagem sobre o tema. O professor poderá abordar a composição do texto (pauta, apuração, redação e edição), a linguagem e as características do gênero.

Sugestão para o professor

» **BRUM, Eliane. Banzeiro ôkótó: Uma viagem à Amazônia centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.**

Com base em uma pesquisa detalhada, Brum revela a rápida destruição da floresta, que está se aproximando de um ponto irreversível. Ela reflete sobre como as ações de uma pequena elite contribuíram para o colapso climático e a sexta extinção em massa de espécies. Durante essa jornada, a autora encontra diversos seres da floresta e mostra como questões de raça, classe e gênero estão ligadas ao futuro da Amazônia e do planeta. É um livro essencial para quem tem coragem de buscar respostas em um momento tão crítico, escrito por alguém que não teme enfrentar desafios para encontrá-las.

OBJETOS DIGITAIS DO LIVRO

Os objetos digitais são recursos complementares ao processo de aprendizagem dos estudantes e contribuem para o aprofundamento dos temas abordados no Livro do Estudante. Eles oferecem uma alternativa didática e podem ser utilizados conforme critérios definidos pelo professor. Nesta obra, os objetos digitais estão presentes de forma equilibrada, relevante e articulada ao conteúdo. Observe as indicações a seguir.

OBJETO DIGITAL	TIPO	UNIDADE	CAPÍTULO	PÁGINA	ORIENTAÇÃO DIDÁTICA
Tipos de conhecimento	Infográfico clicável	1	1	16	Explore esse objeto com os estudantes para discutir os diferentes tipos de conhecimento e as formas como eles são resultados de contextos culturais, sociais e históricos diversos.
Juventude e ativismo político	<i>Podcast</i>	1	2	38	Com base nas perspectivas apresentadas no <i>podcast</i> , debata com os estudantes a importância do engajamento político dos jovens.
Diversidade ameríndia	Mapa clicável	2	3	63	Solicite aos estudantes que explorem a pluralidade dos povos indígenas na América Latina, localizando suas regiões e culturas no mapa interativo. Se possível, promova uma abordagem interdisciplinar com os componentes História e Geografia, o que auxiliará a turma na compreensão das transformações de cada povo ao longo do tempo e na caracterização do território e de questões demográficas relevantes.
Diversidade cultural no Brasil	Carrossel de imagens	2	4	75	Explore com os estudantes o conjunto de imagens desse objeto digital, que apresenta algumas manifestações culturais brasileiras, destacando suas raízes indígenas, africanas e europeias.
Novos movimentos sociais	Infográfico clicável	4	8	157	Ao trabalhar a caracterização dos novos movimentos sociais, solicite aos estudantes que acessem o objeto digital para aprofundar seus conhecimentos sobre o tema. Incentive a turma a relacionar a atuação desses movimentos sociais às lutas por direitos e transformações sociais no Brasil contemporâneo.
Proteção à privacidade: redes sociais e crianças	<i>Podcast</i>	4	8	158	A proteção à privacidade é um tema fundamental ao se analisar o uso e o impacto das redes sociais. Ouça com os estudantes o <i>podcast</i> e juntos debatam sobre os riscos associados à exposição de crianças e a importância da segurança digital.
Desigualdade de gênero	Infográfico clicável	5	10	200	Use os dados apresentados no infográfico para discutir a desigualdade de gênero no Brasil e como isso afeta as oportunidades, as condições e os direitos das mulheres.
Lugar de fala e representatividade	Vídeo	6	11	226	Assista ao trecho de entrevista com a filósofa brasileira Djamila Ribeiro e explore com os estudantes temas relacionados à representatividade e à importância do lugar de fala.
Anticapacitismo	Vídeo	6	12	241	Dialogando com diferentes pessoas com deficiência, esse documentário é uma ótima oportunidade para promover a reflexão sobre discriminação e estratégias de combate ao capacitismo.
Precarização do trabalho no Brasil	Vídeo	7	14	279	Veja o documentário e reflita com os estudantes sobre as dificuldades relativas ao trabalho precarizado, especialmente por meio das plataformas de aplicativos. Embora seja de 2019, o documentário suscita reflexões que permanecem contemporâneas.
Inteligência Artificial: usos e aplicações	<i>Podcast</i>	8	15	301	Nesse <i>podcast</i> , os estudantes podem conhecer alguns usos benéficos das ferramentas associadas à inteligência artificial. Se preferir, ouça o episódio com a turma e, em seguida, proponha a realização de uma oficina para testar os usos e aplicações citados.
Sustentabilidade e boas práticas ambientais	Carrossel de imagens	8	16	316	Explore as imagens e as legendas desse objeto digital com os estudantes e oriente a reflexão sobre alternativas ambientais sustentáveis. Em seguida, discuta o impacto social e econômico que essas alternativas podem gerar nas comunidades.

2 2 3 3 8 9

ISBN 978-85-418-3564-0



2 900002 233896